

Thesis

REVISTA DA ANPARQ

17



Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à Revista Thésis o direito de primeira publicação do manuscrito, sem nenhum ônus financeiro.

Os artigos publicados na Revista Thésis estão licenciados sob a Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional que permite compartilhar e adaptar o trabalho, reconhecendo a autoria do texto, desde que seja compartilhado sob a mesma licença.

Projeto gráfico

NONE Design Gráfico Ltda. | Romero Pereira

Diagramação

Poliana Vasconcelos

Capa

Lídia Quiéto

ANPARQ - Diretoria executiva gestão 2023/2024

Presidência

Miguel Antonio Buzzar | PPGAU IAU-USP

Secretaria executiva

Tomás Antonio Moreira | PPGAU IAU-USP

Tesouraria

Jonathas Magalhães Pereira da Silva | POSURB-ARQ PUC CAMPINAS

Diretoria

Rodrigo Espinha Baeta | PPG-AU/UFBA

Marcela Silvana Brandão | NPGAU-UFMG

Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego | PROARQ-FAU/UFRJ

Eneida Maria Souza Mendonça | Suplente | UFES

Conselho Fiscal

Ricardo Trevisan | PPG-FAU/UnB

Sergio Moacir Marques | PROPAR-UFRGS

Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão | PPG/UFPA

Luis Renato Bezerra Pequeno | Suplente | PPGAUD-UFC

Coordenação Prêmio ANPARQ 2024

Ana Gabriela Godinho PPGAU | UPM

James Miyamoto PROURB | UFRJ

Marcio Cotrim PPG-AU | UFBA

Thésis, revista semestral online da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é um periódico científico que tem por objetivo a divulgação dos trabalhos de pesquisa, análises teóricas, documentos, textos fundamentais e resenhas bibliográficas na área de arquitetura e urbanismo. Seu conteúdo é acessado online através do endereço eletrônico [www.thesis.anparq.org.br]. O endereço eletrônico para contato é thesis.anparq.org.br Copyright - 2024 ANPARQ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Thésis / vol.9, n.17 (2024) – Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ANPARQ], 2024.

v.

Semestral

ISSN 2447-8679

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. ANPARQ.

CDD 720

Corpo editorial

Comissão editorial

A comissão editorial da revista *Thésis* é composta pelos seguintes docentes e pesquisadores aprovados pela ANPARQ para a editoria de quatro números no biênio 2022-2024:

James Miyamoto (FAU-UFRJ);
Lidia Quiéto Viana (PPGAU – UFBA);
Marcio Cotrim (PPGAU-UFBA);
Carolina Pescatori (FAU-UnB)

Conselho editorial

Akemi Ino | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil
Ana Carolina Bierrenbach | Universidade Federal da Bahia | Brasil
Ana Luiza Nobre | Pontifícia Universidade Católica - RJ | Brasil
Ana Rita Sá Carneiro | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil
Anália Amorim | Universidade de São Paulo | Brasil
Angélica Benatti Alvim | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil
Anthony Vidler | Brown University | Estados Unidos da América
Carlos Eduardo Dias Comas | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
Carlos Martins | Universidade de São Paulo – São Carlos | Brasil
Eneida Maria Souza Mendonça | Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
Frederico de Holanda | Universidade de Brasília | Brasil
Gabriela Celani | Universidade Estadual de Campinas | Brasil
Gustavo Rocha Peixoto | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Jorge Moscato | Universidad de Buenos Aires | Argentina
Maisa Veloso | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
Maria Cristina Cabral | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Renato T. de Saboya | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil
Sophia Psarra | University College London | Reino Unido
Teresa Heitor | Instituto Superior Técnico | Portugal
Yasser Elsheshtawy | United Arab Emirates University | Emirados Árabes

In memoriam

Fernando Alvarez Prozorovich | Universitat Politècnica de Catalunya | Espanha
Nelci Tinem | Universidade Federal da Paraíba | Brasil

Equipe editorial

Isis Pitanga de Souza | FAUFBA

Editorial 08

Entre arquiteturas, cidades e gêneros

Ensaio 17

**A contribuição feminina na configuração do lar
através dos manuais de economia
doméstica - 1940 a 1960**

*Kelen Gracielle Magri Ferreira e
Ana Maria Reis de Goes Monteiro*

33

**Cidade do cuidado: De um urbanismo hegemônico
para um urbanismo feminista,
situado e transformador**

Clarisse Cunha Linke e Rossana Brandão Tavares

50

**Fazer-casas-territórios:
Mundos guardados em histórias de mulheres**

Vanessa Alves Cordeiro e Thais Troncon Rosa

72

**Interseccionalidade: Uma análise de sua
instrumentalização teórico-metodológica
nos estudos urbanos**

José Almir Farias e Ana Clara Benjamim

93

**As mulheres no graffiti e nas ruas: marcas da luta
pelo direito à cidade na cartografia da paisagem
simbólica do centro do Rio de Janeiro**

*Diana Amorim dos Santos da Silva e
Naylor Barbosa Vilas Boas*

As taverneiras na dinâmica urbana da cidade de Goiás no século XIX <i>Nádia Mendes de Moura</i>	106
Arquitetas [urbanistas e projetistas]: E nós, aonde vamos? <i>Silvia Scoralich de Carvalho e Dinah Tereza Papi de Guimaraens</i>	119
Empoderamento comunitário: A importância da capacitação técnica feminina <i>Ester Carro e Angelica Benatti Alvim</i>	136
A segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília <i>Rogério Rezende e Hilde Heynen</i>	155
A cidade como um espaço pautado pelo gênero: observações sobre a invisibilização das mulheres no direito à cidade <i>Maria Paula Albernaz e Marina Guerra Diógenes</i>	177
Reinventar a cidade pelas práticas cotidianas femininas <i>Yara Neves e Monica Olender</i>	191

- Mulheres que fazem cidades:
Uma aproximação aos projetos urbanos
da arquiteta baiana Arilda Cardoso, 1975-1982** 202
*José Carlos Huapaya Espinoza,
Cora Levin e Brenda Araujo Fiuza*
- Utopias artísticas e feministas: Uma cidade para as
mulheres a partir da arte urbana em Belo Horizonte** 217
Daniel Medeiros de Freitas e Carolina Maria Soares Lima
- A emancipação feminina por meio
da autogestão nos movimentos de moradia** 235
Nathalia de de Oliva Silva e Eneida de Almeida
- Não escolhi liderar, mas me escolheram como
liderança!: Uma construção pretagógica de
liderança feminina** 249
Miriam Generoso
- Análise de padrões estimativos de hostilidade urbana
com base em gênero e etnia em João Pessoa-PB** 261
Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega e Ana Gomes Negrão
- Cartografia da insegurança: caminhos possíveis para
o desenho dos espaços públicos sob a
perspectiva do gênero** 277
*Clarice Misoczky de Oliveira, Raquel Pahim
e Ana Clara Menuzzi*
- Feminismo periférico e urbanismo antirracista:
Práticas e trocas de saberes com a
Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro** 296
Rachel Coutinho M. da Silva e Leslie Gonzalez

Arquivo

Reflexões sobre o escopo da tectônica, de Kenneth Frampton	315
<i>Tradução de Monica Aguiar, Marcos Favero e Mara Eskinazi</i>	

Recensão

Uma história toda sua	351
<i>Leandro de Sousa Cruz</i>	

Passagens

A coluna do Alvorada: modernidade e colonialidade	360
<i>Lia Tostes</i>	

Entre arquiteturas, cidades e gêneros

A chamada para o Número 17 da Thésis convidou submissões de trabalhos centrados em temas de gênero sob diferentes perspectivas, incluindo questões sobre habitação, mobilidade, segurança, direito à cidade, espaço público, projeto dos ambientes, outras histórias e narrativas da arquitetura e do urbanismo, especificidades e desafios de uma cidade para as mulheres, e práticas projetuais e/ou tecnologias sociais que incorporem questões de gênero em seus processos. Assim, a Thésis buscou unir-se aos esforços de diversas outras publicações nacionais e internacionais que têm sistematicamente aberto espaço para as pesquisas de gênero, particularmente aquelas ligadas às diferentes vertentes do feminismo.

Recebemos 32 submissões, um número muito expressivo e que denota como os campos da Arquitetura e do Urbanismo estão atentos e responsivos à urgência da temática feminista no Brasil, e que a maturidade dessas pesquisas aponta para seu enraizamento profundo e profícuo. Dessas submissões, a Thésis nº 17 apresenta 18 artigos e uma resenha que percorrem uma ampla gama de recortes temáticos e teóricos, abordagens metodológicas e estudos de caso, apresentando um panorama rico e inspirador para a comunidade de pesquisadoras e pesquisadores da ANPARQ.

No artigo **A contribuição feminina na configuração do lar através dos manuais de economia doméstica - 1940 a 1960**, Kelen Gracielle Magri Ferreira e Ana Maria Reis de Goes Monteiro proporcionam uma visão crítica sobre o papel dos manuais de economia doméstica, populares no século XX, na consolidação do papel de cuidadoras das mulheres. O texto analisa como os manuais de Isabel de Almeida Serrano conectavam as mulheres aos campos da Arquitetura e do Design de Interiores, reconhecendo e valorizando a complexidade das atividades e responsabilidades da

dona de casa, enquanto abriam “espaço para reflexões mais amplas sobre o papel das mulheres na construção e organização do ambiente doméstico”.

No artigo **Cidade do cuidado: de um urbanismo hegemônico para um urbanismo feminista, situado e transformador**, as autoras Clarisse Cunha Linke e Rossana Brandão Tavares constroem um forte arcabouço teórico para sustentar a hipótese de um urbanismo feminista, focado no trabalho reprodutivo e de cuidados, como uma possibilidade de transformar a prática hegemônica do urbanismo capitalista. Para tanto, debatem o caso do Sistema Distrital de Cuidados de Bogotá, parte do Plano de Ordenamento Territorial 2022-2035, que busca implementar as *Manzanas de Cuidado*, uma rede de equipamentos, infraestrutura e serviços de cuidados para as pessoas cuidadoras, crianças, idosos e pessoas com deficiência inovadoramente focada nas populações mais vulneráveis da cidade.

O texto **Fazer-casas-territórios: mundos guardados em histórias de mulheres**, de Vanessa Alves Cordeiro e Thais Troncon Rosa, “oferta ao campo dos estudos urbanos algumas referências da diversidade de modos de fazer e habitar casas e territórios”. Essa oferta se realiza a partir de uma leitura sensível e teoricamente consistente das narrativas de vida de duas mulheres, Urçula e Luzia. Calcadas na teoria de perspectiva feminista, as autoras trabalham com experiências corporificadas e situadas dessas mulheres, experiências representativas da vivência de incontáveis mulheres brasileiras, para compreender a generificação da produção espacial da casa e do território.

José Almir Farias e Ana Clara Benjamim, no artigo **Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos**, apresentam uma excelente revisão biblio-

gráfica de trabalhos sobre o conceito de interseccionalidade, apresentado por Patricia Hill Collins na década de 1990 e, desde então, vem sendo aprimorado e debatido por inúmeros pesquisadores, sendo uma das ferramentas teóricas mais profícuas e instigantes da contemporaneidade nos estudos de gênero e raça. Os autores trazem contribuições substanciais ao debate ao identificar questões epistemológicas, espaciais e metodológicas nos trabalhos sobre/a partir da interseccionalidade. Em conclusão, afirmam que “Em uma leitura otimista, a teoria interseccional veio para consolidar uma nova sensibilidade nos modos de ver e construir a cidade e, portanto, estaríamos no início de um processo em que o ativismo político radicaliza o direito à cidade e com isso revigora e amplia o ideal de justiça e igualdade.”

Em **As Mulheres no graffiti e nas ruas: marcas da luta pelo direito à cidade na cartografia da paisagem simbólica do Centro do Rio de Janeiro**, Diana Amorim dos Santos da Silva e Naylor Barbosa Vilas Boas apresentam uma interpretação sobre os graffitis realizados por mulheres no centro do Rio de Janeiro entre 2015 e 2022. Com uma abordagem interdisciplinar a partir do urbanismo, da história da arte e do design, os autores utilizaram ferramentas de geoprocessamento para mapear os graffitis, somado ao trabalho de campo e pesquisas em redes sociais, procurando identificar e reconhecer as artistas. O trabalho permite questionar o paradigma de que o graffiti é uma intervenção político-artística dominada por homens, enquanto apresenta uma decodificação sensível “dos grafismos da paisagem urbana” do centro do Rio.

Nádia Mendes de Moura contribui, com o texto **As taverneiras na dinâmica urbana da cidade de Goiás no século XIX**, para uma revisão sob uma perspectiva de gênero da historiografia da cidade nos períodos colonial e imperial no Brasil. Apoiada por ampla documentação primária, Nádia mostra uma lista de mulheres que desenvolviam atividades de venda na cidade de Goiás no início do século XIX, cartografando de forma muito rica a localização específica de trabalho dessas taverneiras e vendeiras e questionando o domínio masculino na cidade colonial. O trabalho aponta para o reconhecimento do papel feminino na conformação e no cotidiano da cidade revelando “um campo de resistência, tensão e luta”.

Em **Arquitetas [urbanistas e projetistas]: e nós, aonde vamos?**, Silvia Scoralich de Carvalho e Dinah Tereza Papi de Guimaraens desenvolvem uma profunda discussão teórica sobre o feminismo. Como contri-



buição e constroem uma tipologia teórica que organiza vertentes, epistemologias e paradigmas do feminismo, transformando-os em “operadores analíticos”, contribuindo para o fortalecimento das análises das relações sociais de gênero no contexto urbano e arquitetônico.

Ester Carro e Angélica Benatti Alvim, em **Empoderamento comunitário: A importância da capacitação técnica feminina**, analisam os impactos de uma capacitação técnica das mulheres realizada pelo Instituto Fazendinho no Jardim Colombo, favela do Complexo de Paraisópolis, situada na região do Morumbi, bairro nobre da cidade de São Paulo. O artigo oferece uma visão privilegiada do processo de capacitação, construída a partir da observação participante de Ester, moradora do Jardim Colombo e liderança local. A oferta de capacitação para mulheres em atividades da construção civil, incluindo formações em pintura, azulejaria, ceramista, eletricitista, artesanato, marcenaria, reboco e impermeabilização contribui não apenas para a inserção no mercado de trabalho, mas também para as melhorias habitacionais para as próprias moradoras, fomentando a autonomia econômica, a inclusão social das mulheres e o empoderamento comunitário.

Em **A segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília**, Rogério Rezende e Hilde Heynen questionam o discurso de igualdade de acesso e experiência urbana difundidos no ideário sobre Brasília sob uma perspectiva de gênero. O trabalho cuidadoso e perspicaz analisa o discurso dos princípios fundadores de Brasília, problematiza fatos históricos, além de dados demográficos e observações sociais, concluindo que “certas características espaciais da cidade contribuíram para a discriminação baseada em gênero, afetando especialmente as mulheres”.

Marina Guerra Diógenes e Maria Paula Albernaz, autoras de **A cidade como um espaço pautado pelo gênero: observações sobre a invisibilização das mulheres no direito à cidade**, dão importantes contribuições ao afirmarem que os debates de gêneros são fundamentais para o campo da produção do espaço urbano e que esses finalmente têm recebido a devida atenção nos últimos anos, refletindo o fortalecimento do movimento feminista pelo mundo. O artigo apresenta uma extensa revisão bibliográfica sobre o direito à cidade e o urbano sob uma perspectiva de gênero, base para uma crítica à invisibilização das mulheres nas mais diversas esferas da produção da arquitetura e do urbanismo.

Yara Neves e Mônica Olender, autoras de **Reinventar a cidade pelas práticas cotidianas femininas**, problematizam as desigualdades de gênero na cidade considerando que o espaço urbano é muito mais adaptado às demandas e papéis sociais dos homens. Partindo dessa premissa, as autoras debatem as questões sobre o direito à cidade, a feminização da pobreza e a reprodução das desigualdades urbanas, que atingem mais mulheres do que homens, e ilustram esse panorama a partir de experiências empíricas em um projeto promovido pela ONU em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora que visita Zonas de Especial Interesse Social aplicando a metodologia do Mapa Rápido Participativo. José Carlos Huapaya Espinoza, Cora Levin e Brenda Araujo Fiuza, em *Mulheres que fazem cidades: uma aproximação aos projetos urbanos da arquiteta baiana Arilda Cardoso, 1975-1982*, destacam a obra da arquiteta baiana Arilda Cardoso Sousa, com especificidade aquela desenvolvida quando ela era Coordenadora do Grupo de Trabalho "Áreas Verdes e Espaços Abertos" do Órgão Central de Planejamento da Prefeitura da capital baiana, entre 1975 e 1982. Trata-se de uma contribuição à história da arquitetura e do urbanismo soteropolitanos, que tem sido escrita a partir de olhares específicos, predominantemente relacionados a edificações paradigmáticas ou obras de arquitetos (homens).

Em **Utopias artísticas e feministas: uma cidade para as mulheres a partir da arte urbana em Belo Horizonte**, Carolina M. Soares Lima e Daniel Medeiros de Freitas discutem o papel das utopias artísticas e feministas, considerando as condições históricas e contemporâneas de sua produção, especialmente no Sul Global, sob a perspectiva do feminismo decolonial. Assim, a colonialidade do poder é vista como uma tecnologia de dominação que persiste na contemporaneidade, com destaque para a categoria socioespacial de América. Neste contexto de articulação entre a teoria urbana crítica e o feminismo decolonial, há um enfoque na arte do lugar urbano em Belo Horizonte para acessar, imaginar e desvelar utopias feministas na cidade.

O artigo **A emancipação feminina por meio da autogestão nos movimentos de moradia**, de autoria de Nathalia de O. Silva e Eneida de Almeida, lida com a participação feminina nos movimentos de moradia social, com particularidade no Mutirão da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, na Zona Leste de São Paulo, não somente no dia-a-dia do canteiro de obra, como nas posições de liderança comunitária. As entrevistas realizadas objetivam compreender novas formas de produção do conhecimento e do espaço por meio de ações insurgentes e contra-hegemônicas.



Miriam dos Santos Generoso traz uma contribuição única à revista, apresentando o texto Não escolhi liderar, mas me escolheram como liderança!: construção pretagógica de liderança feminina, onde a narrativa pessoal de sua trajetória de formação nos/com os movimentos sociais funciona como um fio condutor de uma potente crítica política e urbana à desigualdade de oportunidades operacionalizada pelo racismo e pelo machismo no Brasil.

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega e Ana Gomes Negrão, no artigo **Análise de padrões estimativos de hostilidade urbana com base em gênero e etnia em João Pessoa-PB**, relacionam características sociais com padrões estimativos da densidade de comportamentos hostis, tendo como elementos comparativos, os indicadores de gênero e etnia. Refletem ainda sobre o impacto do desenho urbano e do imaginário social coletivo, que constitui e fortalece uma estrutura social excludente e hostil, que resulta na vulnerabilização de grupos e no isolamento de recortes privilegiados da urbe.

Em **Cartografia da insegurança: caminhos possíveis para o desenho dos espaços públicos sob a perspectiva de gênero**, Clarice Misoczky de Oliveira, Raquel Pahim e Ana Clara Menuzzi identificam os elementos que compõem o mapa do medo para criar diretrizes para espaços públicos dentro da perspectiva do urbanismo feminista. O estudo analisa auditorias de segurança com mulheres em duas praças no Centro Histórico de Porto Alegre (RS). A metodologia procura não apenas apoiar planos e projetos, mas também mudar a percepção das mulheres para melhorar o uso dos espaços públicos.

A sessão Ensaios se encerra com o texto **Feminismo periférico e urbanismo antirracista: Práticas e trocas de saberes com a Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro**, de Rachel Coutinho M. da Silva e Leslie Gonzalez, que relata e problematiza a desigualdade de gênero na cidade a partir de uma experiência de assessoria técnica para melhorias habitacionais no território periférico do bairro de Campo Grande, no Bosque dos Caboclos, chamado Mulheres em Ação entre 2017 e 2019. A análise foi realizada sob a perspectiva do feminismo periférico, que se refere às ações e lutas das mulheres da periferia, ressignificando suas existências em áreas vulneráveis, bem como seu poder de transformá-las e construir coletivamente outras possibilidades. As atividades envolveram diagnósticos participativos, definição de prioridades, organização do trabalho coletivo, oficinas de capacitação e mutirões.



Essa experiência ensejou a visão de um urbanismo antissexista e antirracista, possível a partir da vivência de resistência das periferias.

Na sessão Arquivo apresenta a tradução do texto ***Introduction: Reflections on the Scope of the Tectonic***, de autoria do professor Kenneth Frampton. A tradução foi realizada pelos professores Mônica Aguiar (DAU-PUC/Rio), Marcos Favero (DAU-PUC/Rio) e Mara Eskinazi (FAU-UFRJ), sendo a revisão final da versão em português realizada por Gabriel Pomeranclum com o apoio financeiro do PPGArq DAU-PUC/Rio.

Na sessão Recensão, procuramos um livro que se aproximasse das questões de gênero debatidas nos artigos, contribuindo para diminuir a invisibilidade das mulheres na historiografia da arquitetura e do urbanismo. Assim, convidamos o professor Leandro de Souza Cruz para elaborar a resenha do livro da arquiteta argentina Zaida Muxí Martínez, ***Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral***, onde a autora desenvolve uma “reescrita da história da arquitetura e do urbanismo a partir das contribuições de mulheres que foram silenciadas nas histórias gerais”.

Na sessão Passagens, Lia Tostes traz um ensaio crítico sobre as relações entre o modernismo e o colonialismo a partir de uma interpretação arquitetônica e política da coluna do Palácio da Alvorada, de Oscar Niemeyer.

Não podemos deixar de mencionar que neste ano, 2024, nossa associação realizará seu principal evento, o ENANPARQ 8, com o tema Encruzilhadas – convergências e dispersões. O evento acontecerá no Rio de Janeiro, entre 19 e 24 de outubro, com organização formada por um coletivo de 7 programas de Pós-graduação da cidade: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PROARQ-FAU/UFRJ; Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | PROURB-FAU/UFRJ; Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística | MPAP-FAU/UFRJ; Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio | PGPP-FAU/UFRJ; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFF; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PPGArq/PUC-Rio e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/IFF. As inscrições estão abertas no site <https://enanparq8.com.br/>

No ENANPARQ 8 serão divulgados os resultados do Prêmio ANPARQ 2024, que tem a finalidade de valorizar a produção científica e a inovação da área de Arquitetura e Urbanismo nas modalidades: Tese; Dissertação de mestrado acadêmico; Trabalho de conclusão de curso



de mestrado profissional; Livro autoral; Livro coletânea; Capítulo de livro coletânea; Artigo em periódico e Projeto de extensão. Com coordenação geral de Miguel Buzzar, do IAU/USP, Presidente da ANPARQ, Ana Gabriela Godinho Lima, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, James Miyamoto, da UFRJ, e Marcio Cotrim, da UFBA, conta com apoio de inúmeros professores de todo o Brasil nas diferentes comissões avaliadoras.

A colagem da capa, obra de Lídia Quieto, faz uma potente interpretação poética da metáfora das ondas feministas que, mais do que fenômenos com início, ápice e fim, devem ser interpretadas como contínuos a serem revisitados para mostrar suas contradições, diversidade de pautas, continuidades e permanências entre os diversos períodos de luta feminista.

THESIS

Ensaaios

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes; MAGRI FERREIRA, Kelen Gracielle. A contribuição feminina na configuração do lar através dos manuais de economia doméstica - 1940 a 1960. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 17-32, ago 2024

data de submissão: 04/03/2024
data de aceite: 13/05/2024

A contribuição feminina na configuração do lar através dos manuais de economia doméstica - 1940 a 1960

Ana Maria Reis de Goes Monteiro
e Kelen Gracielle Magri Ferreira

Ana Maria Reis de Goes MONTEIRO Doutora; Unicamp; ana-goes@fec.unicamp.br

Kelen Gracielle MAGRI FERREIRA Doutoranda; Unicamp; kelenmagri@yahoo.com.br

Resumo

Manuais de economia doméstica foram publicações muito consumidas no século XX por fornecerem orientações sobre como gerenciar e resolver problemas do lar de forma econômica. Traziam em seu conteúdo técnicas de higienização do lar para a saúde da família, reparo e conservação de roupas, aproveitamento de retalhos, compra e preparo de alimentos, cuidados com filhos e puericultura, contabilidade doméstica e arranjo e ornamentação da casa. Dada a associação da mulher ao mundo privado e a visão de sua função biológica de cuidar da família e do marido, esses manuais possuíam escrita direcionada a elas e além dos assuntos relacionados à economia e administração de recursos de maneira eficiente ainda conduziam os comportamentos femininos ao que era esperado pela sociedade. O objetivo deste artigo é analisar através de publicações da autora Isabel de Almeida Serrano como esses manuais aproximavam as mulheres ainda que de forma restrita e enviesada dos campos da arquitetura e decoração através da "ciência do lar". Era a maneira e a linguagem que permitia o seu acesso a áreas como Nutrição, Psicologia e será explorada essa aproximação da Arquitetura e Design de Interiores nesta discussão.

Palavras-chave: Manuais de Economia Doméstica; Economia Doméstica; mulheres na arquitetura; Isabel de Almeida Serrano.

Abstract

Home economics manuals were widely consumed publications in the 20th century because they provided guidance on how to manage and solve household problems in an economical way. They included in their content techniques for cleaning the home for the health of the family, repairing and preserving clothes, using scraps, purchasing and preparing food, childcare, domestic accounting and arranging and decorating the house. It was associated to women with the private environment and the view of their biological function of taking care of their family and husband, these manuals had writing aimed at them and, in addition to subjects related to the economy and efficient resource management, they also led female behaviors to what was expected by society. The objective of this article is to analyze, through publications by author Isabel de Almeida Serrano, how these manuals brought women closer, although in a restricted and biased path, to the "science of the home". It was the way and language that allowed her access to areas such as Nutrition, Psychology and this approach to Architecture and Interior Design will be explored in this discussion.

Keywords: Home Economics Manuals; Household economy; women in architecture; Isabel de Almeida Serrano.

Resumen

Los manuales de economía doméstica fueron publicaciones muy consumidas en el siglo XX porque proporcionaban orientación sobre cómo gestionar y resolver los problemas domésticos de forma económica. Incluían en sus contenidos técnicas de limpieza del hogar para la salud de la familia, reparación y conservación de ropa, utilización de retales, compra y preparación de alimentos, cuidado y puericultura de los niños, contabilidad doméstica y ordenación y decoración de la casa. Dada la vinculación de las mujeres con el mundo privado y la visión de su función biológica de cuidar de su familia y marido, estos manuales tenían escrituras dirigidas a ellas y, además de temas relacionados con la economía y la gestión eficiente de los recursos, también lideraban comportamientos femeninos, a lo esperado por la sociedad. El objetivo de este artículo es analizar, a través de publicaciones de la autora Isabel de Almeida Serrano, cómo estos manuales acercaron a las mujeres, aunque de forma restringida y sesgada, a los campos de la arquitectura y la decoración a través de la "ciencia del hogar". Fue la forma y el lenguaje que le permitió acceder a áreas como la Nutrición, la Psicología y este acercamiento a la Arquitectura y la Design de Interiores será explorado en este conversatorio.

Palabras-clave: Manuales de economía doméstica; Economía doméstica; mujeres en arquitectura; Isabel de Almeida Serrano.

Introdução

Esta análise tem como objetivo compreender como os manuais de economia doméstica, comuns no século XX, instruíam sobre as práticas diárias do lar e realizavam uma articulação de conhecimentos relacionados à Arquitetura através de instruções sobre a disposição e o arranjo de ambientes. Embora muitas vezes subestimadas, as escritoras neste campo, donas de casa, mães, normalistas contribuíram para pensar a arquitetura residencial de forma prática, revelando capacidades além do domínio decorativo, evidenciando a interconexão entre a Economia Doméstica e transformações que ocorriam na arquitetura.

Existem casas e existem lares. Casa é o imóvel em que moramos e onde nos abrigamos contra intempéries. Lar é muito mais do que isto: é a casa e a vida sentimental e espiritual da família. Para que exista um lar no interior das quatro paredes de uma habitação, é necessário que ali resida o verdadeiro espírito da família: e este espírito compete à mulher criá-lo e conservá-lo. (...) Tão complexo se apresentam os problemas da família, que a dona de casa, no seu viver diário, necessita de um conjunto sistematizado de variados conhecimentos científicos, a fim de que suas tarefas não sejam desempenhadas empiricamente. (SERRANO, 1951, p.15)

A análise do trecho extraído do livro "Noções de Economia Doméstica" de Isabel de Almeida Serrano re-

vela duas questões centrais que delinham tanto a percepção do papel de gênero quanto a aproximação feminina do universo acadêmico: a atribuição de responsabilidade à mulher na transformação de uma simples casa em um verdadeiro lar e a importância da ciência como uma ferramenta indispensável para a eficaz administração do ambiente doméstico.

Constatada a importância do conhecimento científico na administração do lar, esta análise se concentrará nos aspectos textuais que estabelecem uma relação entre três obras distintas da autora Isabel de Almeida Serrano e os campos da Arquitetura e Decoração. Os Manuais de Economia Doméstica, elaborados por Serrano, oferecem uma perspectiva esclarecedora sobre o amplo escopo das responsabilidades atribuídas às mulheres, abrangendo não apenas tarefas domésticas rotineiras e áreas como nutrição, psicologia e enfermagem, mas também incorporando tópicos fundamentais de arquitetura e decoração.

Fox Keller ao refletir sobre a intersecção entre gênero e ciência argumenta a favor de uma ciência mais inclusiva e independente de gênero. Ela enfatiza que a inclusão feminina não compromete a objetividade científica, mas, ao contrário, a torna mais acessível e aberta a novas visões (KELLER, 2006). Essa perspectiva ressalta a importância de considerar a dinâmica de gênero na produção e disseminação do conhecimento científico, destacando a necessidade de uma abordagem mais ampla e inclusiva que reconheça e valorize a contribuição das mulheres para a ciência e a sociedade como um todo.

Na primeira parte deste estudo, serão abordados os Manuais de Economia Doméstica e suas lições essenciais para a organização eficiente da casa. Inicialmente, será apresentado o histórico da economia doméstica, desde suas origens até sua evolução para acompanhar a expansão do consumismo, bem como o processo de transformação desses manuais em livros didáticos no Brasil. Será analisado como as mudanças nos padrões de consumo influenciaram a necessidade de orientações específicas para gerenciar os recursos domésticos e a busca de eficiência através da aquisição de eletrodomésticos.

Na segunda parte, será apresentada a biografia de Isabel de Almeida Serrano, uma escritora brasileira relevante no cenário da economia doméstica. Exploraremos sua vida, condição social, relação com a educação e as circunstâncias que a levaram a se tornar uma autora no campo da organização doméstica.

Por fim, serão analisadas as instruções fornecidas nos livros de Isabel de Almeida Serrano direcionadas às chamadas “rainhas do lar”. Foram escolhidas três de suas obras: “Minha Casa” (1949), “Noções de Economia Doméstica” (1951) e “Rainha do Lar” (1953). Nesta análise, serão observados os conselhos práticos oferecidos e o impacto dessas obras na vida das mulheres e na cultura doméstica da época, destacando especialmente os pontos de convergência com a arquitetura. Serão explorados como as orientações de Serrano sobre organização e arranjo dos espaços domésticos ecoam conceitos e práticas da arquitetura, evidenciando a interseção entre esses campos e a importância de uma abordagem integrada na configuração dos lares.

Nesta análise que tomará como base obras de Isabel de Almeida Serrano e sua contribuição para a economia doméstica, enfatiza-se a importância de se observar a história e as evoluções científicas a partir de uma perspectiva feminina. Ao reconhecer a interação entre gênero, ciência e práticas domésticas, somos levados a considerar a importância de uma abordagem inclusiva e diversificada na história e na ciência, que valorize as contribuições das mulheres e suas diferentes perspectivas e formas de contribuição.

Manuais de Economia Doméstica: lições para organizar a casa

Inicialmente destinado às moças da nobreza empobrecida, o ensino de economia doméstica foi oficializado em 1844 na Bélgica, espalhando-se pela Europa e posteriormente pelo mundo. Essa ciência, em seu florescimento no final do século XIX, visava educar as jovens para serem donas de casa e mães adequadas, garantindo o bem-estar da família e o controle financeiro do lar. Demonstrou-se oportuna em escola para moças em um momento de expansão industrial capitalista, de baixos salários do operariado, já que institucionalizava a responsabilidade feminina de administrar os gastos com a casa. A economia doméstica promovia a moderação no consumo, incentivando o reaproveitamento de materiais cotidianos, como restos de alimentos e gorduras para produção de sabão, e ensinava técnicas de costura para aproveitar retalhos e fazer remendos, reduzindo a necessidade de comprar roupas novas.

Surgia uma ciência associada às mulheres, que além de operárias, trabalhadoras não deveriam desviar suas atenções das atribuições de mãe, esposa e dona de casa. Os manuais de economia doméstica ou ma-

nuais femininos eram publicações que organizavam os saberes anteriormente passados de mãe para filha e abriram oportunidade para o surgimento e aperfeiçoamento de campos como Nutrição e Enfermagem. Em 1939, o Instituto Profissional Feminino introduziu pioneiramente no Brasil o curso de Dietética e Auxiliares de Alimentação para o combate à subnutrição, seguido, em 1940, pelo curso de enfermagem, ambos correlacionados aos princípios da Economia Doméstica (CARVALHO, 2013). Esses manuais falavam para mulheres da burguesia, mas classes inferiores também tinham acesso às publicações através de escolas femininas e posteriormente quando Economia Doméstica passou a fazer parte dos currículos escolares através do Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, Título III, Art. 25 conforme trecho a seguir (ALVES; ALMEIDA, 2019).

(...)3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

Os manuais eram escritos tanto por homens e mulheres e em geral observa-se um tom imperativo e moralista que direcionava as leitoras para diretrizes comportamentos sociais. “Dona de casa, deverá saber como arrumar e dispor a residência nos dias comuns, adorná-la nas ocasiões festivas, receber visitas e hóspedes” (SERRANO, 1953). Segundo a autora Dulcília Buitoni (2009) que estuda essa linguagem dirigida a mulheres em periódicos, fazia-se uso de uma abordagem amistosa capaz de escamotear a contestação ou mesmo a dúvida. No início dos capítulos de seus manuais, a autora Isabel Serrano muitas vezes citava exemplos, pequenas histórias que pudessem ilustrar de maneira lúdica o assunto que seria tratado, era este outro artifício para prender a atenção de leitoras, familiarizadas com a narrativa e o estilo dos romances.¹

¹ A Companhia Editora Nacional, criada por Fernando de Azevedo, era considerada uma editora de destaque no século XX e produziu coleções de romances como a “Biblioteca das Moças”, que entre 1920 e 1960 era composta por mais de 180 volumes de alto volume de publicações (TOLEDO, 2001).

Após a Segunda Guerra Mundial, a introdução de novos eletrodomésticos prometia aliviar o fardo das donas de casa, proporcionando-lhes mais tempo livre e até mesmo permitindo dispensar empregadas domésticas, no caso das famílias mais abastadas. A publicidade reforçava a ideia de que novas tecnologias eram essenciais para lares modernos, especialmente na cozinha, onde a eficiência e a limpeza poderiam ser aprimoradas com uma gama de opções oferecidas pela indústria de eletrodomésticos, inspirada pelo modelo estadunidense. A evolução dos fogões, em particular, trouxe mudanças significativas na disposição das co-

zinhas, passando de ambientes isolados no fundo das casas, com paredes enegrecidas pela fumaça de lenha, para espaços integrados e mais limpos, graças ao advento de fogões esmaltados a gás engarrafado, que ofereciam mais limpeza, conforto e conveniência (LEMOS, 1976). Manuais de economia doméstica e revistas ilustradas impulsionaram essa tendência, ao mesmo tempo em que promoviam princípios higienistas e reforçavam a limpeza à saúde da família. No entanto, é perceptível uma influência cada vez maior do mercado de consumo, apesar das orientações sobre economia doméstica. Enquanto podem fornecer orientações úteis sobre organização, limpeza e economia de recursos, é importante reconhecer que algumas das estratégias sugeridas podem não ser aplicáveis ou acessíveis a todas as classes sociais.

No contexto internacional escritoras desses manuais realizavam contribuições ao pensar a casa de maneira mais eficiente. Nos Estados Unidos do século XIX, Harriet Beecher Stowe e sua irmã Catherine Beecher escreveram “The American Woman’s Home” (1869), um manual que propunha a casa como instrumento para saúde, prazer doméstico e sucesso familiar, ilustrado com plantas e ideias de economia de tempo e despesas. Christine Frederick (1923), uma professora de Economia Doméstica nos EUA, aplicou princípios tayloristas ao trabalho no lar, reformulando a disposição dos ambientes e equipamentos para aumentar sua eficiência. Na Europa, Paulette Bernège (1926) introduziu o método taylorista doméstico, reconhecendo o trabalho doméstico como um negócio e estimando o tempo perdido e a energia gasta em tarefas mal planejadas, propôs uma abordagem mais prática na construção e decoração das casas e aproximou os manuais de conceitos do movimento moderno.

Nos manuais brasileiros de economia doméstica não foram encontrados estudos em plantas semelhantes aos observados na Europa ou nos Estados Unidos. Em vez disso, esses manuais apresentavam um enfoque em métodos de higienização da casa, móveis e utensílios e no uso de materiais apropriados para garantir a eficiência na questão da limpeza dentre outros pontos que não deixam de ter relação com a arquitetura e decoração. Isabel de Almeida Serrano escreveu livros na formatação de publicações didáticas quando os manuais passaram por modificações editoriais no momento em que a disciplina Economia Doméstica foi inserida nos currículos escolares. A autora foi escolhida e será estudada a seguir em três de suas obras para uma análise mais metódica desse percurso.

Isabel de Almeida Serrano

Quem era a mulher por trás dos livros de Economia Doméstica e que refletia sobre o espaço da casa no Brasil? Para obter uma compreensão mais aprofundada do perfil das autoras desses livros, usaremos a biografia de Isabel de Almeida Serrano como exemplo, cujas obras foram selecionadas e serão analisadas neste estudo.

Ao observar os textos escritos por Isabel verifica-se um grande interesse pelo ensino, aprendizagem e atualização de conhecimentos. Escrevia de forma peculiar a suas leitoras, sempre trazendo ensinamentos através de histórias do cotidiano. Tinha habilidade em transitar por diversas áreas como Filosofia, História, Psicologia e não se pode deixar de acrescentar aqui, a Arquitetura. Ela incentivava a busca pelo conhecimento entre as mulheres e propunha que as donas de casa tivessem uma biblioteca em seus lares e que separassem um tempo para a leitura.

No capítulo "A leitura" conta que visitou a casa de uma amiga e sentiu falta de uma biblioteca, a princípio indicando a leitura de literatura e poesia, arte culinária, ciências domésticas, manual de tricô e bordado, assuntos relacionados ao universo feminino da época. Acrescenta sobre a importância do interesse em ciências e geografia para ajudar no ensino dos filhos, a psicologia para saber administrar as questões de família e saber acessar a biblioteca do marido para livros de filosofia.

Se a mãe de família possuísse noções de psicologia, por certo não poderia alegar ignorância do *comezinho*² princípio de que a ideia leva ao ato; não desconheceria que a leitura fútil embota a inteligência e solapa o caráter; não ignoraria que os romances, os suplementos de certos jornais, considerados por muitos ligeiros, divertidos e inofensivos, são os inimigos reais da família.

A boa dona de casa deve saber usar a biblioteca do marido, se este a possui; ou constitui-la, se a falta de cultura ou displicência do esposo não reclama a presença dos bons amigos silenciosos. Deve ter os seus volumes de filosofia (não se assuste!), de filosofia religiosa, porque, se não conceber a sua visão da vida, pouco se diferenciará do seu gato ou do seu canário; e à proporção que for adquirindo novos conhecimentos, o seu âmbito intelectual irá crescendo e exigindo novos volumes na estante. (SERRANO, 1949, p. 73)

O trecho evidencia que Isabel não se restringia ao papel tradicional de dona de casa, mas buscava ativamente conhecimento e o compartilhava com outras mulheres, incentivando-as a fazer o mesmo. Ela nas-

² Essa expressão "ignorância do *comezinho*" refere-se à falta de conhecimento ou compreensão das coisas mais básicas ou fundamentais. O termo "*comezinho*" significa simples, comum ou básico. Portanto, "ignorância do *comezinho*" implica desconhecimento ou desprezo pelas informações ou princípios mais elementares de um assunto. A expressão foi usada com o intuito de enfatizar a importância do entendimento dos conceitos mais elementares antes de avançar para assuntos mais complexos.

ceu em 1901 na Fazenda Independência, em Castelo ES, filha de Pedro de Almeida Ramos e Celsa Machado Ramos. Casou-se com Mário Serrano, natural do Rio de Janeiro, que ocupou o cargo de Secretário de Governo, não tiveram filhos.

Mário Serrano, além de escritor, professor e autor de vários livros, destacou-se na literatura infantil. Seu pai, Capitão -Tenente Frederico Guilherme de Souza Serrano, foi ex-Senador da República e amigo de D. João VI. Durante o período em que Mário ocupou o cargo de Secretário de Governo, Isabel foi a primeira presidente da LBA - Legião Brasileira de Assistência, participando também ativamente da Comissão Espírito-Santense do Folclore e exercendo funções na LBA no governo de Francisco Lacerda de Aguiar.

Isabel, quando jovem, estudou no tradicional Colégio do Carmo, no centro de Vitória, onde concluiu o curso de Normalista em 1919. Lecionou no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, incluindo Economia Doméstica e direção de Jardim de Infância em Cachoeiro de Itapemirim. Como escritora, Isabel contribuiu com crônicas sobre lendas e curiosidades em diversos jornais e revistas do país e do Espírito Santo. Entre suas obras publicadas estão "Quando Você Casar", "Rainha do Lar", "Noções de Economia Doméstica", "Minha Casa", "O Natal" e "Armadilha para Pássaros Vermelhos - Contos Folclóricos de Guarapari".

Isabel viveu em Petrópolis, Rio de Janeiro, e faleceu em 1994, aos 93 anos, em Cachoeiro de Itapemirim, tendo residido em Guarapari até sua morte. Sua vida esteve intimamente ligada à política, por meio do esposo, e sua formação como normalista e experiência como professora complementaram sua trajetória como escritora dedicada ao público feminino (SERRANO, 2009).

As instruções para a Rainha do Lar

Após a leitura das três obras selecionadas da autora Isabel de Almeida Serrano chama atenção a quantidade de atribuições que estavam reservadas à dona de casa. O serviço doméstico nunca foi valorizado no Brasil, essa mulher qualquer que fosse sua classe social, possivelmente não teria noção de quantos campos científicos estavam contidos dentro do estudo de Economia Doméstica e ainda que tivesse essa percepção ainda assim, dedicar-se ao estudo aprofundado dos assuntos dos manuais teria como objetivo agradar ao marido, aos filhos, eventuais visitas. Era uma mulher que colocava suas vontades, seus sonhos em

segundo plano em função da família. Não enxergava todas essas atividades como um trabalho, tão crucial quanto aquele desempenhado pelo marido. Devido à desvalorização do trabalho doméstico e à sua forte associação com o gênero, essa mulher acabava muitas vezes acrescentando longas jornadas de trabalho fora de casa porque as tarefas dentro do lar não eram reconhecidas.

Mas o que essa disciplina tinha de interação com Arquitetura ou Design de Interiores? É importante ressaltar que as obras analisadas foram escritas por uma mulher nas décadas de 1940 e 1950, quando nasciam as primeiras faculdades de arquitetura em São Paulo, já existente a primeira em Rio de Janeiro, área extremamente restrita às mulheres. A autora fala de engenheiro ou construtor mas cita a importância da dona de casa saber aquilo que seu lar necessita para direcioná-los. Chega a sugerir que o casal estabeleça uma planta que servirá de base ao técnico mas ela mesma estuda e apresenta uma série de questões técnicas às leitoras.

O primeiro livro analisado é “Minha Casa” e é possível observar uma análise detalhada de diversos aspectos que contribuem para a harmonia e o conforto dos ambientes domésticos. A parte II do livro traz capítulos como: Disposição dos aposentos da casa, a cozinha, fogões e fogareiros, Iluminação, A geladeira, A casa própria, dentre outros. A autora em seus discursos tenta se dirigir às mulheres de todas as classes sociais, fala da casa e do apartamento e demonstra sua preferência pela casa indicando a transição pela qual passavam algumas cidades brasileiras com a nova forma de morar:

Gosto da casa; mas circunstâncias especiais colocaram-me num apartamento. Vou, então sem perder de vista a realização do meu ideal, adaptar-me a este gênero de habitação, procurando ver e sentir a casa entre as suas paredes. Vou considerar o apartamento em que moro a minha casa, o meu lar, não tem o jardim, não tem o quintal, não tem o gatinho; há cheiro de cidade e ruído de cidade, em vez do perfume do mato e sossego do campo. Mas é a casa, da qual posso dizer sem orgulho e sem vaidade: “aqui há paz”. (SERRANO, 1949, p. 133)

O apartamento servirá para um casal sem filhos em que ambos cônjuges trabalhem em ocupações fora do lar, para um casal de velhos, para um rapaz solteiro; porém não para uma família com filhos pequenos. (SERRANO, 1949, p. 201)

Nesta obra ela ainda explica a importância da iluminação, tanto natural quanto artificial, para a criação de atmosferas acolhedoras. Chega a indicar e melhor

posição de móveis de trabalho em função da posição de iluminação (natural – janelas), considerando o uso de pessoas destros.

A boa iluminação é indispensável para uma visão perfeita. Nesse particular cumpre atender não somente a iluminação artificial como também a natural, observando-se a posição das janelas e das portas, as forças e a distribuição das fontes fotogênicas.

Ao instalar-se o quarto de trabalho será preferível que a luz esteja à esquerda, com relação ao lugar onde se colocarem as máquinas de costura e datilográficas e as mesas ou secretárias. (...) (SERRANO, 1949, p. 169)

Ela aborda a relevância da escolha e disposição dos eletrodomésticos na cozinha, incluindo a geladeira, não apenas para a funcionalidade, mas também para a percepção do ambiente.

Na obra "Rainha do Lar" (1953) ocorre um detalhamento maior sobre as questões técnicas de arquitetura e design de interiores em uma residência. O livro é dividido em duas partes sendo a primeira dedicada à casa e a segunda à família. Na parte sobre a casa foram separados capítulos como: A evolução da casa, com histórico das habitações e reflexão sobre o morar.

Nos capítulos "Organização e Reorganização da Casa", a autora direciona soluções técnicas que são utilizadas também hoje pelos arquitetos para reformar casas, adequando-as às novas fases da vida de crianças que se tornaram adolescentes e da família. São exemplos de adaptação de ambientes, que como o que segue:

A simples retirada ou a abertura de uma parede poderá aumentar o espaço aproveitável. Por exemplo: a cozinha é demasiadamente apertada e há uma despensa anexa. A retirada da parede divisória entre as duas proporcionará área suficiente para uma cozinha espaçosa onde havia prateleiras. Serão instalados armários embutidos com ampla capacidade para guarda de gêneros e utensílios. (SERRANO, 1953, p. 27)

Em outro capítulo a autora fala das cores na decoração, ressalta a importância da escolha e harmonização das cores na decoração residencial, destacando a necessidade de um estudo cuidadoso que leve em conta diversos fatores. Isso inclui considerar a preferência dos moradores, levando em conta seus perfis psicológicos, o estilo arquitetônico e decorativo, além da iluminação e materiais empregados. A autora também explora as propriedades das cores, a referência na luz solar, além do impacto psicológico das cores quentes e frias, e a formação de cores secundárias a partir das primárias, com auxílio do círculo cromático. Isabel mais uma vez

se aproxima de conceitos relacionados ao Design de Interiores e demonstra através de técnicas é possível estabelecer a harmonia cromática e a integração com as demais características do ambiente.

Isabel além de explicar as funções e apresentar modelos, chega a fazer um mergulho na história e cultura de alguns países para explicar sobre mobiliário, tapetes, cortinas e tecidos. Nas cortinas são ressaltadas suas capacidades como alternativa de controlar a luz, proporcionar privacidade e criar atmosferas acolhedoras. Diferentes tipos de cortinas são descritos, cada uma adequada para diferentes necessidades.

No caso dos tapetes, são mencionadas suas funções práticas, como o aquecimento do ambiente e a absorção de ruídos, além de sua variedade em termos de materiais e estilos, incluindo uma breve história sobre sua fabricação e uso. Os tapetes orientais são classificados em seis categorias principais, de acordo com sua origem geográfica: persa, indiana, turcomana, caucásica, turca e chinesa. A autora descreve as características distintivas de cada categoria, incluindo padrões, cores e simbolismos associados aos desenhos. Quanto aos quadros na residência ela fala dos tipos de pintura e molduras, dá direcionamentos sobre a colocação adequada discutindo excessos para garantir a apreciação adequada das obras. Sobre tecidos, sua história e importância na decoração são abordadas, assim como a variedade de tipos disponíveis e sua aplicação em diferentes contextos.

O capítulo sobre mobiliário explora a evolução histórica dos móveis, destacando sua relação com a arquitetura e a cultura de cada época, além de ressaltar a importância da harmonia entre o estilo da residência e o mobiliário escolhido. É impressionante o nível de explicações dedicadas a cada período dos móveis e Isabel fornece às leitoras um conhecimento muito específico de designers de interiores como no trecho destacado abaixo:

O estilo Regência estabeleceu a ponte entre o estilo Luís XIV e o Luís XV. Este contemporâneo ao rococó, caracteriza-se pela linha curva. Pelo menor tamanho. E maior leveza dos móveis. Pelos motivos ornamentais – sátiros, cupidos, garras de animais, coroas de flores, folhas de acanto. As cores assumem matrizes mais suaves e delicadas. O mobiliário torna-se luxuoso, com linhas curvas e pé cabriolé. O mogno, pau-rosa, o pau-cetim são as madeiras mais empregadas. Desaparecem a ordem clássica e surgem influências orientais. (SERRANO, 1953, p:45)

E o mobiliário atual, cujas características são a ausência de qualquer ornamento, o emprego de tubos me-

tálicos e de madeiras lisas, do vidro para os tampos das mesas, Das cores berrantes, e, por vezes, a tendência para a forma cúbica. (SERRANO, 1953, p. 47)

Os capítulos também abordam a evolução da organização de diferentes ambientes ao longo do tempo, como salas de estar, quartos de dormir, bibliotecas e cozinhas. São discutidas tendências, adaptações e sugestões práticas para organizar e decorar esses espaços de acordo com as necessidades e preferências dos moradores. Orientações são fornecidas para aproveitar eficientemente o espaço disponível, seja realocando móveis, instalando estantes ou utilizando móveis multifuncionais. A autora também aborda questões práticas, como conservação de livros, escolha e organização de utensílios de cozinha, e a sempre presente importância da limpeza e ordem para garantir o conforto e praticidade no dia a dia.

O terceiro livro analisado intitulado "Noções de Economia Doméstica", chegou a doze edições. A obra é direcionada ao programa para o curso ginásial, terceira e quarta séries e neste estudo será observado o item B da obra intitulada "Arranjo e Higiene da Habitação". A higiene e limpeza sempre tratadas de forma muito incisiva como preceito básico da dona de casa, neste livro são associadas aos materiais construtivos empregados à implantação do imóvel no terreno. As leitoras são orientadas a observarem aspectos do terreno bem como iluminação e ventilação dos ambientes.

Para se construir uma casa, existem regras e preceitos técnicos que devem ser estudados com a máxima atenção: escolha do terreno, seco, firme, distante de água estagnada e, se possível, próximo a vegetação. (...) A orientação deve obedecer aos requisitos de higiene e do conforto, tanto quanto possível. (...) A cubagem dos aposentos, a iluminação (natural e artificial) e o arejamento têm influência decisiva na saúde dos moradores. (SERRANO, 1951, p. 24)

A autora idealiza que todas as famílias possuam sua própria casa, proporcionando estabilidade e patrimônio. A construção da casa deve seguir preceitos técnicos, considerando requisitos de higiene e conforto, e a disposição dos cômodos deve ser orientada pelos donos da casa. Além disso, a seleção dos móveis e utensílios deve levar em consideração o ambiente, o padrão de vida familiar, o número de pessoas e suas condições particulares, dá diretrizes para a organização de um verdadeiro programa de necessidades.

No que diz respeito aos aspectos físicos da casa, como pisos, paredes, tetos, iluminação e arejamento, a autora destaca a importância de escolher materiais adequados, garantir a impermeabilidade e a limpeza, e

proporcionar iluminação e ventilação adequadas para a saúde e o bem-estar dos moradores. Isabel se aprofunda em aspectos técnicos construtivos quando fala dos materiais adequados para as superfícies das residências:

Pisos - (...) É necessário, portanto, que o solo seja impermeabilizado com argamassa de concreto ou cimentado. Acima desta camada impermeável então será colocado o assoalho. O assoalho poderá ser de madeira, em tábuas ou em tacos, de cimento, de ladrilho, de mosaico, de marmorito ou de mármore, conforme o tipo da construção e a finalidade de cada aposento da dependência.

Paredes - as paredes podem ter como material a pedra, o tijolo, o cimento armado, a madeira ou a fibra cimento. Devem ser impermeáveis a água de chuva e, na parte interior dos aposentos, devem ser caiadas ou pintadas a óleo. O uso do papel para forrá-las não é aconselhável.

Tetos - a melhor cobertura para as casas é a de telhas com forro interior, de modo que o teto dos aposentos fique protegido contra a ação das chuvas e da umidade. (...) Nos climas quentes, a distância entre o telhado e o teto assume grande importância, pois a boa ventilação daquele espaço evita o aquecimento das salas e dos quartos.

Iluminação - a casa deve ter janelas amplas por onde facilmente entrem o ar puro do exterior e a luz do sol. O problema da iluminação, quer pela luz natural, quer pela luz artificial, é muito importante para a saúde dos moradores. A luz do Sol destrói muitos micróbios que produzem Moléstias, fixando outros sim o cálcio nos tecidos do nosso organismo. (SERRANO, 1951, p. 24)

A cozinha deve ser um cômodo prático, arrumado e limpo, móveis de madeira laqueada e pias de mármore. O banheiro arejado, com dimensões convenientes e forrados de ladrilhos no piso e até certa altura das paredes.

Após analisar as três obras selecionadas de Isabel de Almeida Serrano, é evidente a ampla gama de responsabilidades atribuídas às donas de casa, que muitas vezes não reconheciam a complexidade de seu trabalho. Através dos manuais foi possível observar conhecimentos técnicos que criam uma conexão direta entre essas responsabilidades e áreas como Arquitetura e Design de Interiores, abordando desde a escolha do terreno, dos materiais até a disposição dos móveis, destacando a importância da funcionalidade e da estética na criação de espaços habitáveis e acolhedores. Suas orientações tinham uma linguagem voltada ao público feminino, com exemplos que traziam orientações práticas e sensíveis para reformas e reorganizações. Isso reflete não apenas um conhecimento técnico

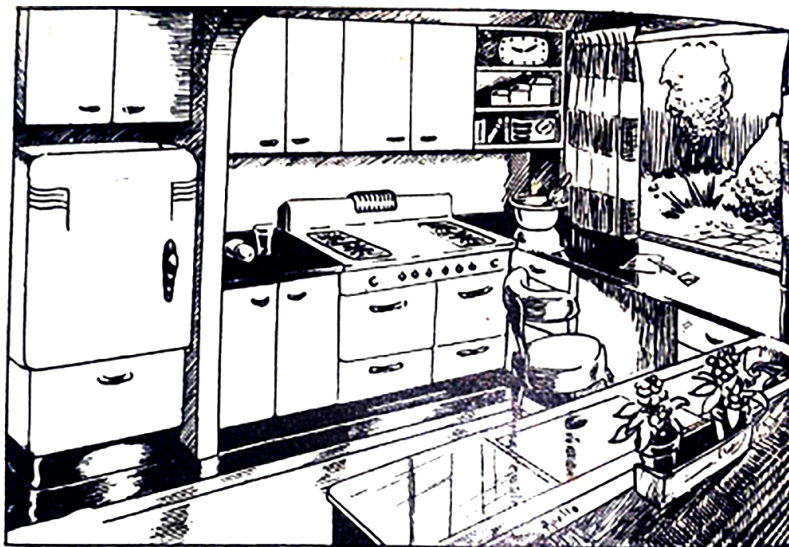


Figura 1
Cozinha apresentada pela autora
Fonte: Serrano, 1951

através do estudo, mas também uma compreensão das dinâmicas familiares e das mudanças sociais, tão importantes e tantas vezes deixadas de lado pelos arquitetos.

Considerações Finais

Diante das obras de Isabel de Almeida Serrano observou-se a grande quantidade de responsabilidades atribuídas às donas de casa. Em um contexto no qual o trabalho doméstico era desvalorizado, estas mulheres, independentemente de sua classe social, não tinham plena consciência da complexidade envolvida no estudo de Economia Doméstica. Muitas vezes, suas atividades eram vistas como meras obrigações, relegadas ao segundo plano em prol da família. Entretanto, ao analisar os manuais escritos por Isabel, percebe-se a conexão direta entre essas responsabilidades e áreas como Arquitetura e Design de Interiores, como campos de estudo e contribuição.

Seu trabalho revela um entendimento das questões técnicas relacionadas à arquitetura e à organização dos espaços domésticos. Desde a escolha do terreno até a disposição dos móveis, suas orientações abrangem aspectos cruciais para garantir não apenas o conforto, mas também a saúde e o bem-estar dos moradores. Ao abordar temas como iluminação, ventilação, escolha de materiais e disposição dos ambientes, Isabel destaca a importância de considerar a funcionalidade e a estética na criação de espaços habitáveis e acolhedores.

Além disso, as publicações de Isabel evidenciam sua preocupação com a adaptação das residências às necessidades e fases da vida das famílias. Suas sugestões práticas para reformas e reorganizações refletem não apenas um conhecimento técnico, mas também uma sensibilidade em relação às dinâmicas familiares e às mudanças sociais.

Ao explorar temas como cores na decoração, escolha de cortinas, tapetes, mobiliário e tecidos, Isabel não apenas fornece orientações empíricas, mas também abre espaço para reflexões mais amplas sobre o papel das mulheres na construção e organização do ambiente doméstico. Suas obras servem não apenas como guias de instrução, mas também como testemunhos de uma época em que o trabalho doméstico era parte integrante da vida cotidiana, muitas vezes subestimado, mas fundamental para o funcionamento da sociedade. Através do olhar feminino, Isabel proporciona uma perspectiva diferente que revela a evolução e complexidade da arquitetura e da decoração, aspectos muitas vezes negligenciados pela narrativa histórica tradicional.

Referências

ALVES, E. M. S.; ALMEIDA, S. DO E. S. *Economia doméstica: uma perspectiva a partir de manuais escolares*. Quaestio, v. 21, n. 2, ago. 2019.

BEECHER, Catherine E.; STOWE, Harriet Beecher. *American Woman's Home: a guide to the formation and maintenance of economical, healthful, beautiful, and christian homes*. New York: J.B. Ford And Company, 1869.

BERNÈGE, Paulette. *La machine a habiter. Mon Chez Moi: la revue d'organisation ménagère*. Paris, p. 239-243, 15 nov. 1926.

BITTONI, D. H. S. *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

CARVALHO, M. L. M. DE. *Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza*. Campinas: Unicamp, 2013.

FREDERICK, Christine. *Household Engineering*. Chicago. American School of Home Economics, 1923.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu. Dossiê: Gênero na ciência*, n. 27, 2006.

KOBAYASHI, E. M. A saúde via consumo: a representação idealizada das donas de casa, mães e esposas nos manuais de economia doméstica e anúncio das revistas O Cruzeiro e Manchete, 1940-1960. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 25, n. 3, set. 2018.



LEMOS, C. A. C. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

SERRANO, Isabel de Almeida. *Minha Casa*. II ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, Ltda., 1949.

SERRANO, Isabel de Almeida. *Noções de economia doméstica*. 4a. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

SERRANO, Isabel de Almeida. *Rainha do Lar*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 1953.

SERRANO, Isabel de Almeida Ramos. *Memórias da fazenda da serra (1857-1987)*. Vitória, 2009. Disponível em: <http://www.recuperandohistorias.com.br/wp-content/uploads/2019/06/memoriasfazendaserra.pdf> . Acesso em: 1 mar. 2024.

TOLEDO, M. R. DE A. *Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial(1931-1981)*. Tese de doutorado-São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

Cidade do cuidado: De um urbanismo hegemônico para um urbanismo feminista, situado e transformador

Clarisse Cunha Linke e Rossana Brandão Tavares

Clarisse Cunha LINKE é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFF; clarisselinke@id.uff.br

Rossana Brandão TAVARES é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; professora EAU/PPGAU/UFF; rossanatavares@id.uff.br

Resumo

O agravamento das desigualdades socioespaciais, de gênero e raça tem exigido uma revisão teórica e prática profunda no campo do urbanismo. O debate crítico revela a marginalização de grupos sociais, territórios e práticas espaciais cotidianas, enraizadas nos valores patriarcais, racistas e eurocêtricos. Para um urbanismo transformador, que seja anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e anticolonialista, é crucial rejeitar os pressupostos positivistas-tecnocráticos e valorizar outros modos de ser e existir no espaço. No entanto, uma questão persiste: quais práticas podem realmente modificar o curso do que entendemos por urbanismo hegemônico? Neste ensaio, sustentamos que o urbanismo focado no trabalho reprodutivo e de cuidados, predominantemente realizado por mulheres, oferece uma oportunidade para deslocar a prática hegemônica que prioriza cidades produtivas para o capital, em direção a um urbanismo feminista, situado e transformador, que promova cidades que cuidem e garantam a vida. Apresentamos reflexões sobre como o urbanismo e o planejamento urbano privilegiam o trabalho produtivo em detrimento do trabalho reprodutivo, a partir de uma perspectiva marxista feminista. Utilizamos o exemplo da mobilidade urbana para dar suporte às nossas análises a respeito dessas questões, discutindo o caso de Bogotá, onde a implementação do Sistema Distrital de Cuidados (SIDICU) se destaca como uma abordagem transformadora no Plano de Ordenamento Territorial 2022-2035. Este ensaio visa explorar o potencial avanço ético, político e teórico-metodológico ao adotar perspectivas feministas numa abordagem interseccional no urbanismo através da mobilidade urbana.

Palavras-chave: urbanismo, feminismo; interseccionalidade; mobilidade urbana.

Abstract

The worsening of socio-spatial, gender and racial inequalities has required an in-depth theoretical and practical review in the field of urbanism. The critical debate reveals the marginalization of social groups, territories and everyday spatial practices, rooted in patriarchal, racist and Eurocentric values. For a transformative urbanism, which is anti-capitalist, anti-patriarchal, anti-racist and anti-colonialist, it is crucial to reject positivist-technocratic assumptions and value other ways of being and existing in space. However, a question remains: which practices can really change the course of what we understand as hegemonic urbanism? In this essay, we argue that urbanism focused on reproductive and care work, predominantly carried out by women, offers an opportunity to shift the hegemonic practice that prioritizes productive cities for capital, towards a feminist, situated and transformative urbanism that promotes cities who care and guarantee life. We present reflections on how urbanism and urban planning privilege productive work over reproductive work, from a feminist Marxist perspective. We use the example of urban mobility to support our analyses re-

garding these issues, discussing the case of Bogotá, where the implementation of the District Care System (SIDICU) stands out as a transformative approach in the 2022-2035 Territorial Planning Plan. This essay aims to explore the potential ethical, political and theoretical-methodological advancement when adopting feminist perspectives in an intersectional approach to urbanism through urban mobility.

Keywords: urbanism, feminism; intersectionality; urban mobility.

Resumen

El agravamiento de las desigualdades socioespaciales, de género y raciales ha requerido una revisión teórica y práctica en profundidad en el ámbito del urbanismo. El debate crítico revela la marginación de grupos sociales, territorios y prácticas espaciales cotidianas, arraigada en valores patriarcales, racistas y eurocéntricos. Para un urbanismo transformador, que sea anticapitalista, antipatriarcal, antirracista y anticolonialista, es crucial rechazar los supuestos positivistas-tecnocráticos y valorar otras formas de ser y existir en el espacio. Sin embargo, queda una pregunta: ¿qué prácticas pueden realmente cambiar el rumbo de lo que entendemos como urbanismo hegemónico? En este ensayo, sostenemos que el urbanismo centrado en el trabajo reproductivo y de cuidados, realizado predominantemente por mujeres, ofrece una oportunidad para cambiar la práctica hegemónica que prioriza las ciudades productivas para el capital, hacia un urbanismo feminista, situado y transformador que promueva ciudades que cuiden y garantizan la vida. Presentamos reflexiones sobre cómo el urbanismo y la planificación urbana privilegian el trabajo productivo sobre el reproductivo, desde una perspectiva marxista feminista. Utilizamos el ejemplo de la movilidad urbana para sustentar nuestros análisis sobre estos temas, discutiendo el caso de Bogotá, donde la implementación del Sistema Distrital de Cuidados (SIDICU) destaca como un enfoque transformador en el Plan de Ordenamiento Territorial 2022-2035. Este ensayo tiene como objetivo explorar el potencial avance ético, político y teórico-metodológico al adoptar perspectivas feministas en un enfoque interseccional del urbanismo a través de la movilidad urbana.

Palabras-clave: urbanismo, feminismo; interseccionalidad; movilidad urbana.

Nas últimas décadas, o acirramento das desigualdades socioespaciais, de gênero e raça tem demandado uma profunda revisão do urbanismo e do planejamento urbano. O debate crítico requer novas teorias e práxis, compreendendo que os valores hegemônicos que pautam o campo marginalizam e invisibilizam grupos sociais, territórios e práticas espaciais cotidianas nas cidades.

A busca por um urbanismo transformador demanda uma refundação de noções, conceitos e categorias. Um passo fundamental nessa trajetória é o abandono dos pressupostos positivistas-tecnocráticos de neutralidade e universalidade, e a valorização de outros modos de ser e existir no espaço. Entretanto, há uma dificuldade em propor novos esquemas conceituais, analíticos e replicáveis no planejamento urbano, pois sua formulação está vinculada a elementos da colo-

nialidade, principalmente ao Estado em seu papel de garantidor da infraestrutura necessária para o capitalismo.

Nesse debate, uma pergunta persiste: há práticas capazes de alterar o sentido do urbanismo hegemônico? No presente ensaio, argumentamos que pensar o urbanismo centrado no trabalho reprodutivo e de cuidados, feito predominantemente pelas mulheres, oferece uma brecha para deslocar práticas hegemônicas que reforçam a produção capitalista do espaço urbano, desigual e violenta, para um urbanismo feminista, situado e transformador, na direção de cidades estruturadas pela ética do cuidado (KUHNNEN, 2010).

A construção de um urbanismo feminista nos remete a uma dimensão de luta pelo reconhecimento das desigualdades de gênero no modo como o “sistema colonial-racializante-capitalístico” (ROLNIK, 2021, p.11) estrutura nossas experiências e conseqüentemente nossas subjetividades, o valor dos nossos corpos e de nossas vidas nas cidades. O urbanismo feminista, ao questionar esse sistema, se propõe a pensar e propor movimentos de inversão com abordagens que dão relevo a uma gestão feminista do *habitat* (TAVARES, FERRADÁS e SARMIENTO, 2022).

Começaremos este ensaio articulando o urbanismo à prática do fazer-cidade que enfoca o trabalho produtivo e ignora o trabalho reprodutivo¹ como forma de opressão, em especial, de gênero e raça, conforme apontado pelas feministas marxistas Federici (2019), Bhattacharya (2013) e Gago (2020). O tema será explorando com base na mobilidade urbana, conferindo materialidade à vida cotidiana das mulheres na cidade e problematizando a ideia de um urbanismo feminista. Discutiremos potenciais caminhos para reverter essa abordagem urbanística a partir do caso de Bogotá, apontando para avanços éticos, políticos e teórico-metodológicos através de uma perspectiva feminista e interseccional.

A cidade do trabalho produtivo

A busca por um urbanismo socialmente transformador tem um desafio de origem, dado que a concepção tradicional do urbanismo é de natureza hegemônica, intrinsecamente ligada à modernidade. A noção de colonialidade associada à modernidade, se baseia na valorização da ciência, da ordem social e do progresso, e desconsidera epistemologias não eurocêtricas, determinando a relação de poder entre seres humanos e natureza, e entre os próprios seres humanos. A

¹ O conceito de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo tem origem em teorias econômicas e feministas, sendo essencial para entender a divisão do trabalho na sociedade. Trabalho produtivo refere-se ao trabalho que resulta diretamente na produção de bens e serviços que têm valor econômico no mercado. Trabalho reprodutivo envolve as atividades necessárias para a reprodução da força de trabalho e o bem-estar dos indivíduos, como cuidados domésticos, criação de filhos, e tarefas domésticas. Embora essencial para a sustentação da sociedade e das economias, este trabalho é frequentemente não remunerado e não contabilizado nas métricas econômicas tradicionais, levando à sua desvalorização.

colonialidade emerge como um ponto central na análise das dinâmicas urbanas por se referir às opressões e estruturas que sustentam o capitalismo global. Em outras palavras, trata-se das relações de poder resultantes das hierarquias epistemológica, subjetiva, cultural e simbólica que persistem para além do período histórico colonial (ESCOBAR, 2013; LAO MONTES, 2018).

Ao relacionar o urbanismo à colonialidade, apontamos para uma matriz de conhecimento que utiliza padrões brancos, heteronormativos e patriarcais na construção das relações e subjetividades. Esses padrões criam condições para a perpetuação das estruturas sociais historicamente construídas, consolidadas no imaginário coletivo, na configuração espacial e nos padrões de vida urbana considerados aceitáveis. Nesse sentido, o urbanismo hegemônico produz espaços que sustentam práticas patriarcais e extrativistas, conforme discutido por Kern (2021), Tavares e Ramos (2021) e Berth (2023).

É oportuno avançar no debate crítico sobre o urbanismo, ao nosso ver, tendo como ponto de partida a circulação diária das mulheres, pois a mobilidade é um elemento que materializa e organiza o funcionamento e as relações nas cidades (BERTH, 2023). Mobilidade urbana refere-se aos deslocamentos que as pessoas fazem em uma área urbana, utilizando diferentes modos de transporte. Esse conceito não se restringe a identificar como as viagens são realizadas, mas também a compreender a infraestrutura, políticas e serviços necessários para garantir o acesso às atividades cotidianas, além das condições e qualidade dos deslocamentos.

O planejamento tradicional da mobilidade é feito com base em marcos teóricos, linguagens, metodologias e instrumentos de análise e gestão que se concentram em caracterizar e garantir as viagens diárias casa-trabalho, resultando em uma visão uniforme dos deslocamentos. Ao focar no trabalho produtivo como norteador do desenvolvimento urbano, ignora-se a importância do trabalho reprodutivo e de cuidados, apesar de este também ser estrutural para o modo de produção capitalista do espaço urbano (LEFEBVRE, 2000).

A distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo tem sido fundamental para compreender a experiência das mulheres no sistema capitalista, conforme ressaltado por Bhattacharya (2013) e Federici (2020). O trabalho de reprodução social engloba atividades domésticas e

de cuidado, essenciais para garantir a vida. É um trabalho marcado pelo gênero, invisível, embora indispensável e que, quando remunerado, é “racializado, mal pago e subqualificado” (VERGÈS, 2020, p.17).

A ideia mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que integra com êxito, ainda que de maneira desigual, a esfera da reprodução e a esfera da produção, apontando para o entrelaçamento entre ambas, amarrando a “base material da opressão às mulheres ao sistema como um todo” (BHATTACHARYA, 2013, p. 6). Ao priorizar os deslocamentos para o trabalho produtivo, o urbanismo tradicional contribui para a distribuição desigual de oportunidades e infraestrutura na cidade; negligencia as atividades cotidianas de cuidado; disciplina e controla a circulação dos corpos. Alterar o sentido desta abordagem exige desnaturalizar as funções sociais associadas a gênero e raça, e a aplicação dos valores de universalidade e neutralidade no urbanismo.

Gênero e raça são categorias consolidadas na colonialidade, “ficções poderosas” (LUGONES, 2020, p.73), que fundamentam a sociedade branca e patriarcal. Ao invés de condições que justificam papéis sociais, são dispositivos sociopolíticos que moldam as relações familiares e comunitárias, delineiam a divisão do trabalho, estabelecem mercados de consumo distintos e definem “padrões de comportamento, regras para ser, existir e interagir em sociedade” (BERTH, 2023, p.193). Do mesmo modo, os conceitos de universalidade e neutralidade são construções que, entendidas como garantia de objetividade e ação apolítica, fazem do urbanismo um campo minado para as mulheres. As teorias feministas apontam para o equívoco na crença de que ambientes e sistemas possam ser projetados de maneira a atender a todos igualmente.

Setenta e cinco por cento do trabalho reprodutivo global é realizado por mulheres (OXFAM, 2020). Para desempenhar as múltiplas funções, um dia típico na vida das mulheres envolve inúmeras viagens frequentes e encadeadas, tanto para lugares próximos quanto distantes, a fim de acessar serviços, equipamentos e infraestruturas ligadas ao cuidado. A mobilidade a pé, o transporte público e as viagens intermodais têm centralidade nas vidas das mulheres, enquanto homens tendem a fazer viagens mais lineares e pendulares, e viajar mais de carro e moto. Para aquelas que moram nas periferias, o transporte público é ainda mais relevante, viabilizando o acesso aos serviços concentrados em poucas centralidades. Pontualidade, previsibilidade, flexibilidade dos serviços, proximidade



ao sistema, conforto e integrações que não onerem o custo, não aumentem o tempo de viagem e garantam segurança se revelam essenciais para dar conta da diversidade e complexidade dos deslocamentos.

Embora análises detalhadas mostram que o volume de deslocamentos diários, devido ao trabalho não remunerado, seja equivalente aos deslocamentos casa-trabalho (MADARIAGA, 2013), os valores de neutralidade e universalidade aplicados para garantir a cidade produtiva justificam a ênfase nas viagens produtivas. Essa ênfase funciona como uma alegoria para estabelecer o funcionamento e a distribuição dos sistemas urbanos. Como resultado, temos um urbanismo que não é neutro, tampouco universal, mas sim definido, interessado e comprometido com a performance de um tipo específico de usuário, um cidadão urbano típico, caracterizado pela altura, peso, velocidade de caminhada, área ocupada, necessidades, desejos e valores de um homem adulto, fisicamente apto, heterossexual, branco e cisgênero. Ao garantir o deslocamento dessa pessoa, o urbanismo não configura espaços neutros, mas espaços para apoiar e facilitar as formas familiares patriarcais, a perpetuação dos papéis tradicionais de gênero e raça e o capital (KERN, 2021).

Ajustes marginais

A investida do capitalismo contra as políticas sociais do Estado, aliada à crescente precarização do trabalho e dos serviços urbanos, tem tornado as responsáveis pelo trabalho reprodutivo cada vez mais vulneráveis. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) alertam para uma crise estrutural generalizada do cuidado, originada e agravada pelas reformas neoliberais que exigem uma colaboração entre o mercado e a família para substituir o bem-estar social.

A Covid-19 escancarou essa crise e acirrou as desigualdades socioespaciais e raciais nas cidades, com um impacto particular nas mulheres, diminuindo sua autonomia econômica, aprofundando o trabalho precarizado e a sobrecarga de trabalhos de cuidados. Gago (2020) aponta para um cenário de endividamento obrigatório das mulheres, necessário para viabilizar as atividades de cuidados, impulsiona novas modalidades de financeirização da vida cotidiana. Nessa conjuntura, os movimentos feministas vêm demandando uma reorganização da relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, de modo a estabelecer “arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro” (p.118). As

externalidades do neoliberalismo, o aumento das desigualdades e o impacto do estresse climático em grupos vulnerabilizados demandam respostas imediatas dos diversos setores, que avançam com propostas de renovação ou ajustes ao sistema.

Desde os anos 1970, busca-se uma abordagem antidiscriminatória que garanta a entrada e integração das mulheres na ordem neoliberal. A Década da Mulher instituída pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1976 posicionou os direitos das mulheres como um objetivo, definindo linguagem, metodologia e práticas reformistas que, no entanto, apresentaram e seguem apresentando um discurso despolitizante (FEDERICI, 2019; VERGÈS, 2020). Fraser (2002) denomina de neoliberalismo progressista as reformas e ajustes marginais que se apropriam de novas ideias para tornar o sistema e suas externalidades mais aceitáveis. As pautas socioambientais são centrais a este novo enquadramento, com políticas que reconheçam e valorizem a diversidade e a representatividade, contribuindo para a construção imaginária da globalização como fábula “que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único” (SANTOS 2001, p.18).

Na mobilidade, há uma preocupação com a igualdade de acesso e a segurança no deslocamento, mas faltam, nas diversas esferas e escalas de planejamento, reflexões consistentes sobre como a cidade cria bloqueios e restrições para a circulação de pessoas diversas. Ou seja, se desconsidera que, na América Latina, as pessoas cuidadoras são, em sua maioria, mulheres negras, indígenas e pobres, ignorando a diferença vivenciada por mulheres de cor “em sua concretude específica e vivida” (LUGONES, 2020, p.55). Isso se dá uma vez que o neoliberalismo trata as questões de gênero como uma agenda específica, a ser somada às políticas econômicas. As perspectivas feministas, ao contrário, buscam tratá-la de forma estrutural.

Para um urbanismo que busque respostas feministas, situadas e transformadoras, ajustes marginais são insuficientes. É preciso haver avanços éticos, políticos e teórico-metodológicos para que a transformação se inicie.

As Manzanas del cuidado de Bogotá

A centralidade do cuidado nos movimentos feministas vem impactando as políticas e projetos urbanos de modo cada vez mais relevante. Atributos de proximidade, acessibilidade, localização da infraestrutura e

segurança no deslocamento são enfatizados em diagnósticos, planos e investimentos. Exemplos recentes incluem as Superquadras de Barcelona, a “cidades de 15 minutos” em Paris, as “vizinhanças de 20 minutos” em Melbourne, o programa “Andar livres e seguras” na Cidade do México, e o Sistema Nacional Integrado de Cuidados no Uruguai (ESTRADA, 2023).

Em Bogotá, capital da Colômbia, a discussão ocorre no âmbito do Plano de Ordenamento Territorial (POT), instituído em dezembro de 2021 pela Prefeita Claudia López Hernández, a primeira mulher e abertamente lésbica a ser eleita para este cargo. O POT contém as diretrizes para o desenvolvimento da cidade até 2035. Como outros instrumentos dessa natureza, é uma peça central no planejamento da colonialidade, regulando formas de ocupar, produzir e gerir o espaço urbano. O aspecto desviante em questão diz respeito à sua elaboração centrada em uma perspectiva feminista, que reconhece o trabalho reprodutivo como um pilar fundamental da cidade, resultado de um longo processo de demanda e luta por parte dos diversos movimentos sociais de mulheres.

Bogotá é uma cidade marcada pela diversidade demográfica. Segundo o Censo da cidade de 2018, 52% da população é feminina e 86% se identifica como mestiça, havendo uma presença notável de afrocolombianos, indígenas e uma crescente população migrante venezuelana. Cerca de 45% da população vive nas camadas de renda mais baixas, enfrentando condições de pobreza e vulnerabilidade, enquanto 10% detêm a maioria da riqueza. Conseqüentemente, a cidade é marcada por uma disparidade socioespacial acentuada, com os grupos mais ricos em áreas bem equipadas e servidas, principalmente no norte da cidade, e os estratos mais pobres no sul e sudoeste, onde a infraestrutura é frequentemente precária, com acesso limitado a serviços básicos. A desigualdade na mobilidade também é visível. Enquanto os habitantes das áreas centrais e de alta renda têm acesso a uma variedade de opções de transporte, incluindo transporte público eficiente e infraestrutura para ciclistas e pedestres, os moradores das áreas periféricas dependem de viagens longas e caras para acessar o centro da cidade, enfrentando congestionamentos e serviços menos confiáveis.

Segundo a Secretaria da Mulher (BOGOTÁ, 2021), 90% das mulheres são responsáveis pelos cuidados, em comparação com 10% dos homens, e mais de um terço das mulheres que habitam a cidade se dedicam integralmente ao trabalho de cuidados não remune-

rado. Dessas mulheres, 20% têm doenças crônicas diagnosticadas, 33% não têm tempo livre porque cuidam de alguém, 70% só têm o ensino médio como nível de escolaridade mais alto e 90% são de baixa renda. As mulheres gastam, em média, sete horas e 46 minutos por dia em atividades de trabalho doméstico, quatro horas e 40 minutos a mais do que os homens. Por fim, vale ressaltar que 61% dos homens chefes de família são casados ou vivem com uma/um companheira/o, ao passo que apenas 33% das mulheres chefes de família o são, indicando que as mulheres chefes de família têm cargas de trabalho de cuidados ainda mais elevadas e, possivelmente, um estresse financeiro acentuado (TRIBÍN, NEWBALL e GRANDA, 2023).

O POT se propõe a desenvolver estratégias para lidar com essas desigualdades, focando em áreas como habitação, mobilidade, infraestrutura urbana e inclusão social. Nesse último ponto, o plano enfatiza a necessidade de políticas inclusivas que abordem diretamente a desigualdade de gênero e raça. Para tal, 'cuidado' é um dos pilares institucionais do POT, que define como objetivos "reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidados" e articula o Sistema Distrital de Cuidados (SIDICU), uma rede de equipamentos, infraestrutura e serviços de cuidados para as pessoas cuidadoras, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

O SIDICU se materializa com a meta de implementação de 45 *Manzanas de Cuidado* até 2035, sendo 21 já entregues até o momento, estratégia que tem recebido grande atenção internacional. As *Manzanas* coordenam infraestruturas e serviços distritais novos e existentes para atender as populações beneficiárias com base em critérios de proximidade. Essa prática permite que as pessoas tenham acesso aos serviços em um espaço central, integrado a sistemas de transporte público conectados a uma rede ampliada de infraestrutura para pedestres e bicicletas, com facilidade de locomoção entre escolas, creches, unidades de saúde e centros culturais, que estejam em um raio de 800 metros.

De acordo com Estrada (2023), as *Manzanas* estão localizadas em territórios priorizados a partir de características sociodemográficas, existência de serviços de cuidados públicos, privados, comunitários e familiares, índices de pobreza e orçamentos participativos locais. Análises recentes apontam que a localização das *Manzanas* vem de fato priorizando o sul e sudoeste da cidade, áreas de renda mais baixa e nas quais os índices de riqueza material e riqueza de tempo

são mais baixos. São também nessas áreas onde há maior concentração de crianças menores de 12 anos e pessoas com condições que requerem cuidados permanentes. Embora atendam satisfatoriamente à parte da população mais dependente da cidade, estudos indicam que a população de idosos, que necessita de cuidados e, ao mesmo tempo, é cuidadora, é a menos coberta (TRIBÍN, NEWBALL e GRANDA, 2023). Além disso, as usuárias relatam que as *Manzanas* não oferecem serviços que atendam às necessidades das pessoas em situações de cuidados mais extremas e que resultem em maior imobilidade das cuidadoras, como bebês menores de um ano e pessoas com deficiências graves (RAMÍREZ-BUSTAMANTE e CAMELO-URREGO, 2023).

A localização, integrada à infraestrutura de mobilidade e à política de uso do solo, ampliando o acesso e redistribuindo os equipamentos coletivos de cuidado, é um aspecto importante no SIDICU. Ter serviços de cuidados disponíveis e próximos impacta a rotina das mulheres, resultando em uma redução significativa do tempo gasto com deslocamentos relacionados às tarefas domésticas.

Além de equipamentos comunitários, como lavanderias públicas, que visam aliviar o tempo dedicado pelas mulheres a tais atividades, nas *Manzanas* também há ações públicas voltados para o cuidado das cuidadoras, incluindo oficinas de formação e geração de renda, atividades físicas, e de cuidados, espaços de respiro, encontro e descanso, como, por exemplo, aulas de ginástica, natação, ioga, clubes de leitura, assessoria jurídica e psicológica.

O SIDICU também aponta para possíveis caminhos de promoção de uma transformação cultural, focada no combate ao machismo e incentivo a masculinidades cuidadoras e corresponsáveis. Para isso, foram introduzidas atividades de formação e sensibilização, como as *Escuelas de Hombres al Cuidado*, que oferecem aulas para homens sobre cuidado de bebês e crianças, bem como treinamentos em atividades domésticas, de modo a aumentar a participação masculina no trabalho de cuidado.

Quais são os avanços políticos, éticos e teórico-metodológicos?

A centralidade dada pelo POT ao tema do cuidado está em sintonia com o conceito de corpo-território de Gago (2020), que enfatiza a importância de entender a exploração e a experiência vivida não de forma abs-

² O conceito de “comuns” é usado como forma de antagonizar a propriedade privada e a propriedade gerida pelo Estado, englobando recursos culturais e naturais acessíveis a toda sociedade, que devem ser mantidos em comum mesma quando são de propriedade privada ou pública. Federici (2019) lista exemplos, como “terra, água, os comuns do ar, comuns digitais, comuns de serviço; nossos direitos conquistados [...], as línguas, as bibliotecas e as produções coletivas das culturas do passado” (p.305).

trata, mas sim em relação aos corpos, espaços, tempos e recursos comuns. Assim, compreendemos que o foco nas atividades de cuidados é um ponto de partida político crucial para uma intervenção que se propõe feminista, pois a reconfiguração dos recursos comuns (*commons*)² nos permite repensar a cidade para o cuidado. É um avanço político, portanto, pois desloca a importância e o uso das infraestruturas existentes, à margem, ou nas brechas dos interesses do capital, e simboliza uma orientação para a redistribuição de riqueza em contraponto às ideias de escassez e disputa de prioridades, que o capitalismo persiste em criar e justificar.

Para lidar com as necessidades e as diferenças das mulheres e cuidadoras, as políticas de combate à feminização da pobreza devem não apenas se concentrar na redistribuição de renda, mas precisam também estar refletidas no espaço urbano. Isso inclui uma consideração sobre como esse espaço de fato viabiliza a ideia de redução e redistribuição equitativa do trabalho, como proposta pelos objetivos do SIDICU, buscando a coletivização das atividades de cuidado, que atualmente recaem de forma desproporcional sobre as mulheres. Assim, além do avanço político no sentido de redistribuir riqueza, a demanda por redistribuição de trabalho também é um avanço político, ao nos remeter à compreensão deste tipo de tarefa para além de um dispositivo sociopolítico, ou seja, não como sendo biologicamente definida, mas um tipo de trabalho imprescindível à vida e, portanto, de responsabilidade de todos e todas.

A solidariedade e a responsabilidade emergem como princípios éticos que delineiam esses avanços políticos, ao definir as relações e a receptividade ampla da sociedade, considerando situações concretas (KUH-NEN, 2010). As *Manzanas*, nesse sentido, não tratam apenas de fornecer infraestrutura e serviços para garantir que as mulheres consigam cumprir todas as expectativas impostas a elas com mais eficiência, sendo ainda mais exploradas. Ao contrário, a estruturação e reorganização dos serviços e das ações em torno do cuidado resulta em um modo de dar visibilidade a esse trabalho de natureza coletiva que, portanto, deve ser de natureza solidária como uma dimensão ética, menos sujeito à mercantilização e ao isolamento.

Entretanto, a perspectiva nuclear e heteronormativa de família, onde a mulher é responsável pelo trabalho do cuidado e beneficiária de grande parte das políticas públicas de assistência social e habitação, impõe limites significativos para mudanças palpáveis nas re-



lações hierárquicas marcadas por gênero e raça, de modo geral. Isso não quer dizer que iniciativas direcionadas à melhoria das condições de vida das mulheres sejam inválidas ou não sejam politicamente irrelevantes. Mas a crítica feminista ao familismo como premissa do pensamento estruturador da moradia e da vida urbana, ao nosso ver, pode ser um modo de derivar outras formas de concepção sobre o potencial dos territórios urbanos para a luta feminista.

As mulheres usuárias das *Manzanas* afirmam que o programa contribui para o reconhecimento, valorização e visibilidade do trabalho doméstico não remunerado, promovendo um entendimento mais amplo que desafia os papéis de gênero tradicionalmente impostos pela sociedade – por elas e pela comunidade do seu entorno, impactando em sua autoestima e saúde pessoal. No entanto, a distribuição desigual de trabalho persiste no âmbito doméstico, especialmente quando vivem com um companheiro (RAMÍREZ-BUSTAMANTE e CAMELO-URREGO, 2023). Além disso, como mencionado, há pouco impacto para as cuidadoras em situações de imobilidade por serem responsáveis por pessoas em situações de cuidados mais extremos. Ou seja, a intervenção é relevante a partir do que Moser (2003) define como dimensão tática, levando em consideração as necessidades imediatas de grupos específicos, mas não estratégica, alterando a realidade das relações de opressão e desigualdade intradomiciliares.

Um movimento fundamental para o urbanismo feminista efetivo seria identificar como as estruturas sociais, culturais e urbanas voltadas para a reprodução social podem, a longo prazo, ajudar a libertar as mulheres da armadilha da domesticidade e reduzir seu isolamento. Consideramos isso como um avanço político significativo, relacionado ao conceito lefebvriano do direito à cidade, que defende que o direito não se limita apenas ao acesso a serviços, mas envolve a participação ativa na criação, transformação e gestão dos espaços urbanos (LEFEBVRE, 2000). Portanto, deslocar as mulheres do ambiente doméstico, onde tradicionalmente estão confinadas - seja devido à sobrecarga de afazeres domésticos e de cuidados, seja pela falta de recursos para transporte, resultando em imobilidade - e trazê-las para o espaço coletivo tem implicações políticas, por proporcionar às mulheres a oportunidade de fazer “circular conhecimento, experiências e lutas” (FEDERICI, 2023, p.164), criando novas alianças para repensar formas de existir e conviver na cidade. Essa transformação representa uma oportunidade de resistência e reimaginação do uso dos espaços públicos, gerando novas maneiras coti-

dianas de habitar e construir territórios (ESCOBAR, 2002).

Outro ponto que emerge em nossa análise, trata da origem do saber que molda o SIDICU enquanto política pública. O SIDICU nasce das mobilizações de cuidadoras de crianças com deficiência, que ocorriam com frequência junto às Secretarias da Mulher e Secretaria da Integração Social de Bogotá, segundo Estrada (2023). Ou seja, é um sistema fruto de demandas locais, a partir da experiência e do conhecimento gerado na prática cotidiana de um grupo específico. Nesse sentido, afirmamos que é uma abordagem conectada à “ética da subalternidade como política de subjetivação” (TAVARES, FERRADÁS e SARMIENTO, 2022, p.39), que implica uma inversão na hierarquia epistemológica, subjetiva, cultural e simbólica, afastando-se do ponto de vista do homem branco, representado historicamente pela figura da expressão do poder, e valorizando o protagonismo daquel(a)s que foram privad(a)s de voz, com suas necessidades e diferenças cotidianas.

O princípio ético da subalternidade resulta em contribuições teórico-metodológicas. A definição dos serviços prestados na infraestrutura confere materialidade às formas de pensar a cidade a partir da experiência corporificada, enraizada no cotidiano, situada e vivida no próprio território (SANTOS, 2020). Além disso, considera as interações entre gênero, raça e classe, reconhecendo a heterogeneidade nas formas de viver, desvinculadas da ideia de universalidade imposta pela colonialidade (FEDERICI, 2023; BERTH, 2023; VERGÈS, 2020; ESCOBAR, 2013). Esse movimento questiona o interesse recente nos estudos do campo da arquitetura e urbanismo em abraçar “gênero” de forma mais ampla, tratando as necessidades e condições das mulheres como universais, no geral, voltadas às experiências das mulheres brancas e ocidentais.

A disputa de um sentido transformado de urbanismo, e que se pretende transformador, não pode deixar de reconhecer as múltiplas heranças sócio-territoriais. Mas, para compreender essas heranças e articulá-las a condições transformadoras para o futuro, é preciso desacelerar o processo, indo na contramão da dinâmica acelerada do planejamento da atualidade. Esse é um desafio metodológico de programas como as *Manzanas*, considerando o predomínio do tempo sobre o espaço, com o planejamento que focaliza o curto-prazo, que busca mudanças disruptivas e enfatiza projetos pontuais e localizados, ao invés de planos sistêmicos e de longo prazo. Esse tempo e a disputa



pelo tempo das pessoas, especialmente das mulheres, também se relaciona com as questões aqui problematizadas, sob a ótica das teorias feministas, do trabalho do cuidado e do cotidiano das mulheres. A mobilidade urbana joga luz sobre esse debate acerca de tempo, o movimento e os custos para o corpo e a vida das mulheres na cidade contemporânea.

Cidade do cuidado como brecha para um novo urbanismo

Estamos presas a espaços que refletem uma sociedade patriarcal e racista. Espaços desenhados para garantir o empobrecimento e a desigualdade social, racial e espacial das áreas periféricas. Esses espaços moldam como as pessoas vivem suas vidas e definem a gama de escolhas e possibilidades abertas para elas. Para desafiar esse projeto hegemônico capitalista e produzir cidades que tenham à frente a possibilidade de uma trajetória anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, precisamos de giros epistemológicos que resultem em transformações na vida urbana, em que as atividades de cuidados sejam socializadas e menos exaustivas, incorporando arranjos socioespaciais que acolham as diversas mulheres e suas histórias. Ao abordar a experiência cotidiana das mulheres nas cidades, a partir das mobilidades, abordamos “uma das discussões mais importantes e urgentes sobre urbanismo, pois é a mobilidade que estrutura todas as localizações, todos os acessos e todas as questões que se desenvolvem nas cidades” (BERTH, 2023, p.214).

O *habitat* na sua interseção entre a micro e macro escala urbana, entre a micro e macropolítica, como princípio orientativo, nos impõe redefinir o que é fundamental: é um direito à cidade reduzido ao acesso a serviços na lógica da vida produtiva do espaço e das relações, ou um direito à cidade construído a partir da vida cotidiana, da ética do cuidado, pautada pela responsabilidade e solidariedade do e pelo coletivo?

Uma abordagem feminista do urbanismo implica um movimento de desconstrução, começando pelos valores inerentes ao urbanismo tradicional: gênero e raça, neutralidade e universalidade, e o uso inevitável dos recursos comuns para o capital. Deslocar o trabalho reprodutivo do espaço doméstico para o espaço urbano nos permite explorar novas direções tanto para a redistribuição justa dos comuns e do trabalho, quanto para novas alianças forjadas por mulheres, lhes possibilitando reimaginar, coletivamente, outras formas de existir e conviver na cidade.

Há limitações críticas evidentes no raciocínio que relaciona um plano de ordenamento territorial e políticas públicas de prestação de serviço por parte do Estado como uma abordagem contra-hegemônica. O debate crítico é categórico quanto à impossibilidade de uma sociedade capitalista ser cuidadora, exatamente por lidar com conceitos pertencentes a uma epistemologia eurocentrada e positivista, fazendo com que o processo político de luta mantenha a discussão no interior da sociedade dominante. A armadilha é exatamente essa: o neoliberalismo se apropria das lutas e as ajusta às categorias de pensamento e instrumental analítico concebidos dentro do sistema. Como nos ensinou Audre Lorde em uma conferência em 1979, “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” (LORDE, 1979, p.19, tradução nossa).

Entretanto, os avanços sociais, econômicos e ambientais, podem acontecer a partir das fissuras, das brechas. A articulação de uma ação política, ética e teórico-metodológica, colocando o trabalho reprodutivo e de cuidados como estruturante, aponta para um giro, pois possibilita a construção de sujeitas coletivas, engajadas em lutas concretas. São nessas brechas que imaginamos deslocar a prática hegemônica que enfatiza as cidades produtivas do capital, para um urbanismo feminista, situado e transformador, que produza cidades cuidadoras que garantam a vida.

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTH, J. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? In: *Socialist Worker*, 10/09/2013.

BOGOTÁ. *Plan de Ordenamiento Territorial (POT) 'Bogotá Reverdece 2022-2035*. Disponível em: <https://bogota.gov.co/bog/pot-2022-2035/>

BOGOTÁ. *Oferta de cuidados a cuidadoras*. Secretaría Distrital de la Mujer, 2021. Disponível em: https://www.manzanasdelcuidado.gov.co/docs/_/cuidado-a-cuidadoras/_/estrategia-cuidado-a-cuidadoras.pdf

BOGOTÁ. *DANE, 2018*. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivenda-2018>. Acesso em: 12 de maio 2022.

COLLINS, P.H. *Interseccionalidade*. Boitempo, 2021.



DALMAZZO, M; RAINERO, L. La Voz de las Mujeres en el Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá. In: *Crítica Urbana. Revista de Estudios Urbanos y Territoriales* Vol.5 núm. 23 Urbanismo Feminista. A Coruña: Crítica Urbana, Março de 2022.

ESCOBAR, A. Sobre el Reequipamiento Ontológico de Las Ciudades. In: *Astrágalo. Cultura de la Arquitectura y de la Ciudad*, 30 (2002), pp. 45-57.

_____. Worlds and Knowledges Otherwise: The Latin American Modernity/Coloniality Research Program. In: MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo (eds.). *Globalization and the Decolonial Option*, 2013. p. 33-64.

ESTRADA, M. M. A. *Planificación urbana de las Manzanas de Cuidado: el caso de las Redes de Cuidado en San Cristóbal, Bogotá 2020-2023*, 9ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales, 2023.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. *Além da Pele. Repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

GAGO, V. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante, 2020.

HARVEY, D. *Neoliberalismo como destruição criativa*. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, 2006.

HAYDEN, D. *The Grand Domestic Revolution*. MIT, 1982.

KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel 2021.

KUHNEN, Tania. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios: divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings. *Florianópolis*, v. 9, n. 3 p. 155 - 168, Set 2010.

LAO-MONTES, A; VASQUEZ, J.D. Crítica Decolonial de la Filosofía y Doble Crítica en Clave Sur. In: MORAÑA, Mabel (ed.). *Sujeto, Descolonización, Modernidad: Debates Filosóficos Latinoamericanos*. Editorial Iberoamericana Vervuert, 2018. p. 293-343.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ªed. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LORDE, A. *The Master's Tools will never dismantle the master's house*. Penguin Modern, 2017.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. pp. 53-83, 2020.

MADARIAGA, Inés Sánchez de. Mobility of Care: Introducing New Concepts in Urban Transport. In *Fair Shared Cities – The Impact of Gender Planning in Europe*, org. Sanches de Madariaga, Inés and Roberts, Marion. Routledge, London. 2013

MOSER, C. *Gender planning and development: Theory, Practice & Training*. London and New York Routledge, 2003.

OXFAM. *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Londres, Oxfam, 2020.

RAMÍREZ-BUSTAMANTE, N. y CAMELO-URREGO, P. Análisis de la implementación de la estrategia del Sistema Distrital de Cuidado de Bogotá: Manzanas del cuidado. *Digna. Trabajo y género*. https://bit.ly/Digna_Informe4, 2023.

ROLNIK, S. *Antropofagia Zumbi*. São Paulo: Hedra, 2021

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001:18.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2020.

TAVARES, R. B., FERRADÁS, M. N. e SARMIENTO, L. Encarnando o vírus: intervenções epistêmicas e performativas à hegemonia disciplinar na arquitetura e urbanismo, In: *Cidades, Comunidades e Territórios*, Autumn Special Issue (Oct/2022), pp. 33 – 44.

TAVARES, R. B. e RAMOS, D. H. *Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo*, 2021.

TRIBÍN, A., NEWBALL, D., GRANDA, A.M. Informe cuantitativo manzanas del cuidado de Bogotá-2023. *Digna. Trabajo y género*. https://bit.ly/Digna_Informe_1, 2023.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo, Ubu Editora, 2020.

Fazeres-casas-territórios: mundos guardados em histórias de mulheres

Vanessa Alves Cordeiro e Thais Troncon Rosa

CORDEIRO, Vanessa Alves; ROSA, Thais Troncon. Fazeres-casas-territórios: mundos guardados em histórias de mulheres. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 50-71, ago 2024

data de submissão: 01/04/2024
data de aceite: 21/05/2024

Vanessa Alves CORDEIRO é Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFBA; Professora substituta na FAET-UFMT; cordeiro.vanessa@ufba.br.

Thais Troncon ROSA é Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo; Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/FAUFBA, e docente credenciada na Residência AU+E/FAUFBA; thais.troncon@ufba.br.

Resumo

Este artigo apresenta reflexões acerca das imbricações entre mulheres, casas, fazeres e territórios a partir de fragmentos das vidas de Urçula e Luzia, mãe e filha, que são mobilizados como testemunhos de temporalidades e territorialidades alargadas, desde os anos 1940 à contemporaneidade, do interior dos sertões cearenses a grandes capitais brasileiras como Fortaleza e São Paulo. Suas experiências evidenciam a necessidade de considerar o gênero ao tratar de moradia; o enlace entre diferentes casas na constituição de "configurações de casas" que funcionam em redes de relações alimentadas especialmente por mulheres; a imbricação entre os fazeres e o território, neste caso específico, do bordado em sua produção doméstica e suas implicações na dinâmica socioeconômica e espacial do distrito de Taperuaba, assim como nas configurações de casas das mulheres bordadeiras. Estas histórias revelam ainda redes de cuidado e práticas cotidianas, permeadas por deslocamentos físicos e sociais, refletindo uma intrincada teia de relações cruciais para uma compreensão mais profunda das questões socioespaciais no Brasil, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de formas de habitar e construir territórios.

Palavras-chave: mulheres, casas, territórios.

Abstract

This paper presents reflections on the imbrications between women, houses, work and territories based on fragments from the lives of Urçula and Luzia, mother and daughter, who are mobilized as testimonies of extended temporalities and territorialities, from the 1940s to the present day, from the interior of the Ceará hinterlands to large Brazilian capitals such as Fortaleza and São Paulo. Their experiences highlight the need to consider gender when dealing with housing; the link between different houses in the constitution of "configurations of houses" that function in networks of relationships fed especially by women; the imbrication between crafts and the territory, in this specific case, embroidery in its domestic production and its implications for the socio-economic and spatial dynamics of the Taperuaba district, as well as the configurations of houses of women embroiderers. These stories also reveal networks of care and daily practices, permeated by physical and social displacement, reflecting an intricate web of relationships that are crucial for a deeper understanding of socio-spatial issues in Brazil, highlighting the importance of recognizing and valuing the diversity of ways of inhabiting and building territories.

Keywords: women, houses, territories.



Resumen

Este trabajo presenta reflexiones sobre las imbricaciones entre mujeres, casas, trabajo y territorios a partir de fragmentos de las vidas de Urçula y Luzia, madre e hija, que se movilizan como testimonios de temporalidades y territorialidades extendidas, desde la década de 1940 hasta la actualidad, desde el interior del interior de Ceará hasta grandes capitales brasileñas como Fortaleza y São Paulo. Sus experiencias ponen de manifiesto la necesidad de considerar el género en el tratamiento de la vivienda; el vínculo entre diferentes casas en la constitución de «configuraciones domésticas» que funcionan en redes de relaciones alimentadas especialmente por mujeres; la imbricación entre artesanía y territorio, en este caso concreto el bordado en su producción doméstica y sus implicaciones para la dinámica socioeconómica y espacial del distrito de Taparuaba, así como para las configuraciones domésticas de las bordadoras. Estas historias también revelan redes de cuidados y prácticas cotidianas, permeadas por desplazamientos físicos y sociales, reflejando una intrincada red de relaciones que son cruciales para una comprensión más profunda de las cuestiones socioespaciales en Brasil, destacando la importancia de reconocer y valorar la diversidad de formas de habitar y construir territorios.

Palabras-clave: mujeres, viviendas, territorios.

os homens haviam se nomeado como zeladores oficiais da história. Além disso, as mulheres jamais tiveram uma tarde ociosa para ficarem ruminando a respeito da história. [...] quem poderia parar para conversar quando havia crianças para cuidar, comida para cozinhar, quartos para varrer e um esposo a ser mantido? (HARTMAN, 2021, p.246).

Célia Xakriabá, no texto *Corpo-território*, relata um diálogo com suas mais velhas no qual buscava detalhes do passado da luta de seu povo pela demarcação de seu território. Perguntando a algumas delas, que testemunharam os períodos de maior tensão, qual era a contribuição das mulheres, elas responderam: “minha filha, a gente quase não contribuía nada não, porque meu marido era liderança, saía nessa labuta e a única coisa que a gente fazia era dar de comer aos filhos, plantar grandes braçadas de roça” (XAKRIABÁ, 2020, p. 88). Célia conta que escutou diversas respostas como essa, até que uma delas atinou: “na verdade, era plantar grande braçada de roça e sustentar a cultura, minha filha, segurar a cultura”.

As mulheres, especialmente as não-brancas, têm sido historicamente “destinadas a ser figuras menores”, recebendo pouco crédito por suas realizações (HARTMAN, 2022, p.13). Essa relação desigual de gênero é contemporaneamente reconhecida como um fato evidente e historicamente produzido (BORGES, 2012). Em larga medida, muitas histórias de luta e resistên-

cia reproduzem a imagem de mulheres congeladas no tempo e no espaço: essas histórias “seguem sendo pensadas, apresentadas e representadas como batalhas de grandes homens, ao passo que as mulheres, tal qual Penélopes, supostamente se mantiveram durante todo o tempo pacientes, em suas casas, ‘esperando’” (BORGES, 2012, p. 210).

Dizem que a história é escrita pelos vencedores: sempre o triunfo do Homem (branco) conquistando continentes, o espaço, a lua, o futuro (LE GUIN, 1986). Na vida cotidiana, no entanto, não existem protagonistas e coadjuvantes, a não ser no modo como escolhemos narrá-las. Na urgência de construir narrativas a partir de mulheres e suas histórias vitais¹ a escritora Ursula Le Guin (1986), baseada na teoria da cesta, de Elizabeth Fisher (1980), propõe o exercício de pensar o texto como um recipiente que guarda a vida, deixando de lado a famosa fórmula narrativa (patriarcal) da “jornada do herói”². A teoria da cesta propõe que o primeiro dispositivo cultural humano não teria sido uma ferramenta cortante de pedra lascada, um protótipo de faca, como aprendemos na escola, mas possivelmente um recipiente: uma cabaça, uma rede ou uma tipoia. Assim, teriam sido nossas habilidades e ferramentas como coletoras que teriam nos mantido vivas e saudáveis para prosperar enquanto espécie (Ibid.).

Esta teoria não advoga por reforçar a oposição entre arma e recipiente enquanto ferramentas úteis, pelo contrário, as autoras coadunam que reforçar isso seria nos fazer crer em uma falsa oposição entre sujeito (masculino), que pratica uma ação, e objeto (feminino), que sofre as consequências da ação. Contar histórias de mulheres, de suas casas e seus territórios enquanto histórias vitais para observar dinâmicas socioespaciais, desafia “a separação estruturalista mais grosseira que divide o mundo social em esferas pública ou privada, em domínios masculino ou feminino, entre sujeitos e objetos”, entre doméstico e político (BORGES, 2012, p. 219).

A partir de um entendimento de que pontos de vista interseccionais não apenas oferecem uma percepção alternativa, mas privilegiada da realidade, as teorias de perspectiva (standpoint theories) desenvolvidas por teóricas do feminismo, a partir dos anos 1970 e 1980, argumentam que a produção situada e corporificada (HARAWAY, 1995) de saberes nos oferece uma compreensão mais complexa das estruturas de poder e das dinâmicas sociais que moldam a vida, revelando questões ocultas ou ignoradas por

¹ Este tem sido um movimento comum às pesquisas elaboradas no grupo de estudos Margear (PPGAU/UFBA), em um desejo visceral de trazer nossas pessoas, em grande parte mulheres, para contarem elas mesmas suas histórias que tantas vezes se enlaçam com as histórias de nossos territórios.

² A jornada do herói, no masculino pois retrata, comumente, o protagonismo de homens, é um padrão narrativo encontrado em mitos, contos e histórias, descrito pelo estudioso Joseph Campbell. Ela segue uma sequência predeterminada de situações-tipo incluindo o chamado à aventura, enfrentamento de desafios, transformação pessoal e o retorno com o conhecimento adquirido para beneficiar seu local de origem.

aqueles em posições de privilégio (HILL COLLINS, 1986; HARDING, 2004).

Neste artigo, fragmentos das histórias de vida de Urçula e Luzia, mãe e filha, respectivamente avó e mãe de uma das autoras, são mobilizados como testemunhos (DAS, 2011) de temporalidades e territorialidades alargadas - desde os anos 1940 à contemporaneidade, do interior dos sertões cearenses a grandes capitais brasileiras como Fortaleza e São Paulo, nas quais fazeres, casas e territórios se entrelaçam, permitindo apreender, por vestígios, diferentes escalas e complexidades de tessituras socioespaciais. Estes são desdobramentos de uma pesquisa de mestrado em arquitetura e urbanismo³, na qual as memórias e o acervo fotográfico familiar foram mobilizados para investigar as relações entre mulheres e suas casas, seus fazeres e sua relação com o território.

³ A dissertação de mestrado em questão é de autoria de Vanessa Alves Cordeiro, realizada no PP-GAU/UFBA, orientada por Thais Troncon Rosa, intitulada *A cabeça pensa que sabe, mas é a mão que alembra o caminho* (CORDEIRO, 2023).

Ao dar atenção às questões socioespaciais a partir das vidas e histórias destas mulheres, podemos perceber os imbricados enlaces entre casa e território, sobretudo ao atentar para a centralidade e elasticidade de “configurações de casas” (MARCELIN, 1999) como condição dessas existências femininas, mesmo em distintos contextos de migração. Se faz possível entrever ainda, nos vestígios de que se fazem essas histórias, redes de cuidado, fazeres e práticas cotidianas, reflexões sobre direito à terra e ao habitar. Com este esforço por puxar alguns fios destes complexos enlaces, cuja apreensão só se dá por meio da memória como forma de conexão entre fragmentos de tempos e espaços, e da narrativa de mulheres como caminho privilegiado para acompanhar os modos como as relações de gênero se fazem ao passo em que fazem territórios, casas e vidas, pretendemos ofertar ao campo dos estudos urbanos algumas referências da diversidade de modos de fazer e habitar casas e territórios Brasil adentro.

território-casa

Taparuaba é a terra do bordado, diz a placa na CE-362 que sinaliza o início da zona urbana do distrito de Sobral⁴ (Figura 01). Ela inteira zune ao som do metal desde manhã cedo até tarde da noite. Com pouco mais de 6.000 habitantes, grande parte da receita da população do distrito é fruto da confecção de peças bordadas, especialmente enxovais para recém-nascidos, colchas de cama e outras miudezas domésticas que são distribuídos em diferentes municípios do Ceará e estados vizinhos (SILVA *et al*, 2019).

⁴ Sobral consta como um dos mais antigos municípios do estado, sendo inicialmente sesmaria que se conformava em torno do rio Acaraú. “O Ceará, com seu espaço quase que totalmente exposto ao regime de semiáridade, encontrou possibilidades de pecuária extensiva ao longo das margens de seus rios intermitentes.” (PONTES; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2012, p.12).



Figura 1

Praça no centro de Taperuaba, Sobral - CE

Fonte: Acervo das autoras

Segundo as geógrafas Silva *et al* (2019), há registros do fazer das bordadeiras de Taperuaba pelo menos desde os anos 1950, ao que remonta à história oral, tendo recebido, a partir do fim dos anos 1980, um estímulo de diversas ações do governo do estado para impulsionar um alargamento na escala de produção de fazeres artesanais, como a renda e o bordado, com o intuito de atender à demanda de um novo mercado que foi se formando a partir da expansão do turismo no Ceará. O distrito ganhou ainda mais relevância com este fazer no fim da década de 1990, quando o tombamento do centro histórico de Sobral pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1999, desencadeou o levantamento também dos bens imateriais e das práticas culturais existentes no município (Ibid.).

Ali no semiárido do noroeste do estado, lá nos anos 1950, Urçula, com oito anos, já apanhava algodão na serra, fiava no fuso e ajudava a fazer os novelos que seriam levados para o tear e transformados em redes por suas irmãs mais velhas. Nesse tempo, na época de colheita do algodão, ela conta, no sertão do Ceará juntava gente de tudo que é canto e não tinha isso das moças ficarem em casa por estarem “nos seus dias”, elas iam sangrando mesmo trabalhar igual aos homens. Como destaca Angela Davis (2016, p.155), “tanto as mulheres da classe trabalhadora quanto as mulheres negras estavam fundamentalmente unidas

⁵ Ao longo do texto, serão utilizados os seguintes critérios gráficos: reprodução de falas ou expressões de Urçula e Luzia no corpo do texto constarão em itálico e entre aspas. Palavras ou expressões das autoras, sem grifo especial e entre aspas simples, indicam destaque, problematização, coloquialidade, suspeita ou ironia.

⁶ Expressão usada por Urçula para descrever uma série de serviços prestados à fazenda que vai de lavar a terra, fazer reparos em cercas, cuidar de vacas leiteiras, construir pequenos açudes, entre outros.

⁷ Somada à ascensão de "cargos" dentro da hierarquia da fazenda, e conseqüente acumulação de animais enquanto bens de valor, o momento decisivo para a acumulação de capital da família foi a mudança de "moradores de condição", alguns anos depois, para a casa de um tio de Urçula que estava vaga enquanto este morava em uma cidade maior da região trabalhando como pedreiro.

⁸ Urçula sempre espacializa suas histórias de infância e juventude a partir do nome de fazendas, que hoje, em grande parte, tornaram-se assentamentos rurais ou distritos, algumas vezes preservando o nome de origem. Pitingão, Carnaubinha, Corrente, Galante, Jurema, muitas são as localidades que ela menciona em suas migrações pela região noroeste do Ceará. Segundo Jucá (2015) foi a pecuária que, como atividade produtiva, atribuiu forma e conteúdo ao território cearense, organizando a maioria dos povoados, que mais tarde transformaram-se em vilas, em torno das casas de fazenda. Para além destas, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (PONTES; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2012) afirma que na formação dos municípios do estado alguns aldeamentos indígenas também foram elevados à categoria de vilas.

⁹ Em todo caso, esses são aspectos de um morar precarizado, não autônomo, que constituem algumas das dimensões do déficit ou inadequação habitacional, condições já amplamente analisadas em diversas pesquisas (ROSA, 2014; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995; RIBEIRO *et al.*, 2003; AZEVEDO E ARAÚJO, 2007; NASCIMENTO E BRAGA, 2009). Importante desta-

a seus companheiros pela exploração de classe e pela opressão racista, que não faziam discriminação de sexo".

Urçula vem de uma família mestiça, 'cabocla'⁵. Como aponta Clóvis Jucá (2015), a miscigenação e aculturação entre índios e brancos é fator fundamental para compreender a formação da sociedade cearense. Ela é a do meio de uma família de 15 filhos, a qual alcançou uma lenta ascensão para a classe média quando o pai, que sempre "trabalhou no mato"⁶, passou a ser vaqueiro, já em meados dos anos 1960⁷. César Barreira (1992, p.21) afirma que a figura do vaqueiro era uma das mais prestigiosas entre os funcionários de uma fazenda, já que o pagamento através da partilha do gado "possibilitou que alguns vaqueiros formassem pequenos rebanhos dentro das grandes propriedades". Antes disso, porém, a migração entre diferentes casas e fazendas era a realidade da família de Urçula, assim como de muitas outras famílias sertanejas sem posses. As movimentações aconteciam de acordo com o ciclo das chuvas, nos quais a oferta de postos de trabalho também oscilava.

No Pitingão⁸, zona rural de Uruburetama - CE, onde Urçula nasceu, assim como em todas as casas anteriores, sua família era "moradora de condição". Em uma entrevista, Vanessa pergunta: "*mas aí lá no Pitingão, a casa que seu pai morava era do seu pai mermo?*" Urçula responde: "*era não, morava na casinha dos outros, tinha dinheiro não, sempre foi na casa dos outros*". "Morar de condição" ou "viver de morada" ainda é uma prática comum que encontra arranjos diversos no interior do Brasil. Tem como característica fundamental a cessão de moradia pelo próprio empregador sem custos monetários para o empregado. O custo, no entanto, é muitas vezes a subjugação do segundo ao primeiro, em um acordo tácito moral em que o empregado está sempre em dívida graças à 'generosidade do proprietário'. Tal qual a coabitação forçada ou o morar de favor, este é um tipo de cessão que condiciona qualquer autonomia em relação ao morar. Quando vinculada ao trabalho - e muitas vezes um trabalho 'informal' - ocupa um lugar ainda mais perverso, associando e multiplicando dependências, e remontando a dinâmicas coloniais⁹.

César Barreira (1992), falando dos conflitos sociais no sertão, usa ainda o termo "morador-parceiro", na qual se configurava uma relação de trabalho e dominação, como o autor descreve, onde o trabalhador morava em uma casa cedida pelo "dono da terra", que pagava por seus serviços ou lhe cedendo uma porcenta-

gem da produção, naquela época em torno de 25%, ou entregando em dinheiro o valor correspondente à venda da parte acordada (BARREIRA, 1992). Urçula conta que *"naquele tempo não tinha aluguel! Interior num tinha aluguel não, trabalhava mermo pra..."*, ao que Luzia, sua filha, complementa: *"se plantasse no terreno do proprietário dava uma renda, pagava uma renda né, se cê planta dez litro de feijão, colhe vinte, aí tem a porcentagem né, você tem que dar tanto"*.

Urçula, quando saiu da casa dos pais, recém casada, foi viver de morada em Riacho Verde, fazenda em Uruburetama - CE. Pouco mais de um ano depois ela retornou para perto dos pais, grávida da primeira filha, Luzia, com intuito de ter uma rede de apoio mais próxima. Alguns anos depois, já com quatro filhos, o marido recebeu uma proposta de trabalho, intermediada por uma tia de Urçula, indo morar na Fazenda Carnaubinha, em Santa Quitéria - CE. Lá ela pegava serviços de bordado e costura, naquela época feitos à mão, para complementar a renda do marido que trabalhava no mato, assim como seu pai. Toda vez que ia visitar os pais na fazenda Corrente, também em Santa Quitéria, mas a pelo menos duas horas de distância, que naquele tempo fazia-se a pé ou de bicicleta, ela trazia encomendas, já que, além de mais povoada, Corrente tinha mais conhecidos de sua família. Depois de um tempo em Carnaubinha sua rede também se expandiu, uma vizinha passou a lhe emprestar a máquina à manivela quando os serviços de costura eram muito trabalhosos para fazer à mão.

Como argumenta Isabela Pinho (2019) em diálogo com Eugênia Motta (2014), a partir das trocas cotidianas são tecidos laços, redes e fluxos de dinheiro, objetos e pessoas, constituindo, assim, um arranjo formado pelas relações entre as casas que Marcelin (1999, p.37) conceitua como "configuração de casas". Noção elaborada a partir de pesquisa junto a três bairros periféricos da cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, a reflexão do autor nos auxilia a pensar as dinâmicas entre casas (e mulheres) que aparece de forma recorrente nas narrativas de Urçula e Luzia, merecendo citação integral:

"A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção — no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma configuração. [...] A configuração de casas não se refere a

car que, mesmo contemporaneamente, práticas de 'cessão' da casa por empregadores ainda são recorrentes, como no caso de uma das trajetórias investigadas em Rosa (2014), na qual Marielen, após uma vida "morando de favor", encontra "sossego" em uma "casa cedida" por sua "patroa", para quem trabalhava como doméstica, configurando uma sutil relação de "obrigação" entre elas, uma espécie de dívida perene, que se perpetuaria, mesmo após a mudança da patroa para outra cidade.

um conjunto imediatamente localizável. Ela não corresponde ao conceito de 'família extensa'. Trata-se de uma conceitualização, por meio da categoria cultural 'casa', de processos relacionais entre agentes familiares originários de várias casas. Uma configuração não se revela ao pesquisador de um momento para o outro; nesse sentido ela não tem seus fundamentos em valores exclusivamente holísticos. Da mesma maneira que a casa cria em si mecanismos de regulação do individualismo de seus agentes, expressos em seu espaço interior que organiza o comunitário e o individual, a configuração de casas dá conta de um espaço cujas fronteiras são paradoxalmente confusas (do ponto de vista do observador) e nítidas (do ponto de vista dos agentes), no qual se dá um processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca entre entidades autônomas (as casas)."

Em sua etnografia das "casas de mulher" no bairro Eduardo Abdelnur, em São Carlos - SP, Isabela Pinho (2019, p.18) defende que "'casa de mulher' só existe em relação, em 'configuração' [...] E são as circulações de objetos, alimentos, dinheiros; cuidados, crianças, pessoas e violências que exemplificam tais trocas e que sustentam a 'configuração' de 'casa de mulher'". Estas configurações não são estáveis e se elaboram a partir de interdependências, cooperações, solidariedades e afetos, assim como moralidades, assimetrias e conflitos. Como também pontua Isabela (2019, p.17), são as mulheres "as principais agentes na gestão deste universo social das casas" sendo "responsáveis por colocar em movimento grande parte dos circuitos e trocas". Ela ressalta, no entanto, que a casa não é vista de forma dicotômica em oposição a um suposto espaço público, mas que casa e território se tecem mutuamente através das práticas cotidianas que alimentam, por exemplo, a economia, como uma das facetas da vida. Esta ligação mostra-se bastante evidente nas histórias de vida de Urçula e Luzia.

Silva *et al* (2019) afirmam que a prática do bordado historicamente funcionou como "complementação" da renda agrícola no interior do Ceará, mas que Tapeuba atualmente se destaca como uma exceção entre os 13 distritos que compõem o município de Sobral, sendo um dos únicos que não tem a agricultura de subsistência e programas de assistência social, como Bolsa Família, como base de sustento de maior parte de sua população¹⁰. As autoras reforçam ainda a relação desta característica com as taxas de emigração abaixo da média de muitos outros distritos cearenses (SILVA *et al*, 2019).

Há gerações, portanto, é o algodão, a linha, os tecidos, e a artesanania de juntar tudo isso nos serviços de tear, costura, bordado e tantos outros fazeres, que

¹⁰ O distrito que faz par com Tapeuba nessa exceção chama-se Aprazível e é conhecido pela feira semanal que atrai comerciantes de toda a região oferecendo diversos produtos para revenda a preço de atacado, principalmente confecções.

têm garantido para muitas mulheres, mesmo que por um trisco, um mínimo de autonomia para dar o rumo de suas vidas. No caso de Urçula, essa dinâmica ganha outros contornos quando, ainda em Carnaubinha, perde o marido aos 36 anos. Antônio tinha 32 quando se afogou na barragem que ele mesmo trabalhou para construir na fazenda, em uma história comum Brasil adentro, mas quase sempre apagada das narrativas desenvolvimentistas. No mesmo dia, o pai de Urçula mandou buscar ela, grávida, e seus cinco filhos para viverem em Corrente. Lá passou pouco tempo, era gente demais para uma casa só, em seguida mudando-se para uma segunda casa que estes tinham acabado de construir, há mais ou menos uma légua de distância, na mesma vereda.

Novamente, a configuração de casas à qual Urçula pertence age para ampará-la enquanto rede (Figura 02). Não cabe, no entanto, romantizar este suporte; como dito, esses fluxos são cercados de moralidades, obrigações e conflitos. Sobre essa época, na qual Luzia ainda era uma criança, ela pondera: *"o vovô, grazadeus, com toda a ruindade, ainda ajudou foi muito a gente, porque se num fosse ele, a gente tava ferrado"*, e conta que nada vinha daquela casa de graça: *"ele tinha vaca, tinha carneiro, mas era assim 'quer os fato¹¹? pois venha aqui tratar o bicho!'"*.

Nos trânsitos entre as diversas casas que habitou, Urçula e sua família refaziam suas redes de interdependência a cada nova movimentação, especialmente entre as mulheres, que faziam circular os produtos da costura, bordado e tecelagem suprindo o parco acesso a produtos de vestuário manufaturados nos rincões do Brasil àquela época; dividiam a atenção e cuidado com as crianças dos diferentes núcleos familiares entre as casas e as sombras das oiticicas; se organizavam em grupos, oferecendo companhia e gerando uma maior percepção de segurança, para lavar e quarar roupas ou arear panelas nos riachos e areais próximos ou buscar água potável nos poços e cacimbões, entre outras atividades de manutenção da vida cotidiana.

Enquanto ainda morava com os pais, até os 25 anos, Urçula transitou por pelo menos seis fazendas diferentes: Pitingão, Jurema, Pão de Açúcar, Barra do Garrote, Corrente e Papagaio. Na maioria delas as movimentações se deram entre casas cedidas pelos proprietários de terras para os quais trabalhavam, porém, quando adolescente, ela também chegou a morar por alguns meses com uma tia para que fosse alfabetizada, assim como a derradeira casa ocupada antes dos pais concluírem sua casa própria, foi a casa de um tio de

¹¹ O "fato" do boi, também conhecido como bucho, é um pedaço do estômago, considerado também uma das partes menos nobres da carne do animal.

Urçula que tinha ido morar em uma cidade maior em busca de melhores oportunidades de trabalho como pedreiro. Depois de constituir seu próprio núcleo familiar, transitou por pelo menos mais quatro casas entre Riacho Verde, Carnaubinha e Papagaio, além de três casas na zona urbana de Taparuaba. Nestes últimos trânsitos, a partir de sua viuvez, morou em casas que eram de propriedade de seus pais até conseguir construir sua primeira casa própria.

A respeito das redes de solidariedade e interdependência, Urçula narra diferentes episódios no decorrer da vida em que a configuração de casas se mostra presente como intermédio entre casa e território. Quando se muda para a cidade em sua primeira casa própria, esta ainda não estava finalizada, e é um vizinho que fornece energia através de um "bico de luz", como ela descreve, nos primeiros meses de ocupação. Assim como quando o fluxo de pessoas, bens e dinheiro en-



Figura 2
Urçula, sobrinho, dois de seus filhos e o cachorro em uma das casas cedidas por seus pais
Fonte: Acervo pessoal de Urçula

tre sua casa e a casa dos filhos e netos se mostra tão intenso ao ponto de configurar uma dependência entre casas, na qual o “dinheiro da casa” (MOTTA, 2016) extrapola os contornos físicos de sua casa englobando outras. Outros vestígios, acionados pelas memórias de Urçula e Luzia, auxiliam na apreensão mais detida de uma economia cotidiana e suas dimensões em relação à gênero e à configuração de casas, e serão desdobrados adiante.



Figura 3
Urçula e sua máquina de costura em 1988
Fonte: Acervo pessoal de Urçula

casa-território

Quando passou a receber pensão do INSS pela morte do marido, e com o pagamento retroativo dos oito meses que se passaram até que ela conseguisse seus direitos, Urçula comprou sua primeira máquina de costura com pedal (Figura 03). Com ela fazia serviços de conserto e confecção, que junto à pensão era suficiente para manter a família, já que não pagavam aluguel. Luzia, a filha mais velha, conta que aprendeu a costurar nessa máquina, ainda com 10 anos de idade, escondida da mãe, que a proibia de chegar perto dela, alegando que era muito perigosa. Luzia brinca que a mãe provavelmente tinha medo dela esculhambar a máquina, que devia ser, pelo certo, o bem mais valioso da casa.

Já adolescente, Luzia fazia as próprias roupas e costurava, vez ou outra, para fora, às vezes ajudando com as contas de casa, às vezes poupando dinheiro.

Quando completou 15 anos botou na cabeça que ia morar com a avó paterna em Fortaleza - CE. Já havia 5 anos que ela tinha perdido o pai e sentia falta de uma relação mais próxima com a família dele. Luzia tinha também uma curiosidade pela capital, o desejo de morar em uma cidade grande. Então uma irmã de seu pai, que também morava em Fortaleza, lhe fez uma proposta: a mulher tinha uma filha pequena com paralisia cerebral e se Luzia fosse morar com elas, e ficasse responsável pelo cuidado da menina e da casa, pagaria a mensalidade da escola particular do bairro, Antônio Bezerra, já nos limites do município.

Ela aceitou a proposta. Luzia conta que, durante os dois anos em que morou em Fortaleza, foi apenas duas vezes ver o mar: uma vez na Praia do Sol, outra na Praia do Futuro. O acordo com a tia durou um ano, já no seguinte, lhe disseram que o gasto estava insustentável e a transferiram para uma escola pública, enquanto ela seguia fazendo o mesmo trabalho de antes.

"num tinha direito de ficar... ficar assim assistindo televisão sem.. (risos) tinha que tá sempre fazendo coisa. Se eu num tivesse pegano na minina, tava lavano a louça, tava lavano as roupa...[...] tava lá pra estudar e... aí pra mim fazer os dever tinha que fazer de noite, no horário que a menina tava [dormindo]".

Ela ficou na casa da tia até 1987, voltando para Tapera antes do fim do ano letivo, sem terminar a quinta série. Alguns anos depois, apareceu por lá uma mulher que vinha de São Paulo buscando uma 'dama de companhia' para cuidar de sua mãe já idosa: "eu quero uma pessoa do norte que queira uma coisa séria porque esse pessoal da cidade hoje em dia não quer nada com nada", conta Luzia arremedando-a. A mulher tinha ido ao Ceará de combinado já feito com uma tia de Urçula, que morava em São Paulo há muitos anos, e levaria uma prima dela, só que na última hora a mãe da menina se arrependeu e desfez o acordo. Sabendo da conversa, Luzia de pronto se dispôs a ir no lugar da prima e fez as malas para São Paulo.

Já fazia quase um ano que ela se correspondia por carta com um rapaz dali que ela conhecia desde criança e que há alguns anos estava trabalhando em São Paulo. Urçula já sabia que não adiantava dizer não, então deixou a menina ir, mesmo sendo menor de idade. Lá chegando, no bairro Jaçanã, não demorou muito, coisa de duas semanas, a senhora que Luzia cuidava faleceu. "Aí a tia[-avó] Alcídia falou assim 'É, tu já tá aqui, veio pra trabalhar, então se tu quiser trabalhar pode vir aqui pra casa, mas pra trabalhar! Já

tô dizendo pra você se arrumar, porque aqui em São Paulo todo mundo trabalha!”. Ela conseguiu trabalho para Luzia em uma oficina de costura na mesma rua em que moravam.

“tinha uma senhora que era do nordeste, chamava nortista, ‘tu é nortista? Eu também sou nortista, vou te dar uma oportunidade!’ [...] E aí a primeira vez eu fiz o teste, né? Porque eu nunca tinha pego numa máquina de costura industrial [...] então o primeiro teste era montar uma peça, né? E eu consegui, demorei muuuuito, mas eu consegui [...] acho que era uma saia, uma coisa que tinha que pregar um zíper. Eu sei que eu tive dificuldade porque a bicha era... A máquina, nunca tinha pego uma máquina daquela. Mas aí ela também teve paciência, sabia que eu também precisava”

As ponderações de Luzia - de que a mulher teria lhe dedicado mais paciência porque era conhecida de sua tia-avó e sabia que ela precisava do trabalho - reforçam a existência da mencionada rede de solidariedade entre casas e mulheres, e aponta também para uma possível capilarização desta, evidenciando uma escala que se amplia em direção à uma configuração de territorialidades, tendo as casas como pontos de atração e irradiação, marcas de geografias complexas em que as amarras e os cortes nessas teias de relações são feitos (SIMONE, 2019): a identificação entre elas se dá por serem “conterrâneas”, nordestinas e nortistas, na periferia de uma grande cidade do sudeste brasileiro. Periferias que, como se sabe, são majoritariamente compostas por migrantes. Cynthia Sarti (1994, p.21) reafirma este dado em sua tese, descrevendo o bairro no qual desenvolveu sua pesquisa de campo na periferia de São Paulo, exatamente nos anos 1990: “Como a maior parte dos pobres que vivem hoje em São Paulo, a população adulta do bairro é, em sua maioria, migrante, sobretudo nordestina. Quanto mais aumenta a idade, maior a probabilidade de que o morador seja migrante.” Evidencia-se, nessas condições, uma concepção alargada e relacional de casa, “espaço moral” que “pode se estender por metros ou quilômetros” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 170), dando a ver modos de habitar que interconectam territórios geográfica e culturalmente distantes, como São Paulo e Tapuruaba, estendendo as íntimas imbricações entre casa, família, vizinhança e localidade - tidas por diversos autores como aspecto central nas dinâmicas de “manutenção e reprodução da família popular” (idem, p. 169) - através destas conexões entre casas e mulheres, mesmo quando deslocadas de seu território de origem (ROSA, 2014).

Assim que chegou a São Paulo, Luzia também estreitou o contato com seu conterrâneo, que logo tornou-se

namorado. Não demorou muito, seis meses de longas idas e vindas no sistema de transportes públicos entre zona norte e zona sul da capital paulista - uma linha de ônibus, uma de metrô e outra de ônibus, de "ponta a ponta" em cada uma delas - e ficaram noivos. Ela conta que com o dinheiro da costura começou a comprar umas "coisinhas" para o seu enxoval de casamento, enquanto o noivo, com o dinheiro das horas extras de trabalho, terminava de construir a quitinete na laje do irmão, onde iriam morar, no Parque Residencial dos Lagos, zona Sul de São Paulo.

A respeito de casas e economia cotidiana, o trabalho de Eugênia Motta (2016) nos ajuda a perceber essa separação dos diferentes fluxos do dinheiro nas dinâmicas de gênero dentro de famílias cishétero. Eugênia, especialmente através de uma perspectiva que não é a da economia formal, observa que o dinheiro tem fluxos específicos. Um deles é o "dinheiro da casa", que seria direcionado para as despesas fixas, como aluguel, contas de consumo, supermercado do mês, etc, ou seja, "o dinheiro da casa é usado para sustentar a vida daqueles que a ela pertencem" sendo que "os usos e as interdições de uso são cercados de moralidades" (MOTTA, 2016, p.199). Com efeito, Urçula conta que, quando ela ainda era moça, sua mãe comprou uma máquina à manivela e ela e as irmãs costuravam "pra fora", para o povo do Corrente e do Galante, fazendas vizinhas. Com o dinheiro da costura elas compravam perfumes, pó de arroz e fazendas de tecido para costurar vestidos novos para si, já que o pai delas se negava a dar "*dinheiro da casa*" para isso.

Eugênia Motta reflete que essa separação dos diferentes fluxos do dinheiro acontece através das formas de recebê-lo e gastá-lo. Geralmente, na configuração de casal cishétero, como é o caso das famílias que trazemos aqui, o dinheiro da casa está atrelado ao salário ou rendimento do "provedor", o homem. Assim, qualquer renda extra capitalizada pelas mulheres se configuraria como um "dinheiro de mulher" (MOTTA, 2016), tanto pelos meios pelos quais é obtido, como pelos itens com que ele é gasto. No caso dos exemplos que a autora traz, esses itens são produtos da Natura ou Avon; no caso de Urçula ela menciona, quando moça, cosméticos e roupas; de Luzia, também roupas para ela, além de utensílios de cozinha de menor valor, todos considerados "coisas de mulher". As fotos dos álbuns de família reiteram essa relação. Em um par delas, o noivo e Luzia, no mesmo ano, exibem cada um "suas novas conquistas" de recém casados: ele na fachada da quitinete sobre a laje do irmão (Figura 04); ela dentro da cozinha da nova casa (Figura 05).

Em um dos diálogos, ao ser perguntada se ela gostava da quitinete em São Paulo, Luzia responde: "*gostava porque era minha*". Ela tinha apenas 19 anos quando se casou e passou a ser de fato "dona de casa", e fala que nesse tempo, de certo modo, se sentia "brincando de casinha". Depois de ter sido responsável pelo cuidado de outras pessoas e outras casas, depois de ter morado "de favor" e em casas onde seu lugar era o de empregada, ter sua própria casa e poder "fazer as coisas do seu jeito" representava para ela de fato uma conquista. Com pouco mais de um ano de casada veio a primeira filha e, assim, passou a trabalhar em casa, realizando ajustes e consertos para a vizinhança. Nesse ponto, também reforça, em certa medida, o entendimento de configuração de casas. Luzia



Figuras 4 e 5

Noivo de Luzia na parte externa da quitinete em São Paulo, recém concluída; Luzia na cozinha da quitinete com seus pais ou menos 20 anos

Fonte: Acervo pessoal de Luzia

conta que muitas vezes compartilhava responsabilidades com sua concunhada, assim como os serviços de costura vinham das indicações desta, que já tinha uma rede de relações bem estabelecidas no bairro. A casa construída sobre a laje do casal irmão trouxe uma dimensão de interdependência não apenas física

da edificação, como na estrutura cotidiana do cuidado com as crianças e realização de outras atividades domésticas.

Nos circuitos do “dinheiro de mulher” são elas as protagonistas, as que botam em movimento grande parte do que se produz, se compra ou se vende (MOTTA, 2016). Eugênia Motta conta que suas interlocutoras lembram do período em que vendiam seus produtos como o tempo em que elas andavam mais arrumadas, porque tinham dinheiro para gastar livremente com coisas para elas. Em diálogo com Zelizer (1994), Eugênia (Ibid., p. 205) sinaliza que: “o uso do dinheiro envolve separação e marcações, obrigações e restrições, que afastam a moeda de sua característica supostamente homogeneizadora”.

Para Urçula, enquanto mulher viúva que *“nunca tornou a botar homem dentro de casa”*, como ela diz, a construção da relação entre casas, território e dinheiro se dá de maneira diferente. Quando passa a ser a única gestora do “dinheiro da casa”, suas decisões não precisam mais ser respaldadas ou passar pelo crivo de um companheiro. Em movimentações futuras, que pela brevidade deste texto não cabe adentrar¹¹, é ela quem decide pela venda de uma casa para a compra de outra, ou pelo direcionamento mensal de parte do dinheiro de seu aposento para ajudar uma neta a completar sua formação profissional depois que esta se divorcia do marido. Suas casas e seu dinheiro são inteiramente seus, como ela mesma reforça ao falar da primeira casa própria, construída já nos anos 1990.

“A casa do bairro eu comecei desde o chão... do começo do chão! Comprei o chão aí fui construindo aos pouco [...] comprei com meu dinheiro! minhas coisa, aos pouquim véi... dos tempo que eu fazia bordado, eu comprei até do Tevaldo [...] bordava era muito, era roupinha de recém-nascido, era colcha, era num sei o quê lá, era um bocado de coisa, bordava muito era na mão, a maior parte era na mão, eu só pagava pra bordar na máquina, aí eu engomava, recortava tudim aqueles feston... eu dava pro Tevaldo vender! aí eu comprei os terreno dele foi pagando com bordado!”.

Vanessa: aí era? você pagou seu terreno todo com bordado? cê num deu um centavo pra ele?

Urçula: “Foi, paguei com bordado mermo (risos)”

Vanessa: cê demorou quantos ano bordando pra conseguir terminar de pagar essa casa?

Urçula: “sei lá quantos foi (risos) foi um tempim...”



fazer-território

A respeito da relação da casa com o fazer manual, tratando da cultura do bordado em Taperuaba, Silva *et al* (2019) afirmam, a partir de conversas com as bordadeiras, que trabalhar dentro de casa proporcionava a elas maior sensação de segurança na criação dos filhos, não só em relação a sua presença dentro de casa, como no suprimento de necessidades básicas como a compra de itens de limpeza e higiene. Neste formato doméstico, a costura, o bordado e demais serviços complementares são tradicionalmente fazeres femininos, enquanto a distribuição das peças desde centros urbanos maiores como Sobral e Fortaleza estariam principalmente a cargo dos homens. Não que a produção e escoamento sejam completamente compartimentalizadas por gênero. No transcorrer das décadas os homens passaram a ampliar sua participação em tarefas para além do transporte e comercialização, mesmo que usualmente tarefas secundárias. Eles também fazem o corte do tecido, especialmente quando é necessário manejar maquinário para realizar o enfesto¹²; fixam nos bastidores¹³ as peças a serem bordadas; arrematam, cortando os fios soltos; dobram e empacotam as peças prontas; entre outras atividades. Porém, em grande parte, a organização e distribuição das tarefas dentro das facções¹⁴ ainda seguem majoritariamente coordenadas por mulheres não-brancas, em sua maioria.

Ao longo dos anos, as transformações das dinâmicas comerciais e das tecnologias, em diferentes escalas, têm influenciado a cultura local, modificando as práticas e os fazeres. Das técnicas à mão às máquinas cada vez mais modernas - à manivela, de pedal, elétrica, eletrônica e digital -, o "fazer bordado tem se alterado à medida que se insere uma lógica mais mercadológica nessas comunidades, impondo ritmo mais acelerado à realização da produção" (SILVA *et al*, 2019, p.24). Nas confecções de maior porte do distrito, por exemplo, já se pratica há alguns anos o bordado computadorizado. E a partir da agregação destas novas tecnologias, os homens têm cada vez mais tomado a frente desses fazeres como tarefa mais mecânica. Essas mudanças afetam não apenas as mulheres, mas os modos de habitar e a relação com o território. As mudanças não se dão somente nos modos de produção, mas também no alcance da venda dos produtos, assim como nas relações de distribuição. Silva *et al* (Ibid., p.34) apontam que a distribuição da produção em uma escala ampliada, que hoje ultrapassa as fronteiras do estado, denota que "as conexões geográficas

¹² No jargão da confecção de vestuário, o enfesto é a estratégia de sobrepor camadas de tecido para que sejam cortadas de forma simultânea com maquinário específico, otimizando tempo de produção.

¹³ O bastidor é composto por duas molduras que prendem o tecido mantendo-o bem tensionado proporcionando maior firmeza no ponto do bordado e auxiliando no alinhamento do desenho.

¹⁴ Chama-se 'confecção' uma empresa que transforma diferentes matérias-primas em uma peça de vestuário. Já a 'facção' é uma empresa que terceiriza processos para uma confecção, executando geralmente tarefas específicas como risagem, corte, costura, acabamento, etc.

dos lugares não obedecem a lógicas hierárquicas da rede urbana tradicional”.

Mais do que o maquinário, que vai se tornando obsoleto com o passar das décadas, a herança que segue a cada geração é o saber-fazer, transmitido entre mulheres, em suas próprias casas. Apesar das aceleradas transformações, o formato de produção que predomina no distrito ainda é o doméstico. Apesar da presença de confecções de médio porte, boa parte da produção fica a cargo das diversas facções difusas no território do distrito. As facções domésticas costumam ter, no máximo, de quatro a cinco máquinas de costura industriais que variam entre overloque, reta e bordado. Em geral, as máquinas ficam na sala ou em cômodos que possuem entrada independente da casa, diferenciando a circulação privada da pública, caso alguém que não é do convívio íntimo da família frequente o espaço, em uma tentativa de preservar a privacidade da “casa-oficina”.

Aqui a casa se mostra diferente do espaço doméstico convencionalizado no imaginário coletivo, desobedecendo os limites e separações duais moderno coloniais de tempo e espaço que dividem o mundo entre público e privado. Tal qual as anfitriãs de Antonádia Borges (2012, p.218), estas mulheres experimentam “em suas casas formas de vida não ‘domésticas’ no sentido ordinário do termo. E, mais, não são em absoluto uma exceção”. Nesses contextos,

“as casas não se tratam de espaços privados, exclusivos, e conseqüentemente separados do espaço público – este, sim, ‘comum’, tanto no sentido de pertencer a todos (ou quase todos), como de ser regido por regras mais ou menos compartilhadas que tornam o convívio entre estranhos viável (Ibid., p.217)”.

Nas relações de trabalho cada vez mais precarizadas, porém, as costureiras “autônomas” engolem todas as horas de seus dias transformando tudo em tempo produtivo, chegando a jornadas de até 18 horas de trabalho. Sofrem com doenças ocupacionais, enquanto muitas alimentam a ilusão de que quanto mais trabalham, mais ganham, se confortando com a ‘flexibilidade’ de serem suas próprias chefes. Essa autonomia, como sabido, é bem relativa. Essas são condições de trabalho que possibilitam, sim, muitos modos de vida que não os regidos pela compartimentalização do tempo e dos espaços da vida, mas a tênue e progressiva dissolução de fronteiras entre casa e trabalho, nessas condições de precarização, vêm quase sempre às custas da exploração de pessoas, que viram mão-de-obra

barata, sem receber sequer o justo pelo seu tempo de trabalho, que dirá o lucro obtido na comercialização dos produtos que elas põem no mundo.

O entusiasmo das mulheres pela possibilidade de trabalhar em casa e, ao menos no imaginário, poderem gerir seu próprio tempo (e dinheiro), se relaciona com a já mencionada questão do “dinheiro de mulher” e, de um jeito perverso, não deixa de ser um recurso na tentativa de não somarem dados à feminização da pobreza (ou quiçá, seria já sua própria materialização, em outros termos). Estas casas-oficina/facções domésticas, assim como o “viver de morada”, abrigam um modo de morar também vinculado ao trabalho, ao mesmo tempo em que se diferenciam deste por se estruturar sobre o suporte material de uma “casa própria”, como as conquistadas por Urçula e Luzia.

Nestes termos, importa mencionar aqui o esforço de Urçula em construir, também com seu “dinheiro de mulher”, uma casa para cada filha e filho, espécie de herança que, mais do que aportar um sentido meramente econômico do bem material em si, representa a própria possibilidade de perpetuação geracional, inclusive pelo saber-fazer que se transmuta em possibilidade de trabalho remunerado também nestes espaços domésticos. Podemos entrever, aqui, a miríade de dimensões simbólicas implicadas na consecução de uma casa própria, à qual se associam concepções sociais e morais de família, parentesco, redes de relações, e formas de sustentar a vida, que não se restringem nem à sua dimensão ideológica; ou à concepção de bastião da sobrevivência familiar diante das dificuldades financeiras, incertezas em termos de trabalho ou incompletude dos sistemas de proteção social; nem apenas como forma de realização (e/ou demonstração) de ascensão social. Estas casas-oficina/facções domésticas embaralham todas essas dimensões, alinhavadas ainda pelos afetos que configuram este saber-fazer da costura e por uma economia moral que acompanha estas dinâmicas de trabalho que se ancoram nestas casas, mas que amplificam as dimensões territoriais anteriormente refletidas em torno da configuração de casas, conformando novas - e complexas - territorialidades forjadas por mulheres.

dos fazeres às histórias espaciais

Esta breve incursão nas histórias de vida de Urçula e Luzia aponta caminhos e pistas para que a produção de conhecimento no campo da arquitetura e do urbanismo se beneficie de reflexões ancoradas na diversidade de relações socioespaciais que configuram

dinâmicas entre casas e territórios Brasil adentro, a partir da perspectiva de mulheres e suas histórias. A oposição e cisão entre público e privado, doméstico e político, ficção ora desmascarada (DAVIS, 2016; BIROLI, 2014; BORGES, 2012; para citar algumas), se dissolve na tessitura das relações que as mulheres firmam no cotidiano a partir de suas casas e territórios, emaranhando economia, cultura, cuidado, produção e reprodução, se assim quisermos nomear algumas destas dimensões.

As experiências socioespaciais de Urçula e Luzia, que não são individuais ou excepcionais, mas compartilhadas e corriqueiras, se mostram atravessadas pelas redes de relações que se estabelecem ao longo do tempo e do espaço em seus deslocamentos, físicos e sociais (ROSA, 2019). Evidenciam como casa e território se fazem simultaneamente, e perceber estes processos como genericados é uma das contribuições que estas histórias de mulheres podem aportar ao campo da arquitetura e do urbanismo. Por um lado, dão a ver o enlace entre diferentes casas na constituição de “configurações de casas” que funcionam em redes de relações alimentadas especialmente por mulheres, e que podem ser tão elásticas ao ponto de, mesmo quando longe de seus territórios de origem, se reconstituem dentro dos possíveis. Por outro, também oferecem pistas para apreendermos a imbricação entre os fazeres e o território (tendo, uma vez mais, a casa como ancoragem): neste caso específico, do bordado em sua produção doméstica e suas implicações na dinâmica socioeconômica e espacial do distrito de Taperuaba, assim como nas configurações, físicas e relacionais, de casas das mulheres bordadeiras.

Entre redes de cuidado, fazeres, práticas cotidianas e múltiplos habitares, as histórias de Urçula e Luzia, com a dimensão ordinária daquilo que possibilita a manutenção da vida, distantes de grandes feitos e enunciações, foram aqui tomadas, seguindo trilhas que vêm sendo abertas nas margens dos estudos urbanos, como elementos vitais para a percepção da complexidade das questões socioespaciais no Brasil. Na casa, como recipiente que guarda a vida, cabem muitos mundos. Que possamos, em um esforço coletivo, dedicar atenção à diversidade de modos de habitar e fazer territórios Brasil adentro, adensando e conferindo nuances às percepções desses tantos modos, historicamente tão achatados pelas narrativas mestras (BORGES, 2012). São muitos os fios que seguem aguardando novos enlaces.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de; ARAÚJO, Maria Bernadette. Questões metodológicas sobre o 'déficit habitacional': o perigo de abordagens corporativas. *Cadernos Metrópole*, n.17, 2007, p. 241-255.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

BORGES, Antonádia. *Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul*. *Cadernos Pagu*, n.40, 2013, p.197-227.

CORDEIRO, Vanessa Alves. *A cabeça pensa que sabe, mas é a mão que lembra o caminho*. 2023. 140 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n.37, 2011, p. 9-41. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200002>.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FISHER, Elizabeth. Carrier Bag Theory. In: _____. *Women's Creation: sexual evolution and the shaping of society*. New York: McGraw-Hill Book Co, 1980.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. *Déficit habitacional no Brasil*. Convênio PNUD/Secretaria de Política Urbana, Ministério do Planejamento, Belo Horizonte, 1995.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 1995, 5, p. 07-41.

HARDING, Sandra (ed.). *The feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies*. New York: Routledge, 2004.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Tradução José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. Tradução Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

HILL COLLINS, Patricia. Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought. *Social Problems*, v. 33, n. 6, 1986, p. 14-32.

JUCÁ, Clovis. A casa de fazenda do umbuzeiro: o único testemunho setecentista da conquista do sertão cearense. *SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO*, 4., 2015, Belo Horizonte. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22950/1/2015_eve_crjucaneto.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

LE GUIN, Ursula. *Dancing at the Edge of the World: Thoughts on Words, Women, Places*. New York: Ed. Grove Press, 1986.

MARCELIN, Louis. A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, p. 31-60, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/kghr3xv9tC5yvVyBSTkTPLc/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MOTTA, Eugênia. Casas e economia cotidiana. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (org). *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 197-214.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? *Risco*, São Carlos, n.9, 2009. p.98-109.

PINHO, Isabela Vianna. *Casa de mulher: os circuitos cotidianos de cuidado, dinheiro e violência em São Carlos/SP*. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11734>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PONTES, Lana Mary Veloso de; ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg Silva; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. *A questão dos limites municipais do Estado do Ceará*. Fortaleza: IPECE, 2012. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/QUESTAO_LIMITES_MUNICIPAIS_CEARA.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio; LAGO, Luciana Corrêa do. *Necessidades habitacionais*. Déficit habitacional e inadequação habitacional. Relatório do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ/FASE, 2003. Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br. Acesso em: 19 jul. 2014.

ROSA, Thais Troncon. O fazer-cidade entre deslocamentos e vizinhanças: reflexões baseadas nas trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia no estado de São Paulo. *Contemporânea*, São Carlos, v. 9, n. 3. p. 723-744. Set/ dez. 2019. Dossiê Trajetória, trabalho e gênero. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/789/pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

ROSA, Thais Troncon. *Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares*. 2014. 391f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. 1994. 215f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, Maria do Socorro Sousa e; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcanti de; MESQUISTA, Antônia Iara Oliveira; CRUZ, Raquel Félix. Mudanças e permanências na produção do bordado no distrito de Taparuaba-Sobral/CE. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 23-34, 2019. Disponível em: [//rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/290](http://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/290). Acesso em: 14 jun. 2023.

SIMONE, Abdoumalik. *Improvised lives: Rhythms of Endurance in an Urban South*. Cambridge: Polity Press, 2019.

XAKRIABÁ, Célia. Corpo-território. In: GOMES, Ana Maria et al (Org.). *Mundos Indígenas*. Belo Horizonte: Espaço do Conhecimento UFMG, 2020.

ZELIZER, Viviana. *The social meaning of money*. New York: Basic Books, 1994.

Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos

Ana Clara Benjamim e José Almir Farias

SILVA, Ana Clara Benjamim; FARIAS, José Almir. Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 72-92, ago 2024

data de submissão: 02/03/2024

data de aceite: 23/05/2024

Ana Clara Benjamim SILVA é Mestranda do PPGAU+D/UFC; anaclarabenjamim@arquitetura.ufc.br

José Almir FARIAS é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do PPGAU+D/UFC, almirfarias@ufc.br

Resumo

Nos últimos anos, as discussões envolvendo questões de gênero, raça, classe e outros marcadores de desigualdade ganharam novo impulso, dando visibilidade a um conceito poderoso: a interseccionalidade. Mais do que uma teoria unificada, ela é hoje um domínio de investigações marcado desde suas origens pelo ativismo político e ambições transdisciplinares. Este artigo se propõe a uma reflexão crítica sobre a interseccionalidade aplicada no campo dos estudos urbanos de modo a identificar desafios que se apresentam aos pesquisadores, particularmente em um campo de saber onde vigora a dispersão teórica das análises sobre representações sociais e relações indivíduo-sociedade-espço. Os resultados da investigação indicam que a recepção e mobilização deste conceito evidencia-se na diversidade das situações de pesquisa, e nos levam à percepção de três questões relacionadas à inserção da interseccionalidade em estudos urbanos e que podem ser assim nomeadas: epistemológicas, espaciais e metodológicas.

Palavras-chave: interseccionalidade, estudos urbanos, epistemologia.

Abstract

In recent years, discussions involving issues of gender, race, class, and other markers of inequality have gained new momentum, giving visibility to a powerful concept: intersectionality. More than a unified theory, it is today a domain of investigation marked since its origins by political activism and transdisciplinary ambitions. This article proposes a critical reflection on intersectionality applied in the field of urban studies to identify challenges that researchers face, particularly in a field of knowledge where the theoretical dispersion of analyzes on social representations and individual-society-space relations. The research results indicate that the reception and mobilization of this concept is evident in the diversity of research situations and lead us to the perception of three issues related to the insertion of intersectionality in urban studies and which can be named as follows: epistemological, spatial and methodological.

Keywords: intersectionality, urban studies, epistemology.

Resumen

En los últimos años, los debates sobre cuestiones de género, raza, clase y otros marcadores de desigualdad han cobrado nuevo impulso, dando visibilidad a un concepto poderoso: la interseccionalidad. Más que una teoría unificada, es hoy un dominio de investigación marcado desde sus orígenes por el activismo político y las ambiciones transdisciplinarias. Este artículo propone una reflexión crítica sobre la interseccionalidad aplicada en el campo de los estudios urbanos con el fin de identificar los desafíos que enfrentan los investigadores, particularmente en un campo del conocimiento donde perdura la dispersión teórica de los análisis



sobre las representaciones sociales y las relaciones individuo-sociedad-espacio. Los resultados de la investigación indican que la recepción y movilización de este concepto se evidencia en la diversidad de situaciones de investigación, y nos llevan a la percepción de tres cuestiones relacionadas con la inserción de la interseccionalidad en los estudios urbanos y que pueden denominarse de la siguiente manera: epistemológica, espacial y metodológica. **Palabras-clave:** interseccionalidad, estudios urbanos, epistemología.

Introdução

Interseccionalidade é um conceito que se originou na teoria racial crítica no final dos anos 1980, especialmente no feminismo negro, e desde então tem sido aplicado tanto a movimentos de justiça social como a pesquisas em diversificado fluxo interdisciplinar. Refere-se à natureza interligada de categorizações sociais, como raça, classe, gênero, sexualidade, capacidade física e outras dimensões da identidade. A ideia é que estes marcadores não existam independentemente uns dos outros, mas sim que se cruzem e se sobreponham, dando forma a experiências únicas de discriminação e opressão para indivíduos que possuem múltiplas identidades marginalizadas.

Nos últimos anos, observa-se no Brasil um interesse crescente sobre abordagens interseccionais relacionadas a contextos urbanos¹, que não apenas dão novo impulso a estudos anteriores sobre raça e gênero, mas também exploram lacunas de pesquisa, ou seja, questões ainda não estudadas ou não completamente esclarecidas no arcabouço de conhecimento científico já estruturado no campo. Essas iniciativas se reconhecem, inclusive, em um esforço de contestar epistemologias tradicionais no trato das disparidades sociais, injustiças e formas de exclusão no espaço urbano.

Por outro lado, ainda são raros os trabalhos que fazem um balanço sobre a emergência e consolidação da interseccionalidade aplicada em estudos urbanos nacionais². Atentando para esse fato, o presente artigo traz uma contribuição ao debate ao articular uma reflexão crítica sobre inquietações e convergências que ocorrem nas pesquisas correlacionadas ao tema. Ainda que se recupere a gênese do conceito, não se trata aqui de estabelecer uma historicidade stricto sensu, mas de ponderar sobre alguns dos desafios que se apresentam aos pesquisadores que fazem uso do termo, particularmente em um campo de saber onde vigora a dispersão teórico-

¹ Cabe destacar as iniciativas editoriais, entre elas a da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais como seu Dossiê Temático 'Território, Gênero e Interseccionalidade', publicado em 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/issue/view/133>. Acesso em: 21 fev. 2024.

² Ver, por exemplo, o trabalho publicado de Silva (2021).

-conceitual das análises sobre representações sociais e relações indivíduo-sociedade-espço.

Metodologicamente, recorre-se a uma seleção de textos em uma revisão de literatura do tipo narrativa (Rother, 2007), reconhecida como um procedimento de síntese qualitativa, pois incorpora uma abordagem mais descritiva e interpretativa. Não se trata, portanto, de esgotar as fontes de informação, já que seu objetivo não é a reprodução dos dados ou respostas a questões sistematizadas e quantitativas específicas, mas oferecer uma condição razoável de confiabilidade e acessibilidade para atualização de conhecimento do assunto em discussão.

Sobre as fontes selecionadas, optou-se por priorizar alguns dos principais textos norte-americanos (aqueles que dão origem ao termo, fazem suas primeiras aplicações em pesquisas e contribuem para a evolução teórico-conceitual). Complementarmente examina-se artigos em língua francesa, que ajudam a elucidar a repercussão internacional, mas sobretudo, funcionam como contraponto aos esforços da produção nacional de não se perder na tradução, e se distanciar de ideias hegemônicas deslocadas. No caso dos textos brasileiros, foram recolhidos trabalhos acadêmicos mais recentes (artigos, dissertações e teses), que fazem uso operativo do termo 'interseccionalidade', com destaque para aqueles escritos a partir de chamadas temáticas de revistas científicas e de relatórios de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação vinculados aos estudos urbanos. Recorre-se, também, a algumas obras anteriores que se tornaram referência para estudos de raça e gênero, mesmo que, nesse caso, não utilizem a interseccionalidade como categoria analítica.

Os resultados da investigação suscitaram a percepção de um conjunto de três questões que atravessam o uso da interseccionalidade em estudos urbanos e que podem ser assim nomeadas: epistemológicas, espaciais e metodológicas. Esses conteúdos foram convertidos em tópicos que estruturam o artigo e são comentados em seguida. Cabe, no entanto, antecipar um esclarecimento dessa escolha.

De início, as interrogações epistemológicas são elemento estruturante do pensamento interseccional devido a uma preocupação em contestar a validade de teorias tradicionais, sendo que os argumentos variam conforme a filiação disciplinar do pesquisador e a mistura voluntária de registros científicos e militantes na análise. Uma segunda questão aponta para o papel

crucial do espaço em estudos urbanos, pois é ali onde as interseções de identidades se manifestam e são vivenciadas de maneira concreta. Assim, o ambiente físico tem relação com as hierarquias sociais e influencia a distribuição desigual dos recursos e oportunidades. Por fim, identifica-se indagações metodológicas da pesquisa interseccional, mais afeita a abordagens qualitativas, que melhor se adequam às análises de caráter microssocial (próprios da Antropologia e Sociologia), mas com dificuldades no trato dos processos macroestruturais, que demandam técnicas quantitativas (próprios da Economia, da Geografia, da Demografia e do Planejamento Urbano).

1. Tensões epistemológicas da pesquisa interseccional

Os primórdios da noção de interseccionalidade remontam ao ativismo das lutas por justiça social nos Estados Unidos, sendo procedimento padrão citar sua origem no trabalho da jurista Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), cuja abordagem pioneira propõe o modelo de “avenidas identitárias” para analisar a opressão vivenciada pelas mulheres negras e estruturar uma estratégia política legalmente fundamentada para desafiar e transformar as relações sociais de desigualdade. O termo ganharia maior consistência teórica com a obra de Collins (2015; 2019; 2021), cujo diagrama conceitual – a “matriz de dominação” – sintetiza como diferentes formas de discriminação se desenvolvem e se articulam mutuamente a partir de sistemas de dominação que estruturam uma injustiça sistêmica.

Gradualmente, a teoria interseccional passaria por revisões (ampliações ou ajustes) epistemológicas, com o argumento de que as desigualdades são também reproduzidas no ambiente de pesquisa acadêmica. Isso porque, como afirma Dotson (2012), ocorre uma “opressão epistêmica” na medida em que certos grupos sociais são sistematicamente privados do acesso, produção e transmissão de conhecimento. Sob a perspectiva interseccional são interpeladas as recorrentes teorias, metodologias e pedagogias, que a seu modo também fazem uso de discriminação (Buenos e Anjos, 2021). Neste debate, identifica-se pelo menos três tensões relativas a demandas epistêmicas do termo, que impossibilitam uma explicação única satisfatória, mas estimulam novas teorizações, fazendo da interseccionalidade um conceito sujeito a sucessivas inferências.

Primeiramente, argumenta-se ser necessário dissociar o ativismo da investigação empírica, a fim de permitir

uma melhor reflexividade no tratamento de questões eminentemente imbuídas de subjetividade – desigualdades, dominações, violência, estigmatização, humilhação etc. Reivindica-se, neste caso, que a interseccionalidade seja acompanhada por práticas científicas autônomas e fundamentadas, da mesma forma que qualquer outra ferramenta analítica (Buscatto, 2016).

Todavia, esta posição permanece minoritária entre os teóricos da interseccionalidade, que acusam a medida de afogar este conceito na investigação convencional insensível às minorias. Collins e Bilge (2021) reconhecem que o ativismo e a cientificidade funcionaram imediatamente de forma articulada, explicando a grande dificuldade dos cientistas em dissociar as duas atividades, ou mesmo o seu desejo declarado de articulá-las sob pena de perderem o sentido de uso. Assim, pode-se falar em uma interseccionalidade em ação, já que sua mobilização efetiva é a um só tempo luta política e busca de um conhecimento que dá a conhecer os processos de exclusão e marginalização de certos grupos sociais.

Uma segunda fonte de discussão diz respeito à capacidade de abrir a análise interseccional a outras dimensões sociais susceptíveis de serem articuladas para dar conta das desigualdades de modo sistemático. Isso ocorre, por exemplo, quando se insere teorias feministas marxistas na combinação de gênero, raça e classe. Ferguson (2017) alega que o feminismo marxista trouxe as preocupações da reprodução social da interseccionalidade para além da leitura estreita das relações gênero/classe, mas sem alcançar uma teorização completa da lógica integrativa das opressões. Se os imperativos da acumulação e da produção capitalista dominam todos os aspectos da reprodução social, isso permitiria reconhecer inúmeras situações sociais produtoras de desigualdades, mas não seria suficiente para identificar e explicar em uma única grelha de análise todas as situações sociais existentes. Neste caso, questões importantes permaneceriam em aberto, como a possibilidade de integrar todas as relações de dominação numa única teoria social, sem correr o risco de excluir dados empíricos específicos de cada situação social (Fassa e Lépinard, 2016).

Os trabalhos nacionais que acomodam a crítica marxista sinalizam essa tensão, sendo o caso de Machado (2017, 2018) ao tratar do conceito de “consubstancialidade”, ligado ao feminismo materialista francófono, para uma revisão crítica da articulação entre racismo, (hetero)sexismo e capitalismo. Outras pesquisas não se aprofundam tanto nessa discussão, preferindo es-

pelhar a literatura urbana marxista clássica para pensar a interseccionalidade em abordagens de temas como habitação, acesso à terra e lutas do território para fins de moradia (Gonçalves, 2021), mercado de trabalho das mulheres (Soares, 2021; Santoro, 2023) ou problemas estruturais de reprodução socioeconômica da desigualdade e de defesa dos “direitos” e políticas institucionais inclusivas (Bello, Pires e Avzaradel, 2019; Helene, 2019).

A terceira polêmica remete à integração da teoria decolonial aos estudos interseccionais, resgatando conhecimentos subalternos e historicamente marginalizados, como os saberes indígenas e afrodescendentes. Trata-se de um empreendimento epistemológico potencialmente frutífero, mas desafiador uma vez que requer uma consciência crítica das diferenças de ambas as abordagens, aproximando objetivos, práticas políticas e metodologias não necessariamente idênticos. A teoria decolonial busca a emancipação através da descolonização das estruturas eurocêntricas de poder e saber, propondo uma ruptura radical com a modernidade colonial; já a interseccionalidade frequentemente opera dentro de marcos institucionais existentes para visibilizar o enfrentamento das múltiplas formas de opressão. Daí a preocupação de Lugones (2020) quando fala da instrumentalidade de um “sistema moderno-colonial de gênero” para explicar o enfrentamento da reprodução da colonialidade do poder, que transforma a raça, a classe e a sexualidade em meras categorias analíticas ou descritivas, universalizando as experiências.

No cenário nacional parece haver uma clara disposição de tensionar essa questão. Isso inclui enfrentar a “neurose cultural brasileira” que produz efeitos racistas e sexistas violentos, particularmente sobre a mulher negra (Gonzalez, 2020). Argumenta-se também que é preciso desafiar as matrizes hegemônicas, “cruzar o Atlântico”, com a intenção de resgatar os saberes construídos pelas sociedades pré-coloniais, em busca de posturas que rompam com as noções dicotômicas, e assim elaborar uma produção de conhecimento incorporada às epistemologias africanas (Akotirene, 2018; Hollanda, 2020). Reivindica-se, inclusive, a disciplina epistemológica como alternativa, na busca de perspectivas dialéticas, disruptivas e insurgentes de ação da ciência (Tavares e Ramos, 2021).

De qualquer modo, integrar teoria decolonial e interseccionalidade em práticas acadêmicas e ativistas requer um cuidado constante para evitar simplificações e distorções. Isso inclui o reconhecimento das

especificidades locais e contextuais das opressões e resistências. É necessário evitar a armadilha das abordagens reduzidas a microanálises ou de colocar em perspectiva um único eixo de dominação social; mas também esquivar-se da teorização excessiva de fenômenos sociais complexos, reduzindo-os a uma causa unívoca (Pereira, 2021).

2. Interseccionalidade como investigação do espaço urbano

Compreender como se constitui e se desdobra o sistema de diferenças no espaço é decerto o principal leitmotiv das pesquisas exploratórias sobre a interseccionalidade no campo dos estudos urbanos. A geógrafa inglesa Doreen Massey (1984, 2008) foi uma das primeiras a argumentar que toda experiência do espaço é de gênero, enfatizando que a organização dos espaços industriais e o desenvolvimento regional baseiam-se numa divisão de gênero de trabalho, variando conforme o tempo e o país³. Ainda, estudar a espacialidade interseccional é um objetivo mais recente, refletindo uma série de desafios teóricos e empíricos devido à diversidade e dinamicidade dos contextos urbanos.

No momento, ainda não dispomos de uma “teoria espacial da interseccionalidade” formalmente aceita com base na expressão de seus valores epistêmicos. Teoria essa que justifique como se formam camadas sobrepostas, mescladas e entremeadas de opressão na ordem espacial urbana, resultante de complexas interações entre eventos, padrões ou processos. O que se observa são buscas de diálogo com o quadro de teorias espaciais já consagradas (Gamrani e Tribouillard, 2021; Kern, 2021). Evuindo desde as proposições da Escola de Chicago, no início do século passado, até os recentes postulados pós-modernos ou decoloniais, esse quadro oferece perspectivas diversas sobre como compreender e analisar distintos aspectos do espaço urbano.

Trabalhos que fazem uso de categorias espaciais oriundas da Sociologia, Antropologia e Geografia formam a base mais numerosa e mais bem adaptada a investigações interseccionais, destacando questões como as lutas por representação, memória, ideologias e práticas sociais que influenciam a produção de desigualdade no espaço urbano. Para efeito de sistematização, identificou-se na produção nacional três eixos de temáticas recorrentes, demonstrando como as fronteiras e escrituras espaciais são muito mais complexas quando se escapa dos simplismos que envolvem a

³ Massey (1984) conduziu um estudo pioneiro identificando padrões espaço-temporais das mulheres da região de mineração de Manchester, Inglaterra. Sua investigação mostra diferenças de gênero no uso de espaços e territórios, cujos padrões podem ou não ser facilitados pelo transporte, organização do espaço público, a localização geográfica dos edifícios e a prioridade dada à facilidade de acesso aos serviços.

construção de eixos binários como os que atribuem o espaço público ao homem e espaço privado à mulher. A seguir, uma descrição desse conteúdo.

Espaços marginais e de resistências

Em um país com profundas desigualdades intraurbanas, os espaços marginais e de resistência chamam a atenção de um número expressivo de analistas interseccionais. Eles constroem uma taxonomia associada à ideia de espaços de diferença e multiplicidades, que geram sobreposições socioespaciais e “geografias de poder”. Sansone (1996, 2003) traz as noções de “espaço negro” e de “fronteiras étnicas” como princípio regulador das relações raciais no espaço. O contexto de interação social instaura atos classificatórios como as “áreas duras” e “áreas moles”, isto é, áreas de interação e de fronteiras invisíveis que possibilitam acomodar uma leitura de democracia racial (Almeida, 2019; Gonzales, 2020). Santos (2018, 2022) também mobiliza as noções de “regiões de fachada” e “regiões de fundo” para mostrar a construção de “geografias simbólico-práticas” temporárias e duradouras que se formam pelo cruzamento de princípios de hierarquização social nos diferentes contextos.

As leituras geográficas feministas e de gênero incluindo o território identificam padrões hegemônicos e androcêntricos ao descrever como certos lugares são associados a identidades específicas e como eles influenciam as dinâmicas de poder (Nabozny, Silva e Ornat, 2007). A busca por afirmação de uma geografia interseccional parece evidente, já que as pesquisas fazem uso da expressão para se destacar do escopo da Geografia Crítica tradicional, considerada de “forte influência masculina, branca e ocidental”. Este é o caso de artigos recentes (Vecchia, Andrade e Ferreira, 2023; Vasconcelos, 2024), que exploram como diferentes identidades influenciam a forma como os espaços são percebidos, utilizados e regulamentados.

Outros estudos debatem o direito à cidade e a justiça espacial sob a perspectiva interseccional ao examinar como grupos marginalizados criam e ocupam espaços de resistência. Esses espaços podem incluir bairros específicos, centros comunitários, ou até mesmo eventos temporários como protestos visando cidades e espaços mais equitativos, com respeito as múltiplas dimensões da identidade (Jesus, 2023). Nesta mesma linha de abordagem, lança-se luzes sobre o reconhecimento da existência de bairros negros (Ramos, 2013; Cunha Jr., 2020), e avalia-se a influência dos modos

de produção do espaço urbano no cotidiano de mulheres negras em comunidades carentes (Silva, 2018; Leal, 2022).

Ganham igual destaque os estudos que descrevem questões específicas das mulheres relacionados à luta por moradia (Paterniani, 2019), e suas narrativas sobre os processos de remoção e suas consequências (Lacerda *et al.*, 2022). Discute-se inclusive o cruzamento de gênero e classe social com dados de endividamento imobiliário, evidenciando o peso da dívida e da casa para a mulher em um contexto de precarização, assimetria de remuneração e significação hierárquica entre trabalho produtivo e reprodutivo (Martins e Guedes, 2021). Em tal contexto, há relatos de repercussões práticas relevantes em políticas e programas habitacionais públicos que asseguram o direito à moradia e titularidade feminina do imóvel financiado (Campos, 2019).

Todas essas análises dos espaços marginais e de resistências tem possibilitado inclusive reflexões multiescalaridades ancoradas numa concepção ampliada do território que vai do corpo até a cidade (Gonza, 2019; Manzi e Anjos, 2021; Oliva, 2022). As marcas corporais e as subjetividades são vistas como essenciais na configuração das desigualdades e privilégios em determinados contextos culturais e temporais. Assim, o estado corpóreo é investigado considerando a sexualidade, a capacidade reprodutiva, o estado de saúde, a força e a deficiência, fatores que deixam marcas na vivência espacial (Silva, 2013; Batistoti e Moura, 2023). Nestes enfoques, é comum a representação de “corpos abjetos”, não heteronormativos, cujas opressões direcionadas a eles são consideradas legítimas (Pedrotti, 2022; Xavier e Viana, 2023).

Espaços de mobilidade, acesso e segurança

Para Waeber *et al.* (2023) as diferenças de gênero foram historicamente eclipsadas pela suposta neutralidade espacial concebida pela visão universalista de planejamento urbano que reforça uma ordem socioespacial insensível às diferenças. Essa ideia, fortemente arraigada na prática urbanística, teria levado a políticas urbanas de planejamento a adotarem soluções refratárias a um urbanismo gênero. A urgência de uma crítica interseccional desse status quo tem produzido conhecimento sobre as interações e combinações de fatores de discriminação no espaço urbano, oferecendo uma contribuição relevante para ampliar o olhar

sobre as relações de poder no desenho urbano e nos usos e ocupação do solo urbano (Tummers, 2015; Gamrani e Tribouillard, 2021).

Estudos que tratam da relação da mulher com o espaço público, salientam como o medo e a sobreposição de tarefas resultam em padrões de deslocamento específicos (Kolektiboa *et al.*, 2010; Sampapé, 2018). A invisibilidade da violência contra as mulheres na agenda da segurança pública e os efeitos da violência em sua interface com o desenho urbano requerem uma compreensão profunda das dinâmicas de poder que operam em diferentes níveis – desde as interações cotidianas até as estruturas institucionais, evidenciando que o padrão territorial desigual se expressa e é estruturado pelo patriarcado (Caldeira, 2006; Viveros Vigoya, 2016; Monteiro, 2021).

Espaços do planejamento urbano e da economia reprodutiva

Integrar uma perspectiva interseccional no planejamento urbano exige uma reavaliação significativa das abordagens tradicionais, o que significa a inclusão e representação no processo decisório das múltiplas vozes e experiências marginalizadas nas discussões sobre desenvolvimento urbano democrático. Essa questão impulsiona trabalhos recentes de pós-graduação (Mendes, 2021; Silva, 2021; Silva, N., 2023). Por certo não se trata apenas de desenho do espaço físico inclusivo. Esse urbanismo sensível ao gênero deve combater noções enraizadas na cultura que afetam sistemas urbanos fundamentais, como a mobilidade, a acessibilidade, a segurança pública, a proteção a riscos ambientais e outras infraestruturas urbanas.

Complementarmente, a falta de consideração da economia reprodutiva no planejamento urbano também é vinculada ao domínio masculino (Tummers, 2015). A racionalidade do zoneamento urbano, interpretada apenas pelo ângulo das categorias funcionais que separam fisicamente as diferentes atividades na cidade, é um exemplo da valorização da razão econômica de uma prática urbanística que deixa, parcial ou totalmente, invisíveis as atividades de reprodução realizadas com maior frequência pelas mulheres (Soares, 2021). Neste caso, reivindica-se novas abordagens que incluam princípios referentes às atividades reprodutivas e ao “trabalho de cuidado”⁴.

Ainda no contexto da economia reprodutiva, discute-se aspectos relacionados à formação e profissionalização do planejador urbano. Mesmo que as mulheres

⁴ No nível político, o conceito de “cuidado” se destina a denunciar injustiças de gênero relacionadas ao trabalho de cuidado, tais como: a dupla ou tripla jornada de trabalho; padrões e necessidades de mobilidade urbana e de segurança pública (Gamrani e Tribouillard, 2021).

tenham cada vez mais acesso aos ambientes profissionais, os planos diretores urbanos ainda são pensados de acordo com o olhar masculino da lógica econômica que valoriza as atividades de produção, trabalho e consumo (Santoro, 2023). Nos espaços acadêmicos de formação profissional, dados estatísticos informam a disparidade entre a proporção de mulheres com formação em planejamento urbano e as mulheres realmente envolvidas nesta carreira alguns anos mais tarde (CAU/BR, 2020). Estudos empíricos também reconhecem obstáculos relevantes para o desenvolvimento de novas formulações e práticas acadêmicas no ensino, na pesquisa e na extensão em Arquitetura e Urbanismo (Tavares e Ramos, 2021).

3. O método interseccional em estudos urbanos

Como se pode depreender do que já foi dito até aqui, a teoria interseccional exige entendimentos muito mais matizados das desigualdades nas relações sociais. Lida-se com vários eixos simultâneos de identidade e opressão, sendo que isso se traduz em uma teia de interações sociais, econômicas e políticas. Analisar essas interações de maneira abrangente e com precisão pode ser desafiador devido a sua natureza multidimensional e interdisciplinar. Enfrentar essa questão requer um compromisso com a justiça social e a inclusão, mas sobretudo, uma abordagem crítica e reflexiva em uma combinação robusta de procedimentos metodológicos.

É compreensível, portanto, que ocorram inquietações sobre quais métodos e técnicas seriam os mais apropriados. Há registros e relatos de ensaios em projetos-piloto⁵, coletivos e oficinas de mulheres (Cordeiro *et al.*, 2021), que buscam identificar estratégias mais coerentes e legítimas para evidenciar e narrar a interseccionalidade nas cidades. Isso porque, questões ligadas à espacialidade, em geral, são vistas como construção social, cuja apreensão se traduz em análises das práticas urbanas e dos usos dos espaços públicos. Mas, enquadramentos metodológicos calcados no apego à dimensão material do espaço e aos procedimentos formais da pesquisa documental, podem ser insuficientes para compreender fenômenos marginais e complexos.

Para alguns pesquisadores as interpretações das informações que dependem da recepção e interiorização de pessoas marginalizadas estão sujeitas a outras dimensões sociais e psicológicas da existência humana (Nabozny *et al.*, 2007; Lima *et al.*, 2021; Pereira,

⁵ Na Finlândia, pesquisadoras feministas conceberam projetos-piloto para o envolvimento das mulheres no planejamento regional. São projetos "direcionados às mulheres" ou "liderados por mulheres" para criar uma série de métodos para a integração da perspectiva de gênero nas decisões urbanas e assim superar as deficiências do planejamento urbano (Horelli, Booth e Gilroy, 2000).

2021). Mas não apenas isso, há também os limites impostos à operacionalização dos procedimentos de método. Trahan (2010), ao estudar a relação entre interseccionalidade e crime nos Estados Unidos, considera a pesquisa qualitativa “mais apropriada”, porque a maioria das fontes acadêmicas e governamentais de dados de crimes reduzem as relações sociais a variáveis estáticas, não sendo possível identificar efetivamente cada combinação de gênero, raça e classe usando ferramentas estatísticas, pois isso resultaria em inúmeras combinações possíveis, inviabilizando a construção de uma estrutura conceitual sólida.

Como foi possível observar, as pesquisas interseccionais nacionais têm majoritariamente feito uso de abordagens qualitativas com forte influência das experiências pessoais (*outsider within*)⁶, a partir do pressuposto de dar sentido a uma sensibilidade analítica. De fato, combina-se preferencialmente métodos qualitativos – com uso frequente de entrevistas, observações de campo e histórias de vida – para explorar perspectivas, experiências e significados atribuídos, tanto pelos participantes como pelo pesquisador, a contextos particulares. Por outro lado, há quem admita que a interseccionalidade é um fenômeno que demanda necessariamente a coleta de dados qualitativos e quantitativos, pois essa combinação informaria com maior consistência o entendimento dos processos sociais (Misra *et al.*, 2021). O problema é que, neste caso, métodos quantitativos têm aceitação ambivalente e seu uso ainda encontra restrições em algumas áreas⁷.

Importa reter que as escolhas metodológicas são informadas, a priori, pela ideia de como o pesquisador conduzirá a pesquisa e, evidentemente, a seleção dos procedimentos dependerá dos objetivos, dos dados disponíveis e do contexto específico em que se está trabalhando. Um cuidado especial para a análise interseccional é saber como combinar as complexas interações que moldam as vivências das identidades individuais no espaço urbano. Para isso, é recorrente o uso de operadores analíticos, como os marcadores⁸ sociais de identidade e de desigualdades, que servem para caracterizar a constituição dos sujeitos e direcionar os possíveis cruzamentos identitários em suas dinâmicas no espaço. Deve-se dar atenção à maleabilidade no trato dos marcadores porque eles não existem de forma independente, mas se informam mutuamente para criar uma convergência complexa de intolerâncias.

⁶ Collins (2016) reconhece o valor do status do *outsider within*, pois quem é parte ou vítima da opressão e escreve em primeira pessoa pode trazer contribuições importantes e fornecer insights valiosos que um pesquisador externo pode não ter.

⁷ Em áreas como a Psicologia, Sociologia e Antropologia, os métodos quantitativos utilizados (na maioria das vezes, regressão com interações, variáveis classificadas cruzadas ou estratificação) são frequentemente mal aplicados ou mal interpretados (Bauer *et al.*, 2021).

⁸ Nas Ciências Sociais, os marcadores são indicadores visíveis ou identificáveis que contribuem para a construção da identidade social e cultural de um grupo ou pessoa.

Em uma abordagem qualitativa ideal-típica, que lida com um número limitado de casos e retira conclusões de maneira indutiva, o uso de ferramentas hermenêuticas e de interpretação de texto são de grande valia. A título de exemplo, Carrera (2021, p.11) propõe uma estrutura de análise qualitativa em estudos de Comunicação, a partir de um diagrama de metáfora de cores. Em sua "roleta interseccional" (fig.01), cada cor representa um universo de opressão distinto, singularizado, sendo que há cores que simbolizam o cruzamento de situações. Constituídos pela combinação de duas ou mais cores de opressão, há sujeitos que formam uma cor particular, com demandas únicas e experiências singulares.



Figura 1
 Roleta interseccional, diagrama de avaliação qualitativa
 Fonte: Carrera, 2021

Já uma abordagem quantitativa ideal típica que lida com muitas variáveis, os dados e informações são estruturados e armazenados em planilhas e bancos de dados gerados por diferentes fontes (conjuntos de pesquisas, experimentos ou até mesmo aplicativos de rastreamento digital para observar o comportamento). Quanto maior o número de casos incluídos, maior o poder estatístico, como exemplifica o gráfico demonstrativo de contagem de marcadores de identidade (fig.02). Todavia, há preocupações com proce-

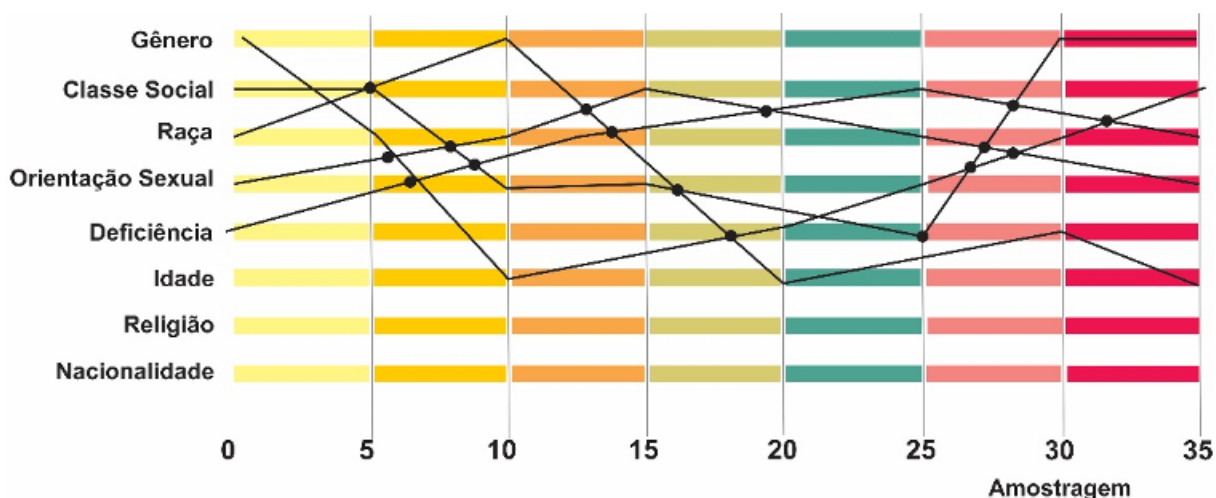


Figura 2
Exemplo de gráfico demonstrativo de contagem interativa de marcadores de identidade
Fonte: Elaboração própria, 2024

dimentos simplistas. Isto se aplica, particularmente, à investigação de variáveis como dados sociodemográficos, que mostram a posição dos indivíduos pela combinação entre gênero, raça e classe, mas que não são suficientes para precisar o peso de um componente da sua identidade sem recorrer à compreensão de situações específicas de vida (Biroli e Miguel, 2015; Bauer *et al.*, 2021; Gross e Goldan, 2023).

Se interseccionalidade é frequentemente questionada quando se faz a ponte entre teoria e método, isso pode significar alguma restrição no avanço da pesquisa em determinadas disciplinas no campo dos estudos urbanos, pois a adoção de métodos quantitativos parece determinante quando se trata de analisar grandes populações e territórios. Então, há um caminho de aprimoramento a percorrer, sabendo que a epistemologia interseccional se dispõe a considerar uma variedade de dimensões socialmente construídas da diferença. E isso se traduz em escolhas metodológicas, sendo possível acionar procedimentos qualitativos e quantitativas, a depender da amostra dos participantes ou das condições de se obter um conjunto de dados capaz de fornecer poder estatístico suficiente para comparações cruzadas e interações de variáveis.

4. Para concluir

Este trabalho ao expor uma reflexão crítica da interseccionalidade aplicada ao campo dos estudos urbanos, entende que os estudos relacionados guardam em comum a percepção de que este conceito tem o poder de revelar em investigação científica os infortú-

nios de vidas humanas que se encontram na mesma posição de violência, humilhação e preconceitos. Os textos selecionados questionam as narrativas dominantes e as hierarquias sociais herdadas, destacando as vozes e perspectivas marginalizadas e subalternizadas. Nesta démarche, os pesquisadores são impactados por interrogações epistemológicas, espaciais e metodológicas.

As tensões epistemológicas fazem parte da abordagem interseccional desde a sua primeira formulação, dado que é movimentada em ambientes de ativismo político e de reivindicações acadêmicas, dispondo-se a enfrentar um campo de saber que só a pouco tempo vem se dando conta que reproduz estruturas eurocêntricas, brancas e patriarcais de poder e saber. Apropriadamente, o termo remete ao “conhecimento situado” de Donna Haraway (1988), para quem a tomada de posição permite desconstruir uma “falsa objetividade”, para assim construir novos conhecimentos.

A articulação entre interseccionalidade e espaço urbano emerge gradativamente como o fio condutor de uma pluralidade de estudos que nos levam a pensar diferentes apropriações espaciais de identidade e diferença a partir do indivíduo. Esses estudos descortinam a variação escalar e a porosidade que tornam o espaço urbano fundamental para a interpretação das relações sociais assimétricas e conflituosas. Ainda que não tenham consolidado o que poderia ser denominada de teoria da espacialidade interseccional, eles têm o mérito de acolher um grupo social discriminado e corporificado – corpos singulares e constrangidos, corpos em trabalho ou em metamorfose – que se movimenta em relação com o espaço.

Outros desafios surgem quando o voluntarismo de experimentações metodológicas encontra obstáculos para analisar estruturas sociais, políticas e econômicas que operam de forma interligada e afetam diferentes grupos de maneira desigual no contexto urbano. Mas esta é uma questão em aberto, pois há quem admita o risco de centrar a investigação em grupos e categorias em vez de nas relações sociais, levando a uma análise excessivamente rígida da realidade social, e reproduzindo as mesmas falhas que a interseccionalidade denuncia: a essencialização de grupos, concepção aritmética e cumulativa de opressão e individualismo (Fassa e Lépinard, 2016).

Uma limitação da revisão crítica aqui empreendida foi a impossibilidade de avaliar a qualidade ou correção

das definições de interseccionalidade, sua adesão aos princípios centrais e, especialmente, as aplicações de métodos e interpretação interseccional. Em parte, essa dificuldade se deve ao fato de não se ter optado por abordagem de análise sistemática de conteúdo; em parte, porque os textos analisados, em sua maioria, descrevem superficialmente seus levantamentos e medições empíricas.

Por fim, embora ainda seja cedo para afirmar que a interseccionalidade tenha alcançado a dimensão de outros conceitos consagrados nos estudos urbanos (como a segregação urbana), o fato é que o termo se move em visível fluxo de energia, de pertinência e de urgência que a muito tempo não se via. Em uma leitura otimista, a teoria interseccional veio para consolidar uma nova sensibilidade nos modos de ver e construir a cidade e, portanto, estaríamos no início de um processo em que o ativismo político e acadêmico radicaliza o direito à cidade e com isso revigora e amplia o ideal de justiça e igualdade.

Referências

AKOTIRENE, Karla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. 1ª. Ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BATISTOTI, Aleida F.; MOURA, Gabriela P. Interseccionalidade e espaço urbano: fazer-cidade das trabalhadoras ambulantes sexuais nas práticas de rua. In *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá/MT, vol.9, n.1, jan./jul., 2021.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In *Mediações*, Londrina, 20 (2): 27-55, 2015.

BAUER, Greta R. *et al.* Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods. In *SSM - Population Health*, n.14, 2021. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S235282732-1000732>. Acesso 19/01/2023.

BELLO, Enzo; PIRES, Cecília Bojarski; AVZARADEL, Pedro Curvello (orgs.). *Direito à cidade. Espaços de esperança nas cidades de exceção*. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019.

BUENO, Winnie C.; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. In *Civitas*, 21 (3): 359-369, set.-dez. 2021.

BUSCATTO, Marie. La forge conceptuelle. "Intersectionnalité": à propos des usages épistémologiques d'un concept (très) à la mode. In *Open Editions Journals*, n.47.2, 2016, p.101-105.

CALDEIRA, Teresa Pires R. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2ª ed. São Paulo; Edusp, 2006.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional Proposta metodológica para análises em Comunicação. In *E-Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 24, jan./dez., 2021, p. 1-22. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198/2025>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAMPOS, Mariana de Lima. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). In *Prelúdios*, Salvador, v. 8, n. 8 p. 35-60, jul./dez. 2019.

CAU/BR, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 1º. Diagnóstico. Gênero na Arquitetura e Urbanismo. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wpcontent/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

COLLINS, Patrícia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia H. *Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In *Revista Sociedade e Estado*, v.31, nº 1, Jan./Abr. 2016, p.99-127.

COLLINS, Patrícia H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. In *Annual Review of Sociology*, 41(1):1-20, 2015. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-soc-073014-112142>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CORDEIRO, Vanessa Alves *et al.* Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202130, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202130>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist practice. In *University of Chicago Legal Forum* 89, 1989, p.139-67.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In *Stanford Law Review*, v. 43, p. 1241-1299, 1991.

CUNHA JR., Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. In *Crítica e Sociedade*, Urberlândia, v.10, n.1, 2020, p.16-27.

DOTSON, Kristie. How is this paper philosophy? In *Comparative Philosophy*, vol.3, No. 1, 2012, p. 03-29.

FASSA, Farinaz, LÉPINARD, Éléonore. L'intersectionnalité: pour une pensée contre-hégémonique. In ESCODA, M.R.; FASSA, F.; LÉPINARD, É. (Direction). *L'Intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*. Paris: La Dispute/SNÉDIT, 2016, p.07-26.

FOLEY, Barbara. Intersectionality: a marxist critique. In *New Labor Forum*, Vol. 28(3), 2019, p.10-13.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. In *Cadernos Cemarx*, nº 10, 2017, p-13-38. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GAMRANI, Sarah e TRIBOUILLARD, Clementine. *Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas*. BID, 2021. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/genero-e-cidades-guia-pratico-e-interseccional-para-cidades-mais-inclusivas>. Acesso em: 04 jan. 2024.

GONÇALVES, Helena T. Mulheres em ação e categorias em movimento: a luta pelo território na comunidade ribeirinha do Porto do Capim. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202125, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202125>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZA, Editha L.J. Interseccionalidades e campos de possibilidades no imediato da vida e perspectivas de futuro. In *Revista Pegada*, vol. 20, n.1, jan./abr. 2019, pp-224-236.

GROSS, Christiane; GOLDAN, Lea. Modelling Intersectionality Within Quantitative Research. In *Sozialpolitik.CH*, vol.1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18753/2297-8224-4025>.

HARAWAY Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In *Feminist Studies*, 14, 3, p. 575-599.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. In *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 21 jan. 2024.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HORELLI, L.; BOOTH, C.; GILROY, R. *The EUROFEM toolkit for mobilising women into local and regional development*. Helsinki: Helsinki University of Technology, 2000.

JESUS, Likem Edson S. Direito à cidade interseccionalidade: notas teóricas sobre desigualdade e as contradições socioespaciais. In *Diké (UESC)*, v. 22, n 22, p. 319-334, Edição Especial, 2023.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KOLEKTIBOA, Hiria et al. (orgs.). *Manual de análisis urbano. Género y vida cotidiana*. Vitoria-Gasteiz: Eusko Jaurlaritz, 2010. Disponível em: <https://basigrava.files.wordpress.com/2013/05/analisis-urbano.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

LACERDA, Larissa et al. Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. In *Revista Brasileira de Estudos urbanos e Regionais*, v.24, e202231pt, 2022. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6887>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LEAL, Anna Letícia Araújo. Interseccionalidade e cidade: a experiência de mulheres negras na Comunidade Cristo Rei em Montes Claros-MG. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37610>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LIMA, Ana Gabriela G.; ALVIM, Angélica A.T.B.; RODOLFO, Jaqueline A. Vozes de mulheres negras de palheiros: internet e interseccionalidade. In *Revista Virus*, [online], n.23, 2021.

Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=6&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2024.

MACHADO, Bárbara A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In *Anais MM*, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/-MM2017/AnaisMM2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MACHADO, Bárbara A. Articulando Utopias: algumas possibilidades do encontro entre o feminismo negro e o marxismo da reprodução social. In: *Lutas Sociais*, v. 22, p. 23-35, 2018. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/69c96f63-7e9f-3be2-90ea-9f3088f09b0c/>. Acesso em 24 abr. 2024.

MARTINS, Flávia E.S.; GUEDES, Ana Clara. Generificando a pesquisa sobre endividamento imobiliário: primeiros desafios. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202135>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MASSEY, Doreen. *Spatial Divisions of Labour*. London: Sage, 1984.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202132pt, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MENDES, Beatriz B. *As mulheres e a cidade: uso e percepções femininas sobre os espaços públicos no centro de Campina Grande/PB*. Dissertação (Mestrado), Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

MISRA, Joya; CURINGTON, Celeste; GREEN, Venus. Methods of intersectional research. In *Sociological Spectrum*, 2021, 41:1, p9-28. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02732173.2020.1791772>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves. A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro, Brasil. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202131, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202131>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NABOZNY, Almir.; SILVA, Joseli M.; ORNAT, José M. Desafios à análise do espaço urbano: interpretando textos marginais do discurso geográfico. In *Terra Livre*, Presidente Prudente, v.2, n.29, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/238>. Acesso em: 2 abr. 2024.

OLIVA, Victoria Ferreira. Do corpo-espaço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? In *Ensaio de Geografia*, Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. Tese (Doutorado) em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PEDROTTI, Gabriel S. Cidade Queer: especulando imaginários de um fazer cidade com perspectiva de gênero, não heteronormativo. In *FeminsUrbana*, 5 jul. 2022. Disponível

em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2022/07/05/cidade-queer-especulando-imaginarios-de-um-fazer-cidade-com-perspectiva-de-genero-nao-heteronormativo>. Acesso em: 10 set. 2023.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. In *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, 21 (3): 445-454, set.-dez. 2021.

RAMOS, Maria Estela R. *Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos*. Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2013.

ROCHA, Laís B. Apontamentos para geografias interseccionais. In *Ensaio de Geografia*, Niterói, vol.8, n.17, p.94-115, jul. 2022.

ROTHER, Edna T. Systematic literature review x narrative review. In *Editorial Acta Paulista de Enfermagem*, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR-7S9-FHTByr/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SAMPAPÉ. *Mulheres Caminhantes*. Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana. São Paulo, 2018. Disponível em: https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes_auditoria_de Acesso em: 02 mai. 2023.

SANSONE, Lívio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. In *Afro-Ásia*, n. 18, 1996, Salvador, pp. 165-187.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. O local e o global nas relações raciais, culturas e identidades negras do Brasil. Salvador: Edufba / Pallas, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. In *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 12, n.1, 2022. Disponível em: <https://publica-coes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2840/2194>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: OLIVEIRA, Fabrício L.; LIMA JR, Pedro Novais. (org.). *Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, v.1, p. 345-366, 2018.

SANTORO, Paula Freire. A abordagem de gênero e interseccional nos planos diretores. In *Fórum SP 22/23*, 2023. Disponível em: <https://www.academia.edu/en/104205540/Abordagem-de-g%C3%AAnero-e-interseccional-nos-planos-diretores>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Eliane Alves da. Um passo além? O que a abordagem interseccional pode oferecer aos estudos urbanos. In: *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.21, p.434-444, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/YnzGTgQ5VFqxw7nQMnZZtVH/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro L.; PIRES, Claudia Luiza Z.; COSTA, Benhur P. (orgs.). *Maneiras de ler: geografia e cultura*. Porto Alegre: Imprensa Livre / Compasso Lugar Cultura, 2013, v. 1, p. 28-36.

SILVA, Natália Alves da. Para pensar o espaço desde a interseccionalidade: da metáfora espacial ao espaço como prática. In *Anais do XX ENANPUR*, Belém, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-17.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, Natália Alves da. *Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial*. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOARES, Janypher M. A economia reprodutiva: reflexões sobre a questão de gênero. In *Cofecon*, 2021. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2021/04/09/artigo-a-economia-reprodutiva-reflexoes-sobre-a-questao-de-genero/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TAVARES, Rossa B. e RAMOS, Diana H. Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. In *Indisciplinar*, v.7, n.2, p.232-277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38-147>. Acesso em: 02 dez. 2023.

TRAHAN, Adam. Qualitative Research and Intersectionality. In *Springer Science+Business Media B.V.* 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10612-010-9101-0>. Acesso em: 10 out. 2023.

TUMMERS, Lidewij. Stéréotypes de genre dans la pratique de l'urbanisme. In *Travail, Genre et Sociétés*, n° 33 – Avril 2015, p.67-83.

VASCONCELOS, Ana Paula N. Interseccionalidade: a potência do conceito-ferramenta metodológica para a Geografia. In *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral/CE, v.26, n. 1, p. 1-13, 2024.

VECCHIA, Tamires C.S.; ANDRADE Higor L.; FERREIRA, Evaldo. Geografia e interseccionalidade: buscando relações entre os conceitos-chaves. In *Revista Geoaraguaia*, v.13, cad. 2, jul-2023.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. In *Rev. Debate Feminista* 52: 1-17, 2016. Disponível em: <https://www.science-direct.com/science/article/pii/S0188947816300603>. Acesso em: 15 fev. 2024.

XAVIER, Thais P.O.; VIANNA, Cláudia. The education of trans people: reports of exclusion, abjection, and struggle. In *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 48, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 27 fev. 2024.

WAEBER, Oliver *et al.* *Urbanisme sensible aux différences de genre*. Recommandations à l'attention des acteurs/trices de l'urbanisme à Genève. Genève: Université de Genève (SocioBrief n°8), 2023.

As mulheres no graffiti e nas ruas: marcas da luta pelo direito à cidade na cartografia da paisagem simbólica do centro do Rio de Janeiro

Diana A. S. Silva e Naylor B. Vilas Boas

Diana A. S. SILVA é Mestre pelo PROURB-FAU-UFRJ; doutoranda no PROURB-FAU-UFRJ; diana.silva@fau.ufrj.br

Naylor B. VILAS BOAS é Doutor em História Urbana; professor do PROURB-FAU-UFRJ; naylor.vilasboas@fau.ufrj.br

Resumo

As cidades contemporâneas são consideradas suportes para as intervenções artísticas de graffiti. Cotidianamente, existem grafiteiras que se manifestam graficamente na paisagem urbana. Os desenhos podem carregar símbolos e significados que, embasados pelas lutas das mulheres pelo direito à cidade, amplificam as vozes das cidadãs contra seus ocultamentos provocados pelo histórico de opressões sociais. Em meio a este cenário, este artigo tem o intuito de mapear e analisar as intervenções não institucionais de graffiti realizadas por mulheres no Centro da cidade do Rio de Janeiro no período de 2015 a 2022. A partir de uma abordagem interdisciplinar, entre o urbanismo, a história da arte e o design busca-se entender as manifestações gráficas das grafiteiras como marcas que evidenciam suas identidades em determinados lugares. Portanto, o georreferenciamento do graffiti realizado por mulheres pode ajudar a entender onde estão as intervenções que também constituem a paisagem simbólica da cidade contemporânea, pode estreitar as experiências nos espaços físicos e digitais a partir da cartografia e documenta a durabilidade do impacto socioespacial dessas ações efêmeras.

Palavras-chave: arte urbana, gênero, paisagem, representação gráfica, espaços públicos.

Abstract

Contemporary cities are considered supports for artistic graffiti interventions. Every day, there are graffiti artists who manifest themselves graphically in the urban landscape. Drawings can carry symbols and meanings that, based on women's struggles for the right to the city, amplify the voices of citizens against their concealment caused by the history of social oppression. Amid this scenario, this article aims to map and analyze the non-institutional graffiti interventions carried out by women in the city center of Rio de Janeiro from 2015 to 2022. Using an interdisciplinary approach, between urbanism, the history of art and design seeks to understand the graphics manifestations made by graffiti women works as brands that highlight their identities in certain places. Therefore, georeferencing the graffiti made by women can help to understand where the interventions that also constitute the symbolic landscape of the contemporary city are, can narrow experiences in physical and digital spaces based on cartography and document the durability of the socio-spatial impact of these ephemeral actions.

Keywords: urban art, gender, landscape, graphic representation, public spaces.

Resumen

Las ciudades contemporáneas se consideran soportes para intervenciones artísticas de graffiti. Cada día, hay grafiteros que

se manifiestan gráficamente en el paisaje urbano. Los dibujos pueden portar símbolos y significados que, a partir de las luchas de las mujeres por el derecho a la ciudad, amplifican las voces de los ciudadanos contra el ocultamiento provocado por la historia de opresión social. En medio de este escenario, este artículo tiene como objetivo mapear y analizar las intervenciones de graffiti no institucionales realizadas por mujeres en el centro de la ciudad de Río de Janeiro entre 2015 y 2022. Utilizando un enfoque interdisciplinario, entre el urbanismo, la historia del arte y el diseño busca entender la manifestación gráfica hecha por las grafiteras como marcas que resaltan su identidad en determinados lugares. Por lo tanto, georreferenciar el graffiti hecho por mujeres puede ayudar a comprender dónde están las intervenciones que también constituyen el paisaje simbólico de la ciudad contemporánea, puede acotar experiencias en espacios físicos y digitales a partir de la cartografía y documentar la durabilidad del impacto socioespacial de estas acciones efímeras.

Palabras-clave: arte urbano, género, paisaje, representación gráfica, espacios públicos.

Introdução

A paisagem da cidade contemporânea está em constante transformação a partir da sobreposição cotidiana de intervenções artísticas. Os agentes dessas iniciativas podem ser desde ações institucionais a expressões de grupos sociais. Entretanto, sobre os atos não institucionais, é possível considerá-los expressões de como as pessoas podem habitar as cidades. O direito dos cidadãos de ocuparem os espaços públicos como formas de criação de elementos artísticos está no entendimento coletivo social (LEFEBVRE, 2016). Assim, os grafismos pelas ruas subvertem o sistema hegemônico.

Diante da relevância dessas manifestações, deve-se evidenciar os agentes, pois é possível notar que alguns grupos são colocados à margem dos poderes. Por esta razão, este artigo tem como objetivo mergulhar no caso das mulheres, pois historicamente (FEDERICI, 2017) são colocadas no anonimato e sobrecarregadas com papéis sociais.

Com a finalidade de compreender como as mulheres se apropriam das ruas de maneira contra hegemônica, é que se pretende observar suas iniciativas não institucionais de graffiti¹. Acredita-se que essas atitudes podem criticar os controles territoriais, pois é um ato de como cada grafiteira subverte as camadas socio-culturais, bem como da estrutura masculina do movimento do Graffiti (PABÓN-COLÓN, 2018).

Pode-se compreender que o graffiti realizado por mulheres é um modo de sublinhar que cada grafitei-

¹ Este artigo procurou manter a grafia Graffiti (com a primeira letra maiúscula) para citar o conceito do movimento e graffiti (com a primeira letra minúscula) para tratar das pinturas.

ra pode reivindicar seu direito à cidade (LEFEBVRE, 2006). Contudo, entende-se que existem mulheres se arriscando cotidianamente nas ruas para marcar os lugares. Logo, é necessário questionar: onde estão as intervenções de graffiti feitas por mulheres e essas manifestações incorporam simbolismos na paisagem?

A fim de desenvolver essas questões, é interessante realizar um mapeamento das iniciativas de graffiti elaboradas por mulheres, pois permite debates sobre a reivindicação dos espaços com a arte. Tendo em vista um mapa original dos trabalhos das grafiteiras no Centro da cidade do Rio de Janeiro, este artigo tem como objetivo contribuir com o registro das obras efêmeras possibilitando um diálogo interdisciplinar sobre a espacialização de graffiti. O trabalho com a cartografia pode evidenciar dados invisibilizados (CORNER, 2011) e é relevante para a criação do mapa como recurso da luta ao direito à cidade.

Mulheres na luta

Para tratar da relação das mulheres com as cidades, autoras como Silvia Federici (2017) recorrem aos saberes históricos de como o sistema capitalista se consolidou. Segundo a autora, a mudança paradigmática do sistema do Feudalismo para o Capitalismo serviu para a multiplicação de cidades muradas na Idade Média na Europa Ocidental controladas por homens. Esse sistema também desumanizou as mulheres, as tratando como *bens*, como as propriedades que foram perdidas pela privatização das terras comunais. Para sustentar esse sistema, as atividades mercadológicas se baseavam na acumulação de bens, em uma 'acumulação primitiva'², como indicado abaixo:

² Silvia Federici tem como referência os pensamentos de Karl Marx no tomo I de *O Capital*, onde a acumulação primitiva torna-se um processo de complexidades sociais em um sistema de desigualdades.

O que se deduz desse panorama é que a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob o seu comando. Em outras palavras, a acumulação primitiva consistiu uma imensa acumulação de força de trabalho – “trabalho morto”, na forma de bens roubados, e “trabalho vivo”, na forma de seres humanos postos à disposição para sua exploração – colocada em prática numa escala nunca antes igualada na história. (FEDERICI, 2017, p:121)

Segundo o trecho, o sistema capitalista reforçou segregações e seus poderes se concentravam nos centros urbanos, consolidando seus territórios. Dentro das muralhas, as cidades se adensavam, fragmentando o urbano e o rural, bem como o direito das mulheres pelas cidades. A partir desse momento, o sistema he-

gemônico capitalista patriarcal instituiu papéis sociais de domesticação às mulheres. Todavia, esse processo não foi pacífico. O não disciplinamento das mulheres pelo Estado e pela Igreja foi significativo no período da 'Caça às Bruxas', pois "aquelas que ousaram trabalhar fora do lar, em um espaço público e para o mercado, foram representadas como megeras". (FEDERICI, 2017, p: 189).

A resistência das mulheres levou a manutenção de suas identidades e questionamentos sobre o poder hegemônico. Desta forma, surgem os feminismos que circunscrevem as diversidades e interseccionalidades³ e lançam luz às experiências cotidianas das cidadãs, pois é uma forma que "as vozes das fronteiras habitam e incorporam a nova política cultural da diferença." (ABLA, 2017, p: 87). A autonomia das mulheres resultou no aumento de suas produções profissionais e artísticas que, com suas narrativas, contestaram suas relativas lacunas de informações.

A busca das mulheres por seus espaços também se reflete em suas participações nas administrações espaciais, como sinaliza Terezinha de Oliveira Gonzaga (2011). A autora alerta que a presença de mulheres nas discussões das cidades é um caminho para as mudanças, pois se afasta de padrões hegemônicos. A participação das mulheres é ainda mais importante para os espaços públicos, que demonstram uma relativa falta de representatividade da diversidade urbana. No entanto, a transformação desses espaços indica que têm um significativo papel social e que são potentes invólucros para manifestações, como a autora destaca:

Neste espírito, deve-se considerar o espaço das cidades como um dos lugares do fazer social, pois aí se dão encontros, comemorações, consumo, trabalho [...] devendo ser avaliado e considerado, tendo em vista o desejo de que cada vez mais se possa aprimorar e desenvolver um conhecimento abalizado na prática coletiva." (GONZAGA, 2011, p:23).

Para alguns autores como Zaida Muxí e Josep Maria Montaner (2021) o espaço urbano também é uma oportunidade para melhorar o acesso equalitário dos cidadãos as cidades. É o ambiente que convida as pessoas para participarem das gestões das cidades e das políticas públicas para garantir seus direitos. Mesmo que a bagagem dos autores em órgãos administrativos municipais⁴ indique que as administrações públicas sejam engessadas, o cuidado cotidiano sobre a cidade através da perspectiva das mulheres é uma mudança paradigmática em curso.

³ O termo foi registrado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. Trata-se da consideração de eixos como raça, gênero, classe, deficiências, etnia e outros que fazem parte da identidade dos sujeitos.

⁴ Zaida Muxí participou do corpo diretivo de Urbanismo, Moradia, Espaço Público e Ecologia em Barcelona (Espanha, 2015) e Josep Maria Montaner na área de Moradia e Habitação em Barcelona (Espanha, 2014).

A aproximação dos feminismos com o pensamento urbano pode ampliar as maneiras de como as mulheres se manifestam nas cidades, de acordo com Leslie Kern (2021). A autora aponta que, as mulheres ao elaborarem atividades na vida pública revelam que os espaços públicos são importantes “lugares de ativismo para a maioria dos movimentos sociais e políticos dos últimos dois séculos” (KERN, 2021, p: 160). Assim, pode-se entender que as mulheres se apresentam nas ruas como uma necessidade de comunicarem suas vozes, como fica evidente na citação em destaque:

Ao longo da História, as mulheres usaram a cidade tanto como local quanto como lanças de luta, como afirmou o filósofo marxista francês Henri Lefebvre. Em outras palavras, a cidade é o lugar para ser ouvido; é também o lugar pelo qual lutamos. Lutando para pertencer, para nos sentirmos seguras, para ganhar a vida, para representar nossas comunidades e muito mais. (KERN, 2021, p:161)

Leslie Kern (2021) sublinha que a presença das cidadãs nas ruas é uma forma de fortalecer lutas sociais através da divulgação de seus debates. Ou seja, diante da conturbada história das mulheres com o invólucro urbano, algumas expressões, como o Graffiti, marcam suas lutas por direitos às cidades. As intervenções de graffiti ampliam as formas de habitar e de resistir aos controles históricos. Sendo assim, o graffiti feito por uma mulher divulga sua diversidade identitária.

Desta maneira, o graffiti faz parte da constituição urbana, pois pode propiciar debates sobre os lugares. Essa expressão artística é ainda mais relevante pela perspectiva de que uma imagem representa a voz de uma cidadã, que é também uma coautora dos espaços públicos. Por isso, é interessante observar os processos do graffiti feito por mulheres, pois as narrativas são escritas nas superfícies das cidades todos os dias.

Onde estão as mulheres no Graffiti?

As histórias podem ser formadas por diferentes perspectivas, como é constituído no movimento do *Graffiti*. Porém, no grupo, são realizadas majoritariamente por homens. Autoras como Jessica Nydia Pabón-Colón (2018) alertam que a falta de representatividade das mulheres significa o ocultamento de suas histórias no Graffiti, pois “sempre houveram garotas que escrevem” (PABÓN-COLÓN, 2018, p: 9) desde o início do movimento em 1960. A autora ouviu mais de 100 grafiteiras de 23 países para entender o cenário do Graffiti e por isso, relata dificuldades das mulheres no movimento, como pode ser visto em suas declarações:

Existem apenas algumas das maneiras pelas quais a presença das meninas do graffiti foi reduzida, negada ou negligenciada. Como a diferença não foi questionada ou considerada importante, mais de quarenta anos de pesquisa foram conduzidos sem uma consideração substancial ou adequada da diferença de gênero nem um envolvimento sustentado com as meninas do graffiti. É hora de perturbar essa elisão. (PABÓN-COLÓN, 2018, p:9).

Outros autores também perceberam esta realidade, como Nicholas Ganz (2006). O autor vislumbra motivos para esses silenciamentos, como o patriarcado, com a desigualdade social e de gênero, e a falta de segurança. Por isso, a maioria das artistas vivem no anonimato, pois o Graffiti é das “poucas áreas da vida em que o gênero de uma pessoa pode ser disfarçado” (GANZ, 2006, p: 12). A lacuna de dados sobre as mulheres na arte também é uma questão conhecida na História da Arte⁵, como provoca Linda Nochlin (2016). A autora alerta que essa história foi escrita por homens, logo, mesmo que ‘as mulheres artistas existam há séculos’ (NOCHLIN, 2016, p: 9), é preciso encontrá-las e escrever seus novos capítulos. Com a finalidade de contribuir para a história das grafiteiras, cabe indicar o contexto do Graffiti. O movimento se consolidou em 1960 nos Estados Unidos, ligado ao Hip Hop, pelos subúrbios de Nova York por jovens negros e latino-americanos que se expressavam contra o des-caso dos poderes públicos com a periferia. Desde então existem artistas como as estadunidenses Eva 62, Barbara 62 e Michele 62. Essa geração buscou romper com os limites sociais impostos, mas os problemas de acesso das mulheres ao movimento se mantiveram.

De acordo com a divulgação do Graffiti em revistas e audiovisuais na década de 1980, mais mulheres integraram o movimento. Na época, mulheres como Claw Money e Miss17 e o coletivo de mulheres artistas *Ladies of the Arts* (1980) fortaleceram a cena do Graffiti nos Estados Unidos. Nos anos de 1990 surge uma nova geração de artistas como Queen Andrea (Estados Unidos), Faith47 (África do Sul); Jana Joana (Brasil); entre outras. Esse aumento de grafiteiras foi ampliado em 2000 com alguns coletivos como *Girls on Top* (Inglaterra) e *Transgressão Para Mulheres (TPM Crew)*⁶ (Brasil), considerados pioneiros do compartilhamento de experiências entre as artistas.

Diante do contexto brasileiro, as grafiteiras Aila Alita (Rio de Janeiro), Tina Soul (Minas Gerais), entre outras, foram consideradas precursoras do estilo no cenário brasileiro em 1990. Desde então, algumas artistas se consolidaram, como Edaz (Rio de Janeiro),

⁵ A pergunta de Nochlin (2016) “Por que não houve grandes mulheres artistas?” também é percebido na luta pelas mulheres na Arquitetura, visto em “Where are the women architects?” por Stratigakos (2016).

⁶ É considerada por Jessica Nydia Pabón-Cólon (2018) como o primeiro coletivo feminino no Brasil.

Wira Tini (Amazonas) e os coletivos como Só calcinha Crew (São Paulo) e PPKREW (Rio de Janeiro).

É possível compreender que o enraizamento do Graffiti no Brasil pelas mulheres fortalece as reflexões sobre os contextos socioespaciais, bem como carrega a diversidade de estilos, temas e técnicas baseadas pelas culturas e saberes locais. Logo, os diálogos entre artistas, a população e os lugares (mediados pelo graffiti) constroem coletivamente o movimento. Assim, é importante observar as expressões das grafiteiras, pois têm especificidades que reescrevem a história do Graffiti.

Vale ressaltar que a própria prática de fazer graffiti é um desafio, pois o lugar, o tempo, os materiais, a companhia e as intempéries são etapas que são vivenciadas antes, durante e depois da ação. Contudo, para as mulheres é uma questão ainda maior, pois existe a preocupação com a vulnerabilidade de seus corpos. Por este motivo, algumas grafiteiras preferem estar acompanhadas em períodos diurnos ou noturnos para grafitem na cidade.

Visitar os lugares é fundamental as artistas compreenderem o impacto de suas ações. Porém, identificar um graffiti feito por uma mulher no invólucro urbano não é uma tarefa simples. A ausência de padrão artístico exige o contato com as grafiteiras para entender suas identidades e realidades.

A fim de visualizar como as artistas intervêm na cidade, procura-se observar os locais das manifestações a partir de mapas das obras de graffiti. O trabalho com mapas a partir deste tema ganha força ao incorporar os sentidos das intervenções pelo contato com as grafiteiras e os lugares. Então, as cartografias que são produzidas representam graficamente os deslocamentos das artistas na cidade e podem ser pontes para o diálogo com a população.

Diante desses debates sobre o Graffiti, é possível compreender os motivos de existirem mulheres no movimento. O fortalecimento identitário das grafiteiras no estilo e nas ruas é fundamental, mas entende-se que o Graffiti oferece para as mulheres um arcabouço de técnicas para a geração de novas formas simbólicas na paisagem. Assim, para entender os impactos dessas expressões, é importante questionar: onde estão as ações de graffiti feito por mulheres e por que estão em lugares específicos?

A cartografia do efêmero na paisagem simbólica

Cartografar auxilia no entendimento de contextos socioespaciais e está sendo reprocessado constantemente (COSGROVE, 1989). Contudo, autores como Brian Harley (2009) apontam que a cartografia foi baseada na construção política de conhecimentos guiados pelo poder hegemônico. A história dos mapeamentos é marcada pela utilização da prática em “atos de vigilância, sobretudo aqueles de guerra, à propaganda política, à delimitação de fronteiras”. (HARLEY, 2009, p: 3). Ou seja, o mapa e o que está nele é a consequência interpretativa sobre o contexto.

Dessa forma, as representações gráficas de um mapa são hibridizadas com significados, símbolos e narrativas. Diante desse contexto, é possível compreender que os mapeamentos são processos e não somente resultados. Essa realidade no mundo hiper-mapeado vai potencializar as “contracartografias”⁷ que podem produzir cartografias que não reproduzem estruturas opressoras e estabelecem novas experimentações gráficas a partir das vivências dos próprios ‘novos cartógrafos’.

⁷ No artigo “Dos pontos aos mapas: mídias locativas e [contra] cartografias” (2017) de Cristina A. G. Kiminami e David Sperling, a “contracartografia” é uma forma de mapeamento que se afasta dos padrões.

Com base nesses pensamentos, a intenção de elaborar um mapeamento das intervenções de graffiti realizadas por mulheres significa que o *fazer* é o caminho metodológico. Ao longo dos anos de mapeamento de 2015 a 2022, foi necessário identificar quem são as grafiteiras presencialmente e nas redes sociais para reconhecer os lugares das obras, reforçar contatos e identificar a autoria de um trabalho. A ida aos lugares onde estão as intervenções também é fundamental para o mapeamento, pois permite experiências sensoriais que não são contempladas somente no mapa.

Durante os encontros cotidianos e inesperados com o graffiti no espaço público, a cartografia foi feita a partir da utilização da plataforma *Google Earth Pro* (Figura 01). Cada graffiti feito por uma mulher que foi descoberto foi implementado no mapa digital através de pontos com as atualizações de autoria, local, tema e foto da intervenção. Esse processo permitiu um cruzamento com a área do Design ao trabalhar com uma representação gráfica espacializada para uma melhor visualização dos dados (KOSMINSKY, 2019) Ou seja, a cartografia e a experiência presencial se complementaram, ajudando a identificar 231 graffiti e 32 grafiteiras no Centro. De acordo com mapa na Figura 01, foi possível analisar que o bairro do Centro atrai intervenções gráficas do Graffiti, pois além de carregar um histórico urbano

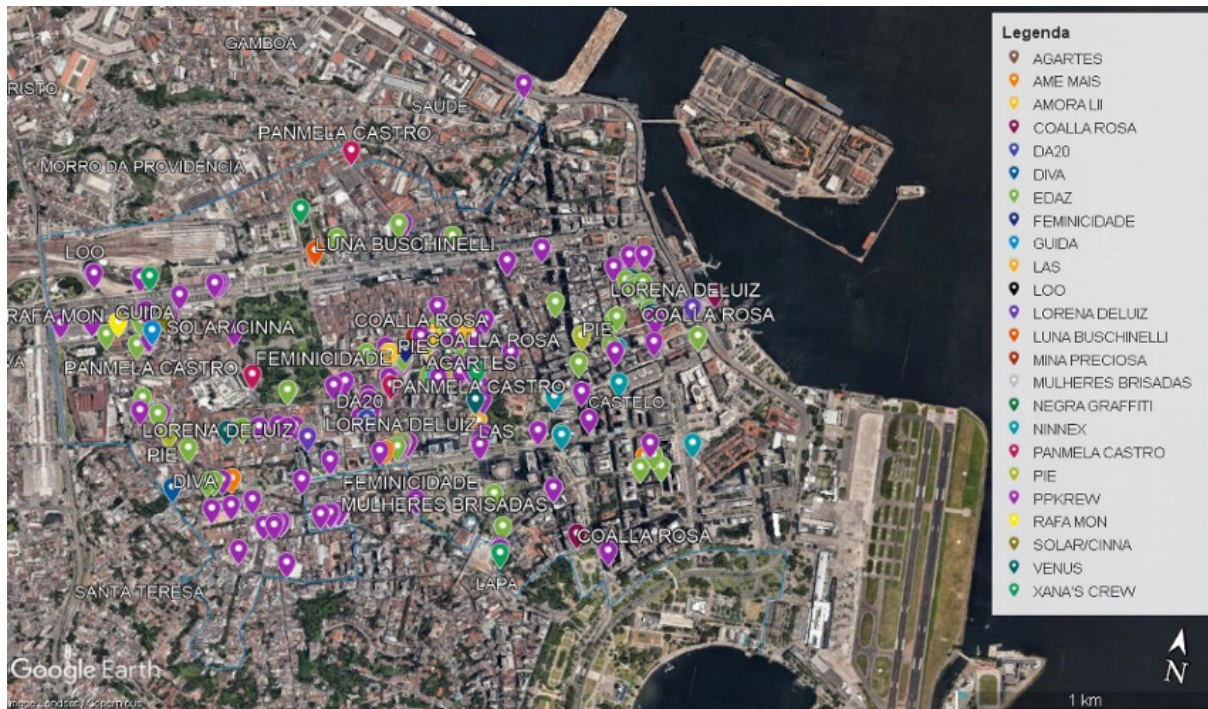


Figura 1
 Mapa 'Graffiti por mulheres no Centro do Rio'
 Fonte: Elaboração dos autores, 2022 (autorizada pelos autores)

significativo para a constituição do Rio e Janeiro (SIS-SON, 2008), é uma área que centraliza serviços que ocasionam no grande fluxo de transeuntes, gerando espaços de grande visibilidade para a divulgação dos trabalhos artísticos. Contudo, a presença de graffiti realizado por mulheres se destaca em alguns locais específicos, como a Avenida Presidente Vargas (Figura 02), por ser observada por muitos.

A maneira como as grafiteiras interagem com esses locais (visto na Figura 02) indica que dependem da constituição do espaço, principalmente quais lugares oferecem uma relativa segurança, visibilidade e fruição do ambiente. Por esta razão, o mapa auxilia o planejamento urbano a avançar seu acesso à infraestrutura urbana para as mulheres. Vale ressaltar que a cartografia da presença das grafiteiras nas cidades é dinâmica, pois "o mapa é uma colagem viva, com imagens, palavras e emoções espalhadas por nossos bairros" (KERN, 2021, p: 200), sendo essencial para os estudos urbanos, como afirma Leslie Kern (2021).

Durante o mapeamento também foi possível notar que as intervenções de graffiti de mulheres sinalizam a durabilidade de suas resistências. Mesmo que os trabalhos tenham durações imprevisíveis no espaço por conta de intempéries e outras interferências, essa

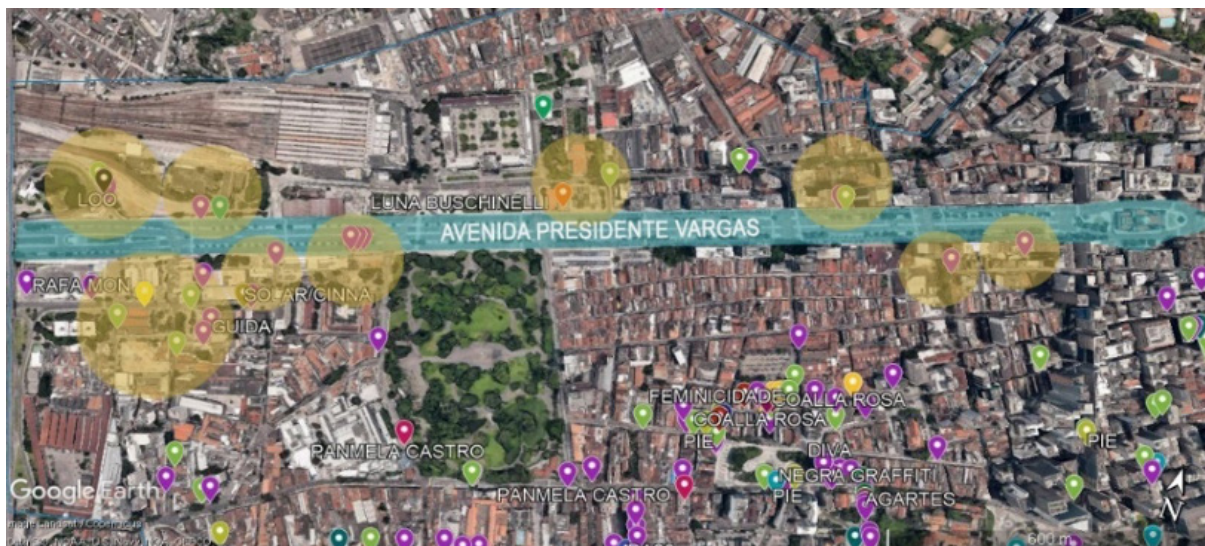


Figura 2
Intervenções na Av. Presidente Vargas
Fonte: Elaboração dos autores, 2022 (autorizada pelos autores)

indefinição pode colaborar para a construção da paisagem de forma furtiva e assertiva (SANSÃO FONTES, 2013). Assim, a efemeridade não minimiza suas influências na paisagem da cidade. Na verdade, quando o graffiti é analisado pelo mapa digital, existe uma prolongação de sua existência, permitindo que as grafiteiras evidenciem ainda mais suas vozes e realidades.

A fim de evidenciar casos identificados no mapeamento, é interessante observar dois exemplos que comprovam a efemeridade do graffiti e agregam simbolismos na urbe. Estes foram escolhidos por conta do registro obtido em tempos diferentes. O primeiro se trata do "bomb"⁸ da grafiteira Venus no tapume metálico

⁸ No Graffiti, "bomb" é bomba em português, equivalente as ações espontâneas de nomes ou símbolos.



Figura 3
Na esquerda: graffiti de Venus no tapume em 2021. Na direita: desmonte da superfície em 2022
Fonte: Fotografias de 2021 e 2022 de acervo pessoal (autorizada pelos autores).



Figura 4
Na esquerda: graffiti de Amora Lii em 2019. Na direita: novo graffiti de Edaz e some o de Amora Lii em 2022. Fonte: Fotografias de 2019 e 2022 de acervo pessoal (autorizada pelos autores).

do Convento do Carmo (2021) (vide Figura 03). Com grandes letras arredondadas com linhas pretas, a artista escreveu seu pseudônimo, gravando sua existência no espaço. Depois de um ano essa intervenção foi removida. Diante do levantamento cartográfico, esse grafismo faz parte dos 183 casos de assinatura encontrados, sendo um tema recorrente das grafiteiras.

O outro caso é a assinatura da grafiteira Amora Lii em portão de uma loja na Rua da Constituição em 2019 (vide Figura 04). O mesmo lugar foi fotografado três anos depois, e o cenário foi de sobreposição do grafismo de Amora Lii e a criação de um novo *bomb* pela grafiteira Edaz no vidro de uma loja ao lado. As assinaturas se destacam, mesmo com diferentes estilos de linhas ou volumes coloridos. Ou seja, as mulheres estão aplicando suas presenças simbólicas na paisagem. Ambos os exemplos reforçam como é difícil descobrir qual graffiti foi feito por uma mulher. Acredita-se que é possível reconhecer, fundamentalmente, ao conhecer o estilo das grafiteiras.

De acordo com Denis Cosgrove (1989), a relevância da cartografia está nessa possibilidade de decodificar o que os grafismos da paisagem urbana querem dizer, pois “para entender as expressões escritas pela cultura na paisagem precisamos conhecer a ‘linguagem’ aplicada: os símbolos e os significados junto à cultura” (COSGROVE, 1989, p: 125). Ou seja, quando um graffiti está no espaço público, pode impactar como um cidadão entende o sentido da paisagem simbólica e eleva os níveis de ‘consciência reflexiva e de comunicação’.

A paisagem amplia a comunicação humana, pois é “um ambiente de relacionamento humano, um grande suporte onde se desenvolve o cotidiano de seus cidadãos” (TILL, 2014, p: 56). Mesmo que seja um desafio identificar um graffiti no complexo invólucro urbano, para Joy Till (2014), a paisagem se potencializa na constante transformação e sobreposição de manifestações gráficas. A autora enfatiza que, as imagens feitas pelos cidadãos colaboram para a diversidade do design gráfico visual dos espaços públicos e isso fomenta o sentimento de pertencimento no lugar. Logo, a constituição gráfica e simbólica da paisagem perpetua saberes locais e identidades.

Com base nesse contexto e reflexões, é possível entender que mapear graffiti feito por mulheres no Centro do Rio de Janeiro é um processo contínuo. Torna-se necessário o contato com as grafiteiras e seus estilos para que entender como a paisagem simbólica e gráfica também é construída pelas mulheres. Diante dessa perspectiva, tratar das expressões artísticas das grafiteiras e das formas de mapeamento é um modo de vislumbrar como o direito à cidade se encontra na paisagem urbana.

Considerações finais

Encontrar a diversidade de intervenções de graffiti feitas por mulheres no Centro da cidade do Rio de Janeiro e refletir sobre o histórico das opressões sociais proporciona a compreensão de que essas iniciativas podem ser consideradas resistências contra hegemônicas. Com base no movimento do Graffiti, essas ações são caminhos para as mulheres questionarem controles territoriais e reivindicarem espaços de representatividade na urbe.

Portanto, o mapeamento digital é capaz de concentrar uma variedade de informações e pode auxiliar nos estudos urbanos sobre as camadas de realidade na cidade. Sendo assim, colocar as grafiteiras e seus trabalhos no mapa é um ato de afirmar suas existências, pois quando uma grafiteira faz um desenho no muro, ela marca sua existência no mundo. É uma ação que sinaliza as mulheres como coautoras da paisagem e indica como os grafismos que, mesmo efêmeros, fortalecem as lutas femininas pelo direito à cidade.

Referências

- ABLA, M. M. *Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer*. 2017. 437f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CORNER, J. The agency of mapping: speculation, critique and invention. In: COSGROVE, D. (org.), *Mappings*. London: Reaktion Books, 2011. pp. 89-101.
- COSGROVE, D. Geography is everywhere: cultural and symbolism in human landscapes. In: GREGORY, D.; WALFORD, R. (org.), *Horizons in human geography*. London: Barnes & Noble Books, 1989. pp. 118-135.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.
- GANZ, N. *Grffiti woman: graffiti and street art from five continents*. Nova York: Harry N. Abrams, Inc., 2006.
- GONZAGA, T. O. *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume, 2011.
- HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. In: *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia*, São Paulo, n. 5. 2009. pp. 1-25.
- KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- KOSMINSKY, D. (org.) Belief at first sight: Data visualization and the rationalization of seeing. *Information Design Journal*, v. 25, n. 1. 2019. pp. 43-55.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Nebli, 2016.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista*. São Paulo: Olhares, 2021.
- NOCHLIN, L. *Por que não houve grandes mulheres artistas?* São Paulo: Aurora, 2016.
- PABÓN-COLÓN, J. N. *Grffiti Grrlz: performing feminism in the Hip Hop diaspora*. Estados Unidos. NYU Press, 2018.
- SANSÃO FONTES, A. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: FAPERJ, 2013.
- SISSON, R. *Espaço e Poder: Os Três Centros do Rio de Janeiro e a Chegada da Corte Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arco, 2008.
- TILL, J. H. W. *Paisagem gráfica da cidade: um olhar sobre o Rio de Janeiro*. 2014. 160f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

As taverneiras na dinâmica urbana da cidade de Goiás no século XIX

Nádia Mendes de Moura

MENDES DE MOURA, Nádia. As taverneiras na dinâmica urbana da cidade de Goiás no século XIX. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 106-118, ago 2024

data de submissão: 01/04/2024
data de aceite: 31/05/2024

Nádia MENDES DE MOURA é Doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo (FAU USP); professora e pós-doutoranda (FAU UNB); nadiammoura@yahoo.com.br.

Resumo

Durante muitos anos, as mulheres foram invisibilizadas enquanto sujeitos históricos, especialmente nas pesquisas sobre a história da cidade nos períodos colonial e imperial. O reconhecimento do papel das mulheres enquanto peças fundamentais na conformação da cidade revela um campo de resistência, tensão e luta, que precisa ser mais trabalhado em novas pesquisas. Nesse cenário, este artigo visa destacar o papel das mulheres no contexto urbano da primeira metade do século XIX, buscando ampliar as narrativas históricas da cidade com uma perspectiva de gênero através da espacialização das atividades das taverneiras e vendeiras em Vila Boa/cidade de Goiás, trabalhando sua relação com a cidade e com os comerciantes e mestres de ofício locais.

Palavras-chave: gênero, taverneiras, Goiás, século XIX.

Abstract

For many years, women have been invisibilized as historical subjects, especially in research on the history of the city during the colonial and imperial periods. Recognizing the role of women as fundamental players in shaping the city reveals a field of resistance, tension, and struggle that needs to be further explored in new research. In this context, this article aims to highlight the role of women in the urban context of the first half of the 19th century, seeking to expand the historical narratives of the city with a gender perspective through the spatialization of the activities of tavern keepers and female vendors in Vila Boa/cidade de Goiás, exploring their relationship with the city and with local traders and craftsmen.

Keywords: gender, tavern keepers, Goiás, 19th.

Resumen

Durante muchos años, las mujeres han sido invisibilizadas como sujetos históricos, especialmente en la investigación sobre la historia de la ciudad en los períodos colonial e imperial. El reconocimiento del papel de las mujeres como piezas fundamentales en la conformación de la ciudad revela un campo de resistencia, tensión y lucha que necesita ser explorado más a fondo en nuevas investigaciones. En este contexto, este artículo tiene como objetivo destacar el papel de las mujeres en el contexto urbano de la primera mitad del siglo XIX, buscando ampliar las narrativas históricas de la ciudad con una perspectiva de género mediante la espacialización de las actividades de las taberneas y vendedoras en Vila Boa/ciudad de Goiás, trabajando su relación con la ciudad y con los comerciantes y artesanos locales.

Palabras-clave: género, taberneas, Goiás, siglo XIX.



Introdução

¹ *Libelo civil entre as partes: Livro Letra P – nº 015. Pasta de documentos avulsos do Arquivo Frei Simão Dorvi. Conferir Cristina Moraes (2012).*

Em uma petição de 1788¹, os membros da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, sediada em Vila Boa (atual cidade de Goiás), dirigiam-se à Mesa de Consciência e Ordens para solicitar, entre outras demandas, que as mulheres (brancas) pudessem governar e dirigir “couzas” da Irmandade. O documento, objeto de estudos da professora Cristina Moraes (2012, p. 107), está localizado no Arquivo Frei Simão Dorvi, na cidade de Goiás, e revela que as mulheres naquela comunidade teriam voz ativa em seu grupo religioso. Infelizmente, não há registro da resposta à solicitação, devido às perdas ocasionadas pela enchente de 1839 do Rio Vermelho, que destruiu a Igreja de Nossa Senhora da Lapa, sede da irmandade, e provavelmente levou consigo outros documentos daquela época (MORAES, 2012, p. 107).

Trata-se da irmandade dos mercadores, que congregava fiéis que compartilhavam interesses comuns, além da devoção a Nossa Senhora da Lapa. Ao examinar outras fontes históricas do século XIX de Vila Boa/cidade de Goiás, as mulheres são descritas como taverneiras e vendeiras, o que evidencia sua participação na dinâmica comercial local. A surpresa reside, portanto, como em uma sociedade patriarcal na qual estavam inseridas, haveria a possibilidade de exercerem influência formal em outras esferas, inclusive como membros dirigentes da irmandade de sua classe. É importante lembrar que naquela época as mulheres não ocupavam cargos públicos, nem posições de prestígio nos meios letrados. Contudo, em Vila Boa e em alguns arraiais da Capitania de Goiás, a sociedade apresentava nuances distintas dos grandes centros (KARASCH, 2001; MOURA, 2018).

Na colônia não havia um modelo familiar único, conforme explica a historiadora Eni de Samara (1999). Sobre isso, Sheila Faria (2000, p. 471) apresenta um mosaico, que mostra que o patriarcalismo tinha presença muito forte em alguns meios, mas não em toda a sociedade:

Considerou-se que, mesmo tendo existido certa opressão das mulheres na colônia, ela só poderia ser efetivada nos restritos grupos da elite, justamente nas famílias patriarcais, e mesmo assim de maneira matizada. Pressupondo-se a inexistência do modelo de família patriarcal em outros grupos sociais, principalmente entre as camadas mais pobres, sugeriu-se que dificilmente o poder masculino poderia se exercer neles com a mesma eficácia.

A historiadora Joan Scott (2019, p. 51), ao analisar a produção das pesquisadoras feministas nas décadas de 1970 e 1980, destaca que os estudos sobre mulheres proporcionaram uma nova perspectiva histórica, uma vez que essas pesquisas trabalharam com uma “reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente”. No Brasil, dos anos 1980 aos 1990, as pesquisadoras, sobretudo historiadoras, passaram a dedicar mais esforços à história das mulheres, considerando-as como sujeitos históricos legítimos. Na virada do século XXI, as contribuições da quarta onda do feminismo têm lançado luz sobre os estudos de gênero, acompanhados de pesquisas sobre grupos subalternizados, como indígenas, pessoas negras, escravizados e pobres livres. Nesse contexto, o diálogo com conceitos do pensamento feminista contemporâneo (ANZALDÚA, 2019; LUGONES, 2019) torna-se imprescindível, especialmente ao considerar a interseccionalidade, evitando assim generalizações. Esta perspectiva, originada do feminismo negro, foca nas diferenças e subjetividades das mulheres, levando em conta a sobreposição de diversas categorias, como raça, classe social, religião, entre outros eixos identitários.

A arquiteta argentina Zaida Muxí Martínez (2018), uma importante referência neste tema, ao adotar uma postura feminista decolonial, coloca a mulher como protagonista desses estudos, contrastando com a historiografia hegemônica tradicional no campo de arquitetura e urbanismo. Para Martínez (2018, p. 21), um caminho para revelar as contribuições das mulheres para a arquitetura e a cidade seria rever os papéis de gênero e da divisão dual do sexo biológico (mulher *versus* homem), que historicamente, na cultura ocidental, se articulam na estrutura patriarcal, colocando a mulher em posição de subordinação.

Considerando essa abordagem, este artigo coloca a mulher em evidência no contexto urbano do século XIX, buscando ampliar as narrativas de história da cidade a partir de uma perspectiva de gênero. Dessa forma, espera-se contribuir com outro olhar sobre Vila Boa/cidade de Goiás da primeira metade do Oitocentos, explorando formas ainda pouco abordadas de organização socioespacial, ao espacializar as taverneiras e vendeiras na cartografia do núcleo urbano, destacando seu posicionamento no contexto comercial da capital da capitania/província e colocando-as em perspectiva em relação a comerciantes e mestres de ofício. Nos estudos de gênero, é crucial examinar tanto o indivíduo quanto a organização social, analisando as interações entre eles e com outros grupos.

Para tanto, este trabalho utilizou como principal fonte de dados os *Cadernos de Lançamento dos novos impostos para auxílio do Banco público nacional do Brasil* (1813-1822). Cabe destacar que o primeiro Banco do Brasil foi fundado por D. João VI, mediante Alvará datado do dia 12 de outubro de 1808, no contexto da transferência da corte para o Rio de Janeiro. A ideia de criar uma instituição financeira ligada ao Estado tinha como objetivo financiar as despesas governamentais, devido ao alto custo da manutenção e administração da máquina, além de facilitar a circulação da moeda, que estava escassa (PIÑEIRO, 2008, p. 56). Esse documento detalha que o imposto anual sobre carruagens², embarcações³ e lojas⁴ começou a ser cobrado em 1813 com o intuito de atrair investidores, uma vez que revertia o produto na compra de ações em nome do governo, passando, assim, à condição de acionistas. Conforme consta no Alvará de 20 de outubro de 1812 (ALVARÁ... [1808-1820]), a arrecadação do novo imposto era feita pelas juntas da Fazenda de cada capitania, que estava a cargo da Junta do Banco do Brasil.

Foram encontradas documentações distintas sobre o imposto cobrado pelo Banco do Brasil, sendo um conjunto no arquivo do Museu das Bandeiras (Muban) e outro no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, localizados respectivamente na cidade de Goiás e em Goiânia. Optamos por utilizar a documentação do Banco do Brasil arquivada no Muban, pois fornecia informações mais detalhadas, ao passo que a documentação localizada no Arquivo do Estado de Goiás apresenta dados mais sucintos, por se tratar apenas dos *Cadernos de balanço e despesas* da coleta do imposto, sem identificar os endereços dos contribuintes. O *Caderno de Lançamento dos novos impostos para auxílio do Banco público nacional do Brasil* do ano de 1818 apresenta uma listagem com o número do imóvel, a identificação do/a acionista, a natureza do estabelecimento (taverna, venda, loja de fazenda, casa de comissão ou o ofício do contribuinte⁵), identifica se o imóvel era próprio ou alugado, e o valor do imposto pago. O ano escolhido para análise é o de 1818, mesmo ano em que Vila Boa alça ao título de cidade e passa a ser reconhecida por Goiás.

Outras fontes primárias foram fundamentais neste estudo, incluindo a Décima Urbana de Vila Boa/cidade de Goiás, que já foi analisada e especializada em nossa tese *Sertões de Mar a Mar, Goyazes em suas fili-granas (c. 1726 – 1830)* (MOURA, 2018). Esse documento, que registra o imposto predial urbano coletado na Capitania de Goiás a partir de 1810, fornece dados

² Para carruagens ou sege de quatro rodas o imposto era de 12\$800 réis; no caso de duas rodas, era de 10\$000 réis. Conferir o ALVARÁ de 20 de outubro de 1812.

³ O valor do imposto variava a depender do seu porte e do número de mastros: 4\$800 réis – embarcações de menor porte; 6\$400 réis – embarcações de um maestro; 9\$600 réis – embarcações de dois mastros e 12\$800 réis – embarcações de três mastros. Conferir o ALVARÁ de 20 de outubro de 1812.

⁴ O valor do imposto que incidia sobre “cada loja, armazem ou sobrado em que se venda por grosso e atacado ou a retalho e varejado, qualquer qualidade de fazenda e generos seccos ou molhados, feragens, louças, vidros, massames; por cada loja de ourives, lapidarios, correeiros, fumileiros, latoeiros, caldeiros, cerieiros, estanqueiros de tabaco, boticarios, livreiros, botequins e tavernas” era de 12\$800 réis. Conferir o ALVARÁ de 20 de outubro de 1812.

⁵ Não foram encontradas embarcações, tampouco carruagens nos anos de 1813 e 1818 em Vila Boa.

relevantes para pesquisadores de história urbana e encontra-se arquivado no Muban. Ele apresenta uma lista completa de todos os imóveis do núcleo com os nomes dos logradouros onde estavam situados, juntamente com os nomes dos/as proprietários/as das casas (e, quando aplicável, seus/suas inquilinos/as), o valor do imposto, o estado de ocupação e conservação do imóvel, entre outras informações. Cruzando as informações da documentação do imposto do Banco do Brasil com a Décima Urbana do ano correspondente, na maioria dos casos as informações coincidem, o que facilita bastante o trabalho de espacialização dos dados.

Entre vendas, lojas de comissão, tavernas e ofícios

A documentação relativa à cobrança do imposto do Banco do Brasil registrou diferentes modalidades de atividades comerciais e ofícios. Ao analisar as listagens dos anos 1813 e 1818, identificamos os ofícios de latoeiro, caldeireiro, bem como a presença de vendas, tavernas, lojas de fazenda e casa de comissão. Enquanto o registro de 1813 faz distinção entre vendas e tavernas, o documento de 1818 considera tudo como uma única categoria. Isso é evidenciado pelo fato de algumas pessoas serem listadas como tavernas em 1813, e elencadas posteriormente como vendeiras, como é o caso de Barbara Caetana de Jesus e Clemencia de Souza, ambas comerciantes na Rua Nova⁶. Uma situação semelhante ocorre com estabelecimentos cadastrados em 1813 como casa de comissão, que foram identificados cinco anos depois como loja de fazenda.

⁶ Na Décima Urbana de 1818, essa rua é identificada como Rua do Ouvidor na porção mais próxima ao Largo do Rosário e Rua da Abadia, nas proximidades da igreja do mesmo nome.

Luciano Figueiredo (1993, p. 41) esclarece a distinção entre essas diversas modalidades comerciais:

as vendas constituíram-se no principal e mais seguro meio de abastecimento das populações que habitavam as vilas, arraiais e áreas de mineração. Seriam responsáveis pela comercialização de gêneros conhecidos como “secos” (tecidos, artigos de armarinho, instrumentos de trabalho, utilidades domésticas etc.) e “molhados” (bebidas e comestíveis em geral). Diferente das lojas, estabelecimentos maiores geralmente sob a administração direta de homens de origem portuguesa, exclusivamente urbanas, cuja atividade comercial restringia-se apenas a fazendas “secas”, as vendas multiplicavam-se indiscriminadamente por áreas onde existissem consumidores para seus variados artigos. (...) Nessas vendas, o trato comercial que se estabelecia com o público foi, em muitos casos, uma tarefa feminina, executada por mulheres forras proprietárias do estabelecimento ou por escravas.

Nesse contexto, Maria Aparecida Borrego apresenta outro ponto de vista, após consultar fontes de diversas origens sobre o assunto. Segundo a historiadora,

as pesquisas têm demonstrado que é impossível, somente a partir da distinção entre os gêneros secos e molhados, enquadrar as atividades de lojista e vendeiro, pois o engessamento dos conceitos impede que se percebam as nuances das práticas mercantis e as linhas tênues que, por vezes, classificavam estes dois agentes (BORREGO, 2010, p. 88).

Borrego (2010, p. 91-92) concorda ao afirmar que entre os vendeiros havia mulheres e acrescenta que escravizados e libertos também poderiam ter sua venda, desde que apresentassem um termo de fiança.

Na fonte analisada neste texto, as mulheres figuravam exclusivamente como taverneiras ou vendeiras (Tabela 1). Não foram cadastradas mulheres exercendo ofícios mecânicos ou como proprietárias de lojas de fazenda ou casas de comissão. Embora a documentação não revele questões referentes à raça dos acionistas, é possível afirmar que a vendeira Simpliciana de tal poderia ser uma mulher escravizada ou forra, uma vez que não possuía sobrenome e a sua venda estava localizada em um dos logradouros menos valorizados da vila, a Rua do Jogo de Bolla (MOURA, 2018, p. 308), além de estar dispensada de pagar o imposto no valor de 12\$800 réis, conforme consta na documentação de sua isenção. Simpliciana de tal foi registrada como proprietária do imóvel onde sua venda está localizada, conforme a Décima Urbana de 1818 (MOURA, 2018).

As Décimas Urbanas também não apresentavam indicadores de raça, mas forneciam algumas sugestões. Por exemplo, mulheres sem sobrenome ou com sobrenomes de origem cristã indicavam se tratar de escravizadas ou forras, ou de mulheres que não mantinham seus sobrenomes por viverem como concubinas (DIAS, 1995). Por outro lado, entre as mulheres listadas, algumas apresentavam seus nomes completos, e outras ainda eram referidas com o pronome de tratamento "Dona", indicando sua origem nobre.

Com base nas informações do documento consultado, é interessante observar que em algumas situações a influência da nobreza ainda era notável, como no caso de Dona Escolastica Delfina, que atuava como vendeira no Beco de José Duarte (nº 704), registrada desde 1813 como taverneira. Além de ser proprietária do imóvel adjacente (nº 705) à sua venda/taverna, era também proprietária de três casas vizinhas na Rua do

Endereço	Nome	Modalidade cadastrada em 1813	Modalidade cadastrada em 1818
63 [Rua da Cambauba]	Anna Esmeria	-	venda
112 [Rua Nova]	Barbara Caetana de Jesus	taverna	venda
131 [Rua Nova]	Luiza Soares	taverna	venda
137 [Rua Nova]	Maria Thereza Gomes	-	venda
166 [Rua Nova]	Clemencia de Souza	taverna	venda
216 [Rua da Ponte do Carmo]	Anna Maria Ferreira	-	venda
228 [Rua da Ponte do Carmo]	Maria Faustina	taverna	venda
227, Rua Direita	Dona Methildes	-	venda
281, Rua Direita	Thereza Martins	-	venda
319, Rua das Flores	Maria das Neves	-	venda
320, Rua das Flores	Joanna Maria Vieira	taverna	venda
332, Rua das Flores	Joaquina de Souza	taverna	venda
364, Rua das Almas e Marinho	Damazia Carlos	-	venda
416, Rua de Francisco Fernandes	Dona Simplicia Rodrigues França	taverna	venda
686, Rua do Jogo de Bolla	Simpliciana de tal	-	venda
704, Becco de Joze Duarte	Dona Escolastica Delfina	taverna	venda
?	Victoria Maria de Carvalho	-	venda
?	Victoria Antonia	-	venda
?	Dona Isidoria Moreira de Carvalho	-	venda
?	Anna Ferreira de Magalhaens	-	venda
?	Maria Thereza	-	venda

Tabela 1

Mulheres vendeiras/taverneiras em Vila Boa/cidade de Goiás, 1818

Fonte: *Cadernos de Lançamento dos novos impostos para auxílio do Banco público nacional do Brasil – 1813 e 1818*

Jogo de Bola (nº 606, 607 e 608). Conforme a Décima Urbana de 1818, ela residia em seu imóvel (nº 379) no Largo da Matriz, um dos endereços mais distintos da época.

Por outro lado, Dona Simplicia Rodrigues França apresentava uma situação diferente. A sua venda/taverna ficava um pouco mais afastada da concentração das atividades comerciais do núcleo, na Rua de Francisco Fernandes, nº 416⁷. Possivelmente era um imóvel de uso misto, pois o outro imóvel de sua propriedade, localizado na Rua do Jogo de Bola (nº 681), estava alugado para Romana e Metildes Monteiro. Em um documento de 1844 (OFÍCIOS..., 2018), Dona Simplicia

⁷ A título de curiosidade, o nome anterior do logradouro era Beco das Médicas, conforme consta no Mapa de Vila Boa de 1782.

aparece como suplicante, solicitando a isenção do pagamento de 12\$000 réis de sua venda, alegando ser uma “mulher muito pobre” e estar “oprimida com o peso dos anos” e não possuir meios de subsistência. Havia um intervalo de 26 anos entre o registro do imposto do Banco do Brasil de 1818 e o novo documento. O pedido foi deferido pela Tesouraria da Província de Goiás, o que reforça a veracidade dos fatos.

Cartografando

Tomando como ponto de partida a espacialização da Décima Urbana de 1818 de Vila Boa/cidade de Goiás, foi possível cartografar todos os estabelecimentos comerciais da cidade (Figura 1). Os comerciantes que foram listados apenas no segundo semestre de 1818 no *Caderno de Lançamento do Banco do Brasil* não foram vinculados a nenhum endereço, o que impossibilitou espacializar todos os 67 estabelecimentos comerciais cadastrados. Além disso, foram registradas quatro tendas, sem especificação de suas localizações. Três desses contribuintes foram isentos do imposto. Além dos estabelecimentos fixos, os vendedores ambulantes também atendiam à população, incluindo negras de tabuleiro e padeiras, que não estavam sujeitas ao imposto do Banco do Brasil e, portanto, não foram registradas no *Caderno de lançamentos*. No entanto, surge uma questão: os homens listados com as tendas seriam mascates?

Enquanto as mulheres circulavam com seus tabuleiros pelo núcleo urbano e nas proximidades dos locais de mineração (o que não era bem visto pelas autoridades locais, devido ao receio de contrabando de ouro) com seus bolos, doces, pastéis, pães, mel, leite, banana, fumo e bebidas (FIGUEIREDO, 1993, p. 42), o comércio fixo predominava nos principais logradouros de Vila Boa/cidade de Goiás. A maior concentração desses comerciantes estava na vizinhança das igrejas de Nossa Senhora do Rosário (margem norte do Rio Vermelho) e da igreja de Nossa Senhora da Lapa (margem sul do Rio Vermelho), a padroeira dos mercadores.

Ao correlacionar os dados da listagem do Banco do Brasil de 1818 com as décimas de Vila Boa do mesmo ano, foi possível espacializar os 51 estabelecimentos comerciais de proprietários de ambos os sexos, revelando eixos comerciais no núcleo urbano. Identificamos e mapeamos as 21 mulheres registradas como vendeiras (algumas delas identificadas como taverneiras em 1813) e os 46 homens listados como vendeiros, proprietários de lojas secas e casas de comissão.

VILA BOA/CIDADE DE GOIÁS - 1818

Mapa do comércio

(fonte: Caderno de Lançamento dos novos impostos para auxílio do Banco público nacional do Brasil)

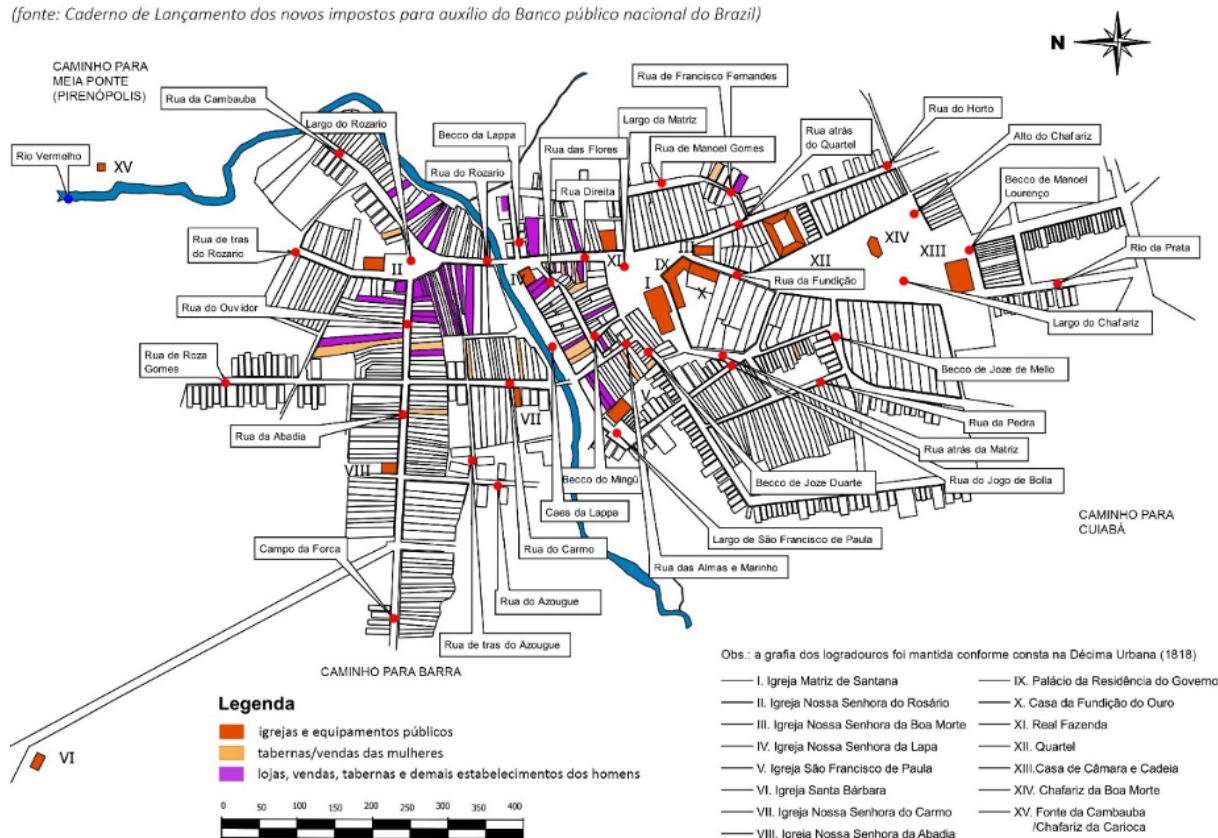


Figura 1
Mapa do Comércio em Vila Boa/cidade de Goiás em 1818
Fonte: Elaborado pela autora e adaptado de Moura (2018)

Um fato curioso diz respeito à ausência dos caldeireiros e latoeiros, que foram identificados em 1813 e não apareceram na listagem de 1818.

Tanto mulheres quanto homens estabeleceram seus negócios comerciais em diversos pontos da cidade, a começar pela Rua da Cambauba, Largo do Rosário, Rua atrás do Rosário⁸, Rua Nova (cadastrada na Décima Urbana em dois trechos: Rua do Ouvidor⁹ e Rua da Abadia), Rua da ponte para o Largo do Rosário (identificada na Décima Urbana como Rua do Rosário¹⁰), Rua Direita¹¹, Rua da Ponte do Carmo (atual Rua do Carmo, mesmo nome cadastrado na Décima Urbana), Rua do Largo da Lapa (Rua Direita¹²), Beco da Lapa¹³, Rua das Flores¹⁴, Rua das Almas e Marinho¹⁵, Beco do Mingu, Rua de Francisco Fernandes¹⁶, Largo do Chafariz¹⁷, Rua do Jogo de Bola¹⁸ e Beco de José Duarte¹⁹.

A hipótese levantada em nossa tese (MOURA, 2018) acerca da vocação comercial do eixo Rua Cambauba

- ⁸ Atual Rua Coronel Luiz Guedes de Amorim.
- ⁹ Atual Rua Senador Eugênio Jardim.
- ¹⁰ Atual Rua Dom Cândido.
- ¹¹ Atual Rua Moretti Foggia.
- ¹² Atual Rua Moretti Foggia.
- ¹³ O beco foi fechado.
- ¹⁴ Atual Rua Coronel Joaquim Cunha Bastos.
- ¹⁵ Atual Rua Couto Magalhães.
- ¹⁶ Atual Avenida Deusdeth Ferreira.
- ¹⁷ Atual Praça Brasil Ramos Caiado.
- ¹⁸ Atual Rua Professor Ferreira.
- ¹⁹ Atual Rua Maximiano Mendes – seguindo pela Rua Professor Ferreira.

– Largo do Rozario – Rua do Rozario – Ponte da Lapa – Rua Direita até chegar ao Largo da Matriz se confirmou com a espacialização dos dados referentes aos estabelecimentos comerciais:

Conforme identificamos na *Planta de Villa Boa*, a Rua do Rozario em 1782 era conhecida como “Rua dos Mercadores”, localizada nas proximidades do Rio Vermelho e da Igreja de Nossa Senhora da Lapa, templo extinto que estava na margem oposta do rio. Se levarmos em conta o nome da rua em 1782 e de uma das irmandades de devoção da Igreja da Lapa (Irmandade dos Mercadores), conjugado ao fato que a estrada vinda de Meia Ponte passava por esse eixo composto pela Rua Cambauba – Largo do Rozario – Rua do Rozario – Ponte da Lapa – Rua Direita até chegar ao Largo da Matriz, verificamos uma forte tendência à atividade comercial ao longo dessa artéria, a principal da vila. Essa hipótese é reforçada ao verificarmos que o nome da Rua Direita em 1751 era “Rua direita do Negocio”, conforme inscrição de número 11 do *Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Sul para o Norte no anno de 1751* (MOURA, 2018, p. 294-295).

Não por acaso, dois desses logradouros concentravam os imóveis mais valorizados de Vila Boa em 1818, conforme indicam os dados levantados na Décima Urbana daquele ano: o Largo do Rosário e a Rua Direita (MOURA, 2018, p. 308). O Largo do Rosário contava com duas vendas, duas lojas e uma casa de comissão conjugada a uma loja, pertencentes ao Coronel Francisco Pereira Caldas, uma figura muito influente em Vila Boa²⁰. Na Rua Direita, foram identificadas uma casa de comissão, uma loja e quatro vendas, sendo duas delas registradas em nome de mulheres. No entanto, nenhuma delas era proprietária dos imóveis: Dona Methildes alugava a casa nº 277 de Maria Roza, enquanto Thereza Martins ocupava o imóvel nº 281, de propriedade de Felício Martins (MOURA, 2018). Considerando o sobrenome compartilhado, surge a dúvida sobre o possível parentesco entre eles.

As ruas Nova e das Flores, por sua vez, concentravam o maior número de estabelecimentos comerciais, indicando um mercado aquecido em ambas as margens do Rio Vermelho. Na Rua Nova, havia dez estabelecimentos comerciais, dos quais oito eram vendas; e duas, lojas. Metade das vendas era liderada por mulheres, incluindo Barbara Caetana de Jesus (nº 112), Luiza Soares (nº 131), Maria Thereza Gomes (nº 137) e Clemencia de Souza (nº 166). Dessas, apenas Maria Thereza não era proprietária da venda desde 1813 e ocupava um imóvel alugado de outra mulher, Maria Buena da Fonseca. Na Rua das Flores, por sua vez, havia uma loja²¹ e uma venda pertencentes ao Sargento-mor Antonio Joze Teles de Avellar, além de outras quatro vendas, duas das quais pertencentes a

²⁰ A casa de comissão e loja estavam localizadas em um dos imóveis mais valorizados da vila, cujo rendimento anual era de 72\$000 réis. O coronel era proprietário de outros dois imóveis na vizinhança, um na Rua Ouvidor nº 103, onde residia, e outro na Rua Direita nº 291, imóvel alugado para Manoel Joze Correa Viana (MOURA, 2018, p. 296).

²¹ A loja estava instalada em um dos imóveis mais valorizados de Vila Boa, cujo rendimento anual era de 50\$400 réis. O imóvel vizinho (nº 305) também era de sua propriedade, assim como a casa nº 340, no Caes da Lappa (MOURA, 2018, p. 305).

mulheres: uma de Maria das Neves (nº 319), vizinha da venda de Joanna Maria Vieira (nº 320), registrada desde 1813. Maria das Neves alugava o imóvel de outra mulher, Maria Thomazia, que era proprietária de outra casa na mesma rua (nº 337).

Reflexões finais

Este estudo procurou destacar o papel das taverneiras e vendeiras no contexto urbano de Vila Boa/cidade de Goiás na primeira metade do século XIX, buscando ampliar as narrativas de história da cidade a partir de uma perspectiva de gênero. O assunto é complexo e requer a análise de outras fontes documentais para se chegar a resultados mais aprofundados. O reconhecimento do papel das mulheres enquanto peças fundamentais na conformação da cidade revela um campo de resistência, tensão e luta, que demanda uma investigação mais ampla, especialmente nos campos do urbanismo e da arquitetura.

Ao abordar o tema mulheres no período colonial/imperial que serviam a um público majoritariamente ligado à extração do ouro, em uma sociedade em que o concubinato era prática comum, vem à tona a imagem das casas de alcouce, tão analisada por Mary del Priore (1988) em seus primeiros estudos. Nesses locais, a atividade do meretrício ocorria em meio à venda de bebidas e alimentos, proporcionando um contexto favorável, especialmente considerando a situação de pobreza que muitas pessoas enfrentavam, recorrendo à prostituição como estratégia de sobrevivência (FIGUEIREDO, 1997; KARASCH, 2001).

Seria um equívoco apontar qualquer das taverneiras/vendeiras listadas neste artigo como meretrizes sem uma base sólida para tal afirmação. A documentação consultada tinha apenas a finalidade de arrecadar imposto para o novo Banco do Brasil, ou seja, não fornecia subsídios para uma pesquisa com esse viés. Para avançar nessa pesquisa, é necessário mobilizar outras fontes, a fim de investigar mais profundamente a vida dessas mulheres, bem como dos taverneiros e vendeiros. Documentos eclesiásticos e registros criminais poderiam revelar novos aspectos desse contexto, no qual as mulheres eram retratadas em 1819 por Saint-Hilaire (1975, p. 54) como “sombras deslizando no silêncio da noite” enquanto “cuidavam de seus próprios negócios”, “faziam visitas” ou simplesmente saíam, “à procura de aventuras amorosas” sob o céu estrelado de Vila Boa.

Referências

- ALVARÁ de 20 de outubro de 1812 – Estabelece um imposto sobre seges, lojas e embarcações para fundo capital do Banco do Brasil. In: BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1812*. v. 1. Brasília, DF: Imprensa Nacional, [1808-1820]. p. 64. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-39745-20-outubro-1812-570461-publicacaooriginal-93591-pe.html>>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- BORREGO, M. A. de M. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711 – 1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CADERNOS de Lançamento dos novos impostos para auxílio do Banco público nacional do Brasil – Vila Boa (1813-1822). Goiás: Arquivo do Museu das Bandeiras, [1813-1822]. Caixa 98.
- DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FARIA, S. S. de C. Patriarcalismo. In: VAINFRAS, R. (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- FIGUEIREDO, L. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- KARASCH, M. Concubinato e casamento na capitania de Goiás. In: SILVA, M. B. N. da (coord.). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- LANÇAMENTO da Décima e Receita – Villa Boa. Goiás: Arquivo do Museu das Bandeiras, [1818]. Caixas 22 e 23.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- MARTÍNEZ, Z. M. *Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.
- MORAES, C. de C. P. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)*. Goiânia: FUNAPE, 2012.
- MOURA, N. M. de. *Sertões de Mar a Mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726-1830)*. 2018. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- OFÍCIOS e ocupações – taverneiras, vendeiras e quituteiras. 1842-1861. Goiás: Museu das Bandeiras, 2018.
- PIÑHEIRO, T. L. Banco do Brasil. In: VAINFRAS, R.; NEVES, L. B. P. das (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- PRIORE, M. del. *A Mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

SAMARA, E. de M. *Família e vida doméstica no Brasil, do engenho aos cafezais*. São Paulo: Humanitas, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.



CARVALHO, Silvia Scoralich de; GUIMARAENS, Dinah Tereza Papi de. Arquitetas [urbanistas e projetistas]: e nós, aonde vamos?. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 119-135, ago 2024

data de submissão: 12/03/2024
data de aceite: 12/06/2024

Arquitetas [urbanistas e projetistas]: e nós, aonde vamos?

Silvia Scoralich de Carvalho e
Dinah Tereza Papi de Guimaraens

Silvia Scoralich de CARVALHO é Mestre em Projeto e Patrimônio; doutoranda do PPGAU UFF; sscarvalho@id.uff.br

Dinah Tereza Papi de GUIMARAENS é Doutora em Antropologia Social; docente do PPGAU UFF; dinahguimaraens@id.uff.br

Resumo

O artigo discute o feminismo como um operador analítico no contexto da teoria arquitetônica e urbanística, ressaltando a importância de uma abordagem transdisciplinar para uma compreensão mais profunda das relações sociais de gênero na produção do ambiente construído. Propõe-se uma tipologia fundamentada em vertentes, paradigmas e epistemologias, visando articular de maneira mais eficaz os discursos e práticas dentro do feminismo enquanto movimento político e doutrina filosófica. Essa tipologia proposta busca estabelecer uma classificação sistemática dos elementos presentes no feminismo, facilitando a compreensão das diversas perspectivas e interações entre elas. Ao considerar conceitos como orientação política, consciência prática e concepção da realidade, o texto busca fornecer uma estrutura analítica para examinar as relações sociais de gênero no contexto urbano e arquitetônico. São apresentados exemplos nos quais essas considerações poderiam ampliar a compreensão das análises feministas, ao mesmo tempo que questões são postas sobre a amplitude teórica envolvida no planejamento urbano e sua análise. Por fim, o texto destaca a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva que vá além da mera inclusão de mulheres na história da arquitetura e urbanismo, buscando compreender e desafiar as estruturas sociais que perpetuam a opressão de gênero no ambiente construído.

Palavras-chave: feminismo, análise crítica, teoria feminista da arquitetura.

Abstract

The article discusses feminism as an analytical tool within the context of architectural and urban theory, emphasizing the importance of a transdisciplinary approach for a deeper understanding of gender social relations in the production of the built environment. It proposes a typology based on trends, paradigms, and epistemologies, aiming to articulate more effectively the discourses and practices within feminism as a political movement and philosophical doctrine. This proposed typology seeks to establish a systematic classification of elements within feminism, facilitating the understanding of various perspectives and interactions among them. By considering concepts such as political orientation, practical awareness, and conception of reality, the text seeks to provide an analytical framework for examining gender social relations in the urban and architectural context. Examples are presented to illustrate how these considerations could enhance the understanding of feminist analyses, while also raising questions about the theoretical scope involved in urban planning and its analysis.

Lastly, the text emphasizes the need for a critical and reflective approach that goes beyond mere inclusion of women in the history of architecture and urbanism, aiming to understand and challenge the social structures that perpetuate gender oppression in the built environment.

Keywords: feminism, critical analysis, feminist architectural theory.

Resumen

El artículo discute el feminismo como un operador analítico en el contexto de la teoría arquitectónica y urbanística, destacando la importancia de un enfoque transdisciplinario para una comprensión más profunda de las relaciones sociales de género en la producción del entorno construido. Se propone una tipología fundamentada en corrientes, paradigmas y epistemologías, con el objetivo de articular de manera más efectiva los discursos y prácticas dentro del feminismo como movimiento político y doctrina filosófica. Esta tipología propuesta busca establecer una clasificación sistemática de los elementos presentes en el feminismo, facilitando la comprensión de diversas perspectivas e interacciones entre ellas. Al considerar conceptos como orientación política, conciencia práctica y concepción de la realidad, el texto busca proporcionar un marco analítico para examinar las relaciones sociales de género en el contexto urbano y arquitectónico. Se presentan ejemplos para ilustrar cómo estas consideraciones podrían mejorar la comprensión de los análisis feministas, al mismo tiempo que se plantean cuestiones sobre el alcance teórico involucrado en la planificación urbana y su análisis. Por último, el texto enfatiza la necesidad de un enfoque crítico y reflexivo que vaya más allá de la mera inclusión de mujeres en la historia de la arquitectura y el urbanismo, con el objetivo de comprender y desafiar las estructuras sociales que perpetúan la opresión de género en el entorno construido.

Palabras-clave: feminismo, análisis crítico, teoría feminista de la arquitectura.

Introdução

Em 1983, a arquiteta Dulce Pereira identifica uma série de problemas acerca das pautas e prioridades do movimento feminista brasileiro no artigo: “Mulher Negra: e nós, aonde vamos?”. Ao nos depararmos com o texto na edição número 14 do jornal *Mulherio* é o subtítulo que, antes de tudo, atravessa nossa leitura: “Mesmo quem conhece Bertha Lutz, sabe quem é Luiza Mahim?”. Para nós, do campo arquitetônico, o sentimento pode ser duplicado quando na identificação da autora lemos: “[...] Dulce Pereira Cardoso, arquiteta e militante dos movimentos negro e feminista.” (CARDOSO, 1983, p. 7, grifo nosso). Sabemos quem é a arquiteta Dulce Pereira?

Assim como o texto da autora não é diretamente sobre Luiza Mahim, tampouco é o nosso sobre a rica história da autora. O objetivo da menção é consideramos o

sentimento de desconforto pelo desconhecimento da história de mulheres brasileiras para traçar um paralelo com o desconforto constante do desconhecimento da história e produção das arquitetas. Referenciamos o título do artigo ao de Dulce Pereira para questionar quais critérios e prioridades vêm sendo considerados em nossas pesquisas quando pontuamos que ela trata de indagação no campo feminista ou da perspectiva de gênero, é o reconhecimento de mulheres do passado? É a identificação de seu legado construído? Teórico? Ou, tal qual lemos no artigo do *Mulherio*, ainda estamos enfrentando decisões feministas que se afastam da realidade prioritária da população trabalhadora? Na relação hierárquica imposta pela cidade patriarcal capitalista, conseguimos identificar nossa posição enquanto trabalhadoras e as trabalhadoras que ocupam local de “clientes”?

Ketzer (2017) considera a Epistemologia área central para fundamentarmos os métodos científicos, bem como justificá-los, visto que ela se ocuparia das seguintes questões: “o que é conhecimento? Quais as suas fontes? Quais os tipos de conhecimento existentes? Como podemos justificar o que conhecemos?”. Indo de encontro com a definição posta por Harding (1987, p. 3, tradução nossa) quando esta põe que

Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento. Ele responde a perguntas sobre quem pode ser um “conhecedor” (as mulheres podem?); que testes as crenças devem passar para serem legitimadas como conhecimento (somente testes contra experiências e observações dos homens?); que tipos de coisas podem ser conhecidas (as “verdades subjetivas” podem contar como conhecimento?), e assim por diante.

Partindo da indagação sobre se as mulheres podem ser “conhecedoras” e ter suas crenças legitimadas, emerge a Epistemologia Feminista. Esse campo faz parte da Epistemologia Social, um ramo da Epistemologia Tradicional que, na segunda metade do século XX, passa a aceitar “as dimensões sociais do conhecimento” (KETZER, 2017, p. 97), considerando-o como socialmente situado. Um dos objetivos da Epistemologia Feminista é desvelar os preconceitos em relação as mulheres em áreas diversas do conhecimento, buscando visibilizar e compreender as relações implícitas e explícitas na experiência das mulheres, e estabelecer critérios capazes de distinguir as práticas que excluem mulheres da pesquisa científica.

Após os anos de 1980, algumas teóricas se ocuparam em reavaliar os conceitos utilizados nas ciências, tanto da vida quanto sociais. Nas ciências sociais cabe mencionar o trabalho de Dorothy Smith e Sandra

Harding, como pioneiros na questão epistemológica e o desenvolvimento de análises que questionaram a centralidade na experiência masculina. Desde então, muitas autoras têm contribuído para a tentativa de reconhecer o saber das mulheres, principalmente as que estão na periferia do conhecimento hegemônico, citando Grada Kilomba (2019, p. 54) lembremos que: “Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível”. Kilomba irá afirmar em sequência:

A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional – a chamada epistemologia – refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses específicos da sociedade branca. (KILOMBA, 2019, p. 54)

Da mesma forma, o conhecimento possibilitado pela vivência das mulheres vem sendo desqualificado em muitos ambientes acadêmicos, incluindo aqueles que transformam os saberes de mulheres em distantes da objetividade necessária para se considerar como fato científico. Ainda que as metodologias tradicionais não tenham sido superadas e um método especificamente feminista não tenha sido desenvolvido, podemos considerar que é possível realizar uma abordagem feminista a partir de uma pluralidade de enfoques. Esta abordagem, já reconhecida pelo campo da arquitetura e urbanismo, carece de categorias coerentes e claras para que sejamos capazes de reconhecer as diretrizes interpretativas e projetuais.

É comum compreender que o urbanismo não é neutro, e lida com elementos patriarcais desde seu desenvolvimento enquanto disciplina (MONTANER; MUXÍ, 2021). E que a prioridade em suas escolhas se deu ao redor das atividades produtivas relacionadas ao capitalismo, em sua maioria realizada por homens. Segundo Montaner e Muxí (2021, p. 191), o urbanismo costuma levar em consideração a esfera produtiva, marginalizando e invisibilizando “[...] a esfera da reprodução e dos cuidados; a da vida comunitária, da inter-relação e da atividade social e política; e a do desenvolvimento pessoal”. Entender o urbanismo por este prisma, possibilita que o feminismo seja utilizado como ferramenta para questionar a não apropriação do espaço público por grupos diversos, algumas vezes tendo como protagonista da questão a apropriação dos espaços por mulheres.

Muitos artigos e trabalhos que empregam o feminismo como uma ferramenta analítica tendem a começar com a introdução do feminismo como parte das análises ou decisões em projetos. Eles geralmente justificam a escolha de usar, ou não, a categoria “gênero”, e então fazem referência a teorias de outras áreas, aplicando-as à arquitetura e ao urbanismo de forma abstrata. No entanto, essas referências teóricas, quando examinadas de perto, às vezes revelam incompatibilidades ou uma interpretação forçada para justificar certos aspectos do projeto. Do ponto de vista teórico, essas escolhas frequentemente mantêm um caráter poético e subjetivo que pode afastar a realidade concreta do projeto em questão. Uma abordagem mais clara e conceitualmente sólida do feminismo, de fato, exige que a maioria dos trabalhos comece com a construção de uma base teórico-metodológica que explique claramente o significado dessa abordagem. Isso ocorre porque as autoras reconhecem que o feminismo não é um movimento uniforme nem uma perspectiva única. No entanto, muitos trabalhos parecem basear-se em definições fragmentadas, criticando a cidade com características neoliberais enquanto adotam proposições de um feminismo mais liberal.

¹ Esta tipologia vem sendo desenvolvida de forma mais aprofundada na tese em processo de pesquisa e orientação pelas autoras.

Neste artigo, tratamos de explicitar o que compreendemos por feminismo, seguindo com a apresentação de uma tipologia teórica¹ que indicaria o caminho de análise nas esferas de concepção da realidade, orientação política, localização dos sujeitos políticos, consciência prática e referenciais de compreensão. O objetivo é excluir o constante labirinto semântico descontextualizado proporcionado por algumas análises e a insistência de fundamentações que parecem uma justificativa com finalidade prévia, ou seja, escolha de referência que melhor se adequaria ao resultado e não a que auxiliaria no percurso.

Defendemos neste artigo que uma base teórica deve ser consolidada, ainda que as contradições sejam inevitáveis e muitas vezes levem a superações. Ao lidarmos com conceitos semelhantes como se fossem antagônicos podemos cair na armadilha de esvaziar o propósito da contínua inserção da teoria e práticas feministas para pensar um novo olhar do processo envolvido na melhoria das cidades.

Feminismo: propósitos

Na *Enciclopedia Oxford de Filosofia*, editada por Ted Honderich, a professora Susan Mendus² diz que enquanto parte das feministas define que o objetivo do feminismo é garantir a igualdade de direitos legais e

² Susan Lesley “Sue” Mendus, acadêmica galesa especializada em filosofia política, professora emérita na Universidade de York.



políticos entre homens e mulheres, outra parte afirma que as demandas vão além, o que significaria buscar o fim de toda e qualquer subordinação das mulheres. Com base nas duas possibilidades, Mendus indaga:

E isso coloca duas dificuldades diferentes para nossa compreensão do feminismo: a primeira é se uma definição tão ampla pode ser útil; a segunda exige que se esclareça se o feminismo, assim entendido, é um sistema de crenças ou um movimento político. [...] se o feminismo consiste essencialmente no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas, tal reconhecimento quase certamente envolverá diferentes identificações das fontes de opressão e diferentes propostas para remediar o mal, mas não precisa envolver a exclusividade do termo "feminista". Em vez disso, essas diferenças explicarão a divisão do feminismo em subseções separadas. [...] que divergem no diagnóstico do problema e nas propostas de mudança.

No entanto, essa interpretação do feminismo nos leva à segunda questão: se o feminismo é um movimento político ou uma doutrina filosófica. (MENDUS, 2001, p. 372, tradução nossa)

Consideramos que o feminismo se coloca tanto quanto movimento político, quanto doutrina filosófica, uma não sendo excludente à outra. Enquanto movimento político, a busca pela igualdade entre homens e mulheres, a defesa pelos direitos e combate à opressão e subordinação das mulheres, demonstram um movimento que trabalha para desafiar e transformar estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam o que o feminismo combate. No entanto, para que os resultados deste combate se consolidem, é necessária uma dimensão filosófica que busque compreender as raízes históricas e sociais da opressão das mulheres e reflita de forma crítica sobre as estruturas patriarcais e os sistemas de dominação aliados ao patriarcado que precisam ser combatidos.

De maneira geral, poderíamos considerar que o feminismo é capaz de transcender as fronteiras entre movimento político e doutrina filosófica, visto que combina ação política, reflexão teórica e análise crítica, daí sua aplicabilidade em campos teórico-práticos ampliados. Em arquitetura e urbanismo, compactuamos com Montaner quando este afirma:

Neste momento crucial, na segunda década do século XXI, o saber arquitetônico acumulado até hoje necessita de uma reformulação a partir dos novos dados da realidade. É preciso superar a rigidez disciplinar para promover mecanismos de ação mais versáteis e adaptáveis, que sejam capazes de se transformar, que favoreçam uma arquitetura baseada na igualdade de direitos, que sejam uma expressão da diversidade,

realizados de forma participativa e tendo como objetivos o reequilíbrio ecológico e a sustentabilidade. (MONTANER, 2016, p. 8)

O autor coloca ainda que é importante aproximar o campo mencionado de disciplinas da área de humanas e sociais. E que a inclusão da perspectiva de gênero ajuda a superar um suposto olhar único, incorporando princípios para direções participativas nos projetos de um mundo cada vez mais complexo. Neste sentido, muitos profissionais já iniciam a consideração de um viés feminista como sinônimo para uma noção mais inclusiva e ampliada das necessidades sociais.

Considerando os trabalhos que utilizam explicitamente o feminismo, não observamos um consenso sobre as diretrizes teóricas dentro da doutrina filosófica feminista. Logo, conforme apontado por Mendus, e como considerado por muitas feministas, a escolha mais frutífera é distinguir dentro do feminismo as subseções que irão divergir no diagnóstico e proposta. Assim, ao localizar qual a orientação política deste feminismo, qual sua perspectiva teórica, sua concepção da sociedade, a localização do sujeito político, como são vistos os impactos na opressão da mulher, qual a consciência da prática política e como estes elementos podem, ou não, interagir entre si, facilitaríamos a compreensão de qual abordagem feminista tratamos, conforme proposição no próximo item.

Mas, ainda sobre a pesquisa em arquitetura e urbanismo, podemos referenciar a excelente sistematização realizada pela arquiteta Ingrid Teixeira Peixoto em sua dissertação de mestrado (PEIXOTO, 2023). Em "Arquitetura no Feminino: a produção das arquitetas cearenses pioneiras no setor público", Peixoto retorna à Lewis Mumford em sua qualificação das origens das atribuições da arquitetura na mulher e sua atividade materna. Lembra que o autor diz: "Nos hieróglifos egípcios, 'casa' ou 'cidade' podem surgir como símbolos de 'mãe', como que a confirmar a semelhança da função formadora individual e coletiva" (MUMFORD, 1998, p. 19, apud PEIXOTO, 2023, p. 30). E, em seguida, através do trabalho de tratadistas e exemplares históricos, traz a disciplina da história da arquitetura com a presença da mulher indo além das comparações convenientes: antes muito mencionadas em discursos romantizados relacionados à sentimentos e formas, Peixoto utiliza evidências da participação das mulheres como construtoras e usuárias dos espaços públicos e privados:

Num curioso exemplo de urbanismo e arquitetura vernacular pensados exclusivamente por mulheres,

as vilas Massai refletem o funcionamento socioeconômico dessa sociedade, onde a atividade pecuária está no centro. Assim, a vila Massai nasce a partir de um cercado onde concentram os animais, e é margeado pelas habitações que protegem o rebanho de predadores externos (PEIXOTO, 2023, p. 35).

E parte para a compreensão da marginalização do papel da “mulher-construtora” que se torna “mulher invisível”. É com o auxílio do feminismo como movimento político e doutrina filosófica que a autora identificará a ascensão da arquitetura e do urbanismo como ferramenta de poder fortemente caracterizada pelo impedimento da autonomia das mulheres, ao serem apropriadas culturalmente como produtos masculinos graças à divisão sexual do trabalho. Diz ainda: “Os novos ordenamentos urbanos carregam, assim, as marcas e os efeitos dessa dominação masculina: cidades projetadas para os homens e perigosas para as mulheres, reforçando a segregação no uso dos espaços” (PEIXOTO, 2023, p. 38).

Além do admirável reforço em conteúdo para o campo arquitetônico e urbanístico, neste este artigo, o trabalho de Peixoto contribui para a exemplificação de como sua compreensão da estratificação espacial se deu através de uma clara utilização teórica e política de um feminismo que dialoga em diagnóstico e proposta. O trabalho se torna um exemplo de como a revisão bibliográfica pode se alinhar ao que chamamos de “feminismo como operador analítico” dentro de uma coerência teórica e semântica. O posicionamento das mulheres enquanto classe, e a análise que se desenrola no trabalho da autora, já é suficiente para a compreensão epistemológica do operador analítico e prenuncia de forma coesa como a análise das arquitetas escolhidas como objeto de estudo não se tornará o que Heleieth Saffioti definiu como “ideologia do êxito pessoal” (SAFFIOTI, 2013, p. 436). Ou seja, não se desvia a atenção da estrutura social envolvida na esfera do serviço público ou das mulheres que com ele contribuíram em suas respectivas épocas.

De maneira a melhor esclarecer o viés utilizado para analisar a coerência e pertinência do operador analítico em questão, sugerimos a seguir uma tipologia teórica como auxílio deste(s) feminismo(s) que é movimento e doutrina, e suas condições de diagnósticos e propostas. Defendendo que o propósito da inclusão deste operador como válido é, antes de tudo, um auxílio para a prática profissional e compreensão do que pretendemos com sua utilização.

Feminismo como operador analítico

De maneira a simplificar a forma complexa e multifacetada na qual a realidade se apresenta, propomos a utilização do conceito de tipologia da área das ciências sociais. Ao construir essa tipologia para exemplificar as diferentes possibilidades dentro do feminismo, buscamos estabelecer uma classificação ou categorização sistemática dos elementos envolvidos. Isso facilitará a compreensão das diversas perspectivas dentro do feminismo como movimento político, permitindo localizar as questões teóricas que estarão presentes ao utilizá-lo como um operador analítico.

A utilização da tipologia para compreensão do feminismo foi aplicada por Avtar Brah (2006) para explicar as interações entre o feminismo negro e conceitos teóricos na mobilização política. Revisando os debates do feminismo negro e branco a autora deixa clara a necessidade de não se enxergar “categorias essencialmente fixas e em oposição” (BRAH, 2006, p. 331), mas sim “campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais”, o que utiliza como ponto de partida para argumentar as interconexões entre o que chama de “marcador de diferença”. Tais marcadores incluem raça, classe, gênero e sexualidade, que deverão ser analisados de forma macro para que se compreenda as inter-relações entre eles sem que sejam entendidos como instâncias reducionistas, mas sim, de forma a deixar claro que possuem significados teóricos com relação direta aos modos de mobilização política e prioridades de ação.

Assumir uma posição política específica significa que se está fazendo certas suposições sobre a natureza dos vários processos que sublinham um fenômeno social, de que um evento particular pode ser um efeito. Um foco apenas nos “efeitos” pode tornar invisível a operação de tais processos ideológicos e materiais, assim dificultando nossa compreensão das complexas bases das desigualdades. (BRAH, 2006, p. 354)

Logo, para articular discursos e práticas dentro do feminismo, é necessário posicionamento político que tragam as relações sociais envolvidas, localização de sujeito e subjetividades. Tomando um dos exemplos utilizados pela autora, quando esta fala sobre o feminismo socialista:

Uma premissa central do feminismo “socialista”, por outro lado, é que a natureza humana não é essencial, mas socialmente produzida. O significado de ser mulher – biológica, social, cultural e psicologicamente – é considerado uma variável histórica. O feminismo “socialista” montou uma poderosa crítica daquelas perspectivas materialistas que priorizam a classe, ne-

glicenciam as conseqüências sociais da divisão sexual do trabalho, privilegiam as heterossexualidades e dedicam escassa atenção aos mecanismos sociais que impedem as mulheres de atingir igualdade econômica, política e social. (BRAH, 2006, p. 343)

A estas categorias que incluem a concepção da sociedade, os impactos na opressão da mulher, que são capazes de fornecer orientação política e perspectiva teórica, consideraremos como vertente. Assim como posto por Fernandes (2019), geralmente as vertentes se apoiam em diferentes correntes de pensamento, ou abordagens, muitas vezes apresentando contradições incompatíveis entre si, por terem concepções distintas da realidade ou da "origem" da opressão à mulher. Muitas vezes, vertentes podem incluir movimentos políticos que possuem base teórica específica, como é o caso do socialismo, sem necessariamente ser definido por uma teoria filosófica restrita³.

O posicionamento da orientação política é capaz de indicar uma perspectiva teórica que dá o tom político e a visão de mundo deste grupo de feministas. Da mesma maneira, tal posicionamento é capaz de situar a visão de mundo de urbanistas refletidas em suas diretrizes projetuais. Hannes Meyer, em 1928, no seu manifesto "Construir"⁴, põe que "A nova casa é uma obra social" e que "O novo bairro residencial, como um fim ao bem-estar público, é uma obra conscientemente organizada e vigorosa de uma base integralmente cooperativa de forças coletivas e individuais unidas por uma causa comum". Conforme sua visão socialista sobre os novos modelos de morar e espacializar a cidade avançam, explicita sua visão sobre a cidade socialista em 1931:

O sistema de construção da cidade socialista é elástico e não rígido. Quanto maior for a elasticidade de tais centros de indústria, habitação, educação e recreação, maior será o efeito prático no processo contínuo de socialização da vida das massas. (MEYER, 2017, tradução nossa)

Ao longo de sua crítica ao modelo da cidade capitalista, Meyer parece manter a conexão "[...] dos defeitos da cidade industrial ao conjunto das condições econômicas e políticas do momento [...]" (CHOAY, 2003, p. 6) que Marx e Engels também criticam em suas análises da cidade industrial do século XIX. Insistindo na necessidade de ruptura através da revolução:

Diante de nossa concepção marxista e revolucionária do mundo, nós, arquitetos revolucionários, estamos à mercê das insolúveis contradições de um mundo construído sobre o individualismo animal e a exploração do homem pelo homem. Eu disse, e repito, a todos os arquitetos, todos os engenheiros, todos os

³ O socialismo é um exemplo prático por ser fortemente influenciado pelo Marxismo, mas não necessariamente ser marxista, podendo ser influenciado por outras teorias derivadas.

⁴ No original "Bauen", em *Bauhaus*, Dessau, ano 11, n. 4, 1928. Tradução de Igor Fracalossi. "Construir / Hannes Meyer" 21 Mai 2015. ArchDaily Brasil. Acessado 26 Abr 2024. <<https://www.archdaily.com.br/br/767265/construir-hannes-meyer>> ISSN 0719-8906.

construtores: “Nosso caminho é e deve ser o do proletariado revolucionário, o do partido comunista, o caminho daqueles que estão construindo e alcançando o socialismo.” (MEYER, 2017, tradução nossa)

Nosso intuito neste artigo não é a avaliação do que foi proposto por Meyer, mas entender que sua proposta para a cidade parte de sua concepção política composta por todo um conceito do que é almejado para a sociedade. E uma análise, além de considerar a visão de mundo do projetista para desenvolver seu projeto, precisa ir além, posicionando a visão teórica a partir da qual está sendo realizada a análise do local da mulher neste projeto de cidade socialista – o pretendido e o materializado – não apenas a localização do interlocutor. Reafirmando que não existe neutralidade no projetar, nem universalidade no feminismo como referência analítica, ou seja, ao analisar a cidade socialista, não necessariamente precisamos estar utilizando uma visão socialista. O que precisamos é indicar qual visão utilizamos e como, a partir dela, seríamos capazes de questionar se a cidade socialista proposta considerava questões fundamentais para as feministas socialistas, como as mencionadas anteriormente postas por Brah (2006, p. 343).

Retomando o que a autora põe como essencial para se compreender o feminismo, notamos um contraponto entre as feministas socialistas e as radicais, quando ela lembra que ambas as linhas se distanciam pelo destaque que as feministas radicais dão ao considerar as relações de poder entre os sexos como determinante da subordinação feminina. Esta diferenciação é essencial, pois pode encaminhar a investigação para prioridades distintas, logo, resultados e propostas distintos⁵: se a cidade socialista considerar a reprodução social do trabalho para sua conformação, seria a explicação/justificativa do viés radical distinta da do viés socialista?

⁵ É importante a compreensão de que aqui não estamos propondo um julgamento moral do que é verdade, mentira, certo ou errado.

Outro importante trabalho para a dissecação do feminismo é o de Patrícia Hill Collins (2019), que discorre sobre a inserção de paradigmas no feminismo para a inclusão de questões além das que vinham sendo tratadas pelas feministas brancas nos Estados Unidos. A autora insere a interseccionalidade como importante paradigma para compreensão de que “a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça”. Ou seja, ela identifica que existe um elemento capaz de chamar atenção para as estruturas de opressão, o que dialoga com Brah (2006) quando esta relembra que muitas vezes o nível de abstração utilizado em categorias incluídas na análise feminista,

apenas afastará a teoria da prática, não sendo capaz de evidenciar o projeto de luta.

No campo urbanístico podemos destacar que grande parte dos trabalhos segue uma premissa discursiva interseccional. Porém, como posto por Eliane Alves da Silva (2022), assim como nos estudos sociológicos e filosóficos, a utilização da interseccionalidade na discussão das cidades desemboca em uma sobrevalorização de identidades sociais ao mesmo tempo em que enfrenta desafios para fornecer elementos de orientação prática de políticas públicas, retornando à incapacidade de evidenciar projetos de luta mencionada anteriormente. Por isso, seria frutífero explorar a interseccionalidade de maneira distinta à definição anterior de vertente, considerando-a na verdade um elemento capaz de auxiliar o entendimento de dita vertente.

Para incluir a interação entre a vertente e a consciência da prática, pensamos que é necessário compreender qual paradigma está sendo considerado. Utilizamos aqui a sistematização proposta pela socióloga Sabrina Fernandes (2020) que também compreende que categorias como a interseccionalidade e a consubstancialidade se enquadram no que Hill Collins considerou “paradigma”. Fernandes irá considerar que tais paradigmas são “metodologias de compreensão da dialética de opressão”, visto que se colocam como “referenciais interpretativos” (COLLINS, 2019, apud FERNANDES, 2020, n.p.). Ainda que a indicação de Fernandes pelo termo metodologia chame a atenção para a relação dialética entre os elementos, para não criar possíveis conflitos na compreensão de “metodologia de pesquisa”, optamos por utilizar o termo proposto por Hill Collins: paradigma.

O deslocamento da interseccionalidade para a categoria de paradigma, permite que o esclarecimento focalize na análise de como as relações envolvidas são apresentadas. Este deslocamento também trata do fato de que a interseccionalidade foi popularizada com pouca precisão conceitual, e muitas vezes sua utilização resulta em trabalhos pouco reflexivos, ainda que se considerem inclusivos (GARCIA, 2022, p. 104). Logo, é possível que os marcadores sociais considerados em análises sobre a cidade pressuponham informações acerca de sua perspectiva teórica, mas, acima de tudo, que sejam capazes de caminhar para uma consciência prática, ao mesmo tempo que chamam a atenção para as demais possibilidades de análise metodológica sobre as relações sociais.

Por fim, o último elemento que propomos para pensar o feminismo é a definição da epistemologia. Hill Collins, por exemplo, chamará o feminismo negro de epistemologia, entendendo que ele está conectado a um determinado conjunto de conhecimentos e interesses. Neste sentido, retornamos à Sandra Harding, quando esta diz que a epistemologia “responde às perguntas sobre quem pode ser ‘conhecedor’” (HARDING, 1987, p. 3) e é caracterizada como estratégia para justificar crenças. Na tipologia, portanto, a epistemologia é quem localiza o sujeito político, fornecendo a consciência da prática e esclarecendo as vertentes, quando possível a interação.

A consideração de que existem *feminismos epistemes* não obriga a localização de uma vertente específica, mesmo que auxilie a compreender como se processa e quais os alcances pretendidos para estas feministas, é entendido que pode existir uma incompatibilidade de interações entre epistemologia e vertente. Ainda que teóricas possam tentar realizar interações, alguns princípios básicos poderiam entrar em conflito, exigindo uma maior flexibilidade em uma categoria ou outra⁶, como seria o caso de tentar compatibilizar vertentes que vão de encontro a crenças essenciais para uma epistemologia, como a vertente radical e a epistemologia transfeminista. Uma opção muitas vezes realizada pelos feminismos epistemes, é se apoiar em movimentos (orientação política) inseridos dentro das vertentes, assim podemos encontrar associações como o feminismo cristão socialista, ainda que este socialismo tenha influência teórica do marxismo e muitos teóricos afirmem a incompatibilidade entre cristianismo e marxismo. De forma a ilustrar a tipologia, propomos uma imagem síntese (Figura 01) capaz de auxiliar no fluxo possível.

A finalidade desta tipologia é a de auxiliar numa abordagem transdisciplinar que seja capaz de operar deslocando conceitos entre distintos campos de saberes. Ou seja, as vertentes, epistemologias e paradigmas, ao serem selecionados, serão transformados em operadores analíticos que possuem um caráter dialético relacionado às condições materiais de vivenciar a cidade derivadas do processo histórico. O operador analítico assume o local de ferramenta de análise capaz de auxiliar na compreensão e investigação dos fenômenos sociais complexos envolvidos na opressão feminina e sua exclusão do ambiente visto como público.

Para detalhar um pouco mais o significado de se ter um operador analítico, consideramos que, na práti-

⁶ Considerando uma possível complexidade na compreensão do que consiste uma ou outra vertente ou epistemologia, recomenda-se a leitura de Sobre as correntes filosóficas do feminismo de Anuradha Gandhi. Disponível em: < <https://www.novacultura.info/correntesfilosoficas-feminismo> >.

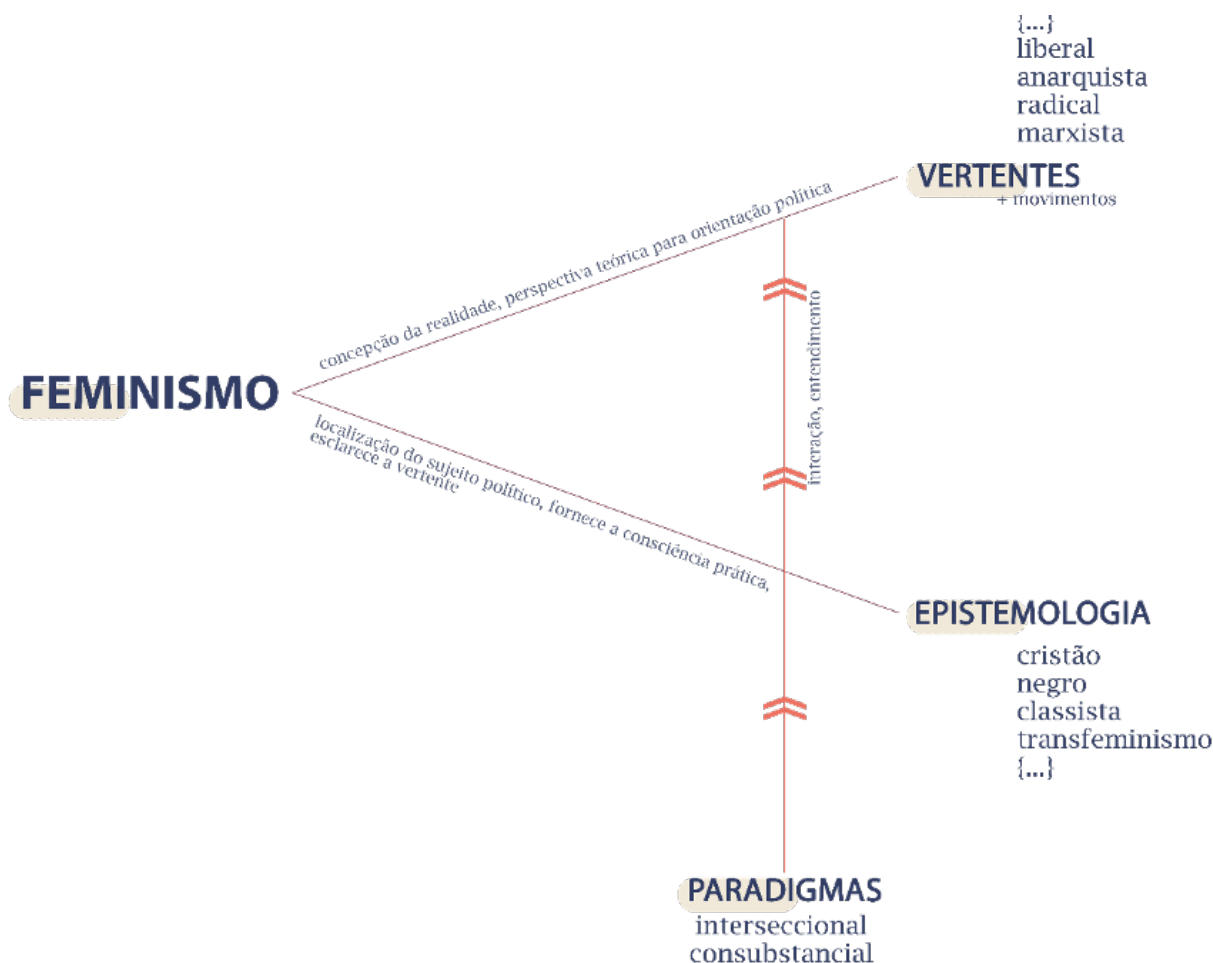


Figura 1

Imagem síntese da tipologia proposta para pensar o operador analítico, inspirada no esquema proposto por (FERNANDES, 2019)

Fonte: Elaboração própria, 2024

ca, este operador seria uma abstração conceitual que permitirá formular questões, estruturar argumentos, além de analisar dados de maneira mais precisa e sistemática. Assim como foi feito anteriormente no trabalho de Peixoto, não seria uma tipologia para normatizar as análises, mas sim para melhor observar a coerência e real contribuição do feminismo no campo da arquitetura e urbanismo. Nas ciências sociais podemos ainda observar operadores analíticos apresentados como conceitos-chave, variáveis, modelos teóricos, *frameworks* analíticos e, decerto, outras tantas ferramentas que apresentem construções intelectuais capazes de refletir pressuposições teóricas e visões de mundo que orientem pesquisas a partir da cosmovisão⁷ dos pesquisadores.

Tal utilização de categorias dos discursos teóricos nada mais representa do que o reconhecimento da teoria feminista como auxílio para análise das relações sociais femininas. Segundo Sandra Harding (2019, p. 7): “O

⁷ O termo “cosmovisão” neste contexto é proposital para chamar atenção ao que é posto pela professora nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí no livro *A invenção das mulheres*. No livro, a autora opta pelo termo em detrimento de “visão” ao considerar a forma como as pessoas compreendem e percebem o mundo. Ao escolher esta terminologia pretende defender abordagens mais holísticas e contextualizadas como crítica às concepções ocidentais de conhecimento e realidade. Como a escolha da autora é enraizada em uma crítica mais ampla às hierarquias de conhecimento e ao eurocentrismo nas ciências sociais, cabe neste trabalho mencionar que a utilização de cosmovisão está sendo apresentada e inserida como forma de reconhecimento de um novo perfil de pesquisadores e um novo significado oriundo dos operadores analíticos que eles apresentarão.

esforço inicial da teoria feminista foi o de estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar visíveis as atividades e as relações sociais das mulheres analiticamente no âmbito das diferentes tradições intelectuais”, e é desta forma que mulheres construirão discursos teóricos que representem com clareza sua realidade. Objetivando não a normatização dos métodos, como dito anteriormente, mas contribuindo para o avanço na esfera das proposições práticas.

Em resumo, podemos reforçar através de uma suposição analítica: se pretendemos avaliar um território para proposições de melhorias, poderíamos utilizar a interseccionalidade como entendimento das relações de opressão dos sujeitos envolvidos. Mas o paradigma em si, não é capaz de direcionar as ações pretendidas ou ainda as origens e causas daquela situação analisada, para tal, se estivéssemos especificamente pensando em uma análise feminista, teríamos o auxílio da vertente e da epistemologia, orientando a prática. Além de uma maneira direta e não alienada de incluir a perspectiva feminista em trabalhos que não a priorizam ou a desconhecem.

Considerações Finais

Ao concluir seu texto, Dulce Pereira Cardoso (1983, p:8) põe “Afinal, se nossa história não for escrita e por todos compreendida, parte da luta de todas as mulheres terá sido desperdiçada”. Não colocaremos aqui a ingenuidade de considerar uma necessidade absoluta de compreensão de trabalhos que por vezes são extratos teóricos densos, mas ao encarar o feminismo como movimento político, entendemos ser essencial a condição da produção de concretudes urbanas e relacionais, assim como a utilização de orientação política para auxiliar na prática projetista e analítica de um urbanismo político.

A ascensão de pesquisas e políticas feministas objetivando a construção da *cidade não-sexista*, como nomeado por Dolores Hayden (1980), sempre pressupôs estratégias diretamente relacionadas a ideologias e luta política. A própria Hayden, na conclusão de seu artigo “*What Would a Non-Sexist City Be Like?*” afirma:

Eu acredito que atacar a divisão convencional entre espaço público e privado deve se tornar uma *prioridade socialista e feminista* na década de 1980. *As mulheres devem transformar* a divisão sexual do trabalho em casa, a base econômica privatizada do trabalho doméstico e a separação espacial entre lares

e locais de trabalho no ambiente construído, se elas desejam ser membros iguais na sociedade. (HAYDEN, 1980, p:187, tradução e grifo nossos)

Esta ascensão também presenciou uma larga produção nos anos de 1990 de textos feministas na teoria da arquitetura, embora pouco aparecessem nas antologias teóricas organizadas geralmente por homens. E este número foi bem menor na primeira década do século XXI de acordo com Jane Rendell (2018), encaminhando a autora por sugerir que as referências feministas e a definição de textos como tais, devem ser explicitadas, para que se possa realizar uma genealogia da teoria feminista da arquitetura.

Neste sentido, este artigo buscou indicar uma elaboração que não apenas auxiliaria numa construção de abordagem feminista de trabalhos diversos, mas que também seria capaz de não generalizar diretrizes frente às diversas formas de opressão e lutas apresentadas na contemporaneidade. Reforçando um exemplo já mencionado, necessitamos pensar no uso constante da interseccionalidade como abordagem que, em alguns trabalhos, pode não indicar de forma clara a identificação da origem da opressão que se escancara e qual estratégia de luta. Construindo grupos de trabalhos e críticas que entrelaçam opressões, identificando o nó imbricado pela relação gênero, raça/etnia e classe (SAFFIOTI, 2000), mas não direciona como se enxerga a possibilidade de desatá-lo ou enfrenta-lo.

Por fim, identificamos que ainda temos mais caminhos para percorrer e sistematizar do que já foi feito até o momento. O esforço das arquitetas e urbanistas em tornar nossa existência visível na história da profissão não pode se satisfazer em inclusões biográficas e apêndices bibliográficos. Apenas com estudos teórico-exploratórios e a constante indagação sobre nossa realidade material seremos capazes de fornecer propostas que não insistam em nos limitar fisicamente e desmerecer a cosmovisão que constitui nossa experimentação dos ambientes construídos.

Referências

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329–376, jun. 2006.

CARDOSO, D. P. Mulher Negra: e nós, aonde vamos? *Mulherio*, v. III, n. 14, p. 7–8, 1983.

CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia*. 5. ed, 2a reimpressão ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, S. *Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa*. 1a edição ed. São Paulo: Planeta, 2020.

FERNANDES, S. *Sobre feminismos e vertentes*. : TeseOnze., [s.d.]. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/0afVP6rRvZeYrSQF0niLmm?si=4d5fbc0297444ee1>>. Acesso em: 25 nov. 2020

GARCIA, A. K. DE O. INTERSECCIONALIDADE OU CONSUBSTANCIALIDADE: *Novos Rumos Sociológicos*, v. 10, n. 18, p. 103–129, 2022.

HARDING, S. Is there a feminist method? Em: *Feminism and methodology*. Bloomington, NY: Indiana University Press, 1987.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Em: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Ed.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. 3, 1980.

MENDUS, S. Feminismo. Em: HONDERICH, T. (Ed.). *Enciclopedia Oxford de Filosofia*. Madrid: Tecnos, 2001. p. 372–374.

MEYER, H. *On Marxist Architecture. Hidden Architecture*, 26 abr. 2017. Disponível em: <<http://hiddenarchitecture.net/on-marxist-architecture/>>. Acesso em: 26 abr. 2024

MONTANER, J. M. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. Tradução: Maria Luisa de Abreu Lima Paz. [s.l.] Gustavo Gili, 2016.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Política E Arquitetura: Por Um Urbanismo Do Comum E Ecofeminista*. São Paulo, SP: Editora Olhares, 2021.

PEIXOTO, I. T. *Arquitetura no Feminino: a produção das arquitetas cearenses pioneiras no setor público*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2023.

RENDELL, J. *Only resist: a feminist approach to critical spatial practice*. *Architectural Review*, 19 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.architectural-review.com/essays/only-resist-a-feminist-approach-to-critical-spatial-practice>>. Acesso em: 1 mar. 2024

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, v. 1, n. 11, p. 71–75, 2000.

SILVA, E. A. DA. Um passo além? O que a abordagem interseccional pode oferecer aos estudos urbanos. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 434–444, 10 jan. 2022.

Empoderamento comunitário: a importância da capacitação técnica feminina

Ester Carro e Angelica Benatti Alvim

CARRO, Ester; ALVIM, A. B. Empoderamento comunitário: a importância da capacitação técnica feminina. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 136-154, ago 2024

data de submissão: 31/03/2024
data de aceite: 19/06/2024

Ester CARRO é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, bolsista do IPM e presidente do Instituto Fazendinho. Email: estercarro@fazendinho.org

Angelica Benatti ALVIM é Doutora, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Bolsista Produtividade CNPq. Email: angelica.alvim@mackenzie.br

Resumo

Cidades, substantivo feminino; mas que história contam as cidades sobre as mulheres? Como as ações de planejamento têm sido pensadas para atender as necessidades desse segmento da população? (COTA, 2021, p. 24). Ao invés de serem moldadas exclusivamente por interesses comerciais ou políticas centralizadas, as cidades precisam ser produtos da participação ativa de seus moradores, levando em consideração as urgências das mulheres na construção dos territórios e no desenvolvimento das políticas públicas. O presente trabalho discute a ótica do acesso à moradia digna ligada ao direito à cidade, destacando sua natureza holística e orientada para a participação, que visa capacitar mulheres para assumirem o controle de seu próprio desenvolvimento. Para tanto, enfoca a capacitação técnica das mulheres realizada pelo Instituto Fazendinho no Jardim Colombo, favela situada na região do Morumbi, um dos bairros mais nobres da cidade de São Paulo. Defende que o acesso a habilidades técnicas relevantes pode capacitar as mulheres a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Busca-se disseminar as experiências e resultados desta experiência como um caminho para estender os métodos e práticas da arquitetura e do urbanismo, visando melhorar as condições de vida das camadas carentes da população e potencializar seus talentos, especialmente das mulheres em comunidades urbanas.

Palavras-chave: empoderamento comunitário; contribuições técnicas da arquitetura e do urbanismo; ação comunitária; mulheres e direito à cidade; melhorias habitacionais.

Abstract

Cities, feminine noun; But what story do cities tell about women? How have planning actions been designed to meet the needs of this segment of the population? (COTA, 2021, p. 24). Instead of being shaped exclusively by commercial interests or centralized policies, cities need to be products of the active participation of their residents, taking into account women's needs in the construction of territories and the development of public policies. This work discusses the perspective of access to decent housing linked to the right to the city, highlighting its holistic and participation-oriented nature, which aims to empower women to take control of their own development. To this end, it focuses on the technical training of women carried out by Instituto Fazendinho in Jardim Colombo, a favela located in the Morumbi region, one of the most upscale neighborhoods in the city of São Paulo. It argues that access to relevant technical skills can empower women to become agents of change in their communities. The aim is to



disseminate the experiences and results of this experience as a way to extend the methods and practices of architecture and urbanism, aiming to improve the living conditions of underprivileged sections of the population and enhance their talents, especially women in urban communities.

Keywords: *community empowerment; technical contributions to architecture and urbanism; community action; women and the right to the city; housing improvements.*

Resumen

Ciudades, sustantivo femenino; Pero, ¿qué historia cuentan las ciudades sobre las mujeres? ¿Cómo se han diseñado las acciones de planificación para satisfacer las necesidades de este segmento de la población? (COTA, 2021, pág. 24). En lugar de estar moldeadas exclusivamente por intereses comerciales o políticas centralizadas, las ciudades deben ser producto de la participación activa de sus residentes, teniendo en cuenta las necesidades de las mujeres en la construcción de territorios y el desarrollo de políticas públicas. Este trabajo discute la perspectiva del acceso a una vivienda digna vinculada al derecho a la ciudad, destacando su carácter holístico y participativo, que pretende empoderar a las mujeres para tomar el control de su propio desarrollo. Para ello, se centra en la formación técnica de mujeres que lleva a cabo el Instituto Fazendinho em Jardim Colombo, una favela ubicada en la región de Morumbi, uno de los barrios más exclusivos de la ciudad de São Paulo. Sostiene que el acceso a habilidades técnicas relevantes puede empoderar a las mujeres para que se conviertan en agentes de cambio en sus comunidades. El objetivo es difundir las experiencias y resultados de esta experiencia como una forma de extender los métodos y prácticas de la arquitectura y el urbanismo, con el objetivo de mejorar las condiciones de vida de los sectores desfavorecidos de la población y potenciar sus talentos, especialmente las mujeres de las comunidades urbanas.

Palabras-clave: *empoderamiento comunitario; aportaciones técnicas a la arquitectura y el urbanismo; acción comunitaria; las mujeres y el derecho a la ciudad; mejoras de vivienda.*

INTRODUÇÃO

A noção de direito à cidade, proposta por Henri Lefebvre (1968), é essencial para entender como as comunidades, especialmente em áreas precárias, reivindicam seu direito à participação ativa na construção e modificação do espaço urbano. Lefebvre (2001) argumenta que o direito à cidade vai além do acesso físico, incluindo o direito à apropriação e participação no processo de produção da cidade. Esse conceito é particularmente relevante para as mulheres em favelas, que muitas vezes são as principais responsáveis por garantir o bem-estar de suas famílias e comunidades.

Berth (2023) enfatiza que se moramos em uma cidade, somos responsáveis por ela; construímos e vivemos nela, resistindo às suas falhas cotidianamente. Por isso, temos o direito e o dever de intervir nas decisões e nos apoderar das discussões que concernem a sua formação, a sua história e o seu desenvolvimento



sociopolítico. Essa responsabilidade é especialmente significativa para as mulheres, que muitas vezes possuem um papel central no sustento de suas famílias e comunidades.

O Jardim Colombo representa mais um exemplo contundente da ausência de políticas públicas eficazes em favelas. Localizado no Complexo das favelas de Paraisópolis, junto ao bairro do Morumbi, uma região nobre de São Paulo, o processo de ocupação dessa favela tem sido marcado por desafios significativos e uma falta notável de investimento em infraestrutura e serviços essenciais, como a educação, especialmente voltados para a capacitação de mulheres, que representam 65% dos chefes de família residente na área, segundo pesquisa realizada em 2020 pelo Instituto Fazendinho. Isso constitui a justificativa para a realização deste artigo, que demonstra que investir em alternativas técnicas, educativas e político-sociais para mulheres é necessário para transformar o caráter da ocupação local das moradias precárias nessa comunidade.

O presente artigo adota como metodologia a pesquisa bibliográfica e a observação participante¹, a partir da experiência de uma das autoras que reside e lidera movimentos na favela do Jardim Colombo, objeto deste estudo. O texto se estrutura em duas partes, além da introdução e considerações finais. A primeira parte contextualiza o cenário das favelas e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, enquanto a segunda parte explora as iniciativas do Instituto Fazendinho e seus impactos na comunidade.

Levando-se em conta as dificuldades encontradas pelas mulheres no acesso à cidade, especialmente no contexto das políticas públicas de habitação, o artigo tem como propósito discutir como o empoderamento comunitário pode influenciar a mitigação das disparidades territoriais e promover o acesso das mulheres aos direitos urbanos.

MORADIA: CONTEXTOS E REFLEXÕES

São Paulo, a maior cidade do Brasil e capital do Estado mais rico², é um polo urbano de grande atratividade, que se constituiu recebendo migrantes e imigrantes em busca de oportunidades. No entanto, apesar de seus recordes populacionais e urbanos, a cidade ainda enfrenta profundas contradições sociais, sendo o acesso à moradia digna uma das questões mais urgentes. A dicotomia entre crescimento econômico e pobreza tem sido uma marca na história de São Paulo,

¹ Observação participante é uma técnica de pesquisa em que o pesquisador assume uma posição totalmente ativa, envolvendo-se com o fenômeno analisado. Tal participação pode assumir duas formas distintas: a natural, demarcada pelo fato de ele já pertencer à mesma comunidade; ou artificial, quando ele passa a integrar o grupo em análise. No caso desta pesquisa, a metodologia é natural, visto que a autora participa ativamente do Instituto Fazendinho. Tal reflexão é parte da sua pesquisa de doutorado, orientada pela segunda autora (Omitido para revisão).

² O município de São Paulo tem uma população de aproximadamente 11,45 milhões de habitantes, representando cerca de 25,8% da população do estado de São Paulo e aproximadamente 5,6% da população brasileira (IBGE, 2022). Economicamente, o município de São Paulo possui um PIB per capita de R\$ 66.872,84, o que representa cerca de 32% do PIB do estado de São Paulo e aproximadamente 10% do PIB do Brasil (IBGE, 2022; Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo).



com a situação se agravando significativamente desde o século passado. A ausência de uma participação popular efetiva na formulação e implementação de políticas urbanas tem contribuído para a persistência desse cenário, sem que se vislumbrem mudanças estruturais significativas no horizonte.

Magalhães (2002, p.44) afirma que, para quase a totalidade das famílias brasileiras, independentemente da renda, a moradia é o mais custoso dos bens. Para a classe trabalhadora a propriedade da casa própria depende apenas do rendimento do trabalho, desta forma dificilmente uma família desta classe poderá conseguir uma casa adequada. Se for preciso poupar previamente o necessário para construir ou comprar a casa, talvez as famílias só venham a dispor desses recursos no decorrer de muitas décadas, quando as prioridades, talvez, já sejam outras. E, para a maioria, os recursos poupados nem sempre serão suficientes.

Para esse estrato da população, cujo rendimento de trabalho não consegue assegurar seu ingresso no mercado de consumo, resta o aluguel ou aguardar sua vez no atendimento, por meio das insuficientes moradias de interesse social produzidas pelo Estado ou a ocupação de terrenos periféricos ou das edificações abandonadas nas áreas centrais.

A origem de uma favela, na quase totalidade dos casos, é um ato de ocupação veloz e improvisado. Grosso modo, o local ocupado por uma favela é um território residual, seja uma área natural da topografia inacessível, um terreno sujeito a riscos hidrogeológicos, um vazio da cidade formal não utilizado e abandonado ou um estreito entre redes de infraestrutura. A ocupação tem início com o surgimento de barracos construídos com materiais de resíduos, que constituem a primeira forma de apropriação do espaço por meio da construção de um abrigo. (TESSARI, 2022, p. 105).

Nesse contexto, muitas áreas públicas ou privadas, especialmente aquelas ambientalmente frágeis ou destinadas a usos institucionais populares, foram sendo ocupadas por favelas. Trata-se de um modelo de ocupação aleatório às normas jurídicas de posse da terra, sem infraestrutura adequada, áreas livres e verdes, que, na maioria das vezes, impacta negativamente a qualidade de vida de seus moradores. (CARRO, 2019, p. 98).

As moradias precárias com dimensões minúsculas e com estruturas improvisadas, cada vez mais presentes nas favelas brasileiras, são muitas vezes construí-



das com materiais recuperados, como madeira e plástico, sem fundações adequadas, integridade estrutural e comodidades essenciais. No processo evolutivo das construções, muitas atualmente encontram-se em alvenaria e foram divididas em diferentes casas para abrigar parentes e/ou auxiliar na renda familiar com o aluguel ou a venda do espaço. A maioria das casas em favelas mal dispõe de dois quartos, os banheiros são precários, não há ventilação, as paredes apresentam muita umidade e mofo, um número grande de pessoas vivem no mesmo espaço, mobiliários mal planejados, sem organização adequada, entre tantos outros problemas.

O improvisado busca cumprir uma necessidade básica: ter uma cobertura para sobreviver, para morar. O improvisado não desenha um layout com as funções necessárias, afinal o conhecimento técnico não alcança a todos. O improvisado limita-se a um piso, uma parede e um telhado, poucas aberturas, sem acesso à rede elétrica e hidráulica adequada, pouco ou nenhum mobiliário. O improvisado acontece pela falta de recursos, porque muitas vezes a família precisa escolher entre o alimento e o reboco do "lar". (CARRO, 2019).

A precariedade da moradia é um dos principais problemas dentro da sociedade brasileira. O déficit habitacional é nacional e bateu recorde, chegando a crescer 7% na década de 2007 a 2017, atingindo a marca de 7,78 milhões de unidades habitacionais no final da década (ABRAINC, 2019). As causas para esse desequilíbrio são diversas, mas destacam-se, sobremaneira, a inadequação das moradias já existentes e o alto custo para a manutenção dos aluguéis e para a aquisição da tão sonhada casa própria. (LIMA; SOUZA; ALBUQUERQUE, p. 384, 2020).

As mulheres desempenham um papel fundamental na luta por melhores condições habitacionais. Elas lideram ocupações, articulam políticas habitacionais e mediam diálogos entre instituições e sociedade civil, demonstrando uma consciência clara da importância da moradia digna. Essa dinâmica ressalta a violência patrimonial promovida pelo estado brasileiro, uma vez que a ausência de políticas habitacionais inclusivas perpetua a exclusão social e econômica das mulheres e de outras minorias, conforme afirma Berth (2023). Em suas palavras:

O acesso à terra e à moradia continua negado a grupos subalternizados, como mulheres, negros e indígenas (urbanos ou aldeados que dependem da demarcação de suas terras) e quilombolas, além da população ribeirinha. Com exceção das mulheres que

estão na linha de frente das lutas urbanas por moradia, liderando ocupações ou articulando políticas habitacionais, mediando o diálogo entre as instituições e a sociedade civil, raramente vemos uma consciência manifesta de que não ter uma moradia digna constitui uma violência patrimonial promovida pelo estado brasileiro, uma vez que a Constituição garante esse item como direito básico. (BERTH, 2023, p. 242).

Daniela Cota (2021) reforça a necessidade de começar a reconhecer que mulheres e homens são diferentes e têm demandas, em relação à cidade, também diferentes, algo essencial para a produção de um pensamento no que se refere a uma teoria urbana de planejamento inclusivo, vinculada ao direito à cidade. Historicamente invisibilizadas e negadas, as demandas das mulheres devem ser evidenciadas para pensarmos na produção e na reprodução das relações sociais no espaço urbano, a partir de um conhecimento ampliado dessas experiências, considerando as relações de poder (de sexo, de raça, de classe) enraizadas na nossa sociedade, e a produção continuada das desigualdades no que se refere às formas de uso e apropriação da cidade. (COTA, 2021).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento expressivo no número de famílias chefiadas por mulheres (Tabela 01), especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Esse fenômeno reflete não apenas mudanças nas estruturas familiares, mas também os desafios enfrentados pelas mulheres em assumir responsabilidades financeiras e familiares. Diante desse cenário,

Famílias chefiadas por mulheres e localização do domicílio - Brasil e Regiões, entre 1995 a 2015

Região	Ano					
	1995	1999	2003	2007	2011	2015
Brasil	9.555.110	12.291.554	15.471.420	19.581.043	24.175.166	28.614.895
Norte	449.429	622.054	948.150	1.461.362	1.755.594	2.134.508
Nordeste	2.738.347	3.380.790	4.205.780	5.228.906	6.608.884	8.073.454
Sudeste	4.468.589	5.730.611	7.073.570	8.634.650	10.523.994	12.338.354
Sul	1.290.135	1.689.884	2.222.702	2.832.668	3.560.938	3.941.310
Centro-Oeste	608.610	868.215	1.021.218	1.423.457	1.725.756	2.127.269

Tabela 1
Famílias chefiadas por mulheres no Brasil, entre 1995 a 2015
Fonte: IBGE/PNAD adaptado pelas autoras

fica evidente a urgência e a necessidade de criação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres.

O documento “Retrato das Desigualdades Gênero e Raça” (IPEA, 2011) apresentou indicadores que corroboram com os dados acima. De modo geral, o relatório revelou que houve um aumento da proporção de mulheres entre os mais pobres da sociedade, principalmente mulheres negras (IPEA, 2011, p. 15). Esse processo é designado internacionalmente como feminização da pobreza, que consiste em “[...] uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres” (MEDEIROS; COSTA, 2008). Os dados apontaram que os domicílios chefiados por mulheres ou por indivíduos negros “[...] se encontram sempre em piores condições, seja no tocante à probabilidade de estarem localizados em favelas, seja no que diz respeito à inexistência de esgotamento sanitário, abastecimento de água ou coleta de lixo” (IPEA, 2011, p. 27). Tal situação é explicada pelo fato de as mulheres, em particular as mulheres negras, continuarem expostas a múltiplas formas de discriminação social e ainda serem as mais afetadas pelo modelo econômico capitalista estabelecido, de modo que são, comumente, exploradas e discriminadas, tanto pelo gênero, como pela classe e raça (LIMA; SOUZA; ALBUQUERQUE, p. 367, 2020).

Nesse contexto, as mulheres moradoras de favelas enfrentam uma série de desafios que exacerbam suas condições de vida precárias, evidenciando a necessidade de se garantir o direito à cidade e à moradia digna. Elas são frequentemente chefes de família, responsáveis tanto pelo sustento econômico quanto pelo cuidado dos filhos e da casa, e têm acesso limitado aos recursos financeiros e econômicos necessários para adquirir ou manter uma moradia digna. Esse duplo papel sobrecarrega ainda mais essas mulheres, que muitas vezes têm que escolher entre trabalhar para garantir a subsistência da família ou estar presentes em casa para cuidar dos filhos.

Além disso, a insegurança habitacional e a falta de acesso à educação e ao emprego formal limitam as oportunidades dessas mulheres de melhorar suas condições de vida. Muitas vezes, elas são forçadas a trabalhar em empregos informais, mal remunerados e sem garantias trabalhistas. A violência doméstica e comunitária também é um problema recorrente, agravado pela falta de segurança pública e de apoio social nas favelas (Berth, 2023, p. 242). O empoderamento

comunitário contribui no desenvolvimento territorial, especialmente atendendo às necessidades das mulheres, que são as mais impactadas pela falta de infraestrutura urbana básica e pelas desigualdades sociais. Isso inclui questões como a integração urbana, o planejamento habitacional e a melhoria dos espaços públicos, visando aprimorar a qualidade de vida e facilitar seus cotidianos.

Para as mulheres em situação de violência doméstica, a insegurança da posse da habitação pode ser fatal. Ainda assim, muitas delas permanecem nos lares onde são constantemente agredidas, pois não têm outras opções de moradia. Deparamo-nos, portanto, com uma realidade na qual muitas mulheres nem sequer têm condições de ingressar em programas populares de habitação, por não terem renda própria ou por dependerem totalmente, econômica e financeiramente, do ofensor.

Por isso, destaca-se a importância de dispositivos e políticas públicas que atuam no sentido de manter a mulher como detentora da posse do imóvel no qual reside com o ofensor, priorizando o registro do imóvel em nome da mulher, nos termos da Lei n. 11.124/2005. Vale ressaltar ainda a importância de ações que promovam o seu acesso a programas de moradias populares, projetos governamentais de regularização fundiária, concessões de aluguéis sociais e demais mecanismos propostos pelo Estado para acesso à habitação de interesse social (LIMA; SOUZA; ALBUQUERQUE, p. 367, 2020).

Nesse contexto, o papel do urbanismo é fundamental na melhoria das condições de vida das mulheres em favelas. Urbanistas têm a responsabilidade de planejar e desenvolver espaços que sejam seguros, acessíveis e inclusivos para todos os moradores. Isso inclui a provisão de infraestrutura básica, como saneamento, água potável, eletricidade e espaços públicos que promovam a integração social e a segurança. Um urbanismo com perspectiva de gênero é necessário para atender às necessidades específicas das mulheres, que são frequentemente as mais impactadas pela falta de infraestrutura urbana básica e pelas desigualdades sociais.

David Harvey (2008) argumenta que o direito à cidade é também uma luta contra as desigualdades sistêmicas que impedem o acesso justo aos recursos urbanos. Isso é especialmente relevante para as mulheres em favelas, que enfrentam múltiplas camadas de exclusão e vulnerabilidade. Um urbanismo mais humano

e inclusivo deve considerar a diversidade de pessoas e de necessidades, combatendo a universalidade das soluções e promovendo um ambiente urbano que facilite o empoderamento e a participação ativa de todos os moradores, especialmente das mulheres (Cota, 2021).

O PROJETO FAZENDEIRAS E AS PRÁTICAS PARA A CONTRIBUIÇÃO NAS MELHORIAS HABITACIONAIS

O Complexo de Paraisópolis é constituído por quatro núcleos principais: Paraisópolis, Jardim Colombo, Porto Seguro e Pinheiral, totalizando uma área de 101,5 hectares. Situado na Zona Oeste da cidade, no distrito de Vila Sônia, e administrado pela Subprefeitura do Butantã, o Complexo está rodeado por residências de alto e médio padrão que caracterizam o bairro do Morumbi como uma área de alta renda. Essas edificações variam de prédios verticalizados a casas unifamiliares, todas implantadas em grandes lotes arborizados e com infraestrutura adequada. Muitas dessas construções estão próximas das comunidades do Complexo de Paraisópolis, separadas apenas por uma calçada e, naturalmente, por altos muros e segurança particular.



Figura 1

Vista aérea da favela do Jardim Colombo e seu entorno, na cidade de São Paulo

Fonte: Fabio Knoll/Instituto Fazendinhando (publicação autorizada pelos autores)

A favela do Jardim Colombo, uma das favelas que compõem o Complexo de Paraisópolis, está localizada em uma região de loteamentos particulares, originados do parcelamento de uma antiga e ampla chácara de propriedade do médico Antônio Bueno e de Joaquim Manuel da Fonseca (Figura 01). Atualmente, a favela abriga aproximadamente 18.000 moradores em uma área de 14,9 hectares. Situada no coração do Complexo de Paraisópolis, o Jardim Colombo é um exemplo claro das profundas desigualdades sociais presentes na região (CARRO, 2019).

O processo de ocupação da favela do Jardim Colombo e sua transformação segue um percurso já conhecido em outras comunidades, evoluindo conforme as possibilidades dos moradores. A presença de casas com menos de três andares está cada vez menos frequente, devido à grande quantidade de pessoas e à necessidade de moradia para atender a todos. Predominam construções de três andares ou mais, que, mesmo sendo de alvenaria, são precárias, sem revestimentos, com quase total ausência de elementos arquitetônicos e instalações mínimas.

O sistema viário é constituído por percursos feitos apenas por pedestres, conhecidos como vielas. Essas vielas, muitas vezes em forma de escadarias, adentram locais muito acidentados, difíceis de serem vencidos por outros tipos de locomoção e são, sem exceção, muito estreitas. Quando presentes, as calçadas são descontínuas e disputadas pelo comércio ambulante e pelos veículos.

As atividades comerciais e de serviços estão fortemente presentes nas ruas das Goiabeiras e Boa Esperança, geralmente inseridas no térreo, com habitação nos andares superiores. O comércio preponderantemente inclui lojas de roupas, doces, frutas, pequenos mercados e salões de beleza. Há uma ausência de equipamentos institucionais, como escolas, bibliotecas, centros culturais, hospitais, entre outros.

Neste sentido, a comunidade possui apenas o espaço "Projeto Viver" que oferece atividades no contraturno escolar para aproximadamente 160 (cento e sessenta) crianças, sem conseguir atender a demanda existente numa área com grande quantidade de público infantil, obrigando os pais com seus filhos a se deslocarem para outras regiões.

A comunidade ainda possui a sede da União de Moradores, que realiza atendimento básico diário à população; uma creche que está fechada e mais dois



espaços que, no momento, é utilizado para eventos e atividades pontuais, sem corresponder com as perspectivas de se ter atividades educacionais, culturais e recreativas devido à falta de recursos financeiros. Há uma presença de área verde próxima à nascente do córrego Itararé, porém, está cercada e inacessível para os moradores; nas demais localidades constata-se a ausência de áreas livres e áreas verdes.

No Jardim Colombo, locus geográfico do presente trabalho, pode-se considerar que o germe da participação popular surge em 1984, ano que marca um passo importante na história da comunidade com a fundação da União dos Moradores da Favela do Jardim Colombo, entidade sem fins lucrativos, criada para suprir a necessidade dos moradores de se manterem aglutinados em torno das causas comuns, principalmente o enfrentamento das carências de infraestrutura, e o acesso à saúde e à educação. (CARRO, 2019)

A decisão de institucionalizar a representação da comunidade foi fundamental para permitir a participação junto às instâncias da gestão municipal e possibilitar o acesso a programas e ações governamentais. Durante a gestão de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, através do Programa Bairro Legal (2001) definiu um plano de massas com diretrizes e usos pretendidos, índices urbanísticos e intervenções necessárias para o Complexo de Paraisópolis.

Nesse período, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2002 (Lei Municipal nº 13.430) instituiu mecanismos para promover a urbanização e legalização da comunidade, transformando a área em uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). A partir de 2009, o Programa de Urbanização do Complexo de Favelas de Paraisópolis, fruto da gestão de Gilberto Kassab, focou em diversas ações para melhorar a infraestrutura e as condições de vida nas comunidades, com iniciativas específicas voltadas para a melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico e de acessibilidade. No Jardim Colombo, parte dessas ações em 2015 incluiu a melhoria das vias de acesso, instalação de equipamentos urbanos e a promoção de projetos comunitários para fortalecer a coesão social e econômica dos moradores.

Mais recentemente, em meio a um cenário de aparente estagnação e falta de perspectivas por parte dos órgãos públicos, surge um novo enfoque em ações territoriais na comunidade, destacando o protagonis-

mo feminino na liderança e práticas comunitárias, melhorias habitacionais e intervenções como se verá a seguir.

O Instituto Fazendinho, no Jardim Colombo, SP, foi criado em 2017 com o intuito de possibilitar transformações territoriais, culturais e socioambientais, feito por e para os moradores, com a recuperação de espaços livres, ações de arte e cultura, reforma em moradias precárias e capacitação feminina, visando à integração da comunidade.

A criação do Instituto alia-se ao fato que historicamente, as cidades foram concebidas e governadas com preconceitos em relação as mulheres, levando a diversas formas de discriminação e exclusão destas nos espaços públicos e na tomada de decisões. Incluiu-se iluminação inadequada, falta de transporte público, assédio, acesso limitado a recursos como educação e saúde e a desigualdade de gênero.

A expressão "direito à cidade" proposta por Lefebvre, em 1968, introduziu o conceito de direito de apropriação do espaço urbano, tanto no sentido do direito de uso para as atividades cotidianas como também do direito à participação dos habitantes como gestores do processo de produção das cidades. Assim, o "direito à cidade" significa direito "à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais" (LEFEBVRE, 2001, p. 139). Além disso, significa o "direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade" (ibidem, p. 135). Lefebvre almeja a criação de novos lugares qualificados, de simultaneidade e de encontro, onde a troca não esteja subordinada ao comércio e ao lucro. O "direito à cidade" seria, assim, o direito dos cidadãos de imaginar e realizar a cidade, contínua e concomitantemente. (COTA, 2021, p. 15)

Reconhecer e promover o direito das mulheres à cidade não significa apenas garantir o acesso físico aos espaços urbanos, na concepção do Instituto, mas também criar ambientes onde as mesmas se sintam empoderadas, valorizadas e capazes de participar plenamente em todos os aspectos da vida urbana.

De maneira geral, não percebemos, por exemplo, como o gênero interfere na qualidade de vida das cidades e nas decisões políticas sobre o espaço. Falar em cidades para as minorias sociais, isto é, para grupos de pessoas que, embora sejam maiores em



quantidade, são menores em garantias de direitos e benesses sociais, é falar de violências. Berth, p. 165.

Essas dificuldades são frequentemente agravadas pela interseccionalidade de gênero, classe social e raça, que cria um ciclo de marginalização e desigualdade. Tomando como base esses dados e a convivência diária com os moradores da Favela do Jardim Colombo, principalmente as mulheres, tornou-se evidente para o Instituto Fazendinho a urgência de iniciativas específicas para esse público, a fim de diminuir as mazelas existentes e ofertar oportunidades com perspectiva de uma nova recolocação no mercado de trabalho e empoderamento das mesmas nas ações internas da comunidade é criado cursos de qualificação para as mulheres no setor da construção civil, denominado afetivamente de "Fazendeiras". A ONG oferece o Projeto Fazendeiras" com cursos nos mais diversos segmentos da área de: pintura, azulejista, ceramista, eletricista, artesanato, marcenaria, reboco e impermeabilização. (Figura 02)

METODOLOGIA



Figura 2
Metodologia aplicada ao longo das capacitações
Fonte: Instituto Ekloos

Além do aspecto propriamente profissional, o projeto também permite melhor qualidade de vida, a partir da aplicação dos conhecimentos adquiridos na construção de residências das próprias "fazendeiras". Isso porque, ao longo da atuação do Instituto, ficou clara a predominância na comunidade de edificações precárias, erguidas em regime de autoconstrução, sem qualquer assistência técnica especializada, acarretan-



Figura 3
Aplicação prática das aulas de impermeabilização, outubro de 2022
Fonte: Instituto Fazendinho

do problemas de execução e, não raro, apresentando desdobramentos indesejados como trincas, umidade e goteiras. (Figuras 03 e 04)

O projeto busca educar de forma inspirada nas ideias de Freire (1970) que enfatiza a importância da educação como um meio de empoderamento, permitindo que indivíduos e comunidades compreendam criticamente sua realidade e ajam para transformá-la. Suas ideias são fundamentais para o trabalho do Instituto Fazendinho, que busca capacitar as mulheres e outros membros da comunidade, promovendo a participação ativa e a gestão colaborativa dos espaços urbanos.



Figura 4
Participação das "fazendeiras" na primeira aula teórica no curso de azulejista, setembro, 2020
Fonte: Instituto Fazendinho

A capacitação técnica em favelas desempenha um papel importante na transformação do território, ao fornecer habilidades técnicas, como na área da construção civil, as mulheres não apenas melhoram suas condições de vida, mas também contribuem para a revitalização do lugar em que vivem. Além dos aspectos práticos, a capacitação técnica fortalece o senso de pertencimento e empoderamento, para inclusive assumirem um papel ativo na formulação de soluções para os problemas enfrentados em suas comunidades. Ou seja, a capacitação evidencia um aumento significativo no envolvimento das mulheres em ações coletivas dentro da comunidade, o que reflete não apenas na aquisição de novas habilidades, mas também na crescente conscientização sobre a importância da participação ativa e colaborativa para o desenvolvimento local (Figura 05).

Na concepção do Instituto, é fundamental adotar diversas medidas para assegurar o direito das mulheres à cidade, incluindo a promoção de oportunidades econômicas por meio de políticas de apoio ao empreendedorismo, facilitação do acesso a empregos e disponibilização de opções habitacionais a preços acessíveis.



Figura 5

Participação das fazendeiras em atividades comunitárias na favela do Jardim Colombo em 2022

Fonte: Instituto Fazendinho

Como alternativa encontra-se o ingresso de mulheres no ramo da construção civil, que é incentivado pelas oportunidades de salários muitas vezes superiores aos que se costumam pagar para atividades como a de doméstica. A falta de mão de obra qualificada no mercado é outro fator relevante, sem falar no diferencial que as trabalhadoras aplicam nessa profissão – são mais detalhistas e cuidadosas ao manusear os equipamentos e concluem suas tarefas com maior precisão e finalização de detalhes.

A metodologia utilizada no “Projeto Fazendeiras”, já replicada em outras favelas de São Paulo, busca ao

término das capacitações, realizar a conexão das alunas com empresas do setor. Entende-se que ampliar as possibilidades de geração de renda para as mulheres, contribuirá significativamente para o bem estar e sustento financeiro de suas famílias. O projeto também busca alinhar as capacitações às necessidades específicas das mulheres, levando em consideração suas circunstâncias individuais, preferências e desafios, desde compreender os horários mais adequados com algumas flexibilidades até a facilitação do acesso ao curso eliminando possíveis barreiras de transporte e tempo.

Stromquist (1997), ao falar de empoderamento por meio da educação, ressalta que é preciso não ser ingênuo sobre qualquer meio de educação ser uma forma de empoderamento, e que esse é um trabalho constante para que assim possa ser. Mostra que só o processo de alfabetizar, educar por si só não promove o empoderamento. Quando falamos em nós mulheres, chegar ao empoderamento passa por uma série de "degraus" e quando atrelado simultaneamente à raça, etnia e classe passamos por diversos obstáculos tanto para a aquisição de poder, como para a identificação da aquisição do alfabetismo como meio de poder. Também ao falar das dificuldades que a mulher de baixa renda tem para se empoderar, Stromquist (1997, p. 92) identifica que:

As mulheres pobres são mulheres muito ocupadas. Elas não apenas empregam muito tempo e energia respondendo às necessidades familiares, mas também enfrentam condições como o controle autoritário e rígido dos maridos, violência familiar, expectativas sociais derivadas da maternidade e um ambiente comunitário perigoso que dificulta seus deslocamentos. Nessas condições, a participação está cheia de obstáculos e poucas conseguem torná-la possível. A porcentagem de mulheres que podem participar nessas condições não é muito conhecida, mas, avaliando as taxas de participação em atividades relacionadas, particularmente nos grupos de alfabetização que exigem um compromisso prolongado, a proporção pode ser inferior a cinco por cento da população possível. Os projetos que trabalham com empoderamento serão pequenos no início e levarão um tempo substancial para amadurecer e se fortalecer. (Tradução das autoras)

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de redes busca encontrar caminhos para facilitar a vida das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, essas redes oferecem um espaço seguro para o compartilhamento de experiências e desafios, apoio emocional, troca de conhecimentos e recursos. Vale mencionar, a criação de grupos de whatsapp realizados pelo Instituto Fazendinho ao término das

capacitações com o objetivo de se unirem em torno de questões comuns, de concentrar de maneira ágil oportunidades de emprego, doações, divulgação das ações e encontros, além do vínculo que se estabelece entre elas e outros suportes que surge conforme suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à moradia digna deveria ser garantido como um princípio básico nas políticas públicas. No entanto, ao analisarmos o panorama habitacional no Brasil, deparamo-nos com um grande número de famílias, especialmente aquelas chefiadas por mulheres vivendo em condições precárias. Diante disso, questionamos: de que direito à cidade estamos falando para as mulheres, se o acesso adequado à moradia e ao trabalho ainda permanece distante?

A carência de conhecimentos sobre técnicas de construção seguras pode levar à habitação precária e vulnerável a desastres naturais. Além disso, a ausência de educação formal e treinamento profissional limita as oportunidades de emprego e renda para as mulheres, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social.

Paulo Freire é conhecido por sua abordagem pedagógica centrada na conscientização e na emancipação das pessoas por meio da educação. Ele discute o empoderamento comunitário como um processo de conscientização que capacita indivíduos e comunidades a compreenderem criticamente sua realidade e a agirem coletivamente para transformá-la. Freire enfatiza a importância da educação como um instrumento de libertação e empoderamento, permitindo que as pessoas assumam o controle de suas vidas e participem ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

Nelly Stromquist (1997) complementa a perspectiva de Freire ao discutir os desafios específicos enfrentados pelas mulheres em contextos de vulnerabilidade social. Ela enfatiza que a educação não deve apenas transmitir conhecimentos técnicos, mas também capacitar os indivíduos a questionar e transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. As mulheres nas favelas enfrentam desafios adicionais devido a questões de gênero, incluindo a responsabilidade desproporcional pelo cuidado da família e a violência doméstica, o que agrava sua vulnerabilidade social.

O caso do Instituto Fazendinho no Jardim Colombo é um exemplo prático de como a capacitação técnica pode transformar a realidade das mulheres e, por extensão, de suas comunidades. O “Projeto Fazendeiras” não apenas oferece habilidades técnicas em áreas como construção civil, mas também promove a autonomia econômica e a inclusão social das mulheres. Ao capacitar as mulheres para atuarem como agentes de mudança em suas comunidades, o Instituto cria um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida nas favelas.

David Harvey (2008) argumenta que o direito à cidade é uma luta contra as desigualdades sistêmicas que impedem o acesso justo aos recursos urbanos. Ele defende que a transformação urbana deve abordar as raízes da desigualdade e promover a justiça social. Nesse sentido, o trabalho do Instituto Fazendinho reflete a importância de iniciativas que combatam essas desigualdades estruturais e promovam a inclusão social.

Em síntese, a experiência do Instituto revela que o empoderamento comunitário, aliado a uma educação transformadora e ao acesso a habilidades técnicas, é uma estratégia eficaz para combater a desigualdade e promover o direito à cidade para as mulheres. É fundamental que políticas públicas sejam desenvolvidas para apoiar iniciativas como esta, garantindo recursos e criando um ambiente favorável para que as comunidades possam se desenvolver de forma sustentável e inclusiva. O reconhecimento e a promoção do direito das mulheres à cidade devem ir além do acesso físico aos espaços urbanos, abrangendo a criação de ambientes onde as mulheres se sintam empoderadas, valorizadas e capazes de participar plenamente em todos os aspectos da vida urbana.

Apesar das limitações de recursos, especialmente financeiros, e dos desafios na articulação com a gestão pública, o Instituto Fazendinho investe decididamente na concepção de que a construção coletiva do sonho, embora desafiadora, será o elemento unificador das iniciativas que levarão à transformação do Jardim Colombo e ao fortalecimento da comunidade, especialmente das mulheres que permanecem fortemente engajadas em um processo de colaboração e cooperação, valorizando suas próprias habilidades e recursos.



Referências

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. I. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 288 p.

CARRO, Ester Oliveira Bashalidis. *Os espaços livres como caminho para o resgate da cidadania na comunidade do Jardim Colombo. São Paulo* / Ester Carro de Oliveira Bashalidis. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) FIAM- FAAM Centro Universitário – São Paulo, 2019.

COTA, Daniela Abritta. *Mulheres e direito à cidade – Um estudo de políticas públicas em São João del Rei, Belo Horizonte e Barcelona*/ Daniela Abritta Cota. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2021.

IBGE. "Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referência em 1º de Julho de 2022". Disponível em: [IBGE](https://www.ibge.gov.br).

LIMA, Ellen Luiza de Oliveira; SOUZA, Luanna Tomaz de; ALBUQUERQUE, Maria Claudia Bentes. *Direito à moradia adequada e violência doméstica contra mulheres: o caso de Ananindeua (PA)*. Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 24, n. 40, p. 359-402, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive>.

MAGALHÃES, Sérgio F.. *Sobre a cidade: Habitação e democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro Editores, 2002.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. "Is There a Feminization of Poverty in Latin America?". *World Development*, n. 36, p. 115-127, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X07001921>.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. *Favelas em números*. IN: ALVIM, A. T. B.; RUBIO, V. M. (Org.). *Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil. Contexto, dimensões e perspectivas*. 1. ed. Barueri: Manole, 2022, p. 70- 99.

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. "*PIB dos Municípios Paulistas*". Disponível em: [Secretaria da Fazenda SP] (<https://www.fazenda.sp.gov.br>).

STROMQUIST, Nelly. *La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación*. In: LÉON, Magdalena (compiladora). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo S.A., 1997. 245 p.

TESSARI, Alessandro. *Sobre a forma da favela*. ALVIM, Angélica Tanus Benatti, RUBIO, Viviane Manzione . - 1 ed. - Barueri, SP: Manole, 2022, p.101-123.

A segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília

Rogério Rezende e Hilde Heynen

Rogério REZENDE é Doutorando; KU Leuven/ Universidade de Brasília; rogerio.rezende@kuleuven.be

Hilde HEYNEN é PhD em Arquitetura; professora na KU Leuven; hilde.heynen@kuleuven.be

Resumo

Embora Brasília tenha sido concebida como um projeto utópico com o objetivo de forjar uma sociedade igualitária, os planejadores não deram ênfase significativa às considerações de gênero. A cidade pretendia oferecer a todos os moradores, independentemente das distinções sociais, oportunidades iguais e as comodidades urbanas necessárias para o desenvolvimento humano abrangente. No entanto, diversos estudos têm revelado que existem diferenças na forma como homens e mulheres percebem e vivem a cidade. Consequentemente, surge uma questão pertinente sobre como suas aspirações igualitárias se traduziram em realidade, não apenas em termos de hierarquias sociais, mas também em relação à dinâmica de gênero. Por meio de uma combinação de análise de discurso dos princípios fundadores de Brasília, exame de fatos históricos, escrutínio de dados demográficos e observações sociais que indicam segregação baseada em gênero, este artigo sustenta que certas características espaciais da cidade contribuíram para a discriminação baseada em gênero, afetando especialmente as mulheres.

Palavras-chave: Brasília, segregação de gênero, criminologia urbana, igualdade de gênero, planejamento urbano.

Abstract

Although Brasília was conceived as a utopian endeavor aiming to forge an egalitarian society, planners did not give significant emphasis to gender considerations. The city aimed to offer all residents, regardless of social distinctions, equal opportunities and the necessary urban amenities for comprehensive human development. However, various studies have revealed differences in how men and women perceive and experience the city. Consequently, a pertinent question arises about how its egalitarian aspirations translated into reality, not only in terms of social hierarchies but also regarding gender dynamics. Through a combination of discourse analysis of Brasília's founding principles, examination of historical facts, scrutiny of demographic data, and social observations indicating gender-based segregation, this article argues that certain spatial characteristics of the city have contributed to gender-based discrimination, particularly affecting women.

Keywords: Brasília, gender segregation, urban criminology, gender equality, urban planning.

Resumen

Aunque Brasilia fue concebida como una empresa utópica con el objetivo de forjar una sociedad igualitaria, los planificadores no hicieron hincapié en las consideraciones de género. La ciudad pretendía ofrecer a todos los residentes, independientemente de las distinciones sociales, igualdad de oportunidades y los equipamientos urbanos necesarios para un desarrollo humano integral. Sin embargo, diversos estudios han revelado que existen diferencias en la forma en que hombres y mujeres perciben y experimentan

la ciudad. En consecuencia, se plantea la pertinente cuestión de cómo se han traducido en la realidad sus aspiraciones igualitarias, no sólo en términos de jerarquías sociales, sino también en relación con la dinámica de género. Mediante una combinación de análisis discursivo de los principios fundacionales de Brasília, examen de hechos históricos, escrutinio de datos demográficos y observaciones sociales que indican una segregación basada en el género, este artículo sostiene que ciertas características espaciales de la ciudad han contribuido a la discriminación basada en el género, que afecta especialmente a las mujeres.

Palabras-clave: *Brasília, segregación de género, criminología urbana, igualdad de género, planificación urbana.*

Introdução

Brasília é comumente descrita como um projeto utópico que visava criar uma sociedade igualitária através da sua arquitetura e desenho urbano. Como uma cidade igualitária, entendia-se que ela deveria oferecer a todos os seus habitantes, sem distinções sociais, igualdade de oportunidades e as qualidades urbanas necessárias para um desenvolvimento humano pleno.

Seu planejamento urbano e sua arquitetura, baseados nos princípios do funcionalismo, tinham como objetivo promover uma transformação social para combater a histórica segregação socioeconômica no Brasil. No entanto, apesar de reconhecerem a segregação socioeconômica como um problema a ser enfrentado, outras formas de exclusão, como a de gênero, foram naturalizadas.

Ao longo de seis décadas, Brasília foi objeto de análise em inúmeras publicações. Enquanto entusiastas celebravam, e com razão, o grande feito de se construir uma cidade em tempo recorde, e as suas qualidades urbanísticas e arquitetônicas. Críticos apontavam para as contradições envolvidas na construção da nova capital – como no documentário de Joaquim Pedro de Andrade “Brasília, Contradições de Uma Cidade Nova” (1967).

A partir da década de 1970, com a expansão da região metropolitana e a consolidação das cidades satélites, inúmeros estudiosos denunciavam o fracasso do planejamento urbano que, ao invés de combater, havia reforçado a segregação espacial da população mais pobre – como (EPSTEIN, 1973; GOSLING, 1979; HOLSTON, 1989; PAVIANI, 1985) entre muitos outros.

Apesar de uma vasta literatura sobre o tema da segregação socioespacial no Distrito Federal, prevale-

ce uma perspectiva socioeconômica sobre questões como raça e gênero. No entanto, como os relatórios recentes produzidos pela CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) parecem indicar que a segregação socioespacial é atravessada por outras questões como as de raça (CODEPLAN, 2018, 2023) e gênero (CODEPLAN, 2019a, 2019b), mas também outras como orientação sexual e religião.

Sobre as questões de gênero, sob a ótica feminista, destacam-se as pesquisas produzidas pelo grupo “Arquitetas Invisíveis”, coordenado por Maribel Aliaga na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília e produções fílmicas importantes, como “A Saga das Candangas Invisíveis” (2008) dirigido pela arquiteta Denise Caputo, “Poeira e batom no planalto central 50 mulheres na construção de Brasília” (2010) dirigido por Tânia Fontenele e Mônica Ferreira Oliveira.

Embora Brasília tenha sido projetada e construída em um contexto histórico onde as questões de gênero não eram tão proeminentes quanto hoje, é crucial questionar como a arquitetura da cidade se relaciona com essas questões e como homens e mulheres percebem e vivenciam a cidade atualmente. Este trabalho argumenta que, apesar das intenções modernistas e igualitárias do projeto de Brasília, a cidade falha em abordar adequadamente as dinâmicas de gênero.

Para explorar essa falha, este estudo contextualiza e analisa a arquitetura e o planejamento urbano de Brasília à luz dos estudos de gênero. Investigamos como a concepção e a organização dos espaços urbanos refletem e perpetuam desigualdades de gênero, influenciando a forma como homens e mulheres experienciam a cidade. Este trabalho visa demonstrar que a promessa de igualdade subjacente ao projeto de Brasília não se concretizou de forma inclusiva, deixando lacunas significativas na vivência urbana das mulheres.

Para sustentar essa argumentação, começamos com uma revisão de literatura sobre as críticas feministas à cidade modernista, destacando como a arquitetura e o planejamento urbano frequentemente refletem e perpetuam hierarquias de gênero. A análise que será apresentada em seguida se dividirá em duas partes. Na primeira apresentaremos um panorama sobre as questões de gênero no contexto da construção da capital, para em seguida analisar os discursos fundadores e o projeto de Brasília.

Na segunda parte do artigo, examinaremos dados demográficos históricos e apropriações sociais, juntamente com dados recentes sobre crimes sexuais e a percepção de segurança. O cruzamento destas análises será utilizado como uma plataforma para a discussão da utopia de uma cidade igualitária a partir de uma perspectiva de gênero.

A Cidade Moderna e a Crítica Feminista

Na primeira metade do século XX, o planejamento urbano modernista concebia a cidade ideal como uma expressão de sua época, refletindo o poder, a racionalidade e a beleza da era da máquina, bem como os ideais mais iluminados de justiça social. (FISHMAN, 1982) Para Le Corbusier, por exemplo, a cidade ideal deveria suprir de maneira satisfatória às necessidades fundamentais do homem, como moradia, trabalho, saúde e lazer. E que, devido ao seu caráter essencial, essas necessidades fundamentais seriam compartilhadas por todos, independentemente das condições geográficas, climáticas e culturais específicas. (LE CORBUSIER, 1973) Apesar de bem-intencionadas, estas aspirações universalistas foram amplamente criticadas, justamente por desconsiderarem condicionantes físicos e, principalmente socioculturais.

A crítica feminista contemporânea, apoiada nas teorias de Henri Lefebvre (1974) e Michel Foucault (1975), argumenta que, ao considerar o espaço como um produto social, este não apenas reflete a sociedade que o produz, mas também induz comportamentos ao materializar, na arquitetura dos espaços, normas, valores, hierarquias sociais e relações de gênero. Dessa forma, o espaço pode ser visto como um instrumento de controle, dominação e poder. Para a crítica feminista, o espaço nunca é neutro, mas construído de forma discursiva, ideologicamente tendenciosa e moldado de acordo com as estruturas de poder e formas de conhecimento dominantes. (SPAIN, 2014)

Dentro dessa perspectiva, Susan Saegert, em "Masculine Cities and Feminine Suburbs" (1980), demonstra que, na cultura estadunidense, os termos "cidade" e "subúrbio" são vistos como opostos, e frequentemente associados ao masculino e ao feminino, respectivamente. De forma semelhante, Dolores Hayden (1980), em "*What would a Non-Sexist city be like?*", argumenta que ideia de que "o lugar da mulher é em casa" - que se tornou um dos mais importantes princípios que orientam projetos de arquitetura e planeja-

mento urbano nos Estados Unidos – expõe o papel de cada gênero e seu lugar na sociedade, na arquitetura e na cidade.

Outra abordagem é apresentada por Hilde Heynen (2016), que associa gênero e espaço com as noções de esfera pública e privada elaboradas por Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Heynen demonstra que, enquanto as mulheres são associadas ao ambiente privado/doméstico, os homens pertencem à esfera pública.

Este binário público-privado sugere ainda que a organização e a forma do espaço, ao mesmo tempo que definem espaços mais ou menos adequados para cada gênero, tendem a limitar a experiência urbana das mulheres a lugares privados (shopping centers e áreas residenciais) em vez de dar a elas pleno acesso à totalidade dos espaços públicos da cidade.

Além disso, Heynen argumenta que, na arquitetura modernista, o racional e o natural são explicitamente opostos; a ortogonalidade é vista como racional e masculina, em contraste com a curva, que é livre, natural e selvagem como o corpo da mulher. Essa dicotomia é bem exemplificada nas obras de Le Corbusier e Oscar Niemeyer. Le Corbusier afirma que “o homem caminha em linha reta porque tem um objetivo”. (CORBUSIER; ETCHELLS, 1929) Ou ainda, tanto no seu plano urbanístico para a Ville Contemporaine (1922) como para a Ville Radieuse (1924), o centro da cidade é representado pela verticalidade dos arranha-céus, que se impõem sobre a paisagem, como se a violassem. (FEUERSTEIN; KRENN; WIKIDAL, 1997) Já Niemeyer, em um poema inspirado em um texto de Le Corbusier, diz:

Não é o ângulo reto que me atrai. Nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem. O que me atrai é a curva livre e sensual. A curva que encontro nas montanhas do meu País, no curso sinuoso dos seus rios, nas ondas do mar, nas nuvens do céu, no corpo da mulher amada (NIEMEYER, 1998).

Nos edifícios projetados por Niemeyer, essa relação dual entre masculino-feminino fica ainda mais óbvia. É recorrente nas suas composições o uso do edifício em lâmina como aquele que abriga funções burocrático-administrativas – como símbolo da racionalidade, e as formas curvas são utilizadas em funções complementares – como as cúpulas do congresso nacional, na assembleia da sede do Partido Comunista.

Embora os exemplos citados abordem principalmente o desejo de ordem e controle na arquitetura moderna,

a reprodução do patriarcado e o papel do zoneamento na segregação de gênero, é importante lembrar que a maior parte da arquitetura e do planejamento urbano modernista foi produzida por uma elite intelectual de homens brancos de meia-idade. Não se trata apenas de destacar que eram homens brancos de meia-idade, mas sim de reconhecer que essa caracterização implica uma posição social, hierarquia racial, e um conjunto de valores e crenças associados a um contexto histórico e cultural específico, incluindo os papéis de gênero.

As Questões de Gênero no Contexto da Construção de Brasília

Os anos 1950 marcaram um momento singular na história do Brasil, não apenas pela notável conquista da construção de uma cidade-capital em tempo recorde, mas também pela oportunidade de criar uma nova realidade. Na autobiografia "Por que construí Brasília" (1975), o então ex-presidente Juscelino Kubitschek utiliza os termos "desenvolvimento" e "progresso" para expressar um anseio por modernidade, que seria tanto induzido pelo avanço material e tecnológico quanto a sua causa. Kubitschek acreditava que, se o progresso fosse amplamente disseminado, poderia levar ao desenvolvimento de forma igualitária para todos, resultando na redução das desigualdades econômicas e sociais.

"Brasília deve ser, pela força, uma metrópole com características diferentes, ignorando sua realidade contemporânea, voltando-se, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro" (1975, p. 72).

Embora houvesse um reconhecimento da necessidade de reduzir as "brechas sociais", percebe-se que a compreensão da desigualdade estava principalmente centrada em aspectos socioeconômicos, deixando de lado outras questões, como a igualdade racial e de gênero.

Nos anos de JK (1956-1961), apesar de algumas discussões sobre questões de gênero, estas ainda estavam em desenvolvimento, como evidenciado pelos exemplos a seguir. Embora as mulheres tivessem conquistado o direito de voto e o direito ao trabalho em 1932, ainda estavam sujeitas ao consentimento de seus maridos ou pais para trabalhar, pois eram consideradas relativamente incapazes e tinham autonomia limitada. Os homens eram os chefes da família e tinham controle total sobre os ganhos, suas esposas e filhos. Tinham também o direito de decidir onde a família moraria, cabendo à esposa seguir o marido.

¹ É importante ressaltar que essa é uma visão ampla sobre direitos e deveres. O que não significa que todos os homens e mulheres sejam iguais entre si, pois há aí um recorte de classe e raça que não pode ser desconsiderado.

² Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962.

³ Lei nº 6.515 de 27 de dezembro de 1977.

Enquanto os homens tinham suas vidas públicas garantidas por lei, as mulheres estavam confinadas ao ambiente doméstico.¹

Foi a partir da década de 1950, que a pressão política pela emancipação feminina se tornou mais latente, e se estendeu ao longo dos anos JK. Devido ao conservadorismo por parte dos políticos, e endossada pelo apoio da igreja católica em defesa da manutenção da estrutura familiar “tradicional”, a emancipação das mulheres (ao menos na lei) só se materializou em 1962 com o Estatuto da Mulher Casada². O direito ao divórcio e a dissolução do casamento foram assegurados em 1977³, e somente na Constituição de 1988 foi garantida a igualdade absoluta entre homens e mulheres. (MARQUES; MELO, 2008)

De forma ampla, antes do Estatuto da Mulher Casada, os proventos da família eram responsabilidade dos homens, e às mulheres cabia o trabalho doméstico não remunerado. Assim, pode se inferir que sem a emancipação da mulher, a possibilidade de ascensão econômica das famílias era reduzida, conseqüentemente, a redução da desigualdade socioeconômica passava, necessariamente por questões de gênero.

Considerando o panorama que foi apresentado, não seria leviano afirmar que o projeto de modernidade-progresso desenhado para o país propunha uma ruptura com o passado em termos de desenvolvimento social e econômico, mas o conservadorismo nos costumes dominou o discurso durante a construção de Brasília, especialmente no que diz respeito ao papel do homem e da mulher. A compreensão deste cenário é de grande importância para compreender o contexto cultural e político em que Brasília foi projetada e construída.

Embora estas questões pareçam ser meramente teóricas, elas tiveram um impacto significativo na organização social e, conseqüentemente, na arquitetura da cidade, como mostraremos a seguir.

Brasília: Razão e Sensibilidade

Na apresentação do Relatório do Plano Piloto (RPP), Lucio Costa descreve Brasília como uma “cidade planejada para um trabalho ordenado e eficiente, mas também como uma cidade viva e aprazível”, e que, com o tempo, seria capaz de tornar-se “além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país”. (1995a, p. 283)

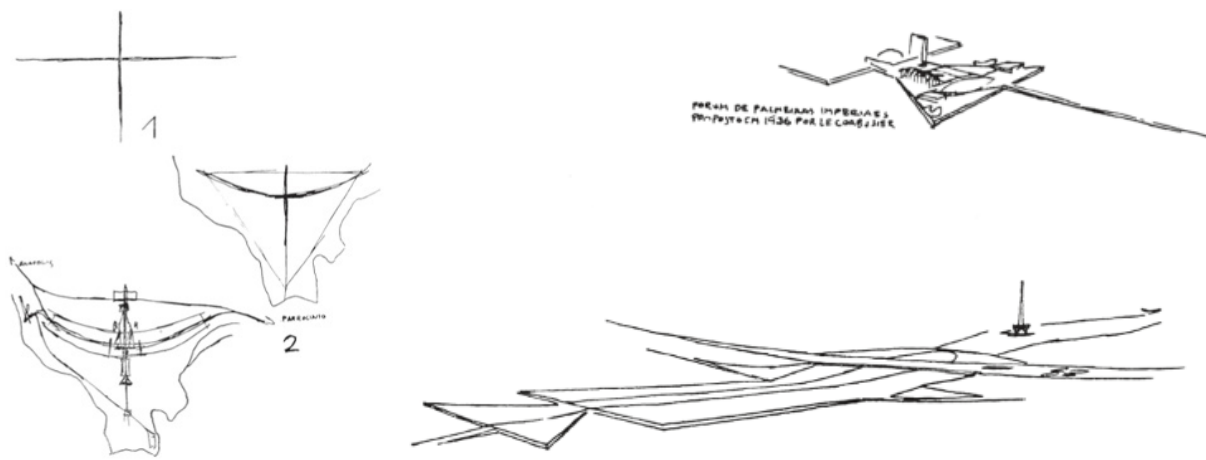
Ao analisar essas duas frases, percebe-se uma relação de complementaridade e oposição: de um lado, há o racional, o ordenado e o eficiente; do outro, o sensível, o agradável e o aprazível. Essa dicotomia sugere a existência de dois domínios que são simultaneamente complementares e opostos - um centrado no trabalho e na vida pública, e outro na casa e na vida privada. Embora essa concepção seja elaborada no âmbito das ideias, ao examinar o desenho da cidade, essa divisão em dois domínios distintos adquire uma dimensão material.

No RPP, Costa explica que a configuração da forma urbana foi concebida a partir da intersecção de dois eixos ortogonais, dos quais um permanece inalterado enquanto o outro se curva para adaptar às características topográficas do terreno. (Figura 1) E que, a forma da cidade se deu a partir do "primeiro gesto de quem marca ou toma posse de um lugar: dois eixos que se cruzam em ângulos retos, ou seja, o próprio sinal da cruz". Como afirmado pelo próprio arquiteto, o gesto se refere-se a conquista e o domínio do território selvagem, como aquele empreendido pelos conquistadores portugueses. Como um "novo" marco civilizatório, ele sugere um estágio de desenvolvimento que se distingue da colonização.

Pode-se inferir que, enquanto a cruz, no contexto colonial, designava além da conquista a expansão do catolicismo, no plano de Brasília, a cruz é despida de sua conotação religiosa e espiritual e reinterpretada como "dois eixos ortogonais que se cruzam". Ou seja, ela representa a predominância do pensamento racional, científico e geometricamente preciso - em oposição à ocupação colonial, supostamente irracional (ou desordenada).

A relação entre os eixos e a abordagem de Heynen fica mais clara quando consideramos a organização funcional da cidade. O eixo retilíneo (Eixo Monumental) define a área de trabalho, o centro administrativo e simbólico da capital, enquanto o eixo arqueado (Eixo Residencial) organiza os setores residenciais e seus usos complementares. Enquanto o eixo residencial se curva para se ajustar à topografia, o eixo monumental se sobrepõe à paisagem natural, manipulando o solo por meio de plataformas artificiais. Estas, por sua vez, foram criadas não apenas para conferir uma estética monumental à capital, mas também como uma demonstração do domínio humano sobre a paisagem natural. (Figura 1) Neste contexto, ao longo do eixo monumental, notamos predominância de ângulos retos e manipulação da paisagem, enquanto na área residen-

cial, onde a topografia original prevalece e há mais áreas verdes, sugere-se um predomínio da natureza, ainda que controlada, ou seja, um aparente domínio do sensível sobre a razão.



Figuras 1 e 2

As bases do traçado de Brasília: o cruzamento dos eixos monumental e residencial-rodoviário; O eixo monumental e a praça dos Três Poderes

Fonte:Relatório do Plano Piloto (1957)

No texto *Brasília Revisitada* (1987), considerado um documento chave para o entendimento da cidade, Costa definiu como a característica essencial de seu plano e que deveria ser preservada “a interação entre quatro escalas urbanas: monumental, gregária, residencial e bucólica”.

Estas escalas, mais que setores que abrigam atividades específicas, compreendem um sistema que torna cada uma delas identificável em sua configuração e na paisagem - como relações entre usos predominantes e complementares, áreas construídas e não edificáveis, densidade, verticalidade, afastamentos, tipologias, morfologia urbana, princípios de circulação e paisagismo.

Nesta análise, compreende-se que, em conjunto, as escalas monumental e gregária desempenham papéis distintos: enquanto a monumental representa o centro simbólico da capital, a gregária representa o centro cívico da cidade, funcionando como local de trabalho, administração pública e monumentos nacionais. Ambas foram posicionadas ao longo do Eixo Monumental, composto por duas avenidas de seis faixas cada, separadas por uma vasta esplanada não edificável que liga a Praça dos Três Poderes à estação ferroviária.



Essas avenidas têm início na Praça dos Três Poderes - uma praça retangular que abriga o Palácio Presidencial e o edifício do Congresso em destaque. Ao longo da esplanada, os ministérios são organizados em uma sequência ordenada e igualmente espaçada, seguidos pela catedral, setor cultural, estação rodoviária central, setor de entretenimento e hospedagem, praça municipal, setor militar e, por fim, a estação ferroviária.

Já a escala gregária é definida a partir da intersecção dos dois eixos (rodoviário-residencial e monumental), onde o arquiteto previu a construção de uma praça elevada sobre este cruzamento, e sob ela a estação rodoviária central. Vale ressaltar que o papel da plataforma rodoviária vai além das duas funções (rodoviária e praça cívica), ela é também uma infraestrutura crucial para o funcionamento da cidade, articulando o sistema viário em três níveis e evitando assim a interrupção do eixo monumental.

Na face oeste da plataforma foi localizado o setor de diversões, enquanto na face leste foi destinado ao setor cultural, ambos se organizando em dois blocos - sul e norte. A morfologia do setor de diversões assemelha-se a um quarteirão tradicional, composto por um conjunto de edificações conectadas por passagens de pedestres e pequenas praças, concentrando atividades culturais e de entretenimento, como cafés, restaurantes, cinemas, salas de concertos e teatros. Adjacente ao setor de diversões estão os setores comercial e hoteleiro, e ao cultural estão os setores bancário e de autarquias.

Exceto pelo setor cultural e o setor de diversões (que possuem cerca de 20 metros de altura, ou seja, 6 pavimentos, contados a partir da cota da plataforma superior da rodoviária), os demais setores têm edifícios com até 50 metros de altura (cerca de 15 pavimentos). A densificação, verticalização, proximidade entre os edifícios, predominância de áreas edificadas sobre áreas verdes e a concentração de atividades comerciais (escritórios, lojas, bancos, hotéis, restaurantes, entretenimento etc.) fazem com que essa escala seja facilmente identificada como o centro da cidade.

Na face leste da plataforma foram situados a casa de chá e a ópera, formando o setor cultural. Este setor, que se estende da plataforma rodoviária até a esplanada, também abrigaria outras instituições culturais, como a biblioteca e o museu nacional, e de certa forma a catedral metropolitana, localizada em uma praça separada do conjunto.

Ao lado do setor cultural, encontra-se a esplanada dos ministérios, onde os blocos de edifícios ministeriais são dispostos lado a lado. A vasta esplanada não construída, juntamente com o espaçamento uniforme entre os edifícios e a arquitetura excêntrica de Niemeyer, resultam em espaços marcados pela monumentalidade, racionalidade e artificialidade.

Já na escala residencial, a quadra é a unidade fundamental, com dimensões de aproximadamente 300x300m, rodeada por uma faixa densamente arborizada que conferiria proteção e a preservar a intimidade. Dentro da quadra, os edifícios de habitação coletiva de seis andares foram dispostos livremente em pilotis.

Embora não houvesse uma determinação explícita no RPP sobre a organização interna dos edifícios, ao analisar as primeiras unidades construídas, nota-se a configuração de uma setorização das áreas sociais, íntimas e de serviço. As áreas sociais foram alinhadas junto a uma face da edificação, determinando assim a fachada principal dos edifícios que, em sua maioria possuíam grandes aberturas envidraçadas. Na face oposta à social, foram localizadas as áreas de serviço (cozinha, lavanderia, despensa, banheiro e quarto de empregadas), conseqüentemente, determinavam assim a fachada de serviço, muitas delas receberam vedação com blocos vazados (cobogós). Vale ressaltar que nas primeiras duas versões Código de Obras e Edificações do Distrito Federal (1960, 1967), usa-se a terminologia "quarto empregada" para designar os dormitórios de serviço, o que foi alterado para "compartimento de serviço" na versão de (1998).

O acesso de automóveis, tanto às quadras como aos edifícios de apartamentos seria feita por uma única entrada, percorrendo vias sinuosas com a intenção de reduzir a velocidade, garantindo maior segurança aos pedestres. Ainda, dentro de cada quadra, foi localizado a escola primária e o jardim de infância. Segundo Costa, a configuração das superquadras, assim como os apartamentos de seis andares permitiriam que "mães" observassem as crianças pela janela enquanto elas brincam em áreas públicas. (COSTA, 1995b, p. 308)

No encontro de duas quadras, foi localizado um pequeno comércio local, disposto linearmente ao longo de um dos lados de cada quadra e perpendicularmente ao eixo residencial. A fachada do comércio estaria voltada para a faixa de arborizada, e não para a rua, sendo acessada por pedestres pela parte interna.

Ao final de cada rua comercial foram localizados lotes institucionais ou destinados a equipamentos de lazer – como clube de vizinhança e cinema – localizados ao final da rua comercial, e o jardim de infância e posto de saúde no interior da quadra.

O conjunto de quatro quadras conformaria a superquadra, o que seria equivalente ao tamanho e densidade de um bairro e dotada de atividades e equipamentos de apoio à vida cotidiana. Estes usos complementares possibilitariam que os habitantes tivessem fácil acesso a estes equipamentos a pé.

Já a escala bucólica, que confere ao conjunto característica de uma cidade-parque, corresponde às áreas verdes pouco ou não edificáveis, predominando assim as áreas verdes sobre as edificadas. Ainda, ela atuaria como elemento articulador da paisagem, estando presente (em menor ou maior escala) nas outras escalas – compreendendo as áreas livres, pavimentadas ou verdes – e que confeririam unidade a cada uma das outras escalas em suas variações.

Com base nas críticas feministas, é possível afirmar que há evidências de que a cidade se divide em duas esferas opostas: uma centrada no masculino, caracterizada pela racionalidade e voltada para o trabalho organizado e eficiente (escalas gregária e monumental), e outra associada ao ambiente feminino, doméstico, natural e sensível (escalas residencial e bucólica). Além disso, pode-se dizer que leitura de Costa sobre a cidade não apenas determina o lugar de homens e mulheres, mas também explícita ao papel das mulheres como mães e responsáveis pelo lar.

Outra possível análise sugere que a organização das escalas indica um sistema hierárquico, que se manifesta na forma e disposição da cidade em círculos concêntricos. Este sistema começa no centro político-administrativo (escala monumental), passa pelo centro econômico (escala gregária), pelas áreas residenciais (escala residencial) e, na extremidade, atinge a escala bucólica. Assim, a escala residencial se situaria entre a racionalidade da escala gregária e a “natureza selvagem” da escala bucólica. Isso sugere a existência de uma zona de transição entre o racional e o selvagem, um espaço que necessita ser mediado, controlado e protegido.

Embora essas questões pareçam meramente teóricas e abstratas, elas se refletem não apenas no desenho urbano, mas também na maneira como homens e mulheres percebem e vivenciam a cidade.

Mudanças demográficas e dinâmicas sociais: o papel de homens e mulheres na cidade

Mais de seis décadas separam o plano de Costa da Brasília atual. Embora inicialmente a cidade tenha sido aclamada pelo seu planejamento urbano e pelas nobres intenções de criar uma sociedade mais igualitária, foi desacreditada pelo rápido crescimento de outros núcleos urbanos afastados da capital, onde concentra a população mais pobre.

Além disso, vale ressaltar que, somado as políticas urbanas, mudanças espaciais, sociais e econômicas influenciaram a ocupação do território e o comportamento de seus habitantes. A evolução dos perfis familiares ao longo do tempo revela outros arranjos sociais, além de mudanças significativas nos papéis desempenhados por homens e mulheres e na maneira como ocupam a cidade.

Como é sabido, desde o início de sua construção, Brasília atraiu uma grande migração, inicialmente composta por trabalhadores da construção civil do sexo masculino e, mais tarde, por suas famílias. (IBGE, 1959) Muitos desses migrantes foram alojados em assentamentos temporários próximos ao local da construção da capital, os quais foram posteriormente transformados em cidades satélites. Outros foram realocados para cidades satélites planejadas para receber essas pessoas, além de outros migrantes e do próprio aumento populacional.

Em 1960, quando a cidade foi parcialmente inaugurada, a população era de 14.0164 habitantes. Deste total, 48% residiam na capital e 52% divididos entre os assentamentos informais e as cidades satélite - dos quais 62,2% eram homens e 37,8% eram mulheres.

Naquele momento, a percentagem de mulheres economicamente ativas era de 13,4%, com os homens sendo os principais responsáveis pelo provimento da casa. Esses dados podem ser atribuídos a vários fatores, incluindo a concentração de empregos na construção civil (dominada por homens), a alta taxa de fertilidade (seis filhos por mulher), que impunha às mulheres a responsabilidade de cuidar da casa e da família, e as restrições legais ao trabalho feminino. (IBGE, 1960)

É importante destacar que as questões de gênero estão entrelaçadas com outras, como classe e raça. Por exemplo, nas cidades satélites, a maioria da popu-



lação é composta por pessoas de baixa renda e de origem étnica negra ou parda. Para muitas dessas mulheres, devido às responsabilidades de cuidar dos filhos e das tarefas domésticas não remuneradas em suas próprias residências, as mulheres de classe baixa ficavam confinadas ao âmbito doméstico. Por outro lado, aquelas que, por diversos motivos, precisavam contribuir com a renda familiar, frequentemente encontravam emprego no trabalho doméstico.

Nas superquadras e em outras áreas residenciais de Brasília, era comum que as famílias de classe média contassem com empregadas domésticas para realizar as tarefas domésticas e cuidar das crianças. Muitas dessas empregadas moravam no local de trabalho, em espaços menores geralmente ligados às áreas de serviço, nos fundos das casas ou apartamentos. Mesmo para mulheres de classe média, que geralmente tem acesso à educação formal avançada e uma relativa autonomia para decidir trabalhar, as oportunidades de emprego também eram mais limitadas em comparação com os homens. Grande parte das oportunidades de trabalho também estava concentrada nos cuidados e na educação – professoras, pedagogas, enfermeiras etc.



Figura 3

Mulheres caminhando pelo comércio local de uma superquadra na asa sul
Fonte: Ar-DF, década de 1960



Figuras 4 e 5

Homens confraternizando sob a estação de ônibus no centro de Brasília; Cine Ritz: um dos cinemas do setor de entretenimento do sul. Fonte: Ar-DF, década de 1980

Assim, é possível afirmar que o zoneamento urbano, a concentração de determinadas instalações (como escolas, creches e hospitais) e as características socioculturais, como a presença de empregadas domésticas, contribuíram para estabelecer as superquadras como espaços predominantemente ocupados por mulheres e crianças. (Figura 3)

Já no centro da cidade, como se verá a seguir, uma outra lógica é percebida. Nas primeiras décadas após sua inauguração, as áreas centrais de Brasília ainda estavam em construção, com operários da construção civil, profissionais liberais e burocratas da administração pública trabalhando lado a lado. Neste contexto, surgiram os primeiros espaços de encontro e socialização. Nos arredores da rodoviária, por exemplo, os trabalhadores tinham como ponto de encontro os bares improvisados sob o Touring Clube. (Figura 4)

Ao final década de 1960, quando os primeiros edifícios do Setor de Diversões foram inaugurados, algumas representações consulares ocuparam provisoriamente parte das salas disponíveis. Nesse ambiente, surgiram atividades comerciais e culturais para atender à clientela durante o horário de trabalho, como cinemas, teatros, cafés, livrarias e restaurantes. (NUNES, 2009) No entanto, ao cair da noite, depois do horário de trabalho, outras atividades surgiam nos subsolos do setor (incluindo bordéis, casas de massagem, boate gay e casas noturnas) que tinham como público-alvo os trabalhadores da região, além, claro, dos políticos e visitantes hospedados no setor hoteleiro.

Na década de 1970, quando as representações internacionais foram transferidas para as suas sedes definitivas, as atividades comerciais voltadas para esse grupo foram aos poucos encerrando suas atividades. Paralelamente, os cinemas passaram a exibir comédias eróticas também conhecidos como pornochançadas. Vale ressaltar que estes filmes apresentavam situações eróticas de exploração anatômica do corpo feminino e, posteriormente cenas explícitas de sexo. Na década de 1980, alguns dos cinemas passaram a exibir sessões de filmes deliberadamente pornográficos, intercalados com performances de sexo ao vivo. Em frente a cinemas como o Cine Ritz, prostitutas se posicionavam para divulgar a agenda do dia e oferecer seus serviços. (Figura 5)

Essa confluência de fatores resultou na conformação de um ambiente pouco amigável para mulheres que passaram a evitar a área central. Ao mesmo tempo, surgiam outras opções de lazer e entretenimento para a classe média - como shopping centers, clubes privados ou mesmo o comércio local nas superquadras - que passariam a ser mais amigáveis ao público feminino.

Desde os anos 1980, o crescimento da região metropolitana permitiu a expansão do mercado de trabalho com a consolidação de cidades-satélites. No entanto, os salários mais altos continuaram a ser pagos no setor público, concentrado em Brasília. Embora a inclusão de mais mulheres no mercado de trabalho tenha contribuído para o aumento da renda familiar, a desigualdade entre o centro e a periferia persistia. (PAVIANI; TURKIENICZ, 1987)

De acordo com um relatório da CODEPLAN publicado em 2013, 47,22% das ofertas de trabalho no DF estavam concentradas no Plano Piloto, onde 93,6% dos habitantes trabalham perto de suas residências. Na época, a região central de Brasília concentrava empregos nos setores de serviços, comércio e administração pública, atraindo mais de 666.000 trabalhadores diariamente. Outra descoberta significativa foi que, naquele ano, 58,7% das residências no Plano Piloto utilizavam serviços domésticos, em contraste com as regiões mais distantes, onde essa taxa era de apenas 1,5%. (MIRAGAYA, 2013)

Historicamente, o trabalho doméstico sempre foi majoritariamente realizado por mulheres. Até meados de 2015, quando foi sancionada a Lei Complementar nº 105 (PEC das Domésticas), era comum que empregadas domésticas morassem na casa dos seus emprega-

⁴ Nas primeiras versões do Código de Edificações do DF, o alojamento de serviçais é designado como quarto ou dependência de empregada. Em versões posteriores do código, o termo quarto ou dependência empregada foi substituído por empregados ou funcionários.

dores.⁴ Com a PEC, a residência dessas trabalhadoras no local de trabalho foi dificultada, tornando necessário o deslocamento diário das áreas periféricas para Brasília.

Em 2017, 32,4% das famílias tinham uma estrutura monoparental feminina, e dois terços dessas famílias residiam em áreas periféricas. O que demandava que mulheres chefe-de-família, após o turno de trabalho, voltassem para casa, onde realizariam um segundo turno de trabalho não remunerado - seja no cuidado dos filhos ou nas tarefas domésticas. Vale ressaltar que no Brasil, mulheres gastam em média 9,6 horas semanais a mais que os homens em tarefas domésticas e cuidados. (NERY; BRITTO, 2023) Além disso, é importante destacar outro aspecto: 6,5% da população negra está envolvida em trabalho doméstico, desempenhando funções como empregadas domésticas, faxineiras, babás, cuidadores, jardineiros e motoristas. Esses cargos são ocupados predominantemente por mulheres, e as mulheres negras representam 80% desse segmento da força de trabalho.(CODEPLAN, 2023)

De acordo com o relatório "A inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho do Distrito Federal" (CODEPLAN, 2019a), embora a população feminina em idade ativa seja maior do que a masculina, o número de mulheres em atividades laborais remuneradas é menor. Entre as mulheres economicamente ativas, 34% foram absorvidas pelos setores público, de educação, saúde e assistência social, 15% atuam em alimentação, alojamento e atividades artísticas e recreativas, e 12,3% trabalham em serviços domésticos.

Considerando a dupla carga de trabalho enfrentada por mulheres em suas residências, juntamente com a prevalência de sua ocupação em setores como educação, saúde e serviços domésticos, combinados com o zoneamento urbano que tende a concentrar tais atividades nas áreas residenciais, pode se afirmar que as mulheres permanecem mais tempo em áreas residenciais do que nas centrais. Este fenômeno, por sua vez, contribui para reduzir a presença de mulheres nos espaços públicos, favorecendo assim uma segregação de gênero no ambiente urbano. Esses dados são consistentes com os resultados de estudos que investigam a percepção das mulheres sobre os espaços urbanos.

Uma pesquisa realizada em Brasília por Souza, Bittencourt e Taco (2018) teve como objetivo identificar os fatores que levam as mulheres a mudarem de ca-

minho ao andar a pé e quais são seus maiores medos nos espaços públicos. As participantes foram questionadas sobre os principais motivos que as faziam evitar determinados locais. Os resultados mostraram que o maior medo das mulheres ao andar em espaços públicos é a violência física ou sexual. Esse medo estava relacionado à presença de pessoas desconhecidas e a ruas ou calçadas escuras ou desertas. Embora as características físicas do espaço público sejam significativas, o impacto psicológico da ameaça representada por pessoas desconhecidas parece ser o principal motivo para as mulheres evitarem esses espaços.

Em uma outra pesquisa, Ferraz (2017) relacionou o índice de crimes e a sensação de insegurança em relação aos aspectos físicos do espaço público na região metropolitana de Brasília. O estudo revelou que as pessoas se sentem mais seguras em seu próprio bairro do que em outros bairros. Nesses últimos, a insegurança estaria relacionada também a presença de pessoas desconhecidas. Sendo que, a sensação de insegurança foi apontada como menor em casa do que em espaços públicos pelos mesmos motivos.

Dados recentes da Secretaria de Segurança Pública do DF informam que registrados 607 crimes de estupro em 2021. Os registros mostram que 64,3% dos estupro foram cometidos contra crianças (0 a 14 anos de idade), sendo 88,4% das vítimas do sexo feminino.

Embora as mulheres se sintam mais inseguras no espaço público, os dados revelaram que 49% dos estupro ocorridos acontecem dentro do ambiente doméstico, e apenas 25% em áreas públicas. Já os dados que envolvem crianças, o número de casos registrados no interior das residências é de 75,5%. Os registros informam também 516 casos de importunação sexual, dos quais 17,8% aconteceram em via pública, 34,3% no interior do transporte público e 30% no interior das residências. (SSP/DF, 2022)

Esses dados mostram que Brasília não é tão diferente de outras cidades quando se trata de segregação de gênero e da ameaça que as mulheres sentem em espaços públicos. Contudo, ao considerar as intenções igualitárias do seu projeto, pode se afirmar que ele não considerou a igualdade de gênero como parte de seus ideais igualitários. E que os resultados disso pode ser percebido nas pesquisas acima citadas, que se traduzem em evidências de uma segregação de gênero.

Nos últimos anos, o aumento no número de pesquisas e relatórios técnicos como aqueles citados aqui,

reforçam nosso argumento, ao mesmo tempo que indicam uma maior consciência para intersecções entre as questões de gênero e o espaço. Além disso, uma sucessão de mudanças de contexto de ordem social, econômica, política e cultural em vez de combater, solidificaram a desigualdade de gênero que já estava inscrita no plano urbano.

Conclusão

Este artigo buscou demonstrar que, embora as intenções universalistas de Brasília possam parecer igualitárias, elas não o são a partir de uma perspectiva de gênero. A revisão de literatura mostrou que as questões de gênero não são apenas retóricas, mas práticas. Como apontou Lefebvre, a arquitetura da cidade e dos edifícios, como produto social, está diretamente relacionada à sociedade que a produz. Considerando que a sociedade brasileira — assim como outras citadas no texto — tem suas raízes no patriarcado, essas arquiteturas refletem naturalmente as hierarquias de gênero. Nesse sentido, a organização funcional, as normas que regulam a organização e os parâmetros para a elaboração dos espaços informam sobre hierarquias de gênero.

Contudo, para evitar um anacronismo ao analisar determinado fato arquitetônico, deve-se considerar a sociedade no tempo em que ele foi projetado. Assim, ainda que Brasília buscasse ser uma cidade igualitária, ela é uma cidade de seu tempo. Como os avanços mais significativos nas políticas de equidade de gênero ocorreram após sua inauguração, é natural que ela fosse mais conservadora nesse aspecto.

Entretanto, esse entendimento mais compreensivo da história e dos espaços e seus agentes-autores não deve ser confundido com condescendência. Costa, como muitos homens e até mesmo mulheres de sua época, compartilhavam das visões dominantes de seu tempo. Consequentemente, Brasília, como produto dessa sociedade, materializaria essas relações de gênero.

Ao contrário das pessoas envolvidas em sua construção, que já não estão mais presentes, a cidade permanece viva e continua a reproduzir discursos e práticas de mais de meio século atrás, como a análise dos dados socioeconômicos e criminais demonstrou. Isso se deve tanto à permanência do projeto quanto a práticas consolidadas no planejamento urbano, na arquitetura, nas normas e regulações, e na gestão política da cidade.

Portanto, reconhecendo a importância das questões de gênero para compreender as dinâmicas sociais no espaço, é crucial considerar a arquitetura da cidade e dos edifícios não apenas como produto social, mas também como instrumento de mudança. Para que essa mudança ocorra, é essencial não apenas revisar a história, mas fazê-lo com uma perspectiva de reflexão e ação no presente, seja na reavaliação do projeto, das práticas profissionais consolidadas, das normas e regulações de uso do solo e dos códigos de construção. E claro, tratando-se de Brasília como patrimônio da humanidade, repensar a cidade implica necessariamente refletir sobre quais princípios ainda fazem sentido preservar, se o objetivo é a construção de uma cidade mais justa e igualitária.

Referências

A Saga das Candangas Invisíveis., 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DTy3t69E3Pg>>. Acesso em: 20 jul. 2020

Brasília, Contradições de Uma Cidade Nova. Brasil: Filmes do Serro, , 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk>

CODEPLAN. *O Perfil Sociodemográfico da População Negra do Distrito Federal.* Brasília: GDF, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-O-perfil-sociodemografico-da-populacao-negra-do-Distrito-Federal.pdf>>.

CODEPLAN. *A inserção da mulher no mercado de trabalho do Distrito Federal.* Governo do Distrito Federal, , 2019a. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim-Mulheres-PED-DF-2019.pdf>>

CODEPLAN. *Mercado de trabalho, gênero e uso do tempo.*, Mach 2019b. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/mercado-de-trabalho-genero-e-uso-do-tempo-no-distrito-federal/>>. Acesso em: 5 dez. 2019

CODEPLAN. *Retratos Sociais DF 2021 - O perfil sociodemográfico da população negra do Distrito Federal.* 1. ed. Brasília, Brazil: CODEPLAN, 2023.

Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - Lei 2.105/ 1998 -. Governo do Distrito Federal, , 9 out. 1998. Disponível em: <<https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/4c841fd-5-ea46-3b8f-9656-5ce1d3323f57/8140e3cf.pdf>>

CORBUSIER, L.; ETCHELLS, F. *The City of Tomorrow and Its Planning.* London: J. Rodker, 1929.

COSTA, L. *Brasília Revisitada 1985-87: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana.* Diário Oficial do DF, , 14 out. 1987. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf>

COSTA, L. Relatório do Plano Piloto de Brasília (1957). Em: *Lucio Costa: Registro de uma vivência.* São Paulo, SP: Empresa das Artes, 1995a. p. 283–299.

COSTA, L. O urbanista defende sua cidade. Em: *Registro de uma vivência*. São Paulo, Brazil: Empresa das Artes, 1995b. p. 301–310.

EPSTEIN, D. G. *Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press, 1973.

FERRAZ, F. R. *Relações entre desenho urbano e ocorrências criminais: o caso do Distrito Federal*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

FEUERSTEIN, G.; KRENN, J.; WIKIDAL, E. *Androgynos: das Mann-Weibliche in Kunst und Architektur = the male-female in art and architecture*. Stuttgart: A. Menges, 1997.

FISHMAN, R. *Urban utopias in the twentieth century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, and Le Corbusier*. 1st MIT Press pbk. ed ed. Cambridge, Mass: MIT Press, 1982.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Paris: Gallimard Paris, 1975.

GOSLING, D. Brasilia. *Third World Planning Review*, v. 1:1, p. 41–56, 1979.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - Decreto no 7/1960*. Governo do Distrito Federal, , 13 jun. 1960.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (ED.). *Código de Edificações de Brasília - Decreto no 596/1967*. Governo do Distrito Federal, , 8 mar. 1967.

HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. S3, p. S170–S187, abr. 1980.

HEYDEN, H. Modernity, Gender and the City. Em: TOSTÕES, A.; INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (LISBON, P. (Eds.). *The shape of the city*. [s.l: s.n.]. p. 76–91.

HOLSTON, J. *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

IBGE. *Censo Experimental de Brasília: População, Habitação*. IBGE, , 17 maio 1959. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3125>>

IBGE. *Censo demográfico : 1960*. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE, 1960.

KUBITSCHKE, J. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

LE CORBUSIER. *The Athens charter*. New York: Grossman Publishers, 1973.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Ed. Anthropos Paris, 1974.

MARQUES, T. C. DE N.; MELO, H. P. DE. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 463–488, ago. 2008.

MIRAGAYA, J. *Perfil da Distribuição dos Postos de Trabalho no Distrito Federal: Concentração no Plano Piloto e Déficits nas Cidades Satélite*. Codeplan, , abr. 2013. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Perfil-da-Distribuição-dos-postos-de-Trabalho-no-DF-Concentração-no-Plano-Piloto-e-Deficits-nas-Cidades-Dormitório.pdf>>

NERY, C.; BRITTO, V. *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas* | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NIEMEYER, O. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 1998.

NUNES, B. F. Elementos para uma sociologia dos espaços edificados em cidades: o “Conic” no Plano Piloto de Brasília. *Cadernos Metrópole*, v. 21, p. 13–32, 2009.

PAVIANI, A. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto Ed. Associations, 1985.

PAVIANI, A.; TURKIENICZ, B. (EDS.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília : Codeplan, 1987.

Poeira e batom no planalto central 50 mulheres na construção de Brasília. Petrobras, , 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9rxJUc8kbSk&t=1s>>

SAEGERT, S. Masculine Cities and Feminine Suburbs: Polarized Ideas, Contradictory Realities. *signs Signs*, v. 5, n. 3, p. S96–S111, 1980.

SOUZA, A. C. S.; BITTENCOURT, L.; TACO, P. W. G. Women’s perspective in pedestrian mobility planning: the case of Brasília. *Transportation Research Procedia*, v. 33, p. 131–138, 2018.

SPAIN, D. Gender and Urban Space. *Annual Review of Sociology*, v. 40, n. 1, p. 581–598, 30 jul. 2014.

SSP/DF. *Crimes contra a dignidade sexual no DF*. Brasília, Distrito Federal: [s.n.]. Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Analise-FSP-004_2022-Crimes-contra-a-dignidade-sexual_-DF_2021-e-ultimos-anos.pdf>.

A cidade como um espaço pautado pelo gênero: observações sobre a invisibilização das mulheres no direito à cidade

Marina Guerra Diógenes e Maria Paula Albernaz

Marina GUERRA DIÓGENES é Arquiteta, urbanista e mestra em Urbanismo; doutoranda no PROURB-UFRJ; marina.diogenes@fau.ufrj.br

Maria Paula ALBERNAZ é Arquiteta e doutora em Geografia; professora da FAU e do PROURB-UFRJ; paulaalbernaz@fau.ufrj.br

Resumo

A trajetória feminina é marcada por relações de poder e por questões relacionadas à exclusão, submissão, violência e desigualdade. Debates sobre gênero são essenciais para o campo da produção do espaço urbano e têm ganhado – finalmente – atenção maior nos últimos anos, reflexo do fortalecimento do movimento feminista pelo mundo. As cidades refletem essas relações de poder desiguais da sociedade e é pela perspectiva de gênero que este trabalho visa contribuir com a discussão em relação à produção urbana e ao direito à cidade. É essencial que esse direito incorpore questões de gênero, já que planejar e produzir a cidade não são ações neutras. É baseando-se em experiências empíricas de observação da autora e de um grupo de arquitetas e em uma revisão bibliográfica que aborda a invisibilização de necessidades, planejamentos, produções acadêmicas e opiniões de mulheres sobre o ambiente urbano que esse artigo visa colaborar com esse debate, pensando na cidade como um espaço moldado por relações de poder e de gênero.

Palavras-chave: direito à cidade, mulheres, invisibilização, espaço urbano.

Abstract

The female path is marked by power relations and issues related to exclusion, submission, violence and inequality. Debates about gender are essential to the field of urban space production and have – finally – gained greater attention in recent years, reflecting the strengthening of the feminist movement around the world. Cities reflect these unequal power relations in society, and it is from the gender perspective that this article aims to contribute to the discussion regarding urban production and the right to the city. It is essential that this right incorporate gender issues, since planning and producing the city are not neutral actions. Based on the empirical experiences of the author and a group of architects and on a bibliographical review that addresses the invisibility of needs, planning, academic productions and opinions of women about the urban environment, this article presents the city as a space shaped by power relations and gender.

Keywords: right to the city, women, invisibilization, urban space.

Resumen

La trayectoria femenina está marcada por relaciones de poder y cuestiones vinculadas a la exclusión, la sumisión, la violencia y la desigualdad. Los debates sobre género son esenciales para el campo de la producción del espacio urbano y, finalmente, han ganado mayor atención en los últimos años, lo que refleja el fortalecimiento del movimiento feminista en todo el mundo. Las ciudades reflejan estas relaciones desiguales de poder en la sociedad

y es desde una perspectiva de género que este trabajo pretende contribuir a la discusión en relación a la producción urbana y el derecho a la ciudad. Es fundamental que este derecho incorpore cuestiones de género, ya que planificar y producir ciudad no son acciones neutrales. Se basa en experiencias de observación empírica de la autora y un grupo de arquitectas y en una revisión bibliográfica que aborda la invisibilidad de las necesidades, la planificación, las producciones académicas y las opiniones de las mujeres sobre el entorno urbano que este artículo pretende contribuir a este debate, pensando sobre la ciudad como un espacio moldeado por las relaciones de poder y género.

Palabras-clave: derecho a la ciudad, mujeres, invisibilización, espacio urbano.

Introdução

A trajetória da sociedade é marcada historicamente por relações de poder e por exclusão, privação, submissão, violência e desigualdade. Mas a quem se refere quando se fala sobre exclusão, privação, submissão, violência e desigualdade? Essa resposta é bem evidente, às minorias populacionais. Ou melhor, às maiorias minorizadas relativas a gênero, raça, sexualidade, classe, deficiências, dentre tantas outras. As cidades são os grandes cenários onde tudo isso se desenrola.

O termo “maioria minorizada” é utilizado principalmente no campo dos estudos sociais para descrever grupos que, apesar de serem numericamente maiores dentro da sociedade, são sistematicamente marginalizados, sub-representados e excluídos em relação ao acesso a recursos e decisões. Santos (2020) apresenta o termo “maioria minorizada” no contexto racial e enfatiza que a compreensão desse conceito exige uma análise crítica das estruturas de poder que perpetuam desigualdades, discriminações e opressões, como o racismo e o sexismo.

Neste texto, a atenção estará voltada para a trajetória feminina, enfocando principalmente a exclusão das mulheres no direito à cidade. A violência presente de forma constante até hoje na realidade feminina, por exemplo, atua de maneiras múltiplas, sendo física ou não e estando nos âmbitos político, econômico, cultural, sexual, psicológico e urbano (FEDERICI, 2017; DAVIS, 2016). Essa violência independe de etnia e situação financeira, mas é inegável que o acesso a denúncias e formas de proteção estão atrelados a esses dois aspectos. Partindo desse contexto de relações de poder, a sociedade e as cidades atuais têm organizações e planejamentos decorrentes de valores capitalistas, machistas e patriarcais.

A cidade é um espaço socialmente construído que reflete e reproduz relações de poder e hierarquias sociais, incluindo aquelas baseadas em gênero. Este artigo aborda a questão da invisibilização das mulheres e de suas necessidades no contexto urbano, explorando como as estruturas urbanas e sociais muitas vezes marginalizam e restringem o acesso das mulheres ao direito à cidade. A invisibilização é uma noção que abrange a supressão da expressão, da voz, dos direitos, dos modos de vida, dos dramas e das formas de ação de grupos minorizados (CIDADE, 2018; TELLES, 2010), sendo parte de um sistema deliberado de interesses patriarcais, raciais e de classe, por exemplo.

Assim, por uma perspectiva de gênero, este trabalho visa contribuir para o debate em relação à produção da cidade e ao direito à cidade, já que mesmo que tenha ocorrido um aumento no número de mulheres em cargos públicos, políticos, administrativos e de planejamento urbano de destaque, os padrões masculinos ainda prevalecem e orientam o funcionamento desses espaços. As cidades são historicamente vividas, pensadas, construídas e administradas por homens para homens, com planejamentos que não condizem com as necessidades de mulheres e pessoas que fogem do modelo dito padrão: masculino, cisgênero, branco e heterossexual (HUDSON e RÖNNBLÖM, 2008).

A histórica divisão do trabalho por gênero reverbera ainda hoje, com a perspectiva atrasada de que o ambiente doméstico é o feminino e o ambiente público é o masculino. Para pontuar alguns dados, em 2019, segundo o estudo "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,5% das mulheres a partir de 15 anos integravam a força de trabalho no país, em oposição a 73,7% dos homens. Quando as mulheres de 25 e 49 anos tem filhos de até 3 anos, o nível de ocupação delas é de 54,6%, abaixo dos 67,2% daquelas que não têm. Já entre os homens nessa faixa etária e com crianças até os 3 anos, o nível de ocupação de 89,2%, maior que os 83,4% dos que não têm filhos nessa idade e consideravelmente maior que a porcentagem das mulheres. Esse mesmo estudo de 2019 mostrou ainda que as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo dos homens em afazeres e cuidados domésticos semanais, 21,4 horas contra 11 horas.

Desse modo, a divisão sexual ultrapassada do trabalho também se manifesta no contexto urbano, com mulheres ainda assumindo responsabilidades desproporcionais pelo trabalho doméstico e cuidado familiar,



limitando sua mobilidade e participação na esfera pública. Embora tenhamos significativos e comemorados avanços na luta feminina pela emancipação profissional e por outras conquistas, essa perspectiva histórica da divisão do trabalho ainda reforça estereótipos de gênero, influi no planejamento e no uso do espaço público e perpetua a invisibilização das mulheres no espaço urbano.

Este trabalho usa de dinâmicas de observação empírica de cidades brasileiras partindo da experiência vivida da autora e de um grupo de arquitetas e urbanistas de 23 a 35 anos, visando colaborar com a discussão e elucidar questões que contribuam para o avanço da construção de espaços urbanos mais democráticos, onde mulheres, homens e não binários – dentre todas as outras identificações que possam existir – possam se sentir bem vivenciando e participando dos processos e decisões que moldam a cidade. Para as impressões e interpretações colocadas aqui, foram utilizadas – além de revisões bibliográficas – observações realizadas em percursos urbanos caminhados em bairros centrais das cidades brasileiras de Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, relatadas e analisadas em reuniões e rodas de conversas, avaliando pontos relativos principalmente à sensação de segurança.

O texto está estruturado, além desta breve introdução e das considerações finais, em três tópicos que abordam a cidade e o estudo dela como âmbitos pautados pelo gênero: iniciando com uma observação sobre o gênero no direito à cidade; que se desdobra na percepção dela como um reflexo das relações de poder de gênero; e por fim, são colocadas produções, necessidades e planejamentos que são invisibilizados nos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo.

O gênero no direito à cidade

A cidade é permeada por questões de gênero que influenciam a forma como os espaços são concebidos, acessados e vivenciados. Desde a distribuição desigual de recursos e serviços até a presença de assédio e violência de gênero nas ruas, o espaço urbano é moldado por relações de poder que frequentemente excluem ou limitam as experiências e o poder de reivindicação de quem não se insere no padrão masculino e branco (HUDSON e RÖNNBLUM, 2008).

A expressão “direito à cidade” foi originalmente cunhada pelo sociólogo francês Henri Lefebvre (2001 [1968]) e é um direito social fundamental e coletivo, não pode ser pensado e almejado de forma individual.

Lefebvre coloca também uma crítica à alienação provocada pela urbanização acelerada, defendendo que a urbanização não deve ser entendida apenas como impacto da industrialização no espaço físico das cidades e enfatizando o valor do espaço urbano como de uso e não de troca.

Defende-se aqui neste artigo que o conceito de “direito à cidade” oferece uma visão ampla, indo além das condições de habitabilidade e dos benefícios físicos da urbanização, considerando também a apropriação e a participação nos processos de transformação da cidade como essenciais para um desenvolvimento socioeconômico inclusivo. Complementando essa ótica, utiliza-se de Cavallazzi e Bertoldo (2020) que explicam o direito à cidade como sendo composto por um feixe de direitos sociais essenciais e sem hierarquia entre si, que incluem direito à habitação, educação, saúde, trabalho, transporte, lazer, serviços públicos, segurança, preservação patrimonial, dentre outros.

Vainer (2013) e Maricato (2015) ressaltam a perspectiva econômica da cidade dentro do capitalismo, sendo um produto e mercadoria especial, e também destacam o conflito da cidade com valor de uso e valor de troca. Maricato coloca que a cidade com valor de uso deveria ser a prioridade visando as necessidades das classes mais populares e trabalhadoras e de maiorias minorizadas dentro da sociedade, as quais desejam serviços públicos e moradias mais baratas e de qualidade. Já a cidade com valor de troca é o foco de quem explora o espaço urbano como um negócio visando o lucro e dos detentores de privilégios. Cabe enfatizar que, no sistema em que vivemos, os problemas urbanos relativos a desigualdades de gênero, sociais e econômicas não são resultado do sistema funcionando de maneira errônea ou colapsando, mas do funcionamento dele exatamente como pretendido.

O conceito de Lefebvre envolve outros dois direitos importantes: o direito de uso no sentido de se apropriar do espaço urbano nas utilizações cotidianas; e o direito à participação nos processos de tomada de decisão sobre a produção do espaço urbano em qualquer escala. Desse modo, o direito à cidade é um conceito capaz de direcionar debates e práticas sobre a produção, o projeto e o planejamento urbano e direcionar lutas sociais por caminhos mais justos. Infelizmente, esse conceito está, por vezes, refletido mais nos discursos do que de fato nas políticas e projetos urbanos públicos.

Complementando a linha que está sendo apresentada e defendida aqui, Harvey (2008) defende que o direito à cidade deve ir além do direito individual de acesso aos equipamentos urbanos, é um direito coletivo de todas as pessoas, que habitam, acessam e usam a cidade, usufruírem dela e definirem o que é fundamental para atender às necessidades da população nos ambientes coletivos urbanos. Nas suas palavras:

A questão sobre que tipo de cidade queremos não pode ser separada de que tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de reformular o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir nossas cidades e nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2008, p. 23, tradução da autora)¹

Contudo, observa-se que a identificação do direito à cidade segundo essas noções apresentadas não joga luz sobre ou dá uma atenção direcionada às questões e relações de poder patriarcais, que impactam em desigualdades relativas ao gênero no cotidiano, como a segurança urbana que limita a mobilidade e liberdade das mulheres, a segregação histórica de gênero nos espaços públicos e privados, e a sub-representação das mulheres em espaços de decisão urbana. Essas relações de poder patriarcais atreladas às desigualdades de gênero, juntamente com debates sobre raça e classe, são essenciais para uma discussão mais abrangente e justa sobre o direito à cidade e, conseqüentemente, sobre o direito de uso e o direito à participação nos processos de produção do espaço.

Quando se defende e almeja uma cidade democrática, todos – independente de gênero, etnia, orientação sexual, deficiência ou classe – devem poder usufruir dela e influenciar seu planejamento. Entretanto, essas características citadas são bases para exclusões e violências urbanas e reafirmam como o direito à cidade pleno parece ainda longe da realidade. O gênero é apenas uma dessas categorias que identificam e diferenciam, mas é uma que tem impacto em todos os cidadãos, embora de maneiras diferentes.

É relevante que entendamos que os agentes urbanos não são neutros e agem de acordo com seus interesses, que são muitas vezes econômicos. As pessoas não são neutras, foram educadas e socialmente criadas com base em categorias de gênero e raça, dimen-

¹ Texto original: "The question of what kind of city we want cannot be divorced from that of what kind of social ties, relationship to nature, lifestyles, technologies and aesthetic values we desire. The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: it is a right to change ourselves by changing the city. It is, moreover, a common rather than an individual right since this transformation inevitably depends upon the exercise of a collective power to reshape the processes of urbanization. The freedom to make and remake our cities and ourselves is, I want to argue, one of the most precious yet most neglected of our human rights." (HARVEY, 2008, p. 23)

sões definidoras dos mais diversos âmbitos de interações. E o espaço coletivo também não é neutro, é projetado por agentes e pessoas e reflete prioridades, intenções, interesses, decisões políticas e história. Assim, ao se enfatizar que os agentes urbanos, as pessoas e o espaço coletivo produzido não são neutros, se usa como base perspectivas de análise feministas e racializadas sobre o mundo vindas de Davis (2016), Federici (2017) e Hooks (2015), por exemplo.

As cidades – por meio de zoneamentos, planejamentos, usos, ocupações, espaços projetados, arquiteturas, relações sociais, relações de gênero e interesses econômicos – reproduzem e são um grande palco para as estruturas de poder da sociedade. Dessa forma, é essencial que a cidade seja analisada por uma perspectiva que considere diferentes agentes, intenções, funções e oportunidades do planejamento urbano.

O urbano como reflexo das relações de gênero

Como Lefebvre (1991) argumenta, o espaço é socialmente produzido de maneiras que muitas vezes parecem – e tem a intenção de parecer – neutras, abstratas e fora do controle das pessoas. Todavia, são parciais e políticas, com relações de poder que permanecem, de certo modo, ocultas.

Partindo então dessa falsa ideia do planejamento como neutro, defende-se que aspectos da forma urbana são moldados também por relações de gênero e que o direito à cidade precisa ser entendido sob esses termos. Assim sendo, entende-se como necessário compreender perspectivas, perigos, violações e medos próprios das mulheres ao usar as cidades, questionando se e como essas noções podem delinear, organizar, desenhar e direcionar a construção e o planejamento do espaço urbano.

Uma premissa básica para que uma cidade seja democrática deve ser que as mais diversas pessoas tenham direitos e possibilidades iguais de usufruir dela e tenham voz para opinar sobre o seu planejamento. Mas as cidades são democráticas hoje? As mulheres têm direito à cidade de forma plena? Em relação à segurança no espaço público, aspecto essencial para esse debate, Rolnik em uma postagem de 2016 no seu blog interliga o ponto ao direito à cidade e é categórica:

As mulheres também têm direito à cidade?

Enquanto andar sozinha pela rua significar o medo de ser assediada, ameaçada ou violentada, a resposta é



não! As mulheres não têm direito à cidade porque não têm uma vivência plena e segura do espaço público. Não apenas nas ruas e demais espaços, mas também no transporte público, especialmente em horários de pico, quando a superlotação favorece a ação de abusadores. (ROLNIK, 2016)

A falta de segurança e acessibilidade nos espaços públicos urbanos e a ameaça de violência física e sexual representa uma barreira significativa para as mulheres, restringindo a liberdade de deslocamentos e trajetos, o acesso a lugares e meios de transporte no espaço urbano público cotidianamente, e o usufruto de serviços e oportunidades. O assédio sexual nas ruas, a falta de iluminação adequada e a falta de transporte público seguro são apenas algumas das maneiras pelas quais as mulheres e suas necessidades são ignoradas no espaço urbano. Esse é um tema que tem tido mais visibilidade e sido bastante reconhecido, estudado e documentado.

Essa é uma vulnerabilidade comum às mulheres, contudo cabe frisar que elas não representam um grupo uniforme e apresentam experiências diversas de acordo com suas questões e histórias pessoais e sociais. Diferentes mulheres utilizam, vivenciam e interferem na cidade de maneiras diferentes. E particularidades, como idade, classe social, etnia, orientação sexual, nível de educação formal, emprego e filhos, têm grande influência nessas dinâmicas. O movimento feminista já enfatizava essa diversidade de perspectivas, interesses e experiências há um bom tempo, como explicam variadas autoras, e.g. Djamila Ribeiro (2018), Bell Hooks (2015), Angela Davis (2016), Silvia Federici (2017), Gloria Steinem (2012), dentre várias outras.

É nessa perspectiva da diversidade feminina, que se coloca como fundamental a participação dos mais variados grupos de mulheres nos processos de ensino, pesquisa, teorização, planejamento e projeto urbano, haja vista que, dentro do sistema capitalista e patriarcal, essa participação é de forma geral limitada ou deslegitimada.

O espaço público urbano tem sido historicamente dominado por homens, refletindo normas de gênero que privilegiam a presença masculina e desencorajam a participação feminina. Isso se manifesta em espaços urbanos que são projetados para atender às necessidades e interesses dos homens, enquanto as experiências e preocupações das mulheres são frequentemente ignoradas ou deixadas a margem. Existe uma invisibilização histórica das mulheres no direito ao espaço público urbano e uma apropriação masculina

na desse espaço e da história (SANDERCOCK, 1998). Esse ponto faz relação com a perspectiva histórica e binária já comentada que reverbera ainda hoje, na qual ao homem pertence o ambiente urbano e à mulher, o ambiente doméstico.

Invisibilizações no ensino da Arquitetura e Urbanismo

Concordando com Andréia Moassab (2019), percebe-se que questões étnicas e de gênero apresentam ainda uma abordagem aquém da devida nos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Em geral, também há – e é relevante destacar isso – uma supervalorização dentro da graduação das produções e teorias de arquitetos homens, brancos, heteronormativos e sob as diretrizes do Norte Global. Essa supervalorização é comum e bastante clara dentro das dinâmicas do patriarcado e do capitalismo, e concorda-se com a autora sobre o ponto de que debater e reconhecer diferenças étnicas e de gênero constitui “um importante referencial teórico para compreender os sistemas de produção de sentidos e valor hegemônicos que historicamente excluem ou invisibilizam uma parte significativa da produção arquitetônica subalterna” (MOASSAB, 2019, p. 139). Não se tem a pretensão de, neste artigo, citar bibliografias específicas a serem seguidas no ensino de Arquitetura e Urbanismo, mas de suscitar a necessidade de uma formação questionadora dos padrões hegemônicos adotados e que use de teorias, pensadores e práticas urbanas feministas, antirracistas, decoloniais e anticapacitistas, para citar algumas.

Nesse prisma, ainda segundo Moassab (2019), um dos desafios de introduzir questões de gênero e de raça no ensino de arquitetura e urbanismo é a pouca divulgação de pesquisas e produção bibliográfica sobre o tema, principalmente em português. E existe um motivo para isso, é importante para a manutenção do patriarcado e do capitalismo que nos mantenhemos estáticos, sem maiores questionamentos e com uma visão e entendimento que sejam mais úteis e lucrativos para o sistema. Moassab esclarece que:

Compreender que as clivagens da modernidade são determinadas por uma perspectiva androcêntrica, brancocêntrica, eurocêntrica, urbanocêntrica e burguesa, e não pela qualidade da produção de determinados sujeitos, neste caso, as mulheres e as pessoas negras, é basilar para uma transformação da Universidade, do ensino e do sistema de valoração em arquitetura. (MOASSAB, 2019, p. 152)



É nos Estados Unidos que está boa parte da produção bibliográfica sobre o tema, contudo importar essas bibliografias para ensino na graduação esbarra em alguns pontos. Primeiro, o obstáculo do idioma para obras não traduzidas, e segundo, o debate de gênero de lá não aborda arquitetas do Sul Global. Ananya Roy (2009) critica a hegemonia euro-americana – neste texto se especifica o termo pouco além, criticando a hegemonia euro-norte-americana – sobre a teoria urbana e sobre a importação de bibliografias sobre o debate de gênero e raça. Roy coloca que o problema não é que as teorias do Norte Global não se aplicam ao Sul, mas que essas teorias estão limitadas pelos contextos e pesquisadores desses países e podem não abarcar todas as questões dos países do Sul Global, haja vista que existem outros tipos de contradições e problemáticas.

Moassab (2019) apresenta como foi sua abordagem para discutir questões de gênero em disciplinas que estavam sob sua responsabilidade na graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no Paraná, e como, para tais discussões, é necessário que o professor saia da sua zona de conforto de repetição de um repertório bibliográfico já consolidado, porém limitado. Ela apresentou os desafios de estudar com os alunos a produção de arquitetas brasileiras e latino-americanas, possibilitando o pensamento de que também é bastante válida e importante essa abordagem no âmbito do urbanismo. E não só no sentido de estudar a produção de urbanistas mulheres, mas de se aprofundar nas teorias delas e nas necessidades cotidianas de caráter coletivo ou mais individual das mulheres, que poderiam moldar o espaço urbano que é produzido hoje.

Conforme já foi ressaltado, os espaços públicos urbanos são, em geral, planejados e projetados sem a devida atenção às necessidades de maiorias minorizadas da população. Isso se dá por descaso e também porque essa exclusão é relevante para a manutenção do patriarcado e do capitalismo. Hudson e Rönnblom (2008) complementam essa perspectiva destacando que, além da exclusão do espaço público, as mulheres também são impedidas de participar dos processos de projeto e planejamento da cidade. É válido evidenciar que Hudson e Rönnblom colocaram isso em 2008 sobre um contexto europeu, e 16 anos depois, no Brasil, as mulheres continuam não sendo uma das prioridades em relação ao planejamento urbano ou ocupando amplamente cargos e processos de decisão para se fazerem ouvidas e garantirem seu impacto. Pensan-

do na noção de direito à cidade, é um contrassenso a prática comum de planejar o espaço urbano sem considerar as pluralidades de questões, necessidades e pessoas que habitam e usam esse espaço.

Mulheres pautam seus comportamentos e trajetos na cidade com base no espaço público que lhes é oferecido e na possibilidade de uma violência iminente. Todavia, é claro que não é o ambiente físico por si só que nos ameaça, a violência vem de homens e há uma ausência da garantia de segurança pública. O medo – de assédios e agressões sexuais nas ruas, por exemplo – está entranhado nas relações de poder de gênero na sociedade, nas quais ainda há a ideia ultrapassada de que as mulheres como um grupo são subordinadas aos homens como um grupo, e de que o espaço público é dos homens e o doméstico das mulheres.

É absurdo pensar que o medo feminino se consolida há séculos devido à permanência da violência. É histórico e se mantém no não direito de estar no espaço público sozinha em segurança. Federici (2017) ressalta a perda de poder social da mulher e uma diferenciação sexual no direito ao espaço, relatando como uma mulher desacompanhada na rua corria e ainda corre o risco de assédios e ataques sexuais. Federici aponta ainda que na França na época medieval, a maioria das cidades praticamente descriminalizou o estupro quando as vítimas fossem mulheres proletárias e estupros coletivos se tornaram comuns e realizados sem nem a pretensão de serem escondidos. Pode-se dizer que a sociedade sofre com reverberações de práticas e atitudes como essas até hoje.

Indo um pouco além disso, não é possível pensar na consolidação da emancipação feminina e da igualdade de gênero enquanto as mulheres não tiverem o direito fundamental de tomar suas próprias decisões sobre os seus próprios corpos. Os direitos políticos e os direitos reprodutivos estão atrelados e é essencial essa compreensão, haja vista o interesse do patriarcado e do capitalismo sobre os corpos e escolhas femininos. Davis (2016) explica que os objetivos femininos de carreiras profissionais e desenvolvimentos próprios fora do casamento e da maternidade dependem da possibilidade feminina de limitar e planejar suas gestações.

Esse interesse do patriarcado e do capitalismo contra a emancipação feminina está diretamente relacionado ao fato que as tarefas domésticas desvalorizadas e não remuneradas são essenciais para a sobrevivência desses sistemas. Elas não geram lucro direto, mas possibilitam a geração de lucro, criam, nutrem



e educam a futura mão de obra. Com base no texto *Women and the Subversion of the Community* (1973) de Mariarosa Dalla Costa, Davis (2016) pontua que o caráter privado das atividades domésticas é uma ilusão, a aparência é que a dona de casa apenas cuida das necessidades da sua família, todavia os reais favorecidos por essas atividades são os empregadores do seu marido e os futuros empregadores dos seus filhos. Assim, as mulheres permanecem criando e educando crianças que futuramente venderão sua força de trabalho. É desse modo que é importante para o capitalismo que o espaço feminino continue também sendo o doméstico, e que as mulheres sejam produtivas trabalhando dentro e fora de casa com enormes jornadas.

Considerações finais

A invisibilização das mulheres no espaço urbano é um reflexo das desigualdades de gênero que permeiam nossa sociedade. Os debates sobre gênero são essenciais para o campo da produção urbana e têm ganhado fôlego e interesse maior nos últimos anos – reflexo claro do fortalecimento do movimento feminista no mundo todo. Entretanto, o tema gênero e cidade ainda não recebe a atenção que deveria. Dessa forma, tentar contribuir com o entendimento e com o debate de por quê espaços urbanos não são seguros e inclusivos para mulheres, partindo da ideia de direito à cidade, foi um dos motivadores deste trabalho. As vivências das mulheres nas cidades são reflexos de estruturas de poderes sociais, econômicos e, principalmente, de gênero. Desse modo, enfatiza-se novamente a importância que o direito à cidade incorpore as questões de gênero aos seus debates, haja vista que o planejar e o estruturar a cidade não são pontos neutros, se fazendo fundamental entender desigualdades e o que elas significam com fim de atender, de fato, às questões e necessidades dos mais diversos grupos populacionais.

Para promover a inclusão, é fundamental desafiar e desconstruir as normas de gênero visando romper com as dinâmicas de poder que foram relatadas neste texto e que se relacionam diretamente com a construção do espaço urbano e impactam negativamente o usufruto das mulheres da cidade. Isso inclui a promoção de políticas e práticas urbanas que reconheçam e valorizem as experiências das mulheres, bem como o envolvimento ativo das mulheres na tomada de decisões sobre o desenvolvimento urbano, nos processos de planejamento e projeto, nos debates sobre direito à cidade, na teorização e no ensino da arquitetura e do urbanismo.

As cidades devem ser projetadas e gerenciadas de forma a garantir que sejam espaços inclusivos e acessíveis para todas as pessoas. Isso requer o reconhecimento e o comprometimento com as necessidades e experiências específicas das mulheres no planejamento urbano, bem como o investimento em infraestrutura e serviços que promovam a segurança e a igualdade de gênero.

Referências

- CAVALLAZZI, R. L.; BERTOLDO, F. S. Desafios da Cidade Standard. In: CAVALLAZZI, R. L.; FAUTH, G. *Cidade standard e novas vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: PROURB, 2020. pp. 85-101.
- CIDADE, N. *Refugiados Urbanos: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local*. 2018. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- HARVEY, D. *The right to the city*. *New Left Review*, v.53, 23-40, 2008.
- HOOKS, B. *Talking Back: thinking feminist, thinking black*. New York: Routledge, 2015.
- HUDSON, C.; RÖNNBLUM, M. The woman-made city feminist utopia or practical possibility?. In: DENËFLE, S. (org.). *Utopies féministes et expérimentations urbaines*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. pp. 73-87.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE - Estudos e Pesquisas, 2021. (n.38).
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].
- MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. *Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 2, pp. 134-153, 2019.
- RIBEIRO, D. *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ROLNIK, R. As mulheres também têm direito à cidade? 2016. *Blog da Raquel Rolnik*. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-a-cidade/>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- ROY, A. The 21st-Century Metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, pp. 819-830, 2009.

SANDERCOCK, L. Introduction: framing insurgent historiographies for planning. In: SANDERCOCK, L (ed.). *Making the invisible visible: a multicultural planning history*. Berkeley: University of California Press, 1998. pp. 1-33.

SANTOS, R. *Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

STEINEM, G. *Outrageous Acts and Everyday Rebellions*. New York: Open Road, 2012.

TELLES, V. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. pp. 75-103.



Reinventar a cidade pelas práticas cotidianas femininas

Yara C. Neves e Mônica C. H. L. Olender

Yara C. NEVES é Mestre em Arquitetura e Urbanismo no PP-GAU-UFBA; Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR-UFRJ; yara.neves@arquiteutra.ufjf.br

Mônica C. H. L. OLENDER é Doutora em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU-UFBA; Professora na FAU-UFJF; monica.olender@ufjf.br

Resumo

Em um contexto urbano que ainda é baseado nas necessidades do homem, branco, cis, da classe média e que possui seu veículo próprio, as mulheres periféricas enfrentam dificuldades cotidianamente que impactam nas suas vidas e no seu direito à cidade. Utilizando como base três exemplos empíricos, o presente artigo debate como os corpos femininos acabam por reinventar práticas urbanas que podem apontar para uma produção urbana reinventiva e, possivelmente, mais democrática.

Palavras-chave: gênero, cidade, práticas cotidianas, corpo feminino.

Abstract

In an urban context that is still based on the needs of white, cis, middle-class men who have their own vehicle, peripheral women face difficulties on a daily basis that impact their lives and their right to the city. Using three empirical examples as a basis, this article debates how female bodies culminate reinventing urban practices that can point to a reinventive and possibly more democratic urban production.

Keywords: gender, city, everyday practices, female body.

Resumen

En un contexto urbano que aún se basa en las necesidades de hombres blancos, cis, de clase media y que cuentan con vehículo propio, las mujeres periféricas enfrentan cotidianamente dificultades que impactan sus vidas y su derecho a la ciudad. Tomando como base tres ejemplos empíricos, este artículo debate cómo los cuerpos femeninos terminan reinventando prácticas urbanas que pueden apuntar a una producción urbana reinventada y, posiblemente, más democrática.

Palabras-clave: género, ciudad, prácticas cotidianas, cuerpo femenino.

Introdução

Em seu livro, "Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens", a pesquisadora Leslie Kern fala sobre suas experiências no meio urbano sob diversos aspectos e em diferentes momentos de sua vida. Ela aponta que, ainda na juventude, percebeu que suas vivências e a forma como se colocava na cidade eram diferentes das de seu irmão, mesmo que ambos tenham sido criados em um mesmo lar, por preceitos semelhantes. Leslie não está

sozinha nesta percepção, inúmeras mulheres com quem convivemos já levantaram questões sobre as formas de uso da cidade e suas diferenças quanto ao corpo masculino, o que nos leva a questionar porquê isso acontece.

Nossas cidades são um reflexo das formas de organização da nossa sociedade, ou seja, elas tem como base as necessidades de uma sociedade patriarcal e capitalista e seguem uma lógica funcionalista e racionalista que acentua a dominação masculina sobre o território. (BONDI, 1992 *apud* SILVA, 2007). Entretanto, mesmo com espaços que não privilegiam o uso e ocupação pelo corpo feminino, estes seguem ocupando e utilizando a cidade diariamente e de uma maneira muito mais complexa que os homens, uma vez que a mulher ainda é a principal responsável pela cadeia do cuidado nas estruturas familiares atuais.

Assim, a partir desta perspectiva aqui traçada, o presente artigo discute a complexidade das dinâmicas de usos das cidades pelas mulheres, principalmente as periféricas, e como a cadeia do cuidado impacta nessa dinâmica e na ideia de direito à cidade pelo corpo feminino.

A mulher periférica e a vivência da cidade

Certa vez, dentro de uma sala aula do 1º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, debatíamos sobre as sensações de diferentes corpos na cidade com intuito de provocar reflexões, naqueles tão jovens alunos, de como o espaço que projetamos afeta as pessoas de maneiras diversas. A certo ponto da aula, mostramos imagens que contrapunham espaços urbanos bem iluminados e altamente ocupados pela população com espaços ermos, escuros e sem infraestrutura. Com as imagens projetadas para todos, pedimos que os alunos relatassem sobre as sensações e perguntamos quem sentia insegurança/medo em quais espaços.

Não nos surpreendeu que as meninas levantassem suas mãos para descrever o pavor de pensar em transitar em ruas desertas e escuras, enquanto os rapazes escutavam os relatos surpresos, dizendo que nunca nem haviam pensado sobre o assunto.

Essa situação real, ilustra com clareza como as mulheres, desde muito novas, sabem bem onde devem ou não circular nas cidades, já os homens, nem imaginam que este problema existe. Betânia Alfonsin (2006,

p254) pontua que as cidades são experienciadas de maneira bastante diversa pelos seus habitantes. De acordo com a autora, a questão da classe social foi um ponto de discussão importante nos últimos anos para se debater a atuação falha do planejamento urbano, desconstruindo o mito da sua neutralidade e reafirmando as raízes dos problemas da segregação socioespacial. Todavia, a classe social não deve ser o único marcador a ser levado em conta quando falamos de problemas urbanos:

a cidade não se configura como um espaço neutro, mas como elemento de ordenamento das experiências urbanas a partir da lógica de dominação masculina e das desigualdades estruturantes do sistema, sejam de gênero, raça ou classe social (LYRA, 2020). De acordo com essa perspectiva, as lógicas patriarcais atravessam o espaço urbano e criam dicotomias que servem de reforço para os papéis socialmente estereotipados quanto ao feminino e ao masculino (SILVA; DANTAS; DIMENSTEIN, 2020, p. 117)

Ligia Maria Casimiro (2017), aponta que as cidades têm uma relação muito clara com a exclusão do corpo feminino, uma vez que os espaços urbanos têm muito a ver com o uso que o corpo masculino faz deles. Dentro da lógica dos papéis masculinos e femininos compreendidos pela nossa sociedade, vemos que a grande responsável pela cadeia do cuidado ainda é a mulher, que acumula inúmeras funções. As diferentes áreas em que essas funções são executadas solicitam da cidade uma certa mobilidade e acessibilidade que vai envolver a segurança e a possibilidade de a mulher transitar para o trabalho, para acessar serviços públicos, privados, lazer e cultura (CASIMIRO, 2017). Entretanto, ao observarmos o cotidiano prático das nossas cidades, percebemos que elas não são receptivas a este movimento feminino, seja pela falta de segurança desses corpos nos espaços públicos, seja pela ausência de transporte que atenda a uma lógica integrada (abarcando quem faz trajetos com diversos destinos), seja pela ausência de espaços receptivos às crianças e acessíveis aos idosos (que, geralmente estão acompanhados de uma figura feminina), etc.

Como, então, podemos levantar a bandeira das discussões sobre direito à cidade, enquanto planejadores urbanos, sem levar em consideração as diversas camadas existentes? Sem pensar que a vivência da cidade não é uniforme? Debater o direito à cidade não permeia apenas o acesso a recursos urbanos como equipamentos e serviços urbanos, habitação ou mobilidade de uma maneira prática. Permeia, também, a compreensão da cidade como um bem comum, admitindo que as desigualdades e opressões são forças

determinantes na produção do espaço urbano e que, portanto, suas camadas complexas e diversas precisam ser consideradas neste debate.

Terezinha Gonzaga (2004, p.16) fala sobre como o direito a cidade, através das questões espaciais urbanas, se relaciona com renda e propriedade privada. Entretanto, logo após, ela traz ao debate uma questão muito importante, nos lembrando que, segundo um relatório de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, publicado em 1998, as mulheres seriam o seguimento mais empobrecido do planeta, isso ainda sendo “agravado pelo componente estrutural de cunho ideológico que permeia o preconceito contra as mulheres, impedindo-as de usufruir e apropriar-se do espaço construído, público e privado e até mesmo de seus próprios corpos.” (GONZAGA, 2004, p. 16). Assim, como pontua Alfonsin (2006, p. 255), o cotidiano duro da parcela mais pobre da população urbana, é ainda mais duro e injusto com as mulheres pobres, pois são elas que vão sentir em seus corpos a precariedade do acesso a bens materiais e simbólicos produzidos pelas cidades e ofertados de maneira tão desigual.

O termo “feminização da pobreza”, cunhado pela socióloga estadunidense Diane Pierce e apropriado por Novellino (2004), descreve uma noção de que, ao longo dos anos, as mulheres vem se tornando cada vez mais pobres do que os homens, este fenômeno estaria ligado diretamente à forma de participação da mulher no mercado de trabalho e como isto impacta a sua renda, uma vez que, segundo a autora, há uma grande quantidade de mulheres ocupando cargos temporários ou em tempo parcial; há uma discrepância salarial muito grande; há uma concentração grande de mulheres em ocupações que exigem menor qualificação e, portanto, pagam menos; também se concentram nos baixos níveis da economia informal. O fenômeno de empobrecimento das mulheres estaria associado ao aumento de famílias chefiadas por mulheres, por isso sua análise se dá a partir das “que são pobres porque são mulheres” (PIERCE, 1978, p.28 *apud* NOVELLINO, 2004, p. 03).

Para situar o debate na realidade brasileira, trazemos os dados de um boletim especial do dia 8 de março, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2023, que apresenta dados sobre a realidade social e econômica da mulher brasileira. Segundo o boletim, as organizações familiares tradicionais brasileiras sofreram uma substancial modificação ao longo dos últimos anos. Os

modelos familiares compostos por casais sem filhos, núcleos unipessoais e famílias monoparentais cresceu consideravelmente.

Neste contexto, os núcleos familiares chefiados por mulheres passaram a ser muito expressivos e a pesquisa aponta que a maioria dos domicílios brasileiros é chefiada por mulheres. Além disso, o boletim também aponta que a menor renda per capita está nestes domicílios e que se cruzamos a análise com a questão da raça/cor a situação da mulher se torna ainda mais grave. Outro ponto importante é que as mulheres também representam a maioria entre os desempregados.

Do total de pessoas fora da força de trabalho, 64,5% eram mulheres. Desse percentual, 5,7% delas estavam em situação de desalento, circunstância em que as pessoas querem trabalhar e estão disponíveis para o trabalho, mas não procuram colocação por acreditarem que não vão encontrar uma vaga ou ainda por não terem experiência ou serem muito jovens. Do total de desalentados, 55,5% eram mulheres. Do total de mulheres ocupadas, a proporção de subocupadas, ou seja, que trabalharam menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar mais, foi superior à dos homens: 7,8% delas estavam nessa condição, enquanto entre os homens, o percentual ficou em 5,1%. Quando se analisa essa informação por cor/raça, nota-se que, entre as negras, a situação é pior: o percentual de trabalhadoras negras subocupadas foi 9,3% maior do que o registrado entre as não negras, que ficou em 6,1%. (DIEESE, 2023, p.02)

Situar a realidade econômica da mulher brasileira é importante para situar o seu lugar na cidade. Segundo Lacerda, Guerreiro e Santoro (2021), apesar da estabilidade nos dados mais gerais do déficit habitacional, divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP) no período relativo entre 2016 e 2019, alguns indicadores muito relevantes se modificaram e apontaram para transformações muito importantes nas dinâmicas urbanas e habitacionais brasileiras. As autoras chamam atenção para uma “feminização do déficit habitacional”. A partir de uma análise feita por elas, no ano de 2019, 60% das pessoas que viviam em condições inadequadas de moradia eram mulheres. Para explicar este fenômeno as autoras levantam algumas hipóteses.

A primeira delas está relacionada à mudança do perfil familiar brasileiro, que aponta que menos da metade da população vive sob uma composição de lar heteronormativo completo – ou seja, formado por homem, mulher e filhos. Os modelos de família monoparentais com filhos cresceram sobremaneira nas últimas décadas e, dentro deste grupo, se sobressai muito mais a maternidade solo, do que a paternidade



solo. Além disso, as autoras também apontam que, como a expectativa de vida da mulher é maior que a dos homens, a mulher idosa e viúva acaba cedendo à necessidade de coabitar com algum parente que, geralmente, é uma mulher – visto que é a mulher a responsável pela cadeia do cuidado.

A falta de acesso à moradia é fator condicionante da manutenção da situação de pobreza do ser humano. Quando se pontua o acesso à moradia, se pressupõe toda uma estrutura mínima por trás que vai perpassar a questão da estabilidade arquitetônica da edificação em si, o acesso mínimo a estruturas e serviços, onde esta edificação se implementa, a segurança da posse, etc. O impacto da falta de acesso a este mínimo já vem sendo discutido por urbanistas, geógrafos, sociólogos, há muitas décadas e compõem intermináveis estudos neste campo do saber. Entretanto, o que se acrescenta agora à discussão é como o impacto é diferente (e pior, mais massacrante) para o corpo feminino e ainda pior para o corpo feminino preto.

Alfonsin (2006) vai pontuar que a qualidade da casa, o lugar da cidade em que se localiza, a possibilidade de se acessar serviços básicos como equipamentos de saúde, educação lazer, pavimentação adequada, água encanada, luz elétrica, saneamento básico, transporte coletivo, influencia na forma como as mulheres vivem as suas jornadas duplas (triplas, quádruplas...). Todas essas questões pontuadas impactam diretamente no grau de dificuldade para se realizar o trabalho reprodutivo, que consiste nas atividades que estão ligadas à reprodução da vida e que, por fundamentação capitalista, não é remunerado.

De acordo com Gonzaga (2004, p.188), a maneira como a cidade se estrutura, afeta diretamente no manejo do tempo desta mulher, posto que “o importante fator da definição dos locais de moradia, dos equipamentos, do trabalho é o que determina seus trajetos e se eles serão desgastantes ou gerarão contatos enriquecedores com a paisagem urbana”.

Aqui o debate esbarra em outro ponto importante na discussão, a mobilidade urbana. Segundo o Departamento Nacional de Transportes (DNIT), estima-se que apenas 35% das CNHs emitidas no Brasil, sejam para condutoras mulheres. Enquanto isso, por outro lado, pesquisas apontam que as mulheres utilizam mais transporte público que os homens. Um levantamento encomendado pela Confederação Nacional da Indústria¹, em 2015, indica que 28% das mulheres entrevistadas utilizavam o transporte coletivo, contra 19%

¹ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-10/um-em-cada-quatro-brasileiros-usa-o-onibus-como-principal-meio-de-transporte>

² Disponível em <https://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/>

dos homens. Em 2021, o metrô de São Paulo realizou a pesquisa Origem e Destino², também constatou que o maior usuário do transporte coletivo na cidade são as mulheres. Isso nos indica que, além de traçarem os caminhos mais complexos, as mulheres o fazem, em sua maioria, a pé ou com transporte coletivo público.

É sabido que, na maior parte das cidades brasileiras, o transporte coletivo público representa um grande problema urbano. Sistemas subdimensionados, passagens caras, veículos precários, são inúmeros os problemas que podemos listar e que atingem a população como um todo, mas novamente, ao pensarmos a partir da vivência feminina o problema ganha mais uma camada, que é a do assédio.

³ Disponível em <https://icidades-sustentaveis.org.br/wp-content/uploads/2022/07/EMBARGO-Pesquisa-Cids-Sustent%C3%A1veis-Desigualdades-2022.pdf>

Uma pesquisa³ sobre “desigualdades” realizada em 2022 pelo Instituto Cidades Sustentáveis, em parceria com o IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), que ouviu 1.062 mulheres com idade acima de 16 anos de todas as regiões do país, divulgou que cerca de 47% das brasileiras já sofreram assédio em espaços públicos. Segundo essa pesquisa, os locais em que o assédio é mais frequente são a rua, os espaços públicos e transporte coletivo.

Com tantas questões permeando o uso da cidade pela mulher, nos colocamos a questionar, como esses corpos seguem ocupando os espaços urbanos e vivendo seus cotidianos?

Reinventando pela sobrevivência

Na luta pela sobrevivência cotidiana nas cidades e na busca por mitigar os problemas inúmeros que foram apenas pincelados neste artigo, vemos que, muitas vezes, as mulheres são as principais atuantes nas lutas urbanas que clamam por melhorias em suas comunidades. Segundo Neves e Alves (2020) as iniciativas femininas englobam desde ações pequenas como “hortas e cozinhas comunitárias, ações artísticas e educativas, acolhimento àqueles em situação de vulnerabilidade social,” até mesmo atuação na “linha de frente em processos conturbados de luta, envolvendo resistência às forças coercitivas e repressivas governamentais, nas quais não é raro o uso da força física, e até mesmo ocupando cargos políticos de poder.”

As autoras ressaltam que as mulheres têm ganhado um lugar de destaque na luta por moradia, por exemplo, e ilustram com o caso do processo de resistência as remoções das famílias da Vila Autódromo no Rio de Janeiro, para a construção da Vila Olímpica em função

dos jogos olímpicos de 2016. Monteiro et al. (2018) afirma que “o protagonismo feminino ficou evidente, uma vez que as principais lideranças das ações e integrantes da Associação de Moradores eram as mulheres da comunidade. As ações dessas mulheres vão desde a visibilização da luta e denúncia das arbitrariedades dos agentes da Prefeitura, até um trabalho de salvaguarda da história e documentos da construção comunitária do local.” (NEVES; ALVES, 2020).

Outro exemplo trazido no texto é o do protagonismo feminino no caso da 7ª Etapa, no Centro Histórico de Salvador. Mediante um processo de expulsão velada de moradores do Centro Histórico, que se arrastou por toda década de 1990 e início dos anos 2000, um grupo liderado por duas mulheres fundou a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) em 2003 e, junto ao Ministério Público conquistou o direito de algumas famílias permanecerem na área (NEVES, 2019).

Além das ações coletivas promovidas por lideranças femininas, também podemos observar empiricamente em nossas cidades, posturas individuais que apontam para a tentativa de mitigar os problemas aqui pontuados. Durante atuação de uma das autoras deste artigo em um projeto da ONU Habitat⁴, na cidade de Juiz de Fora, muitas destas posturas puderam ser observadas.

⁴ Projeto intitulado Territórios da Cidadania, locado na Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular - SEPPOP

O projeto promovido pela Organização das Nações Unidas em parceria com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora visitou Zonas de Especial Interesse Social aplicando um instrumento de análise urbana chamado Mapa Rápido Participativo (MRP). A metodologia e resultados completos das análises de campo serão publicadas em um volume oficial que ainda está em fase de compilação e produção. Logo que possível, este volume será disponibilizado pela ONU-Habitat e Prefeitura de Juiz de Fora.

Muitas das localidades visitadas no âmbito deste projeto, surpreendiam pela extrema carência social, econômica e urbana. Entretanto, em diversas delas foi possível perceber ações de mulheres em seus cotidianos para driblar os obstáculos cotidianos das cidades.

Em um bairro da região sul, duas irmãs participaram da aplicação do instrumento de campo, que consistia em uma entrevista guiada por um questionário disponibilizado na metodologia do MRP. Neste momento, a equipe pôde observar a presença massiva de crianças na residência. Uma das entrevistadas relatou que elas

auxiliavam algumas vizinhas que trabalhavam fora “passando o olho” nas crianças enquanto as mães estavam ausentes. Ou seja, para que algumas mulheres pudessem realizar um trabalho remunerado fora de suas residências, outras mulheres criavam uma rede de apoio que oferecia um local seguro para que as trabalhadoras deixassem seus filhos, uma vez que, as creches públicas não são suficientes e as escolas não têm um turno integral.

Ainda na região sul, o grupo visitou um projeto social comunitário com enfoque em jovens e crianças, que oferecia atividades no contraturno e refeições diárias. Tal qual era de se esperar, a pessoa que liderava o projeto e se colocava à frente das atividades, doando boa parte de seu tempo, era uma mulher. Conhecida por muitas crianças e adolescentes do bairro, ela gerenciava o projeto com intuito de auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade social criando um espaço seguro para acolher crianças no contraturno escolar.

Em outra localidade, já na região sudeste, uma mulher auxiliou a equipe no processo de aproximação com a comunidade e, em uma conversa com os pesquisadores, contou sobre sua rotina diária em que precisa levar o filho pequeno até uma creche municipal em um bairro distante. O marido é quem fica com o carro todos os dias e, por isso, todo trajeto da mulher com a criança precisa ser feito mesclando o transporte coletivo com o caminhar. Para driblar o cansaço da criança, a mãe carrega um velotrol até a escola para que a criança volte pedalando pelo trajeto que margeia o rio que corta a cidade. Essa experiência foi bastante ilustrativa para o problema da mobilidade urbana ineficiente na cidade, principalmente quando se precisa realizar um trajeto bairro – bairro. Em Juiz de Fora os ônibus urbanos, predominantemente, realizam o trajeto bairro – centro – bairro, e não há política nenhuma de integração, assim, quando é necessário ir de bairro a bairro, as pessoas andam longos trechos a pé até o centro ou pagam quatro passagens cheias.

Neste mesmo bairro, havia outra mulher que, por sua vida inteira, se dedicou a promover ações com as crianças e jovens do lugar, acolhendo-os em atividades ligadas ao esporte e educação como meio de ocupar o contraturno escolar. Ou seja, mais uma vez, a ação social parte de um corpo feminino em prol de oferecer um espaço seguro para as crianças, cujo as mães necessitam atuar no mercado de trabalho, ficam.



O apontamento desta experiência tão empírica pode até não se delimitar como uma amostragem significativa para pesquisa em ciências sociais, principalmente porque não segue um método previamente elaborado. Entretanto, não pode passar totalmente em branco à percepção de um pesquisador em campo, pois ilustra muito bem toda discussão aqui elaborada e ajuda a apontar para os possíveis desdobramentos da questão.

Considerações finais

Ainda no ano de 2024, após todas as ondas feministas invadirem fortemente os diversos campos das ciências sociais, percebemos que os debates que permeiam as questões de gênero e cidade estão atingindo uma superfície significativa apenas agora e as reverberações ainda estão dentro das paredes da academia, extrapolando muito pouco para soluções práticas incorporadas em nosso planejamento urbano.

A partir das reflexões teóricas e das observações empíricas aqui delineadas, consideramos de fundamental importância que, ao mesmo tempo em que direcionemos um grande esforço para o desenvolvimento teórico do campo, não descolemos isso do que já vem sendo praticado pelas próprias mulheres periféricas em seus cotidianos.

Quando olhamos os casos narrados aqui neste artigo, fica muito claro se compreender que ações já vem sendo praticadas pelas mulheres, tanto na esfera coletiva quanto individual, e que se atentar para as práticas cotidianas que já acontecem nos territórios pode apontar para soluções muito mais eficientes do que se pensarmos a questão de uma maneira hegemônica, a partir apenas de uma visão técnica, de um planejamento urbano que vem “de cima para baixo”, com soluções replicadas em territorialidades diferentes. A busca por mitigar os problemas e dificuldades de uma cidade sexista é uma ação que permeia o dia a dia dessas mulheres pelo simples fato de ser uma ação intrínseca à sua sobrevivência e de sua família.

Buscar potencializar o que já vem sendo praticado através de um planejamento urbano muito mais horizontal, do que impor medidas verticais, hegemônicas, replicáveis, pode ser o caminho para apontarmos na direção de cidades mais democráticas, cidades que se reinventam.

Referências

ALFONSIN, Betânia de Moraes. Cidade para todos/cidade para todas: vendo a cidade através do olhar das mulheres. In: FERNANDES, Edésio(Org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

CASIMIRO, Lígia M.S. M. de. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO – IBDU. Direito à cidade: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

DIEESE. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em 24 de jan. de 2024.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade, e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LACERDA, Larissa. GUERREIRO, Isadora. SANTORO, Paula Freire. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. Labcidade. São Paulo, 22 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/> Acesso em: 20 de janeiro de 2024

MONTEIRO, Poliana et al. O Protagonismo Feminino na Luta Contra as Remoções do Rio de Janeiro. In: TANAKA, G. et al. (org.). Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a Luta Contra a Remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

NEVES, Yara Coelho. Amarrar Fios, Cartografar Lugares: notícias, política e cotidiano no Pelourinho. 2019. 226 p. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2019.

NEVES, Yara Coelho.; ALVES, Jéssica Rossone. Entre distopias e utopias conjunturais. In-disciplinar, v. 6, n. 2, p. 234–253, 31 dez. 2020.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004

SILVA, Aline P; et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, Belo Horizonte, V. 1, N.1, p 25-35, 2007

SILVA, A. DE A.; DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M. D. B. Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea. Revista Ártemis, v. 30, n. 1, p. 116–135, 22 dez. 2020.

Mulheres que fazem cidades: uma aproximação aos projetos urbanos da arquiteta baiana Arilda Cardoso, 1975-1982

José Carlos Huapaya Espinoza, Cora Levin e Brenda Araujo Fiuza

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; LEVIN, Cora; FIUZA, Brenda Araujo. Mulheres que fazem cidades: uma aproximação aos projetos urbanos da arquiteta baiana Arilda Cardoso, 1975-1982. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 202-216, ago 2024

data de submissão: 05/03/2024
data de aceite: 27/06/2024

José Carlos HUAPAYA ESPINOZA é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Coordenador do PPGAU/UFBA; joseespinoza@ufba.br.

Cora LEVIN é Doutoranda em arquitetura e urbanismo pelo PPGAU/UFBA; Mestra em Desenho, Cultura e Interatividade; levin-cora@gmail.com.

Brenda Araujo FIUZA é Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAUFBA; brendafiuza@ufba.br.

Resumo

A história da arquitetura e do urbanismo soteropolitanos tem sido escrita a partir de olhares específicos, dentre eles, edificações paradigmáticas ou obras de arquitetos (homens). Diversas pesquisas atuais vêm investindo e se debruçando na ampliação desse cenário não só de obras específicas, mas, também, na ação das arquitetas baianas para Salvador. Este artigo tem por objetivo contribuir ao preenchimento dessa lacuna a partir da visibilização da obra da arquiteta baiana Arilda Cardoso Sousa, e mais especificamente, aquela desenvolvida na esfera pública, na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho "Áreas Verdes e Espaços Abertos" do Órgão Central de Planejamento da Prefeitura da capital baiana, entre 1975 e 1982. Os procedimentos metodológicos levaram em consideração o levantamento e análise documental no arquivo pessoal da arquiteta, além de pesquisas nas Bibliotecas da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e da Fundação Mario Leal Ferreira. O conjunto de projetos urbanos elaborados por ela, nesse contexto, nos mostra não só uma preocupação por entender as particularidades e características do território soteropolitano, mas, principalmente, uma sensibilidade para compreender as problemáticas socioeconômicas do lugar. Nesse contexto, o destaque maior foi sua preocupação pela preservação das áreas verdes da cidade, mediante a elaboração de diretrizes que consideraram variáveis de natureza econômica, morfológica e social (comunitária), onde a participação ativa dos vizinhos na tomada de decisões seria fundamental.

Palavras-chave: Arilda Cardoso, projeto urbano, áreas verdes, Salvador.

Abstract

The history of architecture and urbanism in Salvador has been written from specific perspectives, including paradigmatic buildings or works by (male) architects. Several current researches have been investing and focusing on visualizing not only specific works, but also on the contribution of Bahian women architects to Salvador. The aim of this article is to contribute to filling this gap by making the work of Bahian architect Arilda Cardoso Sousa visible, and more specifically, that developed in the public sphere, as Coordinator of the Working Group "Áreas Verdes e Espaços Abertos" of the Central Planning Body of the City Hall of the capital of Bahia, between 1975 and 1982. The methodological procedures took into account the collection and analysis of documents in the architect's personal archives, as well as research in the libraries



of the Faculty of Architecture of the Federal University of Bahia and the Mario Leal Ferreira Foundation. The set of urban projects she designed, in this context, shows us not only a concern to understand the particularities and characteristics of the territory of Salvador, but above all, a sensitivity to understanding the socio-economic problems of the place. In this context, the biggest highlight was her concern for the preservation of the city's green areas, by drawing up guidelines that took into account variables of an economic, morphological and social (community) nature, where the participation of the city's inhabitants was a key factor.

Keywords: Arilda Cardoso, urban project, green areas, Salvador.

Resumen

La historia de la arquitectura y del urbanismo soteropolitanos ha sido escrita a partir de miradas específicas, entre ellas, edificios paradigmáticos u obras de arquitectos (hombres). Diversas pesquisas actuales vienen trabajando en la ampliación de ese escenario, no solo de obras específicas, sino también a partir del quehacer de arquitectas bahianas en Salvador. Este artículo tiene como objetivo contribuir en ese debate a partir de la visibilización de la obra de la arquitecta bahiana Arilda Cardoso Sousa, y más específicamente, de aquella desarrollada en la esfera pública, como Coordinadora del Grupo de Trabajo "Áreas Verdes y Espacios Abiertos" del Órgano Central de Planeamiento de la Prefectura de la capital bahiana, entre 1975 y 1982. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la identificación y análisis documental en su archivo personal, además de investigaciones en las bibliotecas de la Facultad de Arquitectura de la Universidad Federal de la Bahía y de la Fundación Mario Leal Ferreira. El conjunto de proyectos abordados nos muestra no solamente una preocupación por entender las particularidades y características propias del territorio soteropolitano, sino también una sensibilidad para aproximarse a sus problemáticas socioeconómicas. En ese contexto, el mayor destaque es su preocupación por la preservación de las áreas verdes de la ciudad, mediante la creación de directrices que consideraron variables de naturaleza económica, morfológica y social (comunitaria), con la participación fundamental y activa de los vecinos en la toma de decisiones.

Palabras-clave: Arilda Cardoso, proyecto urbano, áreas verdes, Salvador.

Introdução

Diversas pesquisas atuais vêm investindo e se debruçando na visibilização não só de edificações específicas, mas, em especial, de personagens pouco conhecidos ou, inclusive, desconhecidos pela historiografia da arquitetura e urbanismo baianos e brasileiros de uma forma mais ampla. Esse esforço por ampliar e complexificar a história da atuação profissional do campo, vem trazendo importantes contribuições no que se refere às tramas criadas e estabelecidas, a um conjunto significativo de produções e — o que nos interessa neste artigo —, à contribuição das arquitetas baianas para Salvador¹.

¹ Como exemplos podemos citar os casos de Júnior (2016), Reis e Huapaya (2023) e Cardoso (2023).

² Referimo-nos à pesquisa "Cadê as arquitetas modernas baianas?" desenvolvida desde o ano 2018 no PPGAU/UFBA pelo Grupo de Pesquisa LAB20.

Este último ponto, embora já tenha começado a ser desbravado nos últimos anos² merece nossa atenção particular. Podemos afirmar que a história da arquitetura

tura e do urbanismo soteropolitanos tem sido escrita a partir de olhares específicos, dentre eles, obras paradigmáticas ou obras de arquitetos (homens). Apesar de que a produção de grande parte das arquitetas formadas na capital baiana entre as décadas de 1930 e 1960 começa a ser iluminada, grande parte desta ainda se mantém sombreada e obscurecida³. E não é verdade que elas não tenham projetado ou que elas tenham atuado pouco no campo profissional. O que observamos, ao contrário disso, e indo ao encontro ao afirmado por Lima (2013), é que muitas delas diante das diversas dificuldades de atuar como projetistas autônomas encontraram no setor público a possibilidade de exercer a profissão não necessariamente no campo arquitetônico, mas no urbano⁴.

Isto, constitui-se em uma das razões pelas quais percebemos um número significativo de arquitetas inseridas na Prefeitura e no Governo do Estado, ao contrário dos seus colegas arquitetos que preferiam formar seus próprios escritórios⁵. Por outro lado, esta condição traz uma dupla invisibilidade: pouco se conhece sobre a atuação profissional de arquitetos e urbanistas nessas esferas (ao contrário do que acontece no âmbito privado) e praticamente os projetos elaborados por elas se mantêm no anonimato uma vez que estes passam a ser propriedade do poder público.

No contexto baiano, no entanto, uma arquiteta superou os desafios dessa invisibilidade: a arquiteta Arilda Cardoso (1935-2022)⁶. Mesmo assim, sua produção tem sido reduzida, basicamente, a seus projetos no campo do paisagismo ou aos projetos específicos como o Hotel Catharina Paraguaçu (1990) e a Academia Villa Forma (1998). De fato, esses projetos, são os mais conhecidos e divulgados em diversos meios de comunicação. Em seu currículo, atualizado até 2009, constam um total de 117 projetos arquitetônicos e urbanísticos de diversas escalas e localizados em várias cidades da Bahia. Arilda Cardoso atuou como arquiteta, urbanista, paisagista, restauradora e servidora pública. Se comparada às 26 arquitetas entrevistadas, como falado anteriormente, a sua atuação profissional desponta sem sombra de dúvida. Além disso, ela exerceu a profissão por um período significativo, de 1959 até 2021.

Assim, este artigo tem por objetivo preencher essa lacuna em relação a sua produção como urbanista e planejadora urbana; ou seja, sua atuação na escala urbana. Sua produção, como veremos mais adiante, nos mostra não só uma preocupação por entender as particularidades e características do território so-

³ Ao respeito ver: Adame (2020) e Huapaya, Alves, Nolasco e Costa (2021).

⁴ Essas afirmações são resultado de entrevistas realizadas a 26 arquitetas formadas na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia entre as décadas de 1950 e 1960 no âmbito da pesquisa "Cadê as arquitetas modernas baianas?".

⁵ *Idem.*

⁶ Arilda Maria Cardoso Sousa, nasceu na cidade de Conceição de Feira, na Bahia. É necessário fazer um esclarecimento em relação ao seu último sobrenome. Em documentos oficiais e nas referências levantadas, este foi encontrado como "Souza", já no caso de documentos pessoais encontramos "Sousa". Neste artigo optamos por manter as duas opções. A afirmação "superou os desafios" toma como base os resultados da pesquisa "Cadê as arquitetas modernas baianas?". Tal pesquisa leva em consideração a análise dos arquivos pessoais das 26 arquitetas entrevistadas; dentre elas, Arilda Cardoso Sousa. Para conferir a extensa e significativa produção dela, conferir: Adame (2020).

teropolitano, mas, principalmente, uma sensibilidade para compreender as problemáticas socioeconômicas do lugar. Essa atitude refletiu-se no entendimento do planejamento urbano como instrumento político em benefício não só da própria população, mas da capital baiana através da preservação das suas áreas verdes.

Arilda Cardoso e a preservação das áreas verdes em Salvador

Arilda Cardoso formou-se em Arquitetura em 1959, pela Universidade Federal da Bahia. Sua atuação profissional se iniciou, em um primeiro momento, a partir da elaboração de um número significativo de projetos residenciais⁷ para depois, se dedicar ao paisagismo que, por sua vez, se tornará um aspecto central em toda sua obra. Sua preocupação pela relação intrínseca entre arquitetura e paisagem foi materializada em uma série de projetos voltados especificamente para a composição de jardins residenciais⁸. Mais tarde, e aos poucos, essas inquietações se estenderam à escala urbana, em especial, a partir de meados da década de 1970.

É necessário entender o contexto que a arquiteta vivenciou. Salvador, a partir da década de 1970, iniciou seu processo de expansão mais representativo do século passado, o qual pode ser entendido a partir da implantação de um sistema de novas avenidas, da perda de funções da área central, da criação do Centro Administrativo da Bahia (1972), da inauguração do Terminal Rodoviário de Salvador (1974) e do Shopping Iguatemi (1975), além do impacto da abertura da Avenida Luís Viana Filho (Paralela). De um lado, intensificou-se a ocupação de grandes áreas⁹ e, por outro, se agravaram os problemas urbanos nas áreas mais populares. Assim, os desafios ambientais e da preservação das áreas verdes da cidade não foram poucos.

Foi nesse contexto de rápida transformação e urbanização de Salvador que Arilda Cardoso assumiu a coordenação do Grupo de Trabalho "Áreas Verdes e Espaços Abertos" (GT-AV-EA)¹⁰ do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) da Prefeitura da Cidade do Salvador¹¹, cargo que ocupará entre 1975 e 1982.

Os trabalhos nesse setor e nessa temática específica podem ter assumido a função de *disparadores* que a levariam a realizar estudos complementares. De fato, nesse mesmo período, ela realizou uma série de cursos de especialização em Salvador e em São Paulo, dentre eles: o Curso de Botânica Sistemática (UFBA,

⁷ Entre 1959 e 1975 foram 16 projetos elaborados segundo seu currículo pessoal.

⁸ Nesse período, constam um total de 8 projetos paisagísticos residenciais (jardins). Ainda nessa perspectiva, podemos mencionar dois de seus projetos mais representativos que nos mostram essa relação: os condomínios Mata Maroto (1975) e Parque Florestal (1977).

⁹ Ao respeito Oliveira (2011) chama atenção para os acordos entre o poder público e a iniciativa privada nos diversos loteamentos como o Parque Lucaia (1971), o Loteamento Caminho das Árvores (1974), o Loteamento Itaigara (1976) e o Loteamento Quinta do Candéal (1978).

¹⁰ De agora em diante, o grupo de trabalho (GT-AV-EA) será referido apenas pela sigla GT.

¹¹ O OCEPLAN foi criado pelo Decreto nº 3.885 de 1 abril de 1970. Em 1975, no mesmo ano em que ela assumiu a coordenação do GT, o OCEPLAN teve suas funções ampliadas através do Decreto nº 4.870 de 16 de dezembro, implantando-se assim o Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB). Em 1984 o OCEPLAN foi transformado na Secretaria do Planejamento (FERNANDES, 2014).

1976), o Curso de Ecologia (UFBA, 1976), o Curso de Proteção Ambiental (Salvador, 1976), o Curso de Paisagismo Urbano (ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, São Paulo, 1979) e o Curso de Projeto do Espaço Público Urbano (ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, São Paulo, 1982).

Se por um lado, sua participação no GT lhe permitiu aproximar-se à cidade de Salvador em diversas escalas (local, setorial, urbana e metropolitana), pelo outro, no âmbito técnico, evidenciou a dificuldade de acesso a dados, informações e metodologias de trabalho que ajudariam nas futuras análises. Diante desse impasse, Arilda Cardoso optou por compreender e se “apropriar” das características físicas, topográficas, hidrográficas e socioeconômicas da capital baiana.

Foram diversos projetos urbanos elaborados por ela junto ao GT; no entanto, aqui vale uma primeira observação a esse respeito. Todos os trabalhos foram realizados em equipe; apesar disso, é possível perceber em vários casos suas contribuições específicas, seja nos relatórios ou mesmo no material gráfico.

Outra questão relevante é a função que ela exerceu nesses estudos. Entre 1975 e 1977 podemos constatar sua atuação como Coordenadora; a partir de 1978 até 1982 ela assume, principalmente, o cargo de Colaboradora, Consultora ou mesmo Analista Crítica dos Projetos. Ainda chamamos a atenção de que embora grande parte desses trabalhos tenham sido desenvolvidos no âmbito Municipal, ela também teve atuação na esfera estadual. Nesse sentido, um dos trabalhos mais significativos foi o Projeto Urbanístico Integrado Caji (1977-1978), realizado pelos arquitetos Maurício e Márcio Roberto, e para o qual Arilda Cardoso elaborou o projeto paisagístico.

Dentre os principais trabalhos elaborados por Arilda Cardoso ou que tiveram participação dela no âmbito do GT podemos citar: o Projeto Áreas verdes – Mirantes (São Lázaro e Ondina) (1975), o Projeto Itacaranha (1975), o Projeto Pituba (1976), o Projeto de Áreas Verdes Santo Antônio e Barbalho (1976), o Parque Metropolitano de Abaeté (1977), o Projeto de Áreas Verdes e Espaços Abertos (1978), o Projeto Nordeste de Amaralina (1978), o Projeto para a Orla Marítima. Zoneamento de uso do solo (1978), o estudo sobre os Parques da Cidade do Salvador (1979) e o Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas (1982).

¹² Tomaremos aqui como principais fontes de pesquisa o material levantado no arquivo pessoal da arquiteta, publicações em revistas especializadas e relatórios elaborados pelo OCEPLAN, à época.

¹³ Não se utilizam neste ponto noções tais como “arquitetura feminista” ou “urbanismo em clave de gênero” para não incorrer em anacronismos ou na apreciação de Arilda Cardoso como uma figura feminista, sem ter a palavra dela. Contudo, entendemos que essa atitude era compartilhada, também, por seus colegas (homens e mulheres) no âmbito do OCEPLAN.

A seguir, optamos por balizar a contribuição de Arilda Cardoso no campo do planejamento urbano por meio da análise de três trabalhos específicos: o Projeto “Áreas Verdes - Mirantes” (1975), o Projeto “Áreas verdes e Espaços Abertos” (1978) e o Projeto “Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas” (1982). A escolha deles levou em consideração os seguintes aspectos: as características e tipos de estudo, a escala de intervenção, a localização na cidade, sua participação efetiva como Coordenadora, além do público que seria diretamente beneficiado¹². Vale ressaltar que todos eles foram desenvolvidos no âmbito da Prefeitura da cidade de Salvador e, temporalmente, correspondem ao primeiro e último trabalho desenvolvido nessa esfera. Por causa da escala de intervenção, os dois primeiros apresentam pouco material gráfico, em especial, mapas em escala urbana ou metropolitana, além de diretrizes gerais; somente para o caso do projeto do Vale das Pedrinhas foram encontrados detalhamentos e croquis na escala do pedestre.

Não é objetivo deste descrever cada um desses projetos, mas sim revelar a preocupação dela pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mediante a introdução de um ponto de vista sobre o planejamento urbano mais humanizado, que propõe critérios de intervenção ligados à política dos cuidados: da natureza, das pessoas e das suas inter-relações¹³.

Projeto “Áreas Verdes - Mirantes (São Lázaro e Ondina)” - 1975

Seguindo o marco temporal no qual Arilda Cardoso exerceu funções no OCEPLAN, pode se afirmar que o projeto “Áreas Verdes - Mirantes (São Lázaro e Ondina)” foi um dos primeiros a serem elaborados por ela no início da sua gestão como Coordenadora do GT e marcaria o rumo ideológico/prático que caracterizaria os seus projetos de escala urbana subsequentes.

Diante disso, a proposta forma parte da primeira etapa do recém-criado Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), que tinha por finalidade gerar um Modelo Físico Territorial para a cidade de Salvador, partindo do entendimento do planejamento como um processo necessariamente mutável ao longo do tempo, razão pela qual deveria levar em consideração a expansão urbana como um devir inexorável. Neste sentido, o Plano estabelece uma série de considerações que tem o objetivo de controlar esse crescimento, preservando valores paisagísticos e ambientais, mas também culturais (SALVADOR, 1975).

A preocupação com a imagem ambiental urbana do PLANDURB apontava com especial atenção para as bordas da cidade que limitam com o mar, não somente por uma questão paisagística, mas também pela necessidade de preservação das áreas habitadas por populações de baixa renda. Evitar problemas de cunho sócio ecológico, mas frisando a importância de estabelecer vínculos de pertença com o território ocupado foi uma das principais inquietações que orientaram o trabalho profissional de Arilda Cardoso e, no caso, deste projeto.

A equipe de trabalho estava composta por duas arquitetas mulheres, Iza Vargas Leal Meira e Arilda Cardoso, como Coordenadora; e por três auxiliares técnicos, Ana Lucia Castellani Fajardo, Marisa Santos Cortizo e José Roberto Pacheco Casqueiro. Não só achamos pertinente mencionar a equipe completa com nome e sobrenome para evitar a omissão das identidades femininas, mas também para mencionar que é uma constante na trajetória da arquiteta no seus trabalhos, em diferentes escalas e âmbitos, o trabalho com grupos de profissionais mulheres¹⁴.

Localizado na antiga estrada de São Lázaro, na atual Rua Aristides Novis, se destaca a presença de um amplo mirante com visual para a Igreja de São Lázaro, as edificações estabelecidas na encosta, o Parque Zoobotânico, o Campus da Universidade Federal da Bahia e o imponente mar. Porém, o acentuado declive da encosta leste do conjunto impossibilitava a implementação de um plano de lazer, seja ativo ou contemplativo (SALVADOR, 1975).

Em tal sentido, a equipe procurou a proteção ambiental total da área, sem descuidar os seus monumentos e favelas. Quer dizer que a estética não devia se antepor ao “elemento humano” (SALVADOR, 1975, p. 7). A importância do cuidado das diversas camadas sociais que compõem a cidade, e especialmente das pessoas, merece destaque pelo contraste com a situação atual, onde muitas das intervenções urbanas são resultado de interesses privados imobiliários que não somente interrompem o panorama visual com a construção de grandes projetos de luxo, mas também produzem problemáticas em relação aos serviços públicos de provisão de água e de esgoto, por citar algumas.

Voltando para o projeto, em termos gerais se especificam nele uma série de pontos a serem considerados, tais como: a obrigação de preservar a vegetação de grande porte preexistente, a fixação de alturas máximas dos tetos que não possam ser ultrapassadas,

¹⁴ Utilizar só os sobrenomes das integrantes das equipes no desenvolvimento dos projetos, ou mesmo nas citações, é uma prática que se mantém na historiografia da arquitetura (e de outras disciplinas); isto pode levar à falsa crença de que esses especialistas sem nome eram homens.

¹⁵ Dentre essas melhorias destacam-se obras de saneamento e equipamentos comunitários.

o estabelecimento de limites de recuo e profundidade dos prédios, desapropriar (quando for necessário) para conservar o tecido urbano e não permitir novas construções a não ser aquelas que promovam melhorias nas condições de vida na “Favela” (SALVADOR, 1975, p. 10)¹⁵. A proposta conclui com a elaboração de um anteprojeto de lei que visava a ampliação dos limites da área já protegida pelo Decreto nº 4.756 de março de 1978 (SALVADOR, 1978a). Segundo Cardoso (2023, p. 193) tal anteprojeto se converteria, em 1978, no Decreto nº 5.506.

Este foi um dos primeiros projetos coordenados por Arilda Cardoso. Nele aparecem diretrizes voltadas estritamente à preservação de espécies preexistentes e à proteção da qualidade ambiental para a vida dos moradores do setor. Com base nas particularidades dessa proposta (como a desapropriação de terrenos ou prédios em benefício do bem público, quando for necessário) mas também na aproximação que o grupo teve com o seu arquivo pessoal, pode-se afirmar que tal concepção sobre o planejamento urbano, com um forte sentido ideológico, a acompanharia ao longo de toda sua trajetória.

Projeto “Áreas verdes e Espaços Abertos” - 1978

¹⁶ Este trabalho teve a colaboração da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (DESENBANCO).

O estudo “Áreas Verdes e Espaços Abertos” para a cidade de Salvador foi realizado entre os anos de 1977 e 1978, com a colaboração da empresa “Rosa Grena Kliass Paisagismo Planejamento e Projetos Ltda”¹⁶. A coordenação foi desempenhada por Arilda Cardoso, enquanto a equipe técnica estava composta, como no caso anterior, majoritariamente por mulheres. A saber: Isa Vargas Leal Meira, Maria Ângela Cardoso Mascarenhas, Maria Vanda Velame Espinosa, Milna Leone, Norma Cardoso Hafele Vanuza Pinto de Oliveira, Yvaneusa Leite Lima, Rosa Grena Kliass e Jamil José Kfourri.

¹⁷ Essa Lei, por sua vez, aprova o plano de implantação do “Sistema de Áreas Verdes do Município” de Salvador, Bahia, visando preservar e implantar arborização e ajardinamento (PREFEITURA, 1976).

O projeto visava aproveitar o potencial paisagístico de Salvador, valendo-se da abundante vegetação que a área urbanizada ainda tinha e porventura poderia ser integrada num sistema urbano de espaços livres. No entanto, com o crescimento da cidade, essa paisagem foi gradativamente alterada e a ocupação do solo assumiu proporções ameaçadoras para a preservação ambiental (SALVADOR, 1978b). Diante desse panorama, com base na Lei nº 2.549 promulgada em 1973¹⁷, foram feitos os estudos para a promoção de proteção dessas áreas particulares, mediante uma

abordagem de macroprojeto, quer dizer, em um sistema de escala regional¹⁸.

Através dos Decretos nº 4.524/73, 4.551/73 e 4.766/75 provenientes dessa mesma legislação, incorporaram-se ao sistema de áreas verdes do Município três categorias de áreas com diferentes graus de conservação: Áreas de Domínio Público (ADP), Áreas Não Edificáveis (ANE) e Áreas Arborizadas (AA), sendo as duas primeiras de preservação mais estrita e a terceira de preservação simples, onde a proteção da cobertura vegetal não impedia a construção. Porém, tais medidas resultaram insuficientes e foram muito resistidas pelos proprietários que perderam o direito a construir (SALVADOR, 1978b). À vista disso, com o início das atividades do PLANDURB foi estabelecida a Lei nº2.826, em setembro de 1976, consolidando a anterior e decretando novos mecanismos de preservação.

A análise de fatores geoecológicos, tais como a topografia, a cobertura vegetal e a hidrografia, auxiliou na definição de compartimentos topográficos para a elaboração de um mapa base (SOUZA, 1978), o qual permitiu a classificação de duas áreas: as urbanizadas e as não urbanizadas. As primeiras, foram determinadas a partir de um estudo de identificação de vazios existentes e setores urbanos com a intenção de criar um equilíbrio entre áreas ocupadas e áreas verdes; assim, seria respeitado o ciclo natural das águas. Já as segundas, da mesma forma, procuraram estabelecer áreas passíveis de urbanização e as que precisariam ser protegidas ou reservadas, como os Parques e Áreas de Preservação de Mananciais (SALVADOR, 1978b).

O sistema proposto define diferentes “tipos” de Parques, considerando algumas situações, a saber: “Os Parques de Encosta”, que explorariam as características naturais das encostas para oferecer espaços de contemplação e atividades leves, tal e como aconteceu no caso citado no tópico anterior, “Os Parques de Recreação”, os quais proporcionariam diferentes atividades para todas as idades, com playgrounds, equipamentos de ginástica, áreas para piquenique e eventos culturais. Esses últimos foram subdivididos em: “Parques de Vizinhança”, de fácil acesso; “Parques de Bairro”, para comunidades maiores, e “Parques Setoriais”, voltados para áreas específicas da cidade. Por fim, “Os Parques Metropolitanos”, teriam uma infraestrutura e atrações regionais e seriam destinados a grandes eventos, instalações esportivas e culturais, e trilhas para caminhadas e ciclismo (SOUZA, 1978).

¹⁸ A área de estudo foi delimitada da seguinte forma: “OESTE - pelas avenidas: Brotas-Pituba, Antônio Carlos Magalhães, Heitor Dias, continuando pela Rodovia 324 (Salvador - Feira de Santana), até altura da Mata escura deflete à esquerda até a Enseada dos Tainheiros. NORTE - pelas coordenadas 12°32’30”. LESTE - limite dos Municípios Simões Filho e Lauro Freitas. SUL - orla marítima (Setor Jardim de Alá - Itapoã)” (SOUZA, 1978, p. 5).

¹⁹ Essa afirmação se fundamenta a partir do texto do PLANDURB, onde os autores discorrem sobre a importância dos espaços recreativos para o controle da “neurose urbana” (SALVADOR, 1978b, p.18).

²⁰ A Comissão de Implantação dos Projetos de Intervenção Urbana (CIT) foi composta pelo Gabinete do Prefeito, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), o Banco Mundial e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

Entende-se que o enfoque introduzido resulta num paradigma mais holístico do desenvolvimento urbano, que contempla a recreação como um elemento indispensável no bem-estar das pessoas que fazem parte de uma comunidade¹⁹. Neste sentido, uma política de espaços verdes comunitários, que protejam o ambiente urbano, se contrapõe à individualidade própria da vida na cidade. Essa inquietação foi amplamente discutida por Arilda Cardoso na elaboração dos seus projetos, já que não pretendia com eles uma visão apenas estética, mas também uma articulação direta com a própria comunidade no cuidado dessas áreas.

A partir da análise feita, fica visível o quão ambiciosa a proposta era, não só pela sua escala, mas também porque manifesta a intenção em transformar a região, visto que inclui a capital e sua área metropolitana. Isto se aproxima com as práticas projetuais de Arilda Cardoso, que tentava fazer da cidade, tanto na micro quanto na macro escala, um lugar menos hostil, mais democrático e habitável. Ao tempo que demonstra a sua preocupação no que se refere à questão social, o projeto revela seu genuíno interesse em atingir soluções práticas que integrassem áreas verdes e de convívio, reconhecendo a importância do acesso a espaços de recreação, tanto para lazer quanto para a sua preservação.

Projeto “Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas” - 1982

No ano de 1979 foi criada, por Decreto Municipal nº 5.696/79, a Comissão de Implantação dos Projetos de Intervenção Urbana (CIT)²⁰ diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito da Cidade do Salvador. O objetivo, desta vez, foi o de executar intervenções urbanas integrais que qualificassem a paisagem das comunidades Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Vale do Queimado, levando em consideração seus atributos físicos e socioculturais. Coube ao OCEPLAN a materialização desses estudos (SALVADOR, 1979).

O projeto “Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas” foi realizado por uma equipe composta, também, integralmente por mulheres, a saber: Arilda Cardoso de Souza, como primeira técnica, Isa Vargas Leal Meira, Maria Vanda Fernandes Espinosa, Mercina Piori de Castro, Milna Maria Oliveira Leone, Norma Cardoso Hafele, Thereza Dantas Bezerra e Rose Mary de Cerqueira Val, como consultora.

A semente que motivou a criação deste projeto de intervenção de escala urbana foi o grande risco, tanto

funcional quanto físico, que iria provocar a implementação da nova Av. Juracy Magalhães Júnior e a retificação do rio Lucaia nas imediações do vale que se forma entre os bairros Santa Cruz, Nordeste de Amaralina, Rio Vermelho e Amaralina (SOUZA, 1982). Além disso, o setor já apresentava outros conflitos urbanos associados à ausência de espaços de recreação, à deficiência nos serviços de provisão de água e esgoto e, no entanto, por se tratar de uma localização atraente para populações de alta renda, à possibilidade latente da transferência dos seus moradores tradicionais (SALVADOR, 1978c).

Uma das características principais da proposta, e a que interessa aos fins desse artigo porque dá conta da mão sensível e da formação complementar de Arilda Cardoso na sua prática projetual, é o fato de que a vegetação não seria utilizada apenas como ornamento compositivo, mas passaria a assumir uma função fundamental dentro da economia social do bairro. Nessa linha, se optaria pela utilização de árvores frutíferas²¹ com tempos de maturação diferentes para garantir a colheita para consumo alimentar, a fabricação de perfumes e o uso medicinal durante o ano todo. Enquanto as árvores ornamentais seriam escolhidas seguindo as preferências da população.

²¹ No programa destacam-se planos desenhados à mão por Arilda Cardoso com o detalhamento das espécies arbóreas a serem plantadas.

Essa medida introduz, para a época, uma nova perspectiva dentro do planejamento urbano que contemplava a participação dos próprios moradores na busca por soluções mais adequadas para suas carências. Em tal sentido, o projeto não era necessariamente resultado do trabalho das equipes de especialistas de modo

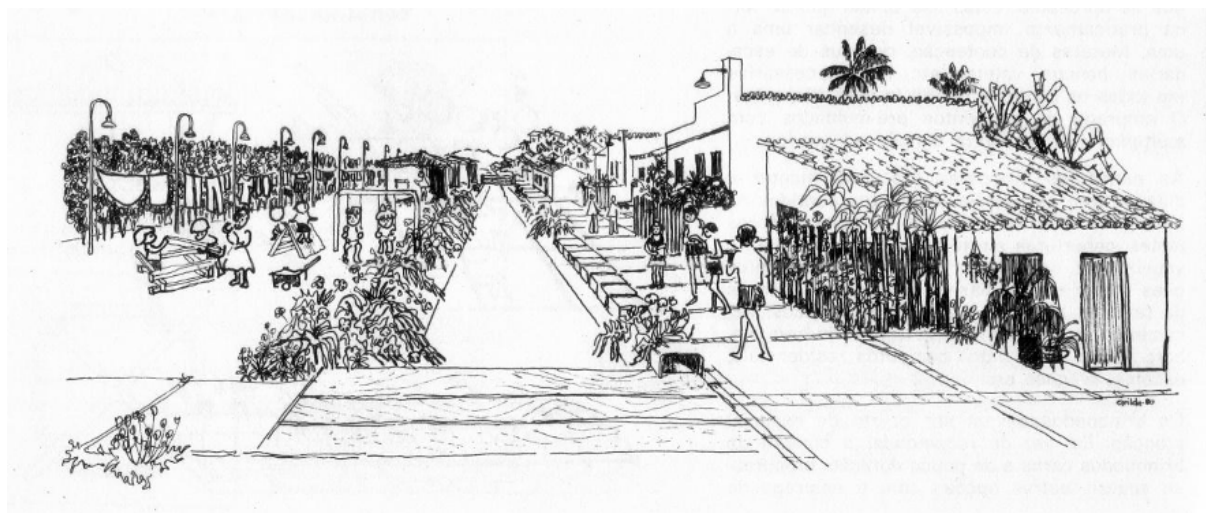


Figura 1
Croqui da proposta de intervenção no canal do rio Lucaia (rio Vermelho)
Fonte: SOUZA, 1982

hierárquico, pelo contrário, pretendia-se uma ação comunitária onde os vizinhos poderiam se envolver com a manutenção do espaço público partilhado a partir de um compromisso identitário e de cuidado com o território (SAMPAIO, 2011). Por causa disso, a proposta final, antes de ser aprovada pelo executivo, foi discutida e melhorada a partir das observações feitas pela população; isto foi indispensável para atingir as “verdadeiras aspirações e valores socioculturais dos moradores do bairro” (SOUZA, 1982, p. 33).

Além da perspectiva paisagística, a qual atingia toda a área estudada, existiam quatro grupos de intervenções diferenciadas conforme a distância que separava cada sector da nova via e do canal; ou seja, a partir da sua singularidade (Figura 01). Arilda Cardoso tinha consciência da necessidade de elaborar propostas particularizadas que tivessem em consideração a localização das pessoas dentro da cidade e as possíveis consequências da expansão e transformação urbana; assim, diversas situações foram projetadas através de planos, croquis e detalhamentos²².

²² A partir da nossa proximidade com o acervo privado da arquiteta podemos afirmar que esse era um método bastante utilizado por ela em seus processos criativos.

²³ No mobiliário urbano proposto há especial destaque para brinquedos e outras propostas dirigidas a crianças, tais como desenhos infantis na calçada e campos para “jogar baba”.

Após essa análise foram sugeridos, de modo particular: programas habitacionais, uma área para escola e outra para eventos culturais e esportivos, mudanças de uso (de residencial para comercial) e criação de uma praça com mais uma escola em um espaço intersticial de alta circulação de pedestres. Além disso, em outro nível de intervenção, foram atendidas questões de caráter higiênico e mais gerais como a pavimentação de zonas pontuais, a colocação de mobiliário urbano²³ e a utilização de estruturas que dia-

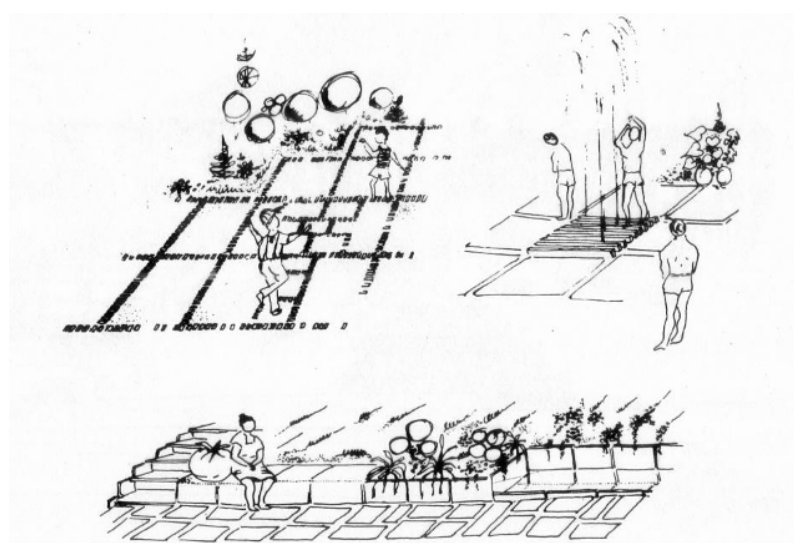


Figura 2
Croquis para mobiliário urbano (bancos, desenhos da paginação do piso e brincadeiras para crianças). Fonte: SOUZA, 1982

logassem formalmente com a paisagem preexistente. Dentre elas se destacam bancas de revistas e frutas, lavanderias e sanitários públicos de paredes de cores fortes e coberturas em telha canal (Figura 02) (SOUZA, 1982).

A práxis projetual de Arilda Cardoso fugia da elaboração de programas urbanísticos e arquitetônicos rígidos e totalizantes, dando especial ênfase, pelo contrário, às singularidades presentes em cada setor urbano onde iria intervir. Com base nos princípios de cuidado, de fomento da cultura e da soberania popular, sua produção teve como horizonte a idealização de uma cidade mais justa, partindo do entendimento de que não existe um modo universal de estar no mundo, muito menos em uma cidade tão diversificada como Salvador²⁴.

Algumas reflexões finais

No percurso desse artigo foram analisados três projetos vinculados ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), realizado pelo Grupo de Trabalho “Áreas Verdes e Espaços Abertos” (GT-AV-EA) do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) da Prefeitura da Cidade do Salvador, sob coordenação da arquiteta Arilda Cardoso. O nosso propósito foi dar visibilidade ao trabalho dela no que concerne ao desenvolvimento de projetos urbanos elaborados, de forma coletiva, com outras profissionais que trabalharam com ela na esfera do setor público.

Pode-se dizer que, embora tenham perfis diversos, o conjunto dessas propostas traz uma perspectiva sobre o planejamento urbano que, alinhada tanto com os objetivos do órgão público, quanto (e principalmente) com o perfil de Arilda Cardoso, visava em termos gerais a preservação das áreas verdes da cidade, mediante diretrizes que consideraram variáveis de natureza econômica, morfológica e social (comunitária). Assim, a participação ativa dos vizinhos na tomada de decisões era fundamental.

Se observados cronologicamente, ficaram expostos diferentes enfoques em relação às formas de intervenção adotadas. Enquanto o primeiro projeto, pela problemática que o grande declive das encostas gerava, se limitou à elaboração de instrumentos legais, quer dizer, regulamentações, o último projeto, em uma escala bem menor (e mais particularizada) expõe várias intervenções formais concretas acordes à ideologia do PLANDURB, por essa razão conta com algumas informações gráficas. Já o segundo projeto, introduz indi-

²⁴ A criação da ideia de que existe um *homem tipo*, que geralmente é homem, branco, heterossexual, de idade média (que no percurso do Movimento Moderno se chamou de *O Modulor*) exclui na prática dos projetistas a diversidade própria da vida na cidade.

cações de ação na escala metropolitana, pretendendo conformar um sistema que ultrapassasse os limites da cidade; tal proposta apresenta particularidades em relação às outras duas, porque incorpora uma visão abrangente sobre o planejamento urbano que, como já foi dito, deveria ter sido ajustado no decorrer do tempo e em função da expansão urbana.

A pertinência da participação de mulheres profissionais dentro das equipes de trabalho radica não somente na incorporação de uma práxis diferente de fazer cidade, ligada à política dos cuidados, mas também na profissionalização que o trabalho na esfera pública lhes ofereceu. Aliás, muitas delas, como foi o caso de Arilda Cardoso, conseguiram nesses anos aprofundar a sua formação em áreas específicas complementares²⁵ ou, em outros casos, consolidar as suas trajetórias tanto no campo profissional quanto acadêmico.

Contudo, pode se interpretar que grande parte das premissas promovidas pelos órgãos envolvidos e, consequentemente, pelos projetos aqui analisados, não operam na experiência urbana contemporânea, deixando de manifesto uma assustadora ausência estatal na hora de garantir melhoras na qualidade de vida da população. Longe ficou a paisagem urbana sonhada por Arilda Cardoso e as/os profissionais que desenvolveram esses projetos e que através dos seus olhares sensíveis sonharam com uma cidade justa para todas e todos.

²⁵ Como falado anteriormente, Arilda Cardoso realizou diversos cursos de especialização. Em relação à formação de algumas das arquitetas não mencionadas aqui, consultar: Adame (2020) e Huapaya, Alves, Nolasco e Costa (2021).

Referências

- ADAME, T. *Nenhuma a menos: ampliando a história da arquitetura moderna em Salvador (1936-1969)*, 2020. 160 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2020.
- CARDOSO, M. A. B. *Instituição e permanência de áreas verdes urbanas: o legado do PLAN-DURB em Salvador, Bahia (1975-1985)*, 2023. 550 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2023.
- FERNANDES, A. (org.). *Acervo EPUCS. Contextos, percursos, acesso*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.
- HUAPAYA ESPINOZA, J. C.; ALVES, A. K. A.; NOLASCO, L. B.; COSTA, R. M. *Arquitetas modernas baianas. Um olhar sobre a trajetória profissional das mulheres na arquitetura 1936-1969*. In: NASLAVSKY, G.; GÁTI, A. (org.). *Brasil, Nordeste, mulheres arquitetas: migrações, regionalismo, gênero*. Recife: Ed. UFPE, 2021, pp. 66-87.
- JUNIOR, N. V. A.; SAMPAIO, G. G.; OTREMBA, G.; ALBAN, P. (org.). *Diógenes Rebouças. Cidade, arquitetura, patrimônio*. Salvador: UFBA, 2016.

OLIVEIRA, M. R. N. A centralidade do Iguatemi. In: GAMA, H.; NASCIMENTO, J. (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos. Colônia, Império e República. Volume II*. Salvador: IGHB, 2011, pp. 329-373.

PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR. *Proteção às Áreas Verdes*. Salvador: Casa Civil, 1976.

REIS, M. S.; HUAPAYA ESPINOZA, J. C. (org.). *Trilogia Assis Reis: arquitetura e urbanismo na cidade de Salvador*. Salvador: Edufba, 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. OCEPLAN. PLANDURB. *Encosta de São Lázaro*. Salvador: OCEPLAN, 1975.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. Decreto Nº 5.506, de 9 de agosto de 1978a. *Estabelece normas de proteção ambiental aos sítios que menciona e altera os limites da Área 5 ANE – descrita no Decreto Nº 4.756, de 13/03/1975*.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. OCEPLAN. PLANDURB. *Áreas Verdes e Espaços Abertos*. Salvador: OCEPLAN, 1978b.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. OCEPLAN. PLANDURB. *Projeto Nordeste de Amaralina*. Salvador: OCEPLAN, 1978c.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. *Decreto nº 5.696, de 23 de julho de 1979. Cria, no gabinete do Prefeito, a Comissão de Implantação dos Projetos de Intervenção Urbana - CIT*.

SAMPAIO, H. Do EPUCS e PLANDURB ao não planejamento. In: GAMA, H.; NASCIMENTO, J. (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos. Colônia, Império e República. Volume I*. Salvador: IGHB, 2011, pp. 307-340.

SOUZA, A. C. de. Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, São Paulo, v. 11, out. 1982, pp. 27-35.

SOUZA, A. C.; LEAL, I. M. V.; SAMPAIO, H. Estudo de áreas verdes e espaços abertos-PMS. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, São Paulo, v. 5, nov. 1978, pp. 5-13.

Utopias artísticas e feministas: uma cidade para as mulheres a partir da arte urbana em Belo Horizonte

Carolina Maria Soares Lima e
Daniel Medeiros de Freitas

Carolina Maria SOARES LIMA é Mestre em Geografia; Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU – UFMG; carolmsoares98@gmail.com

Daniel Medeiros de FREITAS é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da Escola de Arquitetura da UFMG; daniel-freitas@ufmg.br

Resumo

O artigo discute o papel das utopias artísticas e feministas, considerando as condições históricas e contemporâneas de sua produção, especialmente no Sul Global, sob a perspectiva do feminismo decolonial. Argumentamos que a utopia é essencialmente estética e pode desencadear mudanças na reprodução do cotidiano. A partir de uma análise das obras de arte urbana, propõe-se uma visão crítica do espaço que articule questões relacionadas à moradia, direito à cidade e desigualdades, e que, compreendendo que o espaço é produzido socialmente, examine as relações de poder e as formas de exploração. Apoiado na necessidade de desconstruir a ideologia espacial que fortalece certos grupos e classe, argumentamos que a colonialidade do poder é vista como uma evolução das formas de dominação que persiste na contemporaneidade, com destaque para a categoria socioespacial de América. Neste contexto de articulação entre a teoria urbana crítica e o feminismo decolonial, estudamos a arte do lugar amefricano em Belo Horizonte para acessar, imaginar e desvelar utopias feministas na cidade.

Palavras-chave: cidade não sexista; utopia; América; arte urbana.

Abstract

The article discusses the role of artistic and feminist utopias, considering the historical and contemporary conditions of their production, especially in the Global South, from the perspective of decolonial feminism. We argue that utopia is essentially aesthetic and can trigger changes in the reproduction of everyday life. Based on an analysis of works of urban art, we propose a critical view of space that articulates issues related to housing, the right to the city and inequalities, and that, understanding that space is socially produced, examines power relations and forms of exploitation. Supported by the need to deconstruct the spatial ideology that strengthens certain groups and classes, we argue that the coloniality of power is seen as an evolution of the ways of domination that persists in contemporary times, with emphasis on the socio-spatial category of América. In this context of articulation between critical urban theory and decolonial feminism, we study the art of the amefrican place in Belo Horizonte to access, imagine and unveil feminist utopias in the city.

Keywords: non-sexist city; Utopia; Amefrica; urban art.

Resumen

El artículo discute el papel de las utopías artísticas y feministas, considerando las condiciones históricas y contemporáneas de su producción, especialmente en el Sur Global, desde la perspectiva

del feminismo decolonial. Sostenemos que la utopía es esencialmente estética y puede desencadenar cambios en la reproducción de la vida cotidiana. A partir de un análisis de obras de arte urbano, proponemos una mirada crítica del espacio que articula cuestiones relacionadas con la vivienda, el derecho a la ciudad y las desigualdades, y que, entendiendo que el espacio se produce socialmente, examina las relaciones de poder y las formas de explotación. Apoyados en la necesidad de deconstruir la ideología espacial que fortalece a ciertos grupos y clases, sostenemos que la colonialidad del poder es vista como una evolución de las formas de dominación que persiste en la época contemporánea, con énfasis en la categoría socioespacial de América. En este contexto de articulación entre teoría urbana, crítica y feminismo decolonial, estudiamos el arte del lugar amefricano en Belo Horizonte para acceder, imaginar y develar utopías feministas en la ciudad.

Palabras-clave: ciudad no sexista; Utopía; América; arte urbano.

Introdução

A arte, vista a partir de sua dimensão utópica, permite imaginar outros espaços possíveis, sendo a vanguarda estética um primeiro passo possível para revoluções maiores no cotidiano e nas diferentes compreensões sobre a produção do espaço. Por outro lado, imaginar uma cidade não sexista ou uma cidade para as mulheres exige um esforço imaginativo e utópico significativo, considerando especialmente as bases materiais e simbólicas que moldam nosso espaço atual. Em nosso contexto, a mais profunda dessas bases é o colonialismo, sendo importante, conforme defende Lélia González (2020), partirmos do conceito de “América” para entender que a América, tanto como continente quanto como ideia, é fruto de relações de trabalho e poder ancoradas na exploração dos corpos não europeus. Essas relações, complexas e centradas na noção de raça, continuam a marginalizar culturas e corpos até hoje, como observa Quijano (2005). Este processo histórico produziu e produz várias identidades, mas apenas uma, materializada no arquétipo do homem branco, detém o poder em suas diferentes formas e, assim, orienta as narrativas hegemônicas sobre a história urbana, aqui tidas como o “lado A” desta história.

As duas perspectivas acima - a dimensão utópica da arte e a consciência da América - se encontram no argumento de Quijano (2014) quando ele destaca que toda utopia é essencialmente estética, precedendo a subversão do poder e a América Latina, ou, América, segundo ele, seria o lugar mais propício para utopias alternativas de poder.

Dizer que há uma ideologia espacial que empodera e fortalece certos grupos é reafirmar, dentro da teoria

urbana, o que autores como Aníbal Quijano e Lélia González nos convidam a pensar há tempos. A ideia de raça foi justificativa fundamental para a dominação colonial e a hegemonia eurocêntrica que se deu no continente americano desde o início do empreendimento colonial. A codificação dos corpos a partir da diferença entre os colonizadores e conquistados, numa fundamentação inicialmente fenotípica, possibilitou o início das formas históricas de controle do trabalho, recursos e produtos que vemos até a contemporaneidade.

Surge, portanto, uma nova divisão do trabalho, inaugurada em simultâneo à inauguração do continente americano (GONZÁLEZ, 2020). Há uma evolução das formas de dominação associada à raça que controla um grupo em escala global que poderia ser identificada como "colonialidade do poder" (QUIJANO, 2005) e que vigora ainda hoje, mais de meio milênio depois, tamanho o sucesso da empreitada mais nefasta e cruel da branquitude ocidental. Outra forma de olhar para a colonialidade é a partir da categoria socioespacial construída por Lélia González de *América* (2020). O termo nos permite revelar dinâmicas do cotidiano e do espaço desde "dentro" as conexões entre as experiências de resistências dos povos originários e da diáspora, e entre os saberes ancestrais de mulheres e homens, dando visibilidade às histórias secularmente apagadas por processos violentos apoiados na colonialidade.

Uma forma de trabalhar com esta categoria a partir de uma proposta de teoria urbana crítica é estabelecer um relacionamento entre a teoria urbana crítica e o feminismo decolonial. No caso deste trabalho, faremos isto pela lente oferecida por Françoise Vergés (2021) que nos fornece perspectivas feministas para pensar o feminismo como uma luta pelo direito de existir e como um imaginário utópico. Para tal, propomos trabalhar a partir de um objeto de pesquisa delineado a partir de pesquisa em andamento, no doutoramento em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, nomeado como arte do lugar amefricano, que se define como sendo uma manifestação artístico-cultural situada em espaço urbano como forma de insubordinação, cujo conteúdo, ou motivo, se relaciona ao lugar e ao urbano em *América*. Tais manifestações, conforme verificado a partir de entrevistas guiadas, podem disparar narrativas dissensuais acerca da realidade vivida, as quais buscaremos articular por meio de uma abordagem orientada pela leitura do lugar que, veremos, incorpora métodos e abordagens do campo da fenomenologia.

Considerando que, o objeto aqui desenvolvido chamado de arte do lugar amefricano demonstra ser um conjunto de representações que abarcam resíduos, retratos e utopias dos lugares, trataremos das utopias, imaginando as cidades das mulheres a partir de experiências observadas no Museu de Quilombos e Favelas Urbanos no Morro do Papagaio em Belo Horizonte (MUQUIFU). Escolhemos o MUQUIFU para apresentar as análises pretendidas, pois, a partir da obra Igreja das Santas Pretas, presentes no equipamento cultural, conseguimos verificar narrativas, coletadas a partir de entrevistas guiadas, que contam o “lado B” da história urbana. Chamamos aqui de “lado B” da história urbana uma história contada pelas mulheres pretas e periféricas, o grupo subalternizado em detrimento dos homens brancos, comumente detentores da narrativa hegemônica. Ainda que o MUQUIFU trate, como veremos, da realidade de mulheres pretas e periféricas moradoras do Morro do Papagaio, em Belo Horizonte, outros autores já notaram a expressiva relação que as obras presentes no museu estabelece com a vida nas periferias do Sul Global (COAN et. al. 2022; LIMA et. al. 2023)

Metodologia

Ainda que o presente trabalho não seja exclusivamente fenomenológico, ao adotarmos o lugar como categoria de análise espacial, devemos levar em conta a atitude fenomenológica como postura analítica principal da pesquisa. Partimos do objeto central da fenomenologia de Edmund Husserl para descrever e analisar a experiência consciente e subjetiva para entender como a mente humana percebe e interpreta objetos e eventos. Neste contexto, a fenomenologia é um método relevante por seu foco na subjetividade e percepção. Especificamente, a fenomenologia de Merleau-Ponty (1962), que destaca a corporeidade e o corpo-próprio, pois enfatiza a importância do corpo na percepção e constituição do conhecimento.

Para compreender as obras que buscamos analisar, foi necessário realizar uma fenomenologia das representações, considerando-as expressões socioespaciais que revelam dinâmicas urbanas. Esta abordagem considera a percepção, intencionalidade e consciência, buscando compreender as narrativas dissensuais dos agentes envolvidos. Isso será feito através das narrativas provocadas pelas obras em análise, coletadas a partir de entrevistas. A premissa é a de que cada agente percebe o espaço e as obras de maneira única, influenciado por suas experiências prévias.

Segundo Merleau-Ponty (1962), a fenomenologia estuda essências, percepção e consciência, utilizando um método específico. A percepção é um campo composto por coisas e os vazios entre elas, preenchidos pelos conhecimentos de cada agente (Lefebvre, 1983; Merleau-Ponty, 1962). Alguns aspectos fundamentais da percepção, conforme Merleau-Ponty, incluem: 1) ela é subjetiva e individual; 2) é afetada pelo tempo histórico e pela linguagem, incluindo gestos e outras formas de representação; 3) depende do corpo e da capacidade de sentir, pois o corpo dá sentido aos objetos naturais e culturais.

A fenomenologia, ao focar na experiência consciente e subjetiva, proporciona uma perspectiva única para compreender não apenas as obras de arte urbanas, mas também o espaço que as abriga. A pesquisa busca iluminar elementos estéticos e expressivos do objeto de estudo, bem como desvendar a relação entre arte e percepção do ambiente urbano. Dessa forma, os procedimentos metodológicos propostos visam uma compreensão holística da relação entre fenomenologia, arte e espaço urbano, destacando a riqueza de significados que emergem da experiência coletiva em um ambiente urbano impregnado de expressão artística.

Para realizar a análise, o primeiro passo é compreender a obra como sendo uma obra de arte do lugar americano, verificando seus atributos culturais e simbólicos. Esse processo envolve observar características intrínsecas e o contexto sociocultural para validar sua relevância no discurso crítico e suas contribuições para a reflexão sobre dinâmicas urbanas. Em seguida, avalia-se o contexto urbano da obra, sua localização, a produção, incluindo artistas e técnicas, e a apropriação do espaço. A análise abrange o espaço vivido, concebido e percebido (LEFEBVRE, 1974), destacando a gênese e as origens dos artistas, fontes de incentivo, e técnicas utilizadas. No terceiro momento, antes da análise da percepção dos agentes, o pesquisador explora sua percepção sobre a obra, identificando narrativas relacionadas ao espaço urbano e à realidade vivida. A análise com aproximações semiológicas considera formas, cores, texturas e interações do público com as obras, destacando suas relações com o Estado-Mercado e as diferentes formas de legitimação e marginalização. Esse procedimento abre portas para análises críticas futuras e a compreensão das dinâmicas de exclusão e apoio às manifestações artísticas no espaço urbano.

Finalmente, deve-se analisar a percepção dos agentes de interesse. A coleta de dados pode ser feita por meio de entrevistas guiadas (KAPP, 2020), grupos focais, observações (participativas ou não) e formulários, por exemplo. A metodologia pode variar conforme a disponibilidade dos pesquisadores e agentes, mas é essencial mapear e selecionar agentes que interagem com a obra, como artistas, espectadores, financiadores e aqueles que comentam publicamente sobre a obra. Após a coleta, é necessário transcrever os dados, identificando unidades de significado e categorizando-as para facilitar a análise fenomenológica. Isso envolve suspender interpretações prévias e focar na descrição direta das experiências. A análise deve contextualizar as percepções no ambiente urbano e explorar as relações entre as obras, os agentes e a cidade. Assim, a análise fenomenológica e a leitura do lugar requerem uma abordagem sistemática, contribuindo para uma análise mais ampla das políticas e dinâmicas urbanas a partir das percepções coletadas.

A Territorialidade Silenciada das Mulheres Pretas e Periféricas

No contexto da presente pesquisa, especificamente, trataremos de mulheres pretas e periféricas, atravessadas por três marcadores sociais de diferença: gênero, classe e raça. Além de tais marcadores, que geram opressões cruzadas e convergências na produção de desigualdades (BIROLI & MIGUEL, 2015) tais mulheres experimentam e vivem o espaço constituído a partir de processos coloniais. Sobretudo quando se considera as condições e bases materiais e simbólicas sob as quais o espaço foi e é produzido até a contemporaneidade, em especial no recorte específico que, conforme já explicado, adota a elaboração de Lélia González (2020), *América*.

Recapitulando, a América se funda e se estrutura a partir de relações, sociais e de trabalho, complexas, pautadas, essencialmente, na noção de raça. Até a atualidade, a raça é utilizada como um instrumento de marginalização da cultura, de corpos e de modos de vida, que, desde o empreendimento colonial, categoriza os colonizadores e os colonizados de tal forma que as relações sociais devem ser compreendidas como relações fundadas na raça, incluindo as relações da divisão social e racial do trabalho (QUIJANO, 2005). Sendo assim, inicia-se o processo da produção de diversas identidades históricas, das quais apenas uma concentra a sede do poder hegemônico econômico, científico e cultural.

O estudo realizado contribui para a visibilidade das experiências não hegemônicas dessas mulheres, ressaltando a importância de suas vozes na construção de narrativas urbanas mais equitativas, rompendo com o processo histórico de violência epistêmica (GOMES, 2005). Reconhecer e valorizar a territorialidade das mulheres pretas e periféricas é um passo crucial para a transformação social e a promoção da justiça urbana.

Feminismo decolonial, corpo e chão: uma classe cuidadora

Assim como Quijano destaca a fundamentação da divisão racial do trabalho na América, Vergés observa um atravessamento de gênero presente nestas relações. A autora argumenta haver uma mão-de-obra racializada majoritariamente feminina, que realiza um trabalho sub qualificado, mal remunerado e diuturno indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade: os serviços de limpeza e de cuidado. Este trabalho, segundo Vergés (2021), é e deve permanecer invisível. Como observamos já em outros autores, a rodada neoliberal do capitalismo produz, inevitavelmente, trabalhos invisíveis e vidas descartáveis.

Para Vergés (2021), esta condição da mulher racializada no Sul global é única e produto do empreendimento colonial e sua reverberação na contemporaneidade na forma da colonialidade e do devir neoliberal dos sujeitos. A forma quase invisível do trabalho destas mulheres que cuidam dos outros sujeitos da cidade e limpam as cidades, promove, também, o ocultamento das outras agências por elas promovidas, de seus desejos, lutas, dores, saberes e quaisquer outras práticas. Estas mulheres somem da paisagem urbana, escondidas nos ônibus das madrugadas, nos quartos de empregada, nas roupas brancas de babá, nas igrejas ou suplicando para que seus filhos voltem para casa. Até pouco tempo, era difícil saber, pois a violência era tamanha que estas mulheres eram, e ainda são, sistematicamente silenciadas.

Conforme apontado previamente, pensar a partir de *América* significa pensar desde “dentro” das conexões entre as experiências de resistências dos povos originários e da diáspora, e entre os saberes ancestrais de mulheres, dando visibilidade às histórias secularmente apagadas por estes processos aqui já descritos, também conhecidos por violência epistêmica. É necessário fazer isso, então, a partir de uma postura feminista, que deve ser assumida até mesmo durante a prática de pesquisa, escrita e divulgação acadêmica.

Segundo Vergés (2021), esta é uma luta pela justiça epistêmica, isto é, uma justiça que reivindica a igualdade entre os saberes e contesta a ordem do saber imposto pelo Ocidente.

Podemos afirmar que o feminismo decolonial faz-se fundamental para tecermos uma teoria urbana de fato crítica que busca realizar um olhar para as cidades do Sul global considerando os saberes próprios e reivindicando a igualdade entre os diferentes grupos de agentes que atuam na (re)produção do espaço. Não é mais possível avançar numa teoria urbana que ignore tais dimensões da crítica ao processo de (re)produção do espaço e, aqui, olhamos para elas, com um foco sistêmico aos saberes e modos de vida de corpos das classes cuidadoras da cidade, as mulheres pretas periféricas.

Esta classe cuidadora, segundo Graeber (2018), é a classe cujo trabalho social consiste em cuidar de outros seres humanos, animais e plantas. A esta classe é imposta uma série de dificuldades de organização herdadas da imposição do tempo dos patrões, da manutenção da senzala e da periferização e isolamento da vida, como veremos. Contudo, apesar destas dificuldades, as trabalhadoras domésticas conseguem superar o isolamento e a solidão para encontrar formas de organização coletiva e subverter a invisibilidade de sua própria exploração. Uma das experiências de luta por visibilidade e reconhecimento se deu e se ilustra precisamente no caso do MUQUIFU.

Lugares em *América*: quando a vida só é possível nesse chão

Na busca de tecer uma teoria urbana crítica, a categoria socioespacial de lugar se apresenta como lente analítica fundamental. Conforme apresentado até aqui, a produção do espaço urbano é fundada em um sistema de exclusão, herdado do empreendimento colonial, e apoiado nos aspectos contemporâneos da colonialidade, que se valem de marcadores sociais de diferença para impor uma divisão social do trabalho. Essa materialidade, concretizada sobre a terra no espaço concebido, produz, em cada cidade, várias cidades, um espaço dividido, não apenas na dimensão econômica, mas também a partir da vivência e da percepção dos corpos. São pelo menos duas cidades que se sobrepõem: a cidade produzida e narrada por um grupo hegemônico, que guarda o "lado A", ainda que minoritário em termos quantitativos e que usufrui dos privilégios da segregação; e a cidade produzida pelos grupos marginalizados e subalternizados pela se-

gregação, fundada, entre outros fatores, na noção de raça e de gênero, que narraria o “lado B” da história urbana.

Segundo Massey (2008), o lugar, enquanto categoria de análise do espaço, é composto por um conjunto, ou uma constelação, de narrativas dissensuais. Essas narrativas formam um “tecer de histórias em processo”, um momento dentro das geometrias de poder, uma constelação particular dentro de espaços mais amplos e uma tarefa inacabada. O lugar se conforma a partir da troca de favores, quando uma vizinha vigia a criança enquanto a mãe vai a uma entrevista de emprego, quando a tia chama a sobrinha para uma caminhada de luta no bairro ou quando as meninas voltam juntas da escola, por exemplo. É quando o cotidiano, espacializado, não poderia ser reproduzido noutro espaço e só naquele lugar. Dessa forma, as narrativas coletadas a partir dos diferentes momentos de apropriação do espaço configuram uma constelação única que contribui para a compreensão do lugar. Buscar compreender o lugar, portanto, é procurar o que se conta no “lado B” ou no avesso da análise espacial, é garimpar quais são as narrativas que colaboram para uma análise e teoria urbanas feitas a contrapelo. Através desse conjunto de narrativas, é possível compreender os mais diferentes processos constituintes da reprodução da vida cotidiana: dentre as várias cidades coexistentes e (in)justapostas, onde a conformação de lugares faz-se possível, há, por vezes, modos de vida contra-hegemônicos.

Há diversas formas de acessar as narrativas que constituem o lugar, mas, no contexto da pesquisa, busca-se acessar tais narrativas por meio da arte do lugar amefricano. Por meio deste objeto, seja pelas narrativas que ele próprio carrega, ou pelas narrativas que ele dispara, ou pelas que o antecedem, é possível mapear uma constelação de narrativas que conformam o lugar. Tais obras carregam um potencial dissensual e a capacidade de representar o espaço a partir de outros pontos de vistas, de sujeitos à margem e subalternizados pela colonialidade. As produções de arte do lugar amefricano que remontam o cotidiano de mulheres pretas e periféricas, comumente membros da classe cuidadora, na *América*, são produções que remontam a reprodução das próprias cidades e das memórias que resistem nas brechas do urbano ordenado por homens brancos e sustentado pelo trabalho de mulheres pretas. É por meio de perspectivas de reorientação da análise das narrativas produzidas a partir do cotidiano dessas mulheres que poderemos pensar em reescrever a história, por uma nova perspectiva crítica sobre

a sociabilidade de mulheres pretas e periféricas no espaço urbano, a partir de corpos-documentos.

A Conversão da Territorialidade da Mulher Preta e Periférica em Narrativas Utópicas do Plano Estético Urbano

A experiência no espaço das mulheres pretas e periféricas é marcada por múltiplas camadas de opressão e resistência, tendo em conta as diferentes dimensões de enfrentamento impostas pela consubstancialidade que marca seus corpos. Este estudo visa explorar como essas experiências são transformadas em experiências estéticas que, por sua vez, disparam narrativas utópicas. Tais experiências estéticas retratam a vivência destas mulheres e possibilitam, a partir destas narrativas, propor outras formas de cidade e outros modos de vida. Essas narrativas, coletadas por meio de entrevistas guiadas, são visões idealizadas do espaço urbano que propõem uma reimaginação do ambiente em que essas mulheres vivem. Tais narrativas são frequentemente articuladas a partir de expressões artísticas, culturais e ativistas que desafiam a realidade presente e sugerem possibilidades alternativas de existência e convivência.

A análise da conversão da experiência cotidiana da mulher preta e periférica em narrativas utópicas no plano estético urbano oferece análises valiosas sobre a resistência e a resiliência desses grupos. As narrativas utópicas não são meramente escapistas; elas são ferramentas poderosas para imaginar e construir novas realidades. Este estudo contribui, portanto, para outra visão acerca das dinâmicas de poder no espaço urbano e destaca a importância das vozes e das experiências das mulheres pretas e periféricas na compreensão de outra história urbana.

Arte do lugar amefricano: da definição à utopia

As obras de arte do lugar amefricano, conceito desenvolvido no contexto da presente pesquisa, são aquelas manifestações artístico-culturais situadas nas periferias urbanas como forma de insubordinação, cujo conteúdo se relaciona ao lugar e ao urbano em América. Estas manifestações disparam narrativas dissensuais que permitem que o cotidiano seja acessado e apreendido, ou seja, discorrem sobre a realidade vivida. Para acessar tais narrativas faz-se fundamental valer-mo-nos de conceitos que apoiam o pensamento fenomenológico e decolonial aqui apresentados. Estas

narrativas podem ser de três diferentes tipos: resíduos, retratos e utopias, conforme observamos nas experiências trabalhadas. As obras de arte do lugar amefricano, disparam narrativas, portanto, sobre o lugar, ou, por vezes, guardam, nelas mesmas, em seus motivos, tais narrativas. Estas narrativas, no que lhes concerne, podem ser de três diferentes tipos. Observamos nas amostras trabalhadas, principalmente com o caso que aqui será mostrado para o MUQUIFU, à frente, a existência de obras de arte do lugar amefricano que abarcam resíduos, outras que se apresentam como retrato e, ainda, aquelas que se colocam como utopia.

As obras de arte do lugar amefricano que se apresentam como resíduo são aquelas que, assim como descrito por Angelo Serpa (2007), restam do passado. Nesse caso, são representações que restam do passado como memória de resistência e luta, guardando, nas obras de arte, uma espécie de arquivo, para um grupo social que, por vezes, vale-se da oralidade, do corpo como arquivo, como proposto por Beatriz Nascimento, e de outras formas próprias de produção de conhecimento.

As obras de arte do lugar amefricano em sua dimensão enquanto retrato são aquelas que mais se aproximam da realidade vivida no tempo presente, do cotidiano: são registros do agora. Estas apoiam e sustentam diálogos e articulações do curto prazo, além de fundamentarem as metodologias de leitura do lugar, nas quais buscamos compreender a cidade a contrapelo, entendendo o "lado B" da vida urbana, em contraponto à tradicionalíssima análise urbana.

Finalmente, aquelas que se apresentam como utopias são as que mais aqui nos interessam, pois são elas que guardam os sonhos e as maiores possibilidades para imaginar outras cidades ou outros modos de vida. A experiência estética, como sabemos, permite tensionar o imaginário social e coletivo. As utopias são ideias que subvertem a ordem e projetam alternativas de libertação da colonialidade à medida que projetam os sonhos e esperanças dos dominados (QUIJANO, 2014).

Empregamos a ideia de utopias artísticas no contexto das obras de arte do lugar amefricano para designar representações artísticas de (re)produção do espaço e imaginações do (im)possível. Isto engloba a resistência popular e as lutas por espaços comuns e pelo direito à cidade; estratégias de sobrevivência diante da precariedade; e insurgências utópicas e rebeldes dos

pobres urbanos. Essas representações evocam narrativas daqueles que são silenciados em processos de violência epistêmica em toda a América como continente (CASTRO-GOMEZ, 2005). Entre as narrativas e utopias já encontradas, podemos perceber a liderança compartilhada das comunidades, lideradas por mulheres, ao lado da visibilidade dada à ética do cuidado, à necessidade de espaços comuns nas favelas e às redes de apoio construídas entre as pessoas. As narrativas dão visibilidade a novos sujeitos políticos que se engajam em uma luta coletiva contra a desigualdade em busca de uma experiência comum de cidade, como aponta Velloso (2020).

MUQUIFU: utopia da cidade para as mulheres pretas e periféricas

No Morro do Papagaio, bem na entrada da comunidade, na fronteira com o Santo Antônio, bairro de classe média localizado na zona sul de Belo Horizonte, existe o MUQUIFU¹. Ainda que seja apresentado e categorizado como um museu, de acordo com um dos membros do setor educativo, o MUQUIFU é, na verdade, “uma cozinha (Figura 01), que tem uma igreja, que tem um museu [sic]”. Isso porque logo na entrada no MUQUIFU, o espectador se depara com uma cozinha que é o espaço de maior socialização da edificação, onde, depois das missas realizadas na igreja, diversos membros da comunidade se reúnem, fazendo o uso comunitário do espaço. Antes mesmo da existência

¹ O acervo do MUQUIFU não é digitalizado, sendo esta, inclusive, uma das demandas apontadas pelo grupo em entrevistas. De tal modo, algumas das imagens aqui citadas podem ser encontradas na página do museu na rede Instagram <https://www.instagram.com/muquifu/> ou no catálogo Igreja das Santas Pretas do BDMG Cultural <https://bdmgcultural.mg.gov.br/sponsorship/catalogo-da-igreja-das-santas-pretas/>.



Figura 1
Fotografia da cozinha e parte das pinturas
Fonte: Acervo pessoal, 2024 (publicação autorizada pelo autor)

reconhecida da igreja, o espaço do barracão e da cozinha já existiam e era um espaço de sociabilidade e usos múltiplos pela comunidade.

Ao entrar, somos surpreendidos com os murais que ocupam as paredes da capela: diferentemente da arte sacra tradicional, pois os afrescos são extremamente coloridos, trazendo corpos negros como protagonistas da narrativa e, de acordo com um dos artistas que realizou a pintura da obra, retrata a história de Jesus como se ele tivesse nascido atualmente, especificamente no Morro do Papagaio. No centro, vê-se o altar de Dona Marta (Figura 02), rainha conga de Santa Efigênia, uma rainha sem reino, que, em seus percursos no cotidiano, acordava cedo junto de muitas outras para abrir as portas da cidade, ou ainda, passava as noites nas senzalas modernas em quartos de empregada. Ao redor do altar, 13 outras mulheres pretas e seus cotidianos (Figura 03)(Figura 04)(Figura



Figura 2
Fotografia do altar e parte da pintura
Fonte: Acervo pessoal, 2024 (publicação autorizada pelo autor)



Figura 3
Fotografia da lateral direita do altar e parte da pintura
Fonte: Acervo pessoal, 2024 (publicação autorizada pelo autor)



Figura 4
Fotografia da lateral esquerda do altar e parte da pintura
Fonte: Acervo pessoal, 2024 (publicação autorizada pelo autor)



Figura 5
Fotografia da lateral direita do altar e parte da pintura, com foco no canto superior direito. Fonte: Acervo pessoal, 2024 (publicação autorizada pelo autor)

05), sendo o simulacro de muitos outros pelo urbano na *América*, são representadas, em representações do espaço. Mulheres que lutaram por um espaço para chamar de "lugar", onde pudessem se articular, socializar e preservar suas memórias. A partir da articulação destas mulheres, foi criado o MUQUIFU, que abarca possibilidades de sociabilidade, rede de proteção e articulação de lutas, e a pintura da Igreja das Santas Pretas, que transpõe a oralidade para o campo visual, e propõe a salvaguarda de um modo de vida de mulheres na periferia como patrimônio.

Conforme discutido na primeira parte do trabalho, a experiência estética permite tensionar o imaginário social e coletivo. As utopias são ideias que subvertem a ordem e projetam alternativas de libertação da colonialidade à medida que projetam os sonhos e es-

peranças dos dominados (QUIJANO, 2014). Empregamos, para além da arte do lugar amefricano, dentre o que encontramos aqui, o conceito de utopias artísticas e estéticas da cidade comum para designar representações artísticas de (re)produção do espaço e imaginações do (im)possível. Isto engloba a resistência popular e as lutas por espaços comuns e pelo direito à cidade em resposta ao sistema de segregação; estratégias de sobrevivência face à precariedade dos estilos de vida; e insurgências utópicas e rebeldes dos pobres urbanos.

A experiência rica e multifacetada descrita no Morro do Papagaio oferece elementos valiosos para a construção de uma utopia ou imaginação sobre uma cidade das mulheres, ou uma cidade não sexista. A ênfase na cozinha como espaço central de socialização destaca a importância da colaboração e da comunidade, enquanto os murais na capela desafiam as convenções da arte sacra, trazendo corpos negros como protagonistas e reinterpretando a história de Jesus de maneira contextualizada. A representação das mulheres pretas, liderando a articulação do MUQUIFU, não apenas desafia estereótipos, mas também demonstra resistência, construção de redes de proteção e a preservação das memórias.

A pintura da Igreja das Santas Pretas, transpondo a oralidade para o campo visual, não só preserva um modo de vida como patrimônio, mas também desafia narrativas hegemônicas. As questões emergentes sobre a representação do Morro do Papagaio nas obras de arte e a busca por marcas de redes de proteção evidenciam a necessidade de reconhecimento e concepção de estruturas muitas vezes invisíveis, fundamentais para uma cidade mais justa. O conceito de utopias artísticas e estéticas da cidade comum destaca a importância da arte na subversão da ordem e na projeção de alternativas, promovendo resistência, lutas por espaços comuns e o direito à cidade. Em última análise, esta experiência museal decolonial inspira a reflexão sobre perspectivas alternativas do urbano, oferecendo uma visão inspiradora para a construção de uma cidade mais inclusiva, justa e igualitária.

Considerações finais

Diante da reflexão sobre a produção e reprodução do espaço urbano, permeada por questões de gênero, raça e poder, percebemos a necessidade premente de desvelar as ideologias espaciais que perpetuam desigualdades e exclusões. O exercício utópico de imaginar uma cidade não sexista ou das mulheres, embora

desafiador e situado em um contexto complexo, revela-se como um caminho essencial para a transformação do cotidiano e das estruturas sociais, além das práticas no contexto dos estudos urbanos. Compreendemos que a produção do espaço está intrinsecamente ligada às relações sociais, ao trabalho e às hierarquias de poder. A noção de colonialidade do poder e a proposição de *América* como categoria de análise destacam a importância de considerar as interseções entre raça, gênero e espaço, desafiando as narrativas historicamente construídas. A busca por uma teoria urbana crítica exige a desconstrução das ideologias espaciais dominantes, possibilitando a emergência de perspectivas alternativas.

Ao integrarmos a perspectiva do feminismo decolonial à teoria urbana crítica, revela-se um terreno fértil para repensar a cidade sob a ótica das mulheres. A luta pelo direito de existir e as imaginações utópicas se entrelaçam, apontando para um horizonte onde as cidades podem ser concebidas de maneira mais inclusiva, justa e equitativa. Assim, a análise das utopias artísticas e estéticas das cidades das mulheres, ancorada nas experiências do lugar urbano em *América*, transcende a mera especulação. A arte do lugar amefricano, exemplificada nas obras encontradas no Museu de Quilombos e Favelas Urbanos, se apresenta como uma expressão artística e cultural capaz de subverter discursos hegemônicos e narrar outras histórias do espaço urbano, especialmente no contexto de *América*. Essa abordagem, ao iluminar as desigualdades e desafiar as normas preestabelecidas, oferece um caminho promissor para a construção de cidades que reflitam as diversas vozes e experiências que compõem a riqueza do tecido social. Em última instância, a concepção de uma cidade não sexista emerge como um convite para a transformação radical e a construção coletiva de espaços urbanos mais justos e inclusivos.

O reconhecimento da invisibilidade do trabalho feminino racializado e a imbricação dessa condição na herança colonial e na contemporaneidade neoliberal evidenciam a necessidade de dar voz e visibilidade às agências, desejos e lutas dessas mulheres, que historicamente foram silenciadas e esquecidas. A adoção da categoria de *América* lança luz sobre as resistências dos povos originários e da diáspora, um olhar crucial para desvendar histórias apagadas pela violência epistêmica. Este enfoque não apenas questiona as dimensões tradicionalmente negligenciadas da (re)produção do espaço, mas também propõe uma abordagem sistêmica que destaca os saberes e modos de vida das classes cuidadoras da cidade. O exemplo do MUQUIFU ilustra

como a luta por visibilidade e reconhecimento pode transcender as barreiras, evidenciando a resiliência e a capacidade de resistência dessa classe. A classe cuidadora, confrontada com obstáculos derivados da imposição do tempo dos patrões, da manutenção da senzala e do isolamento, desafia essas dificuldades, encontrando formas de organização coletiva e resistindo à invisibilidade de sua exploração.

A categoria socioespacial de lugar é uma lente analítica fundamental para reconhecer a presença de uma reprodução calcada nos pilares da colonialidade. O acesso às narrativas trabalhadas, carregadas de potencial dissensual, representam o espaço por meio de perspectivas marginais, subalternizadas pela colonialidade. Especialmente ao abordar o cotidiano de mulheres pretas na *América*, essas produções de arte do lugar amefricano contribuem para a (re)escrita da história, oferecendo uma nova perspectiva crítica sobre a sociabilidade negra no espaço urbano através dos corpos dessas mulheres. Assim, a análise das narrativas do lugar, mediada pela arte urbana, destaca-se como uma ferramenta essencial para repensar e reorientar as visões sobre o espaço urbano e suas complexas interações sociais.

Em resumo, a arte do lugar amefricano, como objeto de estudo, permite uma teoria urbana crítica que avança na compreensão da cidade a contrapelo. Estas manifestações artísticas, ao disparar narrativas dissensuais, exploram o cotidiano, categorizadas em três tipos: resíduos, retratos e utopias. O termo “utopias artísticas” abrange representações de (re)produção do espaço e imaginações do (im)possível, destacando resistências populares, lutas por espaços comuns e direito à cidade, estratégias de sobrevivência e insurgências utópicas dos pobres urbanos. Dessas narrativas e utopias encontradas no MUQUIFU, emerge a liderança compartilhada por comunidades, lideradas por mulheres, juntamente com ênfase na ética do cuidado, necessidade de espaços comuns nas favelas e redes de apoio entre as pessoas. Essas representações evocam a visibilidade de sujeitos políticos engajados na luta coletiva contra a desigualdade em busca de uma experiência comum de cidade.

Notas

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Referências

BIROLI, F; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 2015, 20.2: 27-55.

BRENNER, N. What is critical urban theory?. *City*, 2009, 13.2-3: 198-207.

COAN, S, et al. A performance da memória e as trabalhadoras domésticas: um estudo entre Antropologia e Ciência da Informação na exposição de longa duração do museu Muquifu. 2022.

GOMES, C.; SOCIAIS, S. Ciências. Violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas*. Tradução de CW Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005, 80-87.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GRAEBER, D. Bullshit jobs. *Emploi*, 2018, 131.

KAPP, S. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, 2020, 22: e202006.

LEFEBVRE, H, et al. La producción del espacio. *Papers: revista de sociología*, 1974, 219-229.

LIMA, R.P.; DA SILVA, M.L. MUQUIFU e NegriCidade: táticas dos povos pretos para que culturas soterradas possam emergir na cena pública. *Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas*, 2023, 1.1.

MASSEY, D. A global sense of place. In: *The cultural geography reader*. Routledge, 2008. p. 269-275.

MERLEAU-PONTY, M. SMITH, Colin. *Phenomenology of perception*. London: Routledge, 1962.

NASCIMENTO, B. O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa. Ubu Editora, 2022

OLIVEIRA, A. S. de. O fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro. 2015. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, 107-126.

QUIJANO, A. Estética de la utopia in cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLASCO, 2014.

SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. Editora Contexto, 2007.

VELLOSO, R. descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. *REDOBRA*, 2020, 15: 153-176.

VERGÈS, F; BOHRER, A. J. *A decolonial feminism*. London: Pluto Press, 2021.

A emancipação feminina por meio da autogestão nos movimentos de moradia

Nathalia de Oliva Silva e Eneida de Almeida

Nathalia de OLIVA SILVA é Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Universidade São Judas Tadeu; nathalia_olivasilva@hotmail.com.

Eneida de ALMEIDA é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAUR da Universidade São Judas Tadeu; prof.eneida@usjt.br.

Resumo

Este artigo trata da participação feminina no Mutirão da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, na Zona Leste de São Paulo, a partir de entrevistas realizadas com algumas das integrantes da Associação. Tem por objetivo abranger o lugar de fala dessas mulheres, com o intuito de compreender novas formas de produção de conhecimento e do espaço por meio de ações insurgentes e contra-hegemônicas.

Palavras-chave: feminismo, luta por moradia, contra-hegemonia.

Abstract

This article deals with women's participation in the Mutirão of "Associação de Construção Comunitária Paulo Freire", in the East Zone of São Paulo, based on interviews with some of the Association's members. It aims to cover the place of speech of these women, in order to understand new ways of producing knowledge and space through insurgent and counter-hegemonic actions.

Keywords: feminism, struggle for housing, counter-hegemony.

Resumen

Este artículo trata de la participación de las mujeres en el Mutirão de la "Associação de Construção Comunitária Paulo Freire", en la Zona Este de São Paulo, a partir de entrevistas con algunas de las integrantes de la Asociación. Pretende abarcar el lugar de la palabra de estas mujeres, con el fin de comprender nuevas formas de producir conocimiento y espacio a través de acciones insurgentes y contrahegemónicas.

Palabras-clave: feminismo, lucha por la vivienda, contrahegemonía.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma dissertação de mestrado¹ que tem como enfoque o estudo dos movimentos de moradia social com recorte espacial na Zona Leste de São Paulo, e recorte temporal fixado entre a década de 1980 e o momento atual, procurando compreender como se dá a participação feminina nas diversas ações a que se dedicam e suas principais formas de atuação. O principal objeto de estudo foi o Mutirão Paulo Freire, no qual a participação de mulheres é bastante representativa, não somente no

¹ Intitulada "Perspectivas femininas e feministas: a construção de comuns urbanos nos movimentos de moradia na Zona Leste de São Paulo", foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, com o apoio da Capes e do Instituto Anima.

dia-a-dia do canteiro de obra, como nas posições de liderança, à medida que a experiência avança.

O texto procura explorar entrevistas recentes, realizadas em 2023, com mulheres que fizeram parte desse mutirão e se mantêm ativas no movimento de moradia, mesmo depois de concluída a entrega das unidades habitacionais. Pretende, com as entrevistas, abordar as perspectivas das interlocutoras sobre essas experiências, revisitadas no presente, compreendendo seus relatos enquanto fonte bibliográfica e produção de saber que marca a realidade de um certo recorte espacial, temporal e de grupo, capaz de contextualizar e elucidar questões importantes para se pensar formas alternativas de produzir moradias em espaços urbanos periféricos, mediante processos de autogestão por mutirão, dado que se caracterizam, ao mesmo tempo, como instrumentos de conscientização política.

Vilaça e Constante (2016) é fonte bibliográfica e documental relevante para a construção do relato de pesquisa que busca compreender práticas alternativas de produção arquitetônica, suas conquistas e dificuldades, justamente por corresponder a um registro crítico e reflexivo, que procede com consciência ao mergulhar em meditações sobre o desenrolar do processo de interação entre a Usina² e os mutirantes, permitindo, assim, a aproximação entre a visão dos profissionais e a das entrevistadas.

A ação do mutirão Paulo Freire é aqui compreendida como uma forma de organização social contra-hegemônica, na medida em que as lideranças do movimento de moradia, tidos como sujeitos políticos coletivos, desafiam modelos os hegemônicos de organização que, enquanto reflexos econômicos do capital, se caracterizam como instrumentos de despolarização, tendo em vista a dominação política e social (ZILIO *et. al*, 2012).

Referências para a produção do espaço vivido

Essa compreensão tece aproximações com a reflexão de Ana Fani Carlos (2012) que, na esteira de Henri Lefebvre, parte do pressuposto que as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade das relações espaciais. Nessa perspectiva, o espaço urbano, para Carlos, “revela a condição, meio e produto da ação humana” (Carlos, 2012, p. 11), precisamente pela forma como se dá a sua produção ao longo do tempo.

² A Usina CTHA (Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado), referida aqui como Usina, foi fundada como organização de assessoria técnica a movimentos sociais, em 1990, integrada por profissionais de diferentes campos de ação, orientados a colaborar no planejamento, desenho e construção em conjunto com trabalhadores, mobilizando fundos públicos destinado a atividades relacionadas com a Reforma Urbana e Agrária.

A cidade, segundo essa ótica, é entendida por meio da análise da vida cotidiana. Assim, o espaço onde se desenrola e ganha sentido o vivido permite estabelecer conexões entre as reflexões de Carlos e o pensamento lefebvriano, especialmente pela atenção concedida ao “espaço vivido”, em contraposição ao “espaço concebido”. Reportamo-nos aqui aos três conceitos indissociáveis da produção do espaço, formulados por Lefebvre (2006): o espaço percebido, o concebido e o vivido. O “espaço percebido,” corresponde à dimensão prático-sensível, sendo fisicamente perceptível por suas redes de comunicação, fronteiras, tipos arquitetônicos, lugares de intercâmbio, tanto de interação, quanto de segregação. O “espaço concebido” equivale ao domínio abstrato-mental, em conformidade com concepções dominantes de espaço e sociedade, ou seja, é o espaço planejado pelas instâncias da administração pública, em aliança com os setores privados, financiadores das companhias políticas. Por fim, o “espaço vivido”, moldado por uma condição relacional-socializada, a partir da qual os sujeitos produzem suas próprias representações, vinculadas à vida cotidiana, adquire, na visão dos dois autores, uma relevância indiscutível.

Essas considerações permitem situar Lefebvre com uma referência teórica fundamental para discutir a produção do espaço urbano para além das lógicas hegemônicas, pois, se por um lado assinala a sua condição de lócus privilegiado para a reprodução das relações capitalistas, por outro, indica a possibilidade de se mostrar como lugar de resistência, de superação criativa e de ampla reivindicação de direitos.

É precisamente nesses termos que situamos a experiência do mutirão Paulo Freire, uma vez que se exercita processos autogeridos³ que, ao dispensarem formas hierárquicas de organização, usufruem dos saberes e fazeres diversos de que dispõem os moradores em sua experiência cotidiana, mostrando-se assim capazes de tecer redes de colaboração e organização social, em contraposição às lógicas de segregação socioespacial, e aos modos de vida alienados da metrópole, fortalecendo uma dimensão simbólica e coletiva associada à elevação da autoestima.

A produção habitacional na cidade desigual

Ao falar da urbanização das cidades brasileiras, em especial do caso de São Paulo, não é possível deixar de mencionar o caráter desigual que sua produção impõe. Diversos aspectos da vida urbana são condi-

³ O mutirão autogerido, segundo Vilaça e Constante (2016), “é uma associação de trabalhadores para a produção de uma mercadoria *sui generis*, que não é produzida imediatamente para o mercado, mas para a subsistência. Nele se produz um objeto que cristaliza o trabalho e que tem valor de uso (e potencial valor de troca), mas não foi estritamente planejado com o objetivo de venda e da valorização do capital” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 98-99).

cionados por estruturas hegemônicas, enquanto parte fundamental da manutenção do sistema capitalista, sob a consolidação um padrão totalizante de tomada de decisões que elege figuras centrais – e, pelo reverso, figuras periféricas, negligenciando-as. Essa disparidade produzida por um padrão de homogeneização dominante, imposto pelo capitalismo, tem efeito sobre os aspectos produtivos e reprodutivos da vida urbana, caracterizando a cidade como arena de disputas de interesses, acessos e conhecimentos (CARLOS, 2007).

No que diz respeito à produção habitacional, foi nos anos 1960 – sob o regime instituído pela ditadura militar – que se formulou a primeira política pública de habitação para populações de baixa renda, financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Atualmente, essa iniciativa é considerada bastante discutível tanto pela precariedade dos projetos habitacionais e materiais utilizados, quanto pela localização das habitações, em geral, periférica, distante de qualquer infraestrutura básica. Somente nos anos 1980, foi criada, em São Paulo, uma alternativa a esse modelo conservador, apoiado na experiência Uruguaia das “Cooperativas de Ajuda Mútua” (BONDUKI, 1992), que inaugurou, no seio dos movimentos sociais, a autogestão como ponto de inversão desses papéis impostos pelo modelo tradicional. E, assim, no período compreendido entre os anos de 1989 e 1992, durante a gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo, a implantação do Programa de Mutirões despontou como afirmação das práticas autogestionárias dentro de um novo contexto político, em que novas políticas públicas de moradia passam a ser experimentadas.

No entanto, as experiências autogestionárias foram temporariamente interrompidas, substituídas por um modelo conservador de produção habitacional, reconhecível nas tipologias do Prover/Cingapura⁴, definidas em conjunto com as construtoras “amigas”, constituídas por conjuntos habitacionais construídos em avenidas de grande fluxo de tráfego, escondendo as favelas existentes nas imediações. Representativo de um modo autoritário, conduzido por decisões tomadas “de cima para baixo”, resulta em um “projeto de massa” de anulação da possibilidade de construção de um ambiente diverso que potencialize o habitar (pautado no valor de uso) e a capacidade criadora (que permite a desalienação) dos sujeitos, nos termos propostos por Lefebvre (1969). Mais do que autoritário, poder ser qualificado como modo desonesto, uma vez que foram comprovadas denúncias de irregularidades fundiárias, nos custos das obras e na prestação de contas (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 108).

⁴ Programa implementado pela gestão de Paulo Maluf na Prefeitura de São Paulo, no mandato entre 1993-1996, teve continuidade na gestão do sucessor, Celso Pitta, entre os anos 1997 à 2000, ambos posteriormente condenados por crimes de corrupção e evasão de divisas.

A Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, criada em 1999, num contexto urbano controverso, marcado pelo conservadorismo político e pelo neoliberalismo, retoma apenas parcialmente o sentido original de “projeto democrático popular em exercício direto” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 109). O processo do mutirão Paulo Freire, desde a formação da Associação até a entrega dos apartamentos, perdurou por dez anos, evidenciando diversos conflitos inerentes a um contexto de retomada das lutas populares, em disputa com as políticas habitacionais dominadas pelas construtoras e por políticos conservadores. A Associação foi o primeiro grupo a assinar o contrato para uma obra de cem apartamentos com projeto autogerido, desde a criação e o encerramento do Programa de Mutirões, promovido pela gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1992 (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 112).

Entre os principais obstáculos travados no interior dos processos autogestionados, de um lado, estão a descontinuidade na implantação dos programas e a própria dinâmica de governança política, pautada por princípios fortemente arraigados às práticas profissionais da administração pública, incluindo arquitetos e urbanistas, que inspirados por uma visão técnica pretensamente objetiva tendem a se distanciar da realidade social, reproduzindo relações de poder estruturalmente assimétricas. Do lado das lideranças comunitárias, o ritmo e a complexificação dos trabalhos nos canteiros, a heterogeneidade dos grupos, seus interesses diversos, muitas vezes conflitantes, são os empecilhos mais importantes. Do lado dos coordenadores da assessoria técnica, os maiores esforços eram destinados “a desatar o emaranhado da burocracia para a liberação de recursos e para os aditamentos finais da obra” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 130).

O contato com as lideranças femininas que participaram do mutirão

Durante o processo da pesquisa qualitativa, focada na compreensão dos aspectos mais subjetivos vinculados às ideias e aos comportamentos que envolviam a experiência das mulheres entrevistadas, foram realizados ao todo três encontros com as participantes selecionadas. Essa amostra foi definida segundo critérios previamente estabelecidos, que refletiam tanto a representatividade da participação individual nas conquistas coletivas alcançadas, quanto a própria consciência da relevância dos processos participativos na emancipação pessoal e coletiva.

No primeiro deles, no dia 28 de dezembro de 2022, foi realizada uma visita ao Conjunto Paulo Freire, mediada por apenas uma das participantes da pesquisa, aqui denominada “Entrevistada 1”, que esteve durante todo o processo de reivindicação, projeto e construção da Paulo Freire, sendo também uma de suas principais lideranças. Durante essa visita, foi realizada uma entrevista individual semiestruturada – na qual o roteiro proposto serviu como base para algumas discussões importantes, permitindo ainda que a entrevistada pudesse fazer seu relato de maneira mais livre.

No segundo encontro, realizado no dia 31 de janeiro de 2023, participaram da amostra quatro entrevistadas que fizeram parte do Mutirão Paulo Freire e uma integrante do Mutirão Unidos Venceremos (localizado nas imediações). Durante esse encontro, feito virtualmente, utilizou-se uma adaptação do método de pesquisa qualitativa intitulado “grupo focal”⁵, motivada por solicitações do grupo estudado. Em decorrência da dificuldade de compatibilização de agendas, não foi possível ultrapassar dois encontros, nessa fase da pesquisa. No dia 31 de janeiro de 2023, participaram cinco entrevistadas, além de um moderador/relator e um observador. Os temas abordados versaram sobre questões ligadas à participação feminina no canteiro de obras, à experiência no mutirão, às particularidades do cotidiano no interior movimento, e ainda sobre o tema do feminismo, segundo a ótica de cada entrevistada.

O último “encontro”, também realizado virtualmente, ocorreu no dia 11 de setembro de 2023 e desta vez a adaptação do grupo focal contou com a presença de três participantes do grupo amostral, bem como um moderador/relator. Essa reunião aconteceu após a oficina de *photovoice*⁶, também de forma adaptada, uma vez que as participantes optaram por levar fotos existentes, ao invés de registrarem novas fotografias. Esse encontro final teve como principal interesse propor reflexões acerca da possibilidade de pensar uma agenda territorial feminista.

No decorrer de todas essas etapas da pesquisa qualitativa, um dos pontos abordados de forma recorrente foi o longo período de duração de todo o processo de projeto e obra do conjunto autogerido. As falas das entrevistadas dão uma ideia das razões para explicar essa circunstância:

É bem sofrido, por que depende de quem está no poder as coisas andam ou não. As pessoas falam que política não interfere em nada né, mas interfere em tudo. E é muito visível assim, né. Por que às vezes a

⁵ O grupo focal é um instrumento de pesquisa participativa que consiste em uma forma de entrevista em grupo com base na comunicação e na interação (KITZINGER, 2000 *apud* TRAD, 2009) que tem por objetivo reunir informações acerca de um tema foco com “representantes” do grupo investigado com o intuito de compreender percepções, crenças e/ou atitudes sobre esse tema. Os grupos focais podem ser também encarados, de acordo com Flick (2002, p. 128 *apud* TRAD, 2009) como um “protótipo da entrevista semiestruturada”.

⁶ O método do *photovoice* foi desenvolvido por Caroline Wang e Mary Ann Burris (1997) e é considerado um tipo de pesquisa-ação participativa, no qual os participantes produzem e discutem fotografias produzidas por eles sobre sua vivência em um determinado grupo ou comunidade (TOUSO, et al., 2017).

gente está no dia-a-dia das coisas e a gente não vê o preço das coisas e não consegue conectar, mas quando você está em uma construção como essa, de habitação de interesse social, ela é muito gritante. Muda de governo, muda a postura em relação à liberação, em relação a como conversa com os movimentos populares. É uma coisa absurda. Só não vê quem não quer. (ENTREVISTADA 1)

A gente tinha umas questões burocráticas, legais mesmo, de prestação de conta extremamente burocráticas. Até o nosso novo projeto do movimento vai ser no Belém, vai ser o Carolina Maria de Jesus, ele vai ser nos moldes parecido com o que foi aqui. Dá até uma dor no coração de pensar assim. Por que como com o movimento popular é burocrático. Não que a gente não queira fazer, não é isso, mas por que só com a gente? Por que com a construtora é diferente? (ENTREVISTADA 1)

O relato da mutirante confirma o perfil centralizador da gestão urbana, que impõe dificuldades no relacionamento com a população de baixa renda, pautado pela hierarquia estabelecida nas relações de poder.

Duas circunstâncias contribuem para a complexidade da condução das obras do Mutirão Paulo Freire e, de consequência, para o prolongamento do tempo de construção. A primeira é o fato de se tratar de uma edificação de alta densidade, com prédios de até sete andares, em um lote de dimensões reduzidas. A segunda deve-se à adoção de um sistema construtivo diferente do padrão utilizado em habitações de interesse social, normalmente feitas em blocos estruturais autoportantes. O aço foi o material adotado para permitir uma estrutura independente. Embora contribuisse para a qualidade espacial das tipologias, uma vez que permite a flexibilidade de transformação futura do espaço interno. Contudo, o emprego da estrutura metálica comportou dificuldades na condução das obras e nas prestações de contas, especialmente pelo fato de que implicou a contratação de uma mão-de-obra especializada:

Mas foi uma obra bem longa, por ser estrutura metálica, na época que a assessoria apresentou a gente achou que seria muito mais rápido por que realmente ela tem uma facilidade, não é bloco estrutural, é um bloco de vedação, é mais leve, então num geral é uma obra mais leve. Só que por conta da burocracia não foi isso que aconteceu. Ao contrário, na verdade. Demorou muito mais do que estava previsto. Foi previsto dois anos de obra. Aí demora tudo isso e você começa a questionar o poder público. Então o que era para ser rápido não foi, mas não por uma questão de construção mesmo (ENTREVISTADA 1).

A autogestão, como aplicada no caso da Associação Paulo Freire, parte do pressuposto de que as decisões

devem ser tomadas “de baixo para cima”, possibilitando que todos os sujeitos envolvidos no processo atuem de maneira ativa em cada etapa. Essa experiência, segundo os próprios integrantes da equipe de Assessoria Técnica, procurou aplicar a “pedagogia da práxis”, como definida por Paulo Freire (1970), ou seja, uma ação conduzida por uma reflexão que se desdobra em uma ação transformadora/emancipadora, na medida em que as mulheres identificam o seu papel na luta por direitos, e conseguem se libertar – ou ao menos – mitigar os efeitos de uma estrutura patriarcal dominadora.

Vale ressaltar que não se trata, no entanto, de um processo à margem do poder público. Conforme mencionado anteriormente, a construção por meio da autogestão também depende diretamente de verbas públicas e, portanto, é preciso responder a esses condicionantes. No entanto, um dos pontos mais positivos do processo autogestionário diz respeito ao conhecimento gerado por todos os envolvidos no canteiro de obras e na vivência da administração da construção, o que torna esse tipo de iniciativa uma opção popular, de resiliência ao modo tradicional de condução da construção civil, uma vez que o saber adquirido não está subordinado ao interesse do capital ou restrito a um seleto grupo de pessoas detentoras do poder. Ao contrário, admite uma horizontalidade que permite o apoio mútuo entre os indivíduos, a partir da confiança recíproca e na identificação entre eles, o que conduz à desalienação pautada na autorreflexão (FREIRE, 1970), por sua vez, impulsionada pelo potencial de criação que é valorizado (LEFEBVRE, 1969).

O protagonismo das mulheres no movimento social

A participação feminina tem um papel ainda mais fundamental. Visto que as mulheres, historicamente subordinadas ao papel da reprodução do capital e do cuidado (FEDERICI, 2014), em contato com a pedagogia freiriana, conseguem vislumbrar a possibilidade de superarem a condição de opressão, com o propósito de alcançarem a emancipação, ainda que imersas em realidades conflitantes. Os relatos obtidos durante esta pesquisa apontam para uma conscientização acerca das opressões estruturais e individuais a que estavam sujeitas no cotidiano, ao revelarem diversas histórias de emancipação individual em muitos aspectos, por meio da troca coletiva, da confiança recíproca e da identificação uma com as outras.

A propósito, Federici (2014) indica caminhos promissores ao mapear e descrever uma série de situações, desde experiências históricas de resistências, a práticas contemporâneas de existência orientadas pela perspectiva de resgate cultural de tradições ancestrais de formas de cooperação para construir e manter a vida, sem subordiná-la à lógica binária do Estado/mercado, rejeitando a ideia de que essa racionalidade possa esgotar as possibilidades políticas. Dessa forma, incentiva a transformação do cotidiano das mulheres pela criação de novos modos de cooperação não mercantilizados. Modos esses baseados em renovadas formas de solidariedade e corresponsabilidade, a partir de uma ótica feminista.

Assim como em diversas áreas do conhecimento, as décadas de 1970 e 1980 foram um marco crucial para se questionar o pensamento universalizador. No campo da historiografia, a chamada “nova história” passa a ser disseminada como um importante instrumento de investigação e análise das figuras comumente deixadas nas periferias do estudo na história tradicional e totalizante (BURKE, 1992), e a história da mulher, portanto, passa a ser tema de interesse. Segundo Joan Scott (1992, p. 66), é um equívoco tomar a história das mulheres como uma mera consequência ou efeito da ampliação das políticas feministas, externas à academia, ou somente estabelecer uma correlação entre ambas, pois é preciso “pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento”.

Seguindo essa lógica de reflexão, é possível mencionar a contribuição de Djamila Ribeiro (2020), sobre a autodefinição de grupos antes tidos como subalternos, como resultado de uma descolonização do pensamento, a partir da nomeação de sua realidade e da adoção de um olhar étnico-racial que se reflete sobretudo no âmbito do feminismo. Trata-se de uma reivindicação pelo direito a ter voz e, por conseguinte, uma reivindicação pela própria vida e existência. Em contrapartida, prossegue Ribeiro, cabe às mulheres opressoras assumirem um papel verdadeiramente solidário em busca dessa mesma transformação, tomando consciência de seus privilégios e abdicando de seu caráter opressor. Portanto, Djamila Ribeiro (2020) afirma o conceito de “lugar de fala”, por meio da “teoria do ponto de vista feminista”, como forma de reivindicar diferentes formas de análise, a fim de compreender realidades ignoradas pelo pensamento hegemônico. A autora discorre mais especificamente acerca do feminismo negro, contudo, esse conceito permite analisar diversas realidades e diversos “feminismos”. Dentro

desse prisma, a “teoria do ponto de vista feminista” parte de uma análise coletiva, em detrimento de experiências individuais. Isso não significa que as exclua, mas que se embasa em um debate estrutural que identifica restrições de oportunidades comuns a partir da localização de grupos em relações de poder.

Perspectivas femininas e feministas: a cidade sob o horizonte do habitar

As mulheres entrevistadas durante a realização dos estudos declararam durante todo o processo de pesquisa conjunta, que vivenciaram uma experiência de afloramento de uma conscientização política e feminista que nasceu junto com seu processo de luta dentro do movimento por moradia.

Na primeira fotografia (figura 1) debatida pelo grupo, esses relatos foram feitos:

Era um momento em que a gente estava se descobrindo enquanto mulheres fazendo a luta, de ir para a rua, de entender o que era o movimento, mas também de nós enquanto mulher, por que a gente está tão acostumada com o papel da mulher em casa e aí a gente indo pra rua, descobrindo que precisamos fazer essa luta, a gente se descobre enquanto mulheres que fazem a diferença mesmo (ENTREVISTADA 1, 2023)



Figura 1
Integrantes da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire durante manifestação
Fonte:Foto cedida pela entrevistada (publicação autorizada pelo autor e pelas entrevistadas)

Aí eu era uma mulher que estava adquirindo uma força muito grande por que nós sozinhos não temos tanta força para tentar algo, mas quando nos juntamos, nós criamos uma força tão grande e acreditamos que aquilo vai acontecer por que estamos juntas (ENTREVISTADA 4, 2023).

Esses relatos evidenciam a autoidentificação dessas mulheres a partir da sua inserção no movimento de luta por moradia e pela troca gerada com outras mulheres, por meio de um reconhecimento individual e coletivo das subjetividades que as cercam, elevando a conscientização acerca de seu *locus social*, conforme define Ribeiro (2020). A percepção de sua força enquanto mulher faz parte de um processo de descolonização do olhar que tem sobre si mesma, compreendendo sua capacidade de absorver e produzir conhecimento por meio da luta e da inversão do papel que lhe é socialmente imposto.

Ainda, quando perguntadas, no último encontro, sobre qual papel lhes competia na construção de uma agenda territorial feminista, as manifestações foram concordantes em reconhecer a solidariedade e a empatia como valores a cultivar:

Sempre você vai dar de frente com uma mulher que anda de cabeça baixa por que ela tem vergonha de olhar para você de frente. Então o nosso papel é auxiliar essas mulheres que são 'judiadas' a nunca abaixarem a cabeça e seguirem lutando. Vamos ajudar as mulheres a andar de cabeça erguida [...] eu já passei por problemas e foram essas mulheres que me fizeram entender que eu estava sendo usada e que eu tinha que levantar a cabeça e ir à luta e foi o que eu fiz. Alguém me estendeu a mão e hoje eu estou com a mão estendida para qualquer uma delas que me procurar (ENTREVISTADA 4, 2023).

Perseverar na nossa luta. Todas as conquistas que tivemos foi através da nossa organização e da força do coletivo. Muitas de nós não sabemos e não conhecemos os nossos direitos e isso faz muita diferença. É muito importante o lugar da acolhida e da escuta, e da informação (ENTREVISTADA 3, 2023).

Nosso papel é de tentar divulgar e estar preparada para acolher essas mulheres. Os homens estão num lugar que é deles naturalmente. É uma luta diária de conquistar o que é nosso e precisamos estar preparadas para se fortalecer enquanto coletivo, mas também de entender o individual (ENTREVISTADA 1, 2023).

Entre as mulheres entrevistadas por este trabalho, não foram poucas as que relataram situações de abuso e violência sofridas em seu cotidiano, as quais foram capazes de superar especialmente pelo convívio e troca com outras mulheres dentro do movimento por

moradia. Muitas violências que as atravessavam no dia a dia, antes da participação no movimento, eram sequer percebidas, e esse despertar lhes proporcionou uma nova postura, mais combativa. Todas se definiram enquanto “mulheres feministas”. Feministas por defenderem que as mulheres devem conquistar um lugar e uma voz em qualquer espaço em que estejam, que devem ser respeitadas enquanto mulheres, mas principalmente enquanto sujeitos.

Além disso, o conhecimento da *práxis*, isto é a consciência do saber reflexivo da ação, mencionado anteriormente se mostra na prática quando elas relatam as experiências pós Paulo Freire. Todas as entrevistadas se mantiveram ligadas ao movimento, mesmo após terem obtido sua moradia. Além disso, passaram a ocupar espaços de liderança dentro do movimento, levando sua experiência administrativa e construtiva para outros mutirões do Movimento Leste 1.

Esse é o trabalho de base que o movimento feminista promove: a troca de saberes e de experiências. A identificação com o outro (ou a outra) é capaz de criar um elo fundamental de conscientização, antes de qualquer teoria. A apropriação deve partir, em primeiro lugar, de si mesma. Apropriar-se de quem se é, com todas suas subjetividades e contextos, fortalecer-se por intermédio da colaboração comunitária, assim como proposto por Lefebvre (2006), e reafirmado por Carlos (2007), somente a vida cotidiana permite aflorar essa capacidade de modo concreto e potente.

Considerações finais

Compreende-se, portanto, de que é fundamental que o trabalho realizado na conquista de sua moradia ou em sua construção não se encerre em si mesmo, não se conclua com a finalização da casa. O conhecimento obtido pelas mutirantes no cotidiano do canteiro de obras, na liderança da Associação, ou na identificação de questões relacionadas à vida doméstica, não ficam restritas apenas ao grupo da qual fizeram parte. A continuidade de sua ação no movimento, mesmo após o fim das obras do mutirão, revela um ponto fundamental de inflexão no modelo tradicional e hierárquico no qual estavam inseridas: o compartilhamento de saberes e a emancipação coletiva lhes permite enxergar os limites e entrever saídas. O trabalho feminista realizado por essas mulheres se produz enquanto um trabalho de base, articulando-as por meio de suas identificações pessoais e suas subjetividades, mas também pelas vivências comuns, para então alcançar uma dimensão de ação politizada, que se pode quali-

ficar como “feminismo”, que se funda no “ser mulher” em primeira instância.

Esse conhecimento gerado precisa ser encarado, portanto, com mesmo grau de importância que o conhecimento científico tradicional, pois é capaz de abarcar uma diversidade muito maior de pessoas e contribuir para a descolonização do saber, visto que a relação entre vivência, prática e reflexão (não necessariamente seguindo essa lógica linear, pois os momentos se intercalam e se invertem no cotidiano) possibilita construir um processo vivo em direção a resultados pautados em um processo participativo e coletivo, que leva em consideração subjetividades próprias também do individual, ao contrário do “falso coletivo” imposto por processos homogeneizadores de massa.

Referências

BONDUKI, N. *Habitação & Autogestão: Construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CRENSHAW, K. *Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford, 1991. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FEDERICI, S. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política*. São Paulo: SOF, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2020.

LEFEBVRE, H. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TONUCCI, J. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. In: *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 01, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48273>, Acesso em maio de 2022.

VILAÇA, Í; CONSTANTE, P. (org.). *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paula: Edições Aurora, 2016. p. 90-92. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ZILIO, L. B. et al. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. In: *Cadernos EBAPE.BR*, 10 (4), dez. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/cebape/a/vJwSRFFfPybYbMw5pZ8nnyg/#:~:text=Entende%2Dse%20por%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20contra,\(MISOCZKY%2C%20FLORES%20e%20MORAES%2C](https://www.scielo.br/j/cebape/a/vJwSRFFfPybYbMw5pZ8nnyg/#:~:text=Entende%2Dse%20por%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20contra,(MISOCZKY%2C%20FLORES%20e%20MORAES%2C). Acesso em 19 de junho de 2024.



Não escolhi liderar, mas me escolheram como liderança! Uma construção pretagógica de liderança feminina

Miriam Generoso

Miriam Generoso é Mestre em Justiça e Segurança pelo PPGJS/UFF. Articuladora territorial. miriam_generoso@id.uff.br

Resumo

Esse artigo apresenta a construção identitária e de amadurecimento de uma mulher preta em articulação territorial e os movimentos que a levaram e se reconhecer e ser reconhecida como liderança feminina no Morro da Providência, zona portuária do Rio de Janeiro. No presente artigo busco demonstrar de que maneira a liderança se apresenta em múltiplas vivências, a caminhada e de que forma a sua atuação dentro do movimento social impacta outras mulheres e como essa relação social se retroalimenta dentro de uma construção de rede imersa em afetividades.

Palavras-chave: pretagogia; afetividade; liderança feminina.

Abstract

This article presents the identity construction and maturation of a black woman in territorial articulation and the movements that led her to be recognized as a female leader in Morro da Providência, the port area of Rio de Janeiro. In this article, I seek to demonstrate how leadership presents itself in multiple experiences, the journey and how its action within the social movement impacts other women and how this social relationship feeds back into a network construction immersed in affectivities.

Keywords: *pretagogy; affectivity; female leadership*

Resumen

Este artículo presenta la construcción y maduración identitaria de una mujer negra en la articulación territorial y los movimientos que la llevaron a reconocerse y ser reconocida como mujer líder en Morro da Providência, la zona portuaria de Río de Janeiro. En este artículo busco demostrar cómo el liderazgo se presenta en múltiples experiencias, el recorrido y cómo su acción dentro del movimiento social impacta a otras mujeres y cómo esta relación social se retroalimenta en una construcción de red inmersa en el afecto.

Palabras-clave: *pretagogía; afectividad; liderazgo femenino.*

INTRODUÇÃO

Sou uma mulher de pele preta, favelada e ifaísta¹. Essas informações por si só dizem quem eu sou, de onde venho e de que lugar eu falo. Esses marcadores sociais que minha existência carrega no cotidiano dos meus afazeres e vivências dentro do território onde moro e compartilho experiências com outras mulheres. Reconhecer o lugar de fala é compreender que nem todas as pessoas têm as mesmas oportu-

¹ Praticantes e cultuadores do Ifá, sistema filosófico/religioso de origem africana, de divinação e aconselhamentos para a melhora e bem estar de seus seguidores numa perspectiva individual e coletiva.

nidades e vivências na sociedade. É entender que as experiências individuais são moldadas por fatores sociais, culturais, econômicos e históricos, e que isso influencia profundamente a maneira como vemos o mundo e como somos vistos por ele. Nesse diapasão, a filósofa Djamila Ribeiro (2017, 47) aponta que pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo”.

Nesse texto, vou discorrer sobre minha trajetória e os caminhos de construção de liderança feminina nas atividades que exerço em uma instituição do terceiro setor na favela onde moro e atuo. Como as vivências e experiências compartilhadas com outras mulheres contribuíram para a minha construção de identidade, narrativa e relação com o território.

Aqui apresentarei duas perspectivas de liderança que me atravessaram profundamente e das quais venho me empenhando para entender a especificidade de cada ação e atuação em ambas e de que maneira essas experiências potencializadoras provocaram mudanças tão extraordinárias em mim e transformaram e ainda transformam minha vida: a religiosa e profissional.

A primeira perspectiva que mudou toda a rota da minha existência foi a religiosa. Por vezes penso que passei a entender minha vida depois dos ritos iniciáticos e que antes disso não há nada, apenas um grande vazio existencial sem lugar no mundo ou para onde seguir. A outra que se segue é no aspecto profissional. Como a ida para o terceiro setor atuando como coordenadora em uma OSC no alto do Morro da Providência modificou a minha percepção e relação afetiva sobre o lugar onde moro, a forma de me posicionar e relacionar com outras mulheres do território e como, por meio dessas experiências, venho me tornando articuladora territorial na zona portuária.

Laroye² Esu!

Comecei a me aproximar de religiões de matriz africana em 2014. Estava em um período de depressão e vi anúncio de aulas de dança afro na região. À época, as aulas aconteciam no IPN – Instituto Pretos Novo, confesso que não conhecia o lugar e nem sua história. As aulas aconteciam duas vezes por semana. Era muito tímida até aquele momento. Só muitos anos depois que entendi que não era timidez e sim anos de silenciamento causados pelas violências que passei na

² Saudação utilizada para homenagear o orixá Esu

infância e adolescência. Tais situações podaram minhas potencialidades.

Não demorou muito para que eu me apaixonasse pelas danças populares, meu corpo vibrava de forma diferente ao som dos tambores e atabaques que entoavam junto ao cântico dos mestres jongueiros. Esse frenesi soou-me como um chamado ancestral para cuidar da espiritualidade. Não muito tempo depois, fui procurar uma casa de umbanda, lugar que me acolheu e que já sinalizava que eu tinha uma missão: vestir o branco e “*trabaiá*”, parafraseando o preto velho que cuidava daquele lugar.

Aquela casa, aquelas entidades foram ponto de partida para que iniciasse minha trajetória espiritual ou a busca pelas respostas que ansiava, mas não sabia as perguntas, pois como verbalizar um sentimento ainda não formulado no pensamento, mas sentido quando estava em comunhão com as entidades? Não fiquei por muito tempo naquele espaço. Os movimentos me levaram a outros lugares. Conheci casas de candomblé e por mais que sentisse a comunhão de energia com minha espiritualidade, não sentia que era ali que deveria me cuidar. Voltei a visitar outras casas de umbanda. Nessa mesma época mudei de cidade, fui morar em São Paulo, e lá continuei a procurar por um lugar que eu pudesse cultivar meus ancestrais.

Anos depois, sem resposta, visitei o Rio de Janeiro para um cuidado específico com uma pessoa conhecida que à época me orientou iniciar no candomblé. Naquele momento, aceitei. Retornei para casa em São Paulo e meses se passaram e uma inquietação constante me afligia o peito. Não sentia que deveria iniciar. Fui indicada a jogar opele, rosário sagrado de ifá, instrumento de adivinhação do culto yoruba. A orientação que eu me acalmasse, pois eu encontraria a resposta.

Em uma viagem ao sul da Bahia, pensando incessantemente sobre o assunto, decidi me iniciar no culto de ifá e não no candomblé. Voltei ao Rio de Janeiro e assim o fiz, recebi todos os materiais sacralizados e informações para começar a prática religiosa.

Após a iniciação, tive um ano muito difícil e de muitas mudanças e a principal delas foi retornar para o Rio de Janeiro e voltar a morar onde estou atualmente. Meu retorno foi bem complicado, pois veio na sequência de um término de relacionamento. Mas pouco tempo depois, passei por mais um rito, minha iniciação ao orixá Esu.

Nesse novo momento foi prescrito que eu deveria cuidar de pessoas em âmbito sacerdotal e, como bem apresenta Clarissa Brito, (2021, p.26) “uma iniciação ao culto de ifá coloca você em contato com seu destino, com sua trilha de vida, sua essência.” Esse novo marcador na minha vida trouxe inúmeras inquietações que persistem até os dias de hoje.

Mesmo depois de iniciada, as inseguranças e medos sempre estiveram presentes. Ao longo da minha vida passei por violências e atravessamentos que me fizeram perceber o quanto minhas potencialidades foram podadas e reduzidas. Embora a religiosidade já mostrasse o quão potente eu seria ao afazer sacerdotal, as minhas crenças limitantes associadas às violências me limitaram.

Hoje, mais amadurecida e fortalecida quanto à minha construção identitária e entendendo meu lugar no mundo, me vejo instigada a vivenciar e experimentar essa missão escolhida por mim e meus ancestrais antes mesmo eu tivesse consciência dessa escolha. A liderança a mim imposta pela espiritualidade está sendo pensada com muito cuidado, afinal, estamos falando de um cuidado específico e que sua construção requer tempo e paciência, pois os pensamentos são infundáveis. Atualmente, cuido da minha espiritualidade e faço aquilo que me preceituam nos jogos adivinhatórios. Nesses momentos e com muita fé, peço paciência aos meus ancestrais para que eu possa caminhar em outra direção nesse momento, mas que entendi meu destino e sei para onde devo caminhar.

Meu lugar, minha casa, meu território

Desde muito pequena morei em muitos lugares, muitas casas e com muitos parentes e na maior parte do tempo em favelas e comunidades da zona norte do Rio de Janeiro. Até a adolescência, morei no Morro do Encontro, Andaraí e Cruz.

Com quinze anos me mudei para a zona portuária, minha família se mudou para a região em 2000, muito antes das gigantescas transformações que o lugar sofreu. Quando nos mudamos, o apartamento onde fomos morar era parte do projeto do governo que poderia ser facilitado com o abatimento no fundo de garantia. Meu tio era funcionário da Petrobrás, e foi assim que paramos lá. O imóvel, na época, era avaliado em torno de cinquenta mil reais. O apartamento se localiza na Ladeira da Saúde, com vista para a Baía de Guanabara. Era caótico pois tinha o viaduto da perimetral e os armazéns abandonados em toda a

extensão da Avenida Rodrigues Alves. Lembro que em horários de pico era infernal a quantidade de buzinas e sirenes no viaduto.

Como boa adolescente e que desde criança sempre andou sozinha pelas ruas, fui caminhar pelo novo bairro para conhecer um pouco mais. Confesso que detestei, era estranho e vazio. Muitos caminhões, pouco comércio e até mesmo a Praça da Harmonia era um pouco deserta. Quando nos mudamos, fui estudar o último semestre do ano letivo na Escola Darcy Vargas, e o único momento de agitação era a chegada, troca de turno e saída dos alunos da escola e da Casa do Pequeno Jornaleiro, que muitos anos antes, era um internato para meninos. A rua onde eu estudava dava medo a certa hora, pois além de ser deserta à noite, tinham muitos caminhões estacionados aguardando a carga de farinha do antigo moinho e da fábrica da Piraguê.

Nesse período, lembro da antiga Polinter, que ficava beirando a Rodrigues Alves. Foram dois acontecimentos que nunca me saíram da memória. O primeiro foi quando o cantor Belo foi preso, o alvoroço de repórteres no bairro para tentar captar imagens dele e o escândalo do envolvimento dele com o tráfico de drogas. Outra situação foi a fuga de presos. Eles jogaram um caminhão contra a parede de uma das celas permitindo que os presos evadissem da delegacia.

A Praça Mauá era caótica, com a presença de prostitutas, o estacionamento dos servidores da Marinha embaixo da perimetral e a antiga rodoviária de ônibus intermunicipal que ia para a baixada fluminense onde ficava um antigo hospital.

Foram mais de vinte anos acompanhando as mega-obras e transformações. Porto Maravilha. Boulevard Olímpico. Mas o sentimento de pertencer e fincar raízes nesse lugar veio muitos anos depois e olhar para trás me faz perceber que não há outro lugar no mundo que eu queira estar senão aqui. Aqui construo minha história de vida e de onde eu sou.

As mulheres que sulearam meu caminho

No meu retorno de São Paulo, pude conhecer novos amigos e pessoas que foram suleadoras para que eu pudesse ter novas perspectivas sobre minha própria narrativa e meu território. Nesse aspecto, SANTOS, MENESES (2010, p.19), aborda que "O reconhecimento da diversidade epistemológica tem hoje lugar,

tanto no interior da ciência (a pluralidade interna da ciência), como na relação entre ciência e outros conhecimentos (a pluralidade externa da ciência). Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu.”

Desempregada, fui trabalhar no Quilombo Cultural Casa do Nando, que à época situava-se no Largo da Prainha. Foi meu primeiro contato com um ambiente majoritariamente preto e com referências afro-brasileiras. Nesse espaço conheci duas pessoas pontuais, Rita Montezuma e Ernane Ferreira.

Nesse momento farei um recorte específico, falarei sobre o Ernane, professor de dança afro da Casa Amarela. Ele foi ponte para que eu chegasse até a instituição. Fazíamos dança afro juntos, embora ele atue na dança há mais de 20 anos. Ele é mineiro e veio para o Rio para conhecer novas práticas e metodologias da dança. Ele dava aulas para crianças e, para as primeiras apresentações, eu confeccionei todo o figurino da apresentação e atuei como produção no espetáculo das crianças.

Criado um vínculo com a instituição, anos depois, em 2021, no caos da pandemia e todo o processo de *lock-down*, fui convidada para compor o time de colaboradores da OSC atuando como coordenadora do Coletivo MIP, grupo de mulheres que, naquele momento, atendia as mães das crianças que estavam em atividades na Casa Amarela.

Esse convite foi um divisor de águas na minha vida. Nunca havia aparecido um desafio tão grande na minha vida, pois em nenhum momento pude coordenar um grupo tão grande de pessoas.

Fui indicada pelo Coordenador não apenas pela nossa amizade, mas por ser uma mulher do território e empreendedora. A função era coordenar as práticas em campo e articular o diálogo entre alunas, professoras e direção. Naquele momento, era para atuar na coordenação de cursos profissionalizantes, o Coletivo recebeu verba do projeto *Fund for Women*, financiado pela empresa internacional L'Óreal, que possui sede no Brasil na zona portuária.

Como coordenadora do curso eu participava na organização direta e administrativa de todo o processo. Desde a inscrição nos cursos à organização de uma feira comunitária no Largo ao final do curso. Articulava com as professoras, que atuam diretamente com as estudantes e dialogava com estas últimas sempre que possível. Eu também auxiliava a diretora na documentação e posterior prestação de contas à empresa financiadora do projeto, inclusive comunicando eventuais adiamentos em decorrência de operações policiais na comunidade. Era bastante trabalho.

Com o amadurecimento do trabalho e pensando em avançar em outros campos, especificamente na educação, convidei para atuar com nossas mulheres do Coletivo, mulheres negras que atuavam em áreas diversas para que pudessem realizar trocas com nossas alunas. Depois de nove meses de cursos profissionalizantes implementei, efetivamente, os dois eixos que se seguiram nos anos seguintes: o Empreendedorismo e a Formação Educativa do Coletivo MIP. O primeiro, buscando a capacitação e formação profissional por meio de cursos e mentoria, focado na geração de renda, empreendedorismo e empregabilidade. O segundo, buscando a transformação social por meio de atividades educativas que promovessem o desenvolvimento intelectual e pensamento crítico e social com base em letramento racial, de gênero e classe. Todas as referências utilizadas eram afro centradas e afro referenciadas, com recorte e olhar sensível às especificidades das mulheres moradoras de favelas.

São três anos atuando com mulheres como eu, faveladas, inseguras, que se autossabotam, com suas crenças limitantes, mas que estamos construindo uma rede onde nos apoiamos e estamos amadurecendo juntas vários processos individuais e coletivos. Essa aproximação com mulheres tão diferentes de mim, mas tão parecidas em tantos outros aspectos, mudou totalmente quem eu sou. A construção diária dessa rede de afeto e acolhimento me permite dizer que nunca tive um lugar tão seguro. Um lugar tão meu que eu pudesse abrir tantas feridas e me permitir mostrar minhas fragilidades, sendo cuidada e acolhida por tantas mulheres que transformaram minha vida ao ouvir tantas narrativas que me auxiliaram a construir a minha. Meu amadurecimento e crescimento, tanto pessoal como profissional, se deve a tanto amor e carinho dado e recebido nesse grupo de mulheres, que mudaram muito a minha forma de ver o mundo. Elas que suleam minhas ações me fazendo olhar para dentro.

A busca por conhecimento

No mesmo ano que iniciei minhas funções junto ao Coletivo MIP, ingressei no programa de mestrado em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Já no início daquele ano me deparei com dois dos maiores desafios pelo quais havia passado na vida: liderar mulheres e estar numa universidade pública.

Como disse, sempre fui insegura. Crescer em meio a violências me tornou uma mulher silenciada. Fui podada em muitas potencialidades e hoje percebo o quanto impactaram de forma negativa na minha vida e que só agora, tendo uma rede de apoio, eu posso identificar todos os atravessamentos que me mantiveram muda ao longo da vida. Ter pertencimento da própria voz é um processo doloroso, difícil e moroso, requer tanto olhar atento à questão e muito apoio para revisitar as dores. Jamais imaginei que pudesse estar à frente de mulheres.

Eu sou oriunda de ensino privado. Eram minhas possibilidades, afinal, além de não possuir referências vivas no seio familiar e nem apoio para estudar, saí de casa cedo por conta de um abuso vivido dentro de casa, e fui trabalhar. Então, estudar em uma universidade pública era inviável. Parei de estudar quando saí de casa, fui trabalhar e ganhar a vida. No meu primeiro emprego, com a tão sonhada carteira assinada, sempre fui incentivada a voltar aos estudos; foi a primeira vez que era reconhecida como alguém inteligente. Era uma senhora portuguesa, por quem nutria tanto amor e afeto que meus agradecimentos por ela serão eternos. Ela estava lá no começo, me auxiliando a mudar o rumo da minha vida. Terminei o ensino médio pela EJA e em seguida fui cursar a faculdade de direito. Minha chefe que pagava minha faculdade; era bom para as duas partes pois o marido tinha um escritório, era advogado, e eu estava iniciando os estudos e podia auxiliar com petições simples e protocolar peças e ações no Fórum.

O primeiro ano da faculdade tinha muitas disciplinas que despertaram meu interesse: sociologia, antropologia, ciências políticas e psicologia. Foram as que eu mais me empenhei e que foram mudando aos poucos algumas percepções de mundo que eu tinha. Nas disciplinas seguintes, começaram as aulas do direito em sentido estrito, e foi quando me dei conta que não servia para o direito. Acho que muito disso envolvia ter que falar e me expressar para outras pessoas. Pleitear direitos e argumentar; só de pensar me pa-

ralisava. Eu era calada, totalmente muda. Mas me dei conta também que gostaria de estudar cinema. Isso era o que me fascinava desde criança, estar à frente de uma tela e assistir filmes e qualquer produção que fosse. Mas, a contragosto e por pressão de amigos e familiares, concluí o curso de direito.

Muitos anos depois, fui convidada por uma conhecida a participar de um grupo de estudos para o processo seletivo de mestrado. Era um desejo antigo estar na universidade pública, mas nunca achei que fosse capaz, até porque o nivelamento do ensino privado não é tão potente e estimulador quanto de uma universidade pública. Mas eu queria voltar a estudar e de forma despretensiosa entrei no grupo. Fiquei surpresa quando recebi o resultado da prova escrita, pois havia passado. Achei que não conseguiria, pois naquela época eu era diarista e fazia faxina na casa das pessoas, e tive pouco tempo hábil para elaborar uma prova melhor, mas me orgulhei quando tirei uma nota um pouco acima da média. Chorei!

Agendada a prova oral eu estava em pânico, pois coincidiu com a data em que eu precisaria passar por uma cirurgia e ia correr para o hospital para me internar. Lembro de me desestabilizar na hora da entrevista, que na época foi virtual por conta da pandemia do COVID-19. Comecei a chorar, mas todos os professores da banca foram super acolhedores e compreenderam minha situação. Eu estava uma pilha de nervos. Dias se passaram e uma amiga, a Rita, me ligou para falar do resultado do processo seletivo. Eu estava aprovada e choramos juntas pelo telefone.

Eu não fazia ideia do que era segurança pública; só entrei no grupo de estudos porque queria voltar a estudar. Até hoje, mesmo sendo mestre, me pergunto se de fato sei o que é. Mas o processo de escrita e dissertação trouxeram grandes transformações na minha vida.

Como meu objeto de pesquisa era a relação entre as mulheres do Coletivo, pude ampliar meu olhar em vários aspectos. O primeiro, sobre quem são essas mulheres. Depois, onde nós estamos e, por último, o quanto a ONG onde o coletivo se encontra para atividades impactou no nosso território. Foram vários momentos de introspecção e dificuldades nesse processo. O primeiro e talvez maior de todos, que sinto que persiste um pouco mesmo depois de concluído, é a escrita. Cansei de falar com meu orientador que não sabia escrever. Até mesmo esse texto que escrevo agora, levei dias para escrever. Acho que não está

adequado e nem bom o suficiente, mas essa avaliação por hora, deixo a cargo de leitor.

Embora tenha sido dolorosa a escrita, passei a olhar meu território de forma mais afetiva e me entendendo cada vez mais pertencente a ele, ouvindo diariamente histórias de outras mulheres que vivem aqui. Confesso que ouvir as mais velhas sempre eram mais divertidas, acho que pela alegria e descontração que elas contavam as vivências passadas que tiveram pelo morro.

Nesse mesmo processo de observação e escrevivências com essas mulheres, que um tempo depois se tornaram “minhas mulheres”, foi o início da construção e relação de afeto que temos hoje. Foram muitas escutas atentas e afetivas que tivemos ao longo de três anos. Construindo laços, amizades, boas risadas e conflitos também. Aprendizados que me levaram a tantos lugares que eu jamais imaginei estar.

Definitivamente, mesmo entendendo que não seguirei caminho acadêmico, ou ao menos não é minha intenção, não posso negar o quanto ter acesso a tantos conhecimentos e metodologias impactaram o meu posicionamento hoje. Acumulando minhas experiências de vida, conhecimentos acadêmicos e saberes coletivos, eu percebo que todo o processo pretagógico que venho construindo tem me levado a ampliar minha atuação no território.

Articulação territorial na zona portuária

Como disse anteriormente, uma das pessoas pontuais que sulearam meu caminho foi a Rita Montezuma, a primeira referência de mulher preta potente e extraordinária que conheci na vida. Ela foi minha maior incentivadora para voltar a estudar e ingressar no mestrado. Foi com ela que participei do meu primeiro projeto, idealizado por mulheres negras, dentro da Pequena África. Gestamos o Afro Cine Ipade, projeto de cineclubes com perspectivas afrocentradas, onde nos encontrávamos para assistir filmes produzidos e protagonizados por pessoas negras e depois debatíamos e discorriamos sobre o que assistimos. Com certeza, tal ação contribuiu muito para que eu solidificasse minha pretitude, que não é um processo fácil.

No mesmo ano da idealização do Afrocine, em 2018, comecei a ir às apresentações do Afoxé Filhos de Gandhi, sendo convidada a participar como integrante do corpo de dança. Eu sempre amei estar ali, ouvindo o

som dos atabaques e do agogô, eu sentia meu corpo extasiado dançando com os mais velhos. Desde então, não me vejo em outro grupo, mesmo “flertando” com outros grupos de manifestações de dança e cultura popular. Vejo ali, e as mais velhas afirmam, meu lugar dentro desse espaço.

Nas articulações pelo território, fui convidada a participar do Coletivo Machado de Assis, que pensa ações para moradores e viventes da zona portuária. Junto a eles pude conhecer melhor os acessos do território. Uma de suas ações, era a entrega de quentinhas a moradores de rua e das muitas ocupações que temos no bairro que eu não fazia ideia que existiam. Era um trabalho coletivo, com alguns voluntários que revezavam entre si os dias de entrega. Acredito que atuar junto ao coletivo fez com que eu tivesse um outro olhar das ocupações, de atenção e pensar possibilidade com esse grupo em específico.

Ao longo dessa jornada pelo território, fui convidada para conhecer projetos. Em um deles, o Café com Vizinhos, projeto de articulação territorial do Museu de Arte do Rio - MAR, fui a algumas reuniões e pude conhecer melhor outras narrativas da zona portuária, além de pessoas e projetos. Desde então, faço parte do projeto e virei parceira, sendo convidada para atividades do museu como educadora e como coordenadora do Coletivo MIP. Essa parceria permite aproximar as mulheres desse espaço, além de atualizar as instalações como extensão de nossas atividades educativas, ampliando o campo de desenvolvimento de pensamento crítico das nossas alunas sobre si e o território.

Por meio do MAR, tomei conhecimento do processo de mapeamento sócio territorial que os museus do MAR e Amanhã implementaram para conhecer melhor as demandas do território e pensar ações efetivas para aproximar os moradores dos museus. Me inscrevi no processo seletivo e fui aprovada para ser supervisora de uma das equipes de mapeamento. Esse processo durou cerca de um mês e meio, mas foi uma das ações mais agregadoras em que eu pude participar. Me possibilitou conhecer mais narrativas diferentes daquelas que tenho na convivência. Foi bom ouvir outros sujeitos que também atuam no território em diferentes frentes.

Em processo constante de construção

Ao longo de toda uma trajetória de vida na zona portuária, venho construindo narrativas de protagonismo

e articulação territorial, me tornando liderança para compor as falas femininas de tantas outras mulheres potentes no mesmo território. Muitos são os caminhos que me levaram a estar aqui, verbalizando e fraseando toda uma jornada que tem sido forjada a afeto e superação, dor e cura.

Acredito que a forma que venho pensando minhas ações perpassa a escuta e a atenção de tantas outras mulheres, que assim como eu foram silenciadas em vários momentos da sua vida, senão em toda ela. Busco fazer de minha narrativa um grito uníssono de libertação para tantas opressões que mulheres carregam consigo e batalham diariamente em seus cotidianos. Parece megalomaniaco, mas começo por mim, e vou caminhando junto de outras como eu e assim fazendo fortalecer uma única voz.

Uma vez, em um encontro, tive a melhor lição de liderança, que não está nos cursos e apostilas prontas que vendem ou ensinam por aí. No convite de um parceiro para conhecer um articulador social de uma instituição na baixada fluminense, fomos tomar uma cerveja no final de um dia cheio de trabalho. Na mesa, em meio a muitos falatórios e histórias do movimento social, educação e hip hop, me abri com um deles, homem preto e doutorando em educação, falei sobre minha insegurança quando ouço das minhas alunas e componentes do coletivo que eu coordeno que eu que lidero elas. Ele foi direto ao me responder: "São as pessoas que nos escolhem para liderar, não somos nós!" E foi essa frase, seca e certa, que me atingiu feito uma pedrada, que reverberou meses para que eu me entendesse nesse lugar. Me vejo no processo de me tornar líder. Acho que falta muito; tenho a certeza de que muitos erros e desafios virão. Mas estou aqui, amadurecendo e aprendendo com as mulheres a liderar.

Referências

BRITO, Clarissa. O enegrecer psicopedagógico: um mergulho ancestral. São Paulo. Jandaíra, 2021.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010

Análise de padrões estimativos de hostilidade urbana com base em gênero e etnia em João Pessoa-PB

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega e
Ana Gomes Negrão

Abraão Pinto de Oliveira NÓBREGA é especialista em Geoprocessamento pela PROMINAS, Mestrando; Aluno do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU-UFPB; abraao.nobrega@academico.ufpb.br

Ana Gomes NEGRÃO é Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFRN; Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação PPGAU-UFPB; agne-grao@hotmail.com.

Resumo

Este artigo relaciona características sociais com padrões estimativos da densidade de comportamentos hostis, tendo como elementos comparativos, os indicadores de gênero e etnia dos participantes. Tem, por objetivo, caracterizar os diferentes perfis de hostilidade e picos de concentração, baseado na dicotomia de homens e mulheres de etnias brancas e não brancas. Para isso, apropria-se de uma abordagem qualiquantitativa. Integra a análise social e interseccional da amostra, através de um questionário público, com a discussão conceitual da forma e dinâmica urbana. Há, ainda, o geoprocessamento de dados espaciais, com a construção de uma base georreferenciada e disposição das experiências hostis ao longo do recorte empírico, como também a interpolação estimativa de densidade (via mapa de calor), da concentração espacial da violência. Destaca, por fim, como a vivência cidadina é afetada pela interseccionalidade de fatores sociais, evidenciando a sobreposição de opressões por meio da comparação entre os pares da amostra (com base em etnia) e na relação entre pontas opostas (com base em gênero).

Palavras-chave: violência, densidade estimativa, gênero e cidade, interseccionalidade.

Abstract

This article relates social characteristics with estimation patterns of the density of hostile behaviors, using the gender and ethnicity indicators of the participants as comparative elements. Its aim is to characterize the different profiles of hostility and peaks of concentration, based on the dichotomy of men and women from white and non-white ethnic groups. It uses a qualitative and quantitative approach. It integrates the social and intersectional analysis of the sample, through a public questionnaire, with the conceptual discussion of urban form and dynamics. There is also the geoprocessing of spatial data, with the construction of a georeferenced base and the arrangement of hostile experiences along the empirical section, as well as the interpolation of density estimates (via a heat map) of the spatial concentration of violence. Finally, it highlights how the city experience is affected by the intersectionality of social factors, showing the overlapping of oppressions by comparing the pairs in the sample (based on ethnicity) and the relationship between opposite ends (based on gender).

Keywords: violence, estimated density, gender and the city, intersectionality.

Resumen

Este artículo relaciona las características sociales con los patrones de estimación de la densidad de los comportamientos hostiles, utilizando como elementos comparativos los indicadores de géne-

ro y etnia de los participantes. Su objetivo es caracterizar los diferentes perfiles de hostilidad y picos de concentración, a partir de la dicotomía entre hombres y mujeres de etnias blancas y no blancas. Para ello, utiliza un enfoque cualitativo y cuantitativo. Integra el análisis social e interseccional de la muestra, a través de un cuestionario público, con la discusión conceptual de la forma y la dinámica urbanas. También el geoprocesamiento de datos espaciales, con la construcción de una base georreferenciada y la disposición de experiencias hostiles a lo largo del tramo empírico, así como la interpolación de estimación de densidad (vía mapa de calor) de la concentración espacial de la violencia. Por último, se hace hincapié en cómo la experiencia de la ciudad se ve afectada por la interseccionalidad de los factores sociales, destacando la superposición de opresiones mediante la comparación de los pares de la muestra (basada en la etnia) y la relación entre extremos opuestos (basada en el género).

Palabras-clave: violencia, densidad estimada, género y ciudad, interseccionalidad.

Introdução

Até que ponto sentir medo ao estar na rua pode ser considerada uma questão relacionada, exclusivamente, ao fenômeno social da violência? As soluções adotadas na produção do espaço, seja ele urbano ou edificado, contribuem sobremaneira para a vivência e percepção da qualidade ambiental nas cidades. Sendo assim, para entender fenômenos como a violência urbana e a sensação de segurança, são exigidas análises com base em questões tanto de ordem objetiva quanto subjetiva.

Andrade (2011), no estudo em João Pessoa-PB, discute como as estratégias construtivas estão ligadas ao uso do espaço urbano, podendo favorecer ou inibir comportamentos e experimentações espaciais. Além disso, reforça que a segregação socioespacial está intrinsecamente atrelada na sociedade e apresenta soluções cada vez mais rígidas e hostis (Ibid.). Corroborando com Severini e Nunes (2022), que, na avaliação no Triângulo Histórico no distrito da Sé, em São Paulo-SP, as autoras apontaram algumas estratégias de afastamento às pessoas em situação de rua por meio da arquitetura e de barreiras físicas em espaços coletivos. Ainda reforçaram que os elementos em questão, embora direcionados a um público específico, afetam a coletividade, impedindo ou dificultando o uso desses espaços.

Sobre a sensação do medo, Damatta (2001) reflete como a sensação de insegurança em espaços urbanos pode estar atrelada, fundamentalmente, ao ideal de que a rua é um contexto de disputa e, conseqüentemente, um ambiente hostil por natureza. Cabe pontuar, no entanto, que a reflexão sobre medo e a re-

lação com a vivência em sociedade são perpassadas pela subjetividade do indivíduo e, por isso, refletem seu lócus social. Sendo assim, questões como a expressão de gênero, etnia/raça, renda e outras características identitárias, são fatores centrais no que diz respeito à percepção e sensação de segurança, além de receios com a violência.

Ao estar inserido no grupo dominante e lido como a referência social do sujeito ideal — comumente representada como homens brancos, cisgênero, heterossexuais, sem deficiências e de classe média alta —, os medos, em relação à violência urbana, muitas vezes são interpretados como os receios gerais com questões patrimoniais (furtos, assaltos e semelhantes). No entanto, ao ser parte de alguma minoria social¹, o medo ultrapassa essa barreira no consenso do imaginário popular. Dessa maneira, englobam, além dos receios gerais, os medos à própria integridade física e psicológica; normalmente pautados em situações humilhantes, vexatórias e discriminatórias, como ameaças, assédios e crimes de ódio.

¹ Vale salientar que o termo “minorias sociais” não se refere ao quantitativo numérico de algum grupo social, mas sim à lógica de concentração de poder na hierarquia social, conforme aponta Ribeiro (2021).

Considerando o universo vasto da diversidade social, econômica e cultural presente no contexto brasileiro, a dicotomia de acesso e liberdade perante a vida social reflete uma prática excludente. Ribeiro (2018) e Almeida (2021) discutem a segregação estrutural e os impactos na vida coletiva enquanto indivíduo pertencente a grupo minoritário, atrelando questões como a violência, marginalização e exclusão aos indicadores de gênero, etnia/raça, renda e educação. Assim, indo de acordo com o estudo de Gomes, Oliveira e Dias (2022), pois os autores reforçaram que a violência urbana é um problema de saúde pública e de ordem multifatorial, sendo um fenômeno diretamente influenciado por questões como: “ambientes insalubres, má distribuição de renda, desemprego, dependência química, questões raciais, baixo nível educacional, isolamento social [...]” (Ibid., p.79).

Dessa maneira, apontar a cidade como palco das ações e manifestações sociais, como também das relações entre diferentes grupos, reforça sobre a possibilidade de que essas interações geram reações diversas, inclusive as que estão em análise neste trabalho.

Aporte teórico

Berth (2020), Nascimento (2021) e Ribeiro (2021) abordam a interseccionalidade de indicadores sociais, considerando a sobreposição da identidade de gênero, etnia/raça e renda, como uma ferramenta de análise

para discussão de questões como a concentração de poder, espaços de dominância na sociedade e vida coletiva. Pois, ao estar inserido em uma sociedade étnico-generificada e carregada de estigmas, a depender da localização na hierarquização social, o indivíduo em questão, enfrentará uma maior possibilidade de ter sua vivência nos meios público e privado afetada por preconceitos e opressões. No que tange à vida urbana, ao se comparar a experiência de grupos em hierarquias diferentes (dominantes ou minorias) o acesso à mobilidade, segurança e qualidade de vida poderão ser diretamente influenciados (Martins; Fernandes Filhos; Barros, 2020; Prado, 2021).

Ao se observar a produção do espaço urbano, Negri (2008) reforça que quem está na dominância social influencia na articulação ambiental, construindo cidades à imagem de seus interesses, podendo tanto segregar grupos em vulnerabilidade quanto se isolar em recortes privilegiados da urbe. Para Corrêa (1995), o espaço urbano é um produto das ações e intenções empregadas pela sociedade, refletindo as interações dos grupos sociais, os contextos de disputa e as interferências realizadas. No entanto, ao mesmo tempo que é produto, também é produtor, pois suas características podem interferir nas práticas realizadas e em como cada sujeito o percebe.

Ao se apropriar da sensação de insegurança no meio urbano, além de questões das disputas sociais e processos como a mixofobia (Bauman, 2009), a produção dos espaços vinculada à mercantilização do medo, favorece a uma fortificação da arquitetura, o que impacta diretamente na vida urbana. Para Dias e Jesus (2022), as estratégias arquitetônicas adotadas se tornam cada vez mais hostis e favorecem ao enclausuramento das edificações, fechando as construções para a rua e, assim, criando corredores urbanos opressivos. Essa negação da arquitetura à rua, afeta principalmente grupos em vulnerabilidade, sendo um processo que se retroalimenta. Visto que, com a mercantilização do medo, a produção do espaço se alinha à fortificação, porém, quanto mais enclausuradas são as construções, mais hostis as ruas se tornam e, novamente, o medo serve de combustível para adoção de estratégias mais rígidas em um ciclo sem fim (Ibid.).

Rampasi e Oldoni (2020, p.391), na avaliação em Cascavel-PR, mapearam soluções arquitetônicas utilizadas como ferramentas de afastamento a grupos vulneráveis, com maior foco a minorias econômicas e pessoas em situação de rua. Apontaram que essa produção pode ser comumente encontrada sob a for-

ma de “bancos antimendigo, espetos e gradis, pedregulhos e até mesmo o paisagismo espinhoso”. Já no estudo em Recife-PE, Dias e Jesus (2022, p.27) reforçam que a adoção do medo como fomentador para criação dos espaços “transforma casas, ruas, praças e conduz a uma perda de vitalidade e urbanidade, na medida em que edifica espaços sem qualidade”.

Em uma sociedade marcada pelo medo, com construções e espaços coletivos cada vez mais rígidos, limitados e/ou com estratégias de separação, os preconceitos enraizados se alinham com uma sensação de controle e superioridade. Para Arendt (2001) o poder é manifestado, em seu ápice, por meio da violência, pois denuncia e evidencia o controle entre grupos. Visto que, a violência — em seus mais diversos cenários —, justifica-se como mecanismo de manutenção do medo. Arendt (2001) e Berth (2020) debatem sobre como a concentração do poder, na hierarquia social, influencia as interações humanas. Uma vez que, quem está nos espaços de decisão e, conseqüentemente, em pontos elevados no sistema de privilégios sociais, cria espaços alinhados à sua visão e que, muitas vezes, desconsideram necessidades e características dos demais atores da produção urbana.

Prado (2021) reforça, por exemplo, que as mulheres estão mais presentes nos espaços públicos, apresentando padrões de movimento específicos e mais diversos que os homens. No entanto, quando se refere à percepção de segurança, há uma disparidade em relação ao medo (Ibid.); sendo essa uma reflexão passível de replicação quando se discute sobre outros grupos minoritários. Ou seja, pessoas LGBTQIAPN+, de etnias não brancas, de baixa renda e outros; tendem a vivenciar o espaço urbano de forma fragmentada e com receios para além da “simples” violência urbana. Afinal, seja por soluções projetuais ou por questões comportamentais, o mais habitual é que vivenciem a segregação e hostilidade.

Considerando o marcador de gênero, trazendo experiências de mulheres cisgênero, o dossiê “*Visível e invisível*” (Rosa et al., 2023) apresenta que 28,9% das mulheres brasileiras foram vítimas de alguma violência ou agressão no último ano. Como um agravante para essa situação, mais da metade dos casos (53,8%) aconteceram na casa das vítimas, sendo as agressões comumente realizadas por conhecidos. Além disso, mais 17,6% dos casos foram em espaços públicos, com sobreposição de casos entre conhecidos ou não. Nesse cenário, Lucena (2020) traz que a violência contra as mulheres foi um ato socialmente

aceito, chegando até a ser legitimado na história, articulando essa prática à estrutura patriarcal que perdura até a contemporaneidade.

Ainda segundo dados de Rosa et al. (2023), 46,7% das brasileiras vivenciaram assédios e desse total, 41% apontam que aconteceu em espaços públicos, enquanto 12,8% foram vítimas em transportes públicos. Articulando a intersecção do aspecto étnico e gênero, mulheres negras² concentram 65,6% dos casos, seguidas por brancas (29%), indígenas (3%) e amarelas (2,3%); reforçando a maior vulnerabilidade pela superposição de opressões de base racista e machista. Considerando apenas o marcador étnico, 77% dos assassinatos cometidos no Brasil foram contra pessoas negras, configurando um aumento de 1.6% em relação ao ano anterior, tendo como contraponto, uma redução de 33% no número de pessoas não negras mortas no mesmo período. Além disso, a chance de uma pessoa negra ser assassinada é de 2.6 vezes maior do que alguém não negro (Cerqueira et al., 2021).

² Aqui se considera a vivência de mulheres pretas e pardas.

Ao refletir que tais violências, muitas vezes, ultrapassam uma barreira de "senso comum", são naturalmente motivadas pelo ódio, seja em questões alinhadas ao racismo estrutural, à misoginia ou ambas. Desse modo, conforme Oliveira (2016, p.44) discute:

entender o crime de ódio requer pensá-lo como parte de um processo social e político [...] a violência reserva determinados lugares aos sujeitos, a depender do modo como se inscrevem em hierarquias sociais conferidores de valores e indutoras de materialidades que se efetivam por relações concretas de poder.

Definição do objeto empírico

No contexto de entender como os diferentes marcadores sociais participam na maior ou menor possibilidade de experimentação de violências é que este trabalho se insere. Objetiva caracterizar os diferentes perfis de hostilidade e picos de concentração, baseado na dicotomia de homens e mulheres de etnias brancas e não brancas. Para isso, utilizou como objeto empírico, um conjunto de nove bairros na zona sul de João Pessoa, PB (figura 01).

A escolha foi motivada pelo interesse de entender a dinâmica da violência em bairros próximos a dois importantes polos universitários da cidade. Assim, considerando um raio de três quilômetros a partir dos campi da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), foram

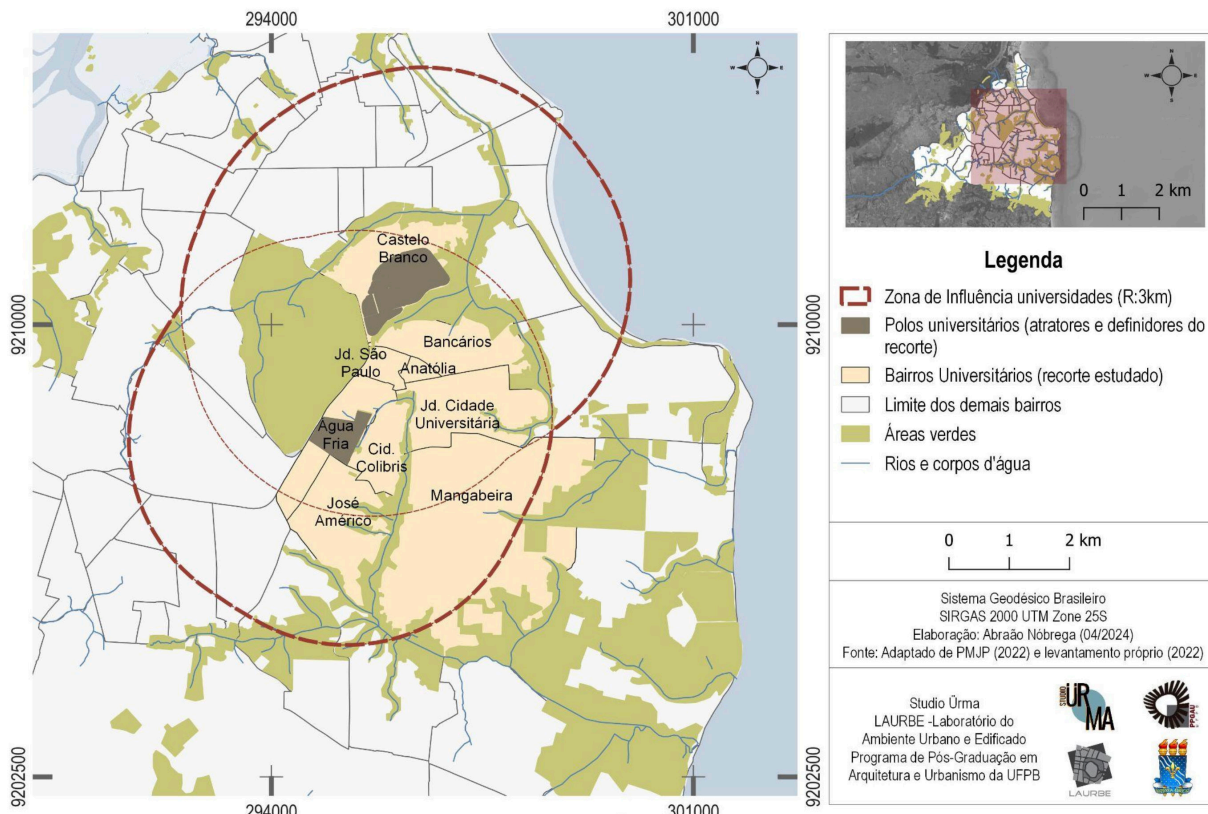


Figura 1
Localização do recorte de estudo
Fonte: Autoria própria, 2024

determinados como base para o estudo os bairros que tivessem pelo menos metade do seu limite englobado nos raios de influência dos campi, resultando em oito bairros. Houve uma exceção à regra, tendo sido acrescentado o bairro Mangabeira. Pois, em decorrência de sua extensa área, uma menor parcela de seu território ficava na zona de influência da UFPB. Porém é uma região que se configura como um importante destino de moradia universitária e diretamente influenciado pelo público alvo da pesquisa. Além disso, o bairro estava, simultaneamente, quase integralmente inserido na região de influência do UNIPÊ.

Materiais e métodos

Com uma abordagem estruturalista, esta pesquisa utilizou uma metodologia hipotético/dedutiva centrada na interpolação estimativa de um fenômeno social (violência). Ela é um recorte do estudo desenvolvido em 2022 (Nóbrega, 2022), sobre a articulação dos perfis de violência com o espaço urbano, tendo como indicadores de discussão o gênero e etnia da população. Aqui foram trazidos apenas os resultados da interpolação estimativa de densidade de quatro grupos, discutindo e comparando os perfis de concentração.

As experiências de violência foram mapeadas com base em um questionário aplicado pela plataforma *Google Forms*, no período entre novembro (2021) e maio (2022), obtendo um total de 358 respondentes. Era estruturado em três etapas: perfil social — para entendimento da interseccionalidade da amostragem —, percepção de segurança e experiências com a violência urbana. Ao fim do questionário, o voluntário marcaria espacialmente onde passou por situações de violência no recorte de estudo, assim gerando um total de 510 experiências ao unir as respostas de todos os grupos participantes, mas no recorte deste artigo, o valor total foi de 373 casos.

Com as respostas convertidas em uma planilha, foi realizado o tratamento dos dados em software de sistema de informação geográfica (SIG), utilizando o Qgis 3.10 para o georreferenciamento das experiências em pontos. Após a disposição dos casos ao longo dos nove bairros estudados, foi realizada a interpolação estimativa de densidade kernel que quantifica a concentração proporcional do fenômeno. Esse processamento consiste na ponderação de pesos e articulação de informações vetoriais (pontos) de dado fenômeno, permitindo o entendimento de como eles se articulam e concentram em determinado raio de abrangência.

Neste trabalho, foi utilizada a fórmula quártica do interpolador, por apresentar uma ponderação proporcional e com menor efeito de borda, pela decadência do peso menos drástica entre pontos nos extremos do recorte. Além disso, tentando entender o perfil e concentração dos casos sem uma maior extrapolação do recorte adotado, conforme abordado no estudo de Rizzatti et al. (2020), foi adotado um raio de influência de 500 metros a partir de cada ponto. Vale salientar que não houve a inserção de um peso baseado nos atributos da camada vetorial das experiências. Assim, este artigo apresenta a densidade estimativa exclusivamente baseada na distância espacial entre as ocorrências, possibilitando a caracterização dos picos com maior concentração de casos e até onde se expande as áreas potencialmente mais hostis.

Resultados e discussão

A espacialização das experiências mapeadas ao longo do recorte, apresentou concentrações específicas possivelmente alinhadas a elementos urbanos atratores de movimento. A figura 2 ilustra essa disposição no recorte, considerando a sobreposição do fenômeno estudado com a presença de: espaços públicos como

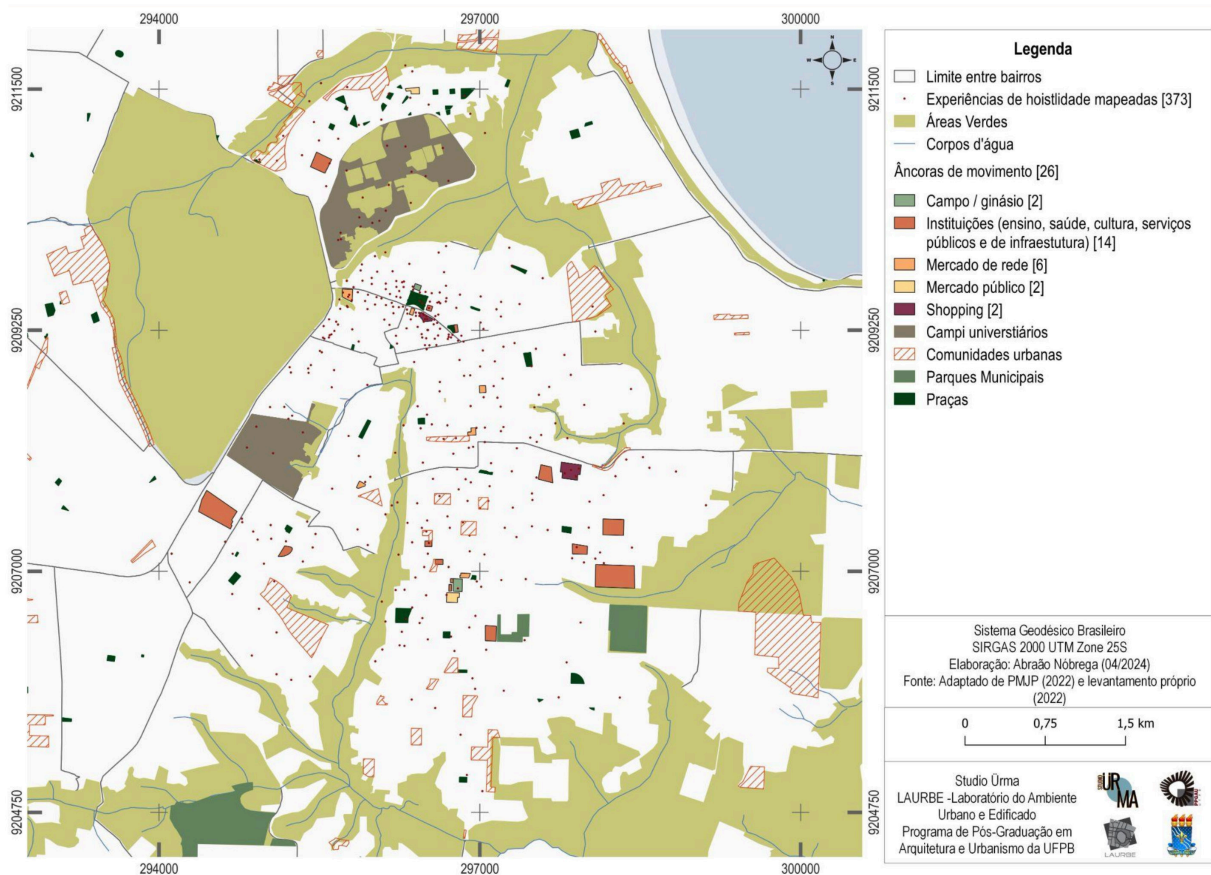


Figura 2
Disposição dos casos de hostilidade mapeados, sobrepostos com uma série de atratores de movimento. Fonte: Autoria própria, 2024

praças e parques municipais, mercados de rede (com infraestrutura de grande porte) e mercados públicos, campos e ginásios, shoppings centers, além de instituições educacionais públicas, de saúde, cultura, serviços e/ou infraestrutura. Há também o destaque dos campi universitários e das comunidades urbanas presentes no recorte e seu entorno direto.

O trecho que mais destaca essa relação, sendo a espacialidade mais densa no quantitativo de casos, é caracterizada pela região limítrofe de três bairros: Anatólia, Bancários e Jardim São Paulo. Nessa localidade há:

A Rua Bancário Sérgio Guerra, um importante eixo de circulação viária da cidade, que faz a conexão e acesso à BR-230 e aos bairros da zona sul pessoense, como também ao campus da UFPB. Nesse caso, além da intensidade de movimento para veículos particulares, também passam treze diferentes linhas de ônibus que conectam a zona sul ao centro e às praias, com intensa movimentação pendular;

A presença de três grandes equipamentos atratores de movimento: a Praça da Paz, o Shopping Sul e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) dos Bancários. A praça se destaca no cenário local como referência para encontro e socialização da região estudada, tendo diferentes situações de uso em todos os turnos do dia. O shopping, por sua vez, além de concentrar uma série de atividades comerciais, também tem a presença de serviços como ponto de recarga para o passe de ônibus intermunicipal. E, com relação à UPA, ela é a referência de atendimento a boa parte da zona sul do município, servindo como ponto de atendimento emergencial tanto para os Bancários como para todos os bairros vizinhos.

Em outras situações, como mais presentes em Mangabeira, percebeu-se uma maior proximidade entre os casos nas regiões próximas das comunidades urbanas. Essas, por sua vez, principalmente as primeiras no sentido norte-sul, estão também alinhadas às principais vias de movimento do bairro, como a Rua Josefa Taveira, que se conecta à R. Bancário Sérgio Guerra. Além disso, são áreas de menor poder aquisitivo, com presença de edificações em variados graus de infraestrutura. Sendo assim, há pontos de maior vulnerabilidade socioeconômica, tendo também maior presença de pessoas não brancas (tanto homens quanto mulheres), servindo como alusão ao discurso de autores como Ribeiro (2018) e de Gomes, Oliveira e Dias (2022).

Com relação aos voluntários que formam o público da pesquisa, aplicando o recorte para este artigo, sua composição é formada por homens (54 de etnia branca e 57 de não brancas) e mulheres (110 de etnia branca e 89 de não brancas), sendo ambos os grupos compostos apenas por pessoas cisgênero³. Observando as experiências mapeadas, o primeiro ponto a se destacar é a variabilidade dos padrões de violência tanto ao se comparar as experiências de pares em questão étnica e/ou de raça, quanto em questão da expressão do gênero.

A figura 3(A) retrata a concentração dos casos de homens cis brancos, refletindo a menor quantidade absoluta, tendo 19 situações de violência mapeadas. Há uma certa massificação de casos na região central do recorte, englobando integralmente os bairros de Jardim São Paulo e Anatólia, além de um trecho dos Bancários. Esse padrão se repete nos demais grupos, reforçando o potencial dessa tríade como zona de maior potencial hostil. E, conforme já dito, entende-se que há uma forte relação com a confluência de fluxos

³ Os grupos étnicos não brancos, com respostas tanto para homens quanto mulheres, participantes da pesquisa foram: pretos, pardos, amarelos e indígenas.

dentro do recorte a esse trecho, seja pelo aspecto de movimento potencial, quanto pela presença de espacialidades importantes como a Praça da Paz.

O padrão de concentração dos casos, ainda sobre homens cis brancos, de todos os grupos estudados é o que menos se expande pelo recorte, tanto por consequência de seu baixo valor numérico, quanto pela concentração dos casos em uma mesma região. Há um prolongamento da zona mais crítica, ou seja, com maior valor de situações violentas próximas, indo de encontro ao campus da UFPB, porém com rápida queda nos valores. Percebe-se, também, situações pontuais ao longo dos demais bairros do recorte, reforçando um padrão mais disperso, volátil e de menor impacto, indo de encontro à hipótese base de que a vivência de homens brancos e cisgênero seria a menos hostil.

A figura 3(B), por sua vez, apresenta o padrão da violência contra homens cisgêneros de etnias não brancas. Comparando-os com seu par, há níveis de con-

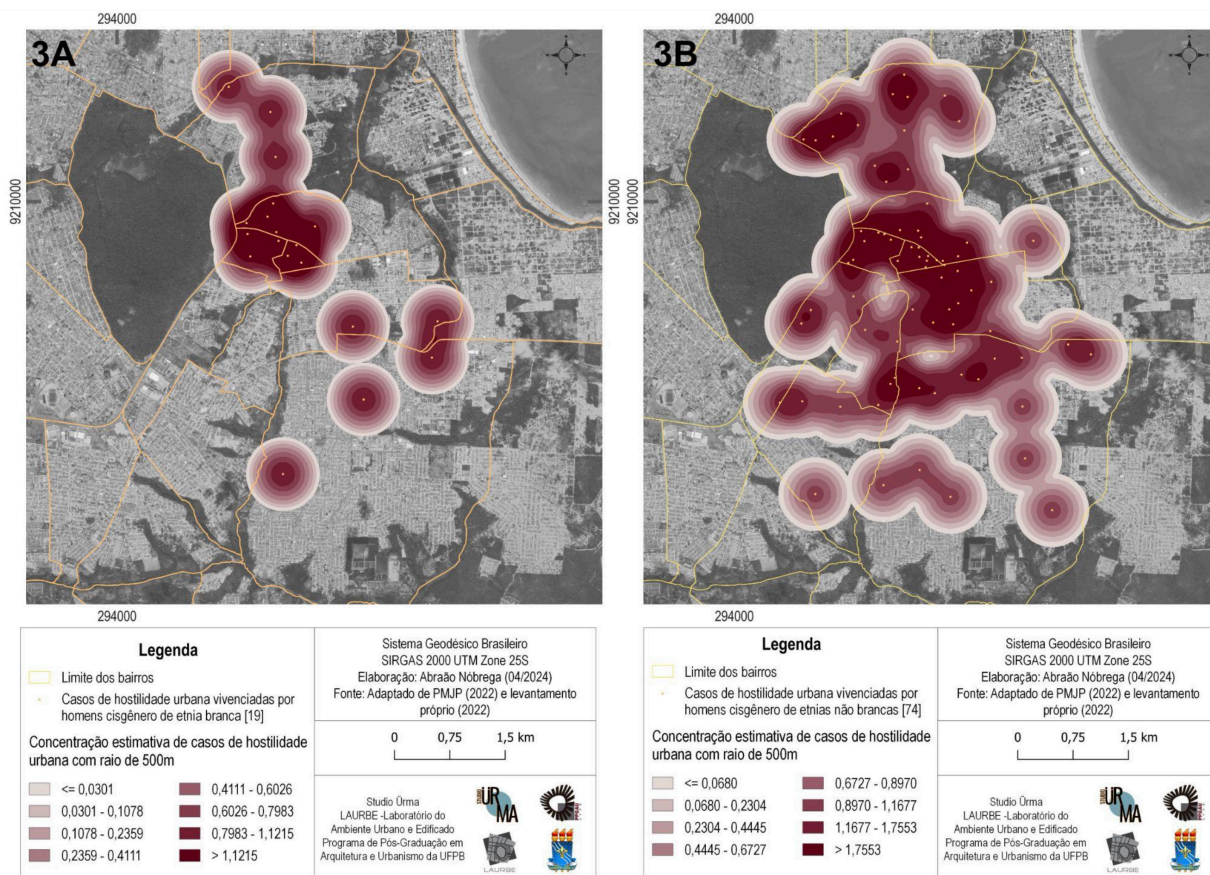


Figura 3 Disposição dos casos e concentração estimativa das experiências. À esquerda (figura 3a) de homens cisgênero de etnia branca. À direita (figura 3b) homens cisgênero de etnias não brancas
Fonte: Autoria própria, 2024

concentração maiores, mais densos e menos voláteis. A zona crítica também apresenta uma concentração na tríade Jardim São Paulo, Anatólia e Bancários, porém com uma expansão da região crítica para porções mais internas dos bairros em questão, como também para outros, como Jardim Cidade Universitária, além de outras zonas críticas menores dispersas no castelo Branco e começo de Mangabeira. Desse modo, entende-se que mesmo comparando indivíduos em situação de privilégio social pautado em gênero, o indicador étnico impacta na vivência na cidade. Homens não brancos apresentaram um total de 74 experiências com a violência, ou seja, quase quatro vezes mais do que as de homens brancos.

Sendo assim, o comportamento dos padrões reforça que há menos risco de ser vítima de alguma experiência de violência ao ser um homem cisgênero e branco, uma vez que a amostragem apresenta participantes em quantitativos semelhantes, mas com resultados bastante diferentes. O padrão de homens cis não brancos, além de ser mais denso, também apresenta pequenas zonas críticas espalhadas por todo o território, diferentemente de homens cis brancos que tiveram apenas zona crítica orbitada por pontos dispersos e com pouca conexão entre si.

A figura 4(A) apresenta o padrão de violências contra mulheres cisgênero brancas, caracterizado por uma zona crítica extensa que se expande para além da tríade já caracterizada nos grupos anteriores. É um padrão denso, pouco volátil e de grande extensão, tendo o segundo maior número de casos absolutos (125). Neste grupo, percebe-se o alargamento para o interior dos bairros e o prolongamento em direção ao campus do UNIPÊ, indicando para a maior presença deste grupo na região. Além disso, também apresenta uma larga zona crítica separada da principal, na porção central do Jardim Cidade Universitária.

Já a figura 4(B) apresenta o padrão de mulheres cisgênero não brancas, sendo o grupo com o perfil mais extenso, denso e menos volátil. Há uma característica específica que é a bipartição da zona crítica, tendo duas ambiências proporcionais entre si, ao contrário dos demais que apresentaram, no máximo, uma zona principal e outra secundária. Além disso, há a presença de uma terceira zona crítica, de menor escala, centrada em uma âncora de movimento, caracterizada por ser a sede da maior empresa de telemarketing municipal. Assim, além de ser o grupo com os maiores valores absolutos (155), também traz a massificação na tríade já entendida como ambiência potencialmen-

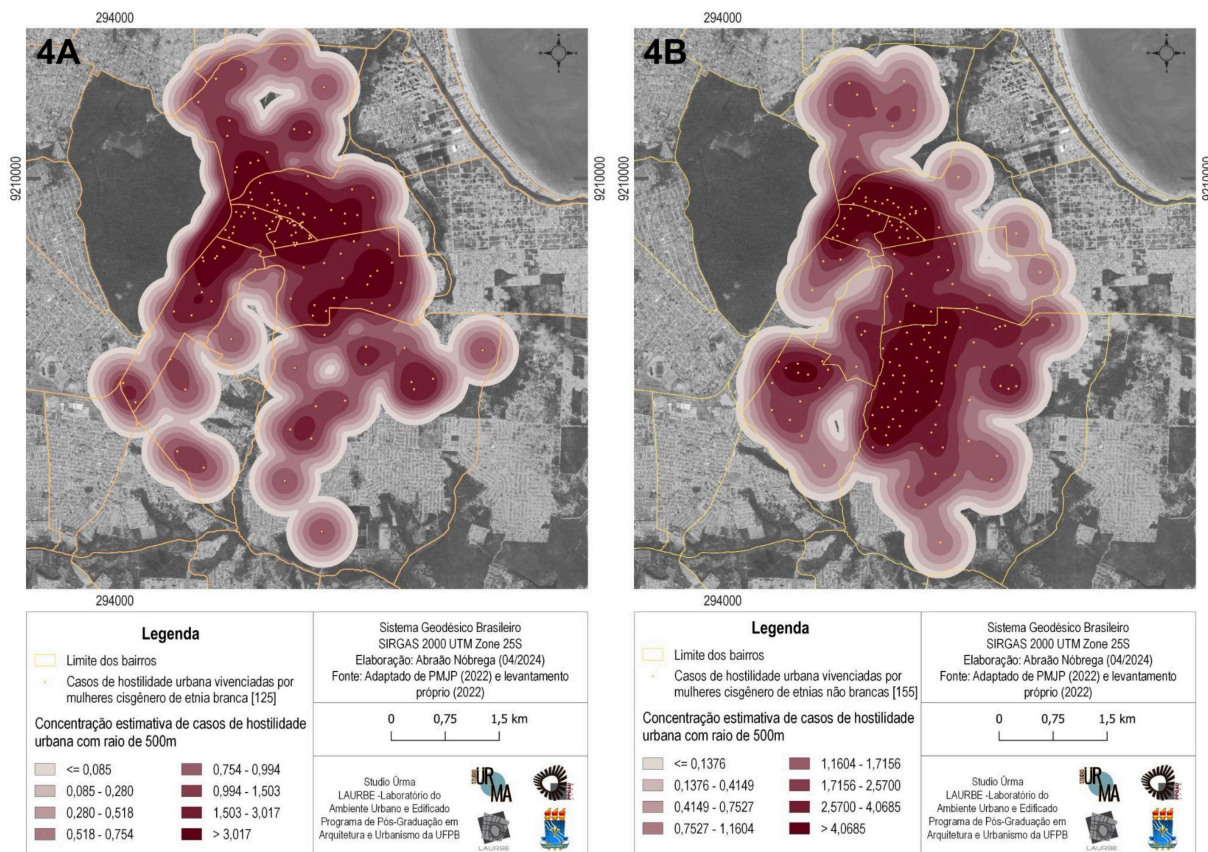


Figura 4
Disposição dos casos e concentração estimativa das experiências. À esquerda (figura 4a) de mulheres cisgênero de etnia branca. À direita (figura 4b) mulheres cisgênero de etnias não brancas
Fonte: A autoria própria, 2024

te hostil, com o espraiamento da zona para o interior do bairro e a massificação secundária ao longo do maior bairro do recorte (Mangabeira), englobando dois dos principais eixos de movimento desse.

Um fator que se destaca, considerando a comparação por pares, é que diferentemente dos homens, no caso das mulheres, o contingente de participantes brancas é medianamente superior, mas ainda assim, o padrão de concentração dos casos e os valores absolutos são menores que os de mulheres não brancas. Além de refletirem os padrões de movimentos das participantes, visto que na figura 4A fica evidente uma concentração maior dos casos em uma região específica, tendo quedas drásticas nos níveis de hostilidade estimativa à medida que se avança para bairros como Cidade dos Colibris, José Américo e Mangabeira. Em contrapartida, as mulheres não brancas têm padrões mais elevados em todo o recorte estudado, com exceção de bairros como Água Fria e Jardim Cidade Universitária, que por sua vez, concentram mais experiências de mulheres brancas.

Considerações finais

Este estudo apresentou diferenças nos padrões e concentrações estimativas de casos de violência, comparando grupos em pares. Como primeiro ponto, ficou em evidência que, independente da sobreposição de fatores sociais, há uma certa variação dicotômica tanto numa avaliação que considere exclusivamente etnia/raça ou gênero da amostragem. Isso reforça a ideia originária de que ao ser parte de um grupo entendido como minoria social, há uma maior tendência a vivenciar diferentes possibilidades de violência — considerando tanto aspectos “comuns” a todos os cidadãos, quanto os de especificidade pautada em estruturas sociais segregatórias como o racismo, misoginia e LGBTfobia.

Sendo essa uma questão presente tanto ao se comparar a vivência do sujeito ideal com a de minorias (no caso de homens brancos e não brancos), quanto ao se equiparar situações em que ambos são minorias, mas em pontos distintos da hierarquia social pela sobreposição étnica e de gênero, como foi o caso de mulheres brancas (oprimidas apenas por gênero) e não brancas (oprimidas tanto por gênero quanto por etnia/raça). Uma vez que, tanto nas experiências de homens quanto de mulheres, ao ser uma pessoa preta, parda, amarela ou indígena, os quantitativos e padrões estimativos do fenômeno foram maiores e/ou mais densos.

Dito isso, ficou como reflexão de desdobramento do trabalho, a produção dos padrões estimativos de violência que considerassem a dualidade do fenômeno ante às orientações sexuais. Podendo adicionar uma nova camada para o debate da hierarquização e privilégios sociais, visto que, haveria uma delimitação ainda mais específica e mais próxima do sujeito ideal do planejamento — homens brancos, cisgêneros e heterossexuais —, com a de diferentes configurações de minorias, considerando possibilidades como: homens e mulheres de etnias brancas e não brancas, cisgêneros ou transgênero e que também fossem bissexuais, pansexuais ou homossexuais.

Entendendo que a intersecção de fatores sociais se configura tanto como um conceito central para estudos não hegemônicos, quanto uma ferramenta que esclarece o sistema social de privilégios, vigente na sociedade brasileira; aplicá-la neste trabalho reafirmou a hipótese de que o “sujeito ideal” estaria em certa vantagem. Visto que, quando se comparou as pontas da hierarquia social descritas aqui (homens

cisgênero brancos e mulheres cisgênero não brancas), percebeu-se uma discrepância considerável. Essa dicotomia se configurou como uma questão na espacialidade, dada uma variação de 2.6 na área das zonas mais críticas, que detinham aproximadamente 107 ha e 280 ha, respectivamente. Mas também em uma diferença de oito vezes em relação aos valores quantitativos de experiências, reforçando uma possibilidade maior de ser vítima de algum tipo de violência quando se foge ao padrão lido como ideal.

Dessa maneira, cabe refletir sobre o impacto do desenho urbano e do imaginário social coletivo que constitui e fortalece uma estrutura social excludente e hostil. Assim, reforçando a necessidade de estudos fora de hegemonia de gênero, etnia e outros, para a possibilidade de um planejamento urbano inclusivo, cidades com mais equidade e acesso a todos os públicos. Uma vez que, ao entender e evidenciar que há essa conexão entre planejamento das cidades e exclusão que fomenta a vulnerabilidade de grupos, há a possibilidade de abertura para novas estratégias que visem mitigar de maneira emergencial as principais fragilidades urbanas em questões como: projeto de espaços públicos e equipamentos de lazer, mobiliários urbanos responsivos a gênero, iluminação urbana, vitalidade e urbanidade, arquitetura hostil, entre outras. Isso sem desconsiderar a necessidade da reforma na educação de base, buscando romper com ideais de um sistema pautado na exclusão, possibilitando que mais pessoas possam vivenciar a cidade em paz, independente de suas características físicas e identitárias.

Referências

- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- ANDRADE, P. A. Quando o design exclui o Outro. Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. *Arquitextos*, ano 12, n.134.05, jul. 2011.
- ARENDR, H. *Sobre a violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- CERQUEIRA, D. et al (org.). *Atlas da Violência*. São Paulo: Fbsp, 2021. 108 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DIAS, S. B.; JESUS, C.R. Cidade hostil. *Revista Geografias*, v. 15, n. 1, p. 26-50, 2022.

GOMES, D. F.; OLIVEIRA, L. C.; DIAS, M. S. A. Estratégias para o enfrentamento da violência urbana: revisão integrativa. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 21, n. 2, 2022. DOI: 10.36925/sanare.v21i2.1667.

LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega de. *Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público*. Gramado: Aspas Editora, 2020.

MARTINS, M. O.; FERNANDES FILHO, F. N. V. .; BARROS, A. F. P. Territórios de lazer LGBTQ+ na cidade de João Pessoa. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU*, Belo Horizonte: Fórum, v. 6, n. 10, p. 235-247, 2020.

NASCIMENTO, L. C. P. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. *Coletâneas do nosso tempo*, Rondonópolis, v. 7, n. 8, p. 129-153, out. 2008.

NÓBREGA, Abraão Pinto de Oliveira. *A rua dá medo! Mapeamento da hostilidade urbana com base em gênero e etnia em bairros da zona sul de João Pessoa, PB*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2022. OLIVEIRA, Marcos de Jesus. O crime de ódio contra LGBTQs no Brasil: algumas hipóteses interpretativas. *Bagoas - Estudos Gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 10, n. 14, p. 41-62, jun. 2016.

PRADO, N. Gênero e políticas de mobilidade a pé: enfoques para o planejamento urbano. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 6., 2021, Brasília. *Anais VI ENANPARQ*. Brasília: Fau-Unb, 2021. p. 1299-1315

RAMPASI, N. L.; OLDONI, S. M. Cidade para quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano. *Revista Thêma et Scientia*. v. 2, n. 10, p. 385-406, dez. 2020.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

RIBEIRO, R. D. S. *Feminismos: o que as feministas querem?* Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021.

RIZZATTI, M., et al. Mapeamento da COVID-19 por meio da densidade de Kernel. *Metodologias e Aprendizado*. [S.L.], v. 3, p. 44-53, 12 jun. 2020.

ROSA, C. T. et al (org.). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Fbsp, 2023. 52 p.

SEVERINI, V. F.; NUNES, G. P. Arquitetura hostil: cidade para quem?. *Cadernos CERU*, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 76-95, 26 dez. 2022. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v33i2p76-95.

Cartografia da insegurança: caminhos possíveis para o desenho dos espaços públicos sob a perspectiva do gênero

Clarice Misoczky de Oliveira, Raquel Pahim e Ana Clara Menuzzi

Clarice Misoczky de OLIVEIRA é professora do PROPUR - UFRGS, doutora em Planejamento Urbano e Regional no PROPUR-UFRGS.

Raquel PAHIM é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no PROPUR-UFRGS.

Ana Clara MENUZZI é arquiteta e urbanista graduada pela UFRGS.

Resumo

Para as mulheres, o uso e apropriação do espaço urbano passa por um mapa mental do medo, a partir do qual escolhem rotas, horários e companhias para percorrer determinados trajetos. O objetivo deste artigo é identificar os elementos que constituem o mapa do medo de modo a estabelecer diretrizes de espaços públicos para o urbanismo feminista. O objeto de estudo são auditorias de segurança com mulheres realizadas em duas praças no Centro Histórico de Porto Alegre (RS). As auditorias são ferramentas que se destinam a identificar os elementos do espaço construído e de sociabilidade que interferem diretamente nas condições de uso e apropriação dos espaços públicos das mulheres. Para cada praça foram realizadas auditorias de segurança nos turnos da tarde e noite, e para espacializar os dados levantados nessas auditorias, foi incorporada a cartografia da insegurança: os resultados foram sistematizados e analisados a partir de mapas sínteses. Os resultados mostram que ambas as praças foram vistas como inseguras tanto para caminhar, como para permanecer. A percepção de insegurança relacionou-se em geral com uma sobreposição entre arborização excessiva e iluminação e uso insuficiente. Foram testadas duas formas de representação das cartografias. Uma identificada à contribuição no campo do planejamento urbano e outra mais adequada ao desenho urbano. Importante destacar que a metodologia explora não somente a busca por respostas ao problema a partir de planos e projetos, mas também, pela mudança da percepção das mulheres para potencializar usos e apropriações dos espaços.

Palavras-chave: mulheres, urbanismo feminista, gênero, espaços públicos, auditoria de segurança.

Abstract

For women, the use and appropriation of urban space happens through a mental map of fear, from which they choose routes, times and companies to travel certain routes. The aim of this paper is to identify the elements that constitute the map of fear, in order to establish design guidelines for public spaces. The object of study are safety audits with women in two squares in the Historic Centre of Porto Alegre (RS). Urban quality safety audits are tools that designed to identify the elements of built space and sociability that directly interfere in the conditions of use and appropriation of public spaces by women. Safety audits were carried out for each square in day and night shifts, and to spatialize the data collected in these audits, cartography of nsecurity was

incorporated: the results were systematized and analyzed using maps. The results show that both squares were seen as unsafe both for walking and for staying. The perception of insecurity was generally linked to an overlap between excessive afforestation and insufficient lighting and use. Two ways of representing the cartographies were tested. One identified as a contribution to the field of urban planning and the other more appropriate to urban design. It is important to highlight that the methodology explores not only the search for answers to the problem based on plans and projects, but also the change in women's perception to enhance the uses and appropriations of spaces.

Keywords: *women, feminist urban design, gender, public spaces, safety audit.*

Resumen

Para las mujeres, el uso y apropiación del espacio urbano pasa por un mapa mental del miedo, a partir del cual eligen rutas, horarios y empresas para recorrer determinadas rutas. El objetivo de este artículo es identificar los elementos que constituyen el mapa del miedo para establecer pautas de diseño de espacios públicos. El objeto de estudio son las auditorías de seguridad con mujeres realizadas en dos plazas del Centro Histórico de Porto Alegre (RS). Las auditorías son herramientas diseñadas para identificar los elementos del espacio construido y de sociabilidad que interfieren directamente con las condiciones de uso y apropiación de los espacios públicos por parte de las mujeres. Se realizaron auditorías de seguridad para cada plaza en los turnos de tarde y noche, y para espacializar los datos recolectados en estas auditorías se incorporó cartografía de inseguridad: los resultados fueron sistematizados y analizados mediante mapas resumen. Los resultados muestran que ambas plazas fueron vistas como inseguras tanto para caminar como para permanecer. La percepción de inseguridad estaba generalmente relacionada con una superposición entre una forestación e iluminación excesivas y un uso insuficiente. Se probaron dos formas de representar las cartografías. Uno identificado como un aporte al campo del urbanismo y el otro más adecuado al diseño urbano. Es importante resaltar que la metodología explora no sólo la búsqueda de respuestas al problema a partir de planes y proyectos, sino también el cambio en la percepción de las mujeres para potenciar los usos y apropiaciones de los espacios.

Palabras-clave: *mujeres, urbanismo feminista, género, espacios públicos, auditoría de seguridad.*

Introdução

Para as mulheres, o uso e apropriação do espaço urbano passa por algo compartilhado por todas: um mapa mental do medo (VALENTINE, 1989; KERN, 2020). É a partir do desenvolvimento dessa ferramenta que as mulheres escolhem rotas, horários e companhias para percorrer determinados trajetos. Tonkiss (2005) afirma que o medo das mulheres é espacializado, é com base nisso que muitas se furtam de realizar determinadas atividades.

A percepção do medo se apresenta de diferentes formas entre homens e mulheres. Para elas, o risco de assédio ou violência sexual é latente. Em um mundo

concebido para e pelos homens, elas ainda não são donas da rua. De tal forma, o sentimento de liberdade e pertencimento é abalado, mesmo nos países em que as mulheres são ditas livres para ir e vir sem a companhia de um homem.

Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é identificar os elementos que constituem o mapa do medo de modo a estabelecer diretrizes para espaços públicos em compasso com o urbanismo feminista. Faz parte a discussão sobre metodologias de gênero que envolvam a participação de mulheres na tomada de decisão em planos e projetos. O objeto de estudo são auditorias de segurança com mulheres realizadas em duas praças na região central de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

A ONU-Habitat, desde os anos 1980, desenvolve relatórios sobre a realidade mundial das mulheres e através de bancos internacionais se fornecem linhas de crédito para ONGs gerarem estudos e alternativas para o problema. Vinculada à Agenda 2030, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o ODS 5 *Igualdade de Gênero*, referente ao alcance da igualdade de gênero e do empoderamento de todas as mulheres e meninas, tratando inclusive a eliminação da violência contra elas na esfera pública e privada.

No Brasil, o Estatuto da Cidade (EC) consolida na legislação brasileira a obrigatoriedade da participação social na elaboração de planos, projetos e orçamento. No entanto, o EC não estabelece diretrizes específicas para a questão de gênero. Outra dificuldade apresentada é a dificuldade de consolidação de participação social de qualidade. Em se tratando das perspectivas de gênero e raça, as dificuldades se impõem de forma exponencial.

No ambiente acadêmico de arquitetura, urbanismo e planejamento, a questão de gênero é de recente interesse. Em 2016, o IV ENANPARQ abre sessão específica para o tema intitulada *Arquitetura, Gênero e Sexualidade*, enquanto que no ENANPUR, os primeiros artigos datam da edição de 2017. Dentre os temas tratados destacam-se: o fazer projetual e a invisibilidade histórica de mulheres arquitetas e urbanistas, a relação das mulheres nos espaços públicos e privados e a necessidade de olhar para o problema a partir de políticas públicas. Identifica-se, portanto, a lacuna de abordagens metodológicas que tragam a perspectiva de gênero para o centro da elaboração de planos e projetos urbanos.

Fazer uma discussão sobre metodologias é fundamental na construção de uma epistemologia feminista que dê conta de compreender e produzir as cidades brasileiras a partir de uma perspectiva de gênero. De tal forma, o artigo busca ampliar o debate, já avançado internacionalmente no 3º setor, sob formento da ONU, para uma reflexão no ambiente acadêmico.

Constata-se, também, a dificuldade de entrada do tema nas práticas de planejamento urbano na gestão pública brasileira. As questões de mulheres e meninas costumam estar centradas nas secretarias ou ministério da mulher, de tal forma, a presença do assunto em planos e projetos ainda é pequena. Pode-se constatar exemplos recentes, como o Plano Diretor de Recife¹ de 2022, e as atividades de capacitação sobre segurança e gênero nos espaços públicos promovidas pelo CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) em 4 cidades do Ceará. Entretanto, o *Guia de Intervenção em Espaços Públicos*², apresentado pelo CAF (2022), se restringe à indicação de atenção para tema sem a orientação de desdobramentos práticos.

¹ Para mais informações: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/>

² Guia disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2016>

O acima exposto justifica a relevância da exploração de metodologias para o incremento da perspectiva de gênero no desenho e planejamento urbano, sobretudo a partir de um olhar da realidade brasileira.

O artigo apresenta o referencial prático-teórico das auditorias de segurança e do urbanismo feminista. Logo após é apresentado o referencial teórico-metodológico e descrita a metodologia elaborada para as cartografias da insegurança, seguida dos procedimentos realizados e dos resultados obtidos. Por fim, delimitam-se as diretrizes para um urbanismo feminista, as considerações finais e os rumos futuros de pesquisa.

Auditorias de segurança e urbanismo feminista

Desde os anos 1960 diversos autores (JACOBS, 2000; LYNCH, 1995; LEFEBVRE, 2001) apontam para a importância das relações entre sociedade e espaço urbano. Nesse mesmo período Jane Jacobs (2000) identificava a necessidade dos olhos da rua e da vida em comunidade nas ruas e praças de Nova York, mobilizada principalmente por mulheres e suas famílias.

A partir da década de 1980, cresce o interesse pela questão do medo e insegurança por parte das mulheres nos espaços públicos e privados, com destaque para pesquisas nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra (ATKINS et al, 1991; BOWMAN, 1993; FISHER

e NASAR, 1992; KEANE, 1998; LOEWEN et al, 1993; PERKINS et al, 1993). Recentemente, o Coletivo Punt 6, formado na Espanha, expande a ideia de auditorias de segurança para auditorias de qualidade urbana. Ainda, no Brasil algumas ONGs trabalham com a aplicação de metodologias de gênero, como o Instituto de Caminhabilidade, por exemplo.

As primeiras auditorias de segurança para mulheres foram desenvolvidas pelo *Metropolitan Action Committee on Public Violence Against Women and Children* (METRAC), com apoio da ONU-Habitat nos anos 1980. A METRAC é uma ONG canadense. As Auditorias de Segurança foram desenvolvidas para ser uma ferramenta de mobilização da comunidade, percepção e reconhecimento das situações de insegurança. Inicialmente desenvolvidas para mulheres, a METRAC expandiu a aplicação de auditorias para os mais diversos grupos sociais vulnerabilizados (METRAC, 2002).

Os elementos do ambiente construído identificados a partir das auditorias de segurança (METRAC, 2002) são: (a) iluminação, para poder ver e ser visto; (b) sinalização, pela facilidade de se situar no espaço; (c) linhas de visão, por proporcionar ver o que está à frente e ao seu redor; (d) isolamento, áreas solitárias aumentam a sensação de insegurança; (e) locais de armadilhas, para onde se pode ser escondida pelo agressor; (f) manutenção, pelo desinteresse de uso da área; (g) acessibilidade universal, pois pessoas com deficiência fazem parte da comunidade; (h) policiamento, equipe de segurança pode ajudar a aumentar a sensação de segurança; (i) transporte coletivo pela conexão de pessoas entre os espaços; e (j) telefones públicos, como possibilidade de um canal de ajuda.

Destaca-se que em se tratando de cidades brasileiras os itens (h) e (j) encontram baixa aplicabilidade. O primeiro pelo descrédito e até mesmo medo por parte da população nas forças policiais, principalmente nas periferias. Já o segundo pela falta de telefones públicos disponíveis nas ruas.

Já o as Coletivo Punt 6, uma cooperativa de profissionais que se iniciou a partir da aprovação da Lei que regulamenta o instrumento de planejamento de bairros na Catalunha³, em 2004, e coloca como um dos princípios a equidade de gênero no uso dos espaços públicos e dos equipamentos. O Punt 6, dentre outras metodologias desenvolveu as auditorias de qualidade urbana que se referem às categorias de: (a) proximidade, pela possibilidade de realizar tarefas cotidianas em pequenos trajetos; (b) diversidade; pela mistu-

³ Ley 2/2004, de 4 de junio, de mejora de barrios, áreas urbanas y villas que requieren una atención especial. Disponível em: (<https://www.boe.es/buscar/pdf/2004/BOE-A-2004-12700-consolidado.pdf>).

ra física, social e funcional, respondendo à diferentes necessidades da vida urbana; (c) autonomia, pois as pessoas ao se sentirem seguras usufruem o espaço de maneira autônoma; (d) vitalidade, pela diversidade de pessoas que ocupam o espaço em busca de diferentes atividades; (e) representatividade, pelo reconhecimento real e simbólico da comunidade (CIO-COLETTO, SEM ANO). O Coletivo aplicou as auditorias na escala do bairro em municípios espanhóis Torelló, Manlleu, Castellgallí, Gavà e Granollers, e também em Buenos Aires.

O Instituto Caminhabilidade, antigo Sampapé!, é uma ONG que, desde 2012, discute, pesquisa e desenvolve cidades cuja prioridade seja a própria população e o ato de caminhar através das linhas de ação: formação e informação, pesquisa e consultoria, redes e eventos, projetos urbanos e advocacy e parcerias. Em 2018, o Instituto desenvolveu um projeto chamado *Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana*, que aplicou essa metodologia no bairro Santana, na capital de São Paulo. Essa auditoria foi desenvolvida considerando a sensação ao caminhar a partir de diferentes trechos selecionados com as participantes. Avaliaram-se categorias como iluminação e sinalização, por exemplo.

No que diz respeito ao campo do urbanismo, historicamente as cidades são concebidas, pensadas e executadas para e pelos homens. Lefebvre (1991) e Hayden (1977), entre outros, destacam a densificação das cidades a partir de edifícios altos associado à simbologia do *phallus*, determinando esses espaços como expressão da dominação do homem pelo capitalismo.

Além do mapa mental do medo, Vera-Gray e Kelly (2020, p. 266) apontam que as mulheres utilizam diariamente outras táticas e decisões estratégicas, *safety work*, que visam evitar assédio ou violência sexual. A cidade não necessariamente é um espaço onde os corpos passam despercebidos, em anonimato, mas podem ser justamente o foco de uma atenção indesejada (Beebeejaun, 2017). As mulheres mudam rotas para os locais, escolhem assentos no transporte público, buscam parecerem invisíveis ou até mesmo se privam do espaço público - a mensagem passada é que as mulheres precisam "ser menos - menos vocais, menos visíveis, menos livres - para estarem seguras" (Vera-Gray e Kelly, 2020, p. 266, tradução nossa).

Pensar em um urbanismo que aborde a questão das mulheres é buscar aprofundar o olhar em termos metodológicos e trabalhar no campo da diferença (SAN-

TORO, 2008). Para tanto, utilizar o gênero como uma categoria analítica básica exige uma adaptação nas metodologias de trabalho para que seja possível “reconhecer a diversidade das experiências e necessidades da população” (MUXÍ et al, 2011, p. 124, tradução nossa). O urbanismo feminista deve ser visto como uma ferramenta que explore medidas diversas para conquistar a igualdade, tanto no espaço urbano quando nas próprias residências. É fundamental que se pense nos espaços colocando a vida e as necessidades cotidianas em primeiro plano (Montaner e Muxí, 2021).

De acordo com Oliveira (2021, p. 5) se faz necessário pensar a cidade a partir de instrumentos “que situem a mulher e suas heterogeneidades interseccionais às suas necessidades de uma prática espacial cotidiana relacionada à reprodução social, ao combate do fetiche do corpo feminino e à alienação por isolamento social».

De tal forma, o urbanismo feminista deve não só identificar as necessidades específicas das mulheres, mas encontrar formas de contribuir na transformação das cidades de maneira a redefinir as relações das mulheres com o espaço urbano.

Metodologia

A abordagem é qualitativa através de pesquisa-ação participativa. Segundo Kemmis e McTaggart (2005, p. 567), a pesquisa-ação participativa é “um processo social, pois envolve as pessoas no reconhecimento da própria realidade para muda-la”.

Para este artigo foram exploradas duas propostas de auditorias cartografadas. O ponto de partida foram as metodologias empregadas por METRAC, Coletivo Punt 6 e Instituto Caminhabilidade (IC). No entanto, essas metodologias exploram majoritariamente de dados quantitativos, sem fazer o uso integrado de questionários com a espacialização dos elementos através de mapas. Apenas a auditoria do IC é aplicada com base em pontos marcados em mapa, embora também resulte em dados quantitativos (tabela de avaliação) e qualitativos (anotações da percepção das participantes). Os resultados não são espacializados, somente discutidos entre as mulheres.

Nesse sentido, a cartografia da ação social é incorporada na metodologia de auditorias de segurança. Segundo Ribeiro (2001) se trata de um instrumento de registro de práticas espaciais da vida cotidiana que

opera na valorização da experiência social. O instrumento serve para combater a hegemonia em diversas escalas.

De modo a entender a questão da insegurança das mulheres qualitativamente, foram propostas duas metodologias de coleta de dados. Ambas incorporam a dimensão cartográfica, denominadas de cartografias da insegurança e seus resultados foram sistematizados e analisados a partir de mapas sínteses, para conhecer o lugar a partir do olhar das mulheres de modo espacializado.

A metodologia 1 foi baseada em percurso pré-definido, de modo a cobrir os diferentes usos do espaço. A forma de análise a partir de mapa de calor mescla quantidade e qualidade. Para a metodologia 2 o percurso foi definido pelas participantes, aplicando um caráter exploratório da relação com o espaço. A forma de análise dos resultados enfoca na dimensão qualitativa das avaliações em relação com a morfologia do espaço. Em ambos os casos, as auditorias foram realizadas no espaço interno de praças, nos seus pontos de chegada e partida, e nos turnos da tarde e noite.

A escolha por duas metodologias distintas se relaciona ao caráter exploratório da pesquisa que busca metodologias que podem ser aplicadas tanto no campo do plano como no do projeto. O estudo não tem um caráter comparativo, pois não busca a melhor metodologia para uma determinada aplicabilidade, mas aplicabilidades distintas. O uso de critérios pré-definidos de percurso e a relação quantitativa para da metodologia 1 confere uma possibilidade de generalização do método para planos de bairros ou regiões, enquanto que a abordagem exploratória da metodologia 2 combinada com análise morfológica se alinha a casos voltados para desenho urbano.

Os espaços escolhidos como objeto de pesquisa são duas praças no Centro Histórico de Porto Alegre: a Praça do Tambor, de cerca de 2 hectares, e a Praça dos Açorianos, conjunto com 4,4 hectares. Ambas de amplo uso nos finais de semana e fins de tarde, principalmente no verão. O público predominante é o da população da região central (bairro Centro Histórico e bairros adjacentes).

O perfil populacional da região em termos de renda é o de concentração de classe média, com 6,43 salários mínimos por responsável por domicílio, segundo Censo IBGE (2010). Em termos de raça, identifica-se a presença de população preta abaixo da média do

Município. Segundo dados atualizados do Censo IBGE (2022), Porto Alegre tem representação de 73,6% para população branca, 12,6% preta e 13,4% pardos. Para a região central o dado Censo IBGE (2010) indica a presença de apenas 7,2% de população preta.

De acordo com esse perfil, o artigo foca em mulheres de classe média, em sua maioria branca. Buscou-se equiparar a porcentagem de participantes brancas com a representação média do Município, tendo um leve aumento na porcentagem de participantes pretas e pardas.

Procedimentos da Metodologia 1, aplicada na Praça do Tambor:

As auditorias foram realizadas com percurso guiado por uma das pesquisadoras e pensado preliminarmente através da definição de oito pontos de análise. Foi entregue às participantes um mapa com os pontos marcados e uma tabela com os eixos: caminhar e permanecer. No primeiro eixo, avaliou-se: a sensação de segurança, acessibilidade, arborização e iluminação. No segundo: a sensação de segurança, o uso, e a qualidade do mobiliário. O preenchimento era através de "positivo", "indiferente" e "negativo" (Figura 01a). Para a elaboração do mapa síntese foi usada a seguinte metodologia: foi atribuída a nota 10 para avaliação "positiva", a nota 5 para "indiferente", e a nota 0 para "negativa". A partir disso, para cada um dos 8 pontos, foi feita a média simples dos 7 critérios avaliados. Isso resultou em um valor numérico de avaliação de cada ponto para cada uma das participantes da auditoria. Para termos um mapa único, foi feita uma nova rodada em que se calculou a média a partir da avaliação de cada participante. Por fim, usando a representação de mapa de calor, considerou-se o valor mais baixo dentre os 8 resultantes como a cor vermelha, o mais alto como a cor azul e o valor mediano como a cor amarela, e assim foi feita a representação utilizando os softwares Adobe Illustrator e Photoshop. O software QGis também é uma opção para criação de mapas de calor. Para os pontos críticos foram gerados gráficos de modo a especificar os resultados por categoria de avaliação.

Foram realizadas duas auditorias com três participantes em cada. Ao todo, foram cinco participantes, visto que uma se repetiu. A tabela 01 apresenta resumo do perfil das participantes. Destas, três são moradoras do Centro Histórico, uma é moradora do Bom Fim (bairro também central), e uma da Zona Norte. No universo dessa auditoria as mulheres brancas re-

Participantes da auditoria diurna			Participantes da auditoria noturna		
Idade	Raça	Profissão	Idade	Raça	Profissão
32	Branca	Bacharela em Direito	27	Preta	Arquiteta e Urbanista
26	Branca	Arquiteta e Urbanista	28	Preta	Fisioterapeuta
26	Parda	Analista Jurídica	32	Branca	Bacharela em Direito

Tabela 1
 Resumo do perfil das participantes das auditorias na Praça do Tambor
 Fonte: Elaboração nossa, 2023 e 2021.

presentaram 66,7% das participantes, enquanto que pretas e pardas 33,3%. Cabe destacar que nenhuma delas exerce o trabalho do cuidado vinculado à maternidade. A primeira auditoria, diurna, ocorreu no dia 27/08/2023, das 17h às 17h50 e a segunda, noturna, no dia 19/03/2024, das 19h20 às 20h.

Procedimentos da Metodologia 2, aplicada na Praça Açorianos:

A auditoria foi realizada a partir da determinação da área total a ser explorada, ou seja, o percurso na área era de livre escolha das participantes. As participantes recebiam documentos orientativos e produziam mapas com o uso de adesivos (Figura 01b). Os temas de avaliação foram: (a) locais de insegurança; (b) acessibilidade; (c) uso e apropriação; (d) arborização; (e)

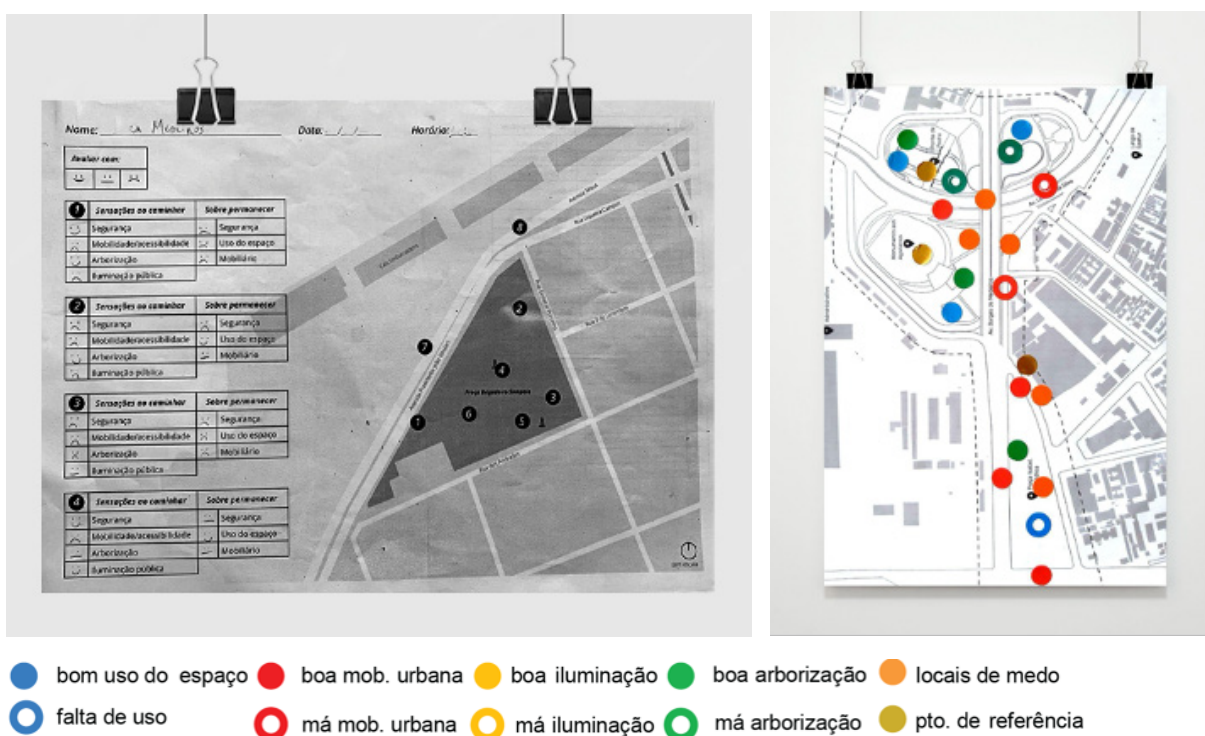


Figura 1
 Material aplicado durante a auditoria. (a) Praça do Tambor; (b) Praça Açorianos
 Fonte: Elaboração nossa, 2023 e 2021.

iluminação; (f) pontos de referência. O mapa síntese foi criado a partir da representação da sobreposição de pontos em comuns em manchas, que dialogavam com o descrito nas fichas e também com a morfologia do ambiente natural e construído. Por exemplo, a combinação dos pontos marcados para má arborização foram delimitados como uma zona no mapa a partir da leitura da delimitação no espaço do tipo de vegetação mencionado pelas participantes.

Foram realizadas quatro auditorias com duas participantes cada. Das oito participantes, três moravam em bairros centrais da cidade (Bom Fim, Cidade Baixa), três no Menino Deus, uma na Auxiliadora e uma na Lomba do Pínheiro. Esta auditoria foi iniciada no período de pandemia e, depois do período de isolamento social encerrado, foram complementadas. No universo dessa auditoria as mulheres brancas representaram 75% das participantes, enquanto que pretas e pardas 25%. Cabe destacar que 2 exercem o trabalho do cuidado vinculado à maternidade. As auditorias ocorreram nos seguintes momentos: auditoria 01 em 31/01/2021, das 16h às 18h; auditoria 02 em 04/02/2021, das 19h às 21h; auditoria 03 em 05/02/2021 das 16h às 18h; auditoria 04 em 27/03/2024 das 21h às 22h.

Participantes da auditoria diurna			Participantes da auditoria noturna		
Idade	Raça	Profissão	Idade	Raça	Profissão
26-35	Branca	Professora	36-45	Branca	Empreendedora
36-45	Branca	Engenheira Civil	36-45	Branca	Esteticista e empreendedora
36-45	Branca	Historiadora e fotógrafa	46-55	Negra	Engenheira Química
56-65	Branca	Aposentada	46-55	Negra	Farmacêutica

Tabela 2
 Resumo do perfil das participantes das auditorias na Praça Açorianos
 Fonte: Elaboração nossa, 2023 e 2021.

Cartografia da insegurança: Praça do Tambor

Com os pontos de análise previamente definidos, os diferentes grupos fizeram as escolhas de seus percursos (Figura 02a). O da auditoria noturna foi diferente da diurna, pois algumas áreas da praça estavam completamente escuras, inviabilizando a caminhada devido à insegurança.

No momento da auditoria diurna, havia a presença de pessoas no parquinho infantil e próximo ao monumen-

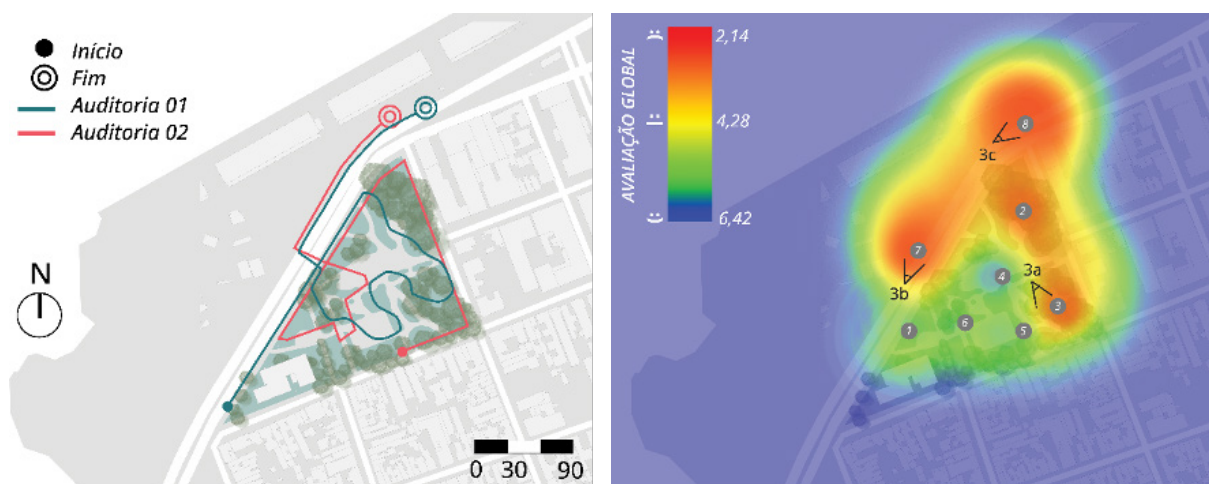


Figura 2
Mapas síntese - Praça Tambor (a) percursos; (b) mapa de calor
Fonte: Elaboração nossa, 2024

to central da praça. Já na noturna, poucas pessoas caminhavam em uma das faces da praça (face sul, Rua dos Andradas), mas ninguém passava pelo interior. As participantes da atividade não fizeram observações sobre o uso ou deslocamento de outros usuários no local, somente ao perceber pessoas em situação de rua que haviam se estabelecido próximo ao ponto 2.

Ao analisar o mapa de calor (Figura 02b) com a síntese dos resultados de ambas auditorias é possível perceber que nenhum dos pontos analisados foi visto como totalmente seguro. Durante o dia, a sensação de insegurança se dá, principalmente, devido às barreiras visuais geradas pelas árvores e lugares sem uso específico. Os locais mais seguros são os que concentram algum uso específico como museu, parque infantil, cachorródromo e quadra de esportes.

Durante a noite, apenas três pontos foram vistos como seguros para deslocamento, sendo dois desses associados aos monumentos, uma vez que a iluminação pública presente é principalmente voltada a esses elementos. Durante a noite, nenhum dos locais da praça foi visto como seguro para permanecer. A figura 03 apresenta três dos quatro pontos da área com pior nota global.

A partir do mapa de calor identifica-se os lugares mais inseguros na praça e suas imediações. Os pontos 2 e 3 se referem a locais internos da praça, enquanto que o 7 e 8 a locais de acesso à praça.

Em relação aos pontos 2 e 3 (Figura 04a) os piores indicadores foram os de iluminação, uso e oferta ou condições de mobiliário urbano. Cabe destacar que

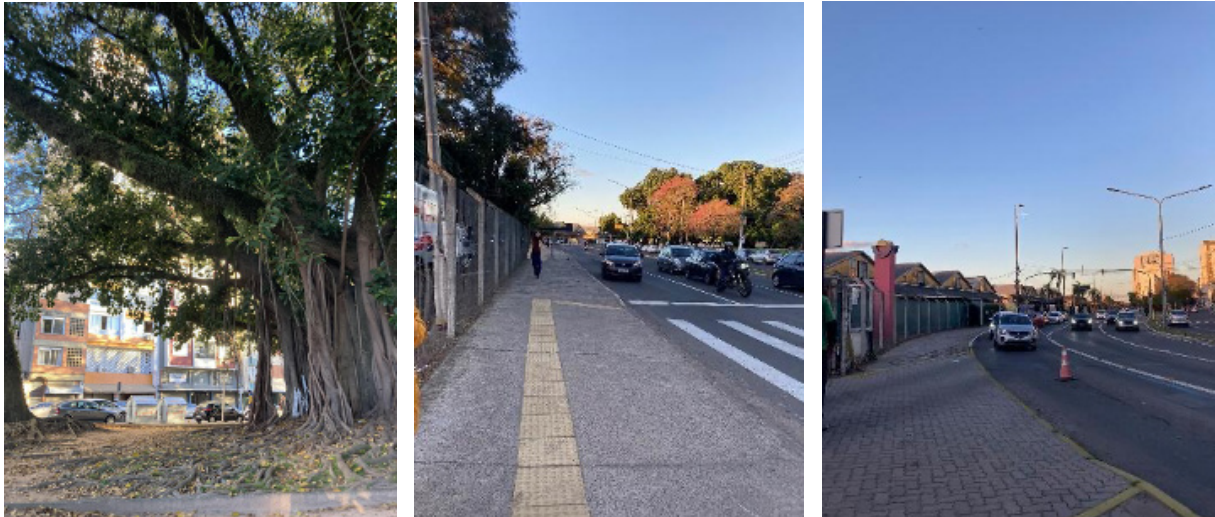


Figura 3
 (a) próxima ao ponto 3, (b) ponto 7 e (c) ponto 8. Fonte: Elaboração nossa, 2023

embora no ponto 2 haja oferta diversificada de uso (praça infantil e ginástica) e arborização que garante sombra durante o dia, percebeu-se também que a compacidade da arborização e a falta de fachadas ativas nesta parte contribuem para a forte sensação de insegurança, principalmente à noite.

Em relação aos pontos 7 e 8 (Figura 04b) destaca-se a ausência de mobiliário, uso e arborização. Apesar de bem iluminados, os locais foram vistos como bastante inseguros, pela falta de transeuntes e fachadas ativas. Neste local há apenas o muro do Cais do Porto e entrada gradeada para o Cais Embarcadero (área de bares do outro lado do muro).



Figura 4
 Gráficos com as notas atribuídas em cada elemento de análise nos pontos (a) 2 e 3, e (b) 7 e 8. Fonte: Elaboração nossa, 2024

Cartografia da insegurança: Praça dos Açorianos

Os percursos das quatro auditorias foram de acordo com o ilustrado na Figura 05a. Percebe-se que nos percursos realizados durante a noite evita-se passar

pela área do monumento e cachorródromo, com a preferência de passar por cima do viaduto para acessar o outro lado da praça.

Assim como na auditoria anterior, monumentos e prédios públicos foram destacados como pontos de referência. As participantes foram instruídas a levantar, entre outros dados, impressões em relação a uso e apropriação dos espaços públicos, ficando atentas à presença de outras pessoas. Notou-se que as impressões positivas estavam ligadas à parte reformada da Praça dos Açorianos, indicando que essa é a parte com maior movimento, diversidade de usos e oferta de iluminação e acessibilidade. Na Figura 05a é possível perceber que esta é a área com menos locais de medo, traçando uma relação clara entre a presença de pessoas e a sensação de segurança. Apesar do novo projeto, muitas das participantes ainda consideraram insuficientes as travessias entre os dois lados da Praça. A possibilidade de travessia é importante não apenas do ponto de vista da segurança viária e conexão entre os dois lados da praça, mas como possibilidade de rota de fuga em caso de sensação de insegurança. A Figura 05b mostra, também, a sobreposição de áreas de arborização densa sobrepostas à sensação

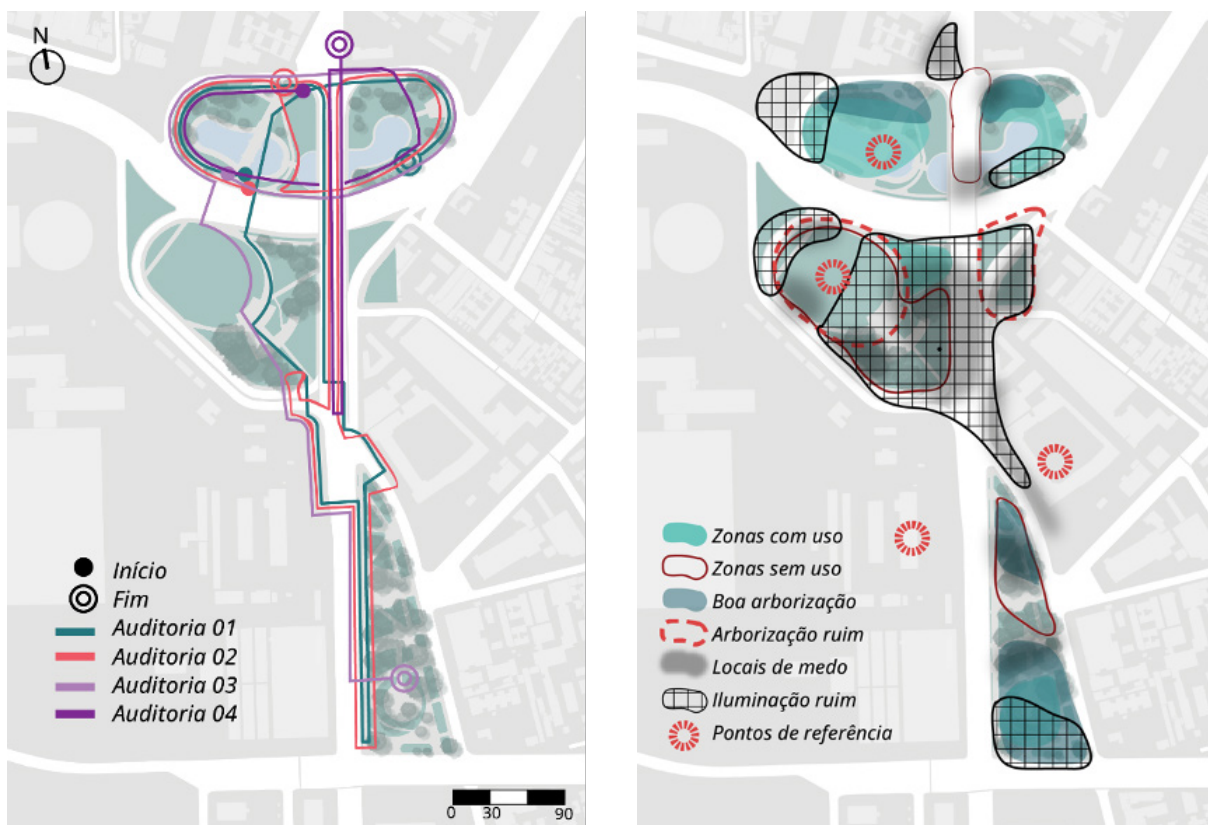


Figura 5
Mapas síntese - Praça Açorianos (a) percursos; (b) resultado da auditoria
Fonte: Elaboração nossa, 2024



Figura 6
(a) Fundação Pão dos Pobres; (b) zona do baixio do viaduto na Praça dos Açorianos; (c) vista de cima do viaduto dos Açorianos. Fonte: Elaboração nossa, 2021

de medo e iluminação ruim. Em alguns locais se sobrepõe a indicação da falta de uso. Apesar de algumas auditorias terem sido realizada no período de isolamento social pela Covid-19, constatou-se a presença de usuários, uma vez que, com os devidos cuidados, praças amplas e parques configuraram um lugar possível de ocupação para além da moradia.

Na auditoria noturna, foi considerada extremamente precária a iluminação do cachorródromo, gerando sensação de insegurança nas participantes. Nesse mesmo tema, percursos que passam por uma via murada indicaram sensações de medo ligadas (Figura 06a). O baixio do viaduto e/ou ao seu entorno imediato é também identificado como ponto crítico de insegurança (Figuras 06b e 06c) dentre as principais razões a falta de iluminação e o sentimento de poder ser levada para um lugar longe dos que ali passam.

Diretrizes para um urbanismo feminista

Destacam-se aqui algumas considerações sobre os elementos avaliados no espaço de praças, tais sendo: acessibilidade, uso e apropriação, arborização, iluminação e pontos de referência (monumentos e/ou edificações).

A acessibilidade foi indicada como elemento importante que permita o livre transitar entre os espaços, operando inclusive como rota de fuga. Percursos com acessibilidade universal são importantes não somente para pessoas com capacidades motoras e visuais reduzidas, mas também, para acesso de cuidadores com carrinhos de bebê aos locais.

A oferta e diversidade de uso foi destacada como relevante para a apropriação do espaço. Foi percebido tanto a necessidade das fachadas ativas em oposição

aos muros (compreendidos como lugares de medo), quanto a relevância de espaços com oferta de mobiliário urbano e infraestrutura para a realização de atividades. A diversidade de público também interfere na sensação de segurança.

A arborização figura como elemento controverso. Ela é importante para oferecer sombra em dias de sol, mas quando utilizada em grandes maciços configura uma barreira e conseqüente sensação de insegurança. Além de ser usualmente um lugar escuro, forma um lugar de refúgio que pode ser aproveitado pelo abusador.

A iluminação foi destacada como o elemento principal. Não ter a sensação de ver e ser visto se mostrou como fundamental na sensação de segurança. Estratégias de iluminação que dialoguem com a arborização a fim de evitar zonas de sombra se mostrou fundamental.

Por fim, os pontos de referência operam como fator positivo na localização do espaço, principalmente por estarem sempre bem iluminados.

Considerações finais

Foram exploradas duas metodologias para a produção de cartografias da insegurança. A pesquisa de caráter exploratório abordou diferentes formas de coleta e análise de dados, de modo a possibilitar diversidade de aplicabilidade, uma para planos e outra para projetos. Apesar disso, ambas auditorias confirmam elementos em comum que causam insegurança nas mulheres, como a pouca iluminação, o tipo de vegetação, a presença de barreiras e conseqüente ausência de rota de fuga. Esses e outros elementos foram os elencados na formulação de diretrizes para um urbanismo feminista.

A metodologia 1 aplicada na Praça do Tambor indicou uma leitura mais global do espaço com potencial de replicabilidade, se confirmando adequada para uso no planejamento urbano. Já a partir da metodologia 2, empregada na Praça dos Açorianos, foi possível identificar de forma mais detalhada os elementos que constituem o espaço e interferem na sensação de segurança. O mapa síntese se mostrou uma ferramenta interessante para o desenho urbano, na passagem da leitura para a etapa de projeto, por explorar a sobreposição de todos os elementos de forma mais precisa no espaço. Seja qual for a escala de aplicabilidade, o

estudo revelou a importância e a potencialidade da participação social na leitura dos lugares.

Em termos de procedimentos metodológicos, o período da pandemia impôs cuidados específicos para a realização das auditorias. Houve o cuidado de seleção de mulheres que não tinham comorbidades e que não precisavam de transporte público para chegar ao local. As auditorias foram realizadas com o uso de máscara e afastamento entre as participantes durante a caminhada. O período de coleta foi interrompido pela determinação de *lockdown*. Apesar da pandemia, as auditorias realizadas não tiveram seus resultados prejudicados devido à presença de usuários nas praças. Cabe destacar que a escolha das participantes se deu por realização de questionário e a quantidade de mulheres interessadas foi surpreendente para o período em questão, o que demonstrou o reconhecimento da importância do tema da pesquisa.

Nesse sentido, destaca-se que as cartografias da insegurança têm o potencial de transformar a hegemonia do uso e da liberdade nos espaços públicos por parte dos homens. O ato de colocar em mapa as necessidades das mulheres perante a insegurança é uma ferramenta fundamental para a transformação desses espaços no âmbito projetual e social. A potencialidade se dá, não apenas pelo conhecimento adquirido do que deve ser modificado, mas também por colocar as mulheres como sujeitas na ação a partir da mudança do olhar para o espaço que elas mesmas podem transformar, ou seja, pela efetivação do direito à cidade.

Por fim, indica-se os caminhos futuros da pesquisa. Em termos teóricos-metodológicos propõe-se a abrangência do estudo para as questões do trabalho do cuidado e dos efeitos da presença de espaços de consumo nas praças, uma realidade cada vez mais presente nos espaços públicos em Porto Alegre e outras capitais brasileiras. Em termos de procedimentos metodológicos, a incorporação de entrevistas biográficas para conhecer melhor a história de vida das mulheres que participam das auditorias, qualificando a compreensão de quais fatores sociais-culturais interferem nas suas percepções de segurança.

Referências

- ATKINS, S., HUSAIN, S., STOREY, A. The influence of street lighting on crime and fear of crime. *Crime Prevention Unit Paper*, London, 1991. n.28.
- BEEBEEJAUN, Y. Gender, urban space, and the right to everyday life. *Journal Of Urban Affairs*, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 323-334, 23 dez. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/07352166.2016.1255526>.
- BOWMAN, C. Street harassment and the informal ghettoization of women. *Cornell Law Faculty Publications*. Cornell Law School, 1993.
- CIOCOLETTO, A. *Espacios para la vida cotidiana: auditoría de calidad urbana con perspectiva de Género*. Colletiu Pun 6, SEM ANO. Disponível em: (https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Espacios-para-la-vida-cotidiana_ES.pdf), acesso em 20 fev. 2024.
- FISHER, B., NASAR, J. Fear of crime in relation to three exterior site features: prospect, refuge and escape. *Environment and Behavior*, SAGE, 1992.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KEANE, C. Evaluating the influence of fear of crime as an environmental mobility restrictor on women's routine activities. *Environment and Behavior*. vol.30, n.1. SAGE, 1998.
- KEMMIS, Stephen; McTAGGAT, Robin. Participatory Action Research: Communicative Action and the Public Sphere. In: DENZIN, Norman. LINCOLN, Yvonnas. *The Sage Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 2005.
- KERN, L. *Feminist City: claming space in a man-made world*. London e New York, 2020.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LOEWEN, L., STEEL, G. D., SUEDFELD, P. Perceived safety from crime in the urban environment. *Journal of Environmental Psychology*. University of British Columbia, Canada, 1993.
- METRAC's Safety Audit Resource Kit*. METRAC, 2002. Disponível em: (https://metrac.org/content/user_files/2023/10/METRAC-Safety-Audit-Resource-Kit.pdf), acesso em 13 mar 2024.
- MONTANER, J; MUXI, Z. Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.
- MUXÍ, Z et al. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?. *Feminismo/s*, [S. l.], n. 17, p. 105-129, 2011. Disponível em: <https://feminismos.ua.es/article/view/2011-n-17-que-aporta-la-perspectiva-de-genero-al-urbanismo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. Contribuições de Henri Lefebvre para repensar e produzir a cidade sob uma perspectiva de gênero. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 12, 2021, Florianópolis. Anais eletrônicos.

PERKINS, D., ABRAHAM, R., TAYLOR, R. The physical environment of street crime: defensible space, territoriality and incivilities. *Journal of Environmental Psychology*, n.13, p.29-49. Academic Press, 1993.

RIBEIRO, AC et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*. v. 15, n. 2 e Ano XVI, N.1, 2001-02.

SAMPAPÉ!. *Mulheres Caminhantes: Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana*. [S.I.]: Publicado Online, 2018. 101 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325260613_Analises_Resultados_e_Recomendacoes_Mulheres_Caminhantes_Auditoria_de_Seguranca_de_Genero_e_Caminhabilidade_Terminal_Santana. Acesso em: 17 ago. 2023.

SANTORO, P. *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008.

TONKISS, F. *Space, the City and Social Theory: Social Relations and Urban Forms*. Polity Press, Cambridge: 2006

VALENTINE, G. The geography of women's fear. *Area*, 21, 1989, pgs 385-390.

VERA-GRAY, F; KELLY, L. Contested gendered space: public sexual harassment and women's safety work. *International Journal Of Comparative And Applied Criminal Justice*, [S.L.], v. 44, n. 4, p. 265-275, 15 mar. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01924036.2020.1732435>.

Feminismo periférico e urbanismo antirracista: Práticas e trocas de saberes com a Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro

Rachel Coutinho M. da Silva e Leslie Gonzalez

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; GONZALEZ, Leslie. Feminismo periférico e urbanismo antirracista: Práticas e trocas de saberes com a Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 296-313, ago 2024

data de submissão: 09/07/2024
data de aceite: 17/07/2024

Rachel COUTINHO M. DA SILVA é Ph.D., Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, PUC-Rio, rachelcms@puc-rio.br

Leslie GONZALEZ é Doutoranda em Urbanismo; PROURB-FAU UFRJ; leslie.gonzalez@fau.ufrj.br.

Resumo

Esse ensaio aborda o tema do feminismo periférico a partir das experiências e práticas da Coletiva As Caboclas na cidade do Rio de Janeiro, procurando problematizar as ações de mulheres na periferia, que englobam desde a busca por autonomia nas questões de construção e melhorias habitacionais até a luta por direitos. O ponto de partida foi uma prática de assessoria técnica para um projeto de melhorias habitacionais no bairro de Campo Grande, no Bosque dos Caboclos, chamado Mulheres em Ação entre 2017 e 2019, para um grupo exclusivo de mulheres. A experiência na troca de saberes entre mulheres periféricas e arquitetas suscitou reflexões sobre questões de gênero e racismo em territórios periféricos. Para estas reflexões utilizamos os conceitos de autonomia, reconhecimento, emancipação de Freire (1996), hooks (2017; 2019), Gonzalez (1983, 1988), Butler (2018) e Fraser (2013), bem como o conceito de práxis em Lefebvre (1968,1991) e Freire (1970), e o de grupo sócio-espacial de Kapp (2018). Entender o ativismo urbano periférico a partir de práticas feminista contribuirá um urbanismo antissexista e antirracista.

Palavras-chave: feminismo periférico, assessoria técnica, direito à cidade, urbanismo antirracista.

Abstract

This essay addresses the theme of peripheral feminism based on the experiences and practices of Coletiva As Caboclas in the city of Rio de Janeiro, seeking to problematize the actions of women in the periphery, which range from the search for autonomy in matters of construction and housing improvements to struggle for rights. The starting point was a technical advisory practice for a housing improvement project in the Campo Grande neighborhood, in Bosque dos Caboclos, called Mulheres em Ação between 2017 and 2019, for an exclusive group of women. The experience of exchanging knowledge between peripheral women and architects raised reflections on issues of gender and racism in peripheral territories. For these reflections we use the concepts of autonomy, recognition, emancipation by Freire (1996), hooks (2017; 2019), Gonzalez (1983, 1988), Butler (2018) and Fraser (2013), as well as the concept of praxis in Lefebvre (1968,1991) and Freire (1970), and the socio-spatial group of Kapp (2018). Understanding peripheral urban activism from feminist practices will contribute to anti-sexist and anti-racist urbanism.

Keywords: peripheral feminism, technical advisory, right to the city, anti-racist urbanism.

Resumen

Este ensayo aborda la temática del feminismo periférico a partir de las experiencias y prácticas de la Coletiva As Caboclas en la



ciudad de Río de Janeiro, buscando problematizar las acciones de las mujeres de la periferia, que van desde la búsqueda de autonomía en materia de construcción y vivienda mejoras para luchar por los derechos. El punto de partida fue una práctica de asesoría técnica para un proyecto de mejoramiento de viviendas en el barrio Campo Grande, en Bosque dos Caboclos, denominado Mulheres em Ação entre 2017 y 2019, para un grupo exclusivo de mujeres. La experiencia de intercambio de conocimientos entre mujeres periféricas y arquitectas suscitó reflexiones sobre cuestiones de género y racismo en territorios periféricos. Para estas reflexiones utilizamos los conceptos de autonomía, reconocimiento, emancipación de Freire (1996), Hooks (2017; 2019), González (1983, 1988), Butler (2018) y Fraser (2013), así como el concepto de praxis. en Lefebvre (1968,1991) y Freire (1970), y el grupo socioespacial de Kapp (2018). Comprender el activismo urbano periférico desde las prácticas feministas contribuirá al urbanismo antisexista y antirracista.

Palabras-clave: feminismo periférico, asesoramiento técnico, derecho à la ciudad, urbanismo antirracista.

¹ Esse artigo contou com o apoio do CNPQ por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e da CAPES, por meio de bolsa de mestrado.

Introdução¹

Este artigo aborda o tema do feminismo periférico, tomando por base práticas de assessoria técnica relacionadas com melhorias habitacionais em territórios periféricos na cidade do Rio de Janeiro, buscando entender como as ações de mulheres na periferia contribuem para sua autonomia, reconhecimento e emancipação. A partir das experiências e práticas da Coletiva As Caboclas em sua relação dialógica com mulheres arquitetas, o artigo trata também dos desafios impostos a profissionais de arquitetura e urbanismo para lidar com questões de gênero, racismo, participação e troca de saberes com vistas a um aprendizado para um urbanismo feminista e antirracista.

As reflexões contidas neste artigo provêm de uma experiência a partir de um projeto assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para melhorias habitacionais no bairro de Campo Grande, no Bosque dos Caboclos, chamado Mulheres em Ação entre 2017 e 2019.²

² Esse projeto foi demandado pela Coletiva As Caboclas e realizado pela Arche Projetos Participativos (ARCHE) uma assessoria técnica em arquitetura e urbanismo.

A Coletiva As Caboclas é um dos núcleos que integra o coletivo maior denominado como Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO), que desde 2014 tem como objetivo organizar as mulheres em torno da luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. Uma das frentes de luta da Coletiva As Caboclas remonta ao assentamento Bosque dos Caboclos, no bairro de Campo Grande, originalmente ocupado e loteado por um grupo de mulheres em 1995. É nesse local que acontece o trabalho de melhorias habitacionais, objeto empírico desse artigo, capitaneado pela Coletiva As Caboclas.

Para efeitos desse artigo, ressaltamos que entendemos periferia não somente como uma categoria analítica espacial, mas principalmente como uma categoria social. A periferia não se opõe ao centro, mas é constitutiva do espaço hierarquizado que coloca nas margens os sujeitos subalternizados e precarizados. Assim, quando nos referimos a feminismo periférico, igualmente estamos nos referindo à luta de mulheres periféricas em busca de reconhecimento, visibilidade e autonomia de seus corpos e ações. Destacamos também a utilização do conceito de grupo sócio-espacial (KAPP, 2018), que considera o espaço como se constituindo dialeticamente e dialogicamente pelas relações sociais entre grupos de pessoas.

O termo feminismo periférico refere-se às ações e lutas de mulheres da periferia, que buscam ressignificar o que é ser mulher em áreas de vulnerabilidade e seu poder de construir coletivamente redes de solidariedade e vivência em contextos de extrema adversidade. O feminismo periférico constitui-se a partir das experiências cotidianas e das adversidades das mulheres periféricas, as quais produzem saberes e estratégias de sobrevivência e superação (Borges, 2018). Pode-se também historizar o feminismo periférico a partir das lutas de resistência e mobilização de mulheres camponesas na década de 1980 em sua luta pelo reconhecimento de seu trabalho (Bordalo&Pena, 2020).

Para estas reflexões utilizamos também os conceitos de autonomia, reconhecimento e emancipação de Freire (1996), hooks (2017; 2019), Gonzalez (1983, 1988), Butler (2018) e Fraser (2013), bem como o conceito de práxis em Lefebvre (1991) e Freire (1970).

Novos Feminismos: práxis, reconhecimento e emancipação

Quando olhamos o percurso das feministas e suas lutas desde a década de 1970 até o momento atual verifica-se algumas inflexões importantes, não somente nas pautas de reivindicações e narrativas, mas também nas práticas e formas de ativismo. Se anteriormente demandas tais como, inserção no mercado de trabalho e liberdade sexual faziam parte das pautas dos movimentos, na atualidade outras questões assumem protagonismo nas lutas feministas. Os novos feminismos apresentam independência das formas tradicionais de organização social. São coletivos de mulheres, cujo ativismo é militante e centrado nas vivências diárias e nas lutas por sobrevivência e proteção de seus corpos. A interseccionalidade é intrínseca nos novos feminismos, que reconhece as diferenças

de origem, classe e raça das mulheres e a diversidade de suas experiências. As mulheres negras destacam-se nesse novo momento do feminismo e adquirem protagonismo nos coletivos e nos territórios conflituosos e precarizados.

Para a nossa análise da experiência do projeto Mulheres em Ação, utilizamos autoras do pensamento feminista e antirracista, tais como hooks (2017, 2019), Butler (2018), Fraser (2013) e Kapp (2018) e seus conceitos como reconhecimento, emancipação e grupo sócio-espacial. Utilizamos também as noções de práxis a partir de Lefebvre (1991, 2002 e 2014) que a considera como ação prática, política e de investigação, e de Freire (1970, 1996), que a entende como pedagogia para uma educação libertadora.

Um ponto fulcral do pensamento freiriano é a centralidade dos sujeitos envolvidos na ação prática. Nesse sentido, o conceito de práxis inclui não somente a capacidade dos sujeitos de atuarem e refletirem sobre sua condição, mas também a capacidade de transformação da realidade segundo seus próprios objetivos enquanto seres humanos conscientes (FREIRE, 1970, 1996).

As possibilidades de uma política de alianças são exploradas tanto por Butler (2018) quanto por hooks (2019). Em *Erguer a Voz* (2019/1), hooks questiona os conceitos de representação e de identidade, explorando os desafios e limites de uma política de alianças com homens brancos, denunciando o sistema patriarcal e heteronormativo que permeia as práticas sociais. Reflete dialeticamente sobre racismo e feminismo, política e pedagogia, dominação e resistência, noções que veremos presentes no caso da Coletiva As Caboclas. *Erguer a voz* significa, ao mesmo tempo, uma quebra da hierarquia patriarcal e da supremacia branca, e um questionamento da autoridade e de quem pode falar e ter opinião. Significa o reconhecimento da opressão daqueles que se sabem oprimidos e sem direito à livre expressão.

Outra reflexão que nos traz hooks (2019/2) é o ativismo político das mulheres negras para a mobilização e autonomia política. Ao demandar pela voz das mulheres periféricas a partir da luta feminista, hooks convoca para uma nova teoria feminista, antirracista e antissexista, e sobretudo anticapitalista. Outro conceito que é discutido por hooks (2019/3) é o de sororidade, que implica na solidariedade política entre as mulheres.

Na mesma linha de pensamento de hooks, Butler (2018) trata da questão do reconhecimento dos sujeitos excluídos, ressaltando a dialética de tal conceito, que implica numa relação entre reconhecimento e invisibilidade, inclusão e exclusão. A condição de reconhecimento requer uma política de alianças que conduzam ao princípio do igual valor e da justiça social. Os movimentos sociais devem então reivindicar um novo modo de vida, e, para isso necessitam de uma ação performativa que exponha as condições precárias e de vulnerabilidade em que vivem.

O conceito de emancipação também é tratado por Fraser (2013). Para a autora, as lutas dos movimentos sociais sobre os meios de interpretação e comunicação é central para obter-se a emancipação no contexto das crises do capitalismo. A chave para um processo emancipatório seria a substituição de contextos seguros de interação normativa por contextos de comunicação fora das instituições convencionais e da esfera doméstica. Cada movimento social possui pontos de vista diferentes e conflitantes sobre as suas específicas demandas sociais (FRASER, 2013, p. 48). A autora destaca também a ambivalência intrínseca na busca pela emancipação feminina ao reconhecer que existem forças operando para levar a questão feminista para o âmbito do mercado. Para manter o compromisso com a emancipação, Fraser recomenda uma ruptura com a mercantilização e uma aliança com a proteção social e a solidariedade.

Kapp (2018) propõe a utilização do conceito de grupo sócio-espacial para analisar práticas de assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento. Segundo a autora, o conceito se aplica às relações sociais estabelecidas por um determinado grupo em um espaço específico. Por sua vez, esse grupo é afetado por este espaço por ele produzido. Kapp associa esta noção à proposição dialética lefebvriana de produção do espaço, e ressalta que grupos sociais produzem espaços de representação. No entanto, esses sujeitos não têm consciência de suas práticas materiais transformadoras. (KAPP, 2018, p. 233).

Feminismo periférico: conceitos e contextos

O termo feminismo periférico aparece recentemente na literatura feminista, principalmente nos textos das feministas negras, porém, enquanto campo de atuação e luta, o feminismo periférico já faz parte dos movimentos de organização de mulheres em contextos de adversidade e invisibilidade desde a década de

1960. Vários movimentos de mulheres na periferia aparecem nos anos 1970 e 1980 com demandas específicas, tais como o aumento do número de creches, saneamento básico, e a redução de preços da cesta básica. Em 1972 surge o Clube de Mães nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, com o objetivo articular demandas de mães periféricas, historicamente marginalizadas. Esse Clube ensejará a criação do Movimento Custo de Vida, e depois em 1978 o Movimento contra a Carestia, tornando-se um dos principais grupos de oposição contra a ditadura militar.

O feminismo periférico tem como antecedente histórico o Movimento de Mulheres Negras na década de 1980, que por sua vez aparece como um cruzamento entre os debates feministas e os movimentos negros desse período, ou seja, entre gênero e raça.

Ao final da década de 1970, em pleno auge da ditadura militar, surge o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), com a participação de mulheres negras com sua pauta de reivindicações e com um recorte específico de raça, que mais tarde, juntamente com outros movimentos negros, formariam o Movimento Negro Unificado (MNU). Não obstante, havia uma pauta comum e um diálogo entre esses movimentos, que era a luta contra um sistema repressivo ditatorial e as desigualdades interseccionais (KOSSLING, 2008; SOUZA, 2020). Esses movimentos eram severamente reprimidos e perseguidos pela ditadura militar, mas tinham poder de mobilização e promoviam atos contra o racismo, pelos direitos da mulher ou outras bandeiras (KOSSLING, 2008).

No âmbito do MUCDR e do MNU, destaca-se a militância de Lélia Gonzalez, que participou da fundação dos dois movimentos, e cujo pensamento foi fundamental para as lutas antirracista e antissexista, as quais estruturariam posteriormente o feminismo periférico. Gonzalez participou também da criação do Grupo Nzinga, um coletivo de mulheres negras, e ativamente da seção feminina do Granes Quilombo. Ela deixou um legado acadêmico importante, e suas obras são base para o feminismo negro e indígena na América Latina (PIRES, 2022; CARDOSO, 2019).

Seu conceito de amefricanidade é chave para o entendimento do pensamento feminista negro no Brasil e base para a discussão sobre feminismo periférico. Trata-se também de uma proposta insurgente e revolucionária, no sentido em que indica uma proposta feminista negra de organização política e transformação



social (CARDOSO, 2014; GONZALEZ, 1988). Desconstrói as narrativas eurocêntricas coloniais e patriarcais baseadas na lógica do homem branco heterossexual cristão, que reforça a invisibilidade e a desumanização dos negros e índios. O conceito é também fortemente embasado nas experiências e vivências políticas, culturais, estéticas e religiosas de resistência dos povos negros e índios, especialmente das mulheres. Reconhece que, as práticas cotidianas de lutas e de sobrevivência formam os corpos e sujeitos das mulheres negras na amefricanidade (GONZALEZ, 1988).

Contemporaneamente, o termo feminismo periférico engloba principalmente as ações e lutas de mulheres da periferia em territórios vulneráveis e em contextos de adversidades. É um campo semântico que inclui o poder de transformar e ressignificar o que é ser mulher em áreas de vulnerabilidade e de construir coletivamente redes de solidariedade e vivência em face das adversidades. Assim, o feminismo periférico constitui-se a partir das experiências cotidianas e das adversidades das mulheres periféricas, e, portanto, produzem saberes e estratégias de sobrevivência e superação (BORGES, 2018). Oliveira (2020) destaca algumas características que definem feminismo periférico, tais como, a construção da ação baseada no cotidiano das mulheres periféricas, a importância do território no qual as relações sociais são marcadas pelas relações de classe, raça e gênero, e a construção de subjetividades rebeldes que marcam as ações coletivas.

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e a Coletiva As Caboclas

Na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro predomina o protagonismo feminismo nas lutas populares por direitos e resistência às práticas opressivas do Estado e dos grupos paramilitares e de contravenção. São lutas oriundas do movimento negro carioca dos anos 1980 e das práticas ancestrais preservadas pelas mulheres negras.

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZ) existe desde 2006 e procura organizar mulheres em torno da luta anticapitalista, antirracista e anti-patriarcal. Desde 2014 promove intervenções locais em diversos assuntos da pauta feminista como espaço de militância.³ Surge da experiência do Comitê de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro, que se reunia desde nos anos 2000 na cidade e a partir de uma iniciativa promovida e financiada pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS),

³ Disponível em https://www.facebook.com/COLETIVAPOPU-LARDEMULHERESZO/about/?ref=page_internal, acessado em 25/maio/2022.

⁴ Essa iniciativa gerou o relatório “Cartografias feministas: enfrentamento aos racismos pelo olhar das mulheres”, que pode ser consultado em militiva.org.br.

o Militiva.⁴ Dentre os objetivos da CPMZO estão o debate crítico acerca do desenvolvimento do capital e das desigualdades territoriais nas áreas periféricas da cidade, a invisibilidade do trabalho informal doméstico das mulheres negras, e a violência de Estado contra as mulheres periféricas. Em ações articuladas com outros movimentos sociais, a CPMZO pretende fortalecer a auto-organização das mulheres centrada em uma nova relação com a natureza (COUTINHO e GONZALEZ, 2023).

Formada por diversas moradoras da zona oeste do Rio de Janeiro, a CPMZO aglutina em torno de si uma rede de mulheres majoritariamente negras. Realizam ações em torno da agricultura urbana, juventude, rede de cuidados, rodas de escuta, planejamento participativo e outras atividades.

A CPMZO abriga diversos núcleos, sendo um destes a Coletiva As Caboclas, que mantém alguma autonomia, e, como a própria denominação revela, uma necessidade de demarcar as questões de feminismo e território.

Sua origem remonta à Ocupação Urbana Bosque dos Caboclos (OUBC) no bairro de Campo Grande na Zona Oeste, formada por cerca de 300 famílias no final dos anos 1990, um grupo auto-organizado composto em sua maioria por mulheres, que lutava pelo direito à moradia. Em 1997, forma-se a Associação de Moradores e Amigos do Bosque dos Caboclos, fruto da iniciativa de mulheres da ocupação, que, por meio de um grande mutirão, construíram a sede da Associação (GONZALEZ, 2023, p. 139).

Em 2016, inspirada pela luta das mulheres OUBC, surge a Coletiva de Mulheres e Juventude As Caboclas, que atualmente conta com cerca de 20 mulheres. Seu objetivo é ter um “lugar/espço sobre o qual tivessem liberdade para debater, conversar, se escutar, se cuidar e resistir diante de um modelo de sociedade que é machista, racista e patriarcal”.⁵ Postulam o feminismo periférico, como sendo “uma luta de mulheres comuns, que segue sobrevivendo dia após dia, com intensos enfrentamentos que vão desde a mobilidade urbana à autonomia de seus corpos”.⁶

⁵ Instagram da Coletiva As Cabocla, [coletivacaboclas](https://www.instagram.com/coletivacaboclas), #ascaboclas.

⁶ Ibid.

A Coletiva As Caboclas – assessoria e troca de saberes com um grupo sócio-espacial

Nosso caso-referência é o projeto de assessoria técnica demandado pela Coletiva As Caboclas (doravante

denominado Caboclas) à Arche Projetos Participativos (Arche) em dezembro de 2016. A Coletiva almejava a assessoria de uma mulher arquiteta para melhorias habitacionais, auxílio com processos construtivos e capacitação de mão-de-obra feminina. O projeto recebeu o nome de Mulheres em Ação.

A experiência instigou à assessoria técnica novas questões epistemológicas do urbanismo relacionadas com mulheres e feminismo, e revelou-se como uma práxis junto a um grupo de mulheres militantes auto-organizadas. Deve-se ressaltar que a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro constitui-se em um território periférico com forte presença de loteamentos irregulares de baixa renda, no qual prevalece a atuação de grupos milicianos.

O próprio relato de uma das integrantes da Coletiva As Caboclas, define o grupo como sendo “sobretudo, um espaço de escuta (...) onde, através dessas trocas, nos fortalecemos e nos apoiamos coletivamente permitindo nos reconhecer na outra companheira e também a respeitá-la mesmo contendo análises tão distintas”.⁷

Os primeiros contatos com o grupo sócio-espacial As Caboclas, já em 2017, revelaram o forte engajamento do grupo na luta feminista e antirracista e o despreparo das assessoras, mulheres brancas, para entender com profundidade as questões do feminismo periférico. Havia um descrédito em relação ao poder público, sobretudo por conta de sucessivas políticas municipais que beneficiavam o capital imobiliário na Zona Oeste,⁸ e do engavetamento de um processo antigo de regularização fundiária no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

Ficavam assim descartadas alternativas financeiras advindas do poder público. O apoio financeiro ao projeto veio por meio do edital Fundo Socioambiental Casa (Programa Casa Cidades) com o aporte de um pequeno valor de R\$ 30.000,00, sendo R\$ 13.000,00 de remuneração da assessoria e R\$ 17.000,00 para compra de material, gastos com alimentação e organização das oficinas.⁹ Em 2018 iniciava-se o projeto que previa pequenas melhorias habitacionais, com foco em soluções de drenagem no lote e coleta de águas pluviais. Conjuntamente seria realizada uma capacitação em relação à construção civil com as demais integrantes. Três moradoras mais antigas foram escolhidas por elas mesmas para serem beneficiárias diretas das melhorias através do projeto.

⁷ Relato de Guaraci (nome fictício), Relatório de Atividades do Edital Fundo Casa, acervo Arche.

⁸ Autores como Cardeman (2014) apontam o território da Zona Oeste do Rio de Janeiro como sendo uma combinação de expansão para os bairros além da Barra da Tijuca, impulsionada pelo município, com fortes incentivos a loteamentos privados e grandes empreendedores imobiliários, conjugada a uma expansão de loteamentos irregulares fomentados por grileiros e/ou grupos ligados às milícias fluminenses.

⁹ O Fundo Socioambiental Casa - Programa Casa Cidades é uma iniciativa de Fundo Socioambiental Caixa e a Fundação OAK e visa fomentar pequenos projetos em áreas urbanas cujo mote é a discussão de “cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis” Mais informações no site: <https://casa.org.br/> (acesso em 14/jun/2022)

¹⁰ Arquitetura na Periferia é um método de assessoria técnica, desenvolvido pela arquiteta Carina Guedes, que consiste em capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social, para ter independência em pequenas reformas e melhorar habitacionais.

A metodologia utilizada nesse projeto, modelada a partir de outras experiências de assessoria técnica, como a do grupo Arquitetura na Periferia,¹⁰ que tem por princípio o desenvolvimento da autonomia, a cooperação e o trabalho coletivo das participantes, consistia em trazê-las para o centro da compreensão, como aponta Freire (1996), conhecer suas precariedades habitacionais e como estas poderiam ser sanadas ou mitigadas. Ou seja, no sentido freiriano, a pedagogia da autonomia deve enfatizar o processo de aprendizagem para alcançar a igualdade, a transformação e a inclusão. As participantes deveriam tornar-se capazes de categorizar e priorizar ações, organizar compras e planejar o trabalho coletivo de mutirão para executar obras.

Para tanto, foram organizadas diversas oficinas e encontros (Figura 1) com esses princípios norteadores. As etapas consistiram de um diagnóstico participativo junto com todas as integrantes, da identificação coletiva dos problemas, da definição de prioridades, da organização do trabalho coletivo, de oficinas de capacitação e de mutirões de execução.



Figura 1
Fotos das atividades durante o Mulheres em Ação. Fonte: Acervo Arche Projetos Participativos, (publicação autorizada pelo autor)

Ao final das atividades iniciais previstas, houve uma demanda em realizar ações que melhorassem ou qualificassem os quintais das 3 moradoras, tendo em vista que duas delas integravam a Rede Carioca de

Agricultura Urbana¹¹. Assim, ao final das oficinas realizou-se um jardim de chuva e um sistema simples de captação de água pluvial no novo telhado, na casa de D. Serena.

Cabe aqui ressaltar a importância da agroecologia urbana para essas mulheres, que consideram essa prática como central para o enfrentamento das condições precárias a que são submetidas e parte da luta antirracista. Em um artigo escrito por quatro dessas mulheres, elas colocam que a prática da agroecologia urbana “representa um movimento que atrela feminismo, agroecologia e a luta antirracista, como enfrentamento da histórica desigualdade social e violência do Estado” (MACHADO et. al., 2020, p. 6).

Esses dois novos temas atraíram uma quantidade maior de mulheres, da rede ampliada da CPMZO, demandando a elaboração de um pequeno guia dos dois sistemas. Nas duas últimas oficinas, foi possível existir uma espécie de “cooperação simples”, que Ferro descreve em sua obra (2010, p. 3), já que o processo foi realizado com esquemas resumos (Figura 3) e todas as participantes fizeram um rodízio de funções.

A maioria das intervenções era pequena em seu escopo, consistindo de troca do telhado de uma casa, o aterro e compactação de uma parte do terreno e a implantação de um jardim filtrante para água da chuva. Tendo em conta esse escopo e o pequeno valor para as melhorias, o trabalho assumiu um novo caminho, que requereu da equipe uma nova forma de pensar o projeto. *Era um trabalho sem desenho, mas com projeto*. Tratava-se muito mais de uma ação organizativa e de capacitação. Em todo o processo de assessoria, as decisões eram conjuntas com a Coletiva e faziam parte de uma visão ampla e integrada do direito à moradia digna.

Uma das partes mais importantes do trabalho foi a organização de um canteiro de autogestão¹² - o canteiro de mulheres. Tratava-se de um novo modelo de canteiro de obras, que surgiu das demandas das participantes do projeto. Muitas mulheres vinham com seus filhos pequenos e apenas participavam uma ou duas vezes das oficinas e não viam sentido em realizar uma creche comunitária à parte¹³. Por outro lado, muitas mães precisavam cuidar das crianças em tempo integral, não tendo a opção de deixar as crianças em casa. Esse fato inviabilizaria a participação de muitas mulheres em determinados dias. Desta forma, as crianças e adolescentes, entre 2 e 12 anos, passaram a acompanhar suas mães no canteiro, mesmo nos fi-

¹¹ Importante pontuar que as casas do loteamento Bosque das Caboclas possuíam uma área de quintal generosa, usada como quintal produtivo, visto que algumas moradoras participam da Rede Carioca de Agricultura Urbana, que reúne agricultores urbanos da Zona Oeste e da rede de apoiadores da CPMZO.

¹² O canteiro de autogestão é uma experiência realizada entre alguns movimentos de moradia no Brasil, como a UNMP e o MNLM, que reivindicam a autogestão no uso dos recursos de programas habitacionais oriundos de recursos públicos. Consistia em realizar obras com ajuda-mútua (mutirão) e preparar a população para entender o processo de um canteiro de obras não alienado. Para entender melhor, ver Lopes, Braga & Germano (2015). A creche comunitária é uma prática comum nos canteiros autogestionados e consistia em reservar um lugar mais afastado da obra, junto com adultos cuidadores, para cuidar das crianças durante o mutirão.

¹³ Geisa Garibaldi coordena uma empresa de construção civil só de mulheres, a Concreto Rosa e participou de um dos dias de capacitação. Foi vista com muito orgulho pelas mulheres Caboclas, pois além de seu saber normalmente masculino, ela era também negra e da comunidade LGBTQI+.



nais de semana. Com isso, o canteiro do Mulheres em Ação passou a ter características próprias: um lugar de cuidados redobrados e de um trabalho com outro tempo e ritmo, sem a pressão de uma tarefa a ser cumprida no prazo de um canteiro tradicional. Era repleto de crianças circulando o tempo todo por perto.

Esse outro tempo e ritmo do canteiro de mulheres ensejou o questionamento do tradicional canteiro da construção civil, essencialmente masculino e produtivista, ainda que se tenha como ponto de partida as experiências pioneiras autogestionárias de canteiros, nos quais haviam mais mulheres do que homens, e nos quais se almejava a não-alienação do trabalho na construção civil. O canteiro exclusivamente feminino do Mulheres em Ação, formado por arquitetas (assessoria técnica) e mulheres periféricas negras e permeado de crianças e de momentos de paradas, proporcionou uma outra reflexão para além da crítica de Ferro (2010) à opressão dos canteiros de obra tradicionais, promovida pelo arquiteto e seu desenho, qual seja, de que a opressão do canteiro é fruto também da lógica produtivista e patriarcal inerente ao capitalismo.

A experiência específica do canteiro feminino ilumina de forma concreta a noção de emancipação trazida por Fraser, que recomenda uma ruptura com as forças de mercado e a mercantilização da força de trabalho em prol de alianças e formas de solidariedade. O canteiro reflete também o que denominamos de feminismo periférico, que produz saberes e estratégias a partir das experiências cotidianas. É também um exemplo de práxis como nos coloca Lefebvre e Freire, no sentido em que transforma e produz autonomia.

A dificuldade de encontrar mão-de-obra especializada feminina para atuar nas melhorias constitui-se em outro desafio tornado aprendizado. Apesar de contar com a participação de algumas mulheres profissionais, como a Geisa¹⁴, houve a necessidade de chamar um carpinteiro conhecido das arquitetas, o Clarindo. Ele era um trabalhador negro acostumado com mutirão e foi chamado para concluir a colocação da estrutura e o atelhamento, rompendo com a premissa original das Caboclas de ter um canteiro exclusivamente feminino.

A troca de saberes com Clarindo não foi tão proveitosa quanto havia sido entre Geisa e as Caboclas. Apesar de estar aberto ao compartilhamento do seu conhecimento, seu trabalho desenvolvia-se de forma muito rápida e não havia tempo para que o grupo pudesse aprender. Mesmo de forma involuntária a presença de Clarindo representava a figura do homem opressor no

canteiro. A crítica que hooks faz ao sistema patriarcal e heteronormativo presente em diferentes esferas do trabalho é aplicável para a situação de Clarindo. Apesar de ser um homem negro e periférico, sua falta de costume de trabalho entre mulheres prejudicou a interação desejada.

Outras atividades e oficinas foram realizadas durante a assessoria e atraíram outras mulheres da CPMZO para o canteiro, como o jardim de chuva e um sistema simples de captação de água pluvial no novo telhado da casa de D. Serena (Figura 2). Houve aí um processo de cooperação simples (Ferro, 2010), com esquemas resumos e um rodízio de funções (Figura 3).

Todo o trabalho de assessoria técnica demandou bem mais tempo do que o planejado. No entanto, a troca de saberes foi muito grande. Cada mulher possuía alguma vivência e experiência em pequenas obras e reparos, e mesmo em construção civil. D. Serena, por

oficina e mutirão
Técnicas de ecossaneamento para HIS
 Bosque das Caboclas . Estrada dos Caboclos, 400. Campo Grande

Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste
 Projeto Morar e Plantar nas Metrôpoles
 Projeto Mulheres em Ação

29/set módulo 1: calha de PVC e mini cisterna
05-06/out módulo 2: vala de infiltração e jardim de chuva

inscrições pelo formulário: tinyurl.com/ecossaneamento

FUNDO CASA | FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA | OAK FOUNDATION | RIZZI | AS-PTA | Patrocínio Cultural | CAU/RJ

Figura 2

Cartaz de divulgação de uma das atividades

Fonte: Arche Projetos Participativos (publicação autorizada pelo autor)

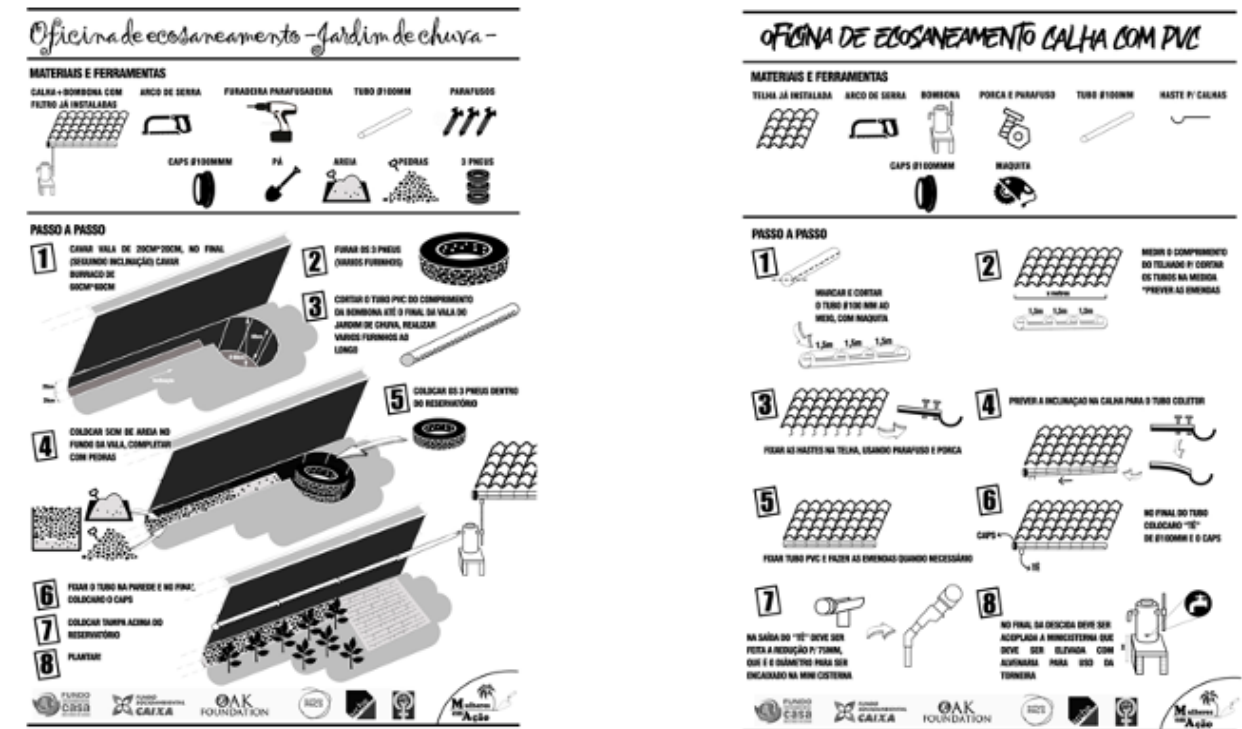


Figura 3 Esquema para jardim de chuva e captação de águas pluviais. Fonte: Acervo Arche Projetos Participativos, (publicação autorizada pelo autor)

exemplo, havia construído sozinha parte da sua casa. Assim, tanto as arquitetas quanto as mulheres da Caboclas puderam trabalhar de forma colaborativa, não sem alguns conflitos e dificuldades.

O que corrobora a noção lefebvriana de práxis que considera o espaço como um campo de práticas políticas, e traz o cotidiano para o centro da compreensão sobre a produção do espaço, e a noção freiriana que reforça a importância da centralidade dos sujeitos envolvidos na ação prática e sua capacidade de transformar a própria realidade.

Um ponto de tensão no projeto foi o valor cobrado pelas arquitetas, considerado desproporcional pelas mulheres em relação ao valor destinado para as melhorias habitacionais. Ao final de 14 meses do projeto, foi concedido um adicional de recurso pelo órgão financiador. Nesse momento a questão da remuneração das arquitetas foi novamente questionado, e as Caboclas decidiram levar o projeto por conta própria. Dominavam agora todas as fases do processo de construção. Seguiram com as melhorias habitacionais e realizaram 4 atividades de forma independente e autônoma.

Haviam se capacitado e conquistado a almejada autonomia e emancipação, como apontam Kapp (2018),

Freire (1996), hooks, (2017; 2019) e Fraser (2013). O ativismo político e a voz das mulheres periféricas, como nos propõe hooks (2019-2), estavam sendo colocados em prática por elas. Da mesma maneira, a prática de assessoria foi em larga medida uma pedagogia engajada como proposta por hooks (2017) e Freire (1996).

Durante o processo do Mulheres em Ação percebe-se também a presença de uma forte sororidade entre as mulheres, a qual podemos relacionar com hooks (2019/3), e um compromisso com a emancipação, que é também amparado por ações solidárias e de sororidade. A prática da Coletiva As Caboclas e a experiência do projeto Mulheres em Ação relacionam-se também com os ensinamentos de Gonzalez (1988) ao invocar a importância das vivências políticas e culturais das mulheres negras e de suas práticas cotidianas para torná-las sujeitas de suas histórias.

Por fim, identificamos também na experiência e vivência do canteiro feminino uma denúncia do sistema patriarcal que permeia as práticas sociais. A denegação da presença de Clarindo, por exemplo, reforçou a importância de uma política de alianças e permitiu uma reflexão sobre racismo, feminismo, dominação e resistência. Permitiu reconhecer a opressão dos canteiros tradicionais e o reconhecimento que outras formas de ação e autoproteção são possíveis, como aponta Butler.

Considerações finais

A análise do caso-referência à luz dos conceitos delineados nesse artigo propicia algumas reflexões. Primeiramente nos convoca a pensar uma revisão da práxis no campo da arquitetura e do urbanismo, que deve compreender não somente uma experiência transformadora para as arquitetas urbanistas e para as mulheres periféricas, mas também deve acionar novas epistemologias e incorporar novos sujeitos (TAVARES e RAMOS, 2022). Requer uma revisão das práticas de assessoria técnica e de reconhecimento de grupos sócio-espaciais, que por sua vez implica em um processo de desconstrução e reconstrução do saber e do fazer.

O feminismo periférico insere o campo das assessorias técnicas em outro patamar. Não se trata apenas de resolver as urgências e carências das populações vulneráveis de forma pragmática. Não se trata de igual modo de uma defesa abstrata do direito à cidade, o qual para os grupos periféricos nada acrescenta.

Nesse sentido, uma mudança de foco no trabalho das assessorias deve acontecer e promover para além das demandas imediatas e concretas, processos de transformação e autonomia.

Outra reflexão resulta da própria atuação dos movimentos feministas periféricos em suas demandas a partir de questões concretas. O aprendizado advindo de ações baseadas em colaboração, troca de saberes e capacitação, como vimos no Mulheres em Ação, propicia uma nova forma de engajamento nos movimentos de direito à cidade e à moradia. A ação coletiva em canteiros de mulheres, que surge das necessidades cotidianas das mulheres, e nos quais a sororidade e a solidariedade estão presentes, provoca um aprendizado emancipatório. A luta feminista das mulheres periféricas não se restringe apenas à luta pela moradia, mas engloba a busca por autonomia, reconhecimento e emancipação.

A desconstrução de processos patriarcais e ações embasadas nas práticas cotidianas de resistência e superação das mulheres negras aproxima também a experiência da Coletiva As Caboclas e do Mulheres em Ação com o pensamento de Gonzalez (1988) e hooks (2017; 2019). A voz das mulheres periféricas foi colocada em prática no canteiro de mulheres e na sua relação com as arquitetas.

Outra reflexão é sobre a importância do território para as práticas insurgentes e para a construção das subjetividades rebeldes, que pode ser observada na experiência do Mulheres em Ação. A ação coletiva concreta de melhorias habitacionais nas três casas do Bosque dos Caboclos proporcionou um contato diário com o espaço vivido. Nesse sentido, as mulheres participantes do projeto incorporam o feminismo periférico, em suas ações solidárias, nas práticas de sororidade e na resignificação do que é ser mulher em territórios marcados por adversidades e disputas. *As mulheres em ação* produziram seus saberes ao agirem como sujeitas de seus próprios desejos.

Finalmente uma última reflexão para o aprendizado de um urbanismo antissexista e antirracista. É preciso sempre estabelecer uma relação dialógica com as populações periféricas, reconhecendo que estas englobam indivíduos dotados de saberes e de autonomia capazes de tomarem decisões e fazerem suas alianças. Da mesma maneira, é preciso que as práticas colaborativas sejam estabelecidas em patamares

de igualdade e de respeito aos saberes mútuos, e de reconhecimento do outro como sujeito. Nesse sentido, existe uma urgência de incorporar o antissexismo e o antirracismo no rol dos direitos, especialmente no direito à cidade, e à prática dos urbanistas.

Referências:

- BORGES, J. B.. "Existe um Feminismo Periférico". Projeto Reconexões Periferia, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 28 março 2018. <https://fpabramo.org.br/2018/03/28/existe-um-feminismo-periferico/>
- BUTLER, J. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, original 2015.
- CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 2014, pp. 965–986
- CARDOSO, C. P. Amefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. In *Dossier: El Pensamiento de Lélia Gonzalez, un Legado y un Horizonte*, LASA Forum 50:3, 2019.
- CORREIA, A. P. de Santana. *Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNIFESP, 2015.
- COUTINHO M. DA SILVA, R. e GONZALEZ, L. Lutas urbanas e feministas no território periférico da Zona Oeste do Rio de Janeiro: a Coletiva As Caboclas, In: Izar, P. et. al. (orgs.) *Feminising urban struggles: bodies, territories and politics in the production of peripheral spaces*. São Paulo: Ed. dos Autores, 2023.
- FERRO, S. *A história da arquitetura vista do canteiro. Três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010.
- FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism: from State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London, UK., Verso, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Silva, Luiz Antônio Machado et alii. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje*, 2, 1983, pp. 223-44. (1983).
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Brasileiro (Rio de Janeiro)*, n. 92/93, jan-jun. 1988: pp. 69–82.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019 (1).

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019 (3)

HOOKS, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019 (2).

KAPP, Silke. Grupos Sócio-Espaciais: a quem serve a assessoria técnica. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 20, n. 2, maio-agosto 2018 p. 221-236.

KÖSSLING, K. Sant'Anna. Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983. Revista Perseu História, Memória e Política, n.2, ano 2, agosto 2008, pp. 1-29.

LEFEBVRE, H. Sociology of Marx. Nova York: Pantheon, 1968.

LEFEBVRE, H. The production of space. Malden, MA: Blackwell, 1991, original, 1974.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

LEFEBVRE, H. Dialectical materialism. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2009, original, 1940.

LEFEBVRE, H. Critique of everyday life. London, England: Verso, 2014.

MACHADO, A. C.; FREITAS, C.; CANDIDO, J.; SOUZA, S.; BAPTISTA, S. Mulheres em ação – resistências feministas e agroecológica: o direito de morar e plantar na zona oeste do Rio de Janeiro. Anais do III CIFA, Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Vol. 15, No. 3, 2020.

OLIVEIRA, D. R. Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo [recurso eletrônico] : feminismo periférico e fronteiras políticas, Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

OLIVEIRA, A. Loureiro de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 111 - 140, maio/ago. 2018.

PIRES, E. G. O Legado de Lélia Gonzalez Educação & Sociedade, 43, 2022,

SOUZA, T. R. Estudo de uma trajetória: o feminismo periférico contemporâneo brasileiro, trabalho de conclusão de curso. EFLCH/UNIFESP, 2020.

TAVARES, R. B.; RAMOS, D. H. Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. Indisciplinar, 7(2), 232–277, Belo Horizonte, 2021.

THESIS

Arquivo

NT1 Tradução do original em inglês: FRAMPTON, Kenneth. Introduction: Reflections on the Scope of the Tectonic. In: _____. *Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in the Nineteenth and Twentieth Century Architecture*. Cambridge, London: MIT Press, 1995, p. 1-27.

Reflexões sobre o escopo da tectônica^{NT1}

Kenneth Frampton

Tradução de **Monica Aguiar, Marcos Favero e Mara Eskinazi.**

¹ Ver VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. *Discourses on Architecture*. Tradução Benjamin Bucknall. New York: Grove Press, 1959 (reimpressão da primeira edição americana, de 1889). Enquanto Viollet-le-Duc alude à experiência da redução de profundidade em perspectiva (Aula VIII, p. 334 et. seq.) e ao espaço como volume necessário, não há noção de espaço moderno em seu livro, exceto talvez pelo seu argumento de liberação do pavimento térreo ao fazer uso de divisórias envidraçadas e pilares autônomos (Aula XVIII, p. 320).

² Aula inaugural de Schmarsow como professor de História da Arte na Universidade de Leipzig, em 1893. Esta aula, assim como a de Konrad Fiedler quinze anos antes, foi uma crítica e uma ampliação da teoria *Bekleidung* de Semper. Schmarsow se opôs à ênfase que Semper deu à Arquitetura como uma “arte de vestir”, pois considerou que esta posição reduzia a Arquitetura a certa trivialidade. Para contestar esta estética “de fora”, Schmarsow propôs uma estética “de dentro”, uma estética da forma do espaço interior em contraposição ao extrínseco “sentimento de forma” defendido por Heinrich Wölfflin. Enquanto é possível perceber uma clara afinidade entre o conceito espacial de Schmarsow e a ideia de empatia de Robert Vischer, Schmarsow contudo diferenciaria de uma maneira interessante *Raumwissenschaft*, ou a ciência matemática do espaço, e

NT2 Epígrafe: Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co, *Modern Architecture* (New York: Abrams, 1979), p. 9. (Inicialmente publicado como *L'architettura contemporanea*, Milan: Electa Editrice, 1976).

NT3 Todos os títulos de referências bibliográficas, livros ou ensaios, estão conforme o original, porém os títulos que têm versão em língua portuguesa estão indicados entre parênteses nas notas.

A história da arquitetura contemporânea é inevitavelmente múltipla, multifacetada até; uma história das estruturas que formam o ambiente humano independentemente da arquitetura propriamente dita; uma história das tentativas de controle e direcionamento dessas estruturas; uma história dos intelectuais que procuraram inventar políticas e métodos para tais tentativas; uma história de novas linguagens que, tendo abandonado toda a esperança de chegar a palavras absolutas e definitivas, empenharam-se em delimitar a área de sua contribuição particular.

Obviamente, a interseção de todas essas múltiplas histórias nunca terminará em unidade. O domínio da história é, por natureza, dialético. É essa dialética que temos tentado definir, e fizemos o que estava ao nosso alcance para não suavizar os conflitos que voltaram a surgir atualmente na forma de questões preocupantes relacionadas ao papel que a arquitetura deveria ou poderia ter. É inútil tentar responder a tais questões. Em vez disso, o que precisa ser feito é delinear o percurso inteiro da arquitetura moderna com um olhar para as possíveis fissuras e lacunas que fragmentam sua compacidade e, então, promover um recomeço, sem, entretanto, elevar ao status de mito a continuidade da história ou aquelas descontinuidades isoladas. *Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co, L'architettura contemporanea, 1976*^{NT2}.

O grande teórico francês da arquitetura Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc compilaria seu *opus magnum* de 1872, “*Entretiens sur l’architecture*”, sem usar uma única vez o termo espaço em sua acepção moderna¹. Vinte anos mais tarde, nada poderia estar mais longe do estruturalismo do pensamento de Viollet-le-Duc do que a primazia dada ao espaço como um fim em si mesmo no trabalho “*Das Wesen der Architektonischen Schöpfung*” (“*The Essence of Architectural Creation*”), de August Schmarsow, originalmente publicado em 1894.² Como muitos teóricos que o precederam, Schmarsow proporia a cabana primitiva como abrigo primordial, porém, agora, como uma matriz espacial, ou, como ele a denominaria, a *Raumgestalterin*, a criadora do espaço.³ ^{NT3}

Talvez em maior grau que qualquer outro teórico do final do século XIX, incluindo o escultor Adolf von Hildebrand, que deu preeminência à visão cinética, e Gottfried Semper, de quem Schmarsow derivou sua tese,

Schmarsow passou a ver a evolução da arquitetura como o progressivo desdobramento da sensibilidade humana pelo espaço, que ele chamava de *Raumgefühl*. Entre 1893 e 1914, a identificação de Schmarsow do espaço como o princípio direcionador por trás de toda forma arquitetônica coincide com a evolução dos modelos espaço-tempo do universo como foram sucessivamente apresentados por Nikolai Ivanovich Lobachevsky, Georg Riemann e Albert Einstein. Como sabemos, tais paradigmas viriam a ser implementados no início deste século para racionalizar, de várias maneiras, a aparência da forma espacial dinâmica no campo vanguardista da arte.⁴ Essa conjunção foi reforçada pela experiência da velocidade e da verdadeira transformação do espaço-tempo no sentido cotidiano, graças às invenções mecânicas da segunda metade do século: a familiar tecnologia Futurista do trem, do cruzeiro transatlântico, do carro, e do avião.

O espaço, desde então, tornou-se uma parte tão integral de nosso pensamento sobre arquitetura que somos praticamente incapazes de pensar nela sem colocar nossa ênfase principal no deslocamento espacial do sujeito no tempo. Esse ponto de vista essencialmente moderno subjaz inúmeros textos que tratam da natureza intrínseca da arquitetura moderna, indo desde "Space, Time and Architecture" de Sigfried Giedion, de 1941, até "Space in Architecture" de Cornelis van de Ven, de 1978. Como mostra van de Ven, a ideia de espaço estabeleceu um novo conceito que não somente superou o ecletismo através de uma relativização do estilo, mas também deu prioridade à unidade plástico-espacial do espaço interior e exterior e à assimilação não hierárquica de todas as formas instrumentais, independentemente de sua escala ou implantação, em uma experiência contínua de espaço-tempo.

Sem pretender negar o caráter volumétrico da forma arquitetônica, esse estudo procura mediar e enriquecer a prioridade dada ao espaço pela reconsideração dos métodos construtivos e estruturais pelos quais, necessariamente, ele precisará ser alcançado. Desnecessário dizer que não estou aludindo à mera revelação da técnica construtiva, mas antes ao seu potencial expressivo. Na medida em que a tectônica equivale a uma poética da construção, é arte, mas neste sentido, a dimensão artística não é figurativa nem abstrata. Meu ponto de vista é que a natureza inevitavelmente enraizada da construção tem um caráter tão tectônico e tátil quanto cenográfico e visual, embora nenhum

Raumkunst, a arte arquitetônica do espaço. Posteriormente, em 1905, ele também faria distinção entre as artes da Escultura, da Pintura e da Arquitetura.

³ No que diz respeito à evolução da nossa consciência sobre o espaço moderno, 1893 pode ser considerado o *annus mirabilis* devido à publicação de três obras seminais: *Das Wesen der architektonischen Schöpfung*, de Schmarsow, *Ranästhetik und geometrisch-optische Täuschungen*, de Theodor Lipps, na coleção de *Gesellschaft für psychologische Forschungsschriften* (segunda coleção, v. IX – X, Leipzig) e, por último, mas não menos importante, *Das Problem der Form in der bildenden Kunst* de Adolf von Hildebrand, publicado em Leipzig em 1893 e traduzido para o inglês em 1907 como *The Problem of Form in Painting and Sculpture*. Para maiores detalhes sobre a evolução da espacialidade moderna no trabalho destes teóricos, ver: VAN DE VEN, Cornelis. *Space in Architecture*. Assen, The Netherlands: Van Gorcum, 1978.

Embora a percepção fenomenológica do espaço tenha sido desenvolvida primeiramente por Schmarsow, uma consciência do espaço como uma transformação contínua na Arquitetura surgiu na última metade do século XVII. Essa nova consciência deveu-se, em parte, aos métodos geométricos elaborados para o corte e a fixação de pedra em abóbadas como compilados no tratado de Abraham Bosse de 1643, *La pratique du train à preuves de Mr. Desargues Lyonnois, pour la coupe des pierres en l'architecture*. Na segunda metade do século XVII, o surgimento da ciência da estereotomia despertou interesse semelhante em arquitetos e matemáticos, começando por Girard Desargues, cujo trabalho sobre as interseções planares de um cone, publicado em 1639, levou às formas espaciais transformadoras de Guarino Guarini.

Talvez não tenha sido por acaso que, na segunda metade deste século [leia-se, século XX], Sigfried Giedion tenha discutido o espaço transformador, porém de uma maneira um pouco diferente, na sua tese de doutorado, intitulada *Spätbarocker und romantischer Klassizismus*, realizada sob a orientação de Heinrich Wölfflin e publicada em Munique em 1922.

⁴ Em sua obra seminal *Space, Time and Architecture* (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1941, com subsequentes edições

revisadas), Sigfried Giedion discute o desenvolvimento paralelo da estética cubista e da física teórica moderna. Como Giedion observa, o espaço Renascentista foi literalmente contido pela perspectiva tridimensional e, conseqüentemente, já orientado à abstração do espaço infinito – o paradoxo do ponto de fuga. Giedion é particularmente impressionado pela relação entre arquitetura e matemática no Barroco. Ele argumenta que tanto San Lorenzo de Guarini, em Turim, quanto Vierzehnheiligen, de Balthasar Neumann, na Bavária, Alemanha, utilizam curvas tridimensionais que não poderiam ser imaginadas sem cálculos. Por volta de 1830, observa Giedion, a matemática desenvolveu geometrias com mais de três dimensões, preparando o terreno para a simultaneidade da pintura cubista e da teoria geral da relatividade de Einstein, desenvolvida em 1905.

Em seu *Cubist Aesthetic Theories* (Tese de Doutorado, Harvard University, 1951), Christopher Gray mostra que os cubistas estavam verdadeiramente interessados nas ideias matemáticas modernas do espaço, apesar de possuírem apenas um entendimento superficial sobre essas ideias. Gleizes e Metzinger escreveram em *Du Cubisme*, de 1912, que a geometria na pintura cubista deveria ser referida a geometrias não euclidianas, particularmente do tipo proposto pelo matemático alemão Georg Riemann. Estas geometrias surgiram quando matemáticos começaram a questionar as premissas básicas de Euclides. Particularmente importante foi o trabalho do matemático russo Nikolai Ivanovich Lobachevsky, que desafiou a premissa fundamental de Euclides de que linhas paralelas nunca se encontram. Desenhando a partir da experiência visual e supondo que a superfície das linhas se encontraria no infinito, como se supôs no desenvolvimento da perspectiva através de análise qualitativa, e não algorítmica, Riemann propôs a noção de espaço curvo não contido em outro espaço, onde a curvatura seria uma configuração interna do espaço, e não o resultado de condições circundantes. A geometria de Riemann não estava preocupada com o tempo no sentido de uma "quarta dimensão", como foi comumente suposto pelos cubistas. Sua geometria é significativa, pois se tornou o fundamento com qual Einstein desenvolveu sua teoria geral da relatividade. Para maior elaboração desse problema complexo, ver HENDERSON, Linda Darlymple. *The Fourth Dimension and*

desses atributos negue sua espacialidade. No entanto, podemos afirmar que o construído é, primeiro e primordialmente, uma construção, e somente mais tarde um discurso abstrato baseado em superfície, volume e plano, para citar os "Three Reminders to Architects" em "Vers une Architecture" de Le Corbusier, de 1923.⁵ Pode-se ainda acrescentar que construir, ao contrário das belas-artes, é tanto uma experiência cotidiana quanto uma representação, e que o construído é uma coisa e não um signo, mesmo que, como Umberto Eco uma vez observou, ao se possuir um objeto de "uso", tenha-se necessariamente um signo que é indicativo desse uso.

Deste ponto de vista, podemos alegar que a forma tipo – o "o que" recebido e depositado pelo mundo da vida – é tanto uma pré-condição para a construção como uma técnica de ofício, por mais que possa permanecer aberta a inflexões em diferentes níveis. Portanto, podemos alegar que a edificação vem a existir pela interação em constante evolução de três vetores convergentes, o *topos*, o *typos* e o *tectônico*. E, embora o tectônico não necessariamente favoreça qualquer estilo particular, serve, em conjunto com o sítio e o tipo, para contrariar a tendência atual da arquitetura de obter sua legitimidade a partir de algum outro discurso.

Essa reafirmação da tectônica deriva, em parte, da polêmica crítica de Giorgio Grassi, tal como foi desenvolvida no ensaio "Avant Garde and Continuity", de 1980, no qual escreveu:

No que diz respeito às vanguardas arquitetônicas do Movimento Moderno, elas invariavelmente seguem o rastro das artes figurativas [...]. Cubismo, Suprematismo, Neoplasticismo etc. são todas formas de investigação nascidas e desenvolvidas no âmbito das artes figurativas, e só posteriormente transpostas também para a arquitetura. Na verdade, é patético ver os arquitetos daquele período "heroico", e os melhores entre eles, tentarem, com dificuldade, se acomodar a esses "ismos"; experimentando com perplexidade devido à sua fascinação pelas novas doutrinas, mensurando-as, para somente depois perceberem sua ineficácia.⁶

Apesar das implicações retardatárias desta crítica lukacsiana, a observação de Grassi não obstante desafia o prestígio que ainda parece se vincular ao figurativo em arquitetura. Este desafio chega num momento em que a arquitetura parece oscilar com dificuldade entre uma estetização desconstrutiva de seu tradicional *modus operandi* e uma reafirmação de sua capacidade libertadora como forma crítica. Talvez seja uma medida da alienação profissional de Grassi que seu tra-

balho permaneça de alguma maneira hermético e, na verdade, paradoxalmente afastado, quando construído, da poética do ofício da construção. Isso é ainda mais inexplicável dado o cuidado que ele toma com o desenvolvimento dos detalhes construtivos de seu trabalho (Figura 1). Talvez ninguém tenha feito uma avaliação mais judiciosa dos aspectos contraditórios da arquitetura de Grassi do que o crítico catalão Ignasi de Solà-Morales:

A arquitetura é postulada como um ofício, ou seja, como a aplicação prática do conhecimento estabelecido, pelas regras dos diferentes níveis de intervenção. Consequentemente, nenhuma noção de arquitetura como solução de problemas, como inovação, ou como invenção ex novo está presente ao mostrar o caráter permanente, evidente e dado do conhecimento no fazer arquitetônico.

[...] O trabalho de Grassi nasce de uma reflexão sobre os recursos essenciais da disciplina, e foca em uma mídia específica que determina não somente escolhas estéticas, mas também o conteúdo ético de sua contribuição cultural. Através desses canais de vontade ética e política, a questão do Iluminismo [...] se torna enriquecida em seu tom mais crítico. Não é unicamente a superioridade da razão e a análise da forma que estão indicadas, mas ao invés disso, o papel crítico (no sentido kantiano do termo), ou seja, o julgamento de valores, a própria falta de qual é sentida na sociedade hoje [...]. No sentido de que sua arquitetura é uma metalinguagem, uma reflexão sobre as contradições de sua própria prática, seu trabalho adquire o apelo de algo que é simultaneamente frustrante e nobre.⁷

Non-Euclidean Geometry in Modern Art. Princeton: Princeton University Press, 1983.

⁵ Ver LE CORBUSIER. *Towards a New Architecture.* Tradução Frederick Etchells. London: John Rodker, 1931. O capítulo "Three Reminders" ("Três Lembretes aos Senhores Arquitetos") é imediatamente posterior ao significativo primeiro capítulo, que postula uma oposição tectônica entre a Estética do Engenheiro e a da Arquitetura. Após a formulação inicial com o título de "Engineer's Aesthetic" (Estética do Engenheiro), estrutura e construção são subestimadas por Le Corbusier e são, literalmente, suplantadas pela forma no início do seu período purista.

⁶ GRASSI, Giorgio Grassi. *Avant Garde and Continuity.* *Oppositions*, n. 21, p. 26-27, jun./set. 1980.

⁷ SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Critical Discipline: Review of Giorgio Grassi, 'L'architettura come mestiere'.* *Oppositions*, n. 23, p. 146, 1981.

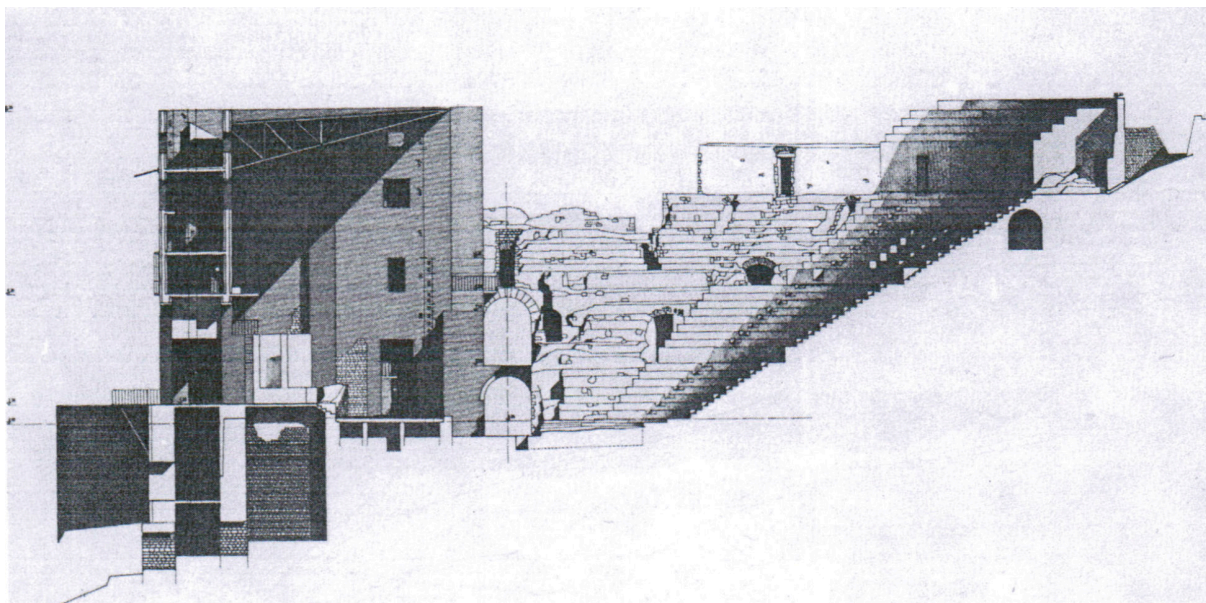


Figura 1
Giorgio Grassi, restauração e reconstrução do Teatro Romano de Sagunto, Valência, 1985. Corte transversal

Etimologia

De origem grega, o termo tectônica vem da palavra *tekton*, que significa carpinteiro ou construtor. O verbo correspondente é *tektainomai*. Este, por sua vez, está relacionado ao sânscrito *taksan*, referindo-se ao ofício da carpintaria e ao uso do machado. Remanescentes de um termo similar podem ser achados na poesia védica, onde novamente se referem à carpintaria. Em grego, aparece em Homero, em que alude à arte da construção em geral. A conotação poética do termo aparece primeiramente em Sappho, onde o *tekton*, o carpinteiro, assume o papel do poeta. Em geral, o termo faz referência ao artesão que trabalha com materiais rígidos, exceto o metal. No século V a.C. esse significado sofreu uma evolução adicional, de uma coisa específica e física, tal qual a carpintaria, para uma noção mais genérica de um fazer, envolvendo a ideia de *poesis*. Em Aristóteles, parece que a noção é inclusive associada com maquinação e a criação de coisas falsas, uma transformação que parece corresponder à passagem da filosofia pré-socrática para o Helenismo. Desnecessário dizer, o papel do *tekton* conduz definitivamente ao surgimento do mestre construtor ou *architekton*.⁸ O fato de que o termo, posteriormente, aspiraria a uma categoria estética ao invés de tecnológica foi observado por Adolf Heinrich Borbein no seu estudo filológico de 1982:

A tectônica torna-se a arte das junções. "Arte" aqui deve ser compreendida como englobando tekne, e, portanto, indica tectônica como um arranjo (assemblage) não somente de componentes construtivos, mas também de objetos, na verdade obras de arte em um senso mais amplo. Considerando o significado ancestral da palavra, tectônica indica a construção ou feitura de um produto artesanal ou artístico [...]. Depende muito mais da correta ou incorreta aplicação das regras artesanais, ou do grau em que sua utilidade foi atingida. Somente nessa medida, a tectônica também envolve o julgamento sobre a produção artística. Aqui, entretanto, encontra-se o ponto de partida para a explicitação expandida e a aplicação da ideia na história mais recente da arte: tão logo uma perspectiva estética – e não um objetivo de utilidade – seja definida para especificar o trabalho e a produção do tekton, a análise consignará o termo "tectônica" a um julgamento estético.⁹

⁸ Devo esta informação etimológica ao Professor Alexander Tzonis, da Technische Universiteit Delft, Holanda.

⁹ BORBEIN, Adolf Heinrich. Tektonik, zur Geschichte eines Begriffs der Archäologie. *Archiv für Begriffsgeschichte*, v. 26, n. 1 1982.

O primeiro uso arquitetônico do termo em alemão data de sua aparição em "Handbuch der Archäologie der Kunst" ("Handbook of the Archeology of Art"), de Karl Otfried Müller, publicado em 1830, no qual ele define *tektonische* como aplicável a uma série de formas de arte tais como utensílios, vasos, moradias e locais de encontro de homens que certamente se formam e se desenvolvem, por um lado, devido à sua

aplicação e, por outro, devido à sua conformidade aos sentimentos e noções de arte. Chamamos esta cadeia de atividades mescladas de tectônica; seu auge é a arquitetura, que, sobretudo através da necessidade, ergue-se e pode ser uma representação poderosa dos sentimentos mais profundos". Na terceira edição de seu estudo, Müller observa as implicações específicas do termo associadas à junção ou à "união seca". "Não deixei de notar que o termo ancestral *tektones*, em utilizações especializadas, se refere às pessoas no campo das construções ou da fabricação de armários, porém não aos trabalhadores do barro ou metal; consequentemente, ao mesmo tempo, considera o significado geral, que se encontra na etimologia da palavra".¹⁰

Em seu altamente influente "Die Tektonik der Hellenen" ("The Tectonic of the Hellenes"), publicado em três volumes entre 1843 e 1852, Karl Bötticher faria a contribuição seminal da distinção entre a *Kernform* e a *Kunstform*; entre a forma fundamental das vigas de madeira de um templo grego e a representação artística dos mesmos elementos como extremidades de vigas petrificadas nos tríglifos e métopas do entablamento clássico (Figura 2). Bötticher interpretou o termo tectônica como significando um sistema completo vinculando todas as partes do templo grego num único todo, incluindo a presença emoldurada das esculturas em relevo em todas as suas múltiplas formas.

Influenciado por Müller, Gottfried Semper dotaria o termo de conotações igualmente etnográficas em seu desvio teórico da tríade vitruviana da *utilitas*, *firmitas* e *venustas*, que marcou época. O "Die vier Elemente der Baukunst" ("Os Quatro Elementos da Arquitetura"), de Semper, publicado em 1851, indiretamente desafiou a cabana primitiva neoclássica como postulada pelo Abade Laugier no seu "Essai sur l'architecture", de 1753.¹¹ Parcialmente baseado em uma cabana caribenha real que ele viu na Grande Exposição de 1851, a moradia primordial de Semper era dividida em quatro elementos básicos: 1. o terrapleno; 2. o bra-seiro; 3. a estrutura/cobertura; 4. a membrana leve de vedação. Com base nessa taxonomia, Semper classificou os ofícios da construção em dois procedimentos fundamentais: a tectônica da moldura (*frame*), na qual componentes leves e lineares são agregados de maneira a englobar uma matriz espacial, e a estereotômica da terraplenagem, na qual massa e volume são formados conjuntamente pelo repetido empilhamento de elementos pesados. Que este último dependa de uma alvenaria portante, sejam blocos de pedra ou argila, é sugerido pela etimologia grega de estereoto-

¹⁰ MÜLLER, Karl Otfried. *Ancient Art and Its Remains, or a Manual of the Archaeology of Art*. Tradução J. Leitch. London: [s. n.], 1847, p. 7.

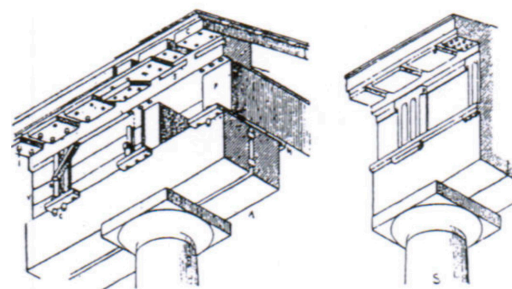


Figura 2
Auguste Choisy, derivação da ordem dórica a partir da construção em madeira, de *Histoire de l'architecture*, 1899

¹¹ Para o texto completo de *The Four Elements of Architecture* na tradução inglesa, ver Harry Mallgrave e Wolfgang Herrmann, *The Four Elements of Architecture and Other Writings by Gottfried Semper* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989). A universalidade da terraplenagem como um elemento essencial em todas as edificações é evidente em muitas diferentes culturas, desde as primeiras moradias japonesas até as construções de madeira semienterrada da Islândia. Ver SIGURDSSON, Gisli. *Maison d'Islande et génie du lieu. Le Carré Bleu*, no. 3, p. 10-21, 1984.

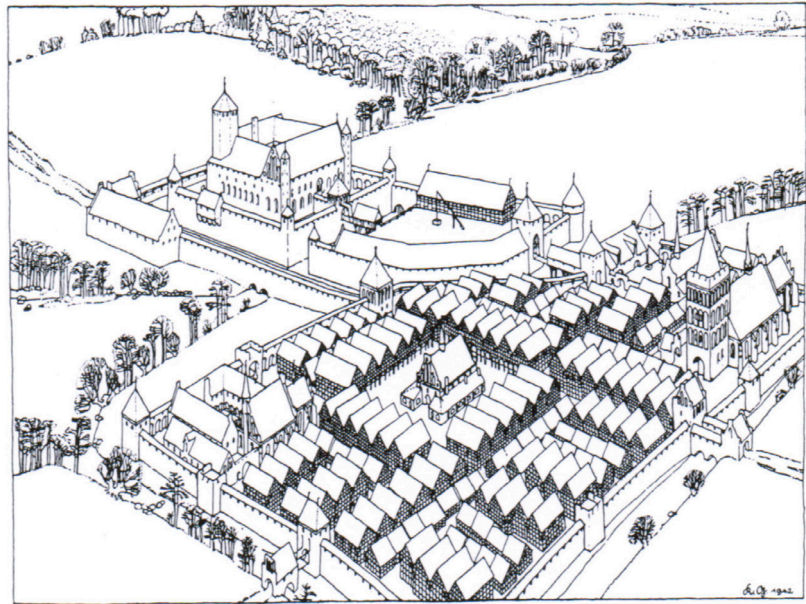


Figura 3
Karl Gruber, reconstrução de uma típica cidade medieval, 1937

¹² Como veremos no capítulo 3, Semper também irá observar a conexão etimológica entre *die Wand*, a parede, e *das Gewand*, a vestimenta.

¹³ GRUBER, Karl. *Die Gestalt der deutschen Stadt*. Leipzig: Bibliographisches Institut in Leipzig, 1937; republicado em uma versão expandida pela Callwey Verlag, Munique, em 1952). Ver, particularmente, a reconstrução das visadas de Büdingen e Worms. Em cada instância, existe um contraste entre o *Fachwerk* (parede de pau-a-pique) conforme aplicada ao tecido residencial e ao pesado trabalho em pedra nos castelos, catedrais e fortes. A distinção etimológica alemã entre *die Mauer* e *die Wand* é correspondente em espanhol à diferenciação entre *pared* e *perrete*.

mia, de *stereos*, sólido, e *tomia*, cortar. Essa distinção tectônica/estereotômica foi reforçada em alemão pela diferenciação da língua entre duas classes de parede; entre *die Wand*, indicando uma partição do tipo tela como as que encontramos em construções de adobe, e *die Mauer*, significando a fortificação maciça.¹² Essa distinção encontrará certa correspondência na reconstrução de uma típica cidade medieval alemã feita por Karl Gruber em 1937, que ilustra a diferença entre as pesadas ameias construídas em alvenaria e o leve tecido residencial emoldurado em madeira e preenchido de adobe (*Fachwerkbau*) (Figura 3).¹³

Essa distinção entre leve e pesado reflete uma diferenciação mais geral em termos de produção material, com as construções de madeira mostrando uma afinidade com os trabalhos têxteis e de cestaria, e a cantaria, com tendências em direção a sua substituição como material compressível pela alvenaria de tijolos ou *pisé* (taipa) e, mais tarde, pelo concreto armado. Como Semper apontaria em seu *Stoffwechseltheorie*, a história da cultura manifesta transposições ocasionais nas quais os atributos arquitetônicos de um modo são expressos em outro com o intuito de fixação de valores simbólicos tradicionais, como no caso do templo grego, onde a pedra é cortada e assentada de modo a reinterpretar a forma da estrutura de madeira arquetípica. Nesse sentido, devemos notar que a alvenaria, quando não assume a forma de conglomerado, como nas construções de taipa, isto é, quando é unida por cordões de argamassa, é também uma forma de tecelagem, como comprovam todos os diversos tipos

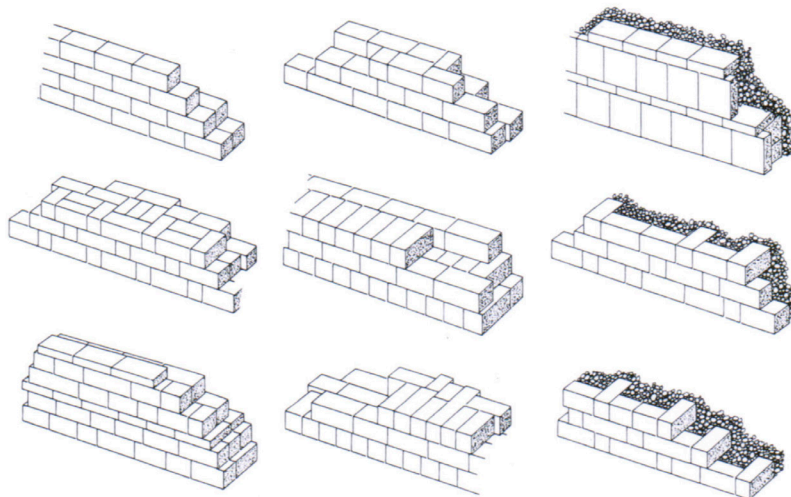


Figura 4
Métodos romanos de junção de tijolos

de ligações tradicionais em alvenaria (Figura 4).¹⁴ As telhas finas sobrepostas e entrelaçadas ou as tradicionais abóbadas catalãs apontam para o mesmo fim (Figura 5).

A validade geral dos quatro elementos de Semper tem origem na construção vernacular por todo o mundo, mesmo que haja culturas em que o tecido de tela vertical não exista, ou em que a parede tecida é absorvida, por assim dizer, pelo telhado e estrutura, como, por exemplo, na casa Mandan norte-americana (Figura 6). Em culturas tribais africanas, as vedações verti-

¹⁴ Ver as várias formas de assentamento comumente utilizadas no trabalho em tijolos no norte europeu: os chamados assentamento inglês, flamenco, esticador (*stretcher*), encabeçamento (*header*) e dos monges (*monk bonds*). Na cultura de construção romana, isto encontra paralelo em vários tipos de alvenaria corrida como a *opus siliceum* (grandes blocos poligonais em pedras rígidas), *opus quadratum* (blocos de pedra retangular), *opus latericum* (parede de tijolo), *opus caementicum* (uma mistura de argamassa com vários fragmentos de pedra e terracota) e *opus reticulatum* (pequenos blocos quadrados colocados em formação de diamante e apoiados por um núcleo em cimento). Ver GHERMANDI, Martino. I moderni e gli antichi Romani. *Costruire*, n. 58, p. 90-93, junho de 1988.

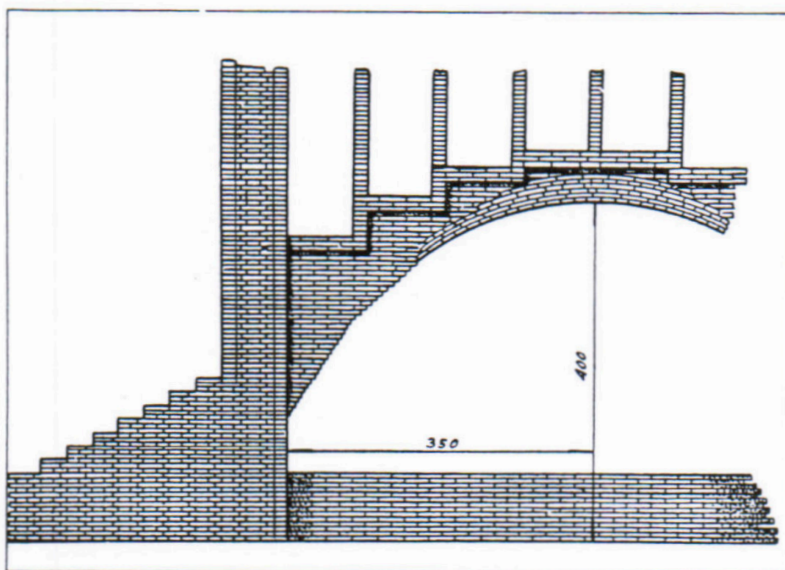
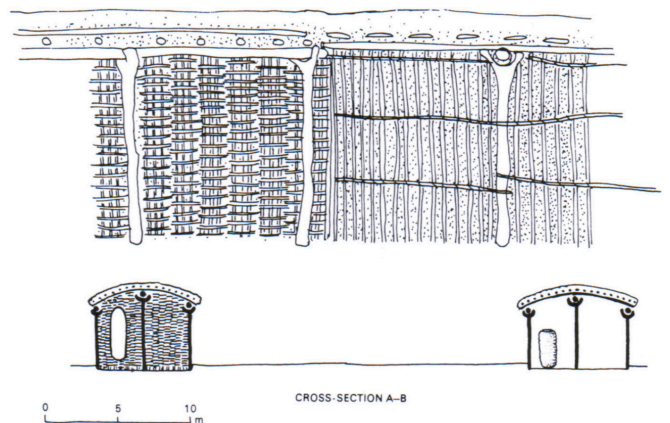
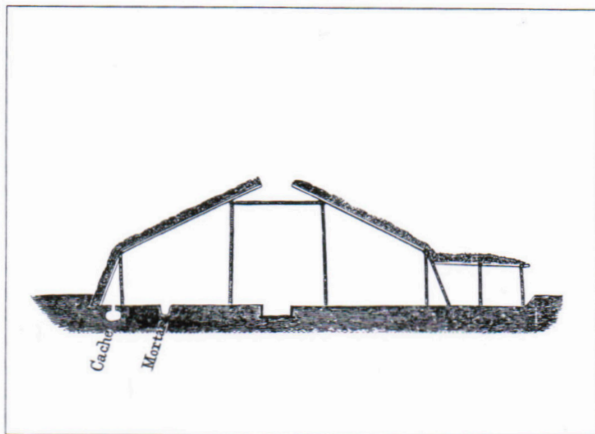


Figura 5
Antoni Gaudí, tijolo e abóbada catalã na Casa Vicens, Barcelona, 1878-1880

cais em tela cobrem uma ampla gama de expressões, de paredes de taipa primitivas, estucadas apenas no interior, como nas casas Gogo na Tanzânia (Figura 7), até tapetes-parede precisamente tecidos que delineiam o exterior da cabana do chefe, como encontramos na cultura Kuba. Além disso, de acordo com o clima, o costume e o material disponível, os respectivos papéis desempenhados pela forma tectônica e pela forma estereotômica variam consideravelmente, de modo que a moradia primitiva passa de uma condição em que a terraplenagem é reduzida às fundações pontuais, como nas bases de pedra da casa japonesa tradicional (Figura 8), para uma situação em que paredes estereotômicas são estendidas horizontalmente para se transformarem em pisos e tetos, feitos do mesmo material, embora reforçados por trabalhos de cestaria e gravetos (Figura 9). Alternativamente, a célula básica é coberta por uma abóbada do mesmo material, ambas as técnicas sendo igualmente prevalentes nas culturas norte-africanas, cicládicas e do Oriente Médio.



Figuras 6 e 7

Casa Mandan, tribo nativa norte-americana. Corte transversal; Casas Gogo na Tanzânia. Detalhe de paredes de taipa

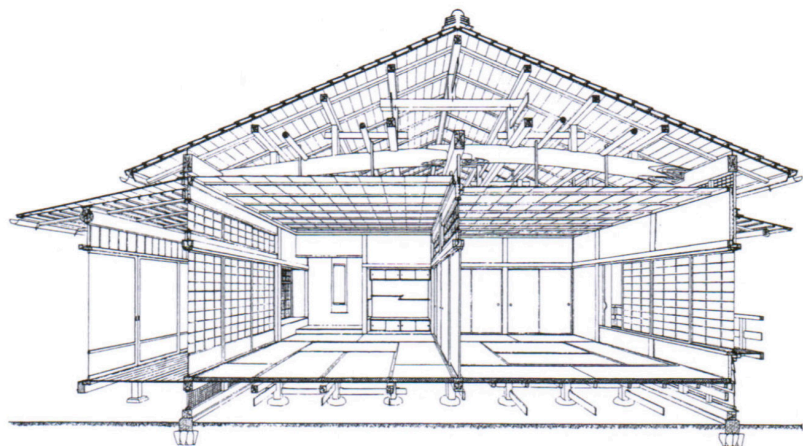


Figura 8
Casa tradicional japonesa de um pavimento

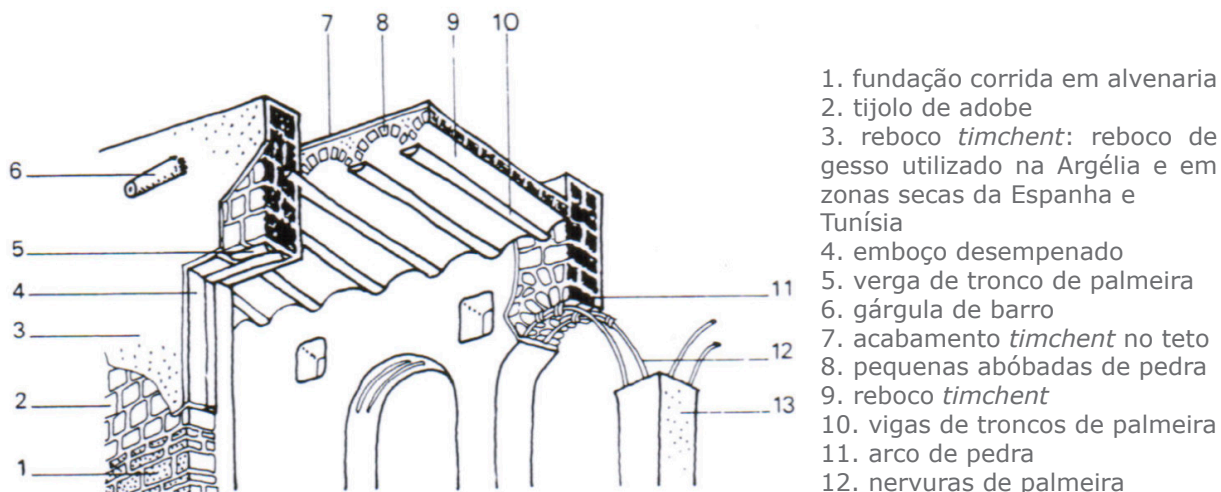


Figura 9
Construção tradicional das cidades do Vale de M'zab, Argélia

É característico de nossa era secular ignorarmos as associações cósmicas evocadas por esses modos dialógicamente opostos de construção; isto é, a afinidade da moldura (*frame*) estrutural com a imaterialidade do céu e a propensão da forma massiva não somente a gravitar em direção à terra, como também a se dissolver em sua substância. Tal como o arquiteto egípcio Hassan Fathy assinalou, isso é especialmente mais evidente em construções de tijolo de argila, onde as paredes tendem a se fundir com a terra assim que se tornam ruínas em desuso (Figura 9). Entretanto, a madeira não tratada é igualmente efêmera quando exposta aos elementos, em oposição à fundação de pedra bem assentada, que tende a perdurar no tempo e, conseqüentemente, marcar o terreno perpetuamente.¹⁵

Topografia

Ninguém argumentou mais persuasivamente quanto às implicações cosmogônicas da terraplenagem do que o arquiteto italiano Vittorio Gregotti, que, em 1983, escreveu:

O pior inimigo da arquitetura moderna é a ideia de espaço considerado unicamente em termos de suas exigências econômicas e técnicas, indiferentes à ideia do sítio.

[...] Através do conceito de sítio e do princípio de implantação, o ambiente se transforma (ao contrário) na essência da produção arquitetônica. Por esse ponto de vista, novos princípios e métodos podem ser vistos para o projeto. Princípios e métodos que dão primazia à localização em uma área específica. Este é um ato de conhecimento do contexto que surge de sua modificação arquitetônica. A origem da arquite-

¹⁵ É interessante notar que os japoneses conseguiram melhorar a durabilidade da madeira exposta utilizando facas de aplainamento (*yari-ganna*), que proporcionaram um acabamento à prova d'água sem aplicação de laca ou de verniz. Ver COALDRAKE, William H. *The Way of the Carpenter*. New York e Tokyo: Weatherhill, 1990, p. 87-88.

tura não está na cabana primitiva, na caverna ou na mítica "casa de Adão no Paraíso".

Antes de transformar um suporte em uma coluna, um teto em um tímpano, antes de colocar pedra sobre pedra, o homem colocou uma pedra no chão para demarcar um sítio no meio de um universo desconhecido: para considerá-lo e modificá-lo. Como em todo ato de avaliação, este requeria movimentos radicais e aparente simplicidade. Deste ponto de vista, só há duas atitudes importantes para o contexto. As ferramentas da primeira são a mimese, a imitação orgânica e a exibição de complexidade. As ferramentas da segunda são a avaliação das relações físicas, a definição formal e a interiorização da complexidade.¹⁶

¹⁶ Vittorio Gregotti, discurso à New York Architectural League, outubro de 1982, publicado em *Section A* 1, n. 1, fevereiro / março de 1983, p.8. A marcação do solo utilizando megalitos (literalmente "grandes pedras" em grego), isto é, com terraplenagem, dolmens e menires, parece ter sido devida a diferentes motivos cosmogônicos, desde a criação de relógios astronômicos, como em Carnac, até a canalização da "energia" da terra, como em Stonehenge. Este último parece ser similar à prática da geomancia na China, onde ajustes apotropaicos conhecidos como *feng shui* (vento e água) são praticados até hoje. Ver SERVICE, Alastair; BRADBURY, Jean. *Megaliths and their Mysteries*. London: Weidenfeld & Nicholson, 1979.

É difícil encontrar um exemplo moderno mais didático desta última do que o reconhecido trabalho magistral do arquiteto grego Dimitris Pikionis. Tenho em mente seu parque na colina de Filopapo, construído durante a segunda metade da década de 1950 em um sítio adjacente à Acrópole em Atenas (Figura 10). Nessa obra, como ressaltaram Alexander Tzonis e Liane Lefaivre, Pikionis criou um *continuum* topográfico do qual foram retirados quaisquer exibicionismos tecnológicos. Essa calçada serpenteante, atravessando um terreno ondulante e rochoso, constituiu, em es-



Figura 10
Dimitris Pikionis, Colina de Filopapo, Atenas, 1951-1957. Detalhe da pavimentação

sência, uma tapeçaria de pedra, ligada ao chão por uma pavimentação irregular corrida, mobiliada com assentos ocasionais e cravejada aqui e ali com signos icônicos.¹⁷ Colagem em vez de projeção, ela reinterpreta o *genius loci* como uma narrativa mítica, parte bizantina, parte pré-socrática, uma *promenade* a ser experimentada tanto pelo corpo quanto pela visão. Que isso tenha sempre sido central à sensibilidade de

¹⁷ Ver: LEFAIVRE, Liane; TZONIS, Alexander. *The Grid and the Pathway*. *Architecture in Greece*, n. 15, p. 176, 1981.

Pikionis é evidente em um ensaio de 1933, intitulado "A Sentimental Topography":

*Nós nos regozijamos no progresso de nossos corpos através da superfície irregular da terra e nosso espírito é alegrado pela interação sem fim das três dimensões que encontramos a cada passo [...]. Aqui, o chão é duro, pedregoso, íngreme, e o solo é quebradiço e seco. Lá, o chão é plano; a água surge de porções de musgo. Mais além, a brisa, a altitude e a configuração do terreno anunciam a proximidade do mar.*¹⁸

O trabalho de Pikionis comprova o fato de que a terraplenagem tende a transcender nossas percepções dadas sobre estética e função, porque aqui, a superfície do terreno é cineticamente experimentada através da marcha, ou seja, pela locomoção do corpo e o impacto sensual deste movimento no sistema nervoso como um todo. Há, além disso, como Pikionis nos lembra, a ressonância "acústica" do sítio enquanto o corpo negocia com sua superfície. Neste momento, é importante lembrar-se de "Experiencing Architecture", de Steen Eiler Rasmussen, e do notável capítulo intitulado "Hearing Architecture", no qual ele observa o caráter acústico quase imperceptível de toda forma construída.¹⁹ Rasmussen nos lembra que a reflexão ou absorção espacial do som afeta imediatamente nossa resposta psicológica a um dado volume, de modo que o achemos quente ou frio de acordo com sua ressonância particular ao invés de sua aparência. Efeitos psicoacústicos similares foram observados por Ulrich Conrad e Bernhard Leitner em um ensaio de 1985, no qual comentam sobre a aura espiritual evocada pelo tempo de reverberação do Taj Mahal e, um tanto coincidentemente, sobre a maneira como as formas vernaculares mediterrâneas parecem ser adequadas à articulação de certos ditongos e vogais e não de outros, com o resultado de que tais habitações se mostram inadequadas para as férias de pessoas que falam as línguas nórdicas.²⁰ Que até mesmo a integridade formal possa também depender, parcialmente, dos efeitos acústicos, é algo passível de confirmação no haras San Cristóbal, projeto de Luis Barragán realizado no subúrbio da Cidade do México em 1967, onde a piscina reflexiva central e o som de sua fonte d'água asseguram a unidade do conjunto.

Metáfora Corporal

A capacidade do ser de experimentar o ambiente corporalmente reitera a noção de imaginação corporal como antecipada pelo filósofo napolitano Giambattista Vico em seu "Scienza nuova", de 1730. Contra o racionalismo de Descartes, Vico argumentou que a linguagem, o mito e o costume são o legado metafórico

¹⁸ PIKIONIS, Dimitris. *A Sentimental Topography*. The Third Eye. Atenas, novembro - dezembro 1933, p. 13-17.

¹⁹ RASMUSSEN, Steen Eiler. *Experiencing Architecture*. Cambridge: MIT Press, 1949, p. 224-225.

²⁰ CONRADS, Ulrich; LEITNER, Bernhard. Audible Space: Experiences and Conjunctures. *Daedalus*, n. 17, p. 28-45, 1985.

da espécie trazido à existência através da autorrealização de sua história, a partir das primeiras intuições derivadas das experiências primordiais do homem na natureza e no decurso do desenvolvimento cultural através das gerações. Em seu estudo de 1985, Michael Mooney tinha a dizer sobre a concepção do processo metafórico de Vico:

Em um momento de oratória inspiradora, Vico defendia que, quando a beleza de um conceito domina o espírito enquanto sua verdade impressiona a mente, ambos, locutor e ouvinte, são apanhados em um ímpeto de engenhosidade, cada um fazendo conexões que não haviam sido feitas anteriormente, seus espíritos fundidos no frescor da linguagem, suas mentes e, finalmente, suas vontades unificadas. Desta forma, aqui também, e analogamente, com certeza, a primeira fraca visão de Jove é um evento no qual o corpo, por meio da linguagem, se torna consciente, a poesia de um céu trovejante evocando, em resposta, a poesia de gigantes tornados homens, mudos de estarecimento.

O que ocorre é uma troca em metáfora, a imagem da providência em um céu trovejante passando para os corpos de homens estarecidos. O universo físico de deus artífice, ele mesmo um poema, por todo o lugar escrito em conceitos, se torna um poeta nos corpos de homens amontoados, doravante um criador de individualidade; a engenhosidade passiva do universo vem à vida na mente (mesmo que sem refinamento) e no espírito (mesmo que passional e violento) do homem, e o homem, estando ereto, transforma-se no artífice de sua própria existência.²¹

²¹ MOONEY, Michael. *Vico in The Tradition of Rhetoric*. Princeton: Princeton University Press, 1985, p. 214. Ver também: VENENE, Donald Phillip. *Vico's Philosophy of Imagination*. In: TAGLIACCOZZO, Giorgio et al. (Eds.). *Vico and Contemporary Thought*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1976.

O conceito de Vico sobre a constituição e a reconstituição do homem através da história é não somente metafórico e mítico, mas também corporal, no sentido de que o corpo reconstitui o mundo através de sua apropriação tátil da realidade. Isso é sugerido pelo impacto psicofísico da forma sobre nosso ser e nossa tendência de apreender a forma pelo tato à medida que, Tateando, encontramos nosso caminho no espaço arquitetônico. Essa propensão foi destacada por Adrian Stokes ao discutir o impacto do tempo e do toque no desgaste da pedra.

O acabamento manual é o testemunho mais vívido da escultura. As pessoas tocam as coisas de acordo com seu formato. Um formato único se torna magnífico pelo toque perene. Porque a mão explora, completamente inconsciente, para revelar, para magnificar uma forma existente. A escultura perfeita necessita de sua mão para comunicar alguma pulsação e calor, para revelar sutilezas não percebidas pelo olhar, precisa de sua mão para realçá-la. A pedra usada, esculpida, exposta ao tempo, grava em seu formato concreto, de modo espacial, imediato e simultâneo, não somente as sinuosas passagens de dias e noites,

*a abertura e o fechamento dos céus em calor e chuva, mas também a sensibilidade, a vitalidade mesmo, que cada toque sucessivo comunicou.*²²

Que tal visão se coloque em total oposição a todas nossas mais recentes tentativas de impor à experiência cultural um caráter conscientemente distanciado e exclusivamente semiótico foi observado por Scott Gartner.

*A alienação filosófica do corpo em relação à mente resultou na ausência de uma experiência corporal em quase todas as teorias contemporâneas do significado na arquitetura. A ênfase excessiva na significação e referência na teoria arquitetônica levou a uma atribuição de significado como um fenômeno inteiramente conceitual. A experiência, no que diz respeito à a compreensão, parece reduzida ao tema do registro visual de mensagens codificadas – uma função da visão que bem poderia depender da página impressa e dispensar totalmente a presença física da arquitetura. O corpo, se é que ele sequer figura na teoria arquitetônica, é geralmente reduzido a um conjunto de necessidades e restrições que devem ser acomodadas por métodos de projeto ancorados em análise comportamental e ergonômica. Dentro desse enquadramento de pensamento, o corpo e sua experiência não participam da constituição e da realização do significado arquitetônico.*²³

A metáfora, ao invés de ser apenas um tropo linguístico ou retórico, constitui um processo humano pelo qual entendemos e estruturamos um domínio de experiência em termos de um outro, de tipo diferente.²⁴ Esse conceito certamente encontra-se por trás da caracterização do *Shintai* por Tadao Ando como um ser senciente que se realiza através do espaço vivido.

O homem articula o mundo através de seu corpo. O homem não é um ser dualista em que o espírito e o corpo são essencialmente distintos, mas um ser vivo corporal ativo no mundo. O "aqui e agora" em que este corpo distinto se coloca é o que é primeiramente dado como garantido e, subseqüentemente, um "lá" aparece. Através de uma percepção daquela distância, ou, melhor dizendo, a vivência daquela distância, o espaço circundante torna-se manifesto como uma coisa dotada de vários significados e valores. Como o homem tem uma estrutura física assimétrica, com um topo e uma base, uma esquerda e uma direita e uma frente e costas, o mundo articulado, por sua vez, naturalmente se transforma em um espaço heterogêneo. O mundo que aparece aos sentidos do homem e o estado de seu corpo se tornam, desta maneira, interdependentes. O mundo articulado pelo corpo é um espaço vívido e habitado.

O corpo articula o mundo. Ao mesmo tempo, o corpo é articulado pelo mundo. Quando "eu" percebo o concreto como algo frio e duro, "eu" reconheço o corpo como algo quente e macio. Assim, o corpo em sua relação dinâmica com o mundo se torna o shintai. É

²² STOKES, Adrian. The Stones of Rimini. In: _____. *The Critical Writings of Adrian Stokes*. v.1. London: Thames & Hudson, 1978, p. 183. Os ensaios sobre estética de Stoke são impregnados por constantes críticas à civilização industrial. Estas críticas abrangem um amplo espectro, desde uma apreciação da corporeidade autorreflexiva da civilização pagã, caracterizada "por um respeito pelo corpo com uma intensidade que não valorizamos em nós por muito tempo, por uma estarecida identificação entre existência e existência corporal (v. 2, p. 253), até a percepção da realidade táctica onipresente em Stoke, como manifesta na seguinte passagem: "As telhas do teto trazem outra qualidade de rugosidade iluminada: claro e escuro, diferentes planos, afirmam suas diferenças em clara igualdade sob o céu, como um objeto de textura variada que é agarrado e completamente envolvido pela mão [.]. "Utilizando o suave e o áspero como termos genéricos da dicotomia arquitetônica, consigo preservar melhor as noções tácteis e orais que são a base do visual" (v. 2, p. 243). Stokes considera todas as modificações da superfície da terra em termos corporais, e até mesmo maternas, evocando de maneiras diferentes a ideia arcaica da "mãe terra". Assim, vemos "pedra extraída, rocha cuidadosamente escavada e até a pedreira propriamente dita são como amor comparado com o ódio, o desperdício e o roubo que poderia ser atribuído à mineração" (v. 2, p. 248) e, em outro lugar no mesmo texto, "Enquanto a aragem enrugada e refresca a terra progenitora, o ancinho a amacia para a semente que produzirá nosso alimento" (v. 2, p. 241). *Smooth and Rough*, do qual todas as citações acima foram retiradas, foi escrito em Ascona em 1949. Próximo ao final deste estudo, Stoke atribui a um certo Dr. Hans Sachs o insight psicanalítico de que "o Mundo Antigo negligenciou a invenção das máquinas não por ignorância nem superficialidade. Tornou-as brinquedos para evitar a repugnância". (Ver SACHS, Hans. *The Creative Unconscious*. Cambridge: Sci-Art Publishers, 1942).

²³ Scott Gartner, manuscrito não publicado de uma aula apresentada para a Association of Collegiate Schools of Architecture, realizada em Washington no ano de 1990.

²⁴ JOHNSON, Mark. *The Body in the Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987, p. 15.

²⁵ ANDO, Tadao. *Shintai and Space*. In: _____. *Architecture and Body*. New York: Rizzoli, 1988. Publicação sem numeração de página, editada pelos estudantes da Graduate School of Architecture, Planning and Preservation da Columbia University.

²⁶ Ver o clássico de Merleau-Ponty *Phenomenology of Perception*, publicado pela primeira vez em 1962. As citações aqui são da tradução de Colin Smith, de 1962: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phenomenology of Perception*. Tradução Colin Smith. New York: Humanities Press, 1962, p. 130-142:

"Movimento não é pensado como movimento e espaço físico não é espaço pensado ou representado [...]. Na ação da mão que é direcionada a um objeto, está contida a referência para o objeto, não como um objeto representado, mas como

*somente o shintai, neste sentido, que constrói ou entende a arquitetura. O shintai é um ser senciente que reage ao mundo.*²⁵

Esse conceito equivale a argumentos similares de Schmarsow e, posteriormente, de Merleau-Ponty,²⁶ particularmente à tese de Schmarsow de que nosso conceito de espaço é determinado pela progressão frontalizada do corpo através do espaço em profundidade. Conotações espaço-corporais similares são evidentes na dissertação de Adolphe Appia sobre a interação entre o corpo e a forma no palco, no trabalho "L'Oeuvre d'art vivant", de 1921.²⁷ Uma consciência fenomenológica similar é evidente também na Prefeitura de Säynätsalo, de Alvar Aalto (1952), onde, desde a entrada da sala do conselho, o sujeito encontra uma sequência de experiências táteis contrastantes (Figura 11). Assim, a partir da massa estereotômica e da relativa escuridão da escada de entrada (Figura 12), onde a sensação de clausura é aumentada pela tatilidade dos degraus de tijolos, entra-se na luz brilhante da sala do conselho, cujo telhado de madeira é suportado por treliças em formato de ventilador que se espalham na direção superior para suportar vigas escondidas sobre um teto assoalhado. A sensação de chegada ocasionada por essa manifestação tectônica é reforçada por várias sensações não apreendidas pela retina, desde o cheiro de madeira polida até o piso que se flexiona sob o peso das pessoas, em conjunto com a desestabilização geral do corpo enquanto se entra em uma superfície extremamente polida.

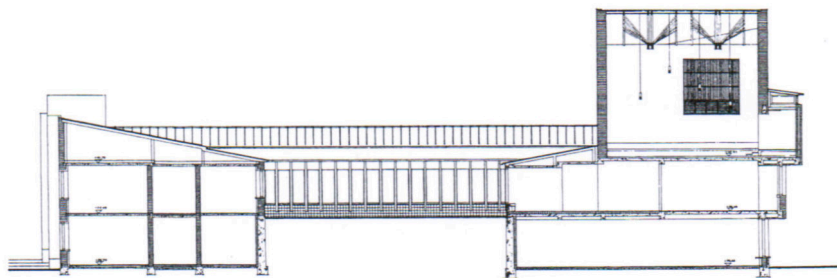
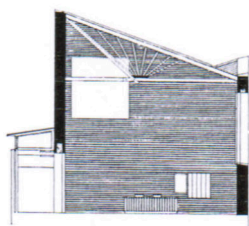
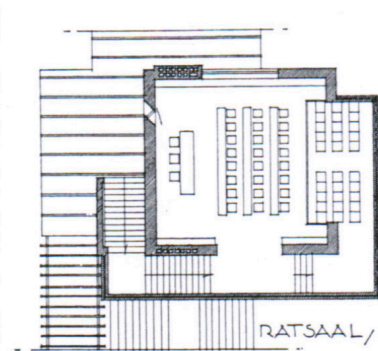


Figura 11
Alvar Aalto, Prefeitura de Säynätsalo, 1949-1952. Planta, corte da sala do conselho e corte longitudinal

essa coisa altamente específica na qual projetamos a nós mesmos [...]. Devemos, então, evitar dizer que nosso corpo está no espaço ou no tempo. Ele habita espaço e tempo [...]. Mobilidade é a esfera primária na qual inicialmente o significado de todas as significações (der Sinn aller Signifikation) é engendrado no domínio do espaço representado".

Etnografia

A teoria tectônica de Semper estava profundamente enraizada na ciência emergente da etnografia. Como Siegfried Gideon depois dele, Semper procurou refundamentar a prática da arquitetura no que Gideon chamaria de "o eterno presente", em seu estudo de 1964 com este título. Essa busca por uma origem atempo-



Figura 12

Alvar Aalto, Prefeitura de Säynätsalo, 1949-1952. Escada para a sala do conselho

ral é diretamente evocada na introdução de "Der Stil" onde, de modo estranhamente remissivo a Vico, Semper escreve sobre o vetor cosmogônico como um impulso arcaico continuamente mutante através do tempo (Figura 13).

Cercado por um mundo repleto de maravilhas e forças, cujas leis o homem pode intuir, pode querer entender, mas nunca decifrar, as quais o alcançam somente em poucas harmonias fragmentárias e que mantêm sua alma em um contínuo estado de tensão não resolvida, ele mesmo evoca a falta de perfeição em jogo. Ele se torna um pequeno mundo no qual a

Em outro lugar, Merleau-Ponty escreve sobre um organista tocando um instrumento pouco familiar: "Não há lugar para nenhuma 'memória' da posição das pausas, e não é no espaço objetivo que o organista atua de fato. Na realidade, seus movimentos durante os ensaios são gestos consagratórios; eles traçam vetores eficientes, descobrem fontes emocionais e criam um espaço de expressividade conforme o movimento do águare delimita o templo".

É interessante notar que Sigfried Giedion também abordaria o papel significativo do corpo, não somente o corpo do edifício, mas também o corpo pelo qual o edifício é vivido. Ver GEOGIADIS, Sokratis. Giedion, il símbolo e il corpo. *Casabella*, n. 599, p. 48-51, março de 1993.

27 "Imaginemos um pilar vertical quadrado que é nitidamente definido por ângulos retos. Este pilar sem base descansa nos blocos horizontais que formam o chão. Isto cria uma impressão de estabilidade, de poder para resistir. Um corpo se aproxima do pilar; pelo contraste entre o movimento deste corpo e a tranquila imobilidade do pilar, nasce uma sensação de vida expressiva que nem o corpo sem o pilar, nem o pilar sem o corpo seriam capazes de evocar. Além do mais, as sinuosas e arredondadas linhas do corpo diferem essencialmente das superfícies planas e ângulos do pilar, e esse contraste é expressivo em si mesmo. Agora, o corpo toca o pilar, cuja imobilidade oferece a ele suporte sólido; o pilar resiste; ele é ativo. A oposição, então, criou vida na forma inanimada; o espaço se tornou vivo." Adolphe Appia, como citado em FUERST, Walter René; HUME, Samuel J. *Twentieth Century Stage Decoration*. v.1. New York: Dover, 1967, p. 27.

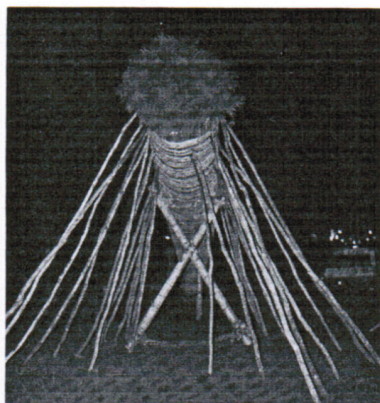


Figura 13
Noite do Ogro na virada do ano,
Kyushu. Ritual de levantamento
e queima da *hashira*

²⁸ SEMPER, Gottfried. Introdução: Style in the Technical and Tectonic Arts. In: _____. *The Four Elements of Architecture and Other Writings*. Tradução Harry Mallgrave e Wolfgang Herrmann. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 196.

lei cósmica é evidente dentro de rígidos limites, porém completa em si mesma e perfeita a este respeito; neste jogo, o homem satisfaz seu instinto cosmogônico.

Sua fantasia cria essas imagens ao mostrar, expandir e adaptar a sua vontade às cenas individuais da natureza a seu dispor, tão ordenadamente arranjadas que ele acredita poder discernir no evento singular a harmonia do todo e, por breves momentos, ter a ilusão de escapar da realidade. Na verdade, essa fruição da natureza não é muito diferente da fruição da arte, tal como a beleza da natureza [...] é associada à beleza geral da arte como uma categoria inferior.

Entretanto, essa fruição artística da beleza da natureza não é, de modo algum, a mais ingênua ou a mais precoce manifestação do instinto artístico. Pelo contrário, o último não está desenvolvido no homem simples e primitivo, uma vez que ele já se deleita com a lei criativa da natureza enquanto ela brilha através da realidade na sequência rítmica dos movimentos de tempo e espaço, é também encontrada na guirlanda, no cordão de miçangas, no pergaminho, na dança circular e no tom rítmico que a assiste, no ritmo da remada, e daí por diante. Estes são os princípios originários a partir dos quais a música e a arquitetura cresceram; ambas são as artes mais elevadas, puramente cósmicas e não imitativas, a cujo apoio normativo nenhuma outra arte pode renunciar. ²⁸

Embora não possamos insistir aqui sobre todas as evidências etnográficas que possam ser invocadas em apoio da tese de Semper, ainda assim, vou citar dois exemplos que demonstram a maneira pela qual dois modos básicos de construção, a massa compressiva e a moldura (*frame*) tensionada, têm sido implementadas através do tempo de tal modo a criar um mundo da vida que é cosmogonicamente codificado.

O primeiro exemplo vem do estudo de Pierre Bourdieu, de 1969, da casa Berbere, no qual ele demonstra como o todo o domínio é organizado em termos de deslocamentos transversais e do acabamento material de tal modo a distinguir as partes *superior/seca/humana* da *inferior/úmida/animal* da habitação (Figura 14). No eixo transversal oposto, o mesmo espaço é ordenado em torno de uma entrada principal, invariavelmente orientada para o leste e para um tear que, ao se posicionar em oposição à porta aberta e ao sol nascente, é analogicamente visto como o sol interior. Na base desses eixos cósmicos cruzados, a casa e suas cercanias são divididas em uma hierarquia homológica na qual cada valor é contrabalançado por seu oposto. Consequentemente, os atributos do mundo exterior são invertidos no interior; a parede sul do exterior se transforma na parede “norte” do interior, e assim por diante.

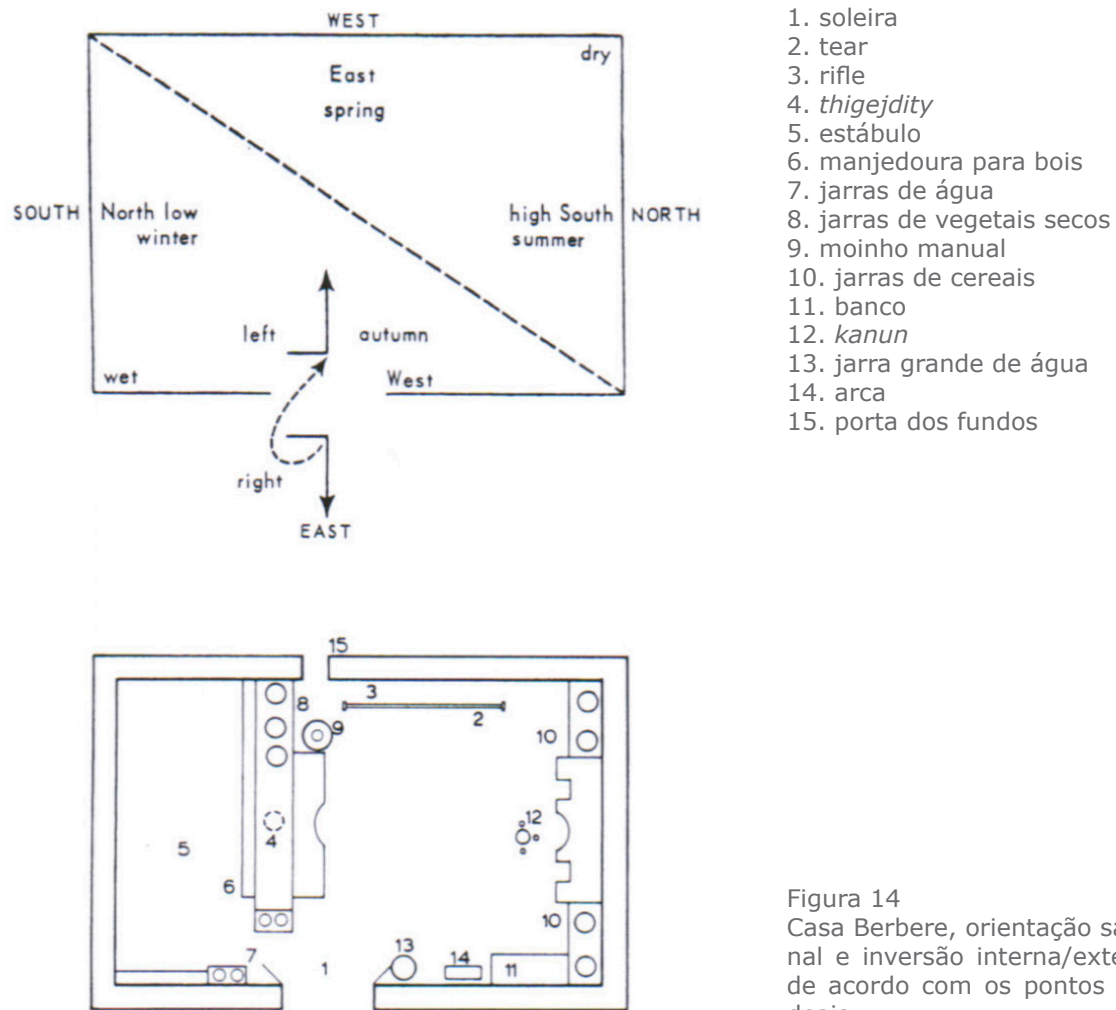


Figura 14
Casa Berbere, orientação sazonal e inversão interna de acordo com os pontos cardeais

Associado ao alvorecer, à primavera, à fertilidade e ao nascimento, o tear, perante a parede “leste” interior, é considerado o local feminino de honra e é visto como o nexo espiritual da moradia. É equilibrado pelo objeto masculino de honra, designadamente o rifle, que está disposto perto do tear. Que o sistema simbólico seja reforçado pela construção propriamente dita, é confirmado pelo testemunho de Bourdier:

Em frente à parede oposta à porta encontra-se o tear. Esta parede é normalmente designada pelo mesmo nome que a parede externa frontal que dá para o pátio (tasga), ou então a parede do tear ou parede oposta, uma vez que quem entra está oposto a ela. A parede oposta a essa é chamada de parede da escuridão, ou do sono, ou da donzela, ou da tumba [...]. Pode-se sentir tentado a dar explicações estritamente técnicas para essas oposições, uma vez que a parede do tear [...] recebe a maior parte da iluminação e o estábulo marcado em pedra se encontra, de fato, situado em um nível mais baixo que o resto. A razão dada para isso é que a casa é mais frequentemente construída perpendicularmente com suas linhas de contorno a fim de facilitar o fluxo de esterco líquido e da água suja. Vários indícios sugerem, entretanto, que estas

*oposições são o centro de todo um conjunto de oposições paralelas, cuja necessidade nunca é completamente devida a imperativos técnicos ou requisitos funcionais. Em adição a tudo isso, no centro da parede divisória, entre a "casa dos seres humanos", posiciona-se o pilar principal, suportando a viga mestra e toda a estrutura da casa. Agora, essa viga mestra que conecta as arestas e espalha a proteção da parte masculina para a parte feminina da casa [...] é identificada explicitamente com o dono da casa, enquanto o pilar principal sobre o qual ela se apoia, que é um tronco ou uma árvore bifurcada, [...] é identificado com a esposa [...] e seu entrelaçamento representa o ato da união física.*²⁹

²⁹ BOURDIEU, Pierre. The Berber House or the World Reversed. *Social Science Information* 9, n. 2, 1969, p. 152. Ver também: POUILLON, Jean; MARANDA, Pierre (Eds.). *Échanges et communications: Mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60 anniversaire*. Paris e The Hague: Mouton, 1970.

Em seguida, Bourdieu mostra como este mesmo sistema simbólico difere categoricamente entre as partes superior e inferior da casa; ou seja, entre o estábulo enterrado e marcado em pedra, considerado como um espaço de escuridão, fertilidade e relacionamento sexual e o espaço superior seco, iluminado pela presença humana, com acabamento de esterco de vaca polido.

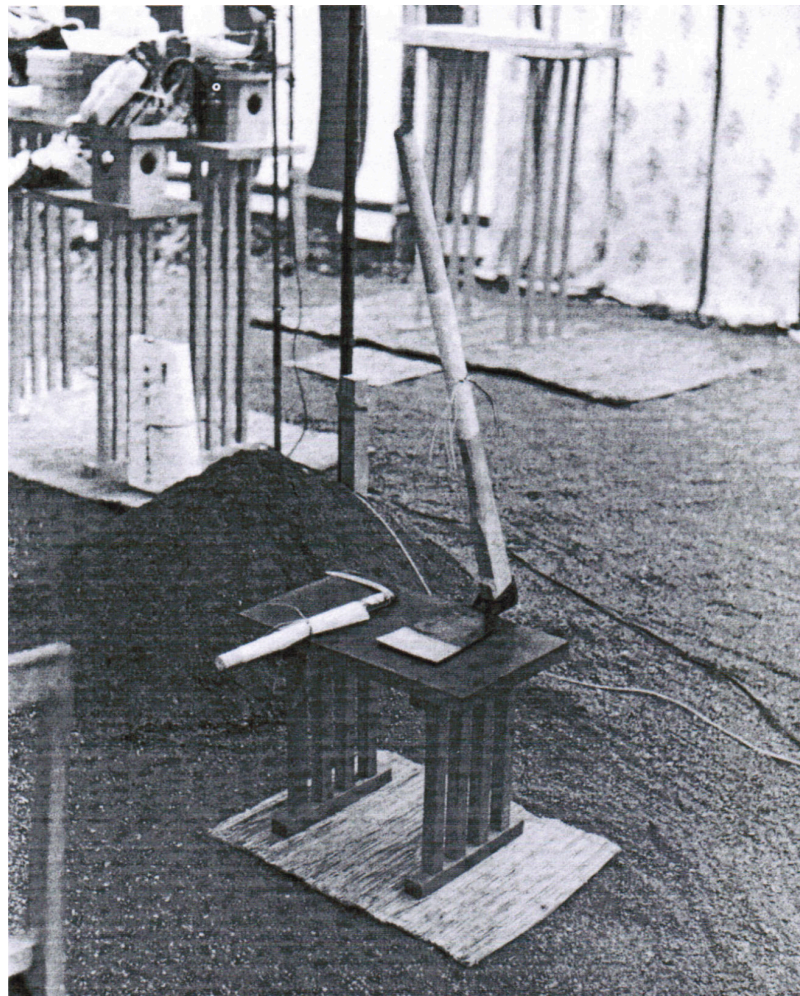


Figura 15
Ferramentas ritualísticas expostas no decurso de uma cerimônia xintoísta de inauguração

Nosso segundo exemplo é retirado da cultura japonesa, na qual a tecelagem e a costura emergem de tempos arcaicos como os elementos primários em meio a rituais de renovação agrária que ainda sobrevivem em todo o país (Figura 15). Em um ensaio sobre esses rituais, Gunter Nitschke mostra como os rituais japoneses de posse da terra e agricultura são invariavelmente iniciados por símbolos amarrados ou atados por nós, conhecidos genericamente como *musubi*, derivado de *musubu*, amarrar (Figura 16).³⁰ Nitschke argumenta que a construção/amarração como atividade cíclica tem prioridade sobre a religião na criação arcaica da ordem que emerge do caos, citando como evidência a

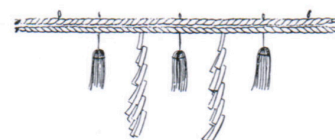
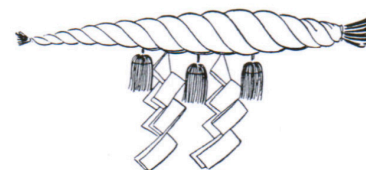


Figura 16 (acima)

Musubi. Nó de palha japonês utilizado como marcador de terra e do domínio de terra comparado com a configuração da escrita ocidental

Figura 17 (à esquerda)

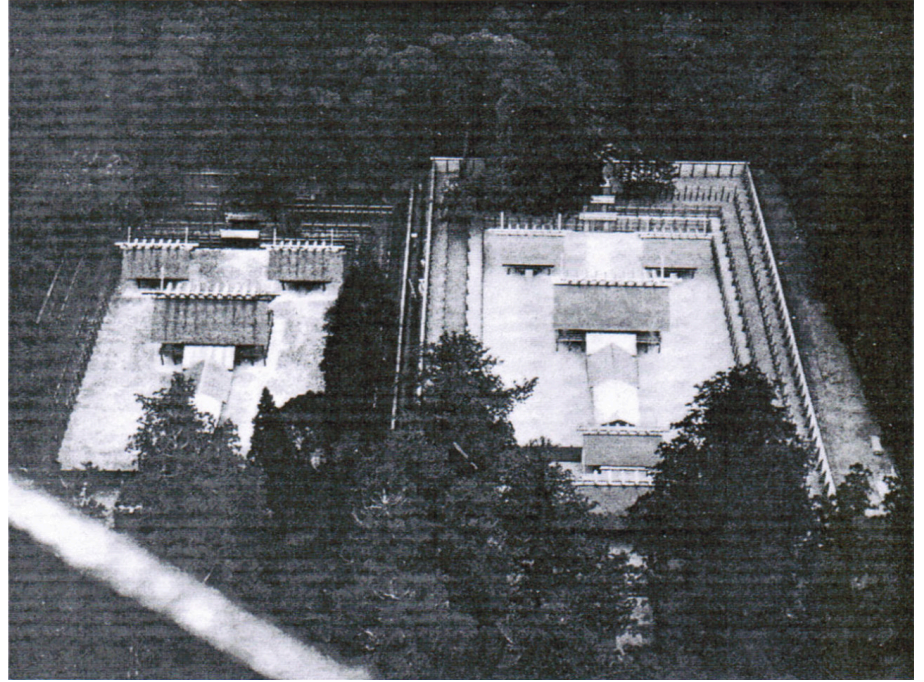
Shime-nawa. Corda de palha de arroz, símbolos apotropaicos e talismãs da cultura xintoísta



origem etimológica da palavra religião no verbo latino *ligare*, ligar. Em contraste com a tradição monumental do Ocidente, com sua dependência da permanência relativa da massa estereotômica, o mundo arcaico japonês foi simbolicamente estruturado por materiais tectônicos efêmeros, capim entrelaçado, ou cordas de palha de arroz conhecidas como *shime-nawa*, literalmente “cordas amarradas” (Figura 17), ou, mais elaboradamente, por pilares amarrados de bambu e junco, chamados *hashira* (Figura 18). Como Nitschke e outros demonstraram, esses dispositivos prototectônicos Shinto exerceram uma influência decisiva na evolução da arquitetura sagrada e doméstica japonesa através de suas várias encarnações, desde os mais remotos santuários Shimmei, datados do século I, até as versões *shoin* e *chaseki* das construções Heian de madeira do século XVII. Devido à relativa perecibilidade da madeira sem tratamento, as estruturas honoríficas japonesas estiveram, em todos os lugares, submetidas à reconstrução cíclica, sendo a instância mais famosa os recintos monumentais Naiku e Geku em

³⁰ NITSCHKE, Gunter. *Shime: Binding/Unbinding*. *Architecture Design*, n. 44, p. 747-791. Etimologicamente, *shime* significa sinal, originando o termo *shime-nawa*, que significa *sign-rope* (corda simbólica). O termo *musubu* significa, literalmente, ligar, e *musubi* é o termo para nó. Nitschke escreve: “O nome dessa marca central de ocupação, o *Shime*, foi transferido e usado para o terreno ocupado, a *shima*, por um lado e, por outro, pela corda de demarcação, *Shime-nawa*. E mais tarde, assim argumentamos, esse mesmo termo, *Shima*, foi usado para uma

ilha, um pedaço de terra ganhado do mar [...]. Nos deparamos com um incrível processo paralelo de significação humana na família das palavras alemãs *Mark*, *Marke* e *Marken*; originalmente, *Mark* não significava os limites de um pedaço de terra, mas sim a maneira como sua ocupação foi marcada” (p. 756). Ver também, do mesmo autor: NITSCHKE, Gunter. *Shime: Building, Binding and Occupying*. *Daidalos*, n. 29, p. 104-116, setembro de 1988.



Figuras 18 e 19

Típica *hashira* utilizada em cerimônia japonesa de renovação agrícola; Santuário Naiku, Ise. Os dois *temini* lado a lado; um em uso e o outro desativado

Ise, que, com seus edifícios anexos, são reconstruídos na sua totalidade a cada vinte anos. Nessas ocasiões, um novo santuário é construído no sítio adjacente ao do santuário antigo, ficando este inativo pelo período subsequente de vinte anos (Figura 19).

Além das evidentes diferenças entre construções estereotômicas e tectônicas na cultura arcaica da construção, dois fatores comuns podem ser verificados em ambos os exemplos. O primeiro é a primazia dada à tecelagem como um agente criador de lugar nas chamadas culturas primitivas; o segundo é a presença universal de uma atitude não linear com relação ao tempo que garante, por assim dizer, a renovação cíclica de um eterno presente. Esta percepção sazonal pré-moderna da temporalidade reflete-se no fato de que, há menos de um século e meio atrás, o dia japonês não era dividido em vinte e quatro horas.³¹ Ao invés disso, era dividido em seis períodos iguais cujas durações variavam de acordo com as estações do ano. Mesmo depois que foram importados no século XVI, relógios ocidentais tinham de ser mecanicamente ajustados para se adaptarem ao antigo sistema de tempo.

Confirmando a preeminência que Semper daria aos têxteis como o primeiro ofício cosmogônico, as práticas japonesas de construção e de criação de lugar parecem ter estado interconectadas através da histó-

³¹ Ver: ROBERTSON, J. Drummond. Japanese clocks. *The Evolution of Clockwork*. London: Cassel, 1931, p. 217-287, em particular o capítulo 3, sobre relógios japoneses. Depois da introdução dos relógios mecânicos ocidentais no Japão no início do século XVII, os japoneses começaram a fazer, por conta própria, relógios mecânicos capazes de marcar tempos variados. A duração do dia e da noite variava no Japão, assim como em outros lugares, de acordo com as estações, um problema que os japoneses solucionaram em termos mecânicos incluindo um balanço duplo e escape que, por meio de ajustes, compensavam mutuamente as variações na respectiva duração dos dias e noites. Isto significava, naturalmente, que o incremento de uma hora não era constante ao longo do ciclo sazonal.

ria. Por consequência, possivelmente em maior grau do que em outras culturas, formas metalinguísticas e ritmos espaço-temporais estão ligadas ao ato de construir no Japão. Que essa cultura esteja literal e completamente tecida é ainda mais substanciada pela inter-relação de encaixe de cada elemento concebível da casa tradicional japonesa, da construção de tatame padronizado trançado em palha de arroz (Figura 20) aos métodos de construção modular *kyo-ma* e *inka-ma*.³²

32 Para uma descrição detalhada desses métodos, ver: ENGEL, Heino. *Measure and Construction of Japanese House*. Rutland: Vermont, e Tokyo: Tuttle, 1985, p. 36-42.

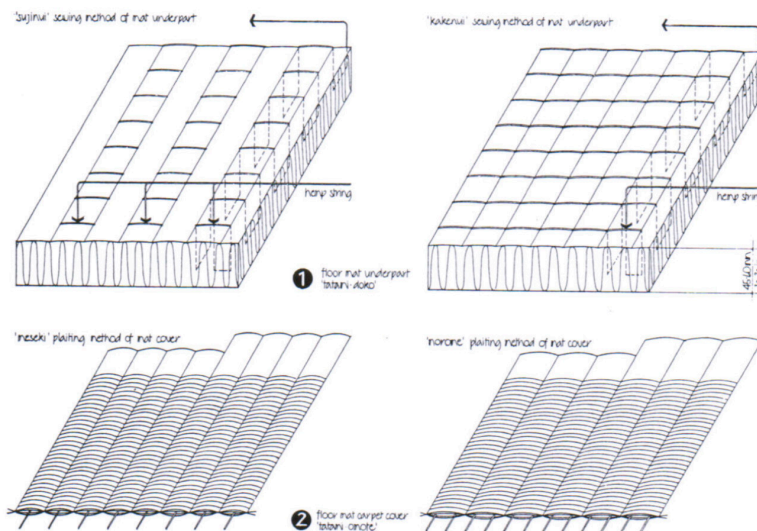


Figura 20

Diagrama mostrando métodos típicos de construção de tatame

Representativo versus Ontológico

O conceito de espaço transicional em camadas, como aparece na arquitetura tradicional japonesa (Figura 21), pode ser relacionado indiretamente à distinção que Semper traça entre os aspectos *simbólicos* e *técnicos* da construção, uma distinção que eu tenho tentado relacionar aos aspectos *representativos* e *ontológicos* da forma tectônica: isto é, a diferença entre a pele, que representa o caráter composto da construção, e o núcleo de uma edificação, que é simultaneamente tanto sua estrutura fundamental como sua substância. Essa diferença encontra uma reflexão mais articulada na distinção que Semper faz entre a natureza *ontológica* da terraplenagem, da moldura e da cobertura e a natureza mais *representativa* e simbólica do braseiro e da parede de vedação. Do meu ponto de vista, essa dicotomia deve ser constantemente rearticulada na criação da forma arquitetônica, uma vez que cada tipo de construção, técnica, topografia e circunstância temporal promove uma condição cultural diferente. Como sugeriu Harry Mallgrave,

Semper permaneceu de alguma forma indeciso quanto à relativa expressividade da estrutura e do revestimento, hesitando entre a expressividade simbólica da construção como uma coisa propriamente dita – racionalmente modulada de um ponto de vista técnico e estético – e uma elaboração simbólica do revestimento independentemente de sua estrutura subjacente. De acordo com essa última rubrica, o revestimento é concebido como um meio predominantemente decorativo ou metalinguístico para realçar a forma de modo a representar seu status ou valor latente. Malgrave postula uma reconciliação dessa divisão na qual primeiramente o simbólico (o representativo) e posteriormente o construtivo (o ontológico) são alternativamente revelados e encobertos. Ele escreve:

Konrad Fiedler, em um ensaio de 1878 que teve como ponto de partida a teoria de Semper, sugeriu que se despisse a arquitetura antiga para explorar, nas obras modernas, a possibilidade puramente espacial da parede. Essa sugestão foi aceita e amplamente desenvolvida por August Schmarsow em uma palestra em 1893, na qual ele especificamente rejeitava os atributos decorativos da "arte do vestir" (Bekleidungskunst) em favor da capacidade abstrata da arquitetura de "criar espaço" (Raumgestalterin). A história da arquitetura deverá ser analisada agora como uma "percepção do espaço" (Raumgefühl). A proposta de Schmarsow foi efetivamente canonizada pelo arquiteto holandês Hendrik Berlage em sua importante palestra de 1904, na qual definiu arquitetura como a "arte da delimitação espacial". No adendo que anexou à publicação de sua palestra, Berlage argumentava que a natureza da parede era a planaridade da superfície, e que tais partes construtivas como o pilar e capitéis deveriam ser assimilados à parede sem articulações. O mascaramento figurativo da realidade, de Semper, é transposto na concepção de Berlage como uma máscara literal na qual a ornamentação da superfície, os materiais e os componentes estruturais representam, por assim dizer, seus próprios papéis construtivos e não construtivos como decoração da superfície.³³

³³ MALLGRAVE, Harry. Introduction. In: SEMPER, Gottfried. *The Four Elements of Architecture and Other Writings*. Tradução Harry Mallgrave e Wolfgang Herrmann. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 42.

³⁴ LOOS, Adolf. *Spoken into the Void: Collected Essays 1897-1900*. Cambridge: MIT Press, 1982. p. 66-69.

Esse diálogo entre o construtivo e o não construtivo seria negado por Adolf Loos em sua interpretação um tanto parcial da *Bekleidungstheorie* de Semper, o que poderia explicar por que estrutura e construção exercem um papel tão insignificante em sua arquitetura. Em seu ensaio de 1898 intitulado "Das Prinzip der Belkleidung" ("The Principle of Cladding"), Loos enfatiza a primazia do revestimento sobre todas as outras considerações.³⁴ Mesmo assim, ele ainda insiste na autenticidade do material, de modo que, contrariamente à prática da Renascença, ele argumenta contra o uso de estuque para imitação da pedra ou, ainda mais ironicamente, contra a "granulação" da madeira de modo que parecesse de maior qualidade. A habi-

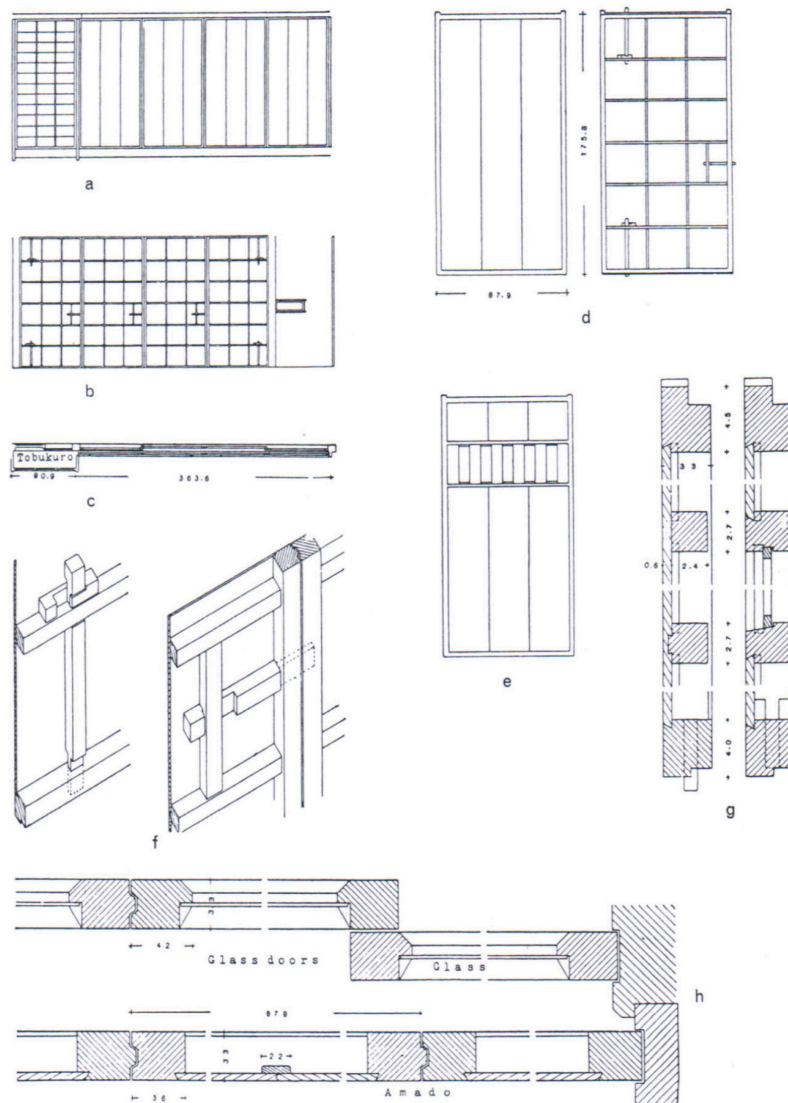


Figura 21
Detalhes tradicionais e modernos de divisórias deslizantes de madeira amado.

tual aplicação de revestimento de mármore em placas finas, como fazia Loos, por ser este o papel de parede mais barato do mundo, uma vez que nunca precisaria ser substituído, levou-o a afastar-se, como seu trabalho sugeriria, da preocupação inicial de Semper com a articulação entre a moldura (*frame*) e seu preenchimento. Como a retórica dissimulada do *Gesamtkunstwerk* a que tanto se opunha, Loos abraçou uma estratégia atectônica na qual seu *Raumplan* espacialmente dinâmico nunca poderia ser claramente expresso em termos tectônicos. De fato, esse mascaramento do verdadeiro tecido, de modo que sua substância não possa ser discernida, é talvez o único atributo comum a Loos e seu rival, o arquiteto secessionista Josef Hofmann. O fato de que Loos reverenciava a tradição faz essa afinidade ainda mais paradoxal, particularmente

³⁵ Ver: SCHMUTZLER, Robert. *Art Nouveau*. New York: Abrams, 1962, p. 273-274: “Na Art Nouveau tardia, a vida biológica e o dinamismo dão lugar a uma calma rígida. As proporções ainda são diretamente relacionadas àquelas da alta Art Nouveau, e as formas rudimentares das antigas curvas estão igualmente presentes por toda parte. Mas nós podemos nos perguntar se, entre a rígida e geométrica Art Nouveau tardia e a organicamente animada Alta Art Nouveau, uma relação profunda não fora expressa em uma nostalgia comum pelo estado primitivo. O sentimento de desconforto produzido pela cultura em Freud, a sedução da música e da decoração desenvolvida em música, a atração pelo caos criado pela fusão geral das forças da vida – não seria o rigor da Art Nouveau tardia entendido como uma necessária fase final de toda esta nostalgia secreta, de fato como uma ‘urgência, em toda a vida animada, em retornar à condição mais primitiva’, até mesmo para a matéria inanimada da pedra cristalina?”.

³⁶ Ver: KÉPES, Gyorgy (Ed.). *Structure in Art and in Science*. New York: Braziller, 1965, p. 89-95. Ver também SEKLER, Eduard Franz. *Structure, Construction and Tectonics*. Connection: Visual Arts at Harvard, mar. 1965, p. 3-11. Para mais referências ao tectônico em estudos críticos americanos, ver ANDERSON, Stanford. *Modern Architecture and Industry: Peter Behrens, the AEG and Industrial Design*. Oppositions, n. 21, jun./ago. 1980, p. 83. A partir da obra *Die Tektonik der Hellenen*, de Karl Bötticher, Anderson observa que a tectônica se refere “não apenas à atividade de fazer uma construção materialmente apropriada que responde a certas necessidades, mas sim à atividade de fazer dessa construção uma forma de arte”. Nesta definição, a “forma funcionalmente adequada deve ser adaptada de modo a expressar sua

porque a aura de tradição que emanava de seu revestimento em mármore servia tanto para esconder como para revelar a dura realidade que se estendia para além dos limites da casa burguesa. Ao mesmo tempo, como Mallgrave destaca, a rejeição a Semper como positivista, feita por Peter Behrens em 1910, se mostraria bastante decisiva para a cultura da construção moderna, já que, fortemente influenciadas pela contra-tese de Alois Riegl, as preocupações centrais de arquitetos alemães se direcionarão do tectônico para o atectônico abstrato, beirando o gráfico e, desta forma, contribuindo para a transformação que Robert Schmutzler chamará de cristalização do Jugendstil.³⁵

Tectônico / Atectônico

Em um ensaio de 1973, intitulado “Structure, Construction, and Tectonics”, Eduard Sekler definiu a tectônica como certa expressividade surgida pela resistência estática da forma construtiva, de tal modo que a expressão resultante não poderia ser explicada apenas em termos da estrutura ou da construção.³⁶ Em seguida, Sekler mostrou como combinações de estrutura e construção similares poderiam se tornar a ocasião para uma sutil variação de expressão, como nos variados detalhes de canto que aparecem nos trabalhos americanos de Mies van der Rohe. Então, ele observou que uma dada expressão pode variar, seja com a ordem da estrutura ou com o método de construção, citando como exemplo os arcobotantes ocultos do Barroco. Entretanto, quando estrutura e construção parecem ser mutuamente interdependentes, como, por exemplo, no Palácio de Cristal de Paxton, de 1851, o potencial tectônico do todo parece derivar da eurtmia de suas partes e da articulação de suas juntas. Mesmo aqui, contudo, pode-se dizer que a capacidade estática e a forma representativa divergem, embora imperceptivelmente, uma vez que as colunas de Paxton, de ferro, modulares e pré-fabricadas com diâmetro padronizado, acabam sustentando cargas diferentes pela variação da espessura de suas paredes.

Em um ensaio subsequente sobre o trabalho magistral de Josef Hoffman, a Casa Stoclet, construída em Bruxelas em 1911 (Figura 22), Sekler introduziria o contra-conceito de *atectônico*, manifestado, neste caso, na implantação de molduras em formato de cabos utilizadas em todo o edifício.

Nos cantos ou em quaisquer outros locais de junção onde duas ou mais dessas molduras paralelas se juntam, o efeito tende à negação da solidez dos volumes construídos. Persiste uma sensação de que as paredes não foram construídas em uma construção

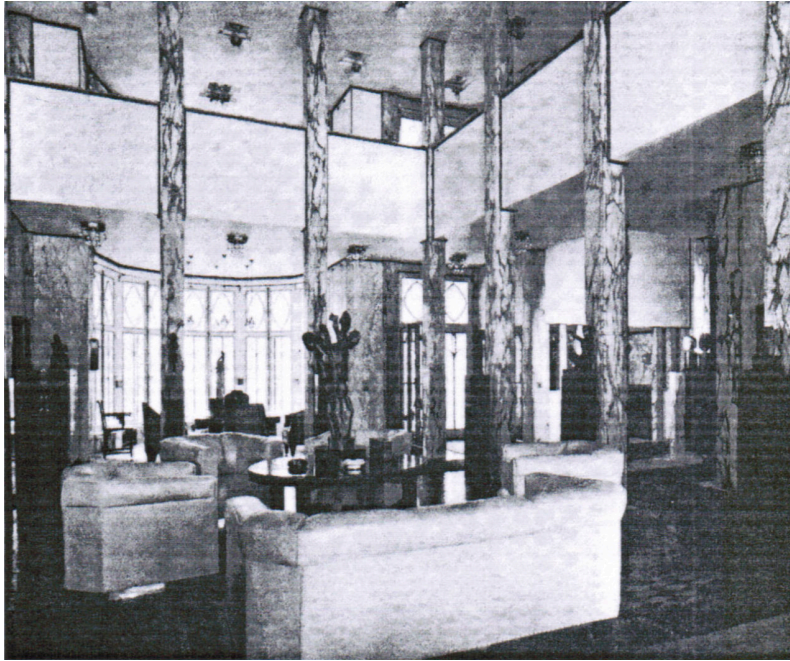


Figura 22
Josef Hoffmann, Casa Stoclet, Bruxelas, 1911. Hall principal

*pesada, mas consistem em grandes folhas de material fino, ligadas nos cantos por cabos metálicos para proteção das bordas [...]. O resultado visual é muito impactante e atectônico ao extremo. "Atectônico" é usado aqui para descrever a maneira pela qual a interação expressiva entre carga e suporte em arquitetura é visualmente negligenciada ou obscurecida [...]. Há muitos outros detalhes atectônicos na Casa Stoclet. Pilares pesados não possuem qualquer peso visual adequado a suportar, mas carregam um teto plano delgado, como na entrada e sobre a loggia no terraço de cobertura [...]. Nessa conexão, é igualmente significativo que as janelas sejam embutidas nas fachadas, mesmo ligeiramente salientes, e não em reentrâncias, o que trairia a espessura da parede.*³⁷

Efeitos similares de ausência de peso podem ser encontrados em boa parte da produção arquitetônica alemã no início desse século, talvez mais notadamente na Fábrica de Turbinas AEG, de Peter Behrens, construída em Berlim em 1909. Aqui, os bastiões egíptídeos monumentais dos cantos são interrompidos antes de tocar o telhado que, de outro modo, parece repousar sobre eles. Nesse trabalho único, tectônica e atectônica evidentemente coexistem; no primeiro caso, as estruturas de aço pivotantes ontologicamente tectônicas que descem à *Berlichingenstrasse* e, no segundo, os bastiões de canto representativamente atectônicos de concreto moldado *in situ* que, enquanto suportam seu próprio peso, propositalmente deixam de dar apoio ao balanço em projeção do teto (Figura 23).

função. O sentido de suporte dado pela êntase das colunas gregas se tornou o critério do conceito de "Tektonik".

³⁷ SEKLER, Eduard Franz. The Stoclet House by Josef Hoffman. In: _____. *Essays in the History of Architecture Presented to Rudolf Wittkower*. London: Phaidon Press, 1967, p. 230-231.

³⁸ Sobre o conceito de mobilização total, ver: JUNGER, Ernst. *Die totale Mobilmachung*. Berlin: [s.e.], 1930. Para uma discussão detalhada a este respeito, ver ZIMMERMANN, Michael E. *Heidegger's Confrontation with Modernity*. Bloomington: Indiana University Press, 1990, p. 55. Zimmermann escreve (p. 55): "O elitista Junger afirmou que na era tecnológica niilista, o trabalhador comum ou aprenderia a participar voluntariamente como uma mera peça da ordem tecnológica – ou deixaria de existir. Somente os tipos superiores, os heroicos trabalhadores-soldados, seriam capazes de apreciar totalmente a tempestade de fogo tecnológica industrial, criadora e destruidora do mundo. Ele cunhou o termo 'mobilização total' para descrever o processo totalizador da tecnologia moderna [...]. [Junger] acreditava que a humanidade seria salva e elevada somente se submetida às reivindicações niilistas da tecnológica Vontade de Poder".

Das afinidades ideológicas fascistas de Junger e Heidegger, tanto antes quanto depois do Terceiro Reich, não restam muitas dúvidas, mas isso, por si só, não desacredita seus insights pessimistas sobre o caráter intrínseco da tecnologia moderna. Essa difícil questão foi retomada com extrema precisão por Richard J. Bernstein em seu livro BERNSTEIN, Richard J. *The New Constellation: The Ethical-Political Horizons of Modernity/Postmodernity*. Cambridge: MIT Press, 1991, p. 79-141. Em sua crítica a Heidegger, Bernstein demonstra, baseado em Hannah Arendt e Hans-Georg Gadamer, que a tecnologia pode ser mediada não somente pela *revelação poética*, mas também pela *práxis política*.

NT4 Segundo o prof. Edgar Lyra, do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, o significado da palavra *thrownness*, utilizada por Frampton para se referir ao conceito heideggeriano, pode ser atribuído a uma tradução direta do termo *Geworfenheit*, central em *Ser e Tempo* e com sobrevida na obra tardia de Heidegger. O termo é uma substantivação (sufixo *heit*) do particípio do verbo *werfen*, que quer dizer "lançar". A *Geworfenheit* indica o fato fenomenológico de que nos encontramos existencialmente lançados num mundo que nos transcende, antecede e condiciona, e que, apesar de ganhar sentido em nós, na nossa compreensão e discursos, ao mesmo tempo dá apoio aos nossos

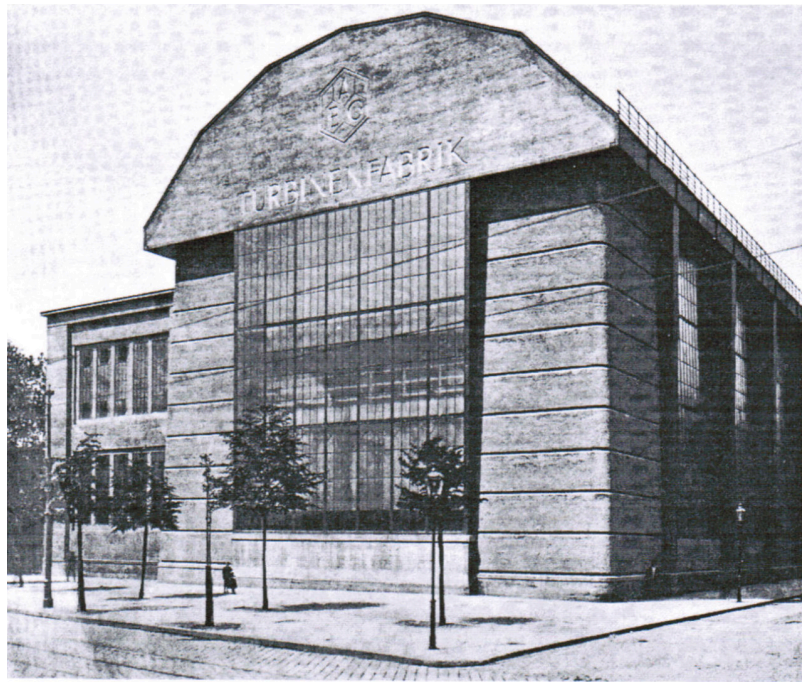


Figura 23
Peter Behrens, Fábrica de Turbinas AEG, Berlim, 1909.

É irônico que essa ambivalência arquitetônica tenha emergido na simbolização de poder tecnológico de Behrens, particularmente porque ele considerava a arquitetura como estando a serviço do poder através da história – a tese apresentada em seu ensaio "What is Monumental Art?", de 1908. Talvez essa ambivalência psicocultural advenha diretamente de sua tentativa bastante deliberada (*Kunstwollen*) de assemelhar o galpão da fábrica a uma espécie de celeiro cripto-clássico, de modo a significar o que Ernst Jünger mais tarde chamaria de *Gestalt* do trabalhador – o "desejo de poder" dos trabalhadores, que já haviam sido transformados de uma força de trabalho agrária em um proletariado altamente especializado, contratados a serviço do *Kartel* industrial.³⁸

Tecnologia

Talvez não haja filósofo do século XX que tenha respondido mais profundamente ao impacto cultural da tecnologia do que Martin Heidegger, e mesmo que haja poucas dúvidas sobre a existência de aspectos reacionários em seu pensamento, seu trabalho representa um rompimento fundamental com o positivismo; acima de tudo, talvez, por sua noção de "thrownness" (arremesso)^{NT4}, a ideia de que cada geração tem de confrontar seu próprio destino inserido na longa trajetória da história.³⁹ Ao mesmo tempo, ele articulou um número de ideias específicas que são relevantes para os argumentos desenvolvidos aqui. A primeira

delas diz respeito ao conceito topográfico de domínio ou lugar restrito, em oposição à infinitude do espaço da megalópole. Esse assunto foi inicialmente levantado por ele em um ensaio intitulado “Construir, Habitar, Pensar”, de 1954:

O que a palavra Raum, Rum, designa para espaço é traduzido por seu significado ancestral. Raum significa um lugar desimpedido ou livre para instalação e alojamento. Espaço é algo para o qual foi criado um vazio, algo que é desimpedido e livre, nomeadamente dentro de um limite, peras, em grego. Um limite não é aquilo em que alguma coisa para, mas, como reconheciam os gregos, o limite é aquilo a partir do qual algo começa sua presença [...]. Espaço é, na essência, aquilo para o qual foi criado um vazio, aquilo a que se permite adentrar seus limites. Aquilo para o qual é criado espaço é sempre concedido e, portanto, é unido, isto é, reunido, em virtude de uma localização [...]. Por conseguinte, espaços recebem sua existência de localizações e não do “espaço”. [...].

O espaço que é então feito de posições é espaço de um tipo peculiar. Assim como distância ou stadion [em grego], é o que a mesma palavra, stadion, significa em latim, um spatium, um espaço intermédio ou intervalo. Assim, a proximidade e o afastamento entre homens e coisas podem se transformar em meras distâncias, intervalos de espaços intermédios [...]. E mais, as meras dimensões de altura, largura e profundidade podem ser abstraídas do espaço como intervalos. O que é assim abstraído, nós representamos como a pura multiplicidade das três dimensões. Contudo, o espaço criado por essa multiplicidade também não é mais determinado por distâncias; não é mais um spatium, mas agora nada mais que extensio – extensão. Porém, do espaço como extensio, uma abstração adicional pode ser feita para relações analítico-algébricas. O que é aberto por essas relações é o espaço para a possibilidade da construção puramente matemática de variedades com um número arbitrário de dimensões. O espaço oferecido por esse modo matemático pode ser chamado “espaço”, o “único” espaço como tal. Mas nesse sentido, “o” espaço, “espaço”, não contém espaços nem lugares.^{40 NT5}

As implicações disso para a forma tectônica são talvez autoevidentes, nomeadamente a necessidade das instituições humanas de serem integradas com a topografia de tal forma a contrabalançar a rapacidade do desenvolvimento como um fim em si mesmo. Para Heidegger, o problema da tecnologia não reside nos benefícios que ela proporciona, mas em sua emergência como uma força quase autônoma que “carimbou” a época com a sua *Gestalt*. Não são principalmente os aspectos ambientalmente degradantes da técnica industrial que o preocupam, mas, ao invés disso, o fato de que a tecnologia tem a tendência de transformar tudo, até um rio, em uma “reserva disponível”, o que

projetos e os limita. Tem a ver com “destino”, no sentido daquilo que já encontramos posto em cada momento histórico.

³⁹ Em seu recente livro *The Transparent Society*, Gianni Vattimo escreve (VATTIMO, Gianni. *The Transparent Society*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992 p. 52-53): “Se o papel ‘fundador’ que a arte desempenha na relação com o mundo for exagerado, acaba-se com uma visão fortemente carregada de romantismo [...]. Ainda assim, a preocupação de Heidegger, e isso se mostra em diversas passagens do ensaio de 1936 (“The Origin of the Work of Art”) [...] não é dar uma definição positiva do mundo que a poesia abre e revela, mas, na verdade, determinar o significado do “infundado”, que é sempre uma parte inseparável da poesia. Fundado e infundado (*foundation and unfounding*) são os significados dos dois aspectos que Heidegger identifica como constituintes da obra de arte, a criação (*Aufstellung*) dos mundos e o estabelecimento (*Herstellung*) da terra. [...]. A Terra não é um mundo. Não é um sistema de conexões significantes: é o outro, o nada [...] a obra é uma fundação apenas na medida em que produz uma desorientação contínua que nunca pode ser recuperada em um *Geboreneheit* final”.

⁴⁰ HEIDEGGER, Martin. *Building, Dwelling, Thinking*. In: _____. *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper & Row, 1971, p. 154-155. Para a apresentação original deste texto em alemão, ver: BANNING, Otto (Ed.). *Mensch und Raum: Das Darmstädter Gespräch*, 1951. Darmstadt: Neue Darmstädter Verlagsanstalt. 1952 (reimpresso em: BANNING, Otto (Ed.). *Mensch und Raum: Das Darmstädter Gespräch*. Braunschweig: Vieweg Verlag, 1991.

NT5 Este trecho do ensaio foi traduzido diretamente do texto de Kenneth Frampton. É importante observar que o ensaio em questão tem tradução publicada em português, feita por Maria Sá Cavalcante Schuback. Ver: HEIDEGGER, Martin. *Construir, Habitar, Pensar*. In: HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 8. ed., 2012. 1ª reimpressão, 2018. pp. 125-141.

quer dizer, ao mesmo tempo em uma fonte de poder hidroelétrico e em um objeto de turismo.

Para Heidegger, o desenraizamento do mundo moderno começa com a tradução da experiência grega para os decretos do Império Romano, como se a tradução literal do grego para o latim pudesse ser efetuada sem que eles tivessem tido a mesma experiência. Contra esse mal-entendido que, para ele, culmina na filosofia produtivista da era da máquina, Heidegger nos retorna, como seu mestre Eduard Husserl, à presença fenomenológica das coisas nelas mesmas.

*Aquilo que dá às coisas sua constância e essência, mas é também ao mesmo tempo a fonte de seu particular modo de pressão sensorial – colorido, ressonante, duro, monumental – é a matéria das coisas. Nessa análise da coisa como matéria, a forma é sempre pressuposta. O que é constante em uma coisa, sua consistência, reside no fato de que a matéria se mantém na forma. A coisa é matéria formada.*⁴¹

⁴¹ HEIDEGGER, Martin. On the Origin of the Work of Art. In: _____, *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper & Row, 1971, p. 26.

Na medida em que a arquitetura se mantém suspensa entre a autorrealização humana e o impulso maximizador da tecnologia, deve necessariamente se engajar na distinção entre diferentes estados e condições; acima de tudo, talvez, entre a durabilidade de uma coisa, a instrumentalidade do equipamento e a mundanidade das instituições humanas. A tectônica se apresenta como um modo pelo qual expressar esses diferentes estados e, portanto, como um meio de acomodar, através da inflexão, as variadas condições sob as quais coisas diferentes aparecem e se sustentam. Sob esse preceito, as diferentes partes de uma dada edificação podem ser interpretadas diferentemente de acordo com seu status ontológico. Em um ensaio de 1956, intitulado "On the Origin of the Work of Art", Heidegger concebe a arquitetura como tendo a capacidade não somente de expressar os diferentes materiais dos quais é feita, mas também de revelar as diferentes instâncias e modos pelos quais o mundo vem a ser.

Na fabricação de equipamentos – por exemplo, um machado – a pedra é usada e gasta. Ela desaparece pelo uso. O material é tanto melhor e mais adequado quanto mais ele resistir ao desgaste no ser "equipamental" do equipamento. Por sua vez, o trabalho-templo, no estabelecimento de um mundo, não provoca o desaparecimento do material, mas ao invés disso faz com que ele apareça pela primeira vez e se mostre ao mundo do trabalho. A rocha vem para suportar e repousar e, então, primeiro se transforma em rocha; metais vêm para brilhar e cintilar, cores, para irradiar, tons, para cantar, a palavra, para falar. Tudo isso surge à medida que a obra se coloca de volta na monumentalidade e no peso da pedra, na

*firmeza e na maleabilidade da madeira, na dureza e no brilho do metal, na iluminação e no escurecimento da cor, na estridência do tom e no poder de nomeação da palavra.*⁴²

⁴² Ibid., p. 46.

Esse ensaio contém mais perspectivas pertinentes à tectônica. A primeira gira em torno da noção distinta, mas etimologicamente relacionada à *techne*, derivada do verbo grego *tikto*, significando produzir. Este termo significa a coexistência de arte e ofício, diferenciação inexistente na civilização grega. Também implica conhecimento, no sentido de revelar o que está latente no trabalho; ou seja, implica *aletheia*, ou o saber no sentido de uma revelação ontológica. Este conceito revelador nos leva de volta ao *verum, ipsum, factum* de Vico, àquele estado de coisas em que saber e fazer estão inextricavelmente ligados; a uma condição em que a *techne* revela o status ontológico de uma coisa através da revelação de seu valor epistêmico. Neste sentido, pode-se reivindicar que o conhecimento e, conseqüentemente, a beleza são dependentes da emergência da "coisificação". Tudo isso é categoricamente oposto ao conhecimento do *connoisseur*, onde obras de arte são oferecidas somente para a fruição estética ou onde, alternativamente, por virtude de sua preservação curatorial, são retiradas do mundo. Sobre essa última, Heidegger escreve, "A retirada do mundo ou a degradação do mundo nunca podem ser desfeitas. As obras não são mais as mesmas que eram antes. São elas próprias, com certeza, que encontramos lá, mas elas mesmas já passaram".⁴³

⁴³ Ibid., p. 41.

Heidegger sustenta uma oposição fértil e necessária entre o artifício do mundo e a condição natural da terra, percebendo que um é simbioticamente condicionado pelo outro e vice-versa. Medida e limite são dois termos pelos quais ele tenta articular essa relação. Seu pensamento a esse respeito, combinado com sua posterior ênfase em habitar, cuidar, e deixar ser, levou uma série de comentaristas a vê-lo como pioneiro da "Ecofilosofia".⁴⁴ A tecnologia era perturbadora para Heidegger, na medida em que ele a via como sendo desprovida de qualquer respeito pela natureza intrínseca das coisas. Ele considerava que nem a natureza nem a história nem o homem propriamente dito seriam capazes de resistir à falta de mundanidade da tecnologia caso fosse lançada em uma escala planetária.

⁴⁴ Um crítico que viu Heidegger nesses termos é George Steiner, em seu trabalho intitulado *Martin Heidegger* (New York: Viking Press, 1979, especialmente p. 136-148). O conceito de ecofilosofia ou humanismo ecológico foi desenvolvido por Henryk Skolimowski, com uma referência particular à arquitetura, no seu livro *Eco-Philosophy: Designing New Tactics for Living* (Boston: Boyars, 1981, p. 92-93). Apesar da natureza idiossincrática de seu pensamento, Skolimowski certamente está correto quando identifica o papel sobredeterminado desempenhado pelas regulamentações construtivas como sendo tecnológico. Com seu slogan "a forma segue a cultura", Skolimowski argumenta que a burocracia universal reproduz e facilita a dominação de uma tecnologia global e que a totalidade desta tecnologia tende a ser quantitativa ao invés de qualitativa em sua natureza. Ver, em particular, as páginas 92-93.

Tradição e Inovação

A noção de mediar a razão instrumental através de um apelo à tradição, como uma matriz evolutiva a partir da qual o mundo da vida é percebido tanto material quanto conceitualmente, é reiterado pela escola ita-

⁴⁵ Para uma discussão sobre a origem do “pensamento débil” na filósofa italiana, ver: BORRADORI, Giovanna. *Weak Thought and Postmodernism: The Italian Departure from Deconstruction*. *Social Text*, n.18, dez./mar. 1987/88, p. 39-49. Como afirma Borradori ao final do seu artigo: “Na era da ‘perda de referência’, seja histórica, social, política, cultural ou até ontológica, a tentativa da filosofia, como o pensamento débil sugere, deve deixar disponíveis *novos espaços de referência* nos quais a arte e, particularmente, o conhecimento, podem operar”. Para uma aplicação teórica do “pensamento débil” na arquitetura, ver SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Weak Architecture*. *Ottogono*, no.92, p. 88-117, setembro de 1989.

⁴⁶ Ver CORREA, Charles. *The New Landscape-Bombay*. Bombay: Book Society of India, 1985, p. 10. Estima-se que no ano de 2000, existirão 50 conurbações no mundo com população de aproximadamente 15.000.000 habitantes cada, das quais 40 estarão localizadas no Terceiro Mundo.

⁴⁷ O conceito de “fusão de horizontes” de Hans Georg Gadamer é uma parte essencial da compreensão hermenêutica. Ver WARNKE, Georgia. *Gadamer: Hermeneutics, Tradition and Reason*. Stanford: Stanford University Press, 1987, p. 69. Warnke escreve: “Por esta razão, Gadamer suspeita da tentativa de restaurar a autenticidade de trabalhos artísticos colocando-os em seu cenário original; para ele, esta tentativa de recuperar o significado original atrapalha qualquer significado que obras de arte têm como fusão de horizontes. Compreender isto não implica reexperimentar uma compreensão original, mas sim a capacidade de escutar uma obra de arte e permitir que ela fale consigo em sua circunstância presente.” Ver também página 82.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 170.

liana de pensamento conhecida como pensiero debole⁴⁵ (“pensamento débil”). Um dos preceitos chave do “pensamento débil” é o valor dado *a priori* ao fragmentário. Isso parece ser particularmente relevante à prática da arquitetura, uma vez que o *métier* não tem esperança de ser universalmente aplicado, no sentido de que a tecnociência concretize tal aplicação. Basta que se olhe a espontânea proliferação megalopolitana de nosso tempo para reconhecer a incapacidade da indústria da construção, sem falar na da arquitetura, de responder de qualquer forma efetiva. Onde a tecnologia, como a maximização da produção industrial e do consumo, serve meramente para exacerbar a magnitude dessa proliferação, a arquitetura, como um ofício e como um ato de criação de lugar, é excluída do processo.⁴⁶

Por esse ponto de vista, o radicalmente novo, como um fim em si mesmo, perde sua reivindicação de validade perpétua, particularmente quando é confrontado com o “arremesso” da história. Este *Geschick*, como é chamado por Heidegger, incorpora não apenas uma condição material específica de um tempo e lugar, mas também o legado de uma tradição histórica específica que, por mais assimilada que seja, está sempre em processo de transformação pelo que Hans Georg Gadamer caracterizou como a “fusão de horizontes”.⁴⁷ Para Gadamer, razão crítica e tradição estão inextricavelmente ligadas uma à outra em um círculo hermenêutico no qual os preconceitos de um dado legado cultural têm de ser continuamente avaliados em relação à crítica implícita de “outras” tradições. Como escreveu Georgia Warnke: “Não é que Gadamer não identifique mais o processo dialético ou dialógico com a possibilidade de um avanço por parte da razão; é, antes, que Gadamer se recusa a impedir esse avanço, projetando um ponto de conhecimento absoluto no qual nenhum novo encontro dialógico pode desenvolver aquela racionalidade”.⁴⁸

Tal conceito transformador é necessariamente contrário ao triunfo de um método universal único. É, por definição, instável e específico em um sentido fragmentário. Ao contrário da tecnociência, que considera o passado como uma série de momentos obsoletos ao longo da trajetória sempre crescente do progresso hipotético, as chamadas ciências humanas apreciam o passado vivido como um *Erlebnis* que é aberto a ser criticamente reintegrado ao presente. Como coloca Warnke:

A forma como prevemos o futuro define o significado que o passado pode ter para nós, justamente como o modo pelo qual nossos ancestrais projetaram o futu-

ro determina nossa própria gama de possibilidades. Assim, para Gadamer, a fórmula de Vico implica que nós entendemos a história não simplesmente porque nós a fazemos, mas também porque ela nos fez; nós pertencemos a ela, no sentido de que herdamos sua experiência, projetamos o futuro com base nas situações que o passado criou para nós e agimos iluminados por nosso entendimento desse passado, seja esse entendimento explícito ou não.⁴⁹

Essa formulação parece ecoar no famoso discurso apodítico do arquiteto português Álvaro Siza ao dizer que “arquitetos não inventam nada, eles transformam a realidade”.⁵⁰ Diferentemente das belas artes, todas essas transformações precisam ser enraizadas na opacidade do mundo da vida e ganhar a sua maturidade em um período de tempo inespecífico. O modo como tais transformações são imediatamente, ainda que imperceptivelmente, modificadas significa, por sua vez, que nem um passado hipostasiado, nem um futuro idealizado carregam a convicção que um dia tiveram no apogeu do Iluminismo. O declínio da utopia nega a validade do *novum* como um fim em si mesmo. Como escreve o filósofo italiano Gianni Vattimo em seu livro “The End of Modernity”, uma vez que o progresso, seja na ciência ou na arte, se torna rotina, deixa de ser novo no sentido em que o foi outrora. Ele comenta, baseado em Arnold Gehlen, que “o progresso parece mostrar uma tendência a se dissolver e, com ele, o valor do novo também, não somente no processo efetivo de secularização, mas mesmo nas utopias mais extremadamente futurísticas”.⁵¹ Enquanto a crise da nova vanguarda deriva diretamente dessa espontânea dissolução do novo, a cultura crítica tenta se sustentar por um jogo dialético através de uma realidade historicamente determinada em todo o sentido do termo. Pode-se mesmo reivindicar que, críticas à parte, a cultura crítica tenta compensar, de uma maneira fragmentária, o manifesto desencantamento com o mundo. O real transformado e transformador é, assim, constituído não somente pelas circunstâncias materiais obtíveis no momento da intervenção, mas também por uma deliberação crítica intersubjetiva sobre ou acerca dessas condições, tanto antes quanto depois do projeto e sua realização. Limitações materiais à parte, a inovação, nesse sentido, depende de uma releitura consciente, uma reconstrução, e um reagrupamento da tradição (*Andenken*), incluindo a tradição do novo, pois a tradição só pode ser revitalizada através da inovação. É nesse sentido que podemos vir a conceber a *post-histoire* de Gehlen como o domínio do “mau infinito”, tomando emprestada a frase de Gadamer.⁵²

⁴⁹ Ibid., p. 39.

⁵⁰ O aforismo de Siza coloca em dúvida toda a questão relativa à natureza da invenção e sua originalidade. A este respeito, pode-se relembrar a afirmação de Picasso, “Eu não procuro, eu encontro”. Assim, entra-se numa hipótese que se dá a partir de uma “formulação original” através de um processo de projeto empírico e circular que não é racional em nenhum sentido linear e causal. O aforismo de Siza implica que a originalidade formal não deveria ser perseguida como um fim em si mesmo; que se deveria permitir que ela surja espontaneamente a partir de uma transformação responsiva das circunstâncias dadas. Essa noção confere à invenção uma inevitável e fértil dependência da ocorrência de um evento imprevisível. Isso foi bem descrito por Sylviane Agacinski em sua tese sobre o caráter decisivo do evento: “Uma obra de arte é fomentada pela invenção, sendo ela mesma o resultado de uma multiplicidade de decisões. E eu argumentaria que cada decisão é um ‘evento’, ou seja, algo que, longe de simplesmente surgir como providência da necessidade, acontece com o arquiteto, juntamente com a parcela de contingência típica do trabalho artístico e técnico [...]. Essa parte do evento na invenção é precisamente o que enfraquece a autonomia da invenção [...]. Agora, a relação entre invenção e evento, a parte do empirismo na invenção, é exatamente aquilo no que a metafísica evita pensar”. Ver AGACINSKI, Sylvianne. *Shares of Invention*. In: *Afterwords Conference*. Columbia Documents of Architecture and Theory 1, 1992, p. 53-68.

⁵¹ VATTIMO, Gianni. *The End of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1998, p. 104.

⁵² Para o conceito de Gadamer de “mau infinito”, ver: Georgia War-

nke, Gadamer, (p. 170). Para o conceito de Arnold Gehlen de pós-história, ver seu livro *Man in the Age of Technology* (New York: Columbia University Press, 1980). Ver também seu ensaio de 1967 *Die Säkularisierung des Fortschritts*, no volume 7 de sua coleção de trabalhos intitulada *Einblick*, ed. K. S. Rehberg (Frankfurt: Klochtermann, 1978). Gehlen argumenta que o avanço tecnocientífico como rotina econômica, ligado ao contínuo desenvolvimento tardio do capitalismo, mas, por outro lado, divorciado das necessidades vitais básicas e até mesmo oposto a elas, descarrega a responsabilidade pela ideologia do novo sobre as artes, um fardo que elas não podem sustentar mais do que a atomizada multiplicidade de vários subconjuntos da tecnociência. Gehlen escreve: "O projeto geral [do novo] se desmembra em processos divergentes que, cada vez mais, desenvolvem sua própria legalidade interna e progridem lentamente [...] [e] é deslocado para a periferia dos fatos e consciências, e lá está totalmente esvaziado." Ver VATTIMO, Gianni. *The End of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1998, p. 102.

⁵³ VATTIMO, Gianni. *Project and Legitimization*, anais de uma conferência realizada em 6 de junho de 1985, no âmbito do Centro Culturale Polifunzionale em Bra, p. 124. In: CONGRESSO CENTRO CULTURALE POLIFUNZIONALE, 1985, Bra. Ver também "Dialoghi fra Carlo Olmo e Gianni Vattimo", traduzido para o inglês como *Philosophy of the City*. Eupalino, n. 6, 1986, p. 4-5, 1986.

⁵⁴ Ver HABERMAS, Jürgen. *Towards a Rational Society*. New York: Beacon Press, 1970, p. 118-119: "Acima de tudo, fica claro nesse contexto que dois conceitos de racionalização devem ser diferenciados. No nível dos subsistemas da ação racional intencional, o progresso tecno-científico já compeliu a reorganização de instituições e setores sociais e necessita disso em uma escala ainda maior do que antes. Porém, esse processo de desenvolvimento das forças produtivas pode ser um potencial para a libertação se, e somente se, ele não substituir a racionalização em um outro nível.

A racionalização no nível da estrutura institucional só pode ocorrer no meio da interação simbólica propriamente dita, isto é, através da remoção das restrições a todo tipo de comunicação. A discussão pública e irrestrita,

Tal modelo hermenêutico pressupõe uma autorrealização intersubjetiva contínua por parte da espécie e um tipo de descentralização "fracionada" do poder e da representação no campo da política, sem mencionar o imperativo de aumentar o nível geral de educação da sociedade. Em tais circunstâncias, poderíamos começar a considerar uma convergência possível entre a situação de discurso ideal de Jürgen Habermas, seu conceito de comunicação não distorcida, e a formulação de legitimação hermenêutica de Gianni Vattimo, como deveria ser aplicada à realização de um projeto arquitetônico. Sobre esta última, encontramos Vattimo escrevendo em termos que parecem incomumente próximos aos de Habermas:

*Se, portanto, na arquitetura, como também na filosofia, na existência em geral, renunciarmos a qualquer legitimação metafísica, superior, transcendente (do tipo que alcança verdades últimas, redenção da humanidade, etc.), tudo o que resta é entender a legitimação como uma forma de criação de horizontes de validação através do diálogo, um diálogo tanto com as tradições às quais pertencemos como com outras.*⁵³

Independentemente das incursões da mídia, quer dizer, das distorções da comunicação de massa que condicionam um grande setor da vida cotidiana no final do século XX, a "situação de discurso ideal" de Habermas parece ser um pré-requisito para um cultivo inteligente do ambiente, pois, como todo arquiteto sabe, sem bons clientes, é impossível alcançar uma arquitetura de qualidade.⁵⁴ Para além disso, a prática arquitetônica não tem outra escolha a não ser abraçar o que se pode chamar de uma dupla hermenêutica que, primeiro, procure embasar sua prática em seus próprios procedimentos tectônicos e, segundo, direcione-se para o social e para a inflexão do que Hannah Arendt formulou como "o espaço da aparição pública".⁵⁵ Vittorio Gregotti reflete sobre esses dois aspectos nos seguintes termos:

*No curso dos últimos trinta anos, durante os quais a obsessão com a história emergiu e se desenvolveu, enraizou-se a crença de que a arquitetura não pode ser um meio de mudança nas relações sociais; mas eu defendo que é a arquitetura propriamente dita que precisa, para sua própria produção, do material representado pelas relações sociais. A arquitetura não pode viver simplesmente espelhando seus próprios problemas, explorando sua própria tradição, mesmo que as ferramentas profissionais requeridas para a arquitetura como disciplina possam ser encontradas apenas dentro dessa tradição.*⁵⁶

Em outro lugar, Gregotti volta ao problema da ocupação do solo, à sua preocupação anterior com o território da arquitetura,⁵⁷ efetivamente referindo-se ao que

pode ser a última consequência da mobilização global: o simples fato de que ainda não chegamos a um padrão “motopiano” de ocupação do solo que pudesse possivelmente ser considerado *racional*.⁵⁸

*Eu acredito que se existe um claro inimigo a enfrentar hoje, ele é representado pela ideia de um espaço técnico/econômico indiferente em todas as direções. Essa é uma ideia tão amplamente difundida agora que parece quase objetiva [...]. É uma questão de um inimigo astuto, modernista, capaz de aceitar a última proposta, a mais em voga, especialmente qualquer proposta capaz de vender toda dissimulação formalística vã, favorável apenas ao mito, à redundância ou à comoção, como uma genuína diferença.*⁵⁹

Com notável perspicácia, Gregotti sugere o modo como o detalhe tectônico pode ser combinado com as formas típicas tradicionais, modificado à luz das necessidades atuais, mas livre da novidade gratuita, de tal modo a articular a diferença qualitativa que separa a especulação irresponsável da prática crítica. A dificuldade em realizar essa *répétition différent* não é, de modo algum, subestimada por Gregotti.⁶⁰

Depois do famoso slogan de Auguste Perret, “*Il n’y a pas de détail dans la construction*”, Gregotti insiste que o detalhamento nunca deveria ser considerado um meio técnico insignificante através do qual a obra acaba sendo realizada. O potencial tectônico completo de qualquer edificação se origina de sua capacidade de articular tanto o aspecto poético quanto o cognitivo de sua substância. Essa dupla articulação pressupõe que se tenha que mediar entre a tecnologia como um procedimento produtivo e a técnica artesanal como uma capacidade anacrônica, porém renovável de reconciliar diferentes modos produtivos e níveis de intencionalidade. Desse modo, a tectônica se coloca em oposição à tendência atual de depreciar o detalhamento em favor da imagem global. Como valor, ela se encontra em oposição à gratuidade figurativa, uma vez que, sendo nossos trabalhos concebidos como de longa duração, “devemos produzir coisas que pareçam sempre ter estado ali”.⁶¹

Em última análise, tudo depende de exatamente *como* uma coisa é realizada, tanto quanto de uma manifestação evidente de sua forma. Não se trata de negar a engenhosidade espacial, e sim de realçar seu caráter através da sua realização precisa. Assim, a presença de uma obra é inseparável do tipo de sua fundação no solo e da ascendência da sua estrutura através da interação do suporte, do vão, da emenda e da junta – o ritmo de seu revestimento e a modulação de sua fenestração. Situada na interface entre cultura e

livre de dominação, da adequação e conveniência de princípios e normas de orientação proativa, à luz de repercussões socioculturais relacionadas a subsistemas de desenvolvimento de ação racional-intencional – como a comunicação em todos os níveis de processos decisórios políticos e repolitizados – é o único meio em que qualquer coisa como a ‘racionalização’ é possível.”

⁵⁵ Ver: ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958, p. 201-204. Para Arendt, o termo esfera da vida pública ou “espaço de aparição pública” significa o paradigmático espaço político da *polis* Grega.

⁵⁶ GREGOTTI, Vittorio. The Obsession with History. *Casabella*, n. 478, p. 41, mar. 1982.

⁵⁷ GREGOTTI, Vittorio. *Il Territorio dell’Architettura*. Milão: Feltrinelli, 1966.

⁵⁸ Ver: CHERMAYEFF, Sege; ALEXANDER, Christopher. *Community and Privacy: Toward a New Architecture of Humanism*. Garden City: Doubleday, 1963. Há mais de 30 anos, o texto de Chermayeff e Alexander propôs um sistema racional de densos assentamentos suburbanos de construções baixas servidos por automóveis que, infelizmente, não tem influência na atual prática do desenvolvimento. As forças da especulação com terras, auxiliadas e instigadas pela distribuição universal de infraestrutura automobilística, efetivamente inibiram a adoção de padrões ecologicamente mais responsáveis de assentamento.

⁵⁹ GREGOTTI, Vittorio. Clues. *Casabella*, n. 484, p. 13, out. 1982.

⁶⁰ GREGOTTI, Vittorio. The Obsession with History. *Casabella*, n.478, p. 41, mar. 1982. “Então, qual é a resposta? Não há resposta exceto o retorno à incerteza da realidade, mantendo ‘a total falta de ilusões sobre uma era e, ainda assim, apoiando-a incansavelmente’. Como retornar à ‘realidade duradoura’ é, sem dúvida, um complexo problema teórico e ideal; isso se torna aparente logo que se vai além da superfície empírica e tangível da realidade e a define em termos de escolhas deliberadas e projetos, como uma ‘utopia concreta’, um ‘princípio de espe-

rança', tomando emprestada a bela expressão de Ernest Bloch (hoje, esses termos estão tão ultrapassados que parecem ser ou ingênuos, ou egoístas). Mas também é um esforço construtivo, um problema relativo à escolha de instrumentos e métodos." (Grifo nosso.)

61 Ibid.

62 ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958, p. 204. Arendt contrasta a luz da *res publica* ao escuro intimista da habitação privada – o *megaron*.

63 Para a distância entre o imediatismo gráfico e a permanência da construção, ver MONEO, Rafael. *The Solitude of Buildings*. Palestra de Kenzo Tange, 9 de março de 1985, Graduate School of Design, Harvard University. Notas de Aula: "Muitos arquitetos, hoje em dia, inventam processos ou dominam técnicas de desenho sem se preocupar com a realidade dos edifícios. A tirania do desenho é evidente em muitos edifícios quando o construtor tenta seguir o desenho literalmente. A realidade pertence ao desenho, e não ao edifício [...]. Os edifícios seguem tão diretamente as definições do arquiteto e estão

natureza, a construção tem tanto a ver com o terreno quanto com a forma construída. Similar à agricultura, sua tarefa é modificar a superfície da terra de um modo que também cuide dela, como no conceito de Heidegger de *Gelassenheit*, ou deixar estar. Por isso, a noção de "construir o lugar", na memorável frase de Mario Botta, tem mais significado do que a criação de objetos independentes e, neste sentido, construir tem tanto a ver com o *topos* quanto com a técnica. Além disso, apesar da privatização da sociedade moderna, a arquitetura, em oposição à construção, tende a favorecer o espaço da aparição pública ao invés da privacidade do *domus*.⁶² Ao mesmo tempo, trata tanto da produção de lugar e da passagem do tempo quanto do espaço e da forma. Luz, água, vento e intemperismo, esses são os agentes pelos quais ela é consumada. Na medida em que sua continuidade transcende a mortalidade, a construção provê a base para a vida e a cultura. Nesse sentido, não é alta arte nem alta tecnologia. Na medida em que desafia o tempo, é anacrônica por definição. Duração e durabilidade são seus valores finais. Em última análise, não tem nada a ver com imediatismo⁶³, e tem tudo a ver com o indizível. O que disse Luis Barragán? "Toda arquitetura que não expressa serenidade fracassa em sua missão espiritual".⁶⁴ A missão do nosso tempo é combinar vitalidade com calma.

tão desconectados de sua operação que a única referência é o desenho. Mas um verdadeiro desenho arquitetônico deveria implicar, acima de tudo, o conhecimento da construção. Hoje, muitos arquitetos ignoram problemas de como uma obra será construída [...]. O termo que melhor caracteriza a qualidade mais distinta da arquitetura acadêmica, hoje, é o "imediatismo". A arquitetura tenta ser direta, imediata, a simples extensão dimensional dos desenhos. Os arquitetos querem manter o sabor dos seus desenhos. E se este é o objetivo mais desejado, desse modo, os arquitetos reduzem a arquitetura a um campo privado e pessoal. Consequentemente, este imediatismo transforma as intenções do arquiteto e torna o que deveria ser pressuposto como geral em uma declaração expressionista pessoal [...]. Eu não acho que nós podemos justificar como arquitetura as tentativas de alguns artistas que, confundindo nossa disciplina com qualquer experiência tridimensional, criam objetos desconhecidos que ora se relacionam com uma mimese natural, ora aludem a máquinas inutilizáveis [...]. A construção de um edifício implica uma grande quantidade de esforço e investimento. A arquitetura em princípio, quase por princípio econômico, deve ser duradoura [...]. A arquitetura atual perdeu o contato com seus suportes genuínos, e o imediatismo é a consequência natural dessa mudança crítica."

64 Citado em SMITH, Clive Bamford. *Builders in the Sun*. New York: Architecture Book Publishing Company, 1967, p. 54.

THESIS

Recensão

Uma história toda sua

Leandro de Sousa Cruz

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. *Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: DPR, 2018.



¹ O poema é datado de 1923, como se vê na coleção "Selections" publicada pela University of California Press (Stein, 2008) e na tradução brasileira (Stein, 1989) publicada pela editora Noa Noa, mas interessa destacar aqui, para além da circularidade da comemoração de seu centenário, o fato de que no seguinte texto veio a público em uma edição da revista *Vanity Fair*.

Now to date now to date. Now and now and date and the date.

Who came first Napoleon at first. Who came first Napoleon the first. Who came first, Napoleon first. (Stein, 1924)

Agora para dar data para dar data. Agora e agora e data e a data.

Quem veio primeiro Napoleão de primeiro. Quem veio primeiro. Napoleão primeiro. Quem veio primeiro, Napoleão primeiro. (Stein, 1989)

Há cem anos, em abril de 1924, a revista *Vanity Fair* publicou em suas páginas o poema "If I Told Him [...]", no qual Gertrude Stein oferece um "retrato acabado" de seu amigo Pablo Picasso (Stein, 1924)¹. Se por um lado o texto reflete a influência do cubismo e da pintura de Picasso em sua forma, desmembrando e reestruturando a linguagem de uma maneira que se assemelha à maneira como o cubismo decompõe e reconfigura a percepção visual, por outro, ele também pode ser lido como um manifesto em que Stein questiona a autoridade de quem pode produzir "retratos".

Este é um enfrentamento que mobiliza o livro "Mulheres, casas e cidades", de Zaida Muxí Martínez, que se propõe como uma "[...] reescrita da história da arquitetura e do urbanismo a partir das contribuições de mulheres que foram silenciadas nas histórias gerais" (Muxí Martínez, 2018, p. 17, tradução nossa). O ambiente habitado é seu campo de trabalho, organizado em torno de duas imagens-chave que dão título ao livro: se a casa é evocada como uma imagem ou metáfora da arquitetura, dando conta do domínio privado, a cidade é apresentada como uma imagem-síntese das ações humanas, representativa, assim, do domínio público.

Trata-se de um importante contribuição para a história da arquitetura e do urbanismo a partir da teoria feminista. Na "Introdução" são apresentados os principais marcos conceituais e teóricos do livro, onde se vê que um primeiro trabalho de desconstrução empreendido foi o da própria noção de gênero, cuja construção,

para a autora, “não é em nada inocente nem inócua” – afinal, historicamente, construíram-se as noções duais de gênero masculino e feminino com a intenção de posicionar as mulheres em lugar de subordinação. A atribuição das mulheres como responsáveis pelo mundo interior, pela gestão de um lar que representa a lei do patriarcado, sem restar a elas qualquer atribuição ou mesmo capacidade de agência no mundo exterior. A autora entende que a prática arquitetônica também foi diretamente condicionada por esta forma de representação do mundo, donde se destacam duas razões para promover esta revisão historiográfica e crítica: por um lado, para “dar lugar” e desvelar as contribuições de mulheres vindas de diferentes campos para a arquitetura e para a cidade; por outro, para visibilizar as experiências e necessidades das mulheres, já que lhes foi negada a tomada de decisão na construção do ambiente humano.

A história que nos apresenta Muxí Martínez não poderia ser outra senão uma historiografia crítica, pós-moderna, que desconsidera a possibilidade de um discurso único, uma “história coral”, em seus termos, que admite acordos e desacordos em sua feitura.

Em suma, a tese que este livro quer apresentar é como diferentes experiências, diferentes perspectivas nos fazem reconhecer a realidade de diferentes maneiras, respondendo de diferentes maneiras, e como as mulheres, que sempre foram as “outras”, contribuíram e continuam a contribuir com novas questões para a prática da arquitetura e do urbanismo. Não se trata de formas mais curvilíneas ou mais retas, mas sim, ao ler, analisar a realidade de uma forma diferente da estabelecida, devido à falsa universalidade da experiência masculina, as mulheres que protagonizam o livro encontraram novos problemas a partir de uma perspectiva diferente da prevalente e por isso deram novas respostas. [...] (Muxí Martínez, 2018, p. 41, tradução nossa)

Seguindo-se à *Introdução*, o livro se organiza em nove capítulos, dos quais o corpo principal tem como recorte temporal o intervalo entre o século XIX e a segunda metade do século XX, com reflexões que atualizam os temas tratados até suas expressões e continuidades dentro da condição contemporânea.

O primeiro capítulo, “Mulheres, arquitetura e cidade antes do século XIX”, faz um apanhado da relação entre as mulheres e os domínios do público e do privado do século XV ao XVIII. O começo do mundo moderno marca uma coincidente reorganização dual: a casa vai ganhando especialização de seu interior doméstico, demarcando espaços para o homem e para a mulher, enquanto a casa em si também se diferencia de forma

mais marcada frente ao espaço urbano, delimitando contornos entre o privado e o público. A passagem para o século XIX vai trazer como principal transformação a imagem da casa como abrigo e representação de uma “família nuclear”. O Renascimento viu o surgimento de um novo espaço, o *studiolo*, dedicado ao uso e representação do chefe de família. Tal representação perdurou por todo século XIX e segue ainda em curso, ainda que tenha sido finamente criticada por Virginia Woolf em 1929, no ensaio “Um teto todo seu” (Woolf, 2014).

Muxí Martínez nos lembra que a imagem da casa se estabeleceu no imaginário ocidental como uma “peça de autor e de prestígio” [p. 47] e, igualmente, como sendo ao mesmo tempo um “reflexo e uma pauta de normas” [p. 47]. Acima, de tudo, o imaginário da casa como um “lar, doce lar”, como esse ambiente destinado ao descanso e à intimidade, deixou de fora a consideração do lado feminino, para quem o lar também se configurou como um lugar de trabalho.

Um aspecto sobre a montagem de Muxí Martínez se evidencia logo neste primeiro capítulo. A autora leva em consideração não apenas aspectos espaciais, mas também elementos normativos como legislação e normas difusas no mundo social. Evidencia também, para além das trajetórias individuais de criadoras exemplares, as redes de solidariedade femininas. Ainda no primeiro capítulo, a autora destaca, a partir de três experiências entre os séculos XVI e XX, como a coletivização da moradia resulta em espaços que “[...] dão papel público às mulheres e lhes conferem, às mulheres, identidades independentes fora do lar.” [p. 62]. Finaliza o capítulo uma revisão sobre o papel das mulheres como reformadoras sociais, denunciando as más condições de moradia e buscando soluções para melhorá-las.

As reformadoras sociais do século XIX têm grande destaque no capítulo “Revolução social”. Partindo das trajetórias individuais das inglesas Angela Burdett-Coutts, Octavia Hill e Henrietta Barnett, a autora passa a uma reflexão sobre como ações coletivas e inovações nas instituições levaram a cabo desde um maior cuidado com as ruas e salubridade no meio urbano até a preocupação com a criação de bibliotecas populares, relacionando esta prática a experiências mais recentes como o programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro.

Nos dois capítulos seguintes, as leitoras são apresentadas a um contexto de profissionalização, primeiro a partir da própria experiência e trabalho em ateliês de



outros profissionais, para então ingressar no mundo da formação universitária. Destacam-se, aqui, as contribuições inequívocas de mulheres arquitetas na conformação de uma nova tipologia – o edifício de apartamentos, incluindo os experimentos com cozinhas e áreas de serviço coletivas – e de inovações especiais em espaços domésticos já estabelecidos, notadamente nos espaços de trabalho dentro do lar. Já em um contexto de apelo científico, as arquitetas apresentadas têm a seu favor o cotidiano e a experiência na elaboração de propostas modernas que visavam à economia, eficácia e liberação do trabalho pesado. Assim sintetiza Muxí Martínez: “Como para muitas mulheres que propuseram melhoras na arquitetura e na cidade, a experiência pessoal é a base sobre a qual se assenta seu conhecimento. [...]” (p. 124, tradução nossa). O ingresso na prática profissional propriamente dita não foi realizado sem a desconfiança e a subalternização ditadas pelo patriarcado. Às primeiras arquitetas e urbanistas foram destinadas tarefas consideradas menores e sem prestígio como a de desenhos e cópias de plantas técnicas. De modo que, como em outras situações, instituições femininas e financiamento através de patronagem, tendo mulheres em posição política de destaque, que permitiram às primeiras profissionais em arquitetura e urbanismo terem destaque e assumirem encomendas de maior vulto.

O capítulo “As pioneiras modernas” parece destoar, num primeiro momento, da proposta de uma “história coral”, mas logo se vê a mesma cadência de partir de trajetórias individuais, ou de histórias compartilhadas de arquitetas casadas com outros arquitetos, para buscar as relações de cooperação e mostrar um trabalho coletivo. Para Muxí Martínez:

[...] [A]s mulheres têm maiores dificuldades em deixar sua marca na história, principalmente se esta for escrita com um sistema de valores construído a partir dos feitos masculinos e da sua própria história heroica, o que exige o desaparecimento de qualquer sistema de trabalho em equipe e colaboração, que por outro lado foi e é essencial tanto na arquitetura como na vida. (Muxí Martínez, 2018, p. 178, tradução nossa)

Ainda com relação a este capítulo, nota-se uma suspensão da dualidade casa-cidade para tratar mais especificamente de uma história intelectual das arquitetas pioneiras, de uma história da prática arquitetônica marcada pelas dificuldades em receber crédito pelo trabalho associado aos maridos arquitetos. Notam-se, também, momentos luminosos de análise sobre as contribuições destas pioneiras, inserindo-as no contexto das vanguardas. A análise da Casa Rietveld Schröder em Utrecht, resultado da parceria

entre Truus Schröder e Gerrit Rietveld, é especular. Muxí Martínez conduz as leitoras a todos os espaços da residência e entende a sua modernidade para além de uma “expressão construída do movimento *De Stijl*”, como manuais apressados de arquitetura o fariam, afinal a casa “[...] é um manifesto espacial baseado num tipo de sociedade e relação familiar, a sua inovação baseia-se nisso, respondendo a muito mais variáveis do que as do manifesto estético.” (Muxí Martínez, 2018, p. 195, tradução nossa)

A dimensão mais coletiva da moradia e a dimensão pública do urbano são trabalhadas no capítulo “*Housers*’, ou as moradias como centro de interesse”. Aqui são apresentadas, também no modelo de uma história intelectual, as experiências de Margarete Schütte-Lihotzky com pesquisa e projeto na Alemanha e na União Soviética, o trabalho de Catherine Bauer e Elizabeth Denby com as políticas de moradia nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, finalizando com a atuação política e profissional de Carmen Portinho no Rio de Janeiro. Muxí Martínez faz compreender que para estas profissionais, também pioneiras, os espaços coletivos não eram apenas a expressão de uma utopia, mas também um significativo avanço nas questões de gênero.

O capítulo “Terceira e quarta geração” adota uma organização temporal estabelecida em outras historiografias tradicionais, não associadas à teoria feminista, porque reconhece na produção dos anos 1950 uma correspondência entre as experiências das mulheres desta geração e das prévias. Destaca-se, para a autora, “[...]a preocupação com o ambiente natural, uma arquitetura mais enraizada nos lugares, tanto nas tradições construtivas como climáticas, e a revisão dialética da simplificação funcional da cidade derivada da Carta de Atenas (1933)” (Muxí Martínez, 2018, p. 235, tradução nossa). Referindo-se à contribuição de Liane Lefaivre sobre o Regionalismo Crítico, traça as trajetórias de Minnette de Silva e de Lina Bo Bardi e suas principais experiências projetuais no Sri Lanka e no Brasil, respectivamente. O trabalho de crítica, de crítica historiográfica, de organização de eventos internacionais e de curadoria também são contemplados nesse contexto, destacando-se a atuação de Sibyl Moholy-Nagy, Ada Louise Huxtable, Marina Waisman, Jacqueline Tyrwhitt e Jane Drew. Muxí Martínez aponta não apenas as contribuições de arquitetas e urbanistas nos CIAMs, como também inclui na genealogia de eventos e organizações internacionais dedicadas a divulgar e refletir sobre a prática de profissionais mulheres nos campos da arquitetura, urbanismo e paisagismo.

Embora não seja o primeiro encontro dessa natureza mencionado no livro, o evento organizado pela argentina Susana Torre nos Estados Unidos, com o título “*Women in Architecture: An Exhibition of Work*

by Women” [Mulheres na Arquitetura: Uma Exposição de Obras por Mulheres, em tradução livre] parece servir de inspiração para o trabalho mesmo de historiografia empreendido por Muxí Martínez. Para a autora, o evento mencionado, ainda nos anos 1970:

buscou não apenas mostrar a quantidade, mas mostrar seu interesse nas perspectivas feministas, que queriam desafiar o discursos e práticas dominantes em relação aos direitos dos mulheres à autodeterminação, a serem escutadas e a terem poder na arena pública. (Muxí Martínez, 2018, p. 271, tradução nossa)

O último capítulo do livro trata do “Urbanismo moderno” no seu título, mas estende a reflexão até a prática contemporânea. Levanta a relevância da urbanista Jakob Mulder na elaboração do plano de modernização de Amsterdã, junto a Cornelius van Esteren, e seu papel decisivo na implantação de parques infantis na capital holandesa, normalmente atribuída apenas ao trabalho de Aldo van Eyck como responsável pelo projeto arquitetônico. O capítulo segue com outras contribuições femininas ao pensamento e prática crítica sobre a cidade moderna e contemporânea, passando pela contribuição incontornável de Jane Jacobs e o trabalho experimental do coletivo Matrix. Se por um lado é importante valorizar que Muxí Martínez não faz qualquer concessão a escritórios e arquitetas ligadas à cultura do espetáculo da virada dos séculos XX e XXI, não é menos estranho que o último capítulo não se abra para um conjunto maior de experiências nem amplie a geografia do universo representado, como o fez em capítulos anteriores. De algum modo, experiências de coletivos feministas de ensino, pesquisa e de divulgação estão presentes em todo o livro, notadamente o coletivo *Un día | una arquitecta*, às quais poderiam ser acrescentadas tantas outras que, hoje, formam uma massa crítica de coletivos, grupos e núcleos de pesquisa, sessões temáticas em seminários e dossiês especiais em revistas, sem perder de vista que se estabelece um cotidiano de pesquisa que, eventualmente, prescinde da excepcionalidade do evento disparador e já se encontra incorporado nas práticas de ensino e de pesquisa. Resta, ainda, maior representatividade nos espaços de poder e de tomada de decisão, esta uma luta ainda a não se perder de vista.

Encerra a densa obra de cerca de 350 páginas uma seção curta que já se apresenta como um “fechamento provisório”, com um elenco de perguntas não completamente respondidas, especialmente aquelas que tratam sobre que novos valores podem ser construídos. Após muitas perguntas, Muxí Martínez afirma: “Gostaria que as mulheres deixássemos de ser as outras, as desconhecidas, as invisíveis, e esta é a minha contribuição pessoal para que possamos alcançá-lo. [...]” (Muxí Martínez, 2018, p. 321, tradução nossa) assim determinado para que nenhum resenhista precise acrescentar qualquer linha sobre a relevância de um trabalho desenvolvido por mais de dez anos, e que segue em sua prática crítica, historiográfica e profissional.

Para finalizar, cabe destacar uma outra importante contribuição do livro, também evidenciada ao longo de suas páginas. Ao “dar lugar” e visibilizar a produção de mulheres que haviam sido apagadas ou colocadas em posição subalterna na historiografia tradicional, Muxí Martínez acrescenta elementos agora incontornáveis para novas genealogias da produção arquitetônica e urbanística dos últimos séculos. Ecoa o “Quem vem primeiro” de Gertrude Stein ao longo de toda a leitura do livro, apenas para percebermos que se marcar datas e dar os nomes continuam sendo procedimentos historiográficos elementares, agora não cabem mais as respostas prontas. Assim, também, o livro deixa patente uma de suas maiores dificuldades enquanto processo de pesquisa, afinal ainda é necessário investir em ampliar os arquivos e tornar visíveis os apagamentos da crítica e da historiografia tradicionais.

Referências

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. *Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: DPR, 2018.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. *Mulheres, casas e ciudades*. Tradução: Júlia Urrutia. São Paulo: Olhares, 2024. [no prelo].

ALIAGA FUENTES, Maribel; PESCATORI, Carolina (ed.). *Entre arquiteturas, cidades e feminismos: pesquisas do observatório amar-é-linha*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

STEIN, Gertrude. “If I Told Him”: A Completed “Portrait” of Picasso, in an Eccentric Modern Manner. *Vanity Fair*, Nova Iorque, v. 21, n. 8, p. 40, abr. 1924.

STEIN, Gertrude. Se eu lhe contasse: um retrato acabado de Picasso. In: STEIN, Gertrude. *Porta-retratos*. Tradução: Augusto de Campos. Ilha de Santa Catarina: Noa Noa, 1989.

STEIN, Gertrude. If I Told Him, A Completed Portrait of Picasso (1923). In: STEIN, Gertrude. *Selections*. [Edited and with an Introduction by Joan Retallack]. Berkeley: University of California Press, 2008. p. 190-193.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução: Bia Nunes de Sousa; Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.



THESIS

Passagens

A coluna do Alvorada: modernidade e colonialidade

Lia Tostes

Superpostas a listras nas cores nacionais, verde e amarelo, duas fotografias em preto e branco da maquete de um palácio ilustram a capa do sexto exemplar da revista *Módulo* em dezembro de 1956. Essas imagens seriam o primeiro registro da nova capital. O palácio da capa é o Palácio da Alvorada, cuja coluna se tornou a epítome de um grupo de símbolos codificados relacionados a um senso de orgulho nacional apartidário (SEGRE, 1977).

Além de sua existência como coluna, souvenir ou peça de design amplamente ilustrada e reproduzida, onde está a coluna agora? Sessenta anos depois, que tipo de discussões ela ainda provoca? Para explorar isso, sugiro mergulhar em um par dicotômico na historiografia da arquitetura brasileira: modernidade e colonialidade.

Teóricos modernistas brasileiros, como Lucio Costa ou Paulo Ferreira Santos, relacionam o Brasil Colonial ao verdadeiro período de uma brasilidade ideal: "É no interior profundo dos sertões brasileiros, nas fronteiras do império colonial, que uma arquitetura mais autêntica, mais pura, foi preservada, sem os maneirismos dos centros urbanos"(TAVARES, 2021). O colonial, portanto, não deve ser confrontado, mas sim referido.

Usando a coluna do Alvorada como nossa bússola, ligações claras entre o moderno e o colonial foram estabelecidas desde o início, tanto pelo autor do projeto quanto pelos teóricos acima mencionados. A referência foi feita à Fazenda do Colubandê – a casa de fazenda de uma das mais importantes plantações de cana-de-açúcar do Rio no século XVIII. Nas palavras de Niemeyer (2000): "(...) o Palácio aludia coisas do passado. A horizontalidade da fachada, a generosa varanda que a protege e a capela ao lado nos lembram todas as nossas velhas fazendas (...)."

Mais recentemente, essa controvérsia arquitetônica anedótica foi reacendida pela artista brasileira Lais Myrrha. A coluna surge em vários de seus trabalhos como ponto de partida para outras digressões sobre identidade nacional, trazendo à baila discussões sobre a modernidade brasileira e as suas bases coloniais.

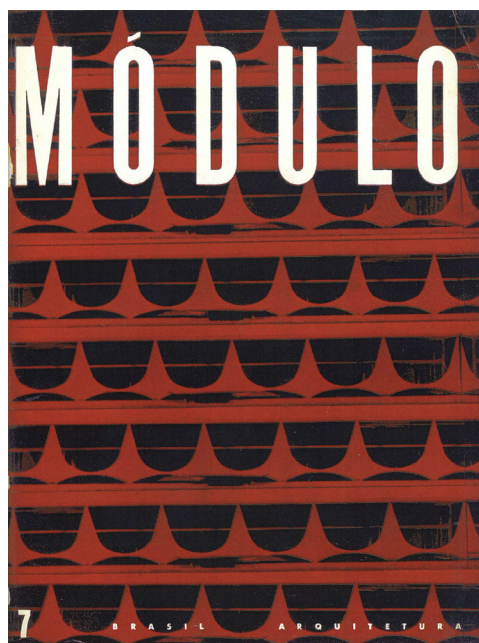
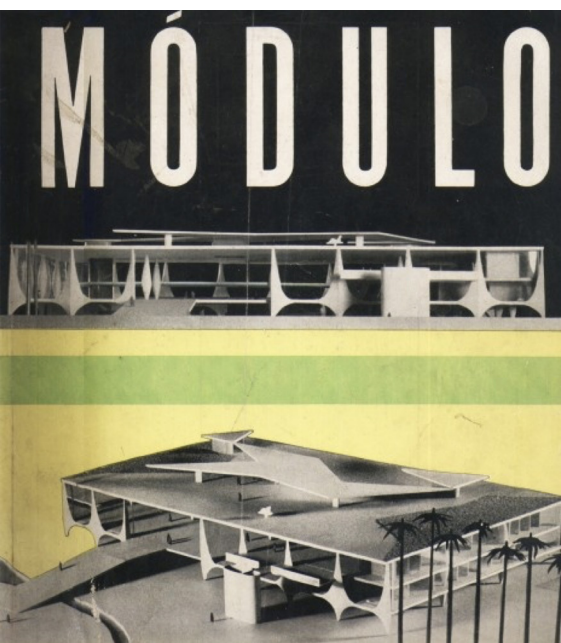
Em sua instalação intitulada 'Estudo de Caso' para a Bienal de Gwangju 2018, na Coreia do Sul, Myrrha dispôs um modelo da coluna do Alvorada, em gesso e escala 1:1, apoiado e sustentado, em equilíbrio tênue, em um modelo da coluna do Colubandê, de mesma escala e material. Em obra posterior, de 2019, a artista mineira ilustra, em guache, cenas do escrito indiano, *Kama Sutra*, em que ambas colunas substituem as figuras humanas.

Há nessas obras e na reflexão uma pergunta não resolvida: como um projeto de modernidade poderia ser baseado em um legado colonial tão sombrio como a instituição casa-grande?

Parece que o projeto brasileiro de modernidade se arraiga, conceitualmente e materialmente, na colonialidade, deixando inevitavelmente para trás narrativas minoritárias. Na marcha de desenvolvimento do Brasil, encapsulada por Brasília, muitas comunidades marginalizadas podem ser identificadas. É difícil listá-las todas.

Certamente inclui a espécie de roedor, *Juscelinomys candango*, provavelmente extinta nas grandes terraplanagens durante a construção e ocupação de Brasília (FAUSTO, 2014), e as condições precárias de vida e trabalho a que uma comunidade de 40.000 trabalhadores foi submetida. Nas palavras de Fernando Luiz Lara (2019): "não há modernização sem colonização".

Seguindo a trajetória da coluna e suas diversas 'vidas', atrevo-me a afirmar que a pintura de Niemeyer de 1964, em que as colunas do Alvorada aparecem tombadas e em ruínas, há tantos anos oculta e exibida pela primeira vez apenas em 2017, revela que o ponto de inflexão na trajetória da nossa modernidade se mostrou em menos de uma década da inauguração do palácio.



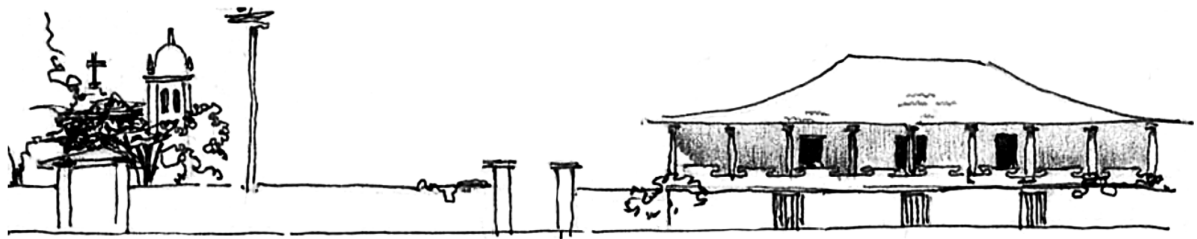


BRASÍLIA NA HISTÓRIA DO BRASIL.
 Na viagem pela história do Brasil, os passageiros adquirem importante escala: Brasília realizada dentro do impetuoso mural que inclui as vitórias. 21 de Abril de 1960 marcou o início da total independência econômica de nossa terra. Brasília é uma revolução política e social — povos grandes espaços demográficos, fora com que todas regiões participem diretamente da economia nacional. Brasília é realização de gigantes que ultrapassam o mundo. É um dos marcos mais importantes de toda a história brasileira. A partir de 21 de Abril: Brasília, capital Brasileira!

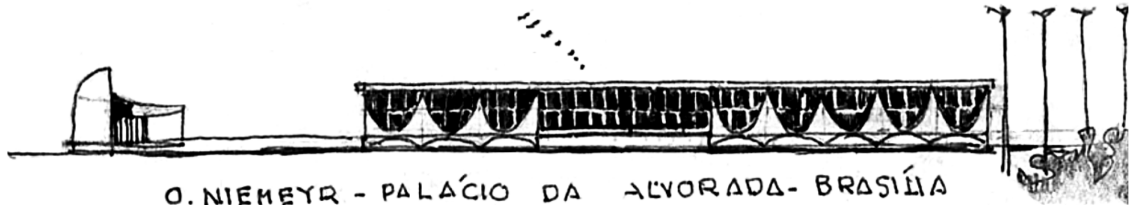
A REAL NA HISTÓRIA DE BRASÍLIA
 A aviação comercial brasileira entra para a história, junto com a nova capital, pelas asas da REAL. Primeira a servir Brasília, a partir de 84 cidades, a REAL transformou sua sede em Anápolis, Brasília, que terá sua sede e moderníssima instalações na nova capital do Brasil. Poderá, assim, servir melhor ainda a nossa povo e a nosso país. Isso deve ao grande presidente Juscelino Kubitschek, a quem presta seu reconhecimento.

REAL AVIAÇÃO BRASILEIRA

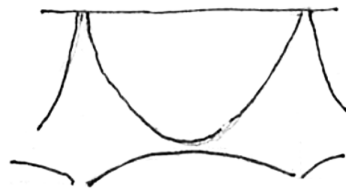
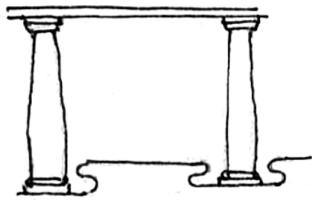


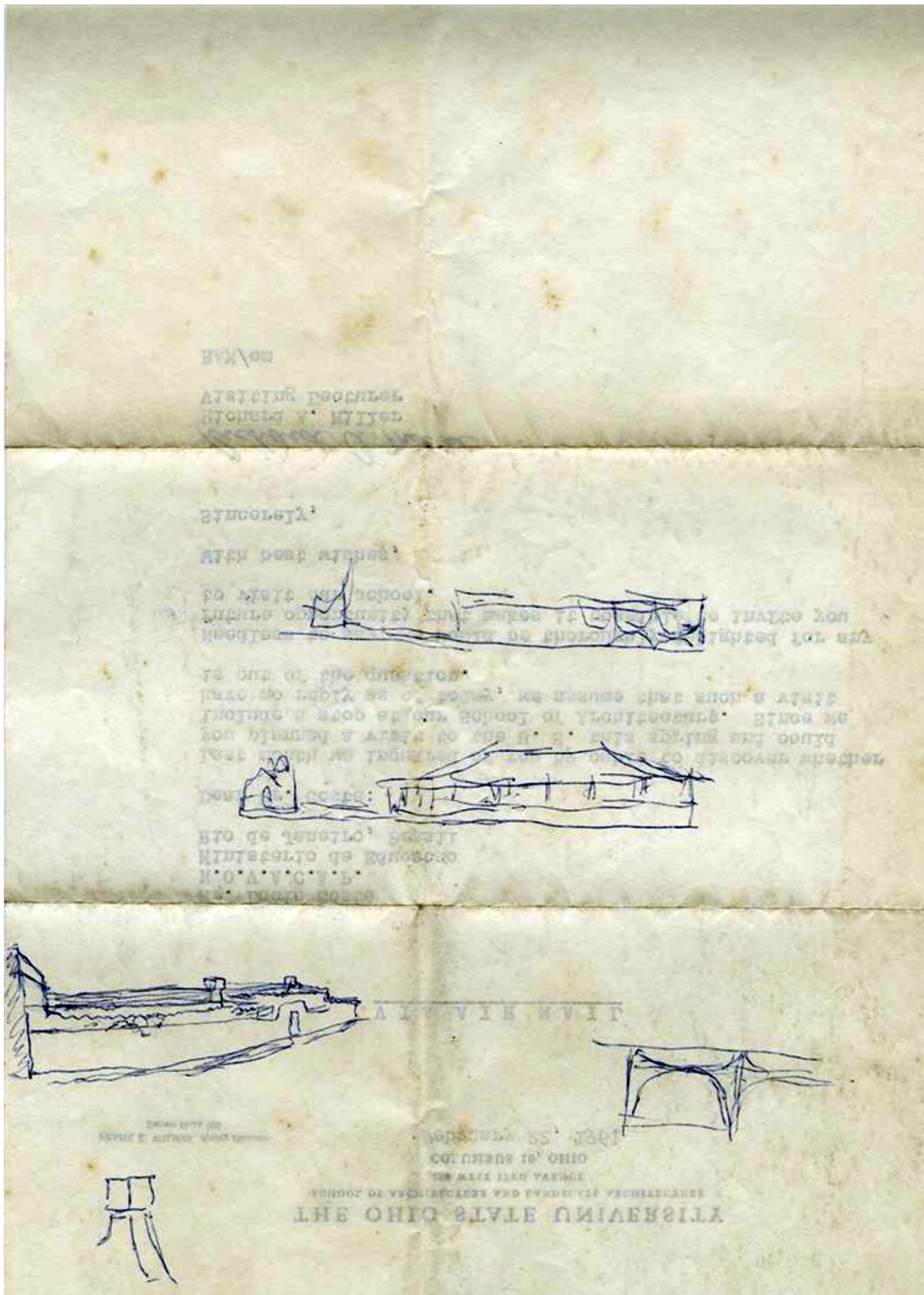


CASA DE FAZENDA DE COLUMBANDÊ. SÃO GONÇALO. ESTADO DO R.J.
SÉCS. XVIII - XIX P. R.C.



O. NIEMEYR - PALÁCIO DA ALVORADA - BRASÍLIA
SÉC XX

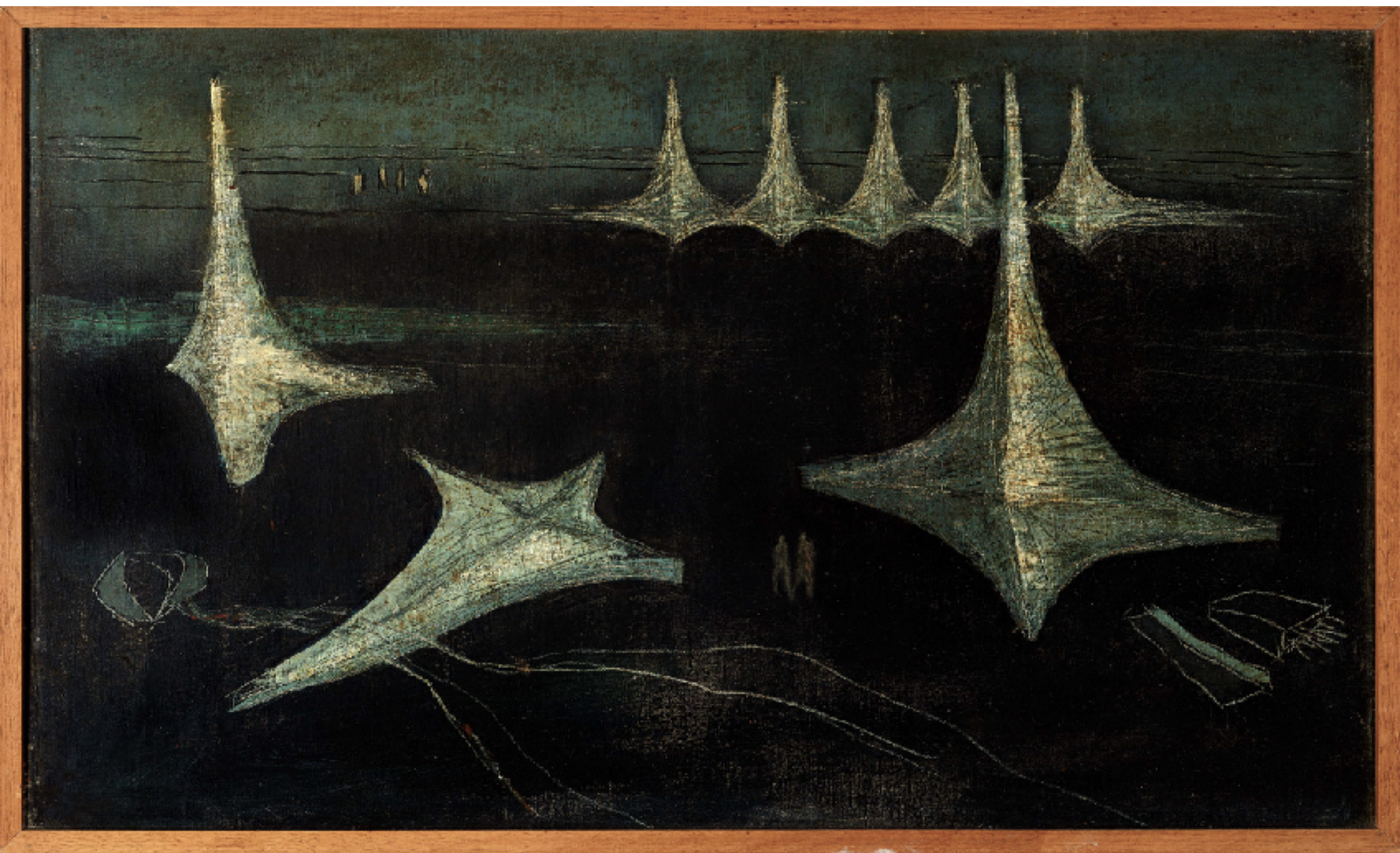












THESIS
REVISTA DA ANPARQ

ANPARQ
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO